

V SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM HISTÓRIA SOCIAL

DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIMONTES

16 a 18 de Agosto de 2023

REALIZAÇÃO:
PPG
H

Anais do V Seminário Nacional de Pesquisa em História Social

APOIO:



ISSN: 2317-7969

**ANAIS DO
V SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM
HISTÓRIA SOCIAL**

ISSN: 2317-7969

***Diálogos entre História Social,
Ensino de História e História Pública***

Realização:

Apoio:



Programa
de Pós-Graduação
em História



**16 a 18 de agosto de 2023
MONTES CLAROS – MG**

Anais do V Seminário Nacional de Pesquisa em História Social: “ Diálogos entre História Social, Ensino de História e História Pública”
Realizado em agosto de 2023

UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros

Reitor: Prof. Wagner de Paulo Santiago

Vice-Reitor: Prof. Dalton Caldeira Rocha

PPGH – Programa de Pós-Graduação em História

Coordenador: Prof. Dr. Rafael Dias de Castro

Coordenadora-adjunta: Profa. Dra. Helena Amália Papa

COMISSÃO ORGANIZADORA

Rafael Dias de Castro (Coordenação da Comissão/ PPGH-Unimontes)

Helena Amália Papa (Coordenação da Comissão/ PPGH-Unimontes)

Eloisa Rosalen (Pós-doutoranda PPGH-Unimontes)

Patrícia Giselia Batista (Pós-doutoranda PPGH-Unimontes)

Maria Fernanda Pimenta Fróis (Mestranda PPGH-Unimontes)

Ester Alves de Lacerda (Mestranda PPGH-Unimontes)

Luan Gomes Meireles (Estagiário PPGH-Unimontes)

COMISSÃO CIENTÍFICA

Andréa Helena Puydinger De Fazio (Unimontes-MG)

Arthur Alfaix Assis (UnB)

Bárbara Figueiredo Souto (Unimontes-MG)

Carlos André Silva de Moura (UPE)

Elvis de Almeida Diana (SEE-MG)

Erinaldo Cavalcanti (UFPA)

Francisco Carlos Teixeira da Silva (UFRJ)

José Newton Coelho Meneses (UFMG)

Keila Auxiliadora Carvalho (UFVJM)

Keith Valéria de Oliveira Barbosa (UFAM)

Luis Fernando Cerri (UEPG)

Marcos José Diniz Silva (UECE)

Roger Anibal Lambert Silva (SEE-MG)

Vanessa Lana (UFV)

MONITORES

Pablo Vinicius Ferreira Silva (Graduando-Unimontes)

Vera Lúcia Borges Brito (Estagiária PPGH-Unimontes)

Organização do original e Diagramação do texto

Helena Amália Papa

Rafael Dias de Castro

Pablo Vinicius Ferreira Silva

Revisão do original

Pablo Vinicius Ferreira Silva

Arte Gráfica

Luan Gomes Meireles

V Seminário Nacional de Pesquisa em História Social: Diálogos entre História Social, Ensino de História e História Pública (5.:2023: Montes Claros). Anais do evento, v. 1, 2023, Montes Claros / organizado por Helena Amália Papa et al. [realização: Programa de Pós-graduação em História Unimontes].
ISSN 2317-7969
1. Anais. 2. História Social. 3. Pesquisa. I. Título. CDD: 981

SUMÁRIO

<u>APRESENTAÇÃO.....</u>	<u>11</u>
<u>A IMPORTÂNCIA DE INSERIR A HISTÓRIA LOCAL EM SALA DE AULA, NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....</u>	<u>13</u>
Jumara Carla Azevedo Ramos Carvalho	
<u>A IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO E DO AFETO NA PERIFERIA: O ENSINO DE HISTÓRIA E A PRÁXIS NO CHÃO DA ESCOLA.....</u>	<u>23</u>
Bruna Marques Cabral	
<u>A INFLUÊNCIA DO BISPO AGOSTINHO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CRISTÃ-NICENA NO IMPÉRIO ROMANO NO SÉCULO V D.C.....</u>	<u>28</u>
Ângela Pereira Borges	
<u>A POLIVALÊNCIA DAS ELITES NO VALE DO JEQUITINHONHA (MG): UMA ANÁLISE INTRODUTÓRIA DA TRAJETÓRIA DE MURILO BADARÓ.....</u>	<u>35</u>
Albér Carlos Alves Santos	
<u>A PRODUÇÃO DE DISCURSO POLÍTICO EM JORNAIS E REVISTAS BRASILEIROS – UMA ABORDAGEM METODOLÓGICA.....</u>	<u>43</u>
Sady Simões Ribeiro	
<u>A RECEPÇÃO DO TEATRO GREGO (SÉC. V A.C.) NA EUROPA E AMÉRICA DOS SÉCULOS XVII A XIX.....</u>	<u>52</u>
Sandra Soares Ferreira	
<u>A TÉCNICA DE AUTENTICAÇÃO HISTÓRICA UTILIZADA POR AGRIPA VASCONCELOS PARA REPRESENTAR O PERÍODO SETECENTISTA MINEIRO A PARTIR DO ROMANCE CHICA-QUE-MANDA.....</u>	<u>59</u>
Vinícius Amarante Nascimento	
<u>ARDIDAS LEMBRANÇAS: A SECA CEARENSE E A AMNÉSIA DA MEMÓRIA... 68</u>	
Ester Alves de Lacerda	
<u>CÂNONE, LITERATURA DE AUTORIA FEMININA E A VIDA QUE NINGUÉM VÊ. DE ELIANE BRUM.....</u>	<u>75</u>
Walisson Oliveira Santos	

CENTRO DE REFERÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR COM ENFOQUE EM
GÊNERO E RAÇA: IDENTIDADE, PERTENCIMENTO E DIGNIDADE HUMANA 84

Laura Damaso Garcia

CORPOS E SEXUALIDADES NA IMPRENSA BRASILEIRA NA EPIDEMIA DE
AIDS: UMA ANÁLISE DO PERIÓDICO O GLOBO (1980-1994)..... 89

Pedro Victor Silveira Ferreira

DISPUTAS DE MEMÓRIAS NO VALE DO JAÍBA: MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS
DE TRABALHADORES NO PROCESSO DE LUTA PELA TERRA EM
CACHOEIRINHA - 1960/1980..... 98

Andrey Lopes de Souza

“DO OUTRO LADO DA CORDILHEIRA” – A REPERCUSSÃO DOS ÚLTIMOS
MESES DO GOVERNO ALLENDE NO CHILE EM REVISTAS BRASILEIRAS
(1973)..... 107

Sady Simões Ribeiro

EDUCAÇÃO QUILOMBOLA NO NORTE DE MINAS GERAIS: UMA REVISÃO
BIBLIOGRÁFICA..... 115

Juliana Bezerra Menez

ENTRE A TRADIÇÃO E A INCLUSÃO: A FOLIA DE REIS COMO FERRAMENTA
DE PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE E DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM SÃO
FRANCISCO – MG..... 123

Luziete Alves Paiva

Filomena Luciene Cordeiro Reis

HISTÓRIA CONCEITUAL DA UTOPIA: LIMITES, POSSIBILIDADES E
CONSIDERAÇÕES ACERCA DE SUA TEMPORALIDADE..... 128

Victor Silva Mota

HISTÓRIA EM JOGO: EXPERIÊNCIAS COM ATIVIDADES GAMIFICADAS E O
ENSINO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA..... 134

Juliano Gonçalves de Aquino

HISTÓRIA PÚBLICA NO CIBERESPAÇO: O USO DO INSTAGRAM COMO
FERRAMENTA PARA DIVULGAÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO..... 141

Sabrina Alves Ferreira

Isaac Vinicius Veloso Ramos

<u>IMAGENS DE CONTROLE E AUTOIDENTIFICAÇÕES COMO CHAVE DE ESTUDO PARA OS ATRAVESSAMENTOS ENTRE MALANDRAGEM E AS MASCULINIDADES NEGRAS NO RIO DE JANEIRO.....</u>	<u>146</u>

Alessandra Tavares de Souza

<u>INCLUSÃO PRODUTIVA: GERAÇÃO DE RENDA E AUTONOMIA FINANCEIRA DE MULHERES RURAIS NA CIDADE DE SÃO FRANCISCO – MG NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX.....</u>	<u>153</u>

Amanda Guedes Cardoso

<u>LITERATURA E IMPRENSA: A ESCRITA COMO FERRAMENTA POLÍTICA PARA REINVINDICAR A EMANCIPAÇÃO FEMININA NO RIO DE JANEIRO EM MEADOS DO SÉCULO XIX.....</u>	<u>162</u>

Candida Victoria Pereira de Souza

<u>MAPPLETHORPE E O BDSM: UMA ANÁLISE DE SUA OBRA (1977-1978).....</u>	<u>167</u>

Isaac Vinicius Veloso Ramos

<u>MEMÓRIAS FEMININAS E PATRIMÔNIO CULTURAL: PROBLEMÁTICAS E DISPUTAS EM SÃO FRANCISCO, MINAS GERAIS.....</u>	<u>276</u>

Cíntia Aparecida Amaral da Silva

Filomena Luciene Cordeiro Reis

<u>MÍDIA E REPRESENTAÇÃO: A MORTE DE HUGO CHÁVEZ ATRAVÉS DA REVISTA VEJA (2011-2013).....</u>	<u>183</u>

David Souza Fernandes

<u>MIGRAÇÃO, TRABALHO E EUGENIA: OS MIGRANTES NORDESTINOS SOB A ÓTICA DO DISCURSO RACIAL DO CONSELHO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO.....</u>	<u>193</u>

Pedro Jardel F. Pereira

<u>MONTES CLAROS EM CONTEXTO: A REVISTA ENCONTRO E SUAS IMAGENS PUBLICITÁRIAS.....</u>	<u>202</u>

Lucas Soares de Alencar Monteiro

Juçara de Souza Nassau

<u>MORADIA E DOMINAÇÃO SOCIAL NO BRASIL: LEITURAS A PARTIR DE GILBERTO FREYRE E FRANCISCO DE OLIVEIRA.....</u>	<u>210</u>

Eduardo Ribeiro Silva

<u>NUTRINDO O PASSADO E ALIMENTANDO O FUTURO: A IMPORTÂNCIA DE ESTUDAR A HISTÓRIA DA ALIMENTAÇÃO.....</u>	<u>220</u>

Nathália Moro

Christian Fausto Moraes dos Santos

<u>O CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL-I DE BOCAIUVA/MG: PSQUIATRIZAÇÃO, SILENCIAMENTOS E INVISIBILIDADES SOBRE OS ELEMENTOS DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE.....</u>	<u>226</u>

Débora Regina Amaral

<u>O ENTRELAÇAR DA HISTÓRIA E LITERATURA COMO METODOLOGIA NO ENSINO FUNDAMENTAL II:A ESCRAVIDÃO TRABALHADA POR MEIO DAS OBRAS LITERÁRIAS DO SÉCULO XIX.....</u>	<u>235</u>

Rosângeli de Fatima Batigniani

<u>“O PECADO VESTE VERMELHO”: UMA ANÁLISE DA TERCEIRA ONDA ANTICOMUNISTA NO GOVERNO BOLSONARO (2018-2022).....</u>	<u>241</u>

Gabriel Lopes Silva

<u>O ÚLTIMO DUELO (2021): O CINEMA COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NO COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO.....</u>	<u>250</u>

Joyce Mariane de Araújo Cruz

<u>OBSERVATÓRIOS E VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA.....</u>	<u>259</u>

Gabriela Rocha Ribeiro

Daliana Cristina de Lima Antonio

<u>OS DIFERENTES OLHARES DA ESCRAVIDÃO ROMANA NO DEBATE HISTORIOGRÁFICO CONTEMPORÂNEO – INÍCIO DO PRINCIPADO (30 A.C. – 64 D.C.).....</u>	<u>267</u>

Diego Veloso Vieira

<u>EDUCAÇÃO QUILOMBOLA NO NORTE DE MINAS GERAIS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....</u>	<u>275</u>

Juliana Bezerra Menez

<u>RELAÇÕES ENTRE TELEVISÃO E HISTÓRIA PÚBLICA: A DITADURA MILITAR NOS TELEJORNAIS DAS EMISSORAS AFILIADAS À REDE GLOBO EM MINAS GERAIS (2014-2018).....</u>	<u>283</u>

Mariana Costa Borges

<u>REMINISCÊNCIA DA HIERARQUIA E O RESGATE DO ESQUECIMENTO: UMA ANÁLISE SOBRE AKIRA (1988) COMO PRODUTO HISTÓRICO DA CULTURA POLÍTICA NACIONAL JAPONESA.....</u>	<u>292</u>

Rafael Amaral

<u>REPRESENTAÇÕES DA RELIGIOSIDADE POPULAR NAS REVISTAS ILUSTRADAS DO NORTE DE MINAS GERAIS: PESQUISA EM HISTÓRIA E IMAGENS NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....</u>	<u>300</u>

José Vinícius Peres Silva

<u>REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, POLÍTICAS E IMAGÉTICAS NA PRODUÇÃO DAS DIRETORAS AFRO-AMERICANAS DO “NEW BLACK CINEMA”.....</u>	<u>306</u>

Carlos Eduardo Freitas Ribeiro

<u>SANGUE E CARVÃO: REVOLUÇÃO E PROJETO DE FUTURO EM GERMINAL DE ÉMILE ZOLA.....</u>	<u>313</u>

Lara Cristina Veiga Bernardo

<u>TELEVISÃO, FUTEBOL E HISTÓRIA PÚBLICA: UMA ANÁLISE DO CENTENÁRIO DO CRUZEIRO NAS REPORTAGENS DO TELEJORNALISMO ESPORTIVO DA REDE GLOBO (2020-2021).....</u>	<u>318</u>

Maria Eduarda Cavichioli da Silva

<u>“TINHA MUITA REZA, A CIDADE ERA CATÓLICA”: PERCEPÇÕES DO ESPAÇO DA CIDADE E DINÂMICAS COTIDIANAS DA SEMANA SANTA EM BRASÍLIA DE MINAS, DÉCADAS DE 1960 E 1970.....</u>	<u>324</u>

Jonas Rosa Mendes

<u>TRÊS VEZES QUE O CIS-HETERO-PATRIARCADO-COLONIZADOR CONTOU A BELA E A FERA (1740; 1756; 1991).....</u>	<u>330</u>

Triodite Gabriel Donizetti Partenos Ferreira Simionato

<u>“UMA CABEÇA POR UM TRONO”: CLEÓPATRA VII E A MORTE DE POMPEU NA PRODUÇÃO BRASILEIRA CLEÓPATRA (2007) DE JÚLIO BRESSANE.....</u>	<u>339</u>

Danielle Santos Fonseca

<u>UMA HISTÓRIA PÚBLICA “EM NOME DA RAZÃO”: A ASSISTÊNCIA AOS SUJEITOS EM SOFRIMENTO PSÍQUICO EM MINAS GERAIS (1970-1980).....</u>	<u>347</u>

Maria Fernanda Pimenta Fróis

<u>VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA PANDEMIA E A PANDEMIA DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA PROPOSTA DE ESTUDO DE UM FENÔMENO SOCIAL NO CONTEXTO DE ISOLAMENTO (2020-2022).....</u>	<u>354</u>

Jaciara Magalhães Ferreira

<u>VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER EM MONTES CLAROS -MG ENTRE OS ANOS DE 2020 A 2022.....</u>	<u>363</u>

Ana Maria Lacerda de Freitas

João Nether Zumba Milo

<u>ÍNDICE DE AUTORES / COAUTORES.....</u>	<u>370</u>

<u>ÍNDICE DE INSTITUIÇÕES.....</u>	<u>372</u>

APRESENTAÇÃO



*Seminário Nacional de Pesquisa em História Social
Programa de Pós-Graduação em História da Unimontes
Diálogos entre História Social, Ensino de História e História Pública*

APRESENTAÇÃO

É com muita satisfação que apresentamos os Anais do V Seminário Nacional de Pesquisa em História Social, realizado entre os dias 16 a 18 de agosto de 2023, na Universidade Estadual de Montes Claros, Unimontes, Minas Gerais, Brasil. Sediamos, pela quinta vez, um seminário nacional de pesquisadores de História e áreas afins, dando continuidade a uma iniciativa do Programa de Pós-Graduação em História, que iniciou há uma década.

Com o tema “Diálogos entre História Social, Ensino de História e História Pública”, o evento atingiu os objetivos propostos de potencializar e consolidar as áreas de ensino, pesquisa e de inserção social, por meio de um itinerário metodológico e teórico de pesquisas que evidenciaram aspectos inerentes à vida em sociedade, que operam no território cultural, simbólico, político, econômico, institucional, trabalhista, das identidades e de gênero, das relações de poder, que os sujeitos estabelecem entre si, com o outro e com as instituições que regem as diversas realidades sociais.

O presente Anais é resultado das apresentações de trabalho ocorridas em Mesas Coordenadas e em Sessões Livres, desenvolvidas pelos pesquisadores que prestigiaram o evento. As atividades do seminário ocorreram em três dias, iniciando com os minicursos e oficinas e com a Conferência de Abertura, “História, engajamento e ética: Histórias públicas e mediações do passado em tempos de abusos e negacionismos”, proferida pela Profa. Dra. Sônia Meneses (URCA).

No segundo dia ocorreram duas mesas redondas. Na primeira, “Ensino de História e História Pública”, tivemos as palestras ministradas pela Profa. Dra. Marta Gouveia Rovai (Unifal) e pelo Prof. Dr. Gustavo de Souza Oliveira (UFU). Na segunda mesa redonda, intitulada “História Pública e História da Historiografia”, as palestras foram proferidas pela Profa. Dra. Thamara de Oliveira Rodrigues (UEMG - Divinópolis) e pelo Prof. Dr. Rogério Rosa Rodrigues (UDESC). Ainda, ocorreram diversas sessões de apresentações de trabalhos, minicursos e oficinas.

No último dia do evento, além das apresentações de trabalhos, ocorreu a mesa redonda de número 3, “História e Ensino em Espaços não Hegemônicos”, com a participação dos docentes: Profa. Dra. Miriam Hermeto (UFMG) e Prof. Dr. André da Silva Ramos (UEMG - Carangola). Por fim, a conferência de encerramento foi proferida pelo

Prof. Dr. Jurandir Malerba (UFRGS), com o título “Escrita e História pública: A experiência do bicentenário da Independência”.

Faz-se necessário destacar que a realização do V Seminário Nacional de Pesquisa em História Social foi possível graças ao apoio da FAPEMIG, juntamente com a colaboração e apoio dos/as professores/as do Programa de Pós-graduação em História e do Departamento de História da Unimontes, no qual muitos auxiliaram na coordenação de Simpósios Temáticos, minicursos e na mediação das palestras e mesas redondas, a todos/as os nossos sinceros agradecimentos. Agradecemos também aos discentes do PPGH e do curso de História que se dedicaram na organização e no empenho para a realização do evento.

Acreditamos que, por meio de mais uma edição do Seminário, o PPGH continua a contribuir e a consolidar-se como interlocutor no debate científico histórico em nível nacional.

Prof. Dr. Rafael Dias de Castro - Coordenador do PPGH
Profa. Dra. Helena Amália Papa - Coordenadora-adjunta do PPGH
Coordenadores da Comissão Organizadora do Seminário

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

A IMPORTÂNCIA DE INSERIR A HISTÓRIA LOCAL EM SALA DE AULA, NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Jumara Carla Azevedo Ramos Carvalho¹

Introdução

Ensinar sempre foi um desafio para os professores que procuram em sua prática ações pedagógicas que contemplem o aprendizado dos educandos. Levar para o ambiente da sala de aula ou para outros espaços conteúdos engessados no currículo é ao mesmo tempo privar os educandos de conhecer, analisar e debater conhecimentos presentes em suas vivências, em seu bairro, em sua cidade, em sua região. Ensinar somente o que consta no livro didático é excluir o educando de sua identidade, de seu pertencimento.

Ao adentrar o universo da sala de aula o educador deve assumir uma postura crítico-reflexiva do que lhe é oferecido nos manuais didáticos, nos planejamentos individuais e da rede de ensino e nos planos de curso. Para isso, deve repensar a prática pedagógica, a função de pesquisador e de mediador do conhecimento com ações que aproximem o conteúdo com a realidade dos educandos para que eles possam se sentir inserido no processo de ensino e aprendizagem em todas as suas etapas desde a educação básica até o ensino universitário.

Uma dessas formas é levar para o ambiente da sala de aula a história local que pode ser repassada de forma multidisciplinar, por meio de projetos, desde os anos iniciais até os anos finais da Educação Básica. E, também por disciplina quando o professor tem o olhar mais atento em agregar os conhecimentos da história local em seu planejamento deixando de lado as “velhas” práticas das datas comemorativas, já em desuso, para uma compreensão maior da importância da história local - da cultura, das tradições e da identidade de uma comunidade.

Em todas as disciplinas que compõe o currículo é possível fazer essas conexões com a história local para isso, faz-se necessário por parte do professor uma postura de pesquisador ao inserir os conhecimentos da história local em seus conteúdos para que os educandos possam aprender sobre a história da sua comunidade, desenvolver habilidades de pesquisa e análise, entender como eventos históricos globais afetaram seu ambiente local, conectar-se com a história de pessoas e lugares ao seu redor, estudar

¹ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social - Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). E-mail: jumaracarla@yahoo.com.br

sobre a fauna e a flora da região, valorizar o saberes populares, conhecer a literatura local, e, principalmente, perceber que a história da sua cidade, da sua região está interligada aos acontecimentos da esfera municipal, estadual, nacional e global.

Além disso, ao conhecer a história local, os estudantes têm a possibilidade de entender melhor o mundo em que vivem. Ao perceber como os acontecimentos históricos impactaram a sua região e as pessoas que a habitam, eles são capazes de compreender melhor as dinâmicas sociais, políticas e econômicas que moldam a sociedade em que estão inseridos.

A história local em cena

A Educação Básica² configura-se como a etapa inicial e obrigatória do processo de formação educacional de um indivíduo e tem finalidades asseguradas em seu artigo 22 da Lei de diretrizes e bases da educação nacional³: “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (LDB, 2017, p. 17)”.

Oferecidas nas instituições públicas e particulares de ensino esta educação básica prioriza a qualidade do ensino e a formação integral dos educandos para o exercício da vida em sociedade. Em seus currículos oferece uma base nacional comum e uma parte diversificada “exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (Art. 26, 2017, p. 19)” disposto no artigo 26⁴ da Lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Em consonância com os documentos norteadores da Educação Básica como: a Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB), os Parâmetros Nacionais Curriculares (PCN's), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Documento Curricular da Bahia (BCRB) e o Documento Curricular Referencial de Caetité (DCRC) faz-se necessário a importância e inserção da história local na sala de aula, em outros espaços do saber, nas aulas de História ou demais componentes curriculares da educação básica.

² Art. 21. A educação escolar compõe-se de: I – educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; II – educação superior (LDB, 2017, p. 17).

³ LDB : Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

⁴Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

Nesta perspectiva, os Parâmetros Nacionais Curriculares (PNC's) recomenda na disciplina de História o ensino da História local e do cotidiano:

“Os estudos da história local conduzem aos estudos dos diferentes modos de viver no presente e em outros tempos, que existem ou que existiram no mesmo espaço. Nesse sentido, a proposta para os estudos históricos é de favorecer o desenvolvimento das capacidades de diferenciação e identificação, com a intenção de expor as permanências de costumes e relações sociais, as mudanças, as diferenças e as semelhanças das vivências coletivas, sem julgar grupos sociais, classificando-os como mais “evoluídos” ou “atrasados” (1997, p. 40).

Sobre o ensino da história local, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) orienta e recomenda que o ensino de história contemple o estudo da história local, regional e nacional, buscando relacionar diferentes tempos históricos e espaços geográficos. A história local configura-se como um componente importante na formação dos estudantes por possibilitar a compreensão e a valorização cultural e social de sua comunidade e região.

A história local também é contemplada no Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB, 2018) ao abordar as especificidades da história da Bahia promove uma abordagem contextualizada e significativa com papel fundamental na formação do país e na construção de sua identidade nacional. Vale ainda ressaltar, a diversidade cultural, religiosa e étnica da Bahia bem com, a valorização e o respeito das culturas afro-brasileiras e indígenas.

Com a criação do Documento Curricular Referencial da Bahia instaurou um amplo debate sobre a necessidade de outro documento de caráter local que atendesse as especificidades dos municípios. Em Caetité⁵-Ba as discussões foram norteadas pela Secretaria Municipal de Educação (SME), em 2020, em conjunto com a equipe de coordenadores e professores que traçaram novos rumos para a educação municipal e criaram o Documento Curricular Referencial de Caetité (DCRC). Em seu contexto e em diferentes disciplinas é possível perceber a inserção da história local interligada aos conteúdos do livro didático e a história local dos educandos fazendo com que eles se identifiquem como sujeitos inseridos no contexto histórico nacional, estadual, regional e local.

⁵ De acordo com SANTOS (2001, p. 35): A cidade de Caetité situa-se na vertente oriental da Serra Geral, a 830 metros acima do nível do mar, e o município divide-se entre a zona das caatingas e a dos gerais, duas regiões distintas. A ocupação da região, segundo a tradição, remonta ao século XVIII, quando colonos portugueses se fixaram no Sítio do Caitates, que se tornou lugar de pouso de viajantes, sertanistas e bandeirantes, em busca do ouro e do comércio de gado.

Ao analisar os documentos legais que rege a Educação Básica é possível perceber a importância da história local no currículo. Este ensino pode ser repassado em sala de aula ou em outros espaços, por diversos professores, em diversas disciplinas, tanto as da base comum como as disciplinas de partes diversificadas. Por ser multidisciplinar a história local perpassa todas as áreas do conhecimento e promove a formação integral dos educandos, valoriza sua cultura e identidade, desenvolve habilidades com a pesquisa e promove a compreensão do mundo em que vive.

Neste sentido, é possível perceber que a história local adotada desde as séries iniciais da Educação Básica contribui em diversos aspectos na vida dos educandos como: o reconhecimento de sua identidade, o pertencimento, a conexão com a realidade, a multidisciplinaridade, a interdisciplinaridade, o desenvolvimento de habilidades, a valorização da memória coletiva, a contextualização dos conteúdos, reconhecimento da diversidade e o respeito a sua história, as suas origens. A História Local ainda pode servir como ferramenta de inclusão e representatividade, combater preconceitos e estereótipos e promover uma mentalidade mais inclusiva e respeitosa entre os educandos, a comunidade escolar e a comunidade externa.

A História Local no universo da sala de aula e em outros espaços do saber

Dentro do universo escolar a sala de aula é o ambiente mais propício para a difusão do conhecimento. É neste espaço que o professor com suas competências, habilidades e procedimentos metodológicos faz a mediação dos saberes que serão necessários para os educandos em diferentes etapas da sua vida escolar. Esses saberes são compartilhados entre os educadores e os educandos em uma relação mútua de aprendizagem, conforme salienta FREIRE (1996, p. 26): “Nas condições de verdadeira aprendizagem, os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador igualmente sujeito do processo” e, é nesse processo de construção e reconstrução dos saberes transmitidos através das práticas interdisciplinares que configura-se a sala de aula como: “o *locus* por excelência do conhecimento interdisciplinar” (Fazenda, 2002, p. 63).

Esse conhecimento interdisciplinar mediado e compartilhado em sala de aula pode envolver diversos conteúdos e metodologias, a exemplo podemos citar a história regional e local. Ministrando os conteúdos numa perspectiva regional e local é uma maneira de articular os diferentes contextos de uma determinada época, ressaltando suas diferenças e particularidades. Ao mesmo tempo, é importante para demonstrar o quanto as regiões se interligam por meio do comércio, da política, da religião e de outros aspectos que ao

longo da história impulsionaram o fluxo intenso de pessoas de distintos lugares. Além disso, ajuda a romper de forma crítica noções acerca de “grandes centros econômicos”, “desenvolvimento”, “atraso”, “sertão/interior”, “riqueza”, “modernidade”, “tempo”, entre outras.

O historiador Erivaldo Fagundes Neves ressalta que:

A história regional e local consiste numa proposta de estudo de atividades de determinado grupo social historicamente constituído, conectado numa base territorial com vínculos de afinidades, com manifestações culturais, organização comunitária, práticas econômicas, identificando-se suas interações internas e articulações exteriores e mantendo-se a perspectiva da totalidade histórica (NEVES, 2002, p.45).

Para realização de uma nova proposta de estudo com base na história regional e local é necessário que o educador seja também um pesquisador pois, precisará conhecer a história do lugar em que vive através dos documentos históricos, dos saberes e fazeres, das vivências e das raízes culturais dos sujeitos. É preciso também, que ele adote outras posturas e outras fontes em sala de aula deixando de lado a exclusividade do livro didático, pois ele:

é, antes de tudo, uma mercadoria, um produto do mundo da edição que obedece à evolução das técnicas de fabricação e comercialização pertencentes à lógica do mercado. Como mercadoria ele sofre interferências variadas em seu processo de fabricação e comercialização. Em sua construção interferem vários personagens, iniciando pela figura do editor, passando pelo autor e pelos técnicos especializados dos processos gráficos, como programadores visuais, ilustradores. É importante destacar o livro didático como objeto da indústria cultural impõe uma forma de leitura organizada por profissionais e não exatamente pelo autor (BITTENCOURT, 2009, p.71).

Para a construção do planejamento o educador deve buscar as mais variadas fontes para compreender, mediar e confrontar o ensino da história local com os conteúdos do livro didático. Como fontes podemos citar: documentos oficiais, livros e artigos acadêmicos, entrevistas e relatos, arquivos, museus, sites e plataformas digitais. Ao buscar diferentes fontes, o educador garante uma abordagem mais completa e contextualizada da história local, enriquecendo o planejamento e a aprendizagem dos educandos.

Além das fontes podemos citar os espaços do saber espalhados pela cidade. Esses espaços contribuem para as intencionalidades pedagógicas entre os educadores e diferentes atores que vivem a cidade como cita Jaqueline Moll (2014, p. 43):

[...] a possibilidade da conversão do território urbano em espaço educador pressupõe uma intencionalidade pedagógica presente nas ações desencadeadas pelos diferentes atores que vivem a cidade e esta pressupõe explicitação/diálogo acerca do projeto educativo presente nessas ações.

Em Caetité, no interior da Bahia, conta-se com diferentes espaços de saberes como o Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC) criado em 1996 a partir de inquietações e mobilizações de professores dos cursos de História e Letras da Universidade do Estado da Bahia (UNEB-Campus VI). Segundo PIRES (2011), entre os documentos preservados no APMC estão: Livros de Atas da Câmara/Conselho Municipal, Livros das Juntas de Qualificação Eleitoral, Livros de Juramentos da Guarda Nacional, Livros de Registro de Marcas de Ferros, Livros de Registro das Posturas Municipais, Livros de Razão, Livros de Receitas e Despesas, Processos de Pagamento, Folhas de Pagamento, Correspondências diversas, Livros de Protocolos, Autos Cíveis e Crime, Jornais, Periódicos, Fotografias, Correspondências da Família de Anísio Spínola Teixeira, entre outros. Esta documentação recua ao século XIX e guarda possibilidades de estudos inéditos para os pesquisadores interessados nos estudos do alto sertão da Bahia. Vale ressaltar, que o Arquivo Público Municipal de Caetité desenvolve outras ações de caráter educacional que contemplam os educadores da Educação Básica, tanto da rede estadual como municipal, através de cursos de aperfeiçoamento, palestras, mesas-redondas, seminários e outros eventos promovidos por instituições arquivistas a fim de diminuir as distâncias entre a escola e os espaços de guarda documental.

Outro espaço do saber, em Caetité, é a Casa Anísio Teixeira⁶ (CAT) localizada na terra natal⁷ do grande educador Anísio Teixeira. A casa foi restaurada e inaugurada no ano de 1998 como uma entidade cultural vinculada à Fundação Anísio Teixeira. Em seu espaço encontram-se: um Centro de Memória, uma Biblioteca Pública, uma Biblioteca Móvel “que atende a população da zona rural, buscando despertar o interesse pela leitura⁸”, um Cine-Teatro, Sala de Cultura Digital, um pátio externo para a realização de oficinas e eventos e um Núcleo de Contação de Histórias. A Casa Anísio Teixeira é sempre cheia e movimentada. Agrega diferentes públicos em seus espaços através das ações realizadas pelos funcionários como também de ações realizadas por um público

⁶ A Casa Anísio Teixeira tem como objetivo preservar e divulgar o pensamento e a obra do educador Anísio Teixeira, bem como promover o desenvolvimento regional do ponto de vista da Educação e da Cultura, inspirando-se nos ideais e princípios do educador, que sempre militou em favor da expansão das oportunidades de educação pública, gratuita e de qualidade, em nosso país. <http://www.twiki.ufba.br/twiki/bin/view/FAT/Casa>. Acesso em: 15 agosto 2023.

⁷ Caetité-Bahia.

⁸ <http://www.twiki.ufba.br/twiki/bin/view/FAT/Casa>. Acesso em: 15 agosto 2023.

externo. Por ser um espaço do saber é sempre frequentado por educandos e educadores em ações que contemplam a história local, a dinâmica cultural e social da cidade.

Podemos ainda citar os patrimônios materiais⁹ da cidade de Caetité como espaços de saberes. Localizados na sede ou na zona rural do município esses patrimônios resistem ao tempo e marcam a história do nosso passado e dos nossos antepassados. Neste contexto, vale ressaltar, o patrimônio imaterial tão importante para a nossa cultura e para a nossa história.

Outros espaços como a Universidade Estadual da Bahia (UNEB – Campus VI), Núcleo Educacional de Avaliação e Formação de Caetité (NEAF/CTE), as instituições de ensino municipal e estadual com a realização do planejamento pedagógico são espaços que contribuem para a formação do docente e a troca de saberes entre os sujeitos envolvidos.

Além desses exemplos, acima citados, não podemos esquecer da sala de aula como um efetivo espaço do saber, como um espaço de experimentação e prática onde educadores e educando dialogam, trocam experiências, narram suas vivências e histórias de vida, compartilham suas memórias, expressam suas ideias, opiniões e dúvidas essenciais para o enriquecimento do conhecimento e o desenvolvimento de habilidades como pensamento crítico, argumentação, investigação e pesquisa. Por isso, é fundamental valorizar e investir na qualidade desse ambiente, promovendo a melhoria contínua dos processos educativos em um espaço de formação e transformação. Adentrar com a história local nesse ambiente é ao mesmo tempo estabelecer conexões entre as experiências individuais e os conteúdos curriculares tornando o aprendizado mais significativo e contextualizado, pois:

A História Local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma idéia mais imediata do passado. Ela é encontrada dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir os seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos (SAMUEL, 1990, p. 220).

⁹ Patrimônios materiais da cidade de Caetité-Ba: Igreja de São Benedito (início do século XIX) Casa de Câmara e Cadeira (início do século XIX) Antiga Escola Normal (início do século XX) Casa do Barão de Caetité (início do século XIX) Casa Natal de Anísio Teixeira (meados do século XIX) Casa do Coronel Cazuzinha (meados do século XIX) Caetité Hotel (meados do século XIX) Edifício à Praça Deocleciano Teixeira (início do século XIX) Casa Natal de César Zama (médico, político, parlamentar e literato) (início do século XIX) Casa na Praça Rodrigues Lima, 178 (início do século XX) Casa da Fazenda Santa Bárbara (área rural) (meados do século XIX). Casa da Fazenda Brejo dos Padres (meados do século XVIII), localizada na área rural. Essas informações foram retiradas do Observatório de Ciências, Tecnologia e Culturas de Caetité, criado em fevereiro de 2019.

Esse conhecimento diferente que a história local requer depende de ações desenvolvidas pelos educadores a partir de pesquisa sobre a história local, realização de visitas, de entrevistas, utilização de fonte primária, promoção de atividades práticas e um bom planejamento ancorados na educação histórica e na formação da consciência histórica dos sujeitos como aponta Selva Guimarães Fonseca:

“Nós, professores, não apenas estamos na história, mas fazemos, aprendemos e ensinamos História. A educação histórica e a formação da consciência histórica dos sujeitos não ocorrem apenas na escola, mas em diversos lugares. Isto requer de nós uma relação viva e ativa com o tempo e o espaço do mundo no qual vivemos, por menor que ele seja. O meio no qual vivemos traz as marcas do presente e de tempos passados. Nele encontramos vestígios, monumentos, objetos, imagens de grande valor para a compreensão do imediato, do próximo e do distante. O local e o cotidiano como locais de memória são constitutivos, ricos de possibilidades educativas, formativas” (FONSECA, 2006, p. 127).

Por isso, é importante buscar também a interdisciplinaridade, que envolve a conexão entre diferentes disciplinas e a busca por uma compreensão mais abrangente e contextualizada dos conteúdos estudados. A interdisciplinaridade permite a análise dos problemas e fenômenos de maneira mais completa, considerando diferentes pontos de vista e abordagens que enriquecem o conhecimento ao conectar diferentes disciplinas e promover uma visão mais ampla e integrada dos conteúdos estudados em sala de aula ou em outros espaços considerando as interconexões e interdependências com outras áreas do conhecimento.

Em seus estudos sobre interdisciplinaridade Ivani Fazenda (1998) destaca sua importância como postura teórico-metodológica que reconhece a riqueza e a complementariedade dos diferentes conhecimentos, sem negar sua unidade essencial. A autora ainda enfatiza que é por meio dessa abordagem que podemos compreender de forma mais profunda e significativa os fenômenos e problemas que enfrentamos, transcendendo as fronteiras disciplinares e promovendo uma melhor integração de conhecimentos.

Ademais vale ressaltar, que diante dessa gama de possibilidades para inserir a história local na Educação Básica existem outras razões pelas quais os educadores sentem dificuldades em inserir a história local em suas aulas. Alguns desses motivos incluem: a falta de acesso a materiais e recursos disponíveis em arquivos e em outros espaços, falta de conhecimento sobre a história local para ensiná-la de forma eficaz. Tempo limitado para cumprir o programa anual e incluir a história local no seu planejamento pode parecer uma tarefa adicional que requer planejamento e pesquisa extra, o que pode ser desafiador em meio a um cronograma apertado. Explicação de

conteúdos voltados somente para o campo disciplinar que limita a visão geral e a compreensão completa dos acontecimentos. Formação acadêmica (licenciatura) que não contemple a história local negligenciando a importância de incluir perspectivas diversas distintas compostas por diferentes grupos étnicos, culturais e sociais. E, por fim, ênfase no currículo nacional por acreditar na igualdade de oportunidades educacionais. Muito educadores ficam limitados nas competências e habilidades que o currículo oferece como essenciais para a formação dos educandos.

Considerações finais

A história local desempenha um papel fundamental na compreensão e valorização da identidade cultural de uma comunidade. É por meio do estudo da história local que somos capazes de analisar os acontecimentos globais, nacionais e estaduais interligados a uma região, a um local compreendendo as trajetórias e o legado dos sujeitos numa perspectiva mais ampla dos acontecimentos históricos.

Oportunizar e ampliar os conhecimentos históricos na sala de aula sobre a história local é de fundamental importância para o ensino e a aprendizagem. Essa tarefa que pode ser desempenhada pelos educadores de forma individual ou em parceria com membros da comunidade, de instituições e com os próprios colegas através de ações interdisciplinar ou multidisciplinar que nos auxiliem compreender e conectar os conteúdos do livro didático com as interfaces da história local.

Esses conhecimentos mediados em sala de aula ou em outros espaços de saberes permitem aos educandos compreender nossa identidade, preservar o patrimônio cultural, fortalecer o senso de pertencimento, empoderar sujeitos silenciados e excluídos pela história e lutar por uma sociedade mais justa, consciente e resiliente, pois sem o conhecimento da sua própria história dificilmente os educandos desenvolverão senso crítico acerca da sua realidade e condição social, sentimento de pertencimento e valorização de suas raízes culturais, nem mesmo compreenderão que a história da sua região também é fruto de um processo histórico que envolveu conflitos e disputas de poder, assim como aquelas que aparecem nos livros didáticos.

Referências

BITTENCOURT, Circe. **Livros didáticos entre textos e imagens. O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2009.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**, 1996.

BRASIL/MEC/SEF. **Parâmetros Curriculares Nacionais**, 1997.

BRASIL. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: história, geografia** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

Documento Curricular Referencial da Bahia para Educação Infantil e Ensino Fundamental (v.1)/ Secretaria da Educação do Estado da Bahia. – Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

FAZENDA, Ivani C. Arantes. **História, teoria e pesquisa**. 10ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1994.

_____. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. Campinas: Papirus, 1998.

FONSECA, Selva Guimarães. História local e fontes orais: uma reflexão sobre saberes e práticas de ensino de História. **História Oral**, v.9, n.1, p.125-141, jan – jun. 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MOLL, Jaqueline. A cidade educadora como possibilidade: apontamentos. In: CONZATTI, Marli; FLORES, Maria Luisa Rodrigues; TOLEDO, Lesli (orgs.). **Cidade educadora: a experiência de Porto Alegre**. São Paulo: Cortez, 2004.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. Arquivo Público Municipal de Caetité: Notas Históricas Atuais. **Caderno de Resumo e Anais do I Seminário do Grupo de Pesquisa, Cultura, Sociedade e Linguagem (GPCSL/CNPq)**: os sertões da Bahia. Caetité, v.1, nº1, p.67-77, out.2011.

SAMUEL, Raphael. **História Local e História Oral**. In: Revista Brasileira de História. pp. 219-242. V. 9, n.º 19, set. 1989 / fev. 1990.

SANTOS, Paulo Henrique Duque. **Cidade e Memória: Dimensões da Vida Urbana – Caetité 1940-1960**. Dissertação (Mestrado em Memória Social) - UNRIO, Rio de Janeiro, 2001. 194f.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

A IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO E DO AFETO NA PERIFERIA: O ENSINO DE HISTÓRIA E A PRÁXIS NO CHÃO DA ESCOLA

Bruna Marques Cabral¹⁰

Introdução

O presente trabalho, busca compreender o ensino de História e as práticas de saberes no chão das escolas públicas do Rio de Janeiro, sobretudo, as perseguições religiosas aos docentes e discentes de religiões afro-brasileira. Nesse sentido, discutiremos os problemas que os colégios públicos enfrentam, especialmente, na rede municipal de São João de Meriti¹¹ e na rede estadual do Rio de Janeiro, em virtude do desrespeito a diversidade cultural presente em nosso país, devido ao racismo estrutural intrínseco em nossa sociedade.

Embora, não tenhamos o propósito de criarmos um conceito definitivo, a partir de um lugar de ação tão determinado, buscaremos delinear um caminho aberto e saudável na prática do ensino de História e no combate ao autoritarismo vigente em nossa sociedade. Assim, proporemos o conceito: *Identidades e afetos* na periferia.

A escola pode ser um ambiente propício às mais diversas situações para a construção da identidade, seja pela fala, seja pelo silenciamento, pelas afirmações ou negações. As escolas possuem grande importância na constituição identitária dos estudantes, conforme se viabilizam condições para exclusão, inclusão, pertencimento, não pertencimento, mais complexas do que os binômios possam sugerir.

Identidades e afetos na periferia

Acreditamos que no chão de escola, em todos os seus espaços, possibilidades e estruturas, convém desenvolver experiências e processos inovadores, a fim de desestabilizar as ações discriminatórias, ações estas sofridas por grande parcela dos estudantes das unidades de ensino público presentes nas favelas do Rio de Janeiro – locais duramente marcados pelo Estado repressor. Nesse contexto, há uma imensa população afrodescendente, vítimas diárias das condições sociais, que caminham pelos corredores de nossas escolas públicas, muitas dessas sem a devida estrutura para o atendimento pedagógico adequado. É importante apontar que as pesquisas do âmbito

¹⁰ Doutora em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Bolsista FAPERJ.
E-mail: brunaclio@uol.com.br

¹¹ Município da Baixada Fluminense, região periférica do estado do Rio de Janeiro.

acadêmico por certo não conseguem captar diversas questões que emergem de uma realidade complexa como essa.

Provavelmente uma parcela considerável de docentes, mesmo aqueles mais engajados na luta por justiça social, ainda seja afetada inconscientemente pela desmotivação para desafiar o sistema educacional a uma ruptura através de um diálogo com as bases e também a romper com o tradicional academicismo da sua formação.

Essa construção do desejo visa o *desejo de autocompreensão e autoconhecimento* dos estudantes em uma perspectiva étnico-racial, como exercício contínuo e com o preço de muitos momentos de exaustão e solidão de nossa parte, uma vez que falar de África, negritude e racismo na escola pode não ser um assunto de interesse da maioria dos profissionais da educação, em se tratando da realidade da própria formação eurocêntrica dos mesmos, bem como do racismo estrutural. Para romper tais paradigmas, entranhados em nossa sociedade, defendemos o conceito de *centro* que atravessa afrocentricidade, vale a pena destacar um trecho longo do autor do paradigma afrocêntrico.

Deve-se enfatizar que afrocentricidade *não* é uma versão negra do eurocentrismo (Asante, 1987). Eurocentrismo está assentado sobre noções de supremacia branca que foram propostas para proteção, privilégio e vantagens da população branca na educação, na economia, política e assim por diante. De modo distinto do eurocentrismo, a afrocentricidade condena a valorização etnocêntrica às custas da degradação das perspectivas de outros grupos. Além disso, o eurocentrismo apresenta a história particular e a realidade dos europeus como o conjunto de toda experiência humana (Asante, 1987). O eurocentrismo impõe suas realidades como sendo o “universal”, isto é, apresentando o branco como se fosse a condição humana, enquanto todo não-branco é visto como um grupo específico, por conseguinte, como não-humano. O que explica porque alguns acadêmicos e artistas afrodescendentes se apressam por negar e recusar sua negritude; elas e eles acreditam que existir como uma pessoa negra significa não existir como um ser humano universal. Conforme Woodson, elas e eles se identificam e preferem a cultura, arte e linguagem europeia no lugar da cultura, arte e linguagem africana; elas e eles acreditam que tudo que se origina da Europa é invariavelmente melhor do que tudo que é produzido ou assuntos de interesse de seu próprio povo (ASANTE, 1991, p.171-172).

Em vista da crítica desse empobrecimento na prática de ensino, para além de uma celebração das africanidades apenas no mês de novembro, é bom que durante todo o ano letivo seja trabalhada contínua e constantemente a dimensão étnico-racial que permeia os conteúdos e contextualizações da disciplina de História, com base nas leis 10.639/03 e 11.645/08. Infelizmente, nossa experiência em redes públicas de ensino demonstra um reducionismo do cumprimento dessas leis, “lembradas” apenas no mês da consciência negra, salvo em casos pontuais. Esse fato demonstra a fragilidade das redes e sistemas de ensino, além da falta de compromisso do poder executivo representado pelas secretarias de educação e pelos órgãos federais reguladores.

Nesse sentido, as escolas possuem grande importância na constituição identitária dos estudantes, conforme se viabilizam condições para exclusão, inclusão, pertencimento, não pertencimento (SANTIAGO; AKKARI; MARQUES, 2013, p. 34), mais complexas do que os binômios possam sugerir. Nossas identidades, sempre em formação, são estabelecidas na relação com os outros sujeitos e grupos, diante da realidade concreta dos dissabores e contradições da vida, e em virtude da diferença e das maneiras com que ela é afirmada, sublimada ou negada.

Em termos sociológicos, a identidade vai se formando na tomada de consciência da contradição entre universal e singular. Nesse sentido, as leituras marxistas colocam um descentramento do sujeito moderno, situando-o como sujeito real e em conflito, com sua própria e complexa visão de mundo, observada a partir de sua própria linguagem¹². Cada sujeito, inserido em determinadas culturas é um potencial reprodutor de alguma visão de mundo, aprenderá algo sobre igualdade e diferença em sua construção identitária. Cabe uma palavra sobre igualdade e diferença. O discurso de que “todos somos iguais”, dito isoladamente e de modo irrefletido (também por muitos estudantes e profissionais da educação), acaba por reforçar as injustiças, mitigando todas as formas de discriminação. As noções de igualdade e diferença não são as mesmas em todas as culturas, portanto, é necessário levar em consideração uma concepção multicultural de direitos humanos, como pontuou Boaventura de Sousa Santos: “as pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza” (SANTOS, 1997, p. 32).

Portanto, se faz necessário resgatar a nossa ancestralidade histórica, para que os jovens da periferia compreendam suas raízes, ligadas a reis, rainhas, grandes cientistas, inventores e possam formar suas identidades, a partir de um viés decolonial, afrocêntrico, com o intuito de romper o racismo estrutural presente em nossa sociedade. E para esse momento crucial em sua formação é imprescindível o afeto.

Considerações Finais

Acreditamos em um ensino de História afrocêntrico, em nosso ver, que transcenda o academicismo teórico e o conteudismo prático, deverá ser aquele que tenha liberdade para utilização de todos os recursos linguísticos, psicológicos, sociológicos e filosóficos para a valorização, visibilidade, afirmação e defesa dos valores, hábitos, costumes,

¹²Para uma maior compreensão ler: HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 12.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019, p. 22-23. Cf. GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere, volume 1*. 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 95.

religiões e conhecimentos africanos. Apesar do preconceito, é necessário um caminho de práticas afirmativas na docência da História, capazes de um enfrentamento mais presente diante dos cenários racistas, especialmente na escola pública. E, além disso, reforce a construção do desejo de autoconhecimento e a efusão de maior autoestima das populações afrodescendentes e ameríndias que participam do universo escolar.

Assim, ensinar História significa impregnar de sentido a prática pedagógica cotidiana, na perspectiva de uma escola cidadã. De tal modo, precisamos propiciar, por meio do ensino em todos os níveis, o conhecimento de nossa diversidade cultural e pluralidade étnica, bem como a necessária informação sobre os bens culturais de nosso rico e multifacetado patrimônio histórico.

Apesar dos avanços já realizados para a promoção de políticas educacionais e de currículos antirracistas, cremos que ainda falta um longo caminho para que haja maior rigor no cumprimento dos parâmetros que fortaleçam a viabilidade desses avanços sobre o chão concreto da escola pública. Um ensino público de qualidade sobre História e cultura africana, afro-brasileira e indígena deverá ser viabilizado por meio de uma consistente e continuada formação docente.

Por fim, com uma racionalidade sensível a dor do outro, mas também com a consciência crítica e autocrítica, a identidade voltada a uma práxis afetiva e efetiva, estaremos contribuindo para a construção de uma escola plural e cidadã, e formando cidadãos brasileiros conscientes de seu papel como sujeitos históricos e como agentes de transformação social.

Referências

ASANTE, K. *Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar*. In: NASCIMENTO, E. L. (Org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 93-110.

FELDMAN-BIANCO, Bela; CAPINHA, Graça (orgs.). **Identidades. Estudos de cultura e poder**. São Paulo: Hucitec, 2000.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **Filosofia política para educadores: Democracia e direitos de minorias**. Barueri: Manole, 2013.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 1**. 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.

NOGUERA, Renato. “Ubuntu como modo de existir: elementos gerais para uma ética afroperspectivista”. *In: Revista da ABPN*, v.3, nº 6., 2011/2012, p.147-150.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. “A educação básica na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: breve balanço sobre a organização escolar e o trabalho docente”. *In: SOUZA, João Valdir Alves (org.). Formação de professores para a educação básica: dez anos da LDB*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SANTIAGO, Mylene Cristina; AKKARI, Abdeljail; MARQUES, Luciana Pacheco. **Educação intercultural. Desafios e possibilidades**. Petrópolis Vozes, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1997), “Por uma concepção multicultural de direitos humanos”, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 48, 11-32.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

A INFLUÊNCIA DO BISPO AGOSTINHO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CRISTÃ-NICENA NO IMPÉRIO ROMANO NO SÉCULO V D.C.

Ângela Pereira Borges¹³

Agostinho de Hipona é um dos nomes mais conhecidos da História da Igreja e um dos mais influentes da cultura Ocidental. Nascido em 354 d.C., em Tagaste, uma pequena cidade da província da Numídia, uma das que mais sofreu influência romana. Filho de Mônica (331-387 d.C.) e de Patrício, quando criança, sob a influência de sua mãe, foi preparado para receber o batismo, mesmo seu pai pertencendo a ordem dos decuriões e não sendo cristão.. Estudou na sua cidade natal, e logo depois foi estudar retórica em Cartago e, mostrando-se como um bom orador, mudou-se para Roma para ser professor. Sua família desejava melhorar seu status social dentro da África romanizada, por isso investiram na formação intelectual do filho, favorecendo a ascensão desejada. Viveu um período em Milão e, assim, conheceu a vida monástica em 385 d.C., sob a influência de Ambrósio de Milão (340-397 d.C.). Tornou-se presbítero e, posteriormente, Bispo de Hipona, cidade na África Romana, ocupando esse posto por aproximadamente trinta anos. Agostinho, sofreu influência de várias correntes filosóficas e religiosas, o que o favorecia ao colocar-se diante da sociedade. Com a sua conversão ao cristianismo em 386 d.C., passou a defendê-lo, na cidade de Hipona, ao norte da África.

Hipona, por sua vez, era uma província da Numídia que sofria conturbações religiosas e políticas, a primeira porque havia um número expressivo de donatistas e maniqueístas que confrontavam espaço com o cristianismo e a segunda porque era uma província que fornecia suprimentos para cidade de Roma, o que atraía interesses de outros povos não romanizados. O Bispo hiponense passou por diversas dificuldades enquanto clérigo, como já citado o número considerável de outras correntes religiosas que disputavam com o cristianismo, o que fez com que ele adotasse medidas diferenciadas para tentar converter o máximo de fiéis possível.

Ele optou por se aproximar das pessoas convivendo diariamente com elas, pregando seus sermões na busca de atingir o seio da comunidade na qual estava. O bispo de Hipona utilizou de diversos discursos para legitimar a doutrina cristã nicena e para isso, conheceu e utilizou-se de autores pagãos, legitimando seu discurso através da desvalorização do outro e enaltecendo as virtudes cristãs.

¹³ Graduada em História pela Universidade Estadual de Montes Claros.

Apropriando-se de autores das tradições filosóficas greco-romanas, Agostinho conseguiu legitimar sua concepção filosófica e religiosa. “Entre os autores apropriados utilizados destacam-se ao longo da obra Virgílio, Cícero, Platão (e neoplatônicos, destaque para Plotino), Homero, Salústio, Varrão, Zenão e de Crisipo (estóicos) e Hermes, o Egípcio” (MAIA, 2017, p.2).

Percebemos então que o Bispo teve uma considerável carga intelectual, uma vez que carregava várias leituras e influências de intelectuais anteriores a ele, como Platão (427-347 a.C.), e também contemporâneo, como Ambrósio de Milão (340-397 d.C.). Ainda, era um crítico profundo e não tolerava atitudes que fossem contra as escrituras, prova disso era a quantidade de cartas que escreveu sobre ética e moral cristã, destinadas a membros do clero romano, com o intuito de catequizar, pregar e expor a doutrina cristã nicena. O carisma e a habilidade de articular ideias e falar ao público tornava-o especial ao cristianismo, uma vez que Agostinho encontrava dificuldades para conversão de novos fiéis no norte da África, pois a própria população havia se voltado a outras religiões e aderiram aos cultos locais. Há ainda, teorias de que as perseguições feitas aos donatistas na região norte-africana, pelo conde Macário, durante parte do século IV d.C., tenham contribuído para um esquecimento do cristianismo, como afirmado por, Paulo Vinícius Figueiredo dos Santos (2012).

Agostinho, ao mesmo tempo que representava uma possibilidade de expansão do cristianismo niceno, também mostrava-se como uma ameaça, pois havia um medo das populações norte-africanas de “latinizar-se”, pois uma conversão ao cristianismo significava uma romanização e, com isso, essas comunidades, como Hipona, perderiam parte de suas identidades culturais, por isso, muitas vezes, as pessoas optavam por cultos locais, fazendo com que o cristianismo não adentrasse profundamente na vida dos nativos, mas apenas superficialmente.

Para alcançar seus propósitos o Bispo de Hipona buscava desvencilhar a imagem da Igreja das violências cometidas pelo cristianismo em meados do século IV d.C., e para isso, teve que aprender a lidar com um movimento cristão que criticava o cristianismo niceno, como era o caso dos donatistas, que possuíam uma grande base de fiéis ao norte da África. Ocorreu em muitos casos das populações locais converterem-se ao cristianismo devido aos interesses econômicos e sociais, “em muitos casos, a população local se convertia ao cristianismo para conquistar a possibilidade de cotejar uma magistratura ou obter privilégios” (SANTOS, 2012, p. 5). É possível perceber que muito da influência que Agostinho conseguiu exercer sobre a comunidade foi graças ao apoio e alianças que conquistou ao longo de sua vida.

Por bastante tempo ele contou com o apoio de grandes proprietários de terra em Cartago e em Hipona. Muitas vezes não se intrometia nos assuntos políticos locais, a não ser quando percebia certos abusos dos prefeitos romanos sobre a comunidade, tais como, altos impostos sobre terras e prisões de camponeses por motivos fúteis, como aponta, Santos, (2012). As ações praticadas por ele contribuíam para a conquista de prestígio e apoio entre as elites locais. O apoio desses proprietários de terra dado a Agostinho, permitiram que ele justificasse as perseguições feitas contra os maniqueístas presentes na diocese que atuava como Bispo. E com seu perfil carismático conseguia admiração dos mais desfavorecidos economicamente. Agostinho contava, ainda, com o apoio de uma elite intelectual cristianizada, que com uma linguagem popular, contribuía para tornar o cristianismo compreensível para as pessoas, principalmente aos que não eram cristãos.

É dentro desse contexto que ele começou sua missão de construção de uma identidade cristã- nicena que fosse aceita e afirmada no Império. Sendo possível perceber suas influências e seus anseios para a sociedade a qual estava inserido e seus objetivos em traçar uma identidade consolidada para o cristianismo e que fosse aceita e adotada por cristãos e também aos que não fossem cristãos.

A Identidade Romana não estava moldada e construída durante o século V d.C., pois havia uma multiplicidade de influências culturais que impossibilitavam uma construção única do que era ser romano.

Sendo assim percebemos a identidade romana como algo que não era estática e unitária, mas de uma pluralidade de identidades que se formaram e contribuíram para a formação do Império Romano, através de várias manifestações culturais que se incorporaram umas às outras. Sendo a identidade cultural uma das fronteiras marcadoras de limites entre o que seria ser romano e o não ser, mas que permitiu uma possibilidade de negociações e flexibilidade entre as diferentes culturas existentes no Império.

A partir dessa perspectiva, podemos pensar como Agostinho utilizou de diversas estratégias para expandir e afirmar o cristianismo niceno no Império Romano Ocidental no século V. Os discursos agostinianos tornaram-se uma ilustração da relação entre o social e simbólico e o nascimento de uma identidade baseada na construção da diferença, uma vez que, a identidade cristã nicena dependeu de cultos distintos para se estabelecer enquanto uma fé que pudesse ser tomada como única e verdadeira. A formação da identidade cristã se fez através das crenças religiosas, práticas morais e opiniões que tornaram-se coletivas na medida em que o cristianismo niceno se propagava,

principalmente, através das transmissões orais, que tornaram-se o meio mais eficaz de difusão de tais ideias na sociedade da época.

O Bispo de Hipona criou marcadores do que era o verdadeiro cristão, dentre alguns estavam a proposta de virgindade, de matrimônio e também dedicou-se a escrever e falar sobre os bens da viuvez para atingir mulheres viúvas sobretudo, das camadas sociais mais altas daquele momento.

A virgindade por exemplo, constituía-se na proposta agostiniana um símbolo marcador que diferenciaria os cristãos nicenos dos outros cultos existentes, inclusive, das demais vertentes do cristianismo, pois esta juntaria o individual e o coletivo em um único objetivo, o de cristão ideal compondo assim a identidade cristã-nicena. Entretanto, observamos que, a existência de correntes religiosas diferentes da defendida pelo Bispo foi importante para que ele conseguisse espaço para seu cristianismo, sobretudo, após o saque de Roma, pelos Visigodos em 410 d.C., início do século V d.C., devido o impacto que teve, tanto na mente dos cristãos, como na dos não cristãos. Com isso, ele utilizava de diversas ferramentas retóricas para convencer seus interlocutores.

Sobre o assunto o autor José Mário Gonçalves, expõe que:

Assim, o paganismo não é uma questão de somenos importância para Agostinho, mas um tema que ele tratava com seriedade. Por isso, em suas cartas, ele faz uso de diversas estratégias retóricas a fim de convencer seus interlocutores a respeito daquilo que considerava ser a verdade da religião cristã contra os erros do paganismo (GONÇALVES, 2016, p. 91).

Entende-se que a situação de conflito e a intolerância se destacaram e foram criadas no contexto do século V d.C. para romper com a vida cotidiana normal, para que o cristianismo pudesse se impor como único e verdadeiro culto na sociedade. Sendo possível a criação de uma identidade cristã, apenas com a existência de outros cultos, porque algumas práticas destes, delimitavam as fronteiras entre o que era ser cristão e o que não era. Após a morte do imperador Teodósio, no final do século IV d.C., a crise política e as invasões bárbaras aumentaram os conflitos existentes entre cristãos e não cristãos no Ocidente. A agressividade dos hereges contra os cristãos foi acirrada, ao passo dos primeiros culparem o novo culto das crises ocorridas no Império do Ocidente. Por outro lado, as crises provocadas pelas invasões de povos não romanizados abriram espaço para que os bispos pudessem aumentar sua presença, poder e prestígio nas esferas públicas das cidades, por uma série de fatores, dentre eles, destacamos: primeiro, a caridade cristã, exercida pela igreja. Essa instituição situou-se como intermediadora entre os ricos e pobres, conseguindo constantes doações, o que possibilitou ajudar os

pobres. Segundo, o sistema de caridade da igreja cristã era muito mais abrangente, o que permitia atender os mais necessitados, aqueles que eram marginalizados pela sociedade e por último, devido às perturbações político-econômicas geradas pelas migrações germânicas, boa parte da aristocracia romana fugiu para os campos, cabendo basicamente ao episcopado garantir a assistência social no meio urbano onde a pobreza era mais evidenciada.

Nas palavras do autor, Fabiano de Sousa Coelho, 2018, citamos:

No século V, as cidades do Mediterrâneo passam por novas crises provocadas pelas invasões bárbaras e que geraram o aumento da pobreza e, consequentemente, queda na produção de alimentos, tributos e nos serviços públicos. Com isso, as autoridades eclesiásticas criam uma rede de caridade e aumentam sua presença, poder e prestígio na esfera pública das cidades (COELHO, 2018, p. 14).

Essas atividades realizadas pelos bispos e clérigos para ajudar a população fez aumentar a notoriedade e importância da fé cristã na vida das pessoas, pois elas sentiam-se parte de algo, com algum valor, ao mesmo tempo que desprezavam cada vez mais as invasões sofridas e seus feitos. Aproveitando-se da situação, Agostinho, por meio de seus discursos, conseguiu acentuar as diferenças e minimizar as semelhanças entre o cristianismo niceno e as demais religiões, fortalecendo assim, as demarcações e fronteiras existentes entre eles. Todavia, era possível inverter posições em certos momentos de acordo com os interesses, por exemplo, ele apontou similaridades entre cristianismo e paganismo, quando tratava-se da conversão destes ao cristianismo. Com isso, o discurso agostiniano ia de acordo com seus interesses momentâneos. Sobre as questões levantadas, José Mário Gonçalves, (2016), observa que:

[...] quando se tratava de converter pagãos ou incerti, Agostinho procurava fazer uso de recursos argumentativos que eram familiares e aceitos pelos seus destinatários, como as referências à história romana, à literatura e à filosofia platônica e estoica. Neste caso, reconhecia-se elementos de verdade no discurso pagão com o objetivo de levar o interlocutor a reconhecer a verdade completa do cristianismo. Ao contrário do que se pode pensar, os pagãos não aceitavam as imposições e discursos cristãos sem reação, estes também utilizavam de estratégias retóricas para se defenderem. Para isso, recorriam a passagens bíblicas e uso de argumentos de fontes comuns as de Agostinho, aproximando da fé cristã de seus próprios princípios religiosos, minimizando as diferenças entre ambos. “Assim, enquanto o bispo cristão fazia uso de autores pagãos, os pagãos faziam uso de argumentos tipicamente cristãos em seus discursos” (GONÇALVES, 2016, p 92).

Nessa proposta percebemos a construção da identidade através das condições e interesses a ela dada, em um momento utiliza-se das diferenças para justificar porque

uma e não outra. Outrora, utiliza-se das similaridades para atrair aqueles que não pertencem. Sendo esta, vinculada a condições sociais e materiais, a inclusão e exclusão, das vantagens e desvantagens, não sendo homogêneas, em determinados momentos necessitam ser negociadas para se formarem.

Partindo dessa premissa, observamos como o Bispo Agostinho utilizou-se de recursos que o favorecesse, criando artifícios que ao mesmo tempo que diferenciassse os verdadeiros cristãos, nesse caso nicenos, das demais vertentes cristãs e também das não cristãos, que existiam no Império. Ele conseguiu através de discursos, tratados, opúsculos, cartas e uma rede de relações influente, inclusive com o Poder Imperial, construir elementos identitários para o culto que defendia e impor sua religião aos demais.

Apropriando-se de seus privilégios alcançados, prestígio social adquirido, e aproximação entre o corpo eclesiástico e o Império, Agostinho não só conseguiu atingir seus companheiros, mas também aqueles que se opunham às suas ideias e, com sua oratória, expandiu a cristandade por onde passou assim, contribuiu na construção da Igreja cristã-nicena. Portanto, as análises sobre o nosso personagem Agostinho nos permite compreender as relações existentes entre o Poder Eclesial e o Poder Imperial do século V d.C. Essas relações davam-se por interesses políticos, econômicos, mas, sobretudo, para imposição de quem era mais forte, sobre os julgados mais fracos, um conflito de interesses pessoais e coletivos para a construção e consolidação de uma religião como única e verdadeira. Com efeito, compreender tais relações existentes no século V d.C., são fundamentais para concernir e criticarmos como se deu o processo de construção da própria sociedade Ocidental e como ela é afetada até os dias atuais por problemáticas surgidas ainda na Antiguidade.

Finalmente, Agostinho de Hipona ficou conhecido como um dos Pais da Igreja, pois ao longo do século V d.C., contribuiu e defendeu os costumes e dogmas cristãos, decidindo assim os rumos da Igreja. Seus textos tornaram-se fontes não apenas para o meio Eclesiástico, como também para compreensão do contexto da Antiguidade.

Referências

AGOSTINHO. **Dos Bens do Matrimônio A Santa Virgindade Dos Bens da Viuvez:** Cartas a Proba e a Juliana. Coleção Patrística. São Paulo: Paulus, 2007.

AGOSTINHO. **Confissões.** São Paulo: Canção Nova, 2007.

COELHO, Fabiano de Souza. Agostinho de Hipona e os discursos ascéticos e de gênero nos Tratados de Bono Conjugali e de Sancta Virginitate. **Tema Livre**, v. 4 Edição n.3 p. 72-90, 2018.

GONÇALVES, José Mário. **Entre táticas e estratégias:** tolerância e intolerância religiosa no epistolário de Agostinho de Hipona (390-430). Tese [Doutorado], Universidade Federal do Espírito Santo, 2016

MAIA, Waleska Souto. **Aporias em Agostinho:** de Tagaste à Hipona. SIMPÓSIO XXIX DE HISTÓRIA NACIONAL – ANPUH. Brasília, julho, 2017.

SANTOS, Paulo Vinícius. As múltiplas faces de Agostinho. ANAIS DO XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

SANTOS, Paulo Vinícius. **A ideia de guerra justa no contra Fausto Manichaem de Agostinho de Hipona (354-430).** Dissertação [Mestrado], Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UNIRIO), 2012.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

A POLIVALÊNCIA DAS ELITES NO VALE DO JEQUITINHONHA (MG): UMA ANÁLISE INTRODUTÓRIA DA TRAJETÓRIA DE MURILO BADARÓ

Albér Carlos Alves Santos¹⁴

A polivalência das elites em Minas Gerais é um tema presente em variadas análises da chamada “questão regional”, sobretudo por que no estado, o projeto modernizador ao longo do século XX, com destaque à primeira metade, como apontou Dulci (1999) esteve pautado por um conjunto de personalidades heterogêneas, que tinham interesses divergentes e comuns, a depender da situação. Esses atores, no entanto, apostavam na possibilidade de conciliação, tendo em vista um ideário de mineiridade¹⁵. Evidentemente, em última instância, a manutenção do poder ou aumento dele era um dos elementos facilitadores dessa coalização de elites.

É preciso atentar-se, no entanto, para o caráter multifacetado que configurou a elite mineira. Seus atores acumularam funções e papéis ao longo do processo modernizador do estado. Nesse sentido, um mesmo ator social percorria diferentes espaços, como a política (enquanto exercício de mandato), o serviço público, o serviço privado, a representação de entidade de classe, os espaços de produção cultural etc.

Dulci (1999) em importante estudo sobre a recuperação econômica de Minas Gerais, na primeira metade do século XX caracteriza as principais elites atuantes no estado, sendo a elite política e agrária (tradicionais) e a elite técnica e empresarial (modernas). Para o autor há por parte de algumas personalidades um trânsito entre posições de elites, que representa a polivalência como uma característica presente na história de diversos expoentes, tanto da política, como do empresariado e da tecno-burocracia mineira.

Nesse sentido, essa comunicação interessa por um ator social específico que tem vínculo com a elite política em Minas Gerais e que teve prestígio também a nível nacional. Aqui será apresentada de forma introdutória a trajetória de Murilo Paulino Badaró, que se tornou, no decorrer da segunda metade do século XX, um representante regional do Vale

¹⁴ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS / Unimontes), Assistente Social da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). E-mail: alber15369@gmail.com

¹⁵ A ‘mineiridade’ se constituiu enquanto uma identidade regional legitimada. É um conceito amplamente utilizado, sobretudo como recurso político. Dulci (1999) apresenta três funções ideológicas à ideia da ‘mineiridade’. A primeira é “servir como uma ideologia da classe dominante”. A segunda é a de ajudar a legitimar o domínio das elites, na medida em que o restante da sociedade, ou parcela significativa da mesma, compartilha os valores e símbolos regionais. E a terceira é a de fortalecer os interesses do estado de Minas Gerais na arena nacional.

do Jequitinhonha nas mais diversas funções que ocupou ao longo da sua carreira política e também no campo cultural.

Colocam-se algumas questões para enfoque mais específico, sobretudo considerando a ideia de representante regional (Bourdieu, 2010) que se explicita na figura de Murilo Badaró. Nesse sentido propõem-se duas perguntas principais, com objetivo de analisar a trajetória de Murilo Badaró com relação à região¹⁶ do Vale do Jequitinhonha. Na trajetória política de Murilo Badaró o sobrenome familiar funciona como elemento de diferenciação? Murilo Badaró pode ser considerado da elite regional polivalente?

Murilo Paulino Badaró nasceu em Minas Novas (MG) no dia 13 de setembro de 1931, filho de Francisco Badaró Júnior¹⁷ e de Gelcira Paulino Badaró, família tradicional na cidade, pois o sobrenome Badaró foi acumulando prestígio ao longo das relações de casamento entre membros da elite política e agrária local, sendo uma força simbólica ligada à história, tanto da cidade, como de uma regionalização¹⁸ do Vale do Jequitinhonha.

De acordo com Horta (1986), em sua análise sobre as famílias governamentais de Minas Gerais, “o casamento era um laço a perpetuar a estrutura. Quem não era ‘homem bom’ e aspirava promover-se socialmente, teria forçosamente de casar-se em família de ‘homens bons’.” Aqui, pode-se analisar a trajetória “dos Badaró” a partir da tentativa constante da busca de prestígio para que se figurassem (ou continuassem) na sociedade de “homens bons”. Desde o casamento do trisavô de Murilo Badaró, vemos uma ligação de vínculos sempre com pessoas prestigiosas, sendo o político o principal deles.

No caso da família Badaró, a própria “história governamental” (Horta, 1986), a escolarização dos filhos e a trajetória na política já opera um princípio de distinção,

¹⁶ O conceito de região é amplo e complexo, pois é explicado em diferentes áreas do saber, como apontou Bourdieu (2010). No caso do Vale do Jequitinhonha, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) dividiu o território de Minas Gerais em doze mesorregiões, entre elas o Jequitinhonha. Além do IBGE, outra instituição que regionalizou o território mineiro foi a Fundação João Pinheiro (FJP) que instituiu em 1992 as Regiões de Planejamento que levaram em consideração a regionalização do IBGE em mesos e microrregiões entre outros critérios. Esse trabalho não pretende discutir especificamente o conceito de região, mas sim uma determinada representação de fronteira (Bourdieu, 2010) que esteve ligada a atuação do então deputado Murilo Badaró após a proposta de criação da Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (Codevale) em 1964. A Codevale é responsável por uma delimitação da região do Vale do Jequitinhonha.

¹⁷ O pai de Murilo Badaró era médico, mas percorreu a política partidária, seguindo a linhagem familiar. Foi prefeito de Minas Novas (MG), município que foi controlado por décadas pelo avô e bisavô maternos e pelo pai. Foi também deputado estadual de Minas Gerais de 1927 até 1930. Em outubro de 1934, elegera-se deputado à Assembleia Constituinte de Minas Gerais, nomeado por Getúlio Vargas e prefeito de Minas Novas até 1945. Foi deputado federal em 1963. Ainda neste ano, dirigiu o Departamento Nacional da Criança do Ministério da Educação e Cultura, e, de 1966 a 1970, o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais, no governo de Israel Pinheiro. Faleceu em Belo Horizonte no dia 18 de janeiro de 1970 (CPDOC, 2023).

¹⁸ Como já apontado, Murilo Badaró foi o proponente da lei que criou a Codevale, que marcou uma determinada caracterização regional do Vale do Jequitinhonha a partir da década de 1960.

estrutura, estruturante do *habitus* (Bourdieu, 1990). Em entrevista para a série ‘Memória e Poder’ da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG, 2002), o próprio Murilo Badaró indica que ele nasceu em uma “casa política” se referindo a seu pai, Francisco Badaró Júnior, e também a avô¹⁹, bisavô²⁰ e trisavô(trisavô)²¹. Ainda de acordo com ele, “a trama familiar em Minas Gerais sempre prevaleceu muito na política, sempre foi muito importante. Talvez não como um dado decisivo, mas como um dado formador de situações” (ALMG, 2002).

Na entrevista citada acima, Murilo Badaró se coloca como um político vocacionado. A trajetória da sua família teria sido a responsável pela sua inclinação à política partidária. Nesse sentido, sua trajetória representa uma forma de utilização do patrimônio simbólico familiar (Grill, 2020). Toda uma herança simbólica é representada e reapresentada na figura do herdeiro político, que, a exemplo de Murilo Badaró, mantém uma narrativa organizada sobre seus antepassados próximos.

Ainda sobre alguns traços biográficos, Murilo Badaró, bacharelou-se em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1955, sendo que no período de estudante participou da política estudantil como um dos fundadores da Frente Acadêmica Renovadora e foi membro da União Estadual dos Estudantes. Elegeu-se deputado estadual pelo PSD em 1958, na época o mais jovem parlamentar da Assembleia mineira (27 anos). Também era cantor de ópera, com pseudônimo de Ricardo Villas. Teve ainda intensa produção intelectual com diversas obras publicadas, entre elas, citam-se:

Posição dos Estados Membros na Constituição Brasileira, 1951; Intervenção do Estado na Vida Econômica, 1951; Foge o Mundo da Economia Liberal?, 1952; Elaboração Constitucional, 1952; Papel do Estado-Membro da Federação, 1952; O Problema de Energia Elétrica em Minas Gerais, 1952; As Três Dimensões de Santiago Dantas, 1952; Uma Nova Inconfidência Mineira, 1952; Em Busca da Verdade Partidária, 1952; A Verdade sobre Minas Gerais, 1952; Discriminação de Rendas, 1962; Protesto de uma Geração, (Discurso Parlamentar), 1964; Do Jequitinhonha ao Tennessee - estudo sobre a vida americana, 1967; Sintomas da Rebelião Política de Minas, 1968; Os Kennedy e a Nova Política do Brasil, 1968; A América Sombria Antes das Eleições, 1968; Reforma e Revolução – uma

¹⁹ Francisco Coelho Duarte Badaró (tinha o mesmo nome do avô, que foi o precursor do sobrenome Badaró). Foi Deputado Federal Constituinte (1891-1893), Senador Estadual (1919-1921) e Deputado Federal (1921). Foi ainda Promotor da comarca de Minas Novas, tendo sido provido para o cargo de Juiz de Direito em 21 de abril de 1885. De 1893 a 1894 exerceu a função de Ministro Plenipotenciário do Brasil (embaixador) no Vaticano. Foi ainda Senador Estadual (1919-1921) e Deputado Federal (1921), tendo feito parte da executiva do Partido Republicano Mineiro (PRM) (ALVES, 2019).

²⁰ Há poucas pesquisas que tratam sobre os dados biográficos de Justiniano Corsino Duarte Badaró. De acordo com a Prefeitura Municipal de Francisco Badaró (2023), ele era Coronel da Guarda Nacional. De acordo com Alves (2019), ele foi tenente e coletor de impostos. Em Ramalho (2018) há uma descrição como família de proprietário de terras e de políticos em Guarapiranga (MG).

²¹ Francisco Coelho Duarte Badaró. Foi Sargento-Mor e Comendador. Obteve cargos políticos no Império, como deputado da Assembleia Provincial nas legislaturas de 1838-1840; 1841-1842 e 1843-1845 (ALVES, 2019).

interpretação político-econômica da crise mineira, 1970; Memorial Político, 1976; Alma de Minas; O Bombardino; Vigésimo Mandato (crônicas); José Maria Alkmin (biografia); Gustavo Capanema, uma revolução na cultura (biografia); Milton Campos, um pensador liberal (biografia) (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2023)²².

Como já indicado, Murilo Badaró ingressou na vida política em 1958, sempre ocupando funções públicas, seja por mandato eletivo ou por indicação (Tabela 1). Destacam-se: deputado estadual em Minas Gerais entre os anos de 1958 a 1965, deputado federal entre 1967 a 1979, senador de 1979 a 1984; ministro da indústria e comércio de 1984 a 1985, senador de 1985-1987. Ele também ocupou o cargo de vice-presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) entre os anos de 1987 a 1989, entre outros. Destaca-se ainda sua trajetória como um importante agente cultural, com participação em diversos meios de comunicação escrita²³, além de ter sido professor universitário (Centro Universitário de Brasília), fundador do Centro de Pesquisa e Estudos Mineiros²⁴ e presidente da Academia Mineira de Letras por mais de dez anos.

Tabela 1. Resumo mandatos e outros

Murilo Paulino Badaró			
		Início	Fim
Ma nda tos	Dep. Estadual (MG)	1959	1963
	Dep. Estadual (MG)	1963	1967
	Dep. Federal (MG)	1967	1971
	Dep. Federal (MG)	1971	1975
	Dep. Federal (MG)	1975	1979
	Senador (MG)	1979	1987
	Prefeito de Minas Novas (MG)	2005	2007
Out ros	Secretário de Estado do Governo de Minas Gerais	1966	1966
	Ministro da Indústria e Comércio	1984	1985
	Vice-Presidente do BDMG	1987	1989
	Presidente da Academia Mineira de Letras	1998	2010

FONTE: Elaborado pelo autor a partir de pesquisa em ALMG (2002), Câmara dos Deputados (2023) e Senado Federal (2023).

²² Cita-se ainda a biografia de Olavo Bilac Pereira Pinto, que foi escrita por Murilo Badaró. “Bilac Pinto: o homem que salvou a república” (primeira edição 2010, editora Gryphus).

²³ Foi colaborador do Jornal do Brasil, RJ e Hoje em Dia, Diário do Comércio e O Estado de Minas, MG, entre outros.

²⁴ De acordo com Reis, Grill e Pereira (2020), Murilo Badaró, em 1996, fundou e foi o primeiro presidente do Centro de Pesquisa e Estudos Mineiros, instituição voltada para reconstituir a história política e cultural do estado.

Murilo Badaró é parte da elite política de Minas Gerais que percorre outras funções públicas fora do campo político-partidário, ainda que influenciado por ele. Teve intensa produção como agente da cultura e das artes mineiras, sobretudo pela sua obra literária, com destaque para as publicações biográficas, como já mencionado. Nesse sentido pode-se caracterizá-lo em sua multinotabilidade (Grill, 2020).

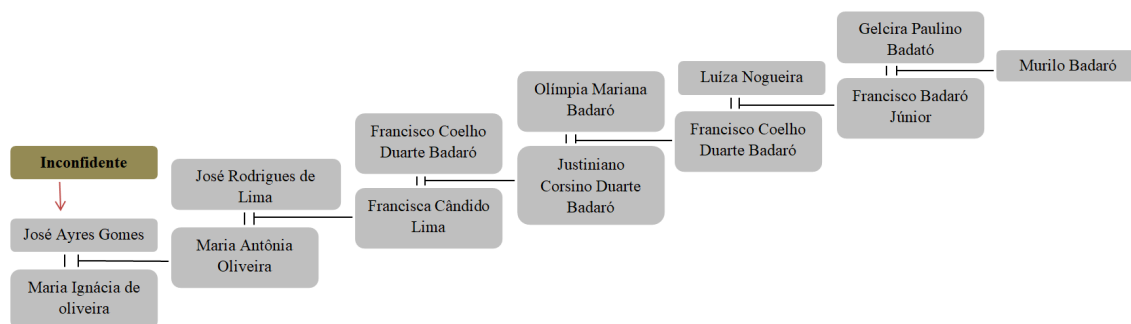
Com efeito, as *multinotabilidades* eram garantidas por lugares comuns de formação e laços de reciprocidade entre seus membros, reproduzidos por “herdeiros”, que acumulavam recursos sociais e políticos por intermédio de: casamentos; transmissão de competências no meio familiar; aprendizagens precoces em cargos; constituição de redes de clientelas via cargos políticos; e da passagem pelas faculdades de direito (em Minas Gerais) e de engenharia (no Rio de Janeiro), nas quais conquistavam não somente conhecimentos e habilidades, como também reforçavam os vínculos de amizade e com a parentela (GRILL, 2020, p. 143).

Considerando a abordagem de Dulci (1999) e Grill (2020), endente-se que a polivalência de Murilo Badaró acontece, sobretudo, pela sua multinotabilidade que lhe garante um caráter de “diferença, separação, traço distintivo” (Bourdieu, 2011, p. 18). Ele era herdeiro do espólio político da família “dos Badaró” em Minas Novas. Nesse sentido, a família tem centralidade na trajetória de Murilo Badaró. Em relação à noção de família, para Bourdieu (2011) sua função

tem um papel determinante na manutenção da ordem social, na reprodução, não apenas biológica, mas social, isto é, na reprodução da estrutura do espaço social e das relações sociais. Ela é um dos lugares por excelência de acumulação de capital sob seus diferentes tipos e de transmissão entre as gerações: ela resguarda uma unidade pela transmissão e para a transmissão, para poder transmitir e porque ela pode transmitir. Ela é o “sujeito” principal das estratégias de reprodução (BOURDIEU, 2011, p. 131).

De acordo com Horta (1986) a família Badaró tem ligação com as “famílias governamentais de Minas Gerais”, pois o bisavô de Murilo Badaró se casou com uma descendente da família Ayres Gomes, família do inconfidente José Ayres Gomes e do proprietário de terras e fundador do município de Santos Dumont (MG), João Gomes. Ao pesquisar a genealogia familiar, pode-se fazer uma pequena correção na análise de Horta (1986), pois, de acordo com Alves (2019) e Ramalho (2018), foi o trisavô de Murilo Badaró que se casou com Francisca Cândido Lima que era descendente da família Ayres Gomes. (Figura 1).

Figura 1. Diagrama Murilo Badaró.



FONTE: Elaborado pelo autor a partir de pesquisa de Alves (2019) e Ramalho (2018).

De acordo com Grill (2020)

O sobrenome Badaró tem notabilidade no rol das “grandes famílias” que, desde o século XIX, demarcaram os padrões de acesso aos postos de poder político que prevaleceram ao longo da segunda metade do século XX, em Minas Gerais. A descrição desse caso traz à tona não apenas as imagens arraigadas das “heranças políticas” – associando-as a alinhamentos partidários entre os membros, notadamente via aproximações mais à direita no espectro político –, como também o peso das inscrições culturais e reconhecimentos intelectuais para a sua afirmação social (GRILL, 2020, p. 144).

Destaca-se ainda que a atuação política de Murilo Badaró está ligada com um discurso regionalista do Vale do Jequitinhonha, bem como vinculada à criação de uma representação sobre a região. Analisar sua trajetória é importante para, por ela, conhecer o que hoje se naturalizou como Vale do Jequitinhonha.

Considerações Finais

A genealogia da família Badaró, sobretudo pela linhagem da representação político-partidária, demonstra o uso dos espólios simbólicos por parte de agentes dedicados aos trabalhos político e intelectual, que constrói uma imagem coletiva de sua “família”. Murilo Badaró, nascendo em uma família de tradição na política, percorreu um caminho que, em certa medida, estava estruturado a partir da tradição dos seus antecessores, sendo ele um herdeiro de um sobrenome que já operava como um sistema de diferenciação, com um legado que se reafirmou por meio dele.

A polivalência atribuída a Murilo Badaró enquanto uma elite (aqui entendida como parte dominante dos campos pelos quais transitou) se deve ao que aqui foi caracterizado como multinotabilidade. A partir da atuação político-partidária, que pode ser considerada precoce, e pela própria tradição das elites, sobretudo na escolarização dos filhos, percebe-se que foi possível o trânsito por outros campos, além do político. Nota-se ainda

na trajetória de Murilo Badaró a ocupação de diversos cargos de indicação, que lhe garantiram constante presença na política mineira e nacional, sempre carregando o discurso regionalista (do Vale do Jequitinhonha) como marca, uma vez que ele era natural de Minas Novas, uma cidade entre as fronteiras desta região.

Referências

ALMG. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Memória e poder**: Murilo Badaró. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/comunicacao/tv-assembleia/videos/video?id=652589&tagLocalizacao=>>. 2002. Acesso em: 11 jul. 2023.

ALVES, Débora Cristina. **Redes Clientelares, Sucessão e Herança em Guarapiranga – 1715 a 1820**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: _____. **O poder simbólico**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 107-132.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 11 ed. Campinas: Papirus, 2011.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Murilo Badaró**: biografia. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/131598/biografia>>. Acesso em: 10 jul. 2023.

CPDOC. **Francisco Badaró Júnior**. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-badaro-junior>>. Acesso em: 13 jul. 2023.

DULCI, Otávio Soares. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

Grill, Igor Gastal. Bases sociais, representações e usos de espólios simbólicos em “famílias de políticos”. **Repocs**, v.17, n.33, jan./jun. 2020.

HORTA, Cid Rabelo. Famílias governamentais de Minas Gerais. **Revista Análise e Conjuntura - FJP**. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 111-142, 1986.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BADARÓ. Dossiê de tombamento do Senhor morto. Disponível em <https://www.franciscobadaro.mg.gov.br/site/wp-content/uploads/2023/02/Dossie-Tombamento-da-Imagem-do-Senhor-Morto.pdf>>: Acesso em: 10 jul. 2023.

RAMALHO, Juliana Pereira. **Minas Novas**: um projeto de província nos sertões - povoamento e concentração fundiária na freguesia de São Pedro do Fanado (1834-1857).

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História - Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2018.

REIS, Eliana; GRILL, Igor Gastal; PEREIRA, Ariel. As “regiões” nas entrelinhas do trabalho político: bases sociais, investimentos intelectuais e carreiras parlamentares (MG, RS, PE e MA). **Revista TOMO**, n. 36, p. 267-320, 2020.

SENADO FEDERAL. **Senadores**: Murilo Badaró. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/2135>>. Acesso em: 10 jul. 2023.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

A PRODUÇÃO DE DISCURSO POLÍTICO EM JORNAIS E REVISTAS BRASILEIROS – UMA ABORDAGEM METODOLÓGICA

Sady Simões Ribeiro²⁵

Introdução

A pesquisa histórica com a mídia impressa, já há muito firmemente estabelecida como um dos solos mais férteis da História Social, pode-se beneficiar imensamente de uma abordagem interdisciplinar para aqueles que buscam transpô-la para determinados campos da História Política – em especial, para a História do Discurso Político. Desta forma, neste artigo, demonstro como a utilização de alguns autores basilares da Análise do Discurso político pode ser de grande auxílio a historiadoras e historiadores que pretendem estudar a imprensa brasileira, considerando suas imbricações no mundo do Político.

Em primeiro lugar, faz-se necessário afirmar o caráter eminentemente parcial e partidário do produto jornalístico. A esse respeito muito já foi dito por inúmeros autores que utilizam de uma perspectiva crítica para abordar questões relativas ao poder.

Já nos anos 1920, o marxista italiano Antônio Gramsci, em suas anotações acerca das formas sociais envolvidas na disputa por hegemonia política, afirma que “um jornal (ou um grupo de jornais), uma revista (ou um grupo de revistas), são também eles ‘partidos’, ‘frações de partido’ ou ‘funções de um determinado partido’” (GRAMSCI, 1976, p. 23). Como costuma ser o caso nos escritos desse autor, a sua acepção deste termo diverge daquela presente no senso comum contemporâneo. Para Gramsci, partidos são instituições destinadas a exercer a “função de equilíbrio e de arbitragem entre os interesses do seu grupo e os outros grupos” (GRAMSCI, 1976, p. 22), não necessariamente dependendo de um reconhecimento oficial para que atuem como tal – diferenciação entre partidos legais e partidos de fato.

Esta perspectiva sobre a função dos periódicos, firmemente assentada no campo do Político, serve ainda de blindagem contra uma incompreensão bastante insidiosa que muitos jornais e revistas insistem em difundir sobre si: a de se tratarem de “veículos de informação”, de caráter apolítico (GRAMSCI, 1976, p. 23). Vemos aqui, uma convergência do que propõe Gramsci com trabalhos mais recentes acerca da grande mídia. Noam Chomsky e Edward Herman, no livro *Manufacturing Consent: The Political Economy of the*

²⁵ Mestrando em História, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). E-mail: sadysr@hotmail.com

Mass Media, por exemplo, apontam como as elites econômicas estadunidenses, em conluio com o poder estatal, fazem uso de seus meios de comunicação para veicular notícias politicamente motivadas com base nos seus interesses de classe, mas ainda assim revestidas de um verniz de isenção bastante convincente para o público geral (CHOMSKY e HERMAN, 2008, p. 62). Essa forma bastante flagrante de manipulação é chamada pelos autores de “modelo de propaganda” e foi decisiva na legitimação de atos imperialistas e antidemocráticos do EUA durante a Guerra-Fria, como os crimes de guerra cometidos no Vietnã e as tentativas de golpe na Nicarágua.

Ainda no mesmo contexto, algo similar pode ser percebido na redação de jornais e revistas brasileiros. Um exemplo eloquente a esse respeito é a fundação da entidade patronal chamada “Rede da Democracia”, composta por representantes dos grupos midiáticos Globo, Diários Associados e Jornal do Brasil em 1963 em meio à crise do governo João Goulart que precede a instauração da Ditadura Militar de 1964. Essa organização, encabeçada pelo deputado e empresário das comunicações João Calmon, se dedicou a difundir propagandas anticomunistas que tiveram um papel decisivo da desestabilização da imagem de Goulart perante a população (MOTTA, 2000, p. 318). Diversos outros exemplos de alianças entre notáveis figuras da imprensa e a membros da Ditadura Militar são conhecidos, e muitos deles são desvelados também por Paolo Marconi e (1980) e Beatriz Kushnir (2004).

Portanto, tomando por base o posicionamento bastante claro dos referidos autores sobre o pertencimento da mídia à esfera do Político, torna-se natural rejeitar interpretações como a do historiador René Rémond, segundo a qual “os meios de comunicação não são por natureza realidades propriamente políticas: podem tornar-se políticos em virtude de sua destinação, como se diz dos instrumentos que são transformados em armas.”. Como aponta Gramsci, quando o interesse político por trás da publicação de um periódico não é explícito, frequentemente esse se disfarça por trás de um interesse “meramente econômico”, mas que tem, sim, fundamentação política (GRAMSCI, 1976, p. 23).

História do Discurso Político e Nova História Política

Na busca de um novo caminho metodológico que permita aos historiadores transitarem seguramente pelas páginas de jornais, pode-se considerar uma série de outras abordagens, inclusive de dentro do próprio campo da historiografia, como é o caso da História do Discurso Político, segundo proposta pelo historiador britânico John Pocock.

Como narra Poccock, a História do Discurso Político surge na Inglaterra, através da incorporação de avanços que se desenvolviam na linguística e na filosofia, em especial a pragmática e do estudo dos “speech-acts” de J. L. Austin e algumas novas abordagens da filosofia política (POCCOCK, 2013). Esses autores se dedicavam a explorar as contingências impostas pela linguagem no pensamento humano, assim como a possibilidade de se concebê-la como uma espécie de interferência sobre o mundo social, para além de um simples conjunto de normas gramaticais e estilísticas.

John Poccock avança então o campo em suas obras de maior notoriedade, como o bastante ambicioso *The Machiavellian Moment*, (1975), incorporando alguns novos elementos no estudo dos autores cânones da filosofia ocidental. Dentre suas contribuições mais significativas podemos destacar a defesa de que uma história do discurso deve ser entendida em primeiro lugar como uma história da linguagem, ou melhor, uma história “das linguagens”.

Há também em Poccock, a concepção das manifestações que compõem o discurso político como parte de um “jogo”, pondo em oposição diferentes sujeitos em disputa (POCCOCK, 2013, p. 31). Esses atores utilizariam da linguagem para realizar “lances”, ou seja, “fazer algo” que tenha influência sobre o mundo exterior ao texto. Encontra-se aqui justamente a contribuição de maior interesse dentre as recomendações do autor para o estudo da grande imprensa. Torna-se inviável o estudo uma publicação produzida em larga escala, como são os jornais, sem que se atente para a existência de uma intencionalidade que a precede, ou seja, de “atos de fala” ou do “lance” que os autores almejam executar. Inserindo na análise os conhecidos interesses privados dos empresários e editores, pode-se dizer que o resultado é algo próximo das conclusões de Chomsky e Herman (2008) em sua análise do modelo de propaganda que guia a mídia estadunidense: os grandes jornais e revistas seriam parte da estratégia das elites no jogo pelo poder, um instrumento através do qual poderiam performar seus “lances”.

Entretanto, a extensão do que se pode realizar através da História do Discurso Político dentro do recorte do trabalho com periódicos na História Política é limitada. Pode-se mencionar, em primeiro lugar, que o olhar historiográfico que o autor propõe tem como fim preferencial o estudo de textos de cunho filosófico ou discursos de figuras politicamente eminentes, que vieram a adquirir estima por sua retórica ou valor teórico, de forma que a apropriação desses métodos pelo historiador da imprensa deve-se fazer com consciência dessa diferença de objeto.

Outro atrito possível seria a preferência de Poccock por recortes temporais de longa duração, atravessando séculos inteiros, como se percebe na sua descrição do que

seriam os “paradigmas” do discurso político, importantes conformações de fatores associados a um determinado contexto linguístico, sobre o qual os atores se articulam e que deve ser considerada pelo historiador: “A longevidade dos paradigmas não é predeterminada, e a duração da história do discurso escrito tem estado mais próxima de dois milênios que de três, na maioria das culturas em que ele é encontrado” (POCCOCK, 2013, p. 47).

Embora haja autores que defendem o pertencimento das análises de longa duração à história do Político, como faz o francês Jacques Julliard (JULLIARD, 1976), é notório que não será em todo caso que pesquisadores terão os meios ou a motivação para trabalhar com recortes tão longos. O caso da pesquisa histórica sobre periódicos (como objeto, não apenas como fonte), em especial, normalmente vem acompanhada de uma preocupação com o “eventual”, aquilo que ocorreu e de imediato já foi noticiado; além de se precisar sempre investigar “uma prosopografia dos jornalistas e dos dirigentes da imprensa” (JEANNENEY, 2003, p. 222), que inscreveria essa pesquisa necessariamente no recorte da vida de trabalho daquelas pessoas. Todavia, não deixa de ser bastante factível que a História do Discurso Político de Poccock pode ainda ser apropriada para esses usos, mesmo que seja necessário abrir mão em partes de investigações sobre o contexto linguístico mais amplo em prol de uma análise focada nos lances e nas performances dos jornais.

Ademais, deve-se ter em mente que a historiografia política moderna não dispensa de amalgamações metodológicas que a tornem mais operativa. A incorporação de análises de origem marxista, por exemplo, pode ser bastante salutar para a compreensão de determinados fenômenos, como bem mostra Laurindo Pereira (PEREIRA, 2008). Isso se vê também no domínio dos meios de comunicação. O questionamento de Jean-Noël Jeanneney, autor clássico da chamada “Nova História Política”, por sua vez, sobre a susceptibilidade dos conglomerados de mídia aos interesses econômicos das elites é um exemplo claro disso. O autor afirma que

um esforço de corrupção aplicado a uma imprensa venal pode contribuir para criar um clima; mas isto praticamente só ocorre nesses domínios marginais que não empolgam a maioria do público ou ainda no meio financeiro, o dos otários a serem depenados (JEANNENEY, 2003, p. 216).

algo que pode ser rebatido por exemplos da mídia brasileira, como mostram Rodrigo Motta (2000); ou por uma análise crítica da mídia, como as de Chomsky e Herman (2008) e de Gramsci (1976). Da mesma maneira, pode-se assimilar a leitura de autores como os

supracitados a uma preocupação com o discurso político produzido na mídia, a partir de orientações práticas de John Poccock.

Análise do Discurso

Um campo naturalmente interdisciplinar que tem ganhado espaço entre cientistas sociais, linguistas e filósofos contemporâneos é a miríade de perspectivas conhecidas como “análise do discurso”. Percebe-se, a partir de fins dos anos 1960, a emergência de trabalhos acadêmicos nessa voltados para o estudo de como formas de discurso interferem na estrutura da sociedade, com especial preocupação quanto à sua relação com o poder e a dominação (VAN DIJK, 2001). Alcança-se assim o desenvolvimento de metodologias de estudo de textos que almejam compreender seu conteúdo em profundidade sem perder de vista o posicionamento de seus produtores no mundo social.

Devido à emergência concomitante desse tipo de estudo em diferentes áreas do conhecimento, sem necessariamente terem sido gestadas sob um referencial teórico comum, dificilmente pode-se apontar para um método ou uma perspectiva filosófica unívoca para a Análise do Discurso (VAN DIJK, 2001). Porém, é possível contrapor as propostas de autores influentes nesse campo que tenham objetos e abordagens díspares para se traçar elementos gerais do que se entende como o conceito de discurso e de como aplicá-lo no estudo da mídia.

O primeiro autor que normalmente se considera quando se remete ao estudo das chamadas formas discursivas é provavelmente o filósofo francês Michel Foucault. Embora não seja possível considerá-lo propriamente como uma referência “da Análise do Discurso” como se compreende o termo atualmente, a expressão assim escrita aparece em sua obra como uma referência casual ao tipo de investigação que pretendia desenvolver (FOUCAULT, 1999, p. 57). A preocupação de Foucault, não residia tanto no debate acerca de um método eficaz para o escrutínio de textos, mas sim em entender a discursividade como elemento que perpassa diferentes manifestações da experiência humana: como conduíte do poder entre os indivíduos e como critério de viabilidade do conceito de verdade. Quando se referia às formas de domínio sobre o conhecimento exercidas por uma ou outra disciplina (como a medicina ou o direito), Foucault fornece um bom exemplo da amplidão e do poder do discurso:

É sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem; mas não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo as regras de uma “polícia” discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos (FOUCAULT, 1999, p. 35).

Entretanto, é importante não perder de vista as admoestações do linguista neerlandês Teun A. Van Dijk quanto ao perigo de se apoiar demais em propostas muito amplas e pouco sistemáticas, como a do filósofo francês, ao se tentar organizar um método de trabalho dentro da égide da Análise do Discurso (VAN DIJK, 2001). É sempre mais produtivo incorporar as visões de teóricos como Foucault quando essas são associadas a propostas metodológicas pormenorizadas e atualizadas quanto ao avanço do campo.

Adentrando então no terreno da Análise do Discurso “propriamente dia” (como normalmente é compreendido o tema nos dias atuais), uma autora brasileira que muito tem a contribuir na compreensão dessa abordagem é a analista do discurso Eni Orlandi. Em sua obra Análise de Discurso (ORLANDI, 2009), a autora sistematiza os procedimentos a serem seguidos por um pesquisador que almeje incorporar essa abordagem, seguindo principalmente na sua vertente francesa inaugurada pelo linguista Michel Pêcheux no final dos anos 1960. Orlandi propõe uma análise bastante influenciada pelo marxismo, o que se reflete especialmente na importância da categoria ideologia para sua análise, sendo essa um elemento-liga entre a esfera do linguístico e a do Político, cuja interação seria indispensável para a produção de sentido (ORLANDI, 2009, p. 38).

Um ponto que aproxima a proposta de Orlandi e Pêcheux à de Foucault seria o reposicionamento dos elementos linguísticos discursivos para além de uma configuração típica da semiótica (emissor, receptor, código, referente e mensagem), que, no texto de Orlandi aparece como a discussão sobre a “transparência” da linguagem: “Diferentemente da análise de conteúdo, a Análise de Discurso considera que a linguagem não é transparente. Desse modo ela não procura atravessar o texto para encontrar um sentido do outro lado. A questão que ela coloca é: como este texto significa?” (ORLANDI, 2009, p. 17). Assim, elimina-se duas ideias: a de existiria uma forma de cognição anterior à linguagem, e que os significados (ou o discurso) surgem como meros subprodutos desse processo linguístico de representação, sendo substituída aqui por um princípio do discurso ativo, como sujeito do verbo significar.

Para o trabalho histórico com periódicos, pode-se considerar especialmente útil a discussão sobre ideologia proposta pelos autores. Além de ser um elemento constituinte da própria relação humana com a linguagem, a ideologia é também a responsável pela sua dimensão histórica – “A ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido” (ORLANDI, 2009, p. 48). Assim, uma união entre essa perspectiva e aquela associada ao entendimento da mídia

como uma produtora de um “modelo de propaganda” (CHOMSKY e HERMAN, 2008) é praticamente automática.

Encontra-se também entre as propostas da autora uma ferramenta importante para se trabalhar com as omissões como forma de complementar a compreensão dos elementos incorporados no texto em si. Nas palavras da Orlandi, “ao longo do dizer, há toda uma margem de não-ditos que também significam” (2009, p. 82). Esse não-dito pode transfigurar-se em diversas formas – o implícito, o silêncio e toda uma vasta tipologia de formas de ocultamento descrita pela autora – o que fornece ferramentas preciosas ao historiador que trabalha com objetos tão repletos de apagamentos, como a censura (tal qual se viu nos tempos do A1-5 durante a Ditadura Civil-Militar, por exemplo) ou a sujeição do jornalista à própria política editorial do veículo em que trabalha. Seriam essas lacunas tão importantes quanto o trabalho com o que é prontamente explicitado, dado que “o não-dito é subsidiário ao dito” (ORLANDI, 2009, p. 82).

Por fim, cabe também uma menção a outro teórico da Análise do Discurso cujo trabalho pode ser apropriado, especialmente por historiadores do Político, para se analisar a mídia impressa. Patrick Charaudeau, autor francês, ao analisar os elementos constitutivos do discurso político, propõe uma abordagem marcada pela relação entre discurso e ação, já que, segundo ele, “o discurso político (bem como todo tipo de discurso) não tem sentido fora da ação, e que a ação busca, para o sujeito político (mas também para todo sujeito), o exercício de um poder” (CHARAUDEAU, 2006, p. 252). Assim, além do efeito imediato do texto no seu interlocutor, o discurso político tem frequentemente o objetivo de induzir o outro à ação, de coagi-lo a determinada conduta.

Apesar de o autor centrar sua análise em uma noção de “sujeito político”, que o incluiria quase exclusivamente os políticos profissionais (CHARAUDEAU, 2006, p. 258), isso não deve inibir historiadores de se valerem de suas categorias para o estudo da imprensa. Há, por exemplo, a concepção de Charaudeau de que um dos principais eixos da atividade social seria o “dizer político”, onde “é a linguagem que domina, através de uma luta discursiva em que várias estratégias são permitidas (manipulação, proselitismo, ameaças / promessas, etc.), o objetivo sendo a imposição de uma opinião” (CHARAUDEAU, 2006, p. 257) – aqui se encontra o poder da mídia, que através da linguagem, do “dizer político” induziria o sujeito comum a determinado comportamento.

Conclusão

Considerando o exposto, pode-se afirmar, em primeiro lugar, a renovação metodológica da História Política como uma das principais forças motrizes do

desenvolvimento desta disciplina, o que se dá, geração após geração, principalmente pela incorporando de novas perspectivas que se desenvolvem em outras áreas do conhecimento. Tal foi a postura de historiadores como Pierre Nora, René Rémond e Jacques Le Goff, que inauguraram a terceira geração dos Annales e hoje prefiguram o cânone da História Política moderna, como a revisão bibliográfica de Tânia de Luca (2008), e Laurindo Pereira (2008) são capazes de demonstrar.

A incorporação, portanto, dos intrincados métodos da Análise do Discurso, assim como da teoria social de autores críticos como Chomsky, Herman e Gramsci se apresenta como uma escolha saudável e promissora para historiadores que almejam tomar como objeto o estudo os periódicos que circularam no Brasil dentro do recorte teórico do Político.

Referências

CHARAUDEAU, P. O Discurso Político. In: EMEDIATO, W.; MENEZES, W.; MACHADO, I. L. Análise do discurso: gênero, comunicação e sociedade. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso-FALE/UFMG, 2006. p. 251-268.

CHOMSKY, N.; HERMAN, E. S. Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media. Londres: The Bodley Head, 2008.

GRAMSCI, A. Maquiavel, a política e o Estado Moderno. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

JEANNENEY, J.-N. A Mídia. In: REMOND, R. Por Uma História Política. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 213-229.

JULLIARD, J. A Política. In: LE GOFF, J.; NORA, P. História: novas abordagens. 3ª. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976. p. 180-196.

KUSHNIR, Beatriz. Cães de guarda. Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2004. Livro eletrônico não paginado.

MARCONI, Paolo. A censura política na imprensa brasileira. 1968-78. São Paulo: Global, 1980.

MOTTA, R. P. S. Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964). Tese (Doutorado). São Paulo: USP, 2000.

ORLANDI, E. P. Análise de discurso: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2009.

PEREIRA, L. M. A nova história política e o Marxismo. OPSIS, 8, 2008. 97-117.

POCCOCK, J. The Machiavellian Moment. Princeton: Princeton University Press, 1975.

POCCOCK, J. G. A. INTRODUÇÃO: O estado da arte. In: POCCOCK, J. G. A. Linguagens do Ideário Político. São Paulo: Editora da USP, 2013. p. 23-62.

RÉMOND, R. Do Político. In: RÉMOND, R. Por Uma História Política. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 441-453.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

A RECEPÇÃO DO TEATRO GREGO (SÉC. V A.C.) NA EUROPA E AMÉRICA DOS SÉCULOS XVII A XIX

Sandra Soares Ferreira²⁶

A História Antiga nos estimula a conhecer o Teatro Grego através da arte de suas tragédias e comédias, propiciando explicações para que se possa alcançar o conhecimento de uma época e de uma sociedade.

José Barros D'Assunção (2005) deixa claro que ninguém começa um trabalho científico do “zero”, sempre há abordagens de certo assunto por vários pesquisadores, que nos move a pensar e pesquisar. Por isso, abordamos o assunto do Teatro Grego, século V a.C., sob os estudos de vários escritores que nos faz um panorama de como esta arte influenciou no estilo, na literatura e outros aspectos no século XVII a XIX d.C. na sociedade da Europa, Península Ibérica e América.

Ao se falar do teatro pode se pensar que seja algo abstrato que aconteceu e desapareceu no passado. O Teatro Grego, século V a.C., período clássico, deixou seus vestígios através das peças teatrais trágicas e cômicas criadas pelos pensadores e teatrólogos: Ésquilo, Sófocles, Eurípedes e Aristófanes. O projeto artístico da Grécia, neste período clássico, a educação e a poesia estavam interligadas, dando valorização ao Homem, apresentando uma tendência antropológica do espírito ático, resultando no nascimento da humanidade através do conhecimento da verdade e essencial forma humana.

Os teatrólogos Ésquilo, Sófocles, Eurípedes e Aristófanes são os mais conhecidos do século V a.C., porque ofuscaram em fama, perspicácia e genialidade, mas durante este período tiveram outros autores que concorriam nos Festivais das Grandes Dionisiacas e as Lenéias, no entanto, discutiremos sobre o que se percebe ao estudar as peças teatrais do século V a.C.

Segundo Jaeger (1994), para Ésquilo o Homem é portador do destino, o leitor percebe na leitura de seus dramas a presença da maldição do destino, os erros arrastam o homem para a ruína, são efeitos de uma força demoníaca a qual ninguém pode resistir.

Oliveira (1993), nos faz um resumo das peças teatrais de Ésquilo:

²⁶ Graduada em História – Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes.
Email: sandrasoares187@gmail.com

Assim, Ésquilo equacionava temas como os perigos que pesam sobre o destino coletivo de uma cidade (Sete contra Tebas); o caráter destrutivo do despotismo, através de uma das primeiras imagens polêmicas da tirania, e a glória de Atenas (Persas); a necessidade de o mundo “ser orientado não pelo orgulho, mas pela moderação” (Prometeu); a oposição entre liberdade grega e escravidão bárbara (Suplicantes); a fundação mítica de um estado de direito (Eumênides). Nesta medida, Ésquilo foi um modernizador do mito da tragédia (Oliveira, 1993, p.72).

A arte de Sófocles tem sua criação peculiar da sociedade do tempo de Péricles. Jaeger (1994) nos diz que, Sófocles humanizou a tragédia e fez dela um modelo universal de educação humana com espírito imutável do criador. Apareceu pela primeira vez a formação consciente do homem, surge pela primeira vez a figura significativa da mulher ao lado do homem, com idêntica dignidade. Os seus personagens não representam os homens da realidade cotidiana, mas as figuras ideais que venham a ser o Homem.

Sobre as peças de Sófocles, Oliveira (1993):

Quanto a Sófocles, cujas preocupações políticas (...) são muito menos sensíveis, recorde-se como Antígona dramatiza o conflito entre Estado e família, entre a lei humana e a lei divina. As traquinas revelam, com a sua história de Dejanira e Hércules, um exemplo das limitações da condição humana. O Filoctetes apresenta um caso de reinserção social. Talvez o *élan* filosófico e teológico que se encontra em Sófocles pretenda ajudar o homem a situar-se no quadro das relações com o destino e a divindade, a combater as paixões, enfim a procurar a vida a via da conciliação nos conflitos (OLIVEIRA, 1993, p. 73).

Jaeger (1994) apresenta Eurípedes como aquele que aponta a luta da morte entre a educação antiga e a nova educação literária sofista que penetra nos banquetes de seu tempo. A Antiguidade o chamou de “o filósofo do palco”. O conteúdo de suas obras é consolidado como realismo burguês, a retórica e a filosofia. Seus personagens são apresentados como “culpados”, no sentido de maldição sobre eles, mas são “inocentes” para nossa concepção subjetivista.

Oliveira (1993), diz sobre Eurípedes:

Por sua vez, Eurípedes, parece testemunhar “uma época em que os sofistas procuravam solução para o problema da condição humana”. Afloram, nele problemas de ética individual característicos, como no caso de Medeia, drama cuja essência, no dizer de M. H. R. Rocha Teixeira, reside “nas hesitações dilacerantes do seu espírito”. A condenação do poder tirânico é amiúde abordada como no caso da oposição tirania/[...] em Fenícias e pode encontrar-se um elogio da democracia em Suplicantes. O Orestes contém uma discussão teórica sobre o poder, a propósito do aguardado veredicto da assembleia de Argos. Além disso as peças de Eurípedes escritas entre 431 e 410, em especial *Heraclidas*, *Suplicantes*, *Hécuba* e *Troianas*, revelam grande preocupação com a guerra, causadora de sofrimento e infelicidade. Na opinião de Matthiessen, as *Suplicantes* constituem uma definição das condições da guerra justa, e a *Ifigênia em Áulide* um apelo aos Gregos para que ponham termo a guerra e se unam contra os Persas (OLIVEIRA, 1993, p. 74).

Conforme Jaeger (1994) a comédia não se limitou aos assuntos políticos, quando achava justo, censurava, não só os indivíduos, mas também a orientação do Estado ou o caráter do povo e suas fraquezas. Dessa forma controlava o espírito do povo e intervinha na educação, na filosofia, na poesia e na música.

Sobre a comédia, Oliveira (1993):

Passemos agora à Comédia Antiga, geralmente definida por privilegiar a temática política, e que desde cedo utilizou a sua capacidade de censura e sátira para flagelar os poderosos...Aristófanes propugna uma inflexão importante no ataque nominal, o povo intenta demonstrar que não alveja os indivíduos por si mesmos, mas enquanto figuras coletivas e representantes de pontos de vista de determinados estados sociais e símbolos de mazelas típicas e generalizadas (OLIVEIRA, 1993, p. 75).

O teatro é uma arte de grande importância, porque tem sua função social de educar indiretamente as pessoas, preparando o indivíduo para desempenhar um papel crítico em seu meio social. Pode ser utilizado também como instrumento de influência de alguma instituição que pretende transmitir suas ideias e valores.

Santos (2005) no seu estudo sobre o teatro, relata a decadência do teatro grego, com a morte de Aristófanes a qualidade do drama e da comédia que viriam, nunca mais se igualaria aos seus precedentes, mesmo porque a democracia ateniense havia perecido e a Grécia, logo depois estava anexada ao Império Macedônico. A civilização romana que emergia em outra Península da Europa, no Mediterrâneo, viria a ser herdeira direta dos gregos e absorveu muito do teatro grego.

Assim como em Atenas, os romanos procuravam organizar a arte da dramaturgia com base no programa de suas festividades. Os jogos e espetáculos teatrais foram inseridos os *Ludi Romani*, uma das mais primitivas celebrações religiosas, em que se consagrava os deuses Júpiter, Juno e Minerva. Este festival se oficializou em 387 a.C. e se realizava anualmente em setembro. Mais tarde, outras celebrações aos deuses foram instituídas como forma de ampliar e fortalecer o domínio político, militar e cultural de Roma (SANTOS, 2005, p.7).

Conforme Santos (2005), depois das invasões bárbaras e o fim do Império Romano, o teatro é fechado no século VI, retornando às suas formas primitivas. Por volta do século X, o teatro renasce, mais uma vez no seio de manifestações religiosas. A religião Católica, confirma a íntima relação existente entre teatro e religião. A Igreja Católica percebeu que o povo mantinha velhos costumes como danças, mímicas de cultos e deuses, superstições populares e antigas festas pagãs, aos poucos foi introduzindo os costumes e festejos das celebrações cristãs.

Alguns clérigos surgidos do povo, impressionados com certas partes da liturgia, sentiram-se naturalmente impelidos à expressão mímica dramática – para eles mais fortes que as palavras. Assim a Igreja do século X edificou um culto religioso mais intuitivo aos sentidos ao lançar mãos de gestos músicas mais populares e livres, mais artísticos e compreensíveis (CARVALHO, 1989, p.29).

O teatro de clérigos foi se transformando em popular, nas diversas nações que se formavam na Europa. Segundo Santos (2005), o teatro popular medieval passou a ter um caráter mais realista, acentuando o elemento cômico, distanciando-se do culto religioso. Os temas tratados eram os assuntos das cidades, e a língua, a nacional. Na França desenvolveu-se uma expressão teatral bastante original, que se chamava farsa. Os atores das farsas foram muitas vezes perseguidos por condenações judiciais, devido às diversas críticas que faziam à nobreza da época. Em geral, as companhias de teatro eram protegidas pelo rei e pela nobreza. As farsas tratavam de assuntos que afligiam a realidade social. Faziam críticas aos impostos, à miséria pública, à religião, etc.

Santos (2005), nos faz saber que, além das farsas havia na Idade Média dois gêneros dramáticos, os mistérios e a moralidade. Os mistérios extraíam seus temas da Escritura Sagrada. Os mistérios ou auto narra toda história do homem, da criação à redenção. A moralidade serviu de continuação dos mistérios. Este gênero tinha um objetivo educativo. Havia traços de moralidade por toda Europa, Portugal e Espanha iriam disseminá-la, alguns séculos mais tarde, em suas colônias, como no caso do Brasil, em que esse gênero teatral, teria forte presença em fins dos séculos XVII, e no XIX, nas regiões mineradoras, onde as elites inspiravam-se na religiosidade moral.

Santos (2005), afirma que, o teatro na Península Ibérica, Espanha, a partir do século XV teve influência pelos autores Juan Del Encina, Lope De Rueda, Juan De La Cueva, Lope De Veja, Miguel de Cervantes e Tirso De Molina, merecendo destaque para Tórres Naharro que teve grande influência do teatro clássico, fez com que os espanhóis tomassem conhecimento do pensamento humanista e das transformações que se surgiram na Itália durante a Renascença e Pedro Calderón De La Barca foi um gênio dos autos sacramentais, sendo referência para dramaturgos jesuítas que vieram catequisar nas colônias portuguesas e espanholas.

Segundo Santos (2005), no século XVII, a França vivenciou o Classicismo, com a formação humanística do público, houve influência do teatro espanhol e italiano, mas logo foram superadas para agradar ao gosto do público culto e sofisticado e disciplinado por rígidas normas de comportamento da sociedade: corte de Versalhes e a cidade de Paris.

O Romantismo começou a se propagar-se no século XVIII. O teatro romântico tem sua definição determinadas características: as cenas são construídas com lances dramáticos cediços, que se arranjam com palavras enfáticas e entradas imprevistas; o riso é provocado por dispartes ou incidentes cômicos; as peças chocam os nervos, gritos, etc. Os personagens vivem grandes paixões, emoções fortes, situações desesperadoras, delírios, agitações e cóleras. No Brasil o teatro romântico surge em 1836 persistindo até finais da década de 1850. Em 1838, a estreia da peça *Antônio José ou O Poeta* e a Inquisição de Gonçalves de Magalhães que o Romantismo teve maior ressonância, por ter sido essa a primeira peça que contemplava assunto nacional, produzida e interpretada por brasileiros (PRADO, 1993, p. 140).

Sobre o Realismo, Santos (2005) diz que, surgiu na França, século XIX, considerado melodramático, de sentimentalismo exagerado e entediante. Alexandre Dumas Filho se tornou o principal divulgador desse movimento, ao inaugurá-lo em 1882 com encenação de *A Dama das Camélias*, como ponto de partida do Realismo teatral. A preocupação desse dramaturgo e dos outros que o seguiram era reproduzir no palco, a vida social de seu tempo. Além disso, queria realizar um teatro útil voltado para a moralização dos costumes.

...os dramaturgos que criaram a comédia realista abordaram de preferência os costumes da burguesia, classe com a qual se identificavam e para a qual dirigiam sua produção. Questões relativas à família, ao casamento, ao trabalho, ao dinheiro, à prostituição, entre outras, foram então debatidas no palco, transformando em tribuna consagrada a demonstrar a superioridade dos valores éticos da burguesia (FARIA, 1993, p. 26).

No Brasil o teatro teve origem religiosa. Iniciou em 1549, quando Tomé de Souza veio de Portugal para o Brasil a fim de exercer o cargo de primeiro governador geral. Tomé de Souza trouxe consigo seis padres jesuítas que tinham como missão levar a fé cristã aos pagãos (índios), e, conseqüentemente convertê-los.

O historiador J. Galante de Souza sobre o teatro brasileiro:

Múcio da Paixão (1936) admite que o nosso teatro tenha surgido com os jesuítas; o que não lhes devemos, entretanto, a arte dramática, que veio muito depois. A originalidade dos autos de Anchieta está em que, neles, o sagrado se mistura ao profano.

Carlos Sussikind de Mendonça (1926) observa que, a despeito de Anchieta não ter tido a pretensão de criar uma arte cênica nacional, não podemos deixar de ligá-lo historicamente ao nosso teatro, porque a sua obra dramática é, sem dúvida, a primeira manifestação do teatro no Brasil. Um dos méritos é o de se ter lembrado sempre do sentimento popular, 'contemplando-o nos subsídios nacionais que enchia a sua obra'.

Para Décio de Almeida Prado (1955), o teatro jesuítico não revela a obra teatral propriamente dita, fruto de uma vocação ou de uma experiência específica. Aquelas produções não chegam a ser autos, no sentido rigoroso do termo. São antes, uma série de episódios esparsos, ilustrações piedosas da vida dos santos que, embora conseguissem junto ao público seus efeitos edificantes, não possuíam por isso maior força dramática. A tradição teatral jesuítica, entre nós,

jamais passou de uma importação europeia, mal assimilada por um meio ainda não preparado para recebe-la (SOUZA, 1968, p 114-115).

Pesavento (2007) afirma que a literatura inclui o papel fictício, sendo fonte de si mesma, bem como não trata de coisas ocorridas, não apresentando nenhuma verdade do acontecido, mas fornece indícios para pensar “*como e porque*” as pessoas de certa época, agiam desta ou daquela forma.

Nesta relação com a literatura dramática, Santos (2005), nos faz pensar como os brasileiros se inspiravam nas tragédias clássicas trazidas pelos europeus. Através de seu estudo este autor cita as obras teatrais do autor Gonçalves de Magalhães “*Antônio José*” ou “*O Poeta*” e a “*Inquisição*” (representada em 1838); a primeira comédia brasileira “*O juiz de Paz na Roça*” de Martins Pena (1815-1848); outros autores que introduziram o movimento Romântico no Brasil: Manoel de Araújo Porto Alegre (1806-1879), Gonçalves Dias (1823-1864), Álvares de Azevedo (1831-1852)⁸, Joaquim Norberto (1820-1891), Luís Antônio Burgain (1812 – 1877), Teixeira e Sousa (1812 – 1861), Agrário de Meneses (1834 – 1863) e Castro Alves (1847 -1861) embora o conheça mais como poeta.

Conforme Santos (2005), o dramaturgo que viveu no século XIX, apesar de inovar na dramaturgia brasileira, criando uma peça original, peculiar, de caráter nacional, transmitiu em suas peças suas concepções artísticas, de modo que o cumprimento da moralidade deveria se evidenciar. O objetivo era civilizar o público, fazendo com que compreendesse, conduzindo-se no caminho da moral e dos bons costumes.

O teatro através do seu projeto artístico traz para o leitor a compreensão de quanto importante é conhecê-lo e estudá-lo, porque tem uma influência fundamental entre os povos, oferecendo reflexões e conhecimento de várias tradições de pensamentos, eventos religiosos, práticas morais que registram o diálogo entre o presente e o passado.

A criatividade artística dos gregos do século V a.C. representa os grandes sentimentos que dão vida à pessoa humana e que são espelho dessa vida no que ela tem de mais constante e característico, propondo uma verossimilhança com vários períodos vivenciados pela literatura teatral a qual o Teatro Grego atendia seus interesses por ter uma função social de disciplinar, civilizar e educar.

Referências

BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**/José D'Assunção Barros – Petrópolis, RJ, Vozes, 2005.

CARVALHO, Ênio. **História e Formação do Ator**. Ênio Carvalho - São Paulo: Ática, 1989

FARIA, João Roberto. **José de Alencar e o Teatro**. João Roberto Faria - São Paulo: Perspectiva, 1987

JAEGER, Werner Wilhelm. **Paideia: a formação do homem grego**. Werner Wilhelm Jaeger. Tradução Artur M. Parreira. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

<https://pt.scribd.com/document/332157785/Paideia-A-Formacao-Do-Homem-Grego-Werner-Jaeger>. Acesso: 08/06/2023

OLIVEIRA, Francisco de. **Teatro e poder na Grécia**. Francisco de Oliveira - Revista Humanitas, v. XLV, 1993, Universidade de Coimbra, Portugal

https://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas45/04_Oliveira.pdf - Acesso: 08/06/2023

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Sandra Jatahy Pesavento - 3ed. São Paulo, 2007.

PRADO, Décio de Almeida. **Teatro de Anchieta a Alencar**, Décio de Almeida Prado - São Paulo: Perspectiva, 1993

SANTOS, Adson Franklin dos. **Teatro Sociedade do século XIX**. Adson Franklin dos Santos. Monografia Conclusão do Curso de Licenciatura Plena e Trabalho de Conclusão de Curso, Unimontes - . Montes Claros – 2005. Orientadora Professora Dra. Regina Célia Lima Caleiro

SOUZA, J. Galante de. **O Teatro no Brasil**. J. Galante Souza - Rio de Janeiro: Edições de Ouro. 1968

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

A TÉCNICA DE AUTENTICAÇÃO HISTÓRICA UTILIZADA POR AGRIPA VASCONCELOS PARA REPRESENTAR O PERÍODO SETECENTISTA MINEIRO A PARTIR DO ROMANCE *CHICA-QUE-MANDA*

Vinícius Amarante Nascimento²⁷

Introdução

Esta pesquisa analisou a relação entre Literatura e História estabelecida pelo escritor mineiro Agripa Vasconcelos no seu romance *Chica-que-manda* (1966).

Trata-se de um artigo relevante, pois buscou compreender como o escritor Agripa Vasconcelos articulou, através do seu romance histórico *Chica-que-manda* (1966), o diálogo entre Literatura e História. Vale ressaltar que o texto analisado é ainda uma narrativa pouco estudada pela crítica literária.

A problemática que norteou essa pesquisa foi a seguinte: Quais técnicas de autenticação histórica foram utilizadas por Agripa Vasconcelos no seu romance *Chica-que-manda* (1966)?

O objetivo que dirigiu essa investigação, foi analisar as técnicas de autenticação históricas utilizadas por Agripa Vasconcelos para representar a sociedade mineira colonial do século XVIII.

Para cumprir os objetivos propostos, a pesquisa foi do tipo bibliográfica, ou seja, contou com a seleção, leitura, resumos e fichamentos de fontes secundárias, artigos, livros, dissertações, teses, documentos eletrônicos dentre outros. Como referencial teórico foram utilizados textos de autores como Roger Chartier (2002), Elizete Albina Ferreira de Freitas (2006), Constância Lima Duarte (2010), Sandra Jatahy Pesavento (2006), Júnia Ferreira Furtado (2003). Como procedimento de investigação e interpretação do romance “Chica-que-manda” de Agripa Vasconcelos, foi feita uma análise de recortes no texto.

Técnicas de autenticação usadas por Agripa Vasconcelos no romance *Chica-que-manda*

Médico e consagrado escritor mineiro, Agripa Vasconcelos nasceu em Matosinho em 1900, dedicou-se a poesia e a prosa, produzindo, durante sua trajetória intelectual, inúmeros romances, como o selecionado para esta pesquisa.

O romance *Chica-que-manda*, do autor, faz parte de uma coleção de livros que

²⁷ Doutorando no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Bolsista CAPES. E-mail: viniciusamarantehistoria@gmail.com

compõem as *Sagas do país das Gerais*²⁸, série que busca contar a história de Minas Gerais no período colonial e imperial conjugando fantasia e realidade (DUARTE, 2010). Com um estilo próprio e híbrido, amálgama de História, Biografia Ficcional e Romance Histórico, Agripa Vasconcelos expõe as suas obras como históricas, resultado de anos de investigação, de viagens e de informações merecedoras de “crédito” pelo leitor, uma vez que o autor nos coloca sobre seus romances que “nada se inventou: foi tudo, antes, tirado da cinza as eras, com a marca de fidelidade” (VASCONCELOS, 1966, p. 11).

O romance *Chica-que-manda* tem como protagonista a escrava Chica da Silva, que vive como serviçal do Sargento-Mor no arraial do Tejuco, nas Minas Gerais, no período da exploração áurea. Pela sua beleza e graça, conquista o contratador João Fernandes de Oliveira, homem de grandes poderes, e deste Chica da Silva recebe a carta de manumissão e poderes ilimitados. Elevando-se socialmente, passa a ser uma dama da alta sociedade tejuquense, sendo amada por uns e odiada por outros. Ainda de João Fernandes, Chica da Silva granjeia um grande Palacete, como para ela é feito um lago artificial com um veleiro, para que ela pudesse passear de barco. Porém, a Corte Portuguesa é avisada sobre irregularidades no contrato e dos gastos exorbitantes de João Fernandes, e manda um fiscal, que prende o contratador. Chica da Silva passa a viver só, riquíssima, porém sempre atormentada pela ausência do companheiro.

Agripa Vasconcelos não intenciona apenas narrar a vida de Chica da Silva, o romancista também busca ressaltar a história do Estado de Minas Gerais e de seus principais habitantes, sensibilidade essa que foi aguçada pela própria participação do romancista como “sócio do Instituto Histórico de Minas Gerais (IHGM)” (FURTADO, 2003, p. 280). O autor urde uma história plausível e compatível com os setecentos mineiros, pautando-se em uma pesquisa documental de fontes, fatos e personagens do período, porém, aterra as ravinas históricas com a imaginação, o que torna pouco definida os limites entre história e literatura, entre fato e ficção.

Sobre a relação Literatura e História, ressalta-se que os Historiadores utilizam dos mesmos recursos narrativos que os profissionais da Literatura, e os literários fazem pesquisas e consultam fontes para embasar suas narrativas, assim como os historiadores, a diferença entre as narrativas históricas ou literárias se dá pela possibilidade do literário de preencher as lacunas da história com a invenção, pois o escritor de Literatura pode fantasiar

²⁸ Seis textos compõem as “Sagas” publicadas ainda em vida do autor, são os romances históricos publicados pelas editoras Itatiaia e Villa Rica: *Fome em Canaã*, *Sinhá Braba*: D. Joaquina do Pompéu, *A vida em flor de Dona Bêja*, *Chica-que-manda*, *Gongo-Sôco*, *Chico Rei*. Falecendo em 1969, Agripa Vasconcelos também deixou escritos inéditos, que se tornaram livros, são eles *São Chico* e *Gado preto e ouro verde*.

e criar fatos ao seu bel prazer, enquanto o historiador constrói o enredo de sua narrativa “controlado pelos indícios recolhidos e pela testagem a que submete esses indícios (PESAVENTO, 2008, p. 62).

A partir da inter-relação entre História e Literatura “pode-se perceber que textos históricos comportam recursos ficcionais e textos literários cercam-se de estratégias documentais de veracidade” (PESAVENTO, 1999, p. 84). E ambas as disciplinas trabalham com o que Sandra Pesavento chama de “efeitos de real” (PESAVENTO, 1999 p. 85).

A Nova História Cultural possibilitou que as divisas entre História e Literatura se tornassem menos definidas, e o romance histórico se tornou o desaguadouro por onde confluem os meandros da Literatura e da História. Na narrativa de um romance histórico fica claro o entrecruzamento entre ambas as disciplinas, pois, nesse gênero literário tem-se a colocação de dados e personagens históricos, muitas vezes frutos de pesquisas, inscritos em uma narrativa que comporta a inventividade e recursos técnicos expressivos típicos da ficção.

O conceito de representação é de grande relevância para essa pesquisa, pois, é por meio da criação de representações que os sujeitos ou grupo de indivíduos erigem significados e valores para a sua realidade social. Então, à vista disso, Roger Chartier conceitua representação como uma:

[...] imagem que remete à idéia e à memória de objetos ausentes, e que os pinta tais como são. Neste [...] sentido, a representação mostra o “objeto ausente” (coisa, conceito ou pessoa), substituindo-o por uma “imagem” capaz de representa-lo adequadamente. Representar é, pois, fazer conhecer as coisas mediamente “pela pintura de um objeto”, “pelas palavras e pelos gestos”, “por algumas figuras, por algumas marcas” (CHARTIER, 2002, p. 166).

A representação deve ser entendida como uma prática de pessoas ou grupos de tornar presente – por intermédio de uma pintura, figura, escultura ou texto escrito– um objeto ausente, que pode ser uma coisa, conceito, período ou pessoa que esteja afastada no tempo ou espaço de quem representa. Dessa maneira, no século XX, Agripa Vasconcelos imprime, de acordo com a sua realidade histórica, novos valores a sociedade setecentista no seu romance.

O autor relata desde a alacridade real, a glória portugalense pelos achados diamantíferos na colônia, “um país que venceu o Oriente e tem o ouro mais copioso do mundo (era o nosso), recebe agora de Deus a glória de ser o mais rico em diamantes, muito mais rico do que o Reino de Visapur” (VASCONCELOS, 1966, p. 16), como também o delírio coletivo que avassalou a população das Províncias Portuguesas, enlevados e fascinados

pelo esplendor das riquezas da pérola valiosíssima do Brasil, “o Reino estava abalado. O Reino deixava seu povo fugir para a aventura. Acorriam massas de povo procurando caravelas para a travessia. Largavam famílias inteiras, aldeias ficavam como raros habitantes. O que não podiam vender abandonavam” (VASCONCELOS, 1966, p. 19).

A raça dos “conquistadores” com os olhos voltados para as preciosidades minerais enfrentaram a travessia e as febres dos trópicos, adentraram as serranias impenetráveis, rios assombrosos, abatendo bichos-do-mato. O afluxo pletórico de migrantes, como uma onda crescente, derramou no arraial toda a sorte de gente.

O Continente do Tijuco, já borbilhava dos exploradores do ouro, viu-se superpopulado com as massas aventureiras dos caçadores de pedras. Os diamantes do Tijuco eram também único assunto da Colônia. Ouro e açúcar passaram a plano secundário, a coisa velha, de importância muito relativa (VASCONCELOS, 1966, p. 22).

Na fiação de sua história, Agripa Vasconcelos descreveu o solo mineiro como um manancial inexaurível de riquezas, onde “um retirante, já montado, procurou a porta do vizinho: - Adeus, sô João! – Adeus, como? Pra onde vai, Zé? – Pro Tijuco. Diamante lá está até no papo das galinhas. – Ôi, e é tanto assim? – O trabalho é só catar no chão, onde está solto, e encher o saco!” (VASCONCELOS, 1966, p. 21). Sobre tal abundância mítica escreve Eduardo Frieiro, citado por Laura de Mello e Souza, “em boa e pura verdade nunca houve a tão propalada riqueza, a não ser na fantasia, amplificadora de escritores inclinados as hipérboles românticas” (FRIEIRO *apud* SOUZA, 1986, p. 27). E assim, percebe-se a forte inclinação regionalista do autor.

O romance de Agripa Vasconcelos entrecruza história e literatura, isso pode ser perceptível por uma técnica de autenticação usada pelo autor com vistas a dar ao discurso literário ares realistas, ao colocar a personagem Chica da Silva num contexto compatível ao seu momento real de existência. Segundo Elizete Albina Ferreira de Freitas, estas técnicas de autenticação envolvem: “a) A localização espacial; b) A Datação; c) A Cronologia longa; d) Os Personagens Históricos; e) As Entidades e as Referências Históricas; f) A Utilização de Documentos; g) As notas de Rodapé” (FREITAS, 2006, p.35). Sendo todos esses elementos encontrados no respectivo romance analisado.

Com a localização espacial, o autor intenciona referenciar os espaços onde aconteceram os fatos narrados com o máximo de exatidão possível. Pois, no romance, com precisão, o autor aponta onde as ações supostamente ocorreram, dando a impressão de realidade para o leitor, como pode ser evidenciado nos trechos: “mas não foram pelo caminho do Sul, no rumo de Vila Rica. Procuravam o Norte, na direção do lugarejo

Passagem das Formigas, que estava no caminho da Bahia” (VASCONCELOS, 1966, p. 43). E “explorava terras de ouro de Morrinhos e Caeté- Mirim, na Comarca do Sêrro do Frio” (VASCONCELOS, 1966, p. 12).

A datação é o recurso utilizado pelo romancista com vistas a deslocar o leitor para o tempo dos fatos ocorridos, é uma técnica que recorrentemente pode ser observada na obra, como indica as citações: “Isso foi em 1714, perto do arraial do Tijuco” (VASCONCELOS, 1966, p. 10), “chegaram a 1720, quando foi nomeado Ouvidor- Geral da Comarca serrana o Desembargador Antônio Rodrigues Banha” (VASCONCELOS, 1966, p. 11), “desde 1714 se fazia comércio clandestino dos cascalhos” (VASCONCELOS, 1966, p. 11). E o autor diz que “as lendas inverossímeis foram desprezadas. Todos os nomes, datas e lugares são, em rigor, exatos” (VASCONCELOS, 1966, p. 07).

Sobre a cronologia longa, escreve Elizete Albina Ferreira de Freitas, que “diz respeito a referência a acontecimentos localizados fora do tempo da narrativa, mas que possuem relação com ele do ponto de vista histórico” (FREITAS, 2006, p. 35). Como exemplo, pode-se mencionar o episódio narrado pelo autor do terremoto que abalou a capital portuguesa, fato alheio à história de Chica da Silva, mas que na história interconecta a personagem central do romance com a história portuguesa.

Lisboa fora arrasada pelo mais pavoroso dos sismos sucedidos na Terra até aquela manhã. Fôra no dia 1.º de novembro, dia de Todos os Santos. Quase toda a população da Capital do Reino estava nas Igrejas, para a missa das 10 horas. De repente, os prédios sacudiram, tombaram, sepultando 45 000 pessoas, na opinião de Pombal. 20 000 feridos, mortos depois. Ruíra a Igreja Patriarcal, o Paço de Nossa Senhora da Ajuda, morada oficial do Rei, o Paço de Bragança, o Tesouro Real, os Palácios dos Duques de Cadaval e Lafões, todos os Conventos, toda a cidade velha dos mouros, a quase totalidade da cidade nova, o novo cais de mármore, o Edifício da Inquisição, o Limoeiro... Não se salvou quase nada (VASCONCELOS, 1966, p. 83).

No corpo do texto, não são poucos os personagens históricos que são inseridos na história que contracenam com a personagem principal ou que são meramente citados, são figuras de existência real nuançadas no romance, como exemplifica os fragmentos da obra, “o beatíssimo Rei Dom João V fechou os olhos ao mundo de suas delícias, em 1750” (VASCONCELOS, 1966, p. 53). Em outro trecho menciona outro célebre personagem histórico “a ordem fora decerto inspirada pelo Marquês de Pombal” (VASCONCELOS, 1966, p. 58). E o autor diz que no seu romance “os episódios e nomes, até dos escravos, são legítimos” (VASCONCELOS, 1966, p. 11). Conjuntamente a menção do nome de conhecidas figuras históricas, é feito pelo autor o apontamento a entidades e às referências históricas

A Coroa usava pôr no estanco as coisas que o Reino não sabia administrar. Puseram no estanco o sal do Reino, a farinha, o bacalhau, o vinho, o azeite, o fumo, o pau-brasil, o pau-amarelo, o pau-marfim, o pau-rosa, a aguardente do Reino, o transporte anual de 20. 000 escravos de Angola para a Europa e para a Colônia do Brasil. Resolveram também fazer o contrato dos diamantes, que era o estanco, em arrematação feita pelo Conselho Ultramarino. Quem ganhou a concorrência foi o Sargento-Mor João Fernandes de Oliveira, português de Barcelos, freguesia de Nossa Senhora da Oliveira, casado com a paulistana Dona Maria de S. José, de família nobre de Taubaté. Morava em Vila Rica, e teve por sócios dois companheiros, pois a transação era grande demais para um só. O negócio lhes custara 300.000 cruzados, podendo empregar nas lavras apenas 600 escravos. O contratador tinha as máximas regalias do novo Distrito Diamantino, Demarcação Diamantina ou Distrito Defeso, que diziam a mesma coisa. A polícia discricionária contra o extravio era governada por ele e o Intendente agia por ordem Real, com tudo a seu alcance para prestigiá-lo (VASCONCELOS, 1966, p. 34).

Em alguns momentos no romance, Agripa Vasconcelos, buscando dar legitimidade a sua palavra, utiliza de documentação oficial, normalmente a citação literal da fonte primária vem entre aspas demonstrando que o autor foi fiel ao texto original.

Pela ordem cuja cópia remeto foi V. Mag. Servido declarar a meu antecessor Dom Brás Bar da Silva que a Aldea de que tinha dado conta mandar estabelecer par dar Remédio aos incultos negros fugidos que andavão juntos em Mocambos ou Quilombos, se não devia formar dos Indios dispersos e que pertencessem a administração de outras Aldeas, as quais os devia mandar recolher, e como exatidão desta ordem os ditos Indios se devião restituir as Aldeas, a que pertencião assim o observou o dito meu antecessor e se seguiu ficar sem estabelecimento [...] – Deus guarde a Real pessoa de V. Mag. Muitos anos. – Vila do Carmo 13 de Julho de 1718 – Conde D. Pedro de Almeyda (VASCONCELOS, 1966, p. 50-52).

Com vistas a dar autenticidade ao relato, Agripa Vasconcelos usa também como um de seus recursos as notas de rodapé, que trazem informações complementares ao leitor e dão ao texto literário mais credibilidade. Como no trecho extraído das *Memórias Municipais (Sêrro)* em que o autor coloca uma curiosidade sobre uma curandeira: “Contam alguns velhos dessa cidade (Sêrro) que, antigamente, ninguém morria aqui de cancro, porque havia uma mulher que o curava, a qual morreu sem a ninguém ensinar o seu remédio. Luís Antônio Pinto, *Memórias Municipais (Sêrro)*, 1896” (VASCONCELOS, 1966, p. 87). Dessa forma, Agripa Vasconcelos vai requisitando para si o estatuto de Historiador, pois o próprio romancista dizia sobre a sua obra que “os fatos em geral aqui afluídos foram ouvidos de mais de um informante, e os muitos episódios da época são rigorosamente verdadeiros” (VASCONCELOS, 1966, p. 07).

Para um leitor inexperiente “a leitura de um romance histórico, à primeira vista, dá ao leitor uma pseudogarantia de que está diante de uma obra que é o espelho da verdade dos fatos” (FREITAS, 2006, p. 15). Porém, o romance histórico propicia uma “impressão de

verdade” (PESAVENTO, 2006, s/p) por ser mescla de história e ficção e por permitir afluir ao mesmo ponto literatura e história. Dessa forma, relativamente, os romances históricos de Agripa Vasconcelos aproximam-se da perspectiva da Nova História Cultural ao priorizarem elementos que foram desprezados pela História Factualista como uma massa de desvalidos olvidados das páginas dos livros de História como escravos, mulheres e negros, pois o próprio autor diz “com a matemática do tempo desapareceram da memória dos contemporâneos os nomes de condes, generais, almirantes, ministros, desembargadores, fidalgos cavaleiros da Casa Real, dignitários das Comendas da Ordem de Cristo (...)” (VASCONCELOS, 1966, p. 10) e que a partir do seu romance “surgem recordações e episódios da vida colonial; perfis humanos e desumanos, camboieiros, cativos, enforcados, assombrações...” (VASCONCELOS, 1966, p. 10).

Agripa Vasconcelos passa a autenticar a oralidade como registros do passado dignos de consulta para ajudar na composição de suas obras literárias, a partir do momento em que, durante as suas viagens pelo país, passa a recolher os relatos locais de moradores sobre os personagens históricos que tornariam protagonistas de suas obras ficcionais, o próprio Agripa Vasconcelos diz na introdução do seu romance *A vida em flor de Dona Bêja* que a personagem protagonista dessa história (Dona Beija)

foi estudada por muitos anos, obrigando-me a várias viagens para colher informações fidedignas. A tradição, que é também histórica, foi depurada de lendas, comuns a figura de seu tope. Ouvi os anciãos que a conheceram na Diamantina do Bagagem e, entre eles, um escravo que trabalhou em seus garimpos (VASCONCELOS, 1966, p. 07).

No seu processo de escrita do romance “Chica- que-manda”, Agripa Vasconcelos não somente recorreu ao folclore e à tradição oral como também a memorialistas²⁹, literários e poetas que anteriormente a ele escreveram sobre Chica da Silva. Tais memorialistas escreveram a partir da investigação em arquivos e a partir de suas memórias, tanto as sociais quanto as particulares, por meio da transmissão das lembranças familiares, tais reminiscências corporificam-se através de suas narrativas que deixam lobrigar costumes, valores, tradições como também representações de relações sociais experienciadas em seu cotidiano, normalmente sobrecarregadas de posicionamentos ideológicos que apresentam um complexo jogo de interesses e de relações estabelecidas num dado período.

²⁹ Dentre os memorialistas revisitados por Agripa Vasconcelos, cita-se: SANTOS, Joaquim Felício dos. **Memórias do Distrito Diamantino**. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1978. LIMA JÚNIOR, Augusto de. **Vila Rica do Ouro Preto**, 1957. PINTO, Luís Antônio. **Memórias municipais (Sêrro)**, 1896, COUTO, Soter, **Vultos e fatos de Diamantina**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1954.

Como verdadeiros autenticadores de uma ideologia regionalista, muitos desses memorialistas não hesitaram em eternizar a história de sua região, edificando mitos fundadores, como foi o caso de Chica da Silva, inscrita na memória regional diamantinense.

Considerações Finais

Na década de 1966, o médico e escritor mineiro Agripa Vasconcelos lançou o seu romance *Chica-que-manda* conjuntamente a outros tantos romances que compõem a *Saga do País das Gerais*, que se incumbe de mostrar um vasto mural histórico de acontecimentos passados nas Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX e traz, como protagonistas de suas obras, figuras célebres mineiras como Dona Bêja, Joaquina do Pompéu, Chico Rei e o Barão de Catas Altas.

Agripa Vasconcelos, com vistas a apreender a realidade social e histórica das Minas Gerais setecentistas para a inscrição de seu romances *Chica-que-manda*, não abriu mão do uso de fontes para inserir Chica da Silva de maneira contextualizada na sua produção literária, buscando tanto no que já havia sido escrito sobre Chica da Silva em memórias, romances, livros de história, quanto na oralidade, subsídios para dar plausibilidade à história.

No romance histórico *Chica-que-manda* (1966), o escritor Agripa Vasconcelos busca ambientar o leitor em Minas Gerais no século XVIII e para isso recheia a narrativa com descrições, fatos, dados, datas e personagens históricos.

Referências

CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia**: A História entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

DUARTE, Constância Lima (Org.). **Dicionário biobibliográfico de escritores mineiros**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

FREITAS, Elizete Albina Ferreira de. **A vida em flor de Dona Beja**: entre a ficção e a história. Goiânia. Universidade Federal de Goiás, 2006. Dissertação de Mestrado.

FRIEIRO, Eduardo. **O diabo na livraria do cônego** – como era Gonzala? E outros mineiros. Belo Horizonte, 1959.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Chica da Silva e o contratador de diamantes: o outro lado do mito**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatamy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. História e Literatura: uma velha-nova história. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Debates**. 2006. Disponível em: <URL : <http://nuevomundo.revues.org/1560> ; DOI : 10.4000/nuevomundo.1560>. Acesso em: 03 ago. 2010.

_____. Fronteiras da ficção: Diálogos da História com a Literatura. **Estudos de História**. Franca, v.6, nº1, p. 67- 85, 1999.

VASCONCELOS, Agripa. **A vida em flor de Dona Bêja**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1966.

_____. **Chica- que- manda**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1966.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

ARDIDAS LEMBRANÇAS: A SECA CEARENSE E A AMNÉSIA DA MEMÓRIA

Ester Alves de Lacerda³⁰

Introdução

A Grande Seca ocorreu em 1877-80 (MUNIZ, 2008) na região Nordeste, todavia, com mais ênfase na província do Ceará. Os cearenses já conheciam na sua história grandes períodos de estiagem³¹, todavia, a seca da década de 70 do século XIX foi uma das maiores já enfrentadas. Na literatura, música, religião, artesanato, em toda a sua cultura a seca é lembrada e torna-se sinônimo de sertão. Mesmo entrelaçada nos seus costumes e experiências, compreendemos a seca como um fenômeno social e não apenas natural (NEVES, 2018) em que, intervém em todas relações da sociedade.

De acordo com os estudos feitos pelos historiadores Barbosa (2004), Neves (2005, 2018), Albuquerque Jr. (2008), Rios (2014) e Secreto (2020) dentre outros tantos pesquisadores e em diferentes áreas do conhecimento, a seca se torna pauta e discussão acadêmica, justamente por compreendermos o impacto social, cultural e econômico que teve/tem na vida de todos os cearenses.

O Ceará do final do século XIX ganha as páginas dos jornais na província, como o *Retirante* (1887-1889) e o *Cearense* (1846-1889) e fora dela como no Rio de Janeiro, tendo o *Gazeta de Notícias* (1875-1879) e a revista *O Besouro* (1878), por exemplo. Compreendemos nesta comunicação a imprensa como um componente que é formadora de uma percepção sobre um fenômeno, como colocado por Cruz e Peixoto (2007), além destas percebemos a narrativa da imprensa cearense como observou Barbosa (2003) em que ao trabalhar com a seca na perspectiva da imprensa e fotografia no final do século XIX e começo do XX percebeu que a imprensa contribuiu para cristalizar uma percepção reducionista do Ceará, assim como, a fotografia aliada aos escritos impressos configurou na construção imagética do flagelo da seca.

Em diálogo com as referidas autoras supracitadas, usamos também do trabalho desenvolvido por Rodrigues (2013), em que a autora compreende a imprensa como criadora de lugares de memória, onde possibilita “travar um diálogo com um determinado tempo, como modos de vida e com sujeitos que organizam e reorganizam suas vidas de formas distinta” (p.29), para tanto, percebe a memória como “um elemento capaz de

³⁰ Mestranda em História Social, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Bolsista Capes. E-mail: esterdelacerda2@gmail.com

³¹ BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. Memória sobre a conservação das matas, e arboricultura como meio de melhorar o clima da província do Ceará. [1859]. Ed. *fac-sim*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

revitalizar a compreensão do passado” (p.29). Desta forma, a imprensa é também geradora de memória, comportamentos e principalmente um mecanismo que nos permite uma leitura do passado para entender formas de articulação e de vivências, sendo assim, a amnésia da memória entra na perspectiva de entendermos uma imprensa que divulgou a fome, as mulheres, homens, crianças, famílias e toda sua situação de vulnerabilidade social, mas que não destacou a desigualdade, a escravização, os processos de formação social de classes, reduzindo o fardo da seca apenas a um fenômeno natural recorrente de uma região.

De acordo com Monsma e Truzzi (2008) as “instituições de memória social funcionam também como instituições de esquecimento, porque salientamos alguns aspectos das histórias nacionais e desconsideram outros”, ou seja, a amnésia social ao ser observada trata justamente de uma condição política baseada em interesses próprios, em que há uma filtração nas narrativas de quem as interessa.

O cenário de 1877-80 na imprensa

O jornal *O Retirante* (1877-1878) publicava aos domingos e autodenominou-se como o órgão das vítimas da seca. Durante os anos que circulou sua pauta esteve voltada para questões que envolviam de alguma forma os retirantes. Para tanto, abre sua edição de 1 de julho de 1877 narrando que “triste e afflictivas são as notícias, que nos trazem do centro todos os peregrinos, que, anhelantemente, de nós se aproximam” (p.1), o jornal se refere ao processo de migração que ocorreu dentro da província cearense, em que, as vítimas da seca saiam para a capital em busca de ajuda. De acordo com Neves (2005) estimasse que chegaram a Fortaleza mais de 114.000 mil retirantes em 1877-80, enquanto a população da cidade era de 25.000 mil pessoas. Para o referido autor, essa chegada de retirantes muda o cenário que Fortaleza se encontrava, não apenas voltado para a questão estética da cidade, em que se encontrava no seu processo de “uma sociedade urbana – que se pretendia moderna, civilizada, branca e ocidental” (NEVES, 2005, p.114), mas que ao se vê com “a presença periódica de “retirantes”, mestiços e esfomeados, que não reconhecem os sinais do progresso nem as regras básicas da civilização” (NEVES, 2005, p.114) passa a ter uma relação mais assídua com a pobreza, visto que, nos últimos anos do século XIX houve três grandes secas (1877-1889-1900) em que, a solidariedade cristã confrontou-se com a repugnância da pobreza e com o medo constante de levantes e rebeliões (NEVES, 2005), visto que, eles passaram a ter contato maior com esses grupos migratórios.

Um outro jornal, pertencente aos liberais, o *Cearense* (1846-1889) dedicou-se a escrever longas matérias sobre a situação da seca. Miseráveis, flagelados, bárbaros dentre tantos outros adjetivos, construiu-se nas suas linhas a busca pela verdadeira e imaginária figura do corpo e do que era o retirante e como era a seca e o que causava. No início de 1877 nas suas páginas afirmava que a seca já era sentida em alguns pontos da província, a questão da seca nunca esteve muito distante de suas edições. Jornal envolvido na disputa da presidência da província, tratava da seca com um mal que precisava ser superado para que o Ceará atingisse a máxima do desenvolvimento e modernidade. Um de seus editores foi o senador Pompeu, em que escreveu sobre formas de livrar-se da seca como a construção de açudes, combate ao desmatamento e queimadas (BRASIL, 1859)

No *Cearense* publicou-se³² na seção *Literatura*, “A secca do Ceará”

Trajando as pompas da miseria extrema
O norte rola do soffrer no chão;
Sorvendo o cliz de tormentos agros
A vid’aspira deparar em vão.

A secca horrivel que abrasa os campos,
Consome a vida dos irmãos do norte,
O céu se esconde no horisonte turvo,
E o povo geme com terror da morte.

[...]

A mãe afflicta, soluçando em prontos
Morrer seu filho vê de fome intensa,
Deixa-o sosinho na estrada, e acorre
Louca, sem tino, sem amor, nem crença.

Essa publicação foi feita no *Diario de Sergipe* e publicada também no *Cearense*, durante a seca ocorreu de existir dentro da imprensa nacional uma rede de comunicação bastante ampla em que havia notícias dialogadas entre os jornais de diferentes províncias, isso foi de suma importância para a propagação da seca na imprensa (BARBOSA, 2004). É tanto que a imprensa carioca e pernambucana publicaram sobre a situação do Ceará, no caso da primeira, foi enviada pela *Gazeta de Noticias*, em 1878 o seu correspondente José do Patrocínio³³.

³² *Cearense*, 1 de novembro de 1877, ed. 92, p.4.

³³ “Em 1877, quando passou a escrever no jornal carioca *Gazeta de Noticias*, José do Patrocínio (1854-1905) ainda não se havia tornado o inflamado jornalista que agitou a cena política do Rio de Janeiro, nos anos finais da escravidão e da monarquia. Suas atividades como abolicionista iriam tomar grande impulso somente depois de 1880, quando, em meio a uma variedade de eventos, participa da fundação da Sociedade Brasileira contra a Escravidão, juntamente com Joaquim Nabuco e outros. Desde então, o

Patrocínio passará a escrever sobre o cenário que encontra e encaminha para a revista *O Besouro*, em que publicaram uma coluna denominada de “O Ceará”

Nosso amigo José do Patrocínio, em viagem por aquella provincia, enviou-nos as duas photographias por que foram feitos os desenhos da nossa primeira pagina. São dois verdadeiros quadros de fome e miseria. N' naquelle estado que os retirantes chegam á capital, aonde quasi sempre morrem, apesar dos apregoados socorros, que segundo informações exactas são distribuidos de uma maneira impropicia.

A nossa estampa da primeira página é resposta cabal áquelles que accusavam de exageração, a pintura que se fazia do estado da infeliz provincia.

Repare o governo e repare o povo, na nossa estampa, que é a cópia fiel da desgraça da população cearense.

Continuaremos a reproduzir o que o nosso distincto collega nos enviar a tal respeito.

As fotografias citadas na publicação dizem respeito a uma coleção de quinze fotos desenvolvidas por Joaquim Antonio Corrêa em que a referida revista usa duas na sua abertura,

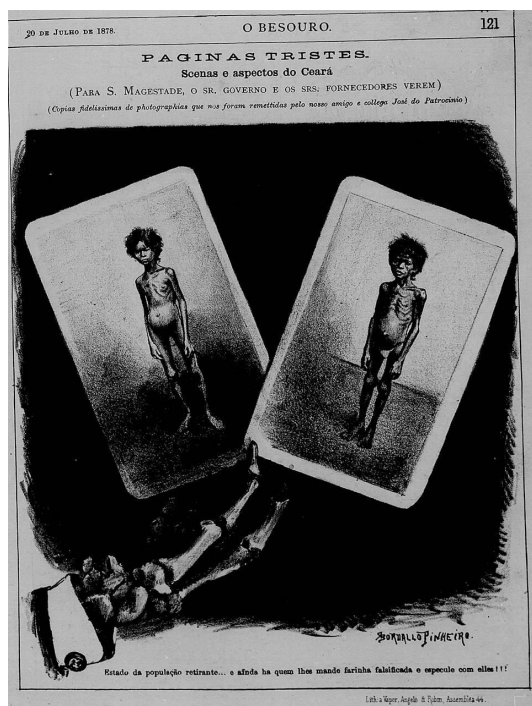


Figura 1. PÁGINAS TRISTES.

Scenas e aspectos do Ceará

(Para S. Magestade, o Sr. Governo e os Srs. fornecedores verem)

(Cópia fidelissima de photographias que nos foram remettidas pelo nosso amigo e collega José do Patrocínio)

Estado da população retirante... e ainda ha quem lhes mande farinha falsificada e especule com elles!!

Em diálogo, esses materiais buscaram oferecer a verdade sobre os corpos e a realidade que a seca promoveu. Assim, procuraram formas de legitimar o que haviam anteriormente escrito e que a foto seria a prova real. Para Barbalho (2005), a partir dessas imagens pode-se perceber que

aboliconismo passou a centralizar todas as suas preocupações políticas e sociais, deixando para segundo plano suas preferências republicanas ou liberais” (NEVES, 2006, p. 81).

No momento em que a seca ganhou visibilidade e passou a constituir um elemento identificador da alteridade (no caso, a dos nortistas, depois nordestinos, tendo como referência a auto-representação dos sulistas), na incompreensão do que era estranho, o discurso, mesmo com pretensões realistas, adquiriu contornos grotescos. A pretensa realidade configurava-se monstruosa, desordenada, deformada, em que homens, bichos, plantas e terra pertenciam ao mesmo amálgama. Uma realidade que provocava tonturas como se estivéssemos à beira de um profundo abismo – exatamente o referencial que marca ainda hoje uma compreensão bastante difundida sobre o Nordeste (p.147).

Como supracitado, compreendemos que o estigma dos cearenses foi projetado e criado a partir de grande influência dos meios de comunicação, seja com fotos, romances e até mesmo a imprensa. Buscou-se construir a perspectiva de uma província em estado de calamidade, mas que deixou de lado aspectos de uma desigualdade social que estava inserido naquela sociedade e que contribuiu para o alarmante quadro que a sociedade se encontrou naquele período.

Secreto (2020) aborda que o processo de saída retirante/migrantes dos sertões e do interior do Ceará ocorria justamente pela busca de uma melhor condição de vida. Acontece que com a ausência das chuvas e consequentemente a longa estiagem provocada pela seca como nos anos de 1877-80 a questão agrária se relacionou estritamente com uma grande crise agrícola. Para tanto, em 1850 foi promulgada a Lei de Terras, em que para Neves (2018) isso fomentou a lógica de desigualdade social dentro do Ceará, onde a propriedade agrária se torna absoluta e comerciável. Um outro aspecto que foi investigado por Pinheiro (1989-1990) diz respeito as relações de trabalho, tendo em vista “que a agricultura comercial se tornou a base da economia provincial” (p. 199) em que houve ainda mais a incorporação do uso da força de trabalho, tendo em vista, que no período de tráfico de escravizados no Brasil, o Ceará se torna a província que mais exportou escravo, ou seja, duas dimensões em que para Secreto (2020) dizem respeito a questão da lógica de mercado incorporada a política imperial.

Percebemos que tais aspectos se tornam estritamente correlacionados, pois em sociedades que há desigualdade social, os fenômenos naturais de quaisquer natureza se tornam catastróficos e geradores de uma massiva população inseridos nas margens.

Em diálogo com essas questões, compreendemos este debate dentro do campo da memória a partir da ausência dela, no caso, uma ausência permanente diante a história dos retirantes (antes de entrarem em tal situação) que estavam inseridos em um espaço de desigualdade e exploração, em que, a chegada da seca os colocam na situação de flagelo, as maiores vítimas da seca.

Ao consultar nossas fontes, no caso, a imprensa, houve a fomentação do estigma do retirante sob a ótica de uma memória estereotipada, mas além disso, naturalizou-se e omitiu processos sociais que o colocaram em situações das mais variadas formas de calamidade. Sendo assim, como colocou Barbosa (2004) essas narrativas sobre a seca na imprensa no final do século XIX e XX geraram uma imagem sobre o Ceará, mas compreendemos que foi omissa diante as questões que foram cruciais para que houvesse a formação de uma grande miséria, justamente por compreendemos o período de desenvolvimento da agricultura comercial, a exploração de camponeses no campo, a política paternalista, a Lei de Terras de 1850, sendo assim, um conjunto de elementos o que as tornas como um formador de *amnésia*, tendo em vista, a omissão de tais debates nos meios de comunicação.

Fontes

Cearense (1846-1889)
O Besouro (1878)
O Retirante (1887-1889)

Referências

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **Nos Destinos de Fronteira: história, espaços e identidade cultural**. Recife: Bagaço, 2008.

BARBALHO, Alexandre. **Corpos e mentes dilacerados: o grotesco nas imagens da seca de 1877**. In: Trajetos. Revista de História UFC. Fortaleza, vol. 3, 2005.

BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. **Famintos no Ceará: Imprensa e fotografia entre o final do século XIX e o início do século XX**. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: SP, 2004.

CRUZ, Heloisa de Faria. PEIXOTO, Rosário da Cunha. **Na oficina do historiador: conversas sobre a história e imprensa**. Projeto História, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.

BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. **Memória sobre a conservação das matas, e arboricultura como meio de melhorar o clima da província do Ceará**. [1859]. Ed. fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

DAVIS, Mike. **Holocaustos Coloniais: a criação do terceiro mundo**. Tradução: Alexandre Barbosa de Souza – São Paulo: Veneta, 2022. Versão de 2001.

MONSMA, Karl; TRUZZI, Oswaldo. **Amnésia social e representações dos imigrantes: consequências do esquecimento histórico e colonial na Europa e na América**. In: Sociologias, Porto Alegre, ano 20, n. 49, set-dez 2018, p. 70-108.

NEVES, Frederico de Castro. **Estranhos na Belle Époque: a multidão como sujeito político (Fortaleza, 1877-1915)**. In: Trajetos. Revista da UFC. Fortaleza, vol. 3, n.º 6, 2005.

_____, Frederico de Castro. **A SECA OU A VIDA: transformações nos usos da terra (Ceará, século XIX)**. In: REIS, et.al. História Social dos Sertões – Curitiba: CRV, 2018.

RIOS, Kênia Sousa. **Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

RODRIGUES, Rejane Meireles Amaral. **Memórias em disputa: Transformando modos de vida no Sertão e na Cidade**. Jundiaí, Paco Editorial, 2014.

SECRETO, María Verónica. **A seca de 1877-1879 no Império do Brasil: dos ensinamentos do senador Pompeu aos de André Rebouças: trabalhadores e mercado**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.27, n.1, jan.-mar. 2020, p.33-51.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

CÂNONE, LITERATURA DE AUTORIA FEMININA E *A VIDA QUE NINGUÉM VÊ*, DE ELIANE BRUM

Walisson Oliveira Santos³⁴

Ao discutirmos a literatura escrita por mulheres no contexto pós-moderno no Brasil, destacando as rupturas com a tradição literária pré-estabelecida e os desafios que as escritoras enfrentaram para garantir o reconhecimento de suas vozes e obras, enfatiza-se a existência da autoria feminina ao longo do tempo e, como isso, leva-nos a examinar a evolução dessa contribuição, considerando os obstáculos que moldaram a jornada das escritoras na Literatura Brasileira.

A escolha de *A vida que ninguém vê* (2006), de Eliane Brum, como o livro para análise é apropriada para o contexto deste trabalho, uma vez que ressalta o (extra)ordinário presente nas histórias de vidas humanas, a capacidade de trazer à luz personagens da sociedade e exaltar a diversidade da identidade nacional.

Neste trabalho, investigamos como as estratégias narrativas, características da pós-modernidade, como a visão de personagens excêntricos, subvertem os valores estéticos e deixam influências no contexto literário atual. Para isso, foram selecionadas duas crônicas presentes no livro de Brum: “O exílio” e “Dona Maria tem olhos brilhantes”.

Metodologicamente, engendra-se uma revisão bibliográfica, que possibilita identificar e analisar as percepções subjetivas presentes nas crônicas de Brum. Além disso, foram consultados estudos de vários autores, como Candido (1997), Duarte (1997), Muzart (1997), Coelho (1993), entre outros autores, para embasar e enriquecer a análise realizada.

O cânone é um ponto crucial de partida ao abordarmos a literatura escrita por mulheres. Este termo deriva do grego “*kanón*” e caracteriza uma composição polifônica usada como instrumento de medida, ou seja, um conjunto de referências sobre um determinado assunto. No contexto brasileiro, o cânone assume o papel geral de regra, preceito ou norma. Já no campo da literatura, passa a entender um conjunto de obras estimadas como modelos de um determinado período literário, época, estilo ou cultura dominantes (CÂNDIDO, 1997).

Segundo Muzart (1997), o cânone é comumente associado ao que é considerado “clássico”. Ou seja, refere-se a obras que pertencem à alta cultura, muitas vezes

³⁴ Mestrando em Estudos Literários, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Bolsista Capes. E-mail: prof.walissonoliveira@gmail.com.

representando a classe dominante dos séculos XIX e XX. São obras que, devido às suas estruturas, originalidade e qualidade, conseguiram ultrapassar as barreiras do tempo e do contexto histórico na qual estavam inseridas, tornando-se referências universais e atemporais.

A partir dos estudos de Muzart (1997), a presença de escritoras brasileiras na formação do cânone literário do brasileiro foi amplamente silenciada e apagada ao longo da história. Para a autora, esse fator pode ser atribuído às abordagens socioculturais adotadas por historiadores, predominantemente moldadas por perspectivas masculinas.

Com base nas análises de Barbosa (2001), dentro do cenário literário nacional, o discurso do cânone é fundamentado em princípios positivistas. Isso implica na crença de um contínuo progresso da humanidade, derivado de uma herança estrangeira, notavelmente a portuguesa:

[...] quase sempre movidos por um forte apelo classicizante, dando como resultado uma rígida hierarquização de gêneros, raças, modelos culturais, que somente será abalada pelos movimentos multiculturais de anos recentes (BARBOSA, 2001, p. 17).

Conforme argumentado pelo autor, esse processo desempenhou um papel fundamental na legitimação e no estabelecimento de um “[...] corpus de autores e obras identificados como brasileiros e diferenciados das origens europeias, em que se destacavam, como não podia deixar de ser, as portuguesas” (BARBOSA, 2001, p. 17). Em outras palavras, a Literatura Brasileira permaneceu por séculos sob a influência portuguesa, mas, eventualmente, desvinculou-se à medida que evidências de uma literatura genuinamente brasileira se tornaram palpáveis.

Duarte (1997) aponta para o fato no qual a produção intelectual escrita por mulheres começa a desvanecer de suas narrativas: da produção intelectual feminina nas narrativas literárias, bem como a ausência de nomes femininos nos manuais de historiografia literária. A autora sugere ainda que essa ausência, nos séculos XIX e XX, é resultado do discurso hegemônico da crítica literária.

Schmidt (2012) aborda essa questão do não-lugar ao afirmar que a crítica literária brasileira exclui escritoras, em parte, porque considera suas obras como inferiores e fora do enquadramento masculino tradicional de escrita. Dessa forma, a autora destaca que as omissões de nomes femininos têm origens enraizadas em ideologias, políticas e estéticas profundas.

Essa colocação apresentada é necessária para pensarmos qual a posição das escritoras na história literária brasileira, e, para se pensar também a história das mulheres, pois é refletindo sobre esse não-lugar de onde as mulheres falam, o que e como falam sobre elas, que podemos compreender o silenciamento imposto na literatura de autoria feminina.

Refletir sobre essas ideias, examinando as contradições e as conexões que elas proporcionam, possibilitando-nos uma compreensão mais profunda de suas consequências no tempo presente. Além do mais, fica evidente a necessidade de questionarmos a ideia de uma “alta literatura” na atualidade, à luz do conceito que foi estabelecido no passado.

Adentrando-nos no presente, Coelho (1993) articula que a autoria feminina no Brasil, que se encontra intrinsecamente ligada ao movimento feminista, surge no século XX como uma forma de subverter os papéis femininos convencionais e como um contra-ataque às injustiças do sistema patriarcal e desempenhou um papel crucial na ampliação das perspectivas literárias e na exploração de temas, estilos e vozes muitas vezes ausentes na tradição literária dominada por homens.

A partir do século XX, a autoria feminina segue em evolução, abrangendo uma diversidade significativa de temáticas. As autoras empregam estratégias para subverter os modelos simbólicos e hegemônicos, desafiando normas e padrões previamente estabelecidos (COELHO, 1993).

Hutcheon (1991) enfatiza que as narrativas femininas contemporâneas são descentralizadas, adotando formas não convencionais de gênero. Elas exploram a representação do excêntrico, desconstruem as noções tradicionalistas de “ser mulher”, conferem novo significado à experiência das mulheres negras e das periferias. Além disso, essas narrativas revelam fissuras no modelo patriarcal e no âmbito familiar, redefinem identidades subalternas e fragmentadas, incorporam uma constante hibridização de identidades em evolução e questionam não apenas as histórias oficiais, mas também a própria concepção de literatura.

Ainda segundo Hutcheon (1991), sob uma perspectiva pós-moderna, essa gama de oportunidades nos convida a considerarmos as margens e as fronteiras. Ela destaca noções como “[...] autonomia, transcendência, certeza, autoridade, unidade, totalização sistema, universalização, centro, continuidade, teleologia, fechamento, hierarquia, homogeneidade, origem” (HUTCHEON, 1991, p. 84).

A reflexão sobre essas ideias permite compreendermos as implicações das escritoras na literatura e o impacto de suas vozes anteriormente silenciadas. Ao

questionarmos o cânone e seus padrões excludentes, abrimos espaço para a problematização da exclusão histórica das escritas femininas e para uma análise mais ampla das narrativas literárias contemporâneas.

Eliane Brum atua como jornalista desde 1988, começou a escrever ficção em 2005, se envolveu com documentários a partir do mesmo ano e sempre teve uma veia de cronista. Ela se descreve como uma escutadeira que conta histórias, dedicada a compartilhar narrativas (BRUM, 2014).

Em sua primeira narrativa, Eliane Brum descreve-se como a “vilã” (BRUM, 2014, p. 100). Ainda criança, ela sentiu essa vilania ao assassinar uma baratinha. No entanto, esse ato de crueldade marcou o início de sua vida junto às palavras e aos “desacontecimentos”.

Para Brum (2014), os “desacontecimentos” representam o resultado de um processo de autoconhecimento e refletem a maneira como ela vive as letras com intensidade. As letras se tornam o universo onde ela encontra a capacidade de dar memória e dar vida ao ser que havia assassinado, além de ressignificar as histórias daqueles que não são ouvidos ou contados. Os “desacontecimentos” são uma forma de escapar das notícias padronizadas e explorar o lado mais complexo e enraizado no tempo de um mundo oculto: a existência humana, pois

Escrever, para mim, é um ato físico, carnal. Quem me conhece sabe a literalidade com que vivo. E, principalmente, a literalidade com que escrevo. Eu sou o que escrevo. E não é uma imagem retórica. Eu sinto como se cada palavra, escrita dentro do meu corpo com sangue, fluídos, nervos, fosse de sangue, fluídos, nervos (BRUM, 2008, p. 127).

A escolha de *A vida que ninguém vê* (2006) como foco de investigação neste estudo tem como objetivo central demonstrar, através de uma análise da gênese das crônicas de Eliane Brum, os recursos estilísticos por ela empregados para construir um modelo narrativo desafiador.

A obra, desse modo, emerge como um instrumento poético que não apenas simboliza a literatura de autoria feminina, mas também encapsula uma perspectiva singular sobre os personagens excêntricos na realidade cotidiana.

Explorando o conteúdo de ambas as crônicas “O exílio” e “Dona Maria tem olhos brilhantes”, presentes no livro *A vida que ninguém vê*, que recebeu o Prêmio Jabuti de Melhor Livro de Reportagem, em 2007, nossa investigação se concentra em analisar a perspectiva poética da autora enquanto narradora, que escuta e relata as narrativas de vida de seus protagonistas do cotidiano.

Brum (2006) revela sua essência como cronista ao buscar o excêntrico, a “literatura da vida real”. A cronista se torna uma escutadeira atenta, mergulhando nas profundezas do “banal” para demonstrar que não existem vidas comuns, apenas vidas que não recebiam a devida atenção nos rodapés dos jornais:

O mendigo que jamais pediu coisa alguma. O carregador de malas do aeroporto que nunca voou. O macaco que ao fugir da jaula foi ao bar beber uma cerveja. O álbum de fotografias atirado no lixo que começa com uma moça de família e termina com uma corista. O homem que comia vidro, mas só se machucava com a invisibilidade (BRUM, 2006, p. 1).

Eliane procurou formas de representação que transcendessem o uso de meras palavras. Sua escuta meticulosa se voltou para a observação dos gestos, comportamentos e linguagem das pessoas, abrangendo todos os elementos que pudessem enriquecer a construção de personagens autênticos (SANTOS, 2023).

É nesse recorte do tecer histórias ao modo brumiano, que se encontra a relevância de Eliane Brum ao campo da Literatura Brasileira: as comédias e, especialmente, as tragédias do cotidiano, reportam indivíduos comuns, aqueles que nunca receberam uma nota de rodapé nas páginas de um jornal. São os “Josés” e as “Marias” que, sob o olhar e a prosa poética cuidadosa da autora, tornam-se histórias extraordinárias, relatos poéticos do real, e revelam o que há de mágico no universo de histórias invisíveis: o anonimato.

Brum (2006) argumenta que, ao buscar uma abordagem sensível em *A vida que ninguém vê*, foi imperativo não apenas domesticar o olhar, mas também desafiá-lo: “Sempre gostei de histórias pequenas. Das que se repetem, das que pertencem à gente comum. Das desimportantes. [...] O que esse olhar desvela é que o ordinário da vida é o extraordinário” (BRUM, 2006, p. 187).

Dentro desse cenário delineado, o livro de Eliane Brum emerge como um chamado para que adentremos nas nuances das histórias que, frequentemente, passam despercebidas na agitação da sociedade contemporânea.

Em “O exílio”, a cronista, em terceira pessoa, apresenta a vida cotidiana de duas mulheres, Vany e Celina, que residem em camas próximas em uma geriatria, em Porto Alegre. A narradora revela a solidão e o isolamento que as caracteriza, simbolizando suas existências como “exiladas”. Enquanto Vany sofre com a artrite que a impede de se mover e interagir com o mundo ao seu redor, Celina escolhe observar o exterior através da janela, mantendo-se conectada com a vida lá fora.

As personagens são profundamente humanas, enfrentando as limitações físicas impostas pelo envelhecimento e pelas doenças. Vany, uma ex-professora de História, lida

com as dores físicas e as emocionais da artrite que a debilita progressivamente. A partir de sua perspectiva, testemunhamos o processo de degeneração física e a luta contra a apatia que acomete os residentes da geriatria.

O tempo na narrativa é marcado pela trajetória de vida das personagens, representando suas experiências ao longo dos anos. A passagem do tempo é observada especialmente nas mudanças que ocorrem na geriatria, à medida que diferentes vizinhos de cama chegam e partem.

Suas camas próximas, lado a lado, “Duas ilhas que não se tocam” (BRUM, 2006, 112), representam não só a proximidade física, mas também a solidão que enfrentam. A janela, que Celina utiliza para observar o mundo exterior, é um elemento importante no espaço, proporcionando uma conexão com a vida lá fora, mesmo que seja apenas visual.

A representação do excêntrico nesta crônica se manifesta através das personagens de Vany e Celina, suas ações, escolhas e visões de mundo que se desviam do padrão convencional. Ambas as personagens são retratadas como indivíduos que vivem uma realidade à parte, em um ambiente de geriatria marcado pela alienação e pelo esquecimento. Além disso, a crônica explora a subversão de padrões ao destacar a terapia da arte que Vany e Celina realizam. Essa atividade representa uma maneira excêntrica de resistir à apatia e ao esquecimento.

A exposição dos desenhos de Vany, por exemplo, é outro exemplo de como as personagens buscam romper com o exílio emocional e físico que vivenciam. A atitude de Vany ao compartilhar suas criações é excêntrica, já que foge da passividade que caracteriza a maioria dos residentes da geriatria. A falta de interesse por parte dos outros residentes em relação à exposição reflete como o excêntrico muitas vezes não é compreendido pela sociedade convencional.

A representação do excêntrico neste texto é visível nas escolhas, ações e perspectivas das personagens, que desafiam os padrões impostos pelo ambiente e pelas circunstâncias em que vivem. As protagonistas buscam uma conexão com a vida, a criatividade e a resistência, destacando-se como indivíduos que se afastam do “normal” para criar significado e mudança em suas vidas.

Por outro lado, a crônica intitulada “Dona Maria tem olhos brilhantes” é um relato tocante e inspirador sobre a determinação e a busca pelo conhecimento. A narradora, em terceira pessoa, apresenta-nos a história de Dona Maria, a personagem-título, uma mulher de origem humilde, que enfrentou dificuldades e obstáculos ao longo de sua vida, mas que se destaca por sua persistência em realizar um sonho pessoal: aprender a ler e escrever.

A narradora começa com uma reflexão sobre a maneira como as pessoas, muitas vezes, demonstram infelicidade em seus olhos, uma imagem que sugere uma existência crônica de desânimo e de apatia. A partir desse ponto, o texto se volta para Dona Maria, uma mulher que desafia essa visão. Ela é descrita como alguém com “olhos brilhantes” (BRUM, 2006, 132), que contrastam com a apatia mencionada anteriormente.

O relato narra a jornada de Dona Maria desde sua infância difícil até a idade adulta, quando ela decide realizar um sonho que ela tinha desde os nove anos: aprender a ler. Essa determinação se torna ainda mais impressionante ao se considerar o contexto em que ela vive, onde muitas pessoas não têm acesso à educação ou oportunidades. Dona Maria é apresentada como uma mulher que enfrentou dificuldades na criação dos filhos, trabalhou duro e enfrentou a resistência de sua família e comunidade para alcançar seu objetivo.

A narradora também explora a importância do ato de ler para Dona Maria, que compara a falta de habilidade de ler com ser “cego” (BRUM, 2006, p. 133), ressaltando como a incapacidade de decifrar as letras é como não conseguir enxergar o que está do outro lado da parede. Através desse contraste, a narradora enfatiza a importância de aprender a ler como uma forma de iluminar e ampliar a compreensão do mundo.

Dona Maria se desenvolve com as letras, pois elas ganham vida para ela, que elas conversam e se tornam personagens que expressam suas identidades. Isso ilustra o poder transformador da educação, permitindo que ela se conecte de maneira mais profunda com a linguagem e o conhecimento.

A crônica não apenas celebra a determinação de Dona Maria, mas também nos leva a refletir sobre a importância da educação e como o ato de aprender pode iluminar a vida de alguém, permitindo-lhes ver o mundo de maneira mais rica e significativa. A história de Dona Maria serve como um lembrete poderoso de que a busca pelo conhecimento pode transformar vidas e superar adversidades.

O excêntrico, neste contexto, refere-se à singularidade e ao contraste que a narradora desenha entre as pessoas que têm “olhos brilhantes” e as que apresentam “pupilas opacas” (BRUM, 2006, p. 132) e uma expressão de infelicidade crônica. Essa distinção é uma maneira de destacar a raridade e a notável diferença que Dona Maria representa na sua comunidade. Dona Maria, que tem olhos brilhantes, destaca-se como uma exceção, uma figura que quebra a monotonia e a desesperança que parecem caracterizar a maioria das pessoas.

O contraste entre aqueles com “olhos brilhantes” e aqueles com “olhos opacos” é uma forma de ressaltar a resiliência de Dona Maria, sua determinação em seguir seu

sonho é aprender a ler e escrever. A autora usa a imagem dos olhos como uma metáfora para transmitir a busca por conhecimento e transformação. Enquanto a maioria parece resignada e desprovida de esperança, Dona Maria é retratada como alguém que ilumina seu próprio caminho e, ao fazê-lo, também ilumina o caminho dos outros ao seu redor.

O excêntrico nesta crônica está representado na imagem de Dona Maria, cujos olhos simbolizam sua esperança e sua capacidade de transcender as dificuldades e a desesperança que muitos outros parecem carregar consigo. Ela é uma personagem única e inspiradora que desafia a norma e destaca a importância de lutar por sonhos e objetivos, mesmo quando o contexto é adverso.

Através da análise do livro *A vida que ninguém vê*, de Eliane Brum, foi possível explorarmos como as estratégias narrativas da autora subvertem valores estéticos tradicionais e deixam influências no cenário literário contemporâneo. A investigação também revelou como o cânone literário, historicamente moldado por perspectivas masculinas, marginalizou e silenciou as vozes das escritoras.

A literatura de autoria feminina no Brasil emerge como uma força capaz de romper com a tradição literária pré-estabelecida e questionar os padrões de poder e representação. Através de narrativas que exploram o excêntrico, as autoras subvertem e ampliam as perspectivas literárias, destacando experiências e vozes que historicamente foram ignoradas.

Eliane Brum, com suas crônicas como “O exílio” e “Dona Maria tem olhos brilhantes”, evidencia a capacidade da literatura de autoria feminina de trazer à luz histórias de vida muitas vezes negligenciadas, conferindo espaço a personagens excêntricos e subvertendo a invisibilidade a que foram submetidos. Ao explorar as vidas cotidianas de pessoas comuns, Brum oferece uma perspectiva poética do real, desafiando o leitor a enxergar o extraordinário no ordinário.

Referências

BARBOSA, J. A. O cânone na História da literatura brasileira. **Organon**, Porto Alegre, v. 15, n. 30, 2001, p. 17-32. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/article/view/29708>. Acesso em 30 jan. 2023.

BRUM, E. **A vida que ninguém vê**. Porto Alegre: Arquipélago, 2006.

_____. **Meus desacontecimentos**: a história da minha vida com as palavras. São Paulo: LeYa, 2014.

_____. **O olho da rua**: uma repórter em busca da literatura da vida real. São Paulo: Globo, 2008.

CANDIDO, A. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos. 8. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997.

COELHO, N. N. **A literatura feminina no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Siciliano, 1993.

DUARTE, C. L. O cânone e a autoria feminina. In: SCHMIDT, R. T. (Org.). **Mulheres e literatura**: (trans)formando identidades. Porto Alegre: UFRGS, 1997. p. 53-60.

HUTCHEON, L. **Poética do pós-modernismo**: história, teoria, ficção. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

MUZART, Z. L. A questão do cânone. In: SCHMIDT, R. T. (Org.). **Mulheres e literatura**: (trans)formando identidades. Porto Alegre: UFRGS, 1997. p. 79-89.

SANTOS, W. O. **Eliane Brum**: entre o jornalismo e a literatura. Montes Claros: Ed. do Autor, 2023.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

CENTRO DE REFERÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR COM ENFOQUE EM GÊNERO E RAÇA: IDENTIDADE, PERTENCIMENTO E DIGNIDADE HUMANA

Laura Damaso Garcia³⁵

Filomena Luciene Cordeiro Reis³⁶

Introdução

Centros de Referência constituem como unidades com responsabilidade em pesquisar, documentar e difundir referências que abordam determinadas questões. Cada unidade se especializa em áreas e/ou temáticas específicas.

Desse modo, o “Centro de Referências em Educação Popular com Enfoque em Gênero e Raça” objetiva criar um Centro de Referência para tratar sobre esse assunto, bem como estudar a formação de professoras de jovens e adultos na área temática de gênero e raça; refletir a formação cidadã por meio de documentos de domínio público; investigar sobre Educação Popular com enfoque em Gênero e Raça no território de Minas Gerais, principalmente nas regiões Norte, Noroeste e Vale do Jequitinhonha e Mucuri comunidades tradicionais; e levantar dados, entre eles, distribuição de renda, índices educacionais, produções científicas, etc.

Essas temáticas - Educação popular, gênero e raça – incidiu em uma proposta de pesquisa que se justifica como viabilidade de análise, sobretudo na perspectiva da História de Gênero e Étnico-racial, pois possibilita compreender essa realidade por meio de ações educacionais como democráticas e de direito de todos.

Tratar das dimensões educacionais, políticas e históricas se vincula a debates relacionados a grupos sociais vulneráveis, cujo papel da educação, como *práxis*, permite transformações em diversos aspectos.

Entre tantas indagações colocadas para pensar, uma, em especial, pautou-se como reflexão dessa pesquisa: como lidar com educação e questões étnico-raciais como construção de informações armazenadas para estudo sobre a matéria em pauta?; e há um centro de referências para o estudo sobre Educação Popular com enfoque em Gênero e Raça?.

³⁵ Acadêmica do curso de Psicologia, Montes Claros, MG. Bolsista de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais/Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). E-mail: laura.damaso@yahoo.com.br

³⁶ Doutorado em História pela Universidade Federal de Uberlândia, Pós-Doutorado na Universidade de Uberaba, Professora do Departamento de História e PPGH da Unimontes e do curso de Direito do Centro Universitário Funorte.

Nesse sentido, o estudo encontra-se com resultados parciais, aprovado pelo Comitê de ética, Parecer 5.656.586, e se insere no campo da pesquisa como Iniciação Científica, compondo-se como Revisão de Literatura e Pesquisa de Campo, cuja proposição narra-se proposição nos moldes a seguir.

Métodos: trabalhando com a ciência

A ciência se apresenta como uma forma sistemática com a finalidade do ato de conhecer. Para tanto, faz-se necessário aliar teorias, conceitos, métodos e técnicas viabilizadoras desse processo científico. Construir objetivos bem definidos contribui, também, para que um estudo concorra para a execução de um trabalho consistente (LAKATOS; MARCONI, 2008).

A ciência objetiva descrever e explicar fatos e fenômenos a partir dos diversos campos de conhecimento e observando as suas particularidades, visando obter resultados contemplando as formulações e indagações propostas como problema de pesquisa (FONSECA, 2002).

Uma pesquisa científica proporciona aperfeiçoar o conhecimento e, dessa maneira, novas visões são “descobertas” e abordadas, apresentando outros olhares, muitas vezes, acerca do mesmo objeto, sujeito e tema.

Procedimentos científicos permite estudar, conhecer e analisar tudo que está em volta de homens e mulheres, entretanto, no decorrer do tempo, ela, igualmente, se transformou, revelando nuances referentes as peculiaridades de cada campo de saber (LAKATOS; MARCONI, 2008).

Nessa direção, essa é uma pesquisa qualitativa, descritiva e explicativa, bem como de revisão bibliográfica e propõe uma temática complexa e ampla, pois consiste em pensar questões polêmicas e controversas, ainda, nos dias de hoje (FONSECA, 2002).

Os procedimentos adotados utilizaram das orientações de Barros (2021) sobre o tratamento de fontes históricas, as quais foram observadas.

A análise documental de acervos públicos consistiu nas leituras e releituras do papel da educação popular como formadora de cidadãos conscientes do seu lugar onde se encontram inseridos.

O estudo de documentos de domínio público viabilizou o estudo, investigando sobre Educação Popular com enfoque em Gênero e Raça no território de Minas Gerais, principalmente nas regiões Norte, Noroeste e Vale do Jequitinhonha e Mucuri comunidades tradicionais. Levantou-se dados, entre eles, distribuição de renda, índices educacionais, produções científicas, etc. sobre o tema.

Também se realizou visita técnica a Comunidade Quilombola Vila de São João, em Berizal, Minas Gerais, com a intenção de conhecer o processo de ensino e aprendizagem realizado por meio de vivências e do patrimônio cultural local e de características gerais.

Resultados e Discussão

A Educação Popular, como uma filosofia da educação, constitui, também, em *práxis* referente à (des)(re)construção de saberes e práticas. Originou-se de movimentos sociais na América Latina contra os processos colonizadores e governos ditatoriais em meados do século XX. Essa modalidade de educação tem a finalidade de formar cidadãos conscientes do seu papel transformador na sociedade (FREIRE, 2002).

Nesse sentido, a Constituição Federal da República do Brasil de 1988, pautada em outras legislações, inclusive internacionais, esclarece a compreensão acerca da temática, avançando em suas abordagens (BRASIL, 1988).

No século XXI, apesar de movimentos sociais, legislações e atuações em diversos campos de luta, o campo de disputas e ações políticas viabilizou muitas conquistas. Articular pautas voltadas para questões de gênero e racial consiste como enfrentamentos das vivências desses grupos sociais (FREIRE, 2002).

Com o objetivo de viabilizar a promoção e concretização do caráter de extensão articulado com a pesquisa e o ensino, visando levantar as ações de educação popular existentes, a pesquisa procurou mapear as iniciativas e abrangências, produzindo dados, organizando acervos de publicações, entre outras atividades pertinentes ao tema.

Fez-se necessário atuar nas ações de ensino e extensão em: educação popular; formação de professores, jovens, adultos na área temática de gênero e raça; auxiliar na análise de dados levantados; e colaborar nas publicações e diversas atividades demandadas pelo projeto.

Nessa direção, entre as várias atividades executadas, até o momento, a visita técnica a Comunidade Quilombola Vila São João, em Berizal, consistiu em uma etapa importante da pesquisa, pois possibilitou conhecer as vivências das pessoas que moram no local a partir do sentimento de pertencimento e identidade quilombola. Essas vivências se apresentaram, em formato concreto, através do modo de viver típico do sertão; os alimentos plantados nos roçados que saciam a fome das pessoas do lugar: hortaliças, feijão, milho, etc.; o trato com os animais, domésticos e aqueles que são cuidados para servir à mesa como comida; os cemitérios e o respeito com os antepassados; a solidariedade e a ideia de partilha; entre tantas outras demonstrações de estar vivos.

Também realizou-se entrevistas com os moradores da Comunidade Quilombola Vila São João, as quais estão em processo de transcrição e análise; experienciou o dia a dia desse povo quilombola; e pesquisou os bens culturais e naturais que os identifica e viabiliza sentimento de pertencimento.

Considerações finais

Pensar essa temática faz-se necessário aliar uma formação sólida para que a percepção desse universo se (des)(re)construa cotidianamente. Esse é um processo de ensino e aprendizagem.

Constatou-se, também, a relevância da coleta e análise desse material, revelando a importância social, cultural, política e acadêmica, voltadas para políticas públicas.

Esse estudo proporciona transformações sociais em diversas áreas do conhecimento e possibilita pensar e articular estratégias e dinâmicas para (re)estabelecer a dignidade da pessoa humana, tratando de pessoas concretas, as quais lidam no cotidiano com muitos enfrentamentos.

A proposta do projeto, ao propor a criação de um Centro de Referência em Educação Popular com enfoque em Gênero e Raça com a finalidade em atender as demandas de ações, pesquisas e estudos no território de Minas Gerais, principalmente nas regiões Norte, Noroeste e Vale do Jequitinhonha e Mucuri é fundamental para pesquisas científicas e, também, articular movimentos sociais e políticas públicas para a dignidade do ser humano.

Agradecimentos

Agradecemos ao PROINIC-UNIMONTES, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Diretoria de Documentação e Informações/Unimontes, Programa de Pós-Graduação em História e o Centro de Referência em Educação Popular com enfoque em Gênero e Raça.

Referências

BARROS, José D'Assunção. **O campo histórico**: as especialidades e abordagens da História. Rio de Janeiro: CELA, 2002.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 1988.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2007.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

CORPOS E SEXUALIDADES NA IMPRENSA BRASILEIRA NA EPIDEMIA DE AIDS: UMA ANÁLISE DO PERIÓDICO *O GLOBO* (1980-1994)

Pedro Victor Silveira Ferreira³⁷

Introdução

O presente trabalho busca entender a construção das representações dos corpos e das sexualidades dentro do periódico *O Globo* durante as décadas de 1980 e 1990, período da primeira grande explosão mundial de casos de Aids. Descoberta no início dos anos 1980, a *Síndrome da Imunodeficiência Adquirida* é uma infecção sexualmente transmissível (IST) causada pelo vírus HIV e que ataca os mecanismos biológicos de defesa do corpo humano e torna o indivíduo suscetível a contaminação por outros vírus e bactérias, levando em muitos casos ao óbito. Sem cura e sem um tratamento adequado durante os primeiros anos de sua descoberta, a Aids gerou uma onda de pânico social pelo medo da transmissibilidade do vírus (PERLONGHER, 1987).

Devido a sua principal forma de contaminação ser a partir do contato sexual e sua associação inicial aos círculos homossexuais³⁸ estadunidenses, a doença foi um grande motor para o fortalecimento de discursos sociais conservadores que, à medida que a epidemia se alastrava, fortalecia uma série de preconceitos contra homossexuais, pessoas em situação de prostituição e portadores do vírus de forma geral, chamados pejorativamente na época de “aidéticos”.

Neste contexto de grave crise de saúde mundial e de fortalecimento dos discursos sociais conservadores, procuramos identificar as representações do corpos e das sexualidades dos sujeitos portadores da doença dentro do periódico *O Globo*, pretendendo compreender quais sentidos que o jornal produz sobre a doença, os sujeitos e seus corpos. O periódico carioca, fundado em 1925 por Irineu Marinho e, atualmente, parte do conglomerado midiático das Organizações Globo, possuiu posições políticas diferenciadas ao longo da sua trajetória. Mantendo um público majoritariamente de classe média e alta urbanos, no período em que estudamos, o periódico já possuía um amplo alcance nacional e se alinhava em defesa de pautas políticas conservadoras, como, por

³⁷ Mestrando em História na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Bolsista FAPEMIG. Email: pedrovsilveira@outlook.com

³⁸ Aqui é necessário explicar que o termo “homossexual” era utilizado no período estudado para se referir ao amplo espectro de sexualidades, como homens gays masculinos, mas também travestis e pessoas transgênero. Optamos por continuar se referindo ao termo “homossexual” respeitando a historicidade e os significados presentes naquele período.

exemplo, mantendo apoio ao regime autoritário em vigor no Brasil até o ano de 1985.³⁹ Assim, iremos analisar matérias publicadas no periódico sobre a Aids e os seus portadores durante a década de 1980. Para isso, utilizaremos como ferramenta metodológica de análise o conceito de representação.

Para o historiador Roger Chartier (1991; 2002) as representações seriam formas de organização de símbolos e saberes que possibilitam aos indivíduos e grupos sociais a construção de significações e sentidos a partir de uma apreensão do real, presentificando, a partir de uma imagem cognitiva, um objeto ausente. Sempre pensadas a partir das práticas que as constroem, as representações devem ser compreendidas como históricas e particulares, criando novos sentidos ou recriando os sentidos existentes a partir das intencionalidades dos grupos sociais que as forjam e das formas de apropriações sociais que se faz delas. Pensando em compreender as representações a partir da prática da leitura, o historiador propõe a sua compreensão para além da semântica do texto escrito:

Contra uma definição puramente semântica do texto, é preciso considerar que as formas produzem sentido, e que um texto estável na sua literalidade investe-se de uma significação e de um estatuto inéditos quando mudam os dispositivos do objeto tipográfico que o propõem à leitura (...) uma história das maneiras de ler deve identificar as disposições específicas que distinguem as comunidades de leitores e as tradições de leitura (CHARTIER, 1991, p. 178.).

Neste sentido, entender a construção das representações passa necessariamente por entender os processos de edição de texto, os interesses de quem os edita e a qual público ele é pensado, compreendendo a partir disso os sentidos que se pretende gerar.

Assim, este trabalho será dividido em quatro partes principais, além da introdução. Na primeira parte, faremos uma breve contextualização histórica sobre a epidemia nos anos 1980 e sobre a constituição dos diferentes discursos em relação a doença. Em seguida, discutiremos um pouco sobre o papel da imprensa nesse período e como que um jornal se organiza na construção e recepção de sentidos a partir dos seus processos editoriais, bem como o papel no qual o periódico se coloca. Por fim, faremos uma pequena análise do nosso objeto de pesquisa, identificando as representações e tentando perceber os sentidos que ali estão sendo construídos. Ao final, faremos algumas breves considerações acerca do estágio inicial desta pesquisa.

³⁹ As informações acima estão disponíveis no Verbete do jornal *O Globo* do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: [GLOBO, O | CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil \(fgv.br\)](https://cpdoc.fgv.br/producao/diarios/verbetes/1985) Acesso: 29/06/2023.

A Epidemia de AIDS e seus discursos

Os primeiros casos mundiais conhecidos de Aids datam do final da década de 1970 e início da década de 1980. Em 1981, o Centro de Controle de Doenças dos Estados Unidos detectou um anormal aumento de casos de sarcoma de kaposi e de pneumonia em homens homossexuais adultos aparentemente saudáveis. A incidência inicial de casos em homens gays levou a considerar a doença como uma *síndrome de imunodeficiência associada ao homossexualismo*, imagem essa que permaneceu durante a descoberta dos primeiros casos noticiados no Brasil. Apenas dois anos depois, em 1983, que a doença foi caracterizada como sendo causada por um vírus, o HIV, e que poderia ser transmitida sexualmente ou por transfusão sanguínea para todo e qualquer indivíduo, independente da sexualidade (PERLONGHER, 1987).

Para Perlongher (1987, p. 52), a crise epidemiológica afetou de forma muito profunda as transformações socioculturais em relação aos costumes que começavam a florescer na sociedade brasileira. “Há, na crise da AIDS, todo um cheirinho de restauração. Chegou-se longe demais, paga-se agora a culpa pelos excessos libidinosos. Um retorno ao casal, uma volta à família, a morte definitiva do sexo anônimo e impessoal.”. Essa onda de pânico moral, influenciada tanto por discursos religiosos conservadores, quanto por discursos médicos de repatologização da homossexualidade, causarão inúmeros efeitos sociais, como o aumento da intolerância a esses sujeitos, o esvaziamento dos locais de sociabilidade gay (embora, curiosamente, haja um aumento das sociabilidades em locais clandestinos, como cinemas eróticos e saunas) e o recrudescimento da violência policial contra estas populações.

Dado o caráter de transmissibilidade da Aids por via sexual, o aconselhamento e medidas profiláticas principais foram ao inevitavelmente o disciplinamento das práticas sexuais, criando o que o antropólogo chamou de “dispositivo da Aids”. A construção desse dispositivo foi corroborada pela pesquisa do historiador Paulo Souto Maior. Baseando na obra de Michel Foucault, para ele:

...o dispositivo é um ponto de encontro entre vários discursos, instituições, tecnologias de governo da vida e poderes que instituem uma realidade que vestimos nas nossas encenações enquanto sujeitos. Dispositivo, tal qual um punhado de argila, nos dá forma, nos forma. Eles se dão entre práticas sociais e, quando falamos de dispositivo de aids, nos referimos a um conjunto de discursos que circularam — e ainda circulam, só que com outras configurações — sobre a aids, quando a doença surgiu como problema, na década de 1980, e estabeleceram a sua associação com as homossexualidades, com o pânico social, com os enquadramentos selecionados para noticiar o avanço da doença (SIMÕES; FACCHINI, 2008). (MAIOR, 2022, p. 2).

Em sua pesquisa, o historiador explica como, a partir de novos tipos de enquadramento, o dispositivo agiu de forma a redirecionar a exposição do sujeito homossexual. A presença da doença agiu, assim, como um motor para mostrar esses sujeitos dentro das casas e das famílias, reforçando o aspecto confessional da prática com os doentes. Neste sentido, o dispositivo agiria, conforme descrito por Perlongher (1987), não extirpando a homossexualidade, mas a remodelando e extraíndo a partir disso uma “mais valia” moral.

A papel da imprensa e a organização interna de um periódico

Neste contexto, o papel da imprensa nacional será parte fundamental na organização desses discursos e suas representações para as suas audiências. A forma de enunciação das notícias sobre a doença varia na medida em que as descobertas científicas e as linhas editoriais vão se transformando com o passar dos anos. Em um estudo de reportagens sobre a Aids na revista manchete durante a década de 1980, Vázquez e Gomes (2021) mostram como os enfoques sobre a doença se transformaram ao longo da primeira década de epidemia da doença. A primeira reportagem, datada de 1982, fala sobre “a misteriosa doenças dos homossexuais”, noticiando a explosão de casos de sarcoma de Kaposi que ocorriam nos Estados Unidos naquele período. É significativo a associação entre homossexuais e um tipo de doença, entre a sexualidade e uma forma de degeneração do corpo.

Com o avanço da epidemia no país ao longo da década, saindo dos guetos gays e passando a contaminar heterossexuais e hemofílicos, Vázquez e Gomes (2021) demonstram as mudanças nas formas de reportagens jornalísticas. Dados de prognóstico de contágio da OMS são colocados como forma de alertar e exigir uma maior atenção do governo federal para pesquisas e tratamento de saúde para a população soropositiva. Há, de certa forma, um alerta para a discriminação indevida de homossexuais, em especial de falas advindas de médicos ligados ao Grupo de Apoio e Prevenção à Aids (GAPA). No entanto, a associação entre gays e Aids permanece. Ainda se está presente a ideia de que *apenas* esses sujeitos devem alterar os hábitos sexuais, especialmente mudando a prática de ir em saunas e cinemas e se atendo a formas monogâmicas de vivência da sexualidade.

Essas mudanças de postura fazem parte da dinâmica editorial de um periódico informativo. À medida que novos fatos vão sendo descobertos, os periódicos transformam ou mantêm suas posições, impactando diretamente na forma em que os sentidos são veiculados em uma reportagem. Um jornal informativo de fins do século XX, neste sentido, guarda algumas características. De acordo com Fausto Neto (2000), o jornal age

ao mesmo tempo como um espaço de recepção e de produção de sentidos. Entendendo a recepção como uma construção simbólica, ele se porta como um veículo que recebe de diferentes opiniões, dando espaço para que pontos de vistas distintos possam ser apresentados. Como produtor de sentido, a partir da sua própria organização interna, estabelece o que o autor chamou de “regimes de fala”. Neste sentido:

O discurso jornalístico tem competência para instituir o “espaço do leitor”, orquestrar suas respectivas possibilidades de produção de sentido, construir, como efeito de sentido, a noção de um certo embate que a sociedade trava não mais nos fóruns convencionais, mas nas tessituras simbólicas dos próprios jornais. Para além destes poderes, o jornal aprofunda mais ainda sua condição de dispositivo de organizador de sentidos, quando além de instituir a recepção e o debate que esta trava sobre a AIDS, toma partido deste debate, diferenciando suas percepções, e, de modo especial, sua posição no interior deste.

Para além das protagonizações de opiniões e de pontos de vista, o jornal age como “magistrado”, estando acima da refrega das instituições e dos atores sociais (...).

O jornal condensa para si responsabilidades de várias instituições outras, mediante o funcionamento de operações enunciativas pelas quais diagnostica os problemas; cobra providências; critica posturas; lembra responsabilidades; pauta a importância de valores e estratégias; traça metas; estipula a qualidade das alianças e seus respectivos atores. O jornal destaca a posição que passa a ter neste ‘jogo’: de receptor dos discursos outros, de instituidor do “espaço do leitor” e de articulador e organizador dos diferentes discursos, passa à circunstância de formulador de pautas e estratégias a serem observadas por aqueles que, até então ali, nele pelejavam como coatores de uma problemática cultural e humana (FAUSTO NETO, 2000, p. 100-101).

A partir disso, entendendo as construções discursivas acerca do dispositivo da Aids, pensando nas intencionalidades dos membros de um jornal e em seus processos editoriais que fazem parte de um periódico informativo de fins do século XX, propomos a analisar a construção das representações em *O Globo* e entender quais os sentidos vão sendo construídos para suas audiências.

O Globo e a Aids

A trajetória do *O Globo* atravessa de forma direta a história política do Brasil no século XX. Criado em 1925 pelo empresário carioca Irineu Marinho, o periódico nasceu em fins do governo Artur Bernardes e se alinhava, inicialmente, com pautas populares e a favor dos direitos democráticos e alinhados a uma condução econômica liberal. A partir disso, o jornal teria um grande peso dentro da imprensa carioca em alguns dos principais acontecimentos políticos da história brasileira, como: o golpe de 1930, a intentona comunista (1935), o processo de redemocratização pós-Vargas (1945), etc.

A década de 1960 é um período de grande mudança no periódico. Roberto Marinho, filho do fundador jornal e, na época, editor-chefe do mesmo, fechou um acordo

com o grupo estadunidense Time-Life, iniciando uma nova era. A partir de agora seria fundada as Organizações Globo, um grande conglomerado midiático no qual o jornal seria parte e teria potencial de alcançar um público nacional.

O periódico sempre manteve uma proximidade grande com um público de camadas médias e altas urbanas. Trata-se de um público com marcado por discursos amplos, por vezes marcados com ideais progressistas, ou moralmente conservadores. Por sua proximidade com o regime autoritário em vigor no período do recorte temporal que estabelecemos, *O Globo* mantém posturas conservadoras em suas notícias. É a partir desses interesses que o jornal irá criar representações como forma de modular esses discursos e produzir sentidos sobre a doença, os corpos e as sexualidades dos soropositivos.

Uma das primeiras reportagens sobre o contágio data de outubro de 1983. Por escolha editorial, a reportagem é posta na página 15 do primeiro caderno da edição e em posição lateral. Este posicionamento da notícia em um lugar de pouco destaque mostra a marginalidade do tema, pois ainda havia poucos contaminados no país, em sua maioria homossexuais que frequentaram o exterior. Existe nesta reportagem uma clara relação entre Aids e gays:

*“O Estado de São Paulo já tem, em sua Divisão e Hansenologia e Dermatologia Sanitária, um centro de saúde especializado no tratamento da AIDS (Síndrome de Deficiência Imunologia Adquirida), **conhecida como câncer gay** (...).*

Paulo Roberto Teixeira, que orientou os debates de ontem, disse que os homossexuais, quando telefonam, pedem informações sobre o quadro da síndrome e as medidas preventivas:

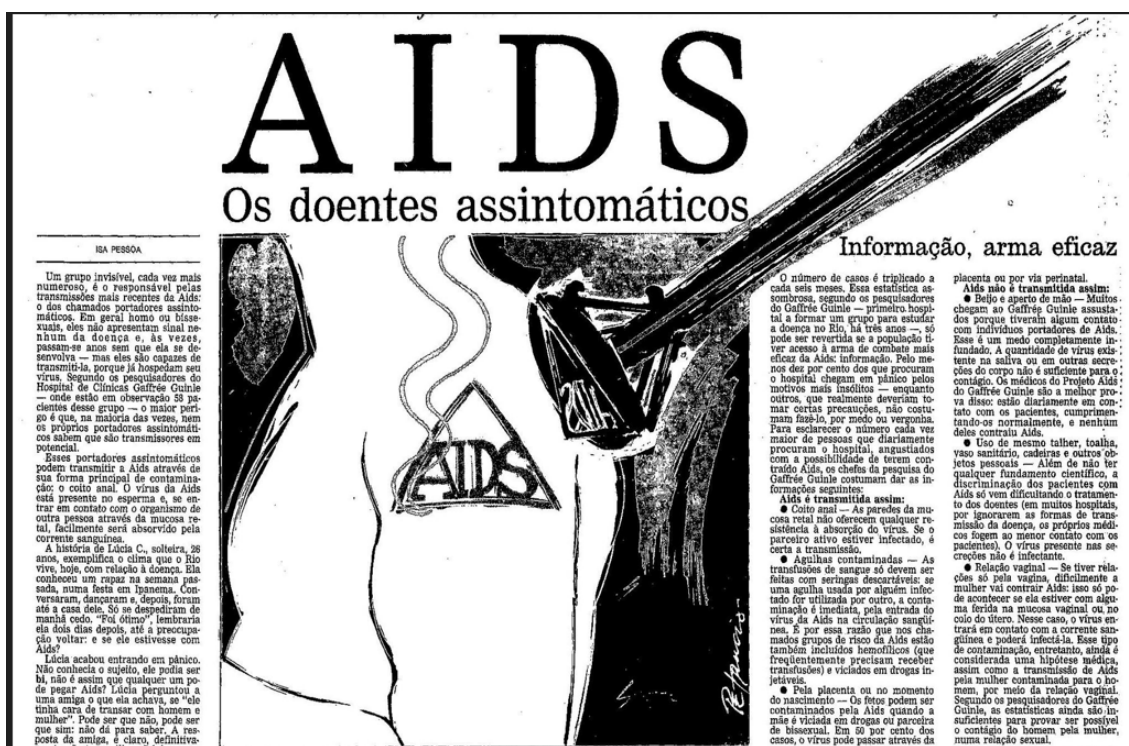
*- Já as mulheres ligam em grande número, mas por curiosidade, **demonstrando preocupação quanto aos riscos da convivência com homossexuais**”⁴⁰ (GRIFO NOSSO).*

Se colocando como um veículo informativo, o jornal faz uma clara ligação entre sujeitos homossexuais e a doença. E, reforçado pelo lugar de pouco destaque que recebe na edição, constrói-se a partir desta representação um sentido de uma doença com pouca importância e que requer poucos cuidados e interesses para a sociedade em geral, pois é uma doença restrita apenas a determinados tipos de sujeitos.

⁴⁰ *O Globo*, edição nº 18254, 27/10/1983.

O avanço da doença e das contaminações no país causam drásticas mudanças na forma de apresentação do tema pelo jornal. Em uma edição de janeiro de 1987, uma reportagem, muito maior do que a mencionada de 1983, ocupa quase toda a primeira página do segundo caderno da edição.⁴¹ A reportagem tem como tema os chamados “doentes assintomáticos” e foca na descoberta de pessoas portadoras de HIV que não chegam a desenvolver a síndrome, aumentando o temor de que a taxa de contaminação de infectados pelo vírus fosse muito maior do que havia sido registrado. O elemento de maior destaque em toda a página é uma imagem que mostra o corpo de uma pessoa marcado à ferro com a palavra “Aids”.

Figura 1: Recorte da página 1 do segundo caderno edição nº 19406 do *O Globo*.



O destaque que essa reportagem recebe mostra a mudança de percepção do contágio da doença. Se antes, em 1983, se considerava-a como algo inerente apenas aos corpos gays, aqui já se percebe o temor de contágio para outros corpos, para os corpos heterossexuais. No texto, podemos observar o temor de mulheres heterossexuais e contrair a doença ao se relacionar com homens bissexuais.

“A história de Lúcia C., solteira, 26 anos, exemplifica o clima que o Rio vive, hoje, com relação à doença. Ela conheceu um rapaz na semana passada, numa festa em Ipanema.

⁴¹ Ibid, edição nº 19406, 05/01/1987.

Conversaram, dançaram e, depois, foram até a casa dele. Só se despediram de manhã cedo. ‘Foi ótimo’, lembraria ela dias depois, até a preocupação voltar: e se ele estivesse com Aids?

*Lucia acabou entrando em pânico. Não conhecia o sujeito, **ele podia ser bi, não é assim que qualquer um pode pegar Aids?** Lucia perguntou a uma amiga o que ela achava, se **‘ele tinha cara de transar com homem ou com mulher’**. Pode ser que não, pode ser que sim: não dá para saber. A resposta da amiga, é claro, definitivamente não tranquilizou Lúcia”⁴²(GRIFO NOSSO).*

Neste sentido, a fotografia é posta na edição para aumentar o temor sobre o corpo com o qual se poderia se relacionar. Juntamente com o texto, ainda associando Aids a (um tipo de) homossexualidade, a representação constrói um sentido para a doença de uma mácula, como algo que marcará o corpo daqueles que foram contaminados, ao mesmo tempo em que se constitui ali uma forma de aviso, em especial para mulheres heterossexuais os não-contaminadas, de que, mesmo aqueles sem sinais aparentes, carregam essa mácula cravada no corpo e tem o potencial de transmitir essa mácula para outros corpos.

Sem a possibilidade de cura e sem ainda nenhuma forma de tratamento adequado durante o recorte temporal estudado, o pânico da Aids se alastrou e fez com que se produzisse uma série de discursos e representações que associaram o diagnóstico da doença a uma sentença de morte e uma punição aos “desviados” e “anormais”. São estes discursos e representações que o periódico reorganizará em suas linhas editoriais, reforçando, muitas vezes, estereótipos conservadores sobre a doença, sobre os corpos e sobre as sexualidades dos sujeitos.

Algumas considerações

Neste trabalho, optamos pela utilização do conceito de representação por entendermos que a organização de signos e discursos dentro de um periódico é forjada a partir dos interesses dos grupos que comandam as suas linhas editoriais. Conduzindo a prática da leitura, a representação criada tangencia as suas audiências para uma determinada forma de apreensão do real.

Nos exemplos estudados, percebemos que *O Globo* cria representações almejando produzir determinados sentidos: da doença como inerente a uma sexualidade, dos corpos que carregam uma mácula ao serem contaminados pelos vírus, etc. A

⁴² Ibid, edição nº 19406, 05/01/1987.

pesquisa, no entanto, ainda está em seu estágio inicial. No recorte temporal que nos propomos a estudar, o jornal utiliza inúmeras estratégias editoriais, em alguns casos ouvindo representantes dos chamados “grupos de risco” (homossexuais, hemofílicos, etc.), condenando a discriminação contra estes e posicionando o periódico como um veículo informativo e que, talvez, crie diferentes representações.

Referências

CHARTIER, Roger. *A história Cultural: Entre Práticas e Representações*. 2. ed. Algés: DIFEL, 2002. 244 p.

CHARTIER, Roger. *O Mundo como Representação*. Estudos Avançados, São Paulo - SP, v. 11, n. 5, pp. 172-191, 1991.

FAUSTO NETO, Antônio. *AIDS recepção: a contaminação da AIDS pelos discursos sociais*. Revista FAMECOS, Porto Alegre - RS, n. 13, pp. 94-102, dezembro de 2000.

LEAL, Carlos Eduardo; MONTALVÃO, Sérgio. Verbetes. **O Globo**, 2010. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/globo-o>. Acesso em: 29 jun. 2023.

MAIOR, Paulo Souto. *Enquadramentos da confissão da homossexualidade masculina durante a epidemia de Aids no Brasil (1985-1995)*. Revista Anos 90, Porto Alegre – RS, v. 29, pp. 1-21, 2022.

PERLONGHER, Néstor. *O que é AIDS?* 4ª edição, São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, 94p.

VÁZQUEZ, Georgiane; GOMES, Frederico. *Da “Doença Misteriosa dos Homossexuais” à Aids: notas sobre a Aids na Revista Manchete – década de 1980*. Revista Nupem, Campo Mourão – SP, v. 13, n. 30, pp. 26-45, set./dez. de 2021.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

DISPUTAS DE MEMÓRIAS NO VALE DO JAÍBA: MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES NO PROCESSO DE LUTA PELA TERRA EM CACHOEIRINHA - 1960/1980

Andrey Lopes de Souza⁴³

Cachoeirinha é um povoado que está gravado na memória dos moradores de Verdelândia, município do norte de Minas Gerais emancipado em 1996 que possui 8346 habitantes (IBGE, 2010). Esse lugar possui grande significado para a vida dos moradores de Cachoeirinha, tais como o Senhor Sula, aposentado de 82 anos, nascido no povoado, que se identifica como descendente dos escravos que chegaram à região nos fins do século XIX e de trabalhadores do Brasil que compartilham histórias da expulsão e da luta de “posseiros” que marcou a região ao inspirar o movimento de luta pela terra. Nesse lugar, esses lavradores tiraram seu sustento através do trabalho, sendo que, ao desbravarem a região, criaram vínculos com as lagoas do Jaíba, do Tiririca e do Sapé, o Rio Verde Grande e a Serra do Sabonetal, formações naturais que são constantemente citadas nas conversas com o Senhor Sula na varanda de sua casa.

Esse povoado do interior norte-mineiro que está localizado à margem direita do Rio Verde Grande, na depressão cárstica do Vale do Rio Verde Grande, entre a Serra do Sabonetal (Serra da Jaíba) e o Rio São Francisco, carrega a marca de uma história da luta pela terra de diversos trabalhadores, hoje, muitas vezes, com idade avançada ou dos filhos dos lavradores que lutaram por uma fração de terra. Sua história está inscrita em um tempo de muitas lutas que legou para as gerações de hoje marcas presentes da luta do trabalhador norte mineiro que resultou em violência, mortes, destruição de plantações e, também, na criação de acampamentos e assentamentos.

De norte a sul, de leste a oeste, movimentos evidenciados no campo, protagonizados por diversas motivações ocorreram em todo país. Nesse ínterim, ao tomar como pano de fundo o conflito agrário em Cachoeirinha (Atual município de Verdelândia), comunidade na época pertencente município de Varzelândia, norte de Minas Gerais que desembocou em dois despejos, um em 1964 e outro em 1967, e evidenciaram a expulsão de 32 famílias, é possível compreender a correlação de forças em torno da luta pela terra no país.

⁴³ Professor do Instituto de Ciência, Engenharia e Tecnologia-ICET, da UFVJM, Campus do Mucuri. Doutor em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: andrey.lopes@ufvjm.edu.br

Vale lembrar que, a partir da primeira metade do século XX, o Estado incentivou a ocupação de terras devolutas em várias regiões do país, dentre elas o estado de Minas Gerais. O norte de Minas Gerais foi uma região abarcada pela política sistematizada do Estado que incentivou que muitos trabalhadores se direcionassem para a região, desbravando matas, organizando comunidades e ocupando um terreno tido como hostil e selvagem. Não obstante, a partir dos anos 1940, a atuação do Estado nessas regiões alterou substancialmente, quando, no governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e o Governo Dutra (governo que perdurou de 1946 a 1951, mas criou apenas a colonização da “Mata do Jaíba”) houve o investimento na criação de Colônias Agrícolas Nacionais-CAN, período esse marcado pela reconfiguração espacial do território nacional relacionado a investimentos e interesses econômicos delineados por objetivos de “ocupação” territorial e modernização produtiva capitaneados por agentes do Estado.

Nesse contexto, marcado pelo paradoxo da atuação do Estado, ora incentivando a vinda de novos moradores, ora expulsando e contribuindo para a concentração fundiária, trabalhadores se articularam, agiram, reagiram, acomodaram e manifestaram de distintas formas a luta pela terra. A partir daí é possível compreender o processo de luta pela terra por meio da disputa de memórias e versões do ocorrido.

Disputas de memórias

Segundo relatório do Projeto Nordeste, programa de apoio ao pequeno produtor rural da Região Mineira do Nordeste, elaborado em 1985 com a finalidade de diagnosticar para corrigir os problemas e deficiências dos projetos estatais desenvolvidos na Região Mineira da SUDENE no povoado de Varzelândia (emancipado em 1996), Cachoeirinha, em 1985, possuía 240 famílias⁴⁴ de trabalhadores rurais que chegaram de diversos lugares nas décadas de 1950 e 1960, além dos nascidos nesse lugar, como o Senhor Sula, os descendentes de quilombos ou até mesmo de índios arapuãs⁴⁵ que são lembrados nas narrativas de diversos moradores.

Além das narrativas realizadas com esses lavradores, outras pesquisas já apontaram a existência de descendentes de índios e de escravos naquela região. A socióloga Sônia Nicolau dos Santos (1985), primeira pesquisadora a realizar um trabalho

⁴⁴ MINAS GERAIS. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, coord. **Projeto Nordeste:** programa de apoio ao pequeno produtor rural - Região Mineira do Nordeste. Belo Horizonte, 1985. 10 v. em 13.

⁴⁵ Não há referências sobre esses índios arapuãs, sendo que a mesma está presente nas entrevistas e jornais. Muitas populações indígenas do país foram dizimadas, sendo que o fato dos mesmos serem iletrados contribuiu para que prevalecesse grande desconhecimento sobre suas histórias. A cientista social Sônia Nicolau Santos menciona a existência dos índios, mas não aprofunda em quem eram eles e como viviam.

sobre Cachoeirinha, afirma que, para além dos chamados nativos que são apontados como descendentes de índios e de escravos que vieram no século retrasado para a região, - como é a referência do senhor Sula -, duas gerações dos trabalhadores rurais intituladas pela autora com o termo “posseiros”.⁴⁶

Para além dessas gerações, muitos outros trabalhadores do Norte de Minas se deslocaram para o Vale do Rio Verde Grande e Cachoeirinha, o que indica um lugar marcado por uma miscelânea de hábitos culturais que vão produzir, no processo de luta pela terra, um sentimento de pertença ao lugar que está presente nas memórias e histórias contadas sobre a região.

Para além desse quadro de eventos e alterações no arranjo territorial, político e econômico, é importante compreender como são operacionalizadas essas transformações no âmbito da vida e em torno das lutas sociais, bem como as formas pelas quais os trabalhadores rurais experimentaram essas mudanças como necessidades e antagonismos, em meio a congruências, contradições e mudança involuntária.⁴⁷ A partir das memórias, realizar a leitura dessas transformações sociais verificadas no Norte de Minas acaba por ser um convite instigante e um tanto quanto movediço na medida em que a memória constitui um campo minado por lutas sociais.

Nesse sentido, os olhares a partir da História Social, dos Estudos Culturais Marxistas e, em especial, o texto “Folclore, Antropologia e História Social” escrito por E. P. Thompson, são de extrema relevância. Este nos adverte que:

A transformação da via material determina as condições dessa luta e faz parte de seu caráter, mas o resultado específico é determinado apenas pela luta em si mesma. Isso significa que a transformação histórica acontece não por uma dada ‘base’ ter dado vida a uma ‘superestrutura’ correspondente, mas pelo fato de as alterações nas relações produtivas serem *vivenciadas* na vida social e cultural, de repercutirem nas ideias e valores humanos e de serem questionadas nas ações, escolhas e crenças (2001, p.263).

⁴⁶ A primeira geração composta por trabalhadores que vieram principalmente após a conclusão da ferrovia Central do Brasil que foi concluída em Janaúba na década de 1940 e a segunda composta pelos migrantes que vieram do nordeste para o sul e fizeram paragem em Montes Claros, sendo que, tendo notícias de terras livres no Vale do Rio Verde Grande, decidiram viver nesse lugar. Nomenclatura essa colocada entre aspas, pois faz parte do processo de luta enquanto denominação exterior à vida desses sujeitos que viveram nessa região.

⁴⁷ Thompson afirma que a pressão do ser social sobre a consciência social se apresenta por meio de congruências, contradições e mudança involuntária. A Congruência é entendida como regras “necessárias”, “as expectativas e os valores pelos quais as pessoas vivem”, visto que, nesse processo, além de protestar, é necessário dissimular. Contradição é apresentada como “conflito entre o modo de viver e as normas da comunidade local e da sociedade”. Já a Mudança Involuntária está relacionada às mudanças e transformações relacionadas à tecnologia, como a criação da Colônia do Jaíba e do Projeto Jaíba que afetam o modo de produção em si. THOMPSON, E. P. Folclore, Antropologia e História Social. In: NEGRO, Antonio Luigi; Sergio Silva. (Org.) **E. P. Thompson**. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas: Unicamp, 2001, p.262.

As transformações vivenciadas nas relações produtivas são urdidas na vida social, como bem advertiu Thompson, e repercutem nas ideias e valores desses trabalhadores, que se transformam em ação em um processo intermitente sem início ou fim. Nesse processo, a memória assume um papel de suma importância, visto ser ela alvo de disputa por versões, disputas essas que despertam as histórias e memórias dos / sobre os trabalhadores que os fazem interpelar o passado, examinar precedentes e permiti-los firmarem os pés no chão ao atribuírem sentido às suas vidas. Sobre memória Yara Khoury, ao problematizar as relações entre memória e história, propôs buscar a compreensão de como “as memórias se instituem e circulam, como são apropriadas e se transformam na experiência social vivida” (KHOURY, 2006, p.118).

Para além do fato histórico, inspirados no Programa Nacional de Cooperação Acadêmica-PROCAD⁴⁸, enfatizamos “o caráter ativo da memória na construção histórica”, ou seja, “como qualquer outra experiência humana, a memória é também um campo minado pelas lutas sociais”. A insistência do senhor Jader de Paula em afirmar que a verdadeira Jaíba estava localizada em Cachoeirinha, tomando como pressuposto a Lagoa do Jaíba, questiona a versão positiva do Projeto de Irrigação Jaíba que opacizou experiências vivenciadas à beira da lagoa e revela os meandros das lutas sociais. Lutas essas que ocorrem no campo social em que “memórias hegemônicas e alternativas são produzidas na vida cotidiana”, e que, para além de uma visão abstrata da memória, existem formas pelas quais as mesmas constituem sua materialidade e se estabelecem como constituintes e instituintes do viver desses trabalhadores.

Quanto a esse tempo, a socióloga Kátia Monção, a partir de referências presentes em jornais e entrevistas, destaca que, no dia 14 de setembro de 1964, “um grupo de homens armados, onde se misturam policiais e simples pistoleiros, se apresenta diante dos agricultores para cumprir o mandado de manutenção de posse sobre aproximadamente 6.400 hectares de terras na região de Cachoeirinha” (MONÇÃO, 2009, p.72). A partir desse momento, foi possível perceber o acirramento do processo de luta pela terra nessa região.

Para compreender o processo de luta pela terra, é necessário analisar o histórico da gestão e a organização fundiária das terras de Cachoeirinha. Conforme o relatório da Coordenação Geral de Segurança, elaborado em 1973, por ocasião em que alguns “posseiros” entraram em processo contra Georgino Jorge de Souza, é possível entender parte dos fatos. Georgino Jorge de Souza, que foi coronel do 10º Batalhão de Montes

⁴⁸ O PROCAD, Programa de Cooperação Acadêmica (2001-2004) reuniu historiadores da PUC-SP, UFU, Unesp-Assis, Unioeste e UCSal a fim de discutir pesquisas relacionadas a “Trabalho, Cultura, Campo e Cidade”. O projeto gerou dois livros, dentre eles o “Muitas memórias, outras histórias”, publicado em 2005.

Claros, na época era reformado e foi advogado de Manoelito Maciel e Sebastião Alves em processo para restituir o direito de posse e propriedade de terras localizadas na fazenda Arapuã, Cachoeirinha.

Conforme o relatório, a primeira divisão das terras da fazenda Arapuã ocorreu em 14 de setembro de 1930, na comarca de São Francisco. É informado que, em 27 de maio de 1963, Maria Marques Lobato requereu a subdivisão da fazenda. A fazenda foi subdividida em nove partes, a saber: Maria Marques Lobato com 460.606 ares, Konstantin Christoff Raeff com 506.103 ares, Esfólio de Christoff Raeff e Raiu Christoff Raeff com 506.103 ares, Abel José Borges com 4.840 ares, Manoel Pereira Cardoso com 12.100 ares, Tranquilino Antônio da Silva com 14.520 ares, Martinho Quaresma da Silva com 2.420 ares, Sebastião Quaresma da Silva com 9.680 ares e Salvador Nunes de Pina com 1.936 ares.

Finalizada a subdivisão, Konstantin Christoff vendeu a sua parte, a de seu pai e seu irmão, Esfólio e Raiu, respectivamente. Ciente de que o terreno em questão estava “invadido” por “posseiros” que plantavam mamona e “outros produtos de fácil produção”, Sebastião Alves da Silva (Gerente do Banco Econômico da Bahia em Montes Claros), em parceria com Manoelito Maciel (Fazendeiro em Vitória da Conquista-BA), compraram 1.367 alqueires. Posteriormente, Georgino Jorge de Souza foi contratado como advogado dos fazendeiros a fim de reaverem o direito de propriedade na justiça. Essa ação desembocou em dois despejos, um em 1964 e outro em 1967, despejos que foram dados como violentos pelos “posseiros” e que até nos tempos atuais ganham força na memória dos moradores como culpabilização do Coronel Georgino Jorge de Souza acerca do ocorrido. Essa memória diverge de outras referências do mesmo sujeito social, que é referenciado nos documentos do processo-crime por integrantes da polícia como sujeito idôneo que lutou na “revolução de 1964” em Brasília, sendo que em Montes Claros o mesmo é visto como uma antiga figura ilustre e influente do período.

Sônia Nicolau Santos, ao analisar trecho da sentença proferida pelo juiz da comarca de Montes Claros, no processo de manutenção de posse ocorrido em 1966, elencou alguns pontos problemáticos do caso da fazenda Arapuã. No processo, está destacada a subdivisão das terras ocorrida em 1930: “a divisão judicial da fazenda Arapuã, município de Varzelândia, quando houve a separação de duas glebas, como pagamento a ausentes incertos”. Posteriormente, em 1943, a senhora Maria Marques requereu adjudicação de 3.872 hectares, em que vendeu algumas glebas. No ano de 1964 foi solicitada ação divisória da gleba adjudicada em 1943. Nesse contexto, o

agrimensor na demarcação definiu 15.183 hectares, ou seja, “uma área quatro vezes maior que a original”.⁴⁹ (Grifos do autor).

O relatório de processo-crime, datado de 1973, e o processo de manutenção de terra arrolado em 1966 revelam as nuances e facetas da dinâmica da luta pela terra e das transformações vivenciadas no norte de Minas e no Brasil acerca do avanço das relações capitalistas no campo. As terras de ausentes adjudicadas para Maria Lobato em 1943 com 3.872 hectares passaram a ter 15.183 hectares, sendo que a justiça negou a revisão deste caso, afirmando que a adjudicação “transitou em julgado há muitos anos”.

O advogado dos fazendeiros, Georgino Jorge de Souza, a título de pagamento dos seus honorários por ter vencido o processo, recebeu parte dessas terras. O mais instigante é que, em 1975, a Ruralminas pôs à venda algumas terras devolutas e Georgino Jorge adquire essas terras, as mesmas recebidas por Manoelito Maciel em razão do pagamento dos seus honorários. Santos (1985) relatou que “ou a Ruralminas, órgão do governo estadual, estava pondo a venda terras que não pertenciam ao Estado (e, mesmo sendo seu legítimo proprietário, Georgino preferiu comprá-las novamente, o que é, no mínimo, espantoso)”, ou as terras eram devolutas e a “Ruralminas legalizou-as”.⁵⁰

Nos anos de 1964 e 1967, ocorreram dois despejos de “posseiros” em Cachoeirinha, ocasião em que, por meio de decisão judicial, os fazendeiros Manoelito Maciel e Sebastião Alves tiveram reconhecido seu direito de posse.

Em torno desses despejos ocorreu uma luta que passou pela esfera jurídica na qual dois processos-crime que servem como base documental para esta pesquisa foram arrolados, a saber: um datado de 1973 que foi impetrado contra o advogado Georgino Jorge de Souza e outro de 1983 em que tal advogado aparece como vítima acusando o advogado Antônio Adenilson, então advogado dos ditos “posseiros” de Cachoeirinha, de calúnia e de difamação. A partir deste despejo, pesam sobre Georgino Jorge de Souza diversas acusações de ter agido com crueldade na expulsão dos “posseiros”, sendo que

⁴⁹ “Ao lado de Maria Marques Lobato irá aparecer, de um ponto em diante, um tal Joao Antônio, presumível marido dela. Esse João Antônio irá vender, a partir de 1962, terras a vários lavradores na região de Varzelândia. Vendera também cerca de 968 hectares (200 alqueires mineiros) a Konstantin Christoff Raeff, o qual os revenderá posteriormente a Sebastiao e Manoelito. Estes, de posse desses títulos, expulsarão de Cachoeirinha agricultores que ocupavam mais de dois mil alqueires de terras – no mínimo dez vezes a área original.” Em primeira instância a várias comarcas de Montes claros os fazendeiros têm sentença favorável no ano de 1966. No mesmo ano o Tribunal de Justiça do Estado confirma a sentença que foi reafirmada novamente pelo Supremo Tribunal Federal em 17 de abril de 1967. SANTOS, Sônia Nicolau dos. **À procura da terra perdida**. Para uma reconstituição do conflito de Cachoeirinha. Dissertação de Mestrado em Ciências Políticas. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais – FAFICH, 1985, p.52.

⁵⁰ SANTOS, Sônia Nicolau dos. **À procura da terra perdida**. Para uma reconstituição do conflito de Cachoeirinha. Dissertação de Mestrado em Ciências Políticas. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais – FAFICH, 1985, p.52.

na fala desses trabalhadores e nos periódicos recorrentemente é apontado que a referida expulsão provocou mortes de crianças por inanição e sarampo, pois diversas famílias perderam suas plantações e suas casas. O processo de 1973 determinou a inocência de Georgino Jorge de Souza. No entanto, no município de Verdelândia e região, povoa, nas formas de rememorar o acontecido, uma visão negativa de Georgino Souza que, em grande medida, é apontado como verdadeiro culpado de todo o incidente.

Ao longo desse processo de luta pela terra, houve a criação de alguns assentamentos. A socióloga Kátia Monção enumera 14 assentamentos e 4 acampamentos até 2008. A tabela abaixo, elaborada pela autora, revela o quanto essa região era marcada pela luta pela terra, sendo a expressão do rearranjo geográfico constante que foi produzido não apenas em razão das políticas governamentais, mas também da luta pela terra.

Assentamentos de reforma agrária, no município de Verdelândia-MG

ANO	ASSENTAMENTO	TOTAL
1983	Caitité	2
	União	
1989	Boa Esperança	1
1998	Arapuá	
	Arapuim	3
	Verde Minas	
1999	Betânia ¹⁴	2
	Serrana	
2002	Bom Jardim	
	Lagoinha	3
	Volta da Serra	
2003	Bom Sucesso	1
2004	Modelo	2
	Nova Esperança	
TOTAL		14

FONTE: MONÇÃO, Kátia Maria Gomes. **As sementes da luta:** o conflito agrário de Cachoeirinha - Um estudo dos assentamentos e dos acampamentos do município de Verdelândia, norte de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Social. Unimontes, Montes Claros, 2009, p.72.

A produção de memórias positivas da atuação do Estado no projeto de avanço das relações capitalistas no campo que supostamente promoveu o desenvolvimento regional constitui o resultado de um processo de disputas por projetos e valores nos quais se

opacizaram as histórias e memórias dos trabalhadores, bem como as lutas pela terra em Cachoeirinha e Vale do Jaíba. Lutas essas personificadas nas informações trazidas pela tabela acima que indica que, por mais que o Estado tenha elaborado projetos para o Vale do Jaíba e o norte de Minas Gerais, houve choque de interesses e propostas que são exemplificadas com a criação de acampamentos e assentamentos. Esse processo histórico precisa ser recomposto a fim de se compreender o processo de luta em si por meio das memórias produzidas pelos e sobre os trabalhadores, e não apenas indicar uma visão dicotômica entre memórias dominantes e alternativas, mas desvelar como as mesmas se instituem, circulam e se transformam em experiência vivida.

Destarte, o desenvolvimento propalado não foi integral e tampouco suas benesses foram usufruídas por todos. Apesar de prevalecer a memória oficial via agentes do Estado⁵¹ que potencializa os resultados positivos do ponto de vista econômico do desenvolvimento regional com a criação dos projetos de irrigação que desvaloriza as experiências dos trabalhadores rurais, ainda resistem, nas formas de trabalho, de viver e de lembrar, modos de vida que não foram completamente rompidos. As fontes em sua completude indicam que a região do Vale do Jaíba foi feita e refeita a partir das lutas pela posse e uso da terra, o que fica evidenciado nos dois assentamentos que foram conquistados em 1983 pelos ditos “posseiros”, o União e o Caitité, a partir do decreto número 23.080, de 06 de outubro de 1983⁵², publicado no Diário Executivo do governador de Minas Gerais, Tancredo de Almeida Neves. Esse decreto desapropriou, mediante acordo ou judicialmente, aquelas que foram declaradas “áreas de utilidade pública” e suas respectivas benfeitorias no distrito de Cachoeirinha, nos municípios de Varzelândia, além de terras da antiga fazenda Arapuã e terrenos de Sebastião Alves e Georgino Jorge de Souza, dentre outros. Esse decreto ainda foi alvo de disputa, que prolongou no decorrer dos anos 1980, quando os trabalhadores lutaram para aplicação do mesmo.

Referências

KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outra histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro. *Etall. Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olhos D' água, 2005.

⁵¹ Memória essa presente nos sites oficiais governamentais e em livros produzidos pelo mesmo a fim de realizar o balanço das ações empreendidas, a saber: MAIA, AntonioClaret. **Uma realidade chamada Ruralminas**. Belo Horizonte: Ruralminas, 2007. Veja os sites: <http://www.codevasf.gov.br/> e <http://www.projetojaiba.com.br/>.

⁵² MINAS GERAIS. Diário Executivo. **Desapropriação em pleno domínio**. Decreto número 23.080. 06 de outubro de 1983.

KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outra histórias: cultura e o sujeito na história. *In*: FENELON, Déa Ribeiro. *Etall. Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olhos D' água, 2005, p.118.

MAIA, AntonioClaret. **Uma realidade chamada Ruralminas**. Belo Horizonte: Ruralminas, 2007.

MONÇÃO, Kátia Maria Gomes. **As sementes da luta**: o conflito agrário de Cachoeirinha - Um estudo dos assentamentos e dos acampamentos do município de Verdelândia, norte de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Social. Unimontes, Montes Claros, 2009.

SANTOS, Sônia Nicolau dos. **À procura da terra perdida**. Para uma reconstituição do conflito de Cachoeirinha. Dissertação de Mestrado em Ciências Políticas. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais – FAFICH, 1985.

THOMPSON, E. P. Folclore, Antropologia e História Social. *In*: NEGRO, Antonio Luigi; Sergio silva. (Org.) **E. P. Thompson**. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas: Unicamp, 2001.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

“DO OUTRO LADO DA CORDILHEIRA” – A REPERCUSSÃO DOS ÚLTIMOS MESES DO GOVERNO ALLENDE NO CHILE EM REVISTAS BRASILEIRAS (1973)

Sady Simões Ribeiro⁵³

Em onze de setembro de 2023, o mundo assistiu ao violento golpe militar que pôs fim no governo socialista do presidente Salvador Allende no Chile e iniciou, com o bombardeio do Palácio de La Moneda, a ditadura militar dirigida pelo General Augusto Pinochet (1973-90) (AGGIO, 2002). Desde seu início em 1970, o conturbado governo da Unidade Popular (UP), aliança de partidos radicais à qual pertencia Allende, foi marcado pela contradição e pela ameaça de ruptura institucional. Nas palavras do historiador Tomás Moulián,

A experiência da Unidade Popular devia ser pensada em sua radical originalidade. Havia que responder à pergunta: como é possível avançar em direção ao socialismo através de reformas profundas e que põem em xeque a produção capitalista, mantendo-se dentro do aparato de Estado preexistente e acumulando forças dentro dele? (MOULIÁN, 2005, p. 37).

Enquanto isso o Brasil vivia o período posteriormente conhecido como “Anos de Chumbo”, marcado pelo arrocho do aparato repressivo da Ditadura Militar Brasileira (1964-85), que se deu especialmente com a promulgação do Ato Institucional Número 5 (1968-78). A vigência desse documento perfaz o período de maior intervenção governamental na imprensa brasileira durante o regime, o que teve grande impacto na cobertura jornalística sobre acontecimentos dentro e fora do país.

Sabe-se que a tomada do poder pelos militares no país vizinho foi amplamente comemorada pelas autoridades brasileiras, com a emissão de “bilhetinhos” para a edição dos maiores meios de comunicação local tolhendo a cobertura desses sobre o ocorrido. Como se pode observar na Figura 1, chegou-se a ser decretado estar “terminantemente proibida a divulgação de manchetes, notícias, comentários ou editoriais enaltecendo o governo Allende”, assim como a “divulgação de qualquer notícia tendenciosa acerca de contrarrevolução naquele país” (MARCONI, 1980, p. 263).

⁵³Mestrando em História, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). E-mail: sadysr@hotmail.com

Figura 1 - “bilhetinhos” telegrafados à cede de impressos brasileiros nos dias que se seguiram ao golpe do Chile de 1973

112 — De ordem superior, recomendo parcimônia nas notícias relativas aos fatos ocorridos no Chile, posição do Presidente Allende e evolução dos acontecimentos naquele país. 11/9

113 — De ordem superior, fica terminantemente proibida divulgação de manchetes, notícias, comentários ou editoriais enaltecendo governo Allende, assim como de teor dasairoso atual governo do Chile. Fica igualmente proibida divulgação de qualquer notícia tendenciosa acerca de contra-revolução naquele país. 14/9 (11)

Fonte: Paolo Marconi (1980, p. 263)

Por outro lado, faz-se necessário mencionar que, apesar do inconveniente da censura às editoras durante a ditadura militar, a relação entre ambos os lados escapa aos limites de uma análise reducionista. Há exemplos abundantes do envolvimento de grandes nomes do mundo editorial brasileiro com proponentes do golpe militar de 1964, como é o caso de Ibrahim Sued, colunista da Revista Manchete, que tinha conhecidas “relações de amizade com todos os condestáveis do poder militar na época” (MARCONI, 1980, p.41), o que lhe rendeu passe-livre da censura até a promulgação do AI-5. Algo parecido ocorre também na Editora Abril, cujo fundador, Vitor Civita, chegou a receber elogios do general Nilo Canepa, após palestras que proferira em 1972, nas quais o empresário celebrava a censura moral dos militares ao cinema (KUSHNIR, 2004, n.p.).

Portanto, a cobertura sobre o fim do governo da UP produzida pelas duas publicações analisadas nesse artigo, a Revista Veja e a Revista Manchete, deve ser considerada sob um duplo aspecto. Ambas as publicações, estando dentro do que Tania de Luca e Ana Martins (2012, n.p.) classificam como revista *de consumo*, eram dirigidas por empresários e redatores, em sua maioria, simpáticos à Ditadura militar, de forma que havia uma forte tendência ao alinhamento com o que pensavam os militares sobre o Golpe Chileno nas suas redações. Todavia, sabe-se que muitos jornalistas e editores – possivelmente a maioria deles – eram críticos do regime e buscavam deixar isso registrado nas matérias que produziam; tal era o caso, por exemplo, de Mino Carta, editor e fundador da Veja, sob cuja direção a revista viria se tornar um reduto oposicionista ao governo militar (KUSHNIR, 2004, n.p.).

Assim torna-se difícil elaborar qualquer tipo de expectativa prévia sobre qual seria o teor da cobertura de Veja e Manchete sobre o golpe Militar do Chile; necessitando-se, portanto, de uma análise detida das mesmas.

Apresentação das fontes

As revistas *Veja* e *Manchete*, apesar de bastante díspares entre si, por serem parte do que se habituou classificar como “revistas de variedades” (BAPTISTA e ABREU, 2010) carregam em comum o fato de serem produtos comerciais modernos, notoriamente generalistas em seus conteúdos, frutos de diversas inovações técnicas ocorridas na imprensa brasileira desde o final do século XIX, e que, ao final do século XX, já dominariam o mercado nacional de revistas (LUCA, 2005, p. 121).

A revista *Manchete*, fundada em 1952 pelo grupo Bloch, surge como uma tentativa de usufruir do sucesso que fazia a concorrente e pioneira no ramo de revistas ilustradas no Brasil, *O Cruzeiro*, de Assis Chateaubriand. Poucas inovações foram adicionadas ao formato introduzido pela rival além do destacado “cuidado que conferia ao seu aspecto visual e pela preocupação com a produção e diagramação das imagens” (SETEMY, 2008, p. 92). Assim, a sua linguagem acessível, a qualidade do fotojornalismo e sua visão panorâmica das notícias fizeram dela um produto bastante atraente para o público em geral. O perfil dessa publicação, porém, só pode ser explicado através de seu notório “sensacionalismo” na abordagem, especialmente, de assuntos relacionados aos costumes (SETEMY, 2008, p. 94); e pelo que Maria Celeste Mira chama de “cinematografização do cotidiano” (2001 apud SETEMY, 2008, p. 94), com cobertura ampla e glamourizada de temas da vida comum. Esses elementos conjuntos permitiram que, já em 1969, a *Manchete* estivesse empatada com *O Cruzeiro* em primeiro lugar como revista semanal mais vendida no país (IBOPE, 1969 apud MIRA, 1997, p. 65).

A revista *Veja*, por sua vez, é uma das pioneiras do gênero das “revistas semanais de informação” – modelo intermediário entre um jornal, nem uma revista ilustrada, como mostra Maria Mira (1997). Foi fundada em 1968 pela Editora Abril, de propriedade de Victor Civita, um notório aliado da Ditadura Militar, como se viu acima. Entretanto, graças a Mino Carta, seu primeiro editor, a revista teve um caráter insubmisso em seus primeiros anos de publicação. A esse respeito, Paolo Marconi nota:

Revista semanal de informação fundada em 1968 e pertencente ao maior grupo editorial do País (a Abril, de Victor Civita), a *Veja* sintetiza todo o mecanismo da censura imposta à imprensa: nasceu sem censura, passou a ser obrigada a acatar os famigerados bilhetinhos contendo as proibições, esteve sob censura previa algumas vezes, e só se viu livre dela com a saída compulsória do seu diretor e fundador Mino Carta (MARCONI, 1980, p. 84).

Metodologia da pesquisa

Em “Una propuesta de análisis para el estudio de revistas culturales” (2015), as historiadoras Alexandra González e María Grillo elaboram um amplo esquema dos elementos mais importantes a serem observados por historiadores da imprensa, subdivididos entre as dimensões materiais (aspectos técnicos), imateriais (geografia humana) e materiais-imateriais (conteúdo) da publicação. Neste trabalho, todas as três esferas são consideradas no estudo de *Veja* e *Manchete*, com certo enfoque na última delas, a análise do conteúdo.

Quanto a esse aspecto dos periódicos, as autoras do artigo mencionam que, para muito além dos textos, o conteúdo de uma publicação inclui também elementos como o título, as notas editoriais, os índices e paginações, a ornamentação, a presença de publicidades etc (GRILLO e GONZÁLEZ, 2015). Muitos desses aspectos podem passar despercebidos, especialmente por estudiosos que analisam um arcabouço de fontes muito diversas, incluindo periódicos de diferentes gêneros, como jornais e revistas; por isso é preferível considerar as revistas de variedade em separado.

Desta forma, foram analisadas todas as edições de ambas as revistas publicadas no ano de 1973 – 69 da *Manchete* e 52 da *Veja* – em sua versão online, disponíveis respectivamente no site da Hemeroteca da Biblioteca Nacional e do acervo digital da Editora Abril. Dados referentes aos aspectos técnicos e de geografia humana foram registrados para serem referidos quando pertinentes forem, e os textos de relevância foram fichados. 14 matérias foram encontradas na *manchete* que faziam referência ao Chile e 35 na *Veja*. O resultado da análise de algumas delas é discutido a seguir.

Análise das fontes

A Revista *Veja*, na edição de 14 de março de 1973, em uma matéria sobre as eleições parlamentares de 04 de março no Chile descreve o presidente socialista:

Salvador Allende, o ‘compañero presidente’, votou às 10 da manhã, no ‘Liceu de Niñas’ do elegante bairro de Las Condes. Como de costume, apresentava a **imagem menos proletária possível**, com sua jaqueta cor de café, calça cinza e camisa branca. Sorridente, **foi aplaudido ao entrar**, e ao encontrar um conhecido perguntou-lhe se já havia notícias das eleições francesas. Ao **sair foi vaiado**, mas não perdeu o bom humor e comentou com um auxiliar: ‘Há ‘momias’ aqui’ (CHILE, 1973c, p. 32, grifo nosso).

A matéria faz questão de exibir que o presidente foi tanto bem recebido na entrada quanto rejeitado na saída, chamando atenção para a dualidade da sua figura e demonstrando disposição da revista para reconhecer a aceitação popular que Allende

tinha, ao invés de utilizar uma visão maniqueísta que daria espaço apenas para a sua desaprovação. A revista, entretanto, não deixa de caçoar de sua aparência bem cuidada, um tópico bastante caro aos jornalistas da época que viam nesse traço do presidente uma contradição com seus valores socialistas.

Na edição de 27 de julho do mesmo ano, em uma matéria sobre os trabalhadores da mina de El Teniente, que entravam no seu terceiro mês de greve, o entrevistador pressiona Allende com perguntas como o “Não é o próprio sistema que está paralisado?” e “Mas uma greve de trabalhadores num Estado de trabalhadores não é uma contradição” (CHILE, 1973b, p. 48). Apesar das respostas assertivas de Allende, persiste a imagem que se tentava construir de um governo contraditório, que traia seus princípios fundamentais.

Por fim, o primeiro número da revista após o golpe traz um panorama do governo Allende, mostrando o começo promissor de seu mandato, seus primeiros feitos bem-sucedidos, seguidos da crise de escassez e manifestações de donas de casa contra sua gestão. Então aborda-se a crise generalizada dos últimos meses de governo. A narrativa era de que a derrocada de um projeto socialista no Chile estaria prescrita desde o seu início, novamente com a descrição de Allende como uma figura inerentemente contraditória, um “burguês revolucionário” (VIOLENCIA, 1973, p. 48).

Finalmente, após **três anos de inviabilidade política**, 45 dias de paralisação econômica e a exaustão de todas as combinações partidárias que ainda seria possível imaginar, os símbolos do país conduziram ao golpe (...) O continente, em estado de choque, assistia ao que foi provavelmente seu **golpe militar mais violento** desde a derrubada de Perón na Argentina, dezoito anos atrás” (VIOLENCIA, 1973, p. 38, grifo nosso)

Não se pode deixar de observar que, nesta matéria, a menção explícita ao ocorrido como o “golpe militar mais violento desde a derrubada de Perón” (VIOLENCIA, 1973, p. 38) configura um desafio direto às instruções dos militares encontradas na Figura 1 sobre como o fim do governo Allende deveria ser representado. Cabe pontuar que se tratava do período mais combativo da revista Veja durante a ditadura, então sob a direção de Mino Carta. Desacatos como esse às ordens dos censores eventualmente custaram a inclusão da publicação no regime de censura prévia, com a presença constante de um funcionário do governo a edição (MARCONI, 1980, p. 84).

A revista Manchete, por sua vez, no início do ano de 1973, publica uma matéria de teor crítico abordando a crise econômica, a escassez de produtos básicos e o mercado negro de alimentos. Como era de se esperar considerando que se trata de uma

publicação das mais alinhadas com a visão Ditadura Militar Brasileira do período (SETEMY, 2008, p. 92), não há referência alguma ao sucesso de qualquer política promovida pelo governo Allende então, como a ampla reforma agrária promovia através das Área de Propriedade Social (APS), ou o cumprimento das metas de estatização de setores estratégicos da economia (AGGIO, 2002, p. 120).

Os **atormentados chilenos** se encontram em situação pior do que nunca, e os funcionários do governo de **extrema-esquerda** do presidente Salvador Allende estão tomando duras medidas de contenção, destinadas **ao estabelecimento de uma 'economia de guerra'**, conforme ele próprios denominaram (CHILE, 1973d, p. 24, grifo nosso).

Alguns meses depois, pouco antes do golpe, a revista publica uma reportagem intitulada “Chile: A véspera do Caos” sobre o aprofundar da crise política e econômica que o país vivia. Nesse período, coroado por uma tentativa de golpe militar frustrada em 29 de junho de 1973, o governo da UP foi ameaçado fortemente pelos atritos com os militares e pelas crises de desabastecimento, oriundas do aumento do ritmo de compras dos trabalhadores e dos lockouts do setor de transportes. Sobre esse momento, Alberto Aggio escreve:

Nesta fase, o centro político foi definitivamente neutralizado, com um avanço sem precedentes da polarização ideológica (...) Em meados de 1973, com uma tentativa de golpe militar, os sintomas de colapso da democracia chilena já eram fortíssimos, algo que se confirmaria mais tarde com a deposição do presidente Allende (AGGIO, 2002, p. 120).

A revista Manchete então apresenta Allende como demagogo – “Allende usa uma panaceia de sua medicina particular: faz um discurso. Mas a terapia poucos resultados têm apresentado, além de agravar a própria situação” (CHILE, 1973a, p. 11); e destaca a iminência de um clímax para a convulsão social (atribuída inteiramente ao governo socialista): “A inflação a carestia e as greves ameaçam derreter a neve dos Andes numa chuva de fogo e sangue” (CHILE, 1973a, p. 5).

No mesmo tom, duas semanas após o golpe ser consumado, o renomado jornalista e editor da Manchete escreve que Allende

Tinha contra si quase dois terços da nação, mas mesmo assim se empossou para governar com uma minoria. Seu mandato era, antes de tudo, equívoco e difícil. Desde o primeiro dia de sua entrada no Palácio de la Moneda, cometeu erros e enganos (FILHO, 1973, p. 172).

É sabido que, dentre os notórios conservadores e militaristas que compunham a redação de Manchete, o autor do excerto acima foi um dos mais ostensivos aliados da Ditadura Militar na imprensa. Como expõe Bruna Setemy, Filho produziu inúmeras apologias ao Golpe de 1964 durante sua permanência na revista, como quando descreve a segunda metade da década de 1960 afirmando que “um movimento revolucionário que lhe garantiu relativa estabilidade e segurança” (FILHO, 1970, apud SETEMY, 2008, p. 94). Desta forma, o excerto acima se mostra como a culminância de um longo período de críticas diretas ao governo Allende, que sempre remetiam ao medo de que uma experiência similar se replicasse no Brasil.

Além disso a ausência de quaisquer referências ao golpe militar chileno na edição de 15 de setembro, aquela imediatamente posterior a ele, pode ser lida como uma deferência à imposição da censura de que não se publicasse nada sobre esse evento naquele primeiro momento, o que coaduna com a o teor da publicação do dia 22, em nada crítica ao movimento do General Pinochet e das Forças Armadas chilenas.

Palavras finais

A título de conclusão, pode-se afirmar que, apesar de os proprietários de ambas as revistas serem abertamente apoiadoras da ditadura e de a diretriz do governo ser clara quanto à visão que deveria ser impressa sobre o golpe no Chile, Veja e Manchete tiveram abordagens bastante distintas em suas coberturas. A revista Veja foi capaz de reconhecer os avanços promovidos pelo governo socialista de Salvador Allende, mudando a sua visão à medida que a crise se aprofundava e a iminência de um golpe se tornava clara. Não obstante, a revista Manchete imprime uma leitura invariável ao longo dos meses, sempre antagônica e, por vezes, caluniosa a respeito do governo e da figura de Allende. As marcas da censura se fazem perceptíveis especialmente nas páginas da revista Manchete, que aquiesce à ordem de não se publicar nada sobre a intervenção militar no país andino na semana em que essa ocorre, enquanto a Veja imprime um texto bastante crítico na edição imediatamente posterior ao golpe.

Referências documentais

A TRÁGICA utopia de Allende, o revolucionário. Veja, São Paulo: Editora Abril, n.263, p.48-50, 19 Set. 1973.

CHILE: A véspera do Caos. Manchete. Rio de Janeiro: Editora Bloch, n.1116, p.4-9, 08 Set. 1973a.

CHILE: O pior momento. Veja, São Paulo: Editora Abril, n.251, p.48-49, 27 Jul. 1973b.

CHILE: Para todos os gostos. Veja, São Paulo: Editora Abril, n.236, p.32-33, 14 Mar. 1973c.

CHILE: Uma economia sob cerco. Manchete. Rio de Janeiro: Editora Bloch, n.1087, p.24-25, 17 Fev. 1973d.

FILHO, Murilo Melo. Murilo Melo Filho explica porque o presidente do Chile chegou a um triste fim. Manchete. Rio de Janeiro: Editora Bloch, n.1118, p.172-173, 22 Set. 1973.

VIOLÊNCIA e golpe em Santiago. Veja, São Paulo: Editora Abril, n.263, p.38-44, 19 Set. 1973.

Referências bibliográficas

AGGIO, Alberto. Democracia e Socialismo: A Experiencia Chilena. São Paulo: Annablume, 2002.

BAPTISTA, Íria Catarina Queiróz; ABREU, Karen Cristina Kraemer. A História das Revistas no Brasil: um Olhar Sobre o Segmento Mercado Editorial. Plural: revista do programa de pós-graduação em sociologia, v. s/n, p. 01-23, 2010.

GRILLO, Marian del Carmen; PITA GONZÁLEZ, Alexandra. Revistas culturais y redes: una aproximación metológica. Temas de Nuestra América - Revista de Estudios Latinoamericanos, n. 54, p. 177-194, julio-diciembre de 2018.

KUSHNIR, Beatriz. Cães de guarda. Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2004. Livro eletrônico não paginado.

LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza. História da Imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012. Livro eletrônico não paginado.

LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). São Paulo: Contexto, 2008.

MARCONI, Paolo. A censura política na imprensa brasileira. 1968-78. São Paulo: Global, 1980.

MIRA, Maria Celeste. O leitor e a banca de revistas: o caso da Editora Abril. 1997. 359f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 1997.

SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. “Em defesa da moral e dos bons costumes”: a censura de periódicos no regime militar (1964-1985). Rio de Janeiro. Dissertação (mestrado) – UFRJ, Programa de Pós-graduação em História Social, 2008.

MOULIÁN, Tomás. La vía chilena al socialismo: Itinerario de la crisis de los discursos estratégicos de la Unidad Popular. In: VALLEJOS, Julio Pinto (org.) Cuando hicimos historia: la experiencia de la Unidad Popular. Santiago: LOM ediciones, 2005.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

EDUCAÇÃO QUILOMBOLA NO NORTE DE MINAS GERAIS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Juliana Bezerra Menez⁵⁴

Introdução

Este trabalho é uma pesquisa de revisão bibliográfica objetivando uma análise da situação educacional nas comunidades tradicionais quilombolas em Minas Gerais e especificamente, as localizadas na região Norte do Estado de Minas Gerais. Através da busca por autores que escreveram sobre o assunto na região em questão e pesquisa em sites eletrônicos e de notícias, procurou-se averiguar a contribuição da educação para essas comunidades em suas lutas por direitos e resistências.

Não é objeto desta pesquisa analisar aqui qual tipo de ensino é melhor ou pior, nem esgotar o assunto sobre o currículo ideal, mas de tratar da importância de se ter uma educação que não apague as vivências e experiências culturais. Que leve em maior consideração uma formação cultural de autoafirmação das suas ancestralidades, lutas e resistências. Apresentar de maneira mais geral, as demandas da educação quilombola e seus principais desafios: entender como o acesso ao ensino aprendizagem contribui para manutenção da comunidade quilombola; refletir acerca de aspectos tais como o autorreconhecimento e o protagonismo para afirmação da identidade enquanto povo tradicional; e por fim, descobrir e elencar os atravessamentos vividos por essas comunidades, de suas identidades, subjetividades e humanidades.

Mediante análises de trabalhos que contemplam e relacionam os assuntos educação e quilombo, dentro do contexto regional, foram selecionados três autores que abordam o assunto no estado de Minas Gerais como um todo e também especificamente referem-se ao Norte de Minas. Pode-se perceber o quanto o assunto ainda precisa ser mais discutido, falado e pesquisado no meio acadêmico, para que mais pessoas, sendo elas do meio acadêmico ou não, levantem questionamentos sobre a situação da educação nos quilombos e tragam à tona o tema para a região do norte de Minas Gerais.

Identificar de que maneira o acesso à educação e ao ensino, e se formal ou não, contribui para a manutenção da identidade quilombola, é justificativa mais que plausível, uma vez que, o conhecimento é poder, o que permite que essas comunidades possam empoderar-se, proteger-se e resguardar-se. Assim a relevância acadêmica deste trabalho

⁵⁴Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).E-mail: julianamenez307@gmail.com

consiste ainda na possibilidade e pertinência do registro da memória de vida dos povos quilombolas que habitam na região, o seu reconhecimento na constituição do território e o resgate da identidade cultural dos povos tradicionais ali localizados.

Em síntese, este trabalho se propõe inicialmente fazer uma revisão bibliográfica acerca da contribuição da educação para as comunidades quilombos nos seus processos de lutas, vivências e resistências. Se caracteriza como um estudo teórico e bibliográfico, com aporte nas áreas de história e antropologia, tendo também como objetivo fazer uma descrição histórica da região Norte de Minas, região onde se encontram muitas comunidades tradicionais, objeto de estudo desta pesquisa. Como abordagem metodológica utilizada, além das pesquisas de fontes bibliográficas, foram realizadas ainda, pesquisas em sites de busca e notícias, para analisar o que já se foi escrito, tratado e noticiado sobre o tema.

Serão aqui apresentadas as ideias centrais de três autores, entre dissertações e teses, que escreveram acerca de comunidades quilombolas de Minas Gerais como um todo, e especificamente, o Norte de Minas; dando ênfase para a análise educacional de cada um.

Para concluir, foi proposto uma reflexão sobre a relevância dessas comunidades para nossa região norte-mineira e qual a contribuição do processo de ensino aprendizagem para o reconhecimento das mesmas. Tendo em vista que na região existe uma diversidade de povos tradicionais tão intensa, mas que há uma necessidade, que se faz urgente e constante do efetivo reconhecimento territorial e para além disso destacar sua importância enquanto riqueza cultural, patrimonial e histórica para a região.

Ao voltarmos a atenção para região do Norte de Minas e seu processo histórico, temos nítida a ideia de desenvolvimentismo ligada em grande parte, à agricultura irrigada, e atualmente é vista por muitos como lugar de oportunidades e crescimento econômico, todavia também como lugar de passagem, sem real vínculo cultural e com uma dinâmica de desenraizamento.

De acordo com (COSTA,2005, p.11), “a diversidade é uma marca indelével na vida social e cultural norte-mineira”. Para o autor, havia diversas sociedades indígenas e comunidades quilombolas que habitavam o território onde se localiza a sociedade norte mineira. Portanto, conhecer esses povos que habitavam este território é de grande relevância para compreendermos nossa cultura e formação de nossa identidade. E assim quem sabe, nos reconhecer enquanto povo indígena e quilombola, para que a memória e vivência dos primeiros habitantes da região, sejam reconhecidos, valorizados e seus direitos respeitados.

Ao analisar a história da região, nos deparamos com uma versão única e excludente, que de certa forma esquece e/ou tenta silenciar as comunidades tradicionais e não se sabe ou se pode afirmar até que ponto isso ocorreu propositalmente ou não. E por isso, se faz necessário vir à tona as histórias das comunidades e povoados tais como do Gorutuba, localizado entre os municípios de Jaíba e Pai Pedro; Quilombo da Lapinha e Pau de Léguas da região dos municípios de Manga, Matias Cardoso e Jaíba; Comunidade Brejo dos Crioulos, com território localizado entre os municípios de Verdelândia, Varzelândia e São João da Ponte. Esses são alguns dos povoados conhecidos na região cujas histórias têm inspirado pesquisas acadêmicas.

Na busca por informações na mídia acerca dos povos tradicionais aqui abordados, optei por fazer uma pesquisa preliminar no ambiente virtual, com a análise de noticiários eletrônicos e informações de sites de organizações não-governamentais acerca das comunidades quilombolas do norte de Minas. E como demonstra o IEPHA/Minas Gerais - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, na região há muitas comunidades quilombolas que se reconhecem enquanto tal, entretanto existem muitos povoados de remanescentes ou descendentes quilombolas circunvizinhos, que estão longe dessa busca identitária. Por isso é importante evidenciar essas comunidades, mostrando-as como forma de incentivo de luta por direitos para as comunidades onde esse processo ainda não teve início.

As notícias “falam” sobre as riquezas de uma Minas Gerais que remete à época colonial, das cidades históricas do período da exploração do ouro e da extração das riquezas pelos portugueses. Entretanto, a região dos gerais, vale do Jequitinhonha e norte de Minas têm ganhado espaço e se destacando como riqueza humana e cultural, suas diversidades e história.

Na região há grande número de comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares e se mostrado como um berço de saberes tradicionais e diversidade cultural. Tem-se dado ênfase a outras histórias, outras rotas como por exemplo a dos povos tradicionais, dos quilombolas, onde o relato inicia-se não com uma realeza, mas com as marcas indelévels da escravidão, isso como uma forma de implementar o turismo local.⁵⁵As informações transmitidas por essas notícias corroboram a ideia dos autores aqui mencionados, da importância da educação quilombola que pautada na valorização cultural e identitária leva a uma maior organização dessas comunidades, além de contribuir com o sentimento de pertencimento, resistência e autopreservação.

⁵⁵ Fonte: Portal Minas Gerais www.minasgerais.com.br

Outra questão observada nos noticiários sobre essas comunidades tradicionais, é a de uma região de intensos conflitos envolvendo as questões de disputas de terras. Esses conceitos aqui mencionados de povos tradicionais e a questão da disputa por reconhecimento territorial também são aspectos levantados e corroborados por (ANAYA, 2012) em sua tese de doutoramento. É inegável que a questão fundiária tem sido cada vez mais preocupante, um problema estrutural desde os tempos coloniais que se tem agravado ainda mais atualmente nas disputas capitalistas pela posse e acumulação da terra. Essa situação se reverbera também em Minas Gerais e inclusive no Norte de Minas e ocorreu com o aval do poder estatal. Mas nesse contexto de perseguições, ameaças e disputas pela terra, a educação pode e deve ser utilizada como um instrumento de luta ativa, de organização comunitária em busca pelos direitos, bem como pela demarcação e recuperação das terras em que, cada vez mais tem aumentado o número de comunidades tradicionais que não se colocaram numa situação de passividade, se mobilizaram e realizaram muitos feitos e como confirma o site do IEPHA/Minas Gerais-Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico “Desde então, promoveram encontros com representantes (...) buscando apoio de várias instituições, entre elas universidades para conferir maior visibilidade e poder de enfrentamento”⁵⁶. Isso vem apontar, mais uma vez, que o acesso à informação, seja ele através da educação formal ou não, contribui para a resistência desses povos tradicionais impedindo a desterritorialização dos mesmos.

REVISÃO DE LITERATURA

A educação pode ser considerada como uma importante ferramenta transformadora, para a afirmação de culturas e de tradições. Ao mesmo tempo, ao se submeter aos valores de culturas dominantes excludentes, ela também pode ser capaz de reproduzir estereótipos e preconceitos. Como confirma (GOMES, 2012), é fundamental analisar aqui a educação quilombola sob a luz de alguns conceitos importantes que não podem ser apenas citados de maneira genérica ou apenas mencionados como termos simplórios, uma vez que a reflexão sobre eles não se esgota aqui, tais como territorialidade, educação quilombola e povos tradicionais, pois estão interligados e que dizem respeito a uma discussão e entendimento sobre o contexto da educação quilombola no Brasil. A educação quilombola é um tema bem amplo, pois ela se

⁵⁶

:<<http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/noticias-menu/606-voce-conhece-a-rota-dos-quilombos-no-vale-do-jequitinhonha> consulta realizada em 02/03/2023

caracteriza de diversas formas, como por exemplo, pelo seu aspecto formal ou não, ocorrer e ser ofertada dentro ou fora do território da comunidade, ser ofertada pelas esferas públicas (municipal e ou estadual) incentivada por entidades não governamentais, e ainda pelas próprias lideranças locais.

E historicamente, no contexto brasileiro, a educação formal e o acesso a ela sempre foi negado ao povo negro desde os tempos do Brasil Colonial até os dias atuais, através de vários mecanismos socioeconômicos e culturais como a discriminação, o descaso e até mesmo a invisibilidade, pois como ressalta (Gomes, 2002, p.40), “a instituição escolar é vista como um espaço em que aprendemos e compartilhamos não só conteúdos e saberes escolares, mas também valores, crenças, hábitos e preconceitos raciais”. E através de uma visão racista, ainda muito presente no dia-a-dia e que foi enraizada desde o período da escravidão, que ações de exclusão se difundiram e continuam tendo espaço dentro da sociedade e, por conseguinte, se institucionalizando cada vez mais dentro dos ambientes de ensino.

Desta forma, é imprescindível um olhar específico para dentro das comunidades tradicionais, a forma de ensino-aprendizagem nelas instituídas ou praticadas e ainda como esse tipo de educação contribui ou não para a manutenção e afirmação dessa comunidade enquanto povo quilombola que luta pelo seu território e pela sua cultura. Nesta perspectiva, cabe ressaltar que para esses povos tradicionais, tanto o processo de reconhecimento (certificação) dos seus territórios quanto às normatizações relativas ao acesso ao ensino, são de suma importância em sua luta por direitos.

A autora Shirley Aparecida Miranda (2012) traz a questão da educação quilombola sob a ótica normativa fazendo uma análise da inserção da lei 10.639/2003. Ela aborda essa e outras leis como originárias de políticas públicas importantes para a efetivação da aquisição de direitos essenciais pelos vários sujeitos sociais. A autora também faz uma reflexão sobre o assunto, dentro do contexto da Constituição de 1988, afirmando que a partir da mesma inicia-se o debate sobre o reconhecimento dos direitos das comunidades quilombolas, ganhando um certo status de grupo formador da sociedade brasileira. Seu debate é sobre educação quilombola no âmbito de políticas públicas, especificamente analisando a situação de Minas Gerais. Nesse ponto, de interpretação do papel do Estado na garantia de deveres essenciais, há uma concordância entre (MIRANDA, 2012) e o que é elucidado por (SOUZA, 2017, p.42): “(...) em uma comunidade quilombola, as relações entre viver e o aprender constituem faces importantes da educação quilombola, na reivindicação e firmamento de direitos”.

Desta forma, (SOUZA, 2017) faz uma reflexão da importância da educação num contexto nacional, seguida da urgência em se discutir sobre a educação quilombola, abordando sua relevância associada de temas como história, cultura, identidade e racismo. A educação para ele é apontada como um fato social que não se limita ao perímetro da escola. Cita o caso da comunidade Gorutuba, que foi reconhecida recentemente pela Fundação Palmares em 2005. Ele afirma que a “educação, escola e comunidade estão integradas dentro de um processo de firmamento e de conhecimento de direitos em meio a processos de perdas de referências identitárias de moradores dessa região” (SOUZA, 2017, p.44). Ele destaca ainda que a educação é uma forma de a comunidade obter direitos e de cada vez mais lutar pela manutenção deles e consequentemente pela melhoria de vida da comunidade, sobretudo como forma de contribuir para a ideia de pertencimento e valorização das culturas e saberes tradicionais e sua disseminação e a preservação da memória.

Souza (2017) aponta também, as dificuldades com relação à posse da terra, que sempre foi alvo de disputas, inicialmente pelos donos de escravizados e em outros momentos mais tarde por fazendeiros e também por grileiros. E que esse processo de reconhecimento contribuiu, para uma efetiva ocupação do espaço de luta e resistência e, por conseguinte, para o processo de identidade, de auto reconhecimento

Ele destaca que houve relatos que demonstram ainda a existência de situações e vivências marcadas por preconceitos e que também comprovam a falta de acesso a direitos básicos como educação e saúde de qualidade, que acabam por marcar a vida de tais sujeitos sociais. Outra dificuldade apontada pelo autor, é a própria questão de identidade, já que muitos quilombolas têm dificuldade de se auto reconhecer, mas que através do reconhecimento, a situação tomou outros rumos, sendo a comunidade alvo de projetos e investimento, promovendo a ideia de direitos e valorização.

O autor aponta que a escola teve grande contribuição nesse processo de identidade e valorização através do ensino-aprendizagem de crianças e jovens com objetivos de preservar a cultura e a visão identitária das comunidades. Aborda a questão da identidade como forma de construção e reconstrução histórica e que é um processo complexo pois envolve situações de negação e afirmação e que a educação é peça fundamental para começar a quebra de barreiras que impedem essa auto aceitação e valorização do modo de vida e da cultura das comunidades, à medida que deve haver um trabalho conjunto entre escola e comunidade para vencer tais barreiras.

Na visão de Souza (2017), não só crianças e jovens devem participar do processo de ensino aprendizagem, pois esse acesso é um direito a ser assegurado para todas as

peças, independente da faixa etária. E que na busca pela afirmação de direitos, se faz imprescindível, para além de um conhecimento formal, a educação cultural. A educação, aqui, pode ser entendida como um mecanismo de defesa, uma vez que tendo acesso a informações sobre leis e normatizações e para além disso sabendo como é o tipo de educação formal vinda da sociedade branca elitizada, ainda de herança europeizada, pode servir como base de conhecimento para se proteger caso seja utilizada contra a comunidade, o que na maioria das vezes ocorre, já que esta educação monocultural reproduz um discurso capitalista que influencia nas inúmeras tentativas de se apropriar não só das terras, mas que também acaba por tentar subjugar tradições e saberes tradicionais, isto é, tentar apagar a memória, o modo de vida e a cultura em si. Nesse sentido, “A escola pode contribuir para o resgate da cultura local do povo, transformando, uma comunidade por inteira” (SOUZA, 2017, p.51).

Muito diferente do que ocorre no ensino convencional, deve haver um fortalecimento das identidades, o que Souza (2017) chama de currículo invisível, em que a comunidade transmite e reafirma de maneira natural através de danças, batuques e cantorias, sua cultura. E muitas vezes o ensino tradicional institucionalizado leva em consideração, através de um currículo pré-estabelecido, a cultura da classe dominante, deixando de atender efetivamente essas comunidades em seus anseios e reais problemas, não correspondendo às suas realidades, acabando por reproduzir padrões socioculturais de negação da negritude, na tentativa de minimizar suas vivências e lutas, além de gerar sentimento de vergonha identitária e até mesmo intolerância e racismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este trabalho não se pode dizer que a pesquisa e o assunto por ele abordados chegou ao fim e que se deu por encerrada, pois foi apenas um início de muitas reflexões e indagações acerca dos percalços e dificuldades que têm passado as comunidades tradicionais quilombolas no tocante aos aspectos do ensino-aprendizagem e sua funcionalidade efetiva nas vivências diárias.

Ao analisar elementos revisionistas de bibliografias, bem como normatizações e notícias acerca dos quilombos e suas situações educacionais como base de direitos para essas comunidades, percebe-se que há cada vez mais a necessidade dos debates sobre o assunto no que diz respeito a Minas Gerais e, mais ainda a região norte-mineira. Pôde-se perceber que o acesso ao ensino de qualidade, voltado para os aspectos culturais e auto afirmativos dessas comunidades ainda está longe de ser ofertado e que muitas vezes o tipo de ensino oferecido para essas comunidades não atende suas

especificidades enquanto povos tradicionais. E ressaltar ainda que neste cenário, mesmo que desfavorável, há luta e resistência.

No intuito de demonstrar o quão fundamental é o processo de ensino aprendizagem para essas comunidades tradicionais resistam através de suas tradições, memórias e lutas, se faz imperativo que haja um debate contínuo para que assim como a região do Norte de Minas em questão, e essas comunidades tradicionais tão importantes histórica e culturalmente, não caiam no esquecimento do descaso discriminatório e da falta de políticas públicas de acesso a manutenção de suas territorialidades e diversidades.

Referências

ANAYA, Felisa Cançado. **De “encurralados pelos parques” a “vazanteiros em movimento”**: as reivindicações territoriais das comunidades vazanteiros de Pau Preto, Pau de Léguas e Quilombo da Lapinha no campo ambiental. UFMG: 2012. 255 f. Tese de Doutorado.

COSTA, João Batista de Almeida. **Cultura, Natureza e Populações Tradicionais**: O norte de Minas como síntese da nação brasileira. In: Revista Verde Grande. Montes Claros, v. 3, p. 8-45, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, 2012.

_____. Nilma Lino. **Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo**: reprodução dos estereótipos ou ressignificação cultural. Revista Brasileira de Educação, [s.l.], n. 21, p. 40-51, set./out./nov./dez. 2002.

IEPHA/Minas Gerais- Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico > Notícias. 09/03/2021. Disponível

em:<<http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/noticias-menu/606-voce-conhece-a-rota-dos-quilombos-no-vale-do-jequitinhonha>

MAPA DE CONFLITOS: injustiça ambiental e saúde no Brasil. MG – No norte de Minas, Vazanteiros e Quilombolas lutam unidos por seus territórios tradicionais. Última atualização em: 06 de maio de 2013.

Disponível em:<<http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/noticias-menu/606-voce-conhece-a-rota-dos-quilombos-no-vale-do-jequitinhonha>

MIRANDA, Shirley Aparecida de. **Educação Escolar Quilombola em Minas Gerais**: entre ausências e emergência. UFMG, 2012.

SOUZA, Andrey Lopes de. **Memórias e experiências de trabalhadores no processo de luta pela terra em Cachoeirinha**: violência, mobilização e conquistas. Vale do Jaíba-MG, 1960/1980. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

ENTRE A TRADIÇÃO E A INCLUSÃO: A FOLIA DE REIS COMO FERRAMENTA DE PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE E DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM SÃO FRANCISCO – MG

Luziete Alves Paiva⁵⁷

Filomena Luciene Cordeiro Reis⁵⁸

A Folia de Reis é uma das mais importantes tradições religiosas da cultura popular brasileira e encontra-se presente em diversas regiões como manifestação cultural e religiosa do país como uma prática de devoção e saudação ao Menino Jesus e aos Reis Magos. É uma tradição popular ligada às comemorações católicas durante o período natalino, que celebra o nascimento de Jesus Cristo, rememorando o relato bíblico que, historicamente, marca a peregrinação dos Reis Magos a Belém, local onde nasceu o Menino Jesus. As festividades, geralmente, ocorrem entre os dias 24 de dezembro, véspera de natal, a 6 de janeiro, dia de Santos Reis. Contudo, esse período varia conforme as particularidades de cada região ou grupo de foliões. A organização da Folia de Reis gira em torno das promessas de fiéis, sendo que os foliões reproduzem, de forma simbólica, peregrinações nas casas dos devotos, rememorando a visita na gruta, em Belém, ao Menino Deus. O objetivo da Folia é festejar, com alegria, o nascimento do salvador da humanidade, constituindo-se também como um momento para agradecimentos, pagamento de promessas e socialização.

Em São Francisco, Minas Gerais, a tradição religiosa e cultural da Folia de Reis é bastante presente e característica da região. Mantém-se viva por meio da tradição oral e através de vários grupos de foliões, especialmente o Terno da Folia de Reis do Santo Antônio, alvo dessa pesquisa. Foi criado no início da década de 1990 por um grupo de amigos, entre eles, Valfrido Ferreira dos Reis, Vicente Fernandes Filho, Armando Ribeiro Silva e João de Deus Rocha, que cresceram em contato com essa tradição. Atualmente, é formado por dez foliões, que buscam resguardar e compartilhar os ensinamentos repassados pelos mais antigos (REIS, 29 jan. 2023). O grupo é denominado “do Santo Antônio” em virtude do sentimento de pertencimento e o local de moradia dos foliões ser no bairro com essa nomenclatura.

⁵⁷ Acadêmica do curso de História/São Francisco, MG. Bolsista de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais. E-mail: luzietepaiva556@gmail.com

⁵⁸ Doutorado em História pela Universidade Federal de Uberlândia, Pós-Doutorado na Universidade de Uberaba, Professora do Departamento de História e PPGH da Unimontes e do curso de Direito do Centro Universitário Funorte.

Entre os foliões, o Terno conta com a participação da foliona Adelina Paraíso Ferreira que afirma ser a Folia de Reis uma prática religiosa e cultural inclusiva, aberta à comunidade. Todos(as) têm a oportunidade de participar da festividade, danças e brincadeiras como membros ativos do Terno. O espaço social da Folia, tradicionalmente reservado aos homens, transforma-se com o tempo com a inserção, cada vez mais, das mulheres nesse universo ritual (FERREIRA, 29 jan. 2023).

Sobre essa premissa, Silva e Silva afirmam que, “esta manifestação cultural de cunho religioso nos remete à ideia de práticas sociais, culturais e religiosas inclusivas” (SILVA; SILVA, 2010, p. 2). Nesse sentido, a proposta da pesquisa consistiu em analisar a Folia de Reis como uma ferramenta da participação social na cidade de São Francisco, além de promover uma reflexão sobre a História Social das Mulheres através da observação do papel feminino durante as festividades. O estudo está em processo de finalização, sendo possível constatar resultados e se insere no campo da pesquisa como Iniciação Científica, constituindo-se como Revisão de Literatura e Pesquisa de Campo.

Método: construindo caminhos

Para a concretização dos objetivos propostos, esse estudo utilizou-se como referencial teórico-metodológico a investigação documental, bem como a revisão de literatura, trabalho participativo de campo e entrevistas. A pesquisa foi dividida em três fases: na primeira, houve levantamento de fontes referentes a temática da Folia de Reis no Brasil, suas origens e características, assim como estudos voltados para História Social da Mulheres; na segunda fase, realizou-se pesquisas com documentos que tratam da Folia de Reis no contexto de São Francisco; na terceira fase, entrevistou-se os foliões do Terno da Folia de Reis do Santo Antônio.

O referido Terno foi selecionado para estudo em virtude da presença da integrante Adelina Paraíso Ferreira, que possui participação ativa no grupo, atuando como bandeirante, cargo importantíssimo da Folia de Reis.

As entrevistas tiveram como finalidade compreender as particularidades e o universo cultural e religioso da Folia de Reis do Santo Antônio, atentando para a análise e discussão sobre as relações de gênero, averiguando as contribuições das mulheres para a perpetuação dessa tradição. Ainda nessa etapa, houve a realização do trabalho participativo de campo.

O trabalho de campo incidiu-se na observação e participação nos festejos realizado pelo Terno de Folia de Reis do Santo Antônio. Na quarta fase, realizou-se a análise dos dados coletados e elaboração de um artigo científico.

Folia de Reis: diversidade e/ou inclusão?

Na formação da sociedade brasileira, desde o período colonial, constituída como patriarcal e reverberando nos dias atuais, a mulher era concebida como submissa, passiva e obediente ao sexo masculino. Seu papel social restringia ao cuidado com o lar e a procriação de filhos. Apesar dessa herança histórica do sistema social patriarcalista, as mulheres têm se inserido, cada vez mais, como protagonistas na conjuntura atual, assumindo novas e diferentes funções, entre elas, por exemplo, a participação na Folia de Reis, “manifestação popular, devocional, cultural e artística tradicionalmente masculina” (NEDER, 2019, p. 339).

Segundo Alves, uma “(...) característica marcante da Folia de Reis é a ausência das mulheres como participante do festejo” (ALVES, 2009, p. 5). Essa é uma concepção que se transforma com o tempo, pois a Folia vivencia processos modernizadores e se atualiza, propiciando a inclusão social, sobretudo, de mulheres. A Folia de Reis tornou-se um espaço social aberto às mudanças em relação à atuação da mulher, possibilitando que as desigualdades de gênero, as quais silenciavam e inviabilizavam o protagonismo feminino na esfera ritual, seja cada vez menos frequente. “Hoje se observa uma ascensão hierárquica feminina no contexto da folia. Atualmente elas rompem com a exclusividade masculina do setor ritual, assumindo cargos de bandeirante, foliona (música) e até como dona da folia” (NEDER, 2019, p. 334).

Embora, a inserção feminina na Folia não seja concebida como uma característica da festividade, a forte presença e ação significativa das mulheres no ritual e nas casas onde passam os foliões, contradiz a concepção de um espaço reservado somente para homens. Constata-se que, conforme os relatos dos foliões entrevistados, as mulheres exercem papel significativo durante os festejos.

Elas conduzem as rezas, entoam cânticos e louvores, dançam, fazem promessas, preparam as confraternizações, organizam o espaço para receber os foliões, participam das brincadeiras, etc. Verifica-se que, mesmo as mulheres não participando diretamente como folionas, estão presentes na manutenção da tradição. No Terno da Folia de Reis do Santo Antônio, Adelina Paraíso Ferreira é a única foliona que participa do grupo. Durante as festividades, ela toca pandeiro, reco-reco e o balaim, bem como canta, dança e atua como a bandeirante. Ser bandeirante é um papel importantíssimo na Folia e exige muito compromisso, como explica o folião Vicente Fernandes Filho: “Todo Terno de Folia tem um bandeirante, que é uma pessoa de muita responsabilidade, porque é ele quem vai levando o santo da bandeira” (FERNANDES FILHO, 29 jan. 2023).

A atuação de Adelina como foliona e das demais mulheres que participam da tradição, demonstra a significação da inserção feminina no universo da Folia. Adelina Paraíso Ferreira ressalta que, os demais foliões não a tratam com preconceito, pelo contrário, eles a reconhecem como uma foliona e parte integrante do Terno. Expõe que, “Eles me respeitam muito bem, são como se fosse meus irmãos, me tratam como se eu fosse um dos companheiros deles” (FERREIRA, 03 fev. 2023).

Questionados sobre a participação de mulheres, os foliões ressaltaram que, o Terno é aberto para todas aquelas interessadas pela Folia. Pontua Vicente Fernandes Filho: “Qualquer pessoa pode participar da Folia. Aqui na nossa região são poucas folias, com participação de mulheres. Não tem mais, não porque é proibido, mas porque não querem. Nas Folias de Brasília, DF, a maioria tem mulheres, (...) as moças de uns 15 anos já estão tocando viola” (FERNANDES FILHO, 29 jan. 2023).

O Terno é aberto à comunidade. Todos(as) podem participar da festividade. Os foliões enfatizam em suas abordagens que não há exclusão social, pelo contrário, favorece a inclusão, sendo todos(as) considerados(as) iguais. As vestimentas semelhantes, a ausência da identificação e divisão dos membros como mestre, embaixador, palhaço e a personificação dos Três Reis Magos são elementos ausentes no Terno da Folia do Santo Antônio, sendo essas especificidades uma tentativa de o Terno demonstrar essa concepção. O reconhecimento da Folia de Reis do Santo Antônio, enquanto um espaço social que favorece a inclusão, é de suma importância, pois propicia mudança de mentalidade, onde homens e mulheres podem ocupar os mesmos espaços, diminuindo a ocorrência da desigualdade de gênero que, historicamente, oprime a ação das mulheres.

Considerações Finais

A cultura está diretamente relacionada com a maneira como as pessoas se identificam e se relacionam. Silva e Silva (2010) afirmam que, uma característica marcante da Folia é sua influência nos aspectos “identitários e sociabilizantes”, uma vez que, a festividade exerce influência na concepção do indivíduo sobre si e na convivência com o outro. A Folia de Reis influencia o contato social com a diversidade, favorece a inclusão social, além de propiciar momentos de alegria e confraternização. A participação das mulheres nesse universo ritual, embora limitada historicamente, se expande nos últimos anos, deixando o papel secundário e atuando de forma ativa na Folia, seja ocupando cargos de liderança ou participando das festividades, a presença feminina é primordial para a manutenção da tradição. Desse modo, verificou-se que, esse estudo

contribui para discutir a Folia como um espaço cultural e religioso inclusivo, aberto a participação da diversidade e, igualmente, evidenciar o protagonismo feminino na preservação dessa tradição, Folia de Reis.

Agradecimentos

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) pelo financiamento da pesquisa e à Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)

Referências

ALVES, Aroldo Cândido. Folia de Reis: Tradição e Identidade em Goiás. In: **II Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em História**, Goiânia, GO: UFG/UCG, 2009.

FERREIRA, Adelina Paraíso. **Entrevista concedida a Luziete....** São Francisco, MG, 29 jan. 2023.

FERNANDES FILHO, Vicente. **Entrevista concedida a Luziete....** São Francisco, MG, 29 jan. 2023.

NEDER, Andiara. **Mulher e folia, trajetória e história:** as religiões afro-brasileiras como via de empoderamento feminino em espaços androcêntricos. *Sacrilegens*, v. 16, n. 1, p. 339–362, 2019.

REIS, Valfrido Ferreira. **Entrevista concedida a Luziete....** São Francisco, MG, 29 jan. 2023.

SILVA, Avacir Gomes dos Santos; SILVA, Valdinei Backes da. **Ao andar encontro Deus:** vivências do sagrado e profano nas Folias de Reis no Vale do Guaporé (Rondônia). Rondônia: UNIR, 2010.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

HISTÓRIA CONCEITUAL DA UTOPIA: LIMITES, POSSIBILIDADES E CONSIDERAÇÕES ACERCA DE SUA TEMPORALIDADE

Victor Silva Mota⁵⁹

Este trabalho tem como objetivo analisar a temporalidade do conceito de utopia, seus limites e a sua utilização pela História enquanto documento analisando seu gênero literário e contexto de produção. Para averiguar tais elementos, será utilizado o conceito de utopia de Norberto Bobbio e de Reinhart Koselleck; além dos conceitos de presente e futuro de José Carlos Reis para análise de sua temporalidade.

Sua relevância para o campo da história se dá pela contribuição em estudar fontes literárias de gênero utópico, nas quais projetam o contexto-histórico de determinado escritor; além de promover para o campo da história dos conceitos, área essa que tem como foco investigar os registros da realidade e da origem de determinada palavra.

Utopia, bem como o seu conceito, foi cunhado por Thomas Morus, em sua obra intitulada como “*Utopia*” (1516), entretanto, ela passou a ser atribuída em outras obras, até mesmo anteriores a Morus, como a “*República*” de Platão, por exemplo (CHAUÍ, 2008).

O significado de sua palavra, em grego, *tópos*, tem o sentido de lugar, já o prefixo “*u*” sugere o sentido de negativo, de uma forma que utopia possa significar “não lugar” ou “lugar nenhum” (CHAUÍ, 2008). Porém, Marilena Chauí (2008), explica que ao mesmo que a palavra se inscreve no sentido de lugar nenhum, também é ao mesmo tempo, um “lugar feliz”, pois:

[...] O significado negativo da palavra utopia indica o traço definidor do discurso utópico, qual seja, o não-lugar é o que nada tem em comum com o lugar em que vivemos, a descoberta do absolutamente outro, o encontro com a alteridade absoluta. No entanto, um outro prefixo grego, “*eu*”, é usado para dar um sentido afirmativo ou positivo a uma palavra, indicando nobreza, justeza, bondade, abundância. Assim, por exemplo, referindo-se à finalidade da política, Aristóteles usa “*eu zon*” para significar viver feliz ou bem-viver. O sentido positivo pode ser observado em inúmeras palavras, como *eubosía*, a boa pastagem ou a pastagem abundante; *eugéneia*, nobreza de origem; *eudaimonía*, felicidade, prosperidade; *Eunóesis*, Benevolência; *eupraxía*, boa conduta, ação reta. Assim, o sentido positivo veio naturalmente acrescentar-se ao sentido negativo, de maneira que *utopia* significa, simultaneamente, lugar nenhum e lugar feliz, *eutópos*. Ou seja, o absolutamente outro é perfeito (CHAUÍ, 2008, p. 7).

⁵⁹ Mestrando em História Social, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). E-mail: victormotapsi@gmail.com

Afirma o historiador alemão, Reinhart Koselleck (2021), que “utopia”, dentro da concepção de Morus, era empregado sua palavra tanto a para designar seu livro, quanto para nomear a ilha descrita em sua obra, mas, ambos não são uma coisa só. Para Koselleck (2021, p. 264), o conceito foi a ser utilizado em outros contextos somente [...] “na era Revolução Inglesa a denominação de uma ilha utópica ou de literatura correspondente é transposta para o uso linguístico imediatamente político”.

Sob à luz da história do conceito ou da palavra, a designação do gênero “utopia” não era localizada, pois se utilizavam designações como “*Staatsroman*” ou “*Staatdichtung*” – que significam respectivamente “romance de estado” e “poesia de estado” – para identificá-lo. “Utopia” passou a ser designado como gênero de fato em meados da revolução francesa, sendo um dos primeiros a popularizar o gênero, foi o romance “*O ano 2440*” (1771), escrito por Louis-Sébastien Mercier⁶⁰ (KOSELLECK, 2021).

Entretanto, tentar definir utopia não é uma tarefa simples, pois há múltiplas aproximações – em destaque as políticas – possíveis, visto que há uma constante reflexão política em diferentes tempos e nações. Devido a esse aspecto, conceitos como utopia, utopismo, utopístico e utópico não tem o mesmo significado para todos, isto é, cada autor tem um ponto de vista diferente sobre esses termos (BOBBIO, 1998). Sobre o assunto, em relação aos escritores de obras utópicas:

Na perspectiva que nos interessa, nem todos os escritores de Utopias são utopistas porque, para sê-lo, ocorre que tenham fé na sua imaginação política, isto é, que creiam que o melhor dos mundos não é apenas pensável, mas é também possível ou até certo e inelutável porque a ele somos levados pela força das coisas (BOBBIO, 1998, p. 1284).

Em relação ao conceito, para Branislaw Baczko (1978, p. 405), a utopia é uma representação imaginada de uma sociedade em oposição à uma existente, seja pela sua organização, sua alteridade, e/ou pelo modo de vida de seus habitantes, podendo ser vista uma alternativa da sociedade real. Já Norberto Bobbio (1998, p. 1285) comenta que a definição mais célebre é de Karl Mannheim (1929), pois:

Para ele, a mentalidade utópica pressupõe não somente estar em contradição com a realidade presente, mas também romper os liames da ordem existente. Não é somente pensamento, e ainda menos fantasia, ou sonho para sonhar-se acordado; é uma ideologia que se realiza na ação de grupos sociais (BOBBIO, 1998, p. 1285).

⁶⁰ Escritor francês, considerava-se iluminista, apesar dos próprios pares não o respeitarem como tal. Sua obra “Ano 2440” era aclamada como um paraíso para os intelectuais (KOSELLECK, 2021, p. 267).

Nessa seara, o papel de uma utopia é de fazer uma crítica social, indo contra a realidade, na qual o autor canaliza suas frustrações e repulsas sobre seu contexto político e projeta seu sonho ideal em uma narrativa imaginária, em expectativa ao futuro (SOUSA, 2011)⁶¹. José Carlos Reis (2012, p.52) pondera sobre a perda do presente ser experienciado como presente, refugiando para dentro do futuro. Futuro este que, pode ser visto como uma forma de esperança do que o presente não reservou, um meio de inquietude e instabilidade, do limite em que podemos chegar, uma promessa de ser. Sua relação com a utopia é que ambos têm o desejo de eternidade e sofrem da ideia de finitude (REIS, 2012).⁶²

Contudo, a concepção de Mannheim (apud BOBBIO, 1998) é válida apenas diante do seu contexto. Em sua acepção mais generalizada, a utopia – seja ela tecnológica, social ou política – não tem o objetivo de invalidar a sua real condição; em outras palavras, tudo o que ela narra é sua projeção, onde todos os seus componentes considerados positivos são potencializados (BOBBIO, 1998). Diante dessa concepção, pode-se dizer que a utopia e seus elementos que formam a imagem de uma sociedade ideal, inevitavelmente se sustentam de regras, objetos, costumes e conceitos do presente, mascarados de recursos inéditos que teoricamente só o futuro poderia reservar.

Obras utópicas como “*Admirável Novo Mundo*” (1932), de Aldous Huxley, e “*Walden II*” (1948), de Burrhus Frederic Skinner, apesar de não intencionalmente, performam em seus gêneros literários essa perspectiva da utopia atracada ao presente, na qual suas narrativas enfatizam uma evolução biológica e comportamental, temática que estava em destaque no século XX, dentro do campo literário ao se escrever um romance utópico.⁶³ Esse tipo de romance voltado para a ciência agindo sobre os comportamentos sociais de uma população, nos mostraram uma forma de desempenhar uma utopia ancorada aos aspectos que estão ingressos no presente, pois procuraram demonstrar que, com recursos tecnológicos e o conhecimento científico que já dispomos,

⁶¹ Afirma Edson Luiz André de Sousa em seu artigo “Por uma Cultura de Utopia” que: “A utopia tem por função revelar os avessos da cidade, aquilo que fica na sombra, nos ajudando a entender a lógica da sua construção, o recalcado de sua história [...]” (SOUSA, 2011, p.3).

⁶² Por meio da aceleração do tempo, a ansiedade da modernidade em antecipar o futuro, com uma produção exacerbada de eventos e mudanças, acreditava ser essa a fórmula para eliminar atrasos e ignorâncias, desejando conquistar esse futuro iluminado (Reis, 2012).

⁶³ Bobbio (1998, p.1286) afirma que este utopismo radical os escritores não estavam criando uma sociedade onde só permeiam práticas culturais que os habitantes gostem e as detestáveis são simplesmente extintas, como eles são agora, mas que estavam visando uma sociedade que possua um sistema de vida aos que tenham de vive-lo, isto é, refinando elementos importantes para a sobrevivência e que os membros potencializem suas habilidades. Para pensar desta forma, o mesmo declara que é necessário imaginar uma sociedade, bem como o comportamento humano de seus membros do zero, um homem que não exista, sendo possível raciocinar deste modo indo além dos princípios éticos que são considerados pertinentes, podendo ir além da liberdade e da dignidade (BOBBIO, 1998).

é possível promover uma sociedade exemplar, entretanto, só nos resta aplicá-la, ou seja, colocar em prática esses escopos (BOBBIO, 1998).

Para adentrar ainda mais nesta questão sobre a utopia inscrita na temporalidade do presente, é importante ressaltar antes sua definição, ou melhor, começar esclarecendo por qual razão ele não se configuraria como uma temporalidade futurista.

O futuro é considerado a segunda parte do tempo, se posicionando na frente do passado (REIS, 2012).⁶⁴ A segunda parte do tempo, segundo José Carlos Reis (2012, p.32), possui diferentes tipos de representações e sentidos quando se é referido a ela, entre elas temos a linear, teleológica, presentista, ramificada e a concêntrica, na qual o historiador discorre suas particularidades abaixo:

[...] linear: o passado precede o presente, que precede o futuro. [...] teleológica: o futuro é primeiro e organiza o passado e o presente, pois é nele que estes têm seu fim. [...] presentista: o presente predomina na atitude do *carpe diem* ou no desejo espiritual de ascensão à eternidade do instante. [...] ramificada: cada presente abre o futuro como possibilidades diversas, oferecendo ao sujeito a liberdade de escolha da ruptura ou redirecionamento do passado; [...] concêntrica: para Heidegger, não há assimetria entre passado e futuro, mas unidade articulada do futuro/passado no presente [...] (REIS, 2012, p. 32).

José Carlos Reis (2012, p. 32) afirma que a junção de todas essas representações forma a totalidade do futuro, bem como sua explicação. Se compararmos essas visões do que cerne o conceito utopia, geralmente ela se relacionaria – seguindo do ponto de vista dela como uma expectativa de um futuro ideal – com a ideia de futuro teleológico e ramificado. O futuro pela perspectiva teleológica tem como antecedentes do mesmo o passado e o presente, pois ambos seriam ordenados por uma causalidade em que o futuro tem como propósito a conclusão destes elementos. Analisando sob a luz utópica, a premissa de uma utopia seria deste modo, assim como a esperança sempre presente em obras como estas, visualizado pela representação ramificada, isto é, com o presente ofertando escolhas, alternativas que nesta perspectiva apontam para as possibilidades que o futuro pode conceder, ou o retrocesso para o passado (REIS, 2012).

Entretanto, ao averiguar a perspectiva presentista, podemos perceber uma proximidade com o conceito de utopia, de uma forma mais consistente que as duas analisadas anteriormente. Do que tange essa representação, é de uma visão

⁶⁴ O passado é a primeira parte do tempo, podendo ser interpretado de três maneiras: primeiramente, se o que ele era já passou, portanto, ele deixou de ser, ou seja, irastreável, não possui objeto passível de conhecimento histórico; segundo, ele existe projetado no momento presente em forma de lembrança, entretanto, não sendo totalmente fidedigno, pois pode ele ser produto de uma fantasia, e/ou um fato remendado por lacunas fictícias, carregadas pela emoção de quem viveu; e por fim, o passado visto como o solo, atravessando o presente e o futuro, sólido como uma raiz dentro da estrutura do tempo (REIS, 2012).

contemplativa do presente, no qual é valorizado cada momento de sua existência, vinda de um desejo de eternidade (REIS, 2012). No que se refere Reis (2012, p. 32), sobre o presentista, ele se encontra [...] “retendo o passado e antecipando o futuro”. Em adição a ideia desse conceito, José Carlos Reis (2012, p.32) ressalta mais sobre essa perspectiva ao mencionar a concepção de presente de Santo Agostinho, na qual [...] “é no presente que há a lembrança e a espera e Santo Agostinho propôs um triplo presente: presente-do-passado (lembrança), presente-do-presente (visão), presente-do-futuro (esperança)”. Ou seja, ao dizer que na representação de futuro presentista a segunda parte do tempo é antecipada no presente, a terceira parte do tempo, é possível fitar um cenário genuinamente utópico, em que não propõe em alcançar de fato o futuro, pois já se encontra em seu ápice, o sonho da eternidade, de um tempo congelado.

Logo, o conceito de utopia, assim como obras de gênero utópicas, se localiza de um modo mais adequado no presente, sendo a parte mais sólida e estável do tempo, aonde promove ação e iniciativa (REIS, 2012). Isto é, a utopia promove uma variante alternativa do presente em que se conta, constatado quando examinamos o presente como um instante eterno⁶⁵, que dito por Reis (2012, p. 31):

[...] viver no instante é viver na eternidade, que seria a presença da consciência a si mesma, quando ela consegue se ampliar e vencer seu transcurso. O instante é a união da consciência consigo mesma, que perderia seus aspectos futuro e passado, para ser plenamente presente a si (REIS, 2012, p. 31).

Nesse diapasão, o presente-do-futuro de Santo Agostinho (apud REIS, 2012) se adapta mais sensatamente as configurações atribuídas no conceito utopia, a capacidade de criar expectativas – produto da ansiedade e insatisfação sociopolítica do autor, utopista ou não – para dissolver obstáculos que permeiam o presente, reimaginando-o, acreditando no potencial acelerado do futuro e suas possíveis novidades e mudanças, porém, ainda se localizando no tempo presente.

Portanto, a temporalidade do conceito utopia e de obras de gênero utópico pode ser categorizada atuando no tempo presente, mais especificamente no presente-do-futuro, representação está que se dá pela bateria de elementos de expectativa, esperança e solução aos desgostos políticos dos escritores de romances utópicos, estimulados pelo contexto histórico-cultural que estão inseridos. Na qual os autores acreditam estarem apresentando uma inédita resolução de problemas e conflitos

⁶⁵ José Carlos Reis (2012, p.31) afirma que o presente pode ser visto, além do instante eterno, de mais duas formas: de um lado, como ponto abstrato, momento este que dualiza o tempo entre antes e depois, sendo o presente se endereçando entre o fim do antes e o início do depois; de um outro lado, como lugar determinado, na qual se refere a experiência vivida, constatada em tempo-calendário, isto é, no aqui-agora.

sociais em suas obras, mudanças caracterizadas como futurísticas, entretanto, utilizando recursos e componentes existentes no presente. Ou seja, os livros de gênero utópicos são ângulos diferentes do contexto atual do escritor, dentro da terceira parte do tempo.

Referências:

BACZKO, B. ***Lumières de l'utopie***. Paris: Payot, 1978.

BOBBIO, N. et al. ***Dicionário de Política***. v. 1. Brasília: UnB, 1998, p. 1284-1285.

CHAUI, M. ***Notas sobre Utopia***. Cult., São Paulo, v. 60, n. spe1, p. 7-12, julho 2008.

Disponível em

<http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252008000500003&lng=en&nrm=iso>. acesso em 16 de maio de 2023.

KOSELLECK, R; HEDIGER, M. ***Histórias de conceitos: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social***. Contraponto Editora, 2021, p. 264.

REIS, J. C. ***Teoria & história: tempo histórico, história do pensamento, histórico ocidental e pensamento brasileiro***. 2012, p. 31-32-52.

SOUSA, E. L. A. de. ***"Por Uma Cultura da Utopia"***, E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia, n.º 12 (2011). ISSN 1645-958X.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

HISTÓRIA EM JOGO: EXPERIÊNCIAS COM ATIVIDADES GAMIFICADAS E O ENSINO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Juliano Gonçalves de Aquino⁶⁶

O objetivo deste trabalho está inserido em um interesse de pesquisa que problematiza as experiências docentes com o uso da gamificação no ensino de História na Educação Básica, notadamente aquelas realizadas no Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Minas Gerais, Unidade Montes Claros, no período de 2021 a 2023. Trata-se de relato de experiência docente que intenta contribuir para o debate acerca dos limites e das possibilidades dos jogos no ensino de um componente curricular tradicionalmente marcado pelo formato de aulas teóricas, pouco dinâmicas e que, normalmente, configura-se centrado na figura do professor e suas aulas expositivas.

Como aporte teórico, utilizamos de categorias analíticas e das *metodologias ativas* e *gamificação*, além de elementos ligados aos desafios do ensino de história em tempos de avanços tecnológicos dos meios de informação e comunicação. Serão apresentados os resultados do uso de atividades gamificadas com alunos do ensino médio, cujas temáticas versavam sobre *Brasil colonial e escravidão* (jogos digitais “Moenda de cana”, “Um jantar brasileiro” e “Costumes coloniais”, todos de autoria da professora Joelza Ester, disponíveis no blog mantido pela historiadora). Entende-se que a *gamificação* ou as atividades pedagógicas com estruturas gamificadas podem ser interessantes aliados na construção de *metodologias ativas* consistentes, centradas na busca pelo engajamento cada vez maior dos estudantes, independente da modalidade de ensino a que estejam matriculados.

Introdução

Um dos grandes desafios na contemporaneidade atinente à Educação é construir processos pedagógicos que, ao mesmo tempo em que sejam atraentes e consigam envolver o público plural do ambiente de sala de aula, também não percam a função de facilitadores do processo de ensino e aprendizagem. Enquanto espaço privilegiado para que aconteça a formação de indivíduos autônomos atuantes na sociedade em que vivem, conhecedores de seus papéis sociais e cumpridores dos dispositivos acordados nos mais

⁶⁶ Professor da Rede Pública Estadual de Minas Gerais. Doutorando em Educação pela Universidade de Uberaba – UNIUBE. Bolsista pelo Programa Trilhas de Formação Educadores, da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais – SEE/MG. E-mail: juliano.aquino@educacao.mg.gov.br.

diversos territórios de sociabilidades, a escola/instituições de ensino do século XXI tem sido problematizados e, na maioria das vezes, colocados em cheque: estaria elas, de fato exercendo suas funções sociais? Essa função condiz com as necessidades que esta “sociedade conectada” demanda? Como estas instituições podem contribuir no desenvolvimento de usuários críticos das novas mídias digitais e não somente meros consumidores? E mais, como a escola pública pode assegurar a inclusão, por meio das TDICs, não contribuindo na formação de “ciber-analfabetos”?

As preocupações acerca de metodologias que possam atrair os alunos do século XXI ao ensino de História tem sido uma constante de pesquisadores e professores que, diuturnamente lidam com a educação básica e seus desafios. Buscar decodificar uma ciência tão “abstrata”, que lida com contextos temporalmente, e que consiga construir significados práticos na vida dos discentes é, sem sombras de dúvidas, um desafio. Um desafio encorajador, que nos tira de nossas zonas de conforto e nos leva a pensar em estratégias conectadas com a vida e os hábitos desses indivíduos que parecem ter nascido “tecnológicos”.

O ensino remoto e, posteriormente, o ensino híbrido a que as escolas brasileiras tiveram de se adaptar (a grande maioria sem condições técnicas para tal) no contexto de pandemia Covid-19, trouxeram demandas para governos, instituições educacionais, professores, pais e alunos. Nesta conjuntura de oferecer um ensino que pudesse, ainda que precariamente, suprir a ausência dos encontros presenciais dos ambientes formais de ensino, buscamos estratégias metodológicas que pudessem envolver e ao mesmo tempo contribuir no processo formativo dos discentes.

Os jogos e as atividades gamificadas, nesse sentido, tornaram-se ferramentas interessantes nos processos de ensino-aprendizagem virtuais e, posteriormente, quando do retorno gradativo às atividades escolares presenciais, continuaram a subsidiar nossas análises históricas.

Desenvolvimento

Para subsídio teórico da argumentação que ora nos propomos neste trabalho e, sobretudo, para guiar nossas discussões ao desenvolvermos atividades gamificadas com os alunos do ensino Médio na Rede Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Minas Gerais, unidade Montes Claros, fizemos uso das categorias *metodologias ativas* e *gamificação*.

Quando se discute as práticas pedagógicas implementadas em ambientes formativos (e fora deles), um dos conceitos-chave que nos vem é o de *metodologias ativas*. Trata-se de uma nova abordagem na maneira de como se ensina e aprende

focando-se no protagonismo do aluno. O entendimento acerca das *metodologias ativas* é o de que, no processo ensino e aprendizagem, o professor intenta construir contextos de participação em que o aluno torna-se um construtor de suas próprias habilidades, de modo colaborativo, pautando-se, principalmente, em instrumentos que o leve à resolução de problemas, ao raciocínio lógico, a argumentar de forma clara e pontual e, sobretudo, ser protagonista de suas próprias aprendizagens. Sobre a relação intrínseca entre as metodologias ativas e a aprendizagem, Volpato e Dias (2017, p. 05) destacam que

a utilização das metodologias ativas pode favorecer a autonomia do educando tanto na educação presencial, quanto na modalidade a distância, favorecendo a curiosidade, estimulando na tomada de decisões individuais e coletivas, provenientes das atividades oriundas da prática social e em contextos do aluno.

Enquanto docentes, precisamos perceber que esses recursos a que chamamos de *metodologias ativas* nos conduzem a efetivarmos contextos propícios ao aprendizado, não mais centrados na imagem figurativa do professor detentor do conhecimento a ser transmitido. Destarte, a utilização consciente e responsável de dispositivos interativos e mais lúdicos nos espaços escolares pode delinear experiências significativas de aprendizagens, auxiliando os discentes no seu desenvolvimento pessoal e intelectual. Anterior ao advento das TDICs, no movimento conhecido como Escola Nova (cujos pilares estiveram, dentre outros, assentados em John Dewey), Moran assim a define: “métodos ativos e criativos, centrados na atividade do aluno com a intenção de propiciar a aprendizagem” (BACICH; MORAN, 2018, p. 17).

Dentro das estratégias inseridas nas *metodologias ativas*, o uso pedagógico de atividades gamificadas explora diferentes elementos semióticos, o que propicia significativas experiências de aprendizagem em distintos contextos formativos. Lynn Alves argumenta a partir dos trabalhos de Kirriemuir e McFarlane (2004) que existiriam dois principais motivos para o uso de games na educação, quais sejam: o poder e desejo que os jogos representam e a ideia do “aprender fazendo” que a arte de jogar evoca, sobretudo em se tratando de simulações (ALVES, 2010, p. 84).

Como se nota, a *gamificação* ou as atividades pedagógicas com estruturas gamificadas podem ser ótimos aliados na construção de *metodologias ativas* apoiadas em tecnologias consistentes, centradas na busca pelo engajamento cada vez maior dos estudantes, independente da modalidade de ensino a que estejam cursando.

Nesse entendimento, propomos nas aulas de História nas turmas do 2º Ano do Ensino Médio do CTPM Montes Claros, cujas temáticas alinham-se às discussões sobre o

Período Colonial brasileiro, especificamente, “economia açucareira” e “escravidão”, atividades gamificadas elaboradas pela professora Joelza Ester Rodrigues em seu blog “ensinar história”. A ideia é, para além de possibilitar construções teóricas acerca das temáticas, investigar o potencial que a gamificação pode representar no ensino de História.

Trabalhados os conceitos de metodologias ativas e gamificação, além de discutidos elementos conceituais próprios das temáticas dos jogos, oportunizamos aos discentes o contato direto com as ferramentas gamificadas, disponíveis no site <https://ensinarhistoria.com.br>, que discutiremos a seguir.

Os três jogos que abordaremos nessa experiência pedagógica com o ensino por meio de games foram construídos a partir de imagens do artista Jean Baptist Debret, amplamente conhecidas e veiculadas nos materiais didáticos de História. O pintor francês esteve no Brasil em meados do século XIX e contribuiu para forjar um olhar sobre a sociedade brasileira, sob a ótica do europeu.



Figura 1: Print de tela do game “Moenda de cana”. Disponível em: <https://ensinarhistoria.com.br/jogos/montar-um-quebra-cabeca/>. Acesso em 15/08/23.

O jogo (Figura 1) tem como tema principal a “economia canavieira” do Brasil colonial e foi construído a partir da gravura “Engenho manual” de Debret (1822). Trata-se de quebra-cabeças que traz como objetivos a identificação de elementos da dinâmica comercial colonial. Interessante observar a preocupação do game em apresentar aspectos relativos ao contexto do pintor, da criação da obra e sua jogabilidade, o que contribui para uma análise mais crítica e o toma como, de fato, fonte histórica.

O segundo game proposto para discussão e como mecanismo de ludicidade é intitulado “Costumes coloniais” (Figura 2), baseado na gravura “Uma senhora de algumas posses em sua casa”. Como engrenagem, o jogo baseia-se em perguntas acerca da

leitura crítica da tela, seus aspectos políticos, sociais e culturais. A imagem vai sendo colorida à medida em que o jogador acerta as questões propostas.



Figura 2: Print de tela do game “Costumes coloniais”. Disponível em: <https://ensinarhistoria.com.br/jogos/ler-uma-gravura>. Acesso em 15/08/23.

Por último, trabalhamos com os alunos a temática da sociedade brasileira colonial valendo-se, além de textos historiográficos, de uma ferramenta gamificada “Um jantar brasileiro”, que também é uma tela homônima do Debret (Figura 3).

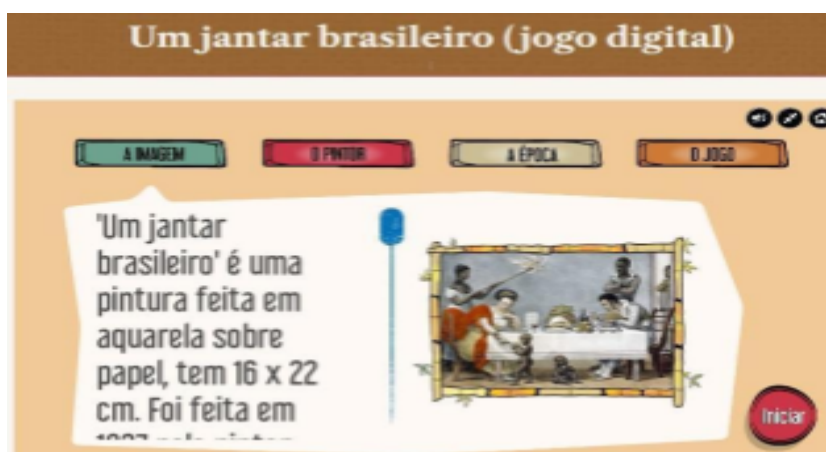


Figura 3: Print de tela do game “Um jantar brasileiro”. Disponível em: <https://ensinarhistoria.com.br/jogos/encontrar-erros/>. Acesso em 15/08/23

A ideia dos produtores foi construir um jogo onde o *gamer*, ao encontrar os erros constantes na releitura da gravura, pudesse ter acesso a discussões sobre os costumes da sociedade colonial, podendo apontar os anacronismos históricos nesse movimento.

Uma última etapa do processo investigativo desta prática com uso de games no ensino de história foi averiguar a recepção dos discentes com esse tipo de *metodologia ativa*. Para tanto, foi elaborado um questionário para buscar captar as impressões que

tiveram, tais como: avaliação da jogabilidade (pontuação, ranqueamento, bonificação, engajamento), do acesso ao material; impressões acerca do layout e da proposta historiográfica do jogo; estratégias utilizadas pelo professor na condução das atividades.

Considerações

O trabalho docente no limiar do século XXI tem sido encarado por muitos como desafiador e a outros tantos tem soado como impotente diante de tamanho avanço tecnológico e reconfigurações nos atos de ensinar e aprender. A nosso ver, o ato da “ensinagem” deve partir também da ideia de readequação aos novos contextos e ferramentas que são utilizadas nos processos de interação social.

Entendemos que as *metodologias ativas* na educação básica poderão aprimorar o trabalho docente e, ao mesmo tempo, propiciar aprendizagens mais significativas aos envolvidos discentes, principalmente em se tratando de atividades que envolvam simulações.

As ferramentas gamificadas em si, entendidas enquanto *metodologias ativas* apoiadas em tecnologias digitais, é claro, não garantirão o êxito das atividades pedagógicas executadas. O papel do docente é cada vez mais importante, tanto na mediação e interpretação dos códigos linguísticos que os jogos e *games* carregam, quanto na orientação acerca do senso crítico, intentando-se potencializar o aprendizado para a cidadania.

Os resultados das ações pedagógicas no ensino de História relatados nesse trabalho (as impressões nos momentos de debates, contato com as ferramentas gamificadas e análises das fichas preenchidas pelos alunos acerca da recepção da metodologia) apontam para a importância de se propor um diálogo mais profícuo com as novas tecnologias digitais e que contribua para o que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) chamou de “alfabetização digital”.

Referências

ALVES, Lynn. Games e educação: a construção de novos significados. **Revista portuguesa de pedagogia**. Ano 42-2, p. 225-236, 2008. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/269604450 Games e educacao a construcao de novos significados](https://www.researchgate.net/publication/269604450_Games_e_educacao_a_construcao_de_novos_significados). Acesso em 21/11/2021.

ALVES, Lynn. Letramentos e games: uma teia de possibilidades. Educação e Tecnologia. CEFET-MG. V. 15, n.2, 2010. Disponível em: <https://periodicos.cefetmg.br/index.php/revista-et/article/view/272>. Acesso em: 21/11/2021.

ALVES, Lynn. Jogos eletrônicos e educação: abrindo a caixa de Pandora. **Ciências Humanas e Sociais em Revista**, v. 32, n. 1, jan. 2010. Disponível em: <http://repositoriosenaiba.fieb.org.br/handle/fieb/662>. Acesso em 20/11/2021.

BACICH, Lilian. MORAN, José (Orgs). **Metodologias ativas para uma educação Inovadora – uma abordagem teórico prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: 2018.

GIACOMONI, Marcello Paniz; PEREIRA, Nilton Mullet (Orgs). **Jogos e ensino de História**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018. 129. pdf. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/174705/001065511.pdf?sequenc>. Acesso em 20/08/2023.

VOLPATO, Arceloni Neusa; DIAS, Simone Regina (org.) **Práticas inovadoras em metodologias ativas**. Florianópolis: Contexto Digital, 2017.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

HISTÓRIA PÚBLICA NO CIBERESPAÇO: O USO DO INSTAGRAM COMO FERRAMENTA PARA DIVULGAÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

Isaac Veloso⁶⁷; Sabrina Alves⁶⁸

O que é o ciberespaço? Qual o seu impacto para a História Pública e a divulgação do conhecimento científico? São questões que nos são impostas quando nos deparamos com novos objetos de investigação. Conforme aponta Monteiro (2007), conceituar o ciberespaço não é nada fácil, visto que o virtual é o seu principal atributo. O prefixo “cyber” vem do grego, significando “controle”, afirma Kellner (2001). Nesse sentido, o físico Norbert Wiener cunhou, na década de 40, o termo cibernética com o significado de ciência do controle e da comunicação entre os seres vivos e as máquinas. A partir daí, o prefixo “ciber” passou a referenciar diversos termos relacionados ao domínio da computação e das “máquinas inteligentes” (Cascais, 2001). Diante disso, Monteiro (2007, p.1) aponta o ciberespaço como:

[...] um mundo virtual porque está presente em potência, é um espaço desterritorializante. Esse mundo não é palpável, mas existe de outra forma, outra realidade. O ciberespaço existe em um local indefinido, desconhecido, cheio de devires e possibilidades.

Sendo o ciberespaço um espaço desterritorializante e cheio de possibilidades, caracteriza-se por ser um espaço público, um novo condutor de pensamentos. Não se pode negar que a internet possibilitou o acesso à informação de maneira única, atingindo públicos de todos os lugares do planeta que outrora seria impensável. Alguns autores, como Rabaça e Barbosa (2001), apontam que o espaço cibernético é um universo virtual formado pelas informações que circulam e/ou estão armazenadas em todos os computadores ligados em rede, especialmente a Internet; uma dimensão virtual da realidade, onde os indivíduos interagem por computadores interligados. De acordo com Ramal (2002) a palavra ciberespaço designa toda a estrutura virtual transnacional de comunicação interativa. Diante desses conceitos, concluímos que o ciberespaço é um novo mundo de interações e significações, onde as pessoas que manejam celulares, computadores e tablets criam vínculos com outras pessoas em um espaço desterritorializado onde temos como resultado a cibercultura. Pierre Levy (1999, p.15-16)

⁶⁷ Mestrando em História Social, Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Bolsista CAPES. E-mail: isaacvvelosor@gmail.com

⁶⁸ Mestranda em História Social, Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Bolsista CAPES. E-mail: sabrinavesfe@gmail.com

nos oferece também interessantes definições dos conceitos de cibercultura e de ciberespaço:

O ciberespaço (que também chamarei de “rede”) é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo “cibercultura”, especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço. [...]. Ao ler esta primeira parte, o leitor terá em mente que essas técnicas criam novas condições e possibilitam ocasiões inesperadas para o desenvolvimento das pessoas e das sociedades, mas que elas não determinam automaticamente nem as trevas nem a iluminação para o futuro humano. [...].

Falar em História Pública é falar sobre a construção conjunta do conhecimento histórico. Ou seja, não se qualifica como uma história escrita para o público e sim como uma história construída com o público. Existem diversos espaços onde construímos a história com o público: sala de aula de escolas, de universidades, museus, bibliotecas, entre diversos outros espaços, dentre eles o ciberespaço. Conforme aponta Selva Guimarães Fonseca:

[...] sem falar nas redes sociais, que vão substituindo outras formas de comunicação. Entre os professores essa tem sido uma discussão difícil e necessária, e envolve diferentes questões, como o gerenciamento das atividades realizado pelos estudantes com o uso da Internet, o problema da pesquisa como cópia, a confiabilidade das informações obtidas na Internet, etc. Disso deriva, portanto, o problema da divulgação do conhecimento histórico e dos usos possíveis desse conhecimento no ensino de Internet e seu papel na educação de uma forma geral. [...] (FONSECA, 2016, p. 188).

Falar em redes sociais, internet e História levanta diversos debates acerca da ética científica, sendo essa um dos grandes desafios (e empecilhos) para a entrada de pesquisadores no mundo cibernético. Apesar disso, é nitidamente possível a orientação e a utilização desse espaço como ferramenta pedagógica para o ensino de história pensado a partir da História Pública. Conforme é apontado por Sara Albieri (2011, p.28) “[...]. É preciso agir em favor da continuidade e da multiplicação dos meios que põem em comunicação os vários modos de historiar [...]”, ou seja, a sala de aula não é o único meio para o historiar.

Nos deparamos nas últimas décadas, especialmente no Brasil pós-golpe de 2016, com uma chuva de informações históricas distorcidas, o que corroborou para disseminação de *fake news* que interferiram diretamente nas eleições presidenciais subsequentes. Diante disso, apontamos a necessidade de pesquisadores adentrarem a

esse espaço e construir uma História Pública pautada na ética. Conforme apontado por Thiago Acácio Raposo (2019, p. 363-364):

Uma História sem historiadores toma conta das redes sociais, dos sites, blogs, enfim, da Internet (LUCCHESI, 2014). Há um processo de descrença e desaprovação do ofício do historiador, assim como uma tentativa de apagar o passado, ou pelo menos parte dele. Tais acontecimentos põe em evidência a necessidade de atuação do historiador como um intermediador do processo de construção do conhecimento histórico no oceano digital. Seu ofício precisa ser respeitado também nos espaços virtuais. Ao historiador desse novo século o uso da ciberlinguagem pode ser uma ferramenta importante para debater sobre essa onda de conservadorismo e de negacionismo. Para enfrentar esse inimigo é preciso fazer uso das mesmas ferramentas, distanciando-se no que concerne a ausência de criticidade documental. É preciso seduzir os usuários por meio de uma história de base acadêmica, mas que também se organiza por meio de hipertextos, possuindo uma linguagem que atinja a todos os públicos.

Ao falarmos de História Pública no ciberespaço estamos utilizando as redes sociais como ferramenta pedagógica, tendo a possibilidade de criar e recriar narrativas sobre o passado. Os espaços para essas recriações acompanham o desenvolvimento tecnológico da humanidade, e para isso cabe ao historiador lidar com as nuances desse espaço desterritorializado e construir uma História Pública já que a internet possibilita uma democratização do conhecimento científico. Segundo Zahavi (2011, p. 53) o campo da História Pública se dedica a uma variedade de formas de “apresentação” da História que se dá muito além da academia.

Partindo dessa reflexão, estabelecemos o Instagram como um espaço para construção da História Pública. Sendo uma rede que constitui o cotidiano social de milhões de indivíduos, torna-se um espaço para ressignificações de conceitos e do conhecimento científico.

O projeto Catarse Histórica é pensado através de uma perspectiva que procura contribuir para a construção do conhecimento histórico e, além disso, servir como uma plataforma de compartilhamento desse conhecimento. Nesse sentido, se instaura de maneira online e busca incentivar a pesquisa científica, bem como contribuir para o estudo da história através do uso imagético, em análises fílmicas e literárias. É cada vez maior o número de professores, pesquisadores e estudantes que se interessam pelas possíveis dádivas da História Pública. É dessa forma que a página promove uma atividade coletiva e dispõe a receber postagens e projetos de diversos temas historiográficos.

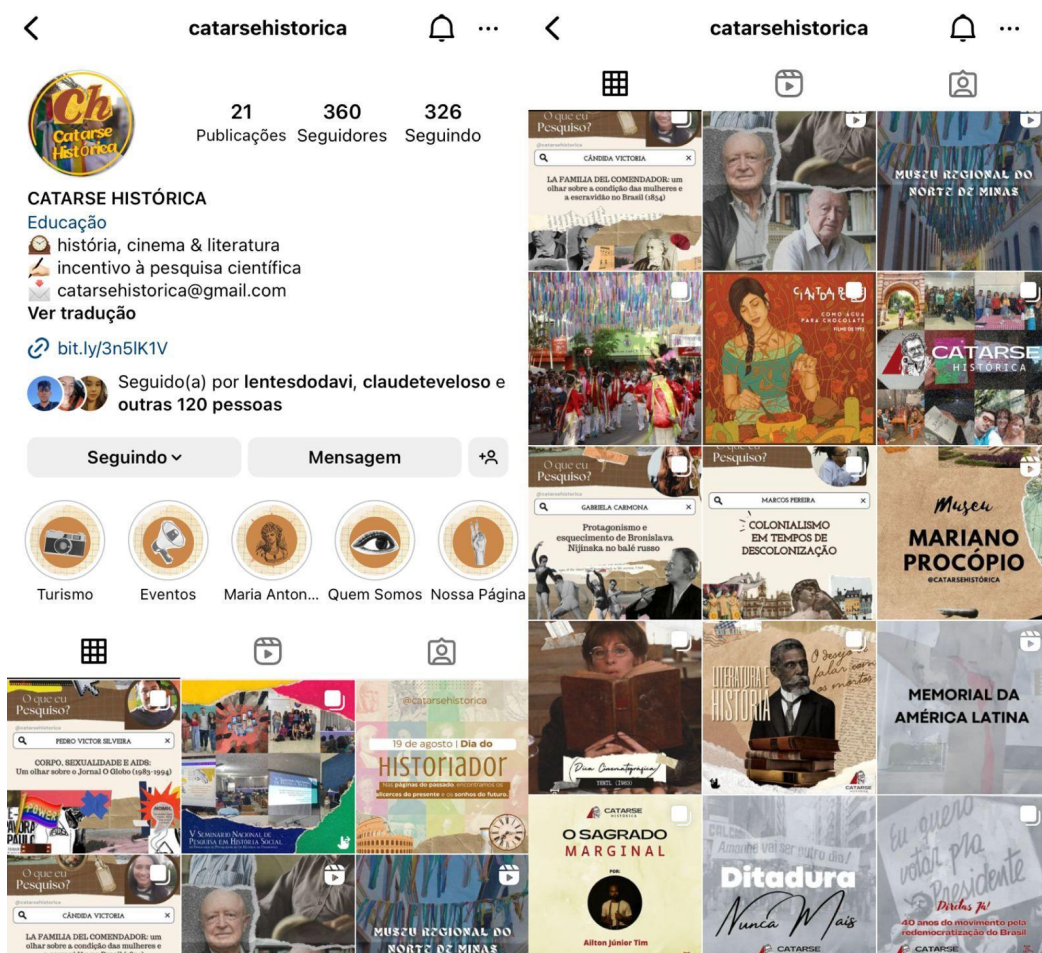


Figura 1: Prints retirados do @catarsehistorica (user do Instagram).

Com isso, a página nasce da união de Isaac Vinicius Veloso Ramos, Sabrina Alves Ferreira e George D. Rodrigues Fonseca, mestrandos do Programa de Pós Graduação em História Social na UNIMONTES, que, através de debates em sala de aula e longas conversas acerca do tema, se juntaram em prol de um projeto que fosse capaz de abraçar seus principais interesses. A ideia inicial se desenvolveu e trouxe bons resultados, o que, consequentemente, trouxe a disseminação de novas narrativas e quadros para o projeto.

Assim, visitas guiadas por museus em formatos de vídeos e a divulgação de pesquisas científicas em desenvolvimento também se tornaram prioridade da página online. O que, necessariamente, abriu espaço para que novos pesquisadores se apresentassem, tendo a oportunidade de se conectarem com outros pesquisadores e assim por diante, ocasionando a troca de conhecimentos, referências e ideias. Nesse ínterim, o projeto vem se dedicando cada vez mais e se mostrando eficaz quanto ao tema História Pública.

Um projeto feito por historiadores, com historiadores. Afinal, é nessa perspectiva coletiva que se trabalha a construção de uma historiografia acessível e disponível aos

internautas. Além disso, é importante ressaltar a atuação dos professores de história e historiadores através de métodos que permitam a circulação do ensino da história para além dos muros escolares e acadêmicos. Assim, evidencia-se a necessidade desses profissionais ocuparem espaços governamentais, em instituições privadas, em museus, espaços históricos e, contudo, nos meios de comunicação. Isto é, nos principais veículos de distribuição sociocultural.

Referências

ALBIERI, Sara. **Internet pública e consciência histórica**. IN: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAL, Marta G. de Oliveira (org). Introdução à Internet Pública. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

CASCAIS, Fernando. **Dicionário de Jornalismo**: as palavras dos media. São Paulo: Verba, 2001.

FONSECA, Selva Guimarães. (org.). **Ensino de Internet e cidadania**. Campinas, SP: Papirus, 2016.

KELLNER, Douglas. **Como mapear o presente a partir do futuro**: de Baudrillard ao cyberpunk. In:_____. A cultura da mídia. Bauru: EDUSC, 2001. p.377-419.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. [Tradução de Carlos Irineu da Costa]. Editora 34 Ltda. (edição brasileira), 1999.

MONTEIRO, Silvana. **O Ciberespaço**: o termo, a definição e o conceito. DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação - v.8 n.3 Jun/07

RAMAL, Andrea Cecília. **Educação na cibercultura**: hipertextualidade, leitura, escrita e aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002.

RABAÇA, Carlos; BARBOSA, Gustavo G. **Dicionário de comunicação**. 2.ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

RAPOSO, Thiago Acácio. **Navegando por mares (des) conhecidos**: a pesquisa histórica na era digital. IN: BUENO, André; CREMA, Everton; ESTACHESKI, Dulceli; NETO, José. Maria de Sousa. Aprendendo Internet: Mídias. União da Vitória: Edições Especiais Sobre Ontens, 2019.

ZAHAVI, Gerald. **Ensinando Internet pública no século XXI**. IN: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAL, Marta G. de Oliveira (org). Introdução à Internet Pública. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

IMAGENS DE CONTROLE E AUTOIDENTIFICAÇÕES COMO CHAVE DE ESTUDO PARA OS ATRAVESSAMENTOS ENTRE MALANDRAGEM E AS MASCULINIDADES NEGRAS NO RIO DE JANEIRO

Alessandra Tavares de Souza⁶⁹

No alvorecer da nova república do Brasil a contenção de possíveis desordens por parte da população pobre e, sobretudo, negra, em uma sociedade do pós-abolição, foi alvo de debates e leis. As chamadas leis de vadiagem tinham como objetivo cercear, controlar e conduzir o contingente de pessoas egressas do escravismo ao modelo liberal civilizatório escolhido pelo estado.

No Rio de Janeiro, capital da república, a ociosidade ou vadiagem foram constantemente associadas a um modo de vida urbano que ficou conhecido como malandragem. O conceito passou por ressignificações ao longo do tempo, no entanto teve no seu cerne a construção de imagens controle que marginalizou as experiências da população negra com sua liberdade.

Um modelo construído após os primeiros anos da abolição ligado à criminalização do ócio e práticas que estavam no cerne da cultura negra urbana, e que teria sido diluído pela máquina ideológica da política de Vargas, pelo samba do trabalhador que exaltaria a nação e as vantagens do trabalho. E, posteriormente, rememorada na década de 1960-1970 com ares nostálgicos sobre a boemia carioca, representada pelo malandro sambista, que remontava a uma estética de vestimentas e a moral masculina negra das ruas da cidade (TAVARES, 2022, p2).

Imagem de controle é um conceito que ganhou força na produção feminista negra pela obra de Patrícia Hill Collins (2019). Embora o conceito tenha sido desenvolvido para explicar os estereótipos negativos atribuídos às mulheres negras, ele nos ajuda a entender as construções de imagens a respeito de homens negros também. Segundo a autora, as imagens de controle fazem “parte de uma ideologia generalizada de dominação” que é dado a grupos de elites que têm o poder de definir valores sociais na manipulação de ideias estereotipadas (COLLINS, 2019, 135). As imagens de controle se sustentam por meio de símbolos ou formas já existentes ou criam outras. No que se refere aos homens negros, o estereótipo de pessoas violentas, desorganizadas e não afeitas ao trabalho foram generalizações sustentaram e, ainda sustentam, as imagens de controle que justificaram e naturalizaram às perseguições e exclusão para esse grupo de

⁶⁹ Doutora em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). O trabalho apresentado faz parte da pesquisa desenvolvida como bolsista em estágio pós-doutoral da Pró Reitoria de Inclusão e Pertencimento da Universidade de São Paulo ao programa de Pós-graduação em Sociologia.

peças. “Essas imagens de controle são traçadas para fazer com que o racismo, o sexismo, a pobreza e outras formas de injustiça social pareçam naturais, normais e inevitáveis na vida cotidiana” (COLLINS, 2019,135).

Ao analisar os impactos da opressão nas formas que algumas mulheres lidam com as imagens de controle, Patricia Hill Collins levanta que a “vigilância”, ou seja, o controle cria a dupla consciência que pode produzir pseudos conformações e adoção de maneiras de agir do opressor, mas que “ao mesmo tempo escondem um ponto de vista autodefinido”. A busca pelo enfrentamento direto nem sempre foi a estratégia adotada por pessoas negras para lidarem com a exclusão e a opressão, por “trás da máscara de conformidade imposta [...] existem há muito tempo atos de resistência organizados” (COLLINS, 2019,137).

O movimento de autodefinição é a busca de uma “voz” própria dentro de um sistema de poder que criou e cria estereótipos negativos e generalizantes. Como já mencionei o conceito de malandragem foi amplamente ressignificado ao longo da história, o que quero chamar atenção é sobre como alguns grupos de homens, em sua maioria composta por negros, foram protagonistas desse processo. Criaram a voz ou vozes para além das imagens de controle, que podem ser exemplificadas por alguns grupos de homens negros que se utilizaram de discursos positivados de si, ora aparentemente em conformidade ora indo de encontro às imagens de controle. Construíram imagens de si, ou seja, autodefinições por meio de instituições de trabalho, de lazer, religiosas e criaram discursos sobre seus cotidianos que foram cantados em formas de sambas. “A retomada da própria voz torna-se, portanto, uma ferramenta importante para reverter as relações de poder” (BUENO, 2020, p 45).

Imagens de Controle e/ou de autodefinição através do samba malandro

A malandragem foi amplamente propalada pela incipiente indústria fonográfica do Rio de Janeiro da década de 1930. O samba como movimento social que gira em torno dos ritmos, as danças, as comidas, os modos de ser, de se portar, de reunir e receber as pessoas faz parte do arcabouço de saberes construídos por africanos e seus descendentes em diáspora, o que entendemos como Cultura Negra do Atlântico.

Assim como Abreu e Assunção (2018) , considero a historicidade dos debates a respeito de cultura popular e cultura negra em diferentes contextos e “o quanto as identidades culturais são políticas e dependentes das lutas mais amplas contra o racismo e pela implementação de políticas de reparação” (ABREU, ASSUNÇÃO, 2018, p.25). O reposicionamento do conceito de Cultura e Cultura Negra é uma perspectiva política que

ao mesmo tempo, especifica o protagonismo das construções culturais da diáspora negra atlântica e, assinala as formas de enfrentamento aos essencialismos (GILROY, 2001), ao privilegiar a diversidade das experiências negras e sua pluralidade (HALL, 2003).

Desta forma, considero algumas letras de sambas como pontos de inflexão entre as Imagens de Controle e autodefinições que classificavam homens negros, no pós-abolição, como perigosos e, as possíveis ressignificações dos estereótipos construídos pelo Estado. São letras de sambas que faziam discursos sobre os modos de vida das pessoas envolvidas com o ritmo advindo da região portuária e dos morros da cidade, do Rio de Janeiro.

A vida boemia de “orgia”, prazeres e amores do malandro e a adoção do discurso sobre o trabalho, fizeram parte das estratégias de homens e mulheres negras para burlar as perseguições do Estado na contenção de suas experiências de liberdade. São sambas que ao mesmo tempo que assumem a imagem construída pelo Estado para pessoas negras e, sobretudo, homens negros, criaram discursos sobre si que extrapolaram as Imagens de Controle em direção a autoidentificação sobre o que é ser malandro no Rio de Janeiro, ao ponto de a malandragem ser amplamente associada ao ritmo.

Wilson Batista e o Lenço no Pescoço como estudo de caso sobre autodefinição por meio do samba

Um dos clássicos do samba malandro foi composto por Wilson Batista e gravado por Silvio Caldas em 1933 é o samba “Lenço no Pescoço”. Embora o modo de vida da boemia, dos bares e dos cabarés do Rio de Janeiro tenha sido amplamente cantado em letras de sambas antes da gravação do samba “Lenço no Pescoço”, em 1933 ele entrou na história por ser considerado um samba em apologia à malandragem (GOMES, 1998; 2004). Envolto em polêmicas que tiveram respostas por parte de Noel Rosa em forma de letras de música e réplicas por parte de Wilson Batista, Lenço no Pescoço, acabou por ganhar esse título de samba malandro ao longo tempo.

Na análise da letra do samba pode-se identificar aspectos a respeito do modo de vida das pessoas pobres, sobretudo homens negros. Uma vez que na primeira estrofe da letra do samba o compositor relata uma espécie de estética do malandro que está perpassada pela valentia e a vadiagem. Talvez, uma autodefinição pela voz do samba que pode ser entendida em conformidade ao discurso opressor. Vejamos:

Meu chapéu do lado
Tamanco arrastado
Lenço no pescoço
Navalha no bolso

Eu passo gingando
Provoco e desafio
Eu tenho orgulho
Em ser tão vadio (BATISTA, 1933).

Wilson Batista de Oliveira nasceu em 1913 na cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro, era um homem negro que construiu um vasto acervo de composições. No entanto, entrou na história como um “sambista marginal” ou “sambista malandro”, por relatar em algumas de suas obras o modo de vida boêmio que entrou na história como característico da malandragem carioca. Seus relatos, em forma de letras de samba tinham a ver com a vida que o próprio Wilson Batista havia adotado após sua chegada a capital, em 1929.

Com uma vida boêmia repleta de mulheres, bebidas e de muito samba, morria no dia 7 de julho de 1968, num hospital público do Rio de Janeiro o sambista Cabo Wilson, um dos mais perfeito tipos malandro carioca. Não era muito amigo do trabalho, dormia de dia e à noite seguia o seu roteiro na boêmia, fazendo – através dos seus sambas – a apologia da própria malandragem MUNIZ,1976, 187).

Embora tenha sido considerado como semianalfabeto, em sua biografia consta que mais “800 músicas foram deixadas pelo inesquecível Cabo Wilson, muitas vendeu por alguns trocados” (J MUNIZ, 1976, 189). A venda de músicas sem atribuição de autoria era uma prática usual na época, essa era uma estratégia de muitos músicos, sobretudo, os negros, em manter suas subsistências. Pode-se perceber pelas biografias dos sambistas a constância de relatos que destacam o modo de vida boêmio/malandro, ora como uma crítica, ora com saudosismo sobre uma época. Sobre o Wilson Batista sua obra e sua vida estiveram atravessadas pela imagem de malandro, de sambista marginal que “prosseguiu até o fim de sua existência, com mesmo andar macio, a ginga de malandro, cigarro no canto da boca, sempre com um samba pronto para negociar com alguém” (J MUNIZ, 1976, 189).

Imagem 1



Fonte: Domínio público

Embora Wilson Batista tenha morrido pobre, como ressaltam seus biógrafos, foi um homem negro que apesar de seus poucos recursos, seja de formação escolar ou de subsistência, esteve à frente da construção do samba quanto ritmo e movimento social que encontrou espaço da indústria fonográfica, chegando a ser considerado como símbolo de brasilidade. Na sua ampla produção musical Wilson Batista cantou o amor, o desamor, a malandragem, a boemia, o trabalho, foram inúmeros temas, no entanto foi o discurso sobre o modo de vida malandro o que mais se destacou ao longo do tempo.

No Lenço no Pescoço, por exemplo, embora salte aos olhos a questão da malandragem e da valentia, o autor faz uma crítica social às opções que são colocadas ao seu grupo social, um tema recorrente em letras de samba que indica não só uma forma de narrativa, mas uma crítica social. Wilson escreve, que embora ciente do fato que o seu proceder seja passível de críticas a opção em ter emprego formal e ser mal remunerado não era uma opção para sua vida.

Sei que falam deste meu proceder
Eu vejo quem trabalha
Andar no miserê
Eu sou vadio
Porque tive inclinação
Eu me lembro, era criança
Tirava samba-canção
Comigo não
Eu quero ver quem tem razão
E eles toca (BATISTA, 1933).

A voz de um homem negro compositor de sambas que falam sobre sua realidade, pode ter sido usada como recurso de autodefinição. A aparente conformidade às Imagens de Controle ao se alinhar por meio de relatos que afirmavam suas opção pela vida de boemia, a vadiagem e a valentia estavam perpassadas pela crítica social. Tinha-se a consciência das transgressões, mas também sobre exclusões de trabalho digno e bem remunerado.

Outro ponto levantado por Wilson Batista é sobre como a carreira de músico sambista que “tirava samba-canção” desde criança não era vista como trabalho, mesmo que as letras das músicas tenha rendido a muitos compositores pobres seus sustentos. Era uma época que o samba atraia o interesse do público, mas que seus compositores, sobretudo, os negros, eram marginalizados. Essa questão da marginalização dos sambistas negros está intrinsicamente ligada a construção de imagens de controle fundamentadas na exclusão racista de práticas e modos de vida das pessoas negras.

Considerações finais

O conceito de malandragem está atravessado pelas construções das masculinidades e/ou masculinidades negras, no Brasil. Foi atribuída à malandragem certo perfil de gênero masculino em experiências particulares nos cotidianos das ruas da cidade do Rio de Janeiro. Entre representações e construções identitárias da malandragem irradiou sentidos e valores às práticas, comportamentos, discursos que definiram os homens e suas experiências cotidianas. A malandragem como conceito que definia práticas sociais pode ser percebida como uma construção feita pelo olhar de quem identifica e classifica práticas e sujeitos sociais dentro de suas perspectivas, criando-se identidades e representações de fora para dentro (KILOMBA, 2018).

Os estudos do feminismo negro nos ajudam a construir grades teóricas para analisar como raça, classe, gênero se interseccionam em construções de Imagens de Controle sobre corpos negros. São imagens construídas por grupos que possuem o poder de oprimir o diferente, a ameaça do status quo.

No entanto, o que ressaltei nesse artigo é que ao mesmo tempo que o conceito de malandragem tenha sido um rótulo atribuído aos homens negros e suas práticas como forma de controle, estes não foram passivos, construíram lugares de difusão de vozes que falavam de si, ou seja, de autodefinição. Considerando a história em suas permanências e rupturas, podemos perceber que a transformação dos símbolos de malandragem foi um processo de negociação diante das contingências do contexto. Algumas práticas se mantiveram e outras foram ressignificadas na construção de identidades desses homens negros no pós-abolição.

Referências

ABREU, Martha; ASSUNÇÃO, Mathias. Da cultura popular à cultura negra. In ABREU, Martha; BRASIL, Eric; MONTEIRO, Livia; XAVIER, Giovana. (orgs) **Cultura negra: festas, carnavais e patrimônios negros**. Vol 1. Niterói: Eduff, 2018.

AUGRAS, Monique. A Ordem na Desordem. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 21, 1993.

AZEVEDO, Célia M. M. **Onda Negra, Medo Branco**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
BUENO, Winnie. **Imagens de Controle: Um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins**. Porto Alegre: Editora Souk, 2020.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

_____. **Trabalho, lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

CONNELL, Robert. **Políticas da Masculinidade**. Educação e Realidade, Porto Alegre. Vol. 20 (2), 1995.

CUNHA, Maria Clementina Pereira da. “Não me ponha no xadrez com esse malandrão”. Conflitos e identidades entre sambistas no Rio de Janeiro do início do século XX. **Afro-Ásia**, 38 (2008), 179-210.

GOMES, Tiago de Melo. Lenço no Pescoço: o malandro no teatro de revista e na Música popular. Dissertação de mestrado, IFCH- Unicamp: 1998
_____. Gente do samba: malandragem e identidade nacional no final da Primeira República. **Topoi** (Rio J.) vol.5 no.9. Rio de Janeiro July/Dec. 2004

GILROY, P. **O Atlântico Negro**. Rio de Janeiro: UCAM/Ed. 34, 2001

GOTO, Roberto. **Malandragem revisitada**. Campinas: Pontes, 1988.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Organização Liv Sovik. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: UNESCO no Brasil, 2003
_____. **Cultura e Representação**. Organização e revisão Arthur Ituassu, Tradução Daniel Miranda e Willian Oliveira. Rio de Janeiro: PUC- Rio /Apicuru, 2016.

J. MUNIZ JR. **Sambistas Imortais**: Dados biográficos de 50 figuras do mundo do samba. São Paulo: Sem editora, 1976

KILOMBA. Grada. **Memórias da Plantação**: Episódios de racismo cotidiano. Tradução Jess Oliveira. Cobogó. 2018,

MATOS, Cláudia. **Acertei na Milhar**: malandragem e samba no tempo de Getúlio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MATTOS, Marcelo Badaró. “Contravenções no Rio de Janeiro do início do século” in **Revista Rio de Janeiro**, v.1, n.1, pp.16-23, 1993.

MUNANGA, Kabenguele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil**. Identidade nacional *versus* identidade negra. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

OLIVEN, Ruben George. “A malandragem na música popular brasileira”, in **Violência e cultura no Brasil**, Petrópolis, Vozes, 1989.

ROCHA, Gilmar. “Eis o malandro na praça outra vez”: a fundação da discursividade malandra no...**SCRIPTA**, Belo Horizonte, v. 10, n. 19, p. 108-121, 2º sem. 2006.

TAVARES, Alessandra. Entre a malandragem e as construções da masculinidade negra no Rio de Janeiro do pós abolição. **Anais do 20º Encontro de História da ANPUH-Rio**. Rio de Janeiro: ANPUH-Rio, 2022

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

INCLUSÃO PRODUTIVA: GERAÇÃO DE RENDA E AUTONOMIA FINANCEIRA DE MULHERES RURAIS NA CIDADE DE SÃO FRANCISCO – MG NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

Amanda Guedes Cardoso⁷⁰

Essa área de pesquisa (Gênero – Mulheres Rurais) nos proporciona compreender as realidades específicas das mulheres em comunidades rurais, suas contribuições para a economia, relações com a comunidade, bem como as desigualdades de gênero e questões relacionadas à igualdade de oportunidades. A desigualdade econômica e também a desvalorização dos papéis que cada gênero desempenha na sociedade – entre homens e mulheres – ocorre um processo de marginalização das mulheres, pois se debruça sob essa injusta condição para mantê-las em posição de inferioridade. Em razão da distribuição desigual dos papéis na sociedade, permanece diminuída a participação das mulheres em vários aspectos da vida, seja eles profissionais, pessoais, familiares, sociais. É possível perceber que houve, na sociedade contemporânea, muitas mudanças positivas, tendo em vista que muitas mulheres não estão mais restritas ao lar, não são dependentes do marido, ocupam cargos públicos tradicionalmente considerados masculinos, possuem liberdade que antes não podiam, entre outros avanços.

As mulheres rurais vivenciam situações e experiências que as diferenciam das mulheres urbanas e também dos homens rurais. Presentes na casa, no terreiro, na roça, as mulheres tiveram ainda que lutar pelo direito de serem reconhecidas como trabalhadoras. O surgimento das mulheres rurais nas diversas atividades do campo, proporcionou seu aparecimento como sujeito político, rompendo sua invisibilidade como trabalhadora e constituindo espaços importantes de redefinição das atividades produtivas dessas mulheres.

Nessa perspectiva, propõe-se então analisar como os conceitos de “patriarcado de baixa intensidade” e trabalho “leve e pesado” propostos respectivamente por Rita Laura Segato e Maria Ignez Paulilo (além das outras bibliografias de suporte), nos ajuda a pensar as mulheres rurais com um olhar sobre a inclusão produtiva, partindo da hipótese de que, na cidade de São Francisco – MG, as mulheres rurais buscam meios para geração de renda, criando assim uma certa autonomia financeira; em busca de melhora

⁷⁰ Graduada em História pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) e Mestranda do Programa de Pós-graduação em História (UNIMONTES). Bolsista CAPES. E-mail: amandaquedes679@hgmil.com

na qualidade de vida das pessoas de zona rural. Pensar nos efeitos dessa geração de renda (que é uma necessidade evidente), na posição social da mulher e na sua relação com o homem; o que isso muda, por exemplo, na estrutura familiar, na relação de poder com o marido e a comunidade.

Pretende-se contribuir com a escassa historiografia existente acerca de mulheres no sertão norte-mineiro, mostrando que essas mulheres estão inseridas na sociedade e ativas, buscando autonomia financeira através de seu trabalho; seja ele artesanato, criação de animais de pequeno porte e outros. Conforme Maia (2018, p. 365). “[...] fazer a história das mulheres no norte de minas – onde os arquivos de maneira geral são escassos – exige criatividade, um paciente trabalho de garimpo e de escavação em busca de vestígios.” Nesse sentido, é relevante analisar as histórias de vida, dando visibilidade ao trabalho e reconhecimento dessas mulheres, tendo em vista que o estudo e pesquisas desenvolvidas no campo de história das mulheres e das relações de gênero vem crescendo bastante, com exemplo dos movimentos feministas e de resistência e as produções acadêmicas.

Como a pesquisa é um projeto novo e que está em andamento, futuramente serão feitas entrevistas (e a análise delas) concedidas por possíveis colaboradoras da zona rural da cidade de São Francisco-MG (colaboradoras e comunidade ainda a definir), com idade média de 60 anos, pois a realidade do campo para mulheres de 60 anos não é a mesma para mulheres mais jovens; tendo também o auxílio da bibliografia existente. Por se tratar da história de vida, o recorte temporal foi definido como sendo na segunda metade do século XX, pensando a questão a ser investigada desde quando elas eram mais jovens. Pretende-se fazer a transcrição das entrevistas; que consiste na transcrição, correção do texto e devolução às possíveis colaboradoras para elaboração do documento final para análise; e análise dos documentos construídos.

Utilizaremos dos conceitos citados para pensarmos como a construção do corpo feminino interfere nas relações de gênero no trabalho rural, destacando os desafios e as desigualdades que as mulheres enfrentam nesse contexto. Isso nos dá suporte para pensarmos sobre as práticas realizadas pelas mulheres rurais que constroem representações e como isso é visto/recebido pela comunidade e os mais próximos. Associado à história social e cultural, essa área de pesquisa geralmente se enquadra nos estudos de gênero e história das mulheres, possibilitando o estudo das mulheres que vivem em áreas rurais, considerando seu papel, contribuições e experiências dentro do contexto rural.

As relações de gênero são estruturas sociais complexas que moldam as experiências e oportunidades de homens e mulheres em diferentes contextos, entre eles, o meio rural. O corpo feminino, como produto social e histórico, é influenciado por normas culturais e discursos que impactam diretamente a participação e a posição das mulheres na sociedade. A construção do corpo feminino exerce uma influência significativa nas relações de gênero no trabalho rural, pois, estereótipos associados ao corpo feminino biologicamente e ao psicológico interferem diretamente na presença feminina em atividades fisicamente exigentes, como transportar cargas pesadas ou realizar tarefas braçais. Logo, “o silêncio é um mandamento reiterado através dos séculos pelas religiões, pelos sistemas políticos e pelos manuais de comportamento” (PERROT, 2005, p. 9).

Esta desigualdade é o primeiro dado sobre o qual se enraíza um segundo dado: a deficiência dos traços relativos às mulheres e que dificulta tanto a sua apreensão no tempo, ainda que esta deficiência seja diferente dependendo da época. Porque elas aparecem menos no espaço público, objeto maior da observação e da narrativa, fala-se pouco delas e ainda menos caso quem faça o relato seja um homem que se acomoda com uma costumeira ausência, serve-se de um masculino universal, de estereótipos globalizantes ou da suposta unicidade de um gênero: A MULHER (PERROT, 2005, p. 11).

Aqui percebemos que a falta de informações concretas e circunstanciadas contrasta com a excessiva dos discursos e com a difusão de imagens. Ou seja, as mulheres são muito mais imaginadas do que descritas ou contadas, e, em grande parte, eram escritas por homens. Fazer a sua história é, antes de tudo, entrar em conflito com esse mundo de representações que envolvem as mulheres e que é preciso necessariamente analisar, sem saber como elas mesmas as viam e as viviam, como fizeram, nestas circunstâncias. Desta forma, apesar das diferenças anatômicas entre os corpos, a ideia de que existe uma fragilidade natural às mulheres é resultado de uma construção social inserida dentro da lógica de relação de poder, fazendo também com que se tenha um apagamento das mulheres e de uma história das mulheres, sendo esta até mesmo vista como um complemento na historiografia.

A história das mulheres não mudou o lugar ou a condição destas mulheres, porém, permite compreendê-las melhor. Contribui para a consciência de si mesma e sua forma de ver o mundo. A construção do corpo feminino abrange as múltiplas dimensões sociais, culturais, políticas e históricas que influenciam a forma como o corpo das mulheres é percebido, valorizado, interpretado e controlado em uma dada sociedade. Concomitante a isso, Heleieth Saffioti vai nos dizer que “isto pode ser observado nas relações entre os sexos, as quais são eminentemente hierárquicas, explicando a desigualdade de gêneros

a partir das diferenças físicas, sexuais e biológicas” (SAFFIOTI, 2004, p. 57-58). Essa construção ocorre por meio de práticas discursivas, normas culturais, instituições sociais e estruturas de poder que moldam as representações e experiências do corpo feminino ao longo do tempo e variam de acordo com fatores culturais, étnicos e geográficos. Os estereótipos criados em torno do feminino, modelam a percepção do que é considerado um corpo feminino ideal, influenciando o comportamento das mulheres, assim como as expectativas da sociedade em relação a elas.

[...] essa repressão está profundamente firmada, possui raízes e razões sólidas, pesa sobre o sexo de maneira tão rigorosa, que uma única denúncia não seria capaz de libertar-nos; o trabalho só pode ser longo. E tanto mais longo, sem dúvida, quanto o que é próprio do poder – e, ainda mais, de um poder como esse que funciona em nossa sociedade – é ser repressivo e reprimir com particular atenção as energias inúteis, a intensidade dos prazeres e as condutas irregulares (FOUCAULT, 1988, p. 15).

Embora Foucault não tenha se concentrado exclusivamente na construção do corpo feminino, suas ideias sobre o poder, a sexualidade e as tecnologias de poder são relevantes para a análise dessa construção. Na citação acima, percebemos o quanto essa repressão, esses discursos de dominação estão enraizados na sociedade patriarcal e como o corpo feminino é objeto de disciplina e controle através de várias instituições sociais, como a medicina, a psiquiatria, a educação e a família. Essas instituições produzem discursos e normas que definem o que é considerado um corpo feminino "normal" ou "ideal", estabelecendo padrões de beleza, comportamento e sexualidade. Assim, as variadas contribuições do pensamento foucaultiano às teorias feministas nos proporcionaram entender o discurso como prática social, permeado pelas relações de poder, reforçado nas práticas cotidianas, meios jurídicos, costumes, sendo possível se criticar essa produção discursiva, desnaturalizá-la, problematizá-la e desconstruí-la.

As ideias e os valores difundidos pelo sistema patriarcal são responsáveis pela construção das identidades das mulheres, as quais se tornaram submissas a esse sistema, tendo de aceitar a subjetividade imposta. A História das Mulheres, como um campo de conhecimento, foi criado para romper essa perspectiva da submissão feminina na história e, especialmente, com o silenciamento imposto pela historiografia tradicional. Dessa maneira, a narrativa e a prática patriarcal de que as mulheres deveriam se limitar ao mundo doméstico, culminou na sua restrição ao lar e na sua privação em relação a questões públicas que, conseqüentemente, resultaram na submissão aos homens e no silenciamento na história. Posto isso, no decorrer do tempo, as mulheres viram suas histórias serem aniquiladas na historiografia escrita por homens. Michele Perrot (2005),

expõe que a religião foi outro fator essencial para que a conjuntura do sistema patriarcal e o silenciamento feminino se consolidasse socialmente, visto a limitação em que as mulheres são submetidas nesse âmbito. Desse modo, ela nos diz que

O silêncio é um mandamento reiterado através dos séculos pelas religiões, pelos sistemas políticos e pelos manuais de comportamento. Silêncio das mulheres na igreja ou no templo; maior ainda na sinagoga ou na mesquita, onde elas não podem nem ao menos penetrar na hora das orações. [...] Silêncio até mesmo na vida privada (PERROT, 2005, p. 10).

Aqui estudamos o poder a partir da crítica de Foucault, como “multiplicidade de correlações de força” (FOUCAULT, 1995). Segundo Michel Foucault, conforme citado por Cláudia Maia (2018, p. 365), “não há relação de poder em que as determinações estejam saturadas, a não ser quando o sujeito “pode se deslocar e, no limite, escapar”; “não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual”, sem insubmissão.” Desta forma, nos referimos a uma complementariedade de tarefas, uma divisão delas e, não, na ideia de que o homem é o provedor supremo do lar. Nesse sentido, Rita Laura Segato em seu artigo “Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial”, identifica a existência de uma organização patriarcal em sociedades indígenas e afro-americanas, porém podendo ser descrita como “um patriarcado de baixa intensidade”. Sendo assim – a partir do artigo – podemos pensar que as relações de gênero nas regiões mais à margem dos grandes centros urbanizados são mais baseadas na complementariedade do que na suplementariedade, que é mais característico do gênero ocidental.

Assim, podemos dizer que gênero é uma categoria usada para compreender e estudar a sociedade e as culturas a partir das relações de poder que rodeiam o feminino e o masculino. Segundo Scott (1995, p. 72), os estudos de “gênero” contribuíram para o surgimento de novas perspectivas, que buscam também pesquisar sobre a participação das mulheres nos acontecimentos históricos, assim haveria também uma revisão na história. Pois, o que as feministas reivindicavam não era apenas uma história das mulheres e sim uma nova história, dando ênfase à participação de todos, independentemente da classe, raça ou gênero. A autora esclarece que o termo “gênero” se tornou muito utilizado porque procura mostrar que a história das mulheres está relacionada à história dos homens, ou seja, não devem ser estudadas de forma isolada; tendo em vista que o termo “estudos de gênero” significa estudar as relações sociais e gênero seria então um termo utilizado para ampliar os estudos. Enquanto as mulheres são ligadas ao ambiente doméstico, por meio da delicadeza e da maternidade, o homem

é vinculado ao espaço público, ao poder e à liberdade. Os estudos de gênero são importantes, pois nos possibilita compreender as relações sociais desiguais de poder entre homens e mulheres e entender que essas diferenças não são naturais, sendo resultado de uma construção social que coloca o homem como superior à mulher.

Pensando as mulheres rurais numa perspectiva de inclusão produtiva e esses embates das relações de gênero, percebemos que elas não são consideradas, “e seu trabalho, confundido com as tarefas domésticas e auxiliares, torna-se assim invisível. Em suma, as mulheres não “contam”. E existe aí muito mais do que simples inadvertência. Ainda hoje, nos ministérios, é preciso insistir para que as estatísticas sejam sexuadas” (PERROT, 2005, p. 11). Devido à divisão sexual das atividades, normalmente é função do homem a responsabilidade do trabalho produtivo da agricultura, e à mulher é destinado o trabalho ligado aos cuidados domésticos e dos filhos. A divisão sexual do trabalho está, também, relacionada com a representação social do ser mulher e do ser homem na nossa sociedade, ou seja, em última instância, o valor social do trabalho é dado a partir de quem o executa e não pela natureza do trabalho em si.

Em estudos recentes, é possível perceber que os papéis de gênero e as relações de poder não são tão imutáveis e que o masculino não exerce tanta influência sobre o feminino, porém, não é possível generalizar, essas conclusões para toda a região, pois os estudos acerca dessa hipótese ainda estão em andamento. É possível identificar que há influência e há hierarquia, mas não igual em todos os lugares.

O corpo feminino traz consigo o enraizamento da cultura machista, que controla e detém o poder patriarcal, reforçando a desigualdade de gênero, que leva à distinção social hierarquizante. A conjuntura de desigualdade de gênero no meio rural está ligada com a naturalização do papel do homem e da mulher, que provém também de uma relação hierárquica dentro das famílias rurais. Essa distinção é condicionada socialmente através de vivências, símbolos e representações, e se constitui no cotidiano da dinâmica familiar. As mulheres rurais têm papel importantíssimo na agricultura familiar e as suas atividades cotidianas estão inteiramente relacionadas às suas famílias e a seus meios de produção, porém, mesmo se essas mulheres trabalharem fora do âmbito doméstico, isso gera para elas uma dupla jornada de trabalho, pois além de trabalharem fora, ainda têm de lidar com os afazeres domésticos, que não são consideradas trabalho.

A denominação de trabalho “pesado” e “leve”, defendido por Maria Ignez Paulilo (1987), concorda com a afirmativa de que o valor social do trabalho é dado a partir de quem o executa e não pela natureza do trabalho em si, mas é necessário compreender que essa diferenciação não é exata e possui determinantes culturais, pois o que é

considerado “leve” ou “pesado” depende da perspectiva social analisada. Nas atividades cotidianas das comunidades, mulheres e homens exercem trabalhos pesados, como cortar lenha, cuidar da roça, cuidar dos filhos, da casa e até transportar água. Porém, o que se pode ver, de acordo com (PAULILO, 1987), é que, a mulher é afastada dos trabalhos considerados mais importantes pelo masculino. Assim, o trabalho é considerado leve (e o salário é baixo), não pelas particularidades que o envolvem, mas pela posição que seus executores ocupam na hierarquia familiar, não importa quanto tempo ou força demande o trabalho, se for realizado por mulher é considerado leve. As relações sociais e econômicas são estabelecidas pelo princípio da reciprocidade e do parentesco, e estão mais voltadas para a reprodução do grupo doméstico e da comunidade. Ou seja, eu te ajudo hoje e quando eu precisar, você me ajuda; e, geralmente, o trabalho realizado pelas mulheres no âmbito produtivo é visto como “ajuda” ao marido ou à família. Pensando no “patriarcado de baixa intensidade”, as mulheres teriam uma certa liberdade para realizar seus objetivos para além da roça, contribuindo com uma maior renda familiar.

É importante para as mulheres rurais e também é descredibilizado pela sociedade a valorização do trabalho que é realizado na terra pelas mulheres, sendo este invisibilizado e, como dito, é classificado, na maioria das vezes, como “ajuda” ou como trabalho “leve”, em oposição ao exercido pelos homens, que é considerado trabalho “pesado”. As mulheres contribuem nas atividades produtivas, mas essa contribuição dificilmente se dá em uma via de mão dupla nas atividades domésticas. Assim, podemos perceber o quanto o trabalho feminino no meio rural é desvalorizado e como pessoas de má fé se apropriam para contribuir ainda mais com essa desvalorização, pois, “trabalhando bastante, não fazendo questão de registro, não dando queixa na justiça, concordam em receber menos por jornada”, e como o sustento da casa seria função do homem, a mulher “emprega-se apenas para ‘ajudar em casa’, ganha só ‘um dinheirinho a mais’” (PAULILO, 1987, p. 3).

Dentro de toda essa conjuntura discutida, percebemos que a situação das mulheres rurais é muito marcada pelo trabalho excessivo e o pouco reconhecimento. Mesmo que as mulheres se dediquem integralmente aos trabalhos domésticos e à roça, no dia a dia sofrem a invisibilidade social, falta de reconhecimento como trabalhadoras e até mesmo cidadãs. Desta forma, reconhecer e valorizar as atividades desenvolvidas pelas mulheres é uma maneira de fazer com que elas se tornem visíveis, mostrando que elas estão ali e que são ativas na sociedade.

O serviço realizado pelas mulheres rurais (cuidar da roça, produzir queijo, cultivar horta, criação e venda de animais de pequeno porte) passa a ser visto de fato como um

trabalho pelas outras mulheres, nas quais realizam essas mesmas práticas (às vezes diferentes) e isso gera uma representação a esse grupo de mulheres, impactando como elas veem a si e seu mundo. Isso influencia diretamente como a comunidade e a família se relacionam com elas. Mostrar que tem mulheres rurais atuando numa perspectiva de inclusão produtiva, fazendo com que seu trabalho seja reconhecido e visto como uma geração de renda, com expectativa da melhora da qualidade de vida da comunidade é capaz de mudar toda uma dinâmica social e de organização. É possível pensar que o impacto dessa produtividade cause nas relações das mulheres rurais com seus respectivos companheiros, uma divisão das tarefas do lar, consciência do trabalho realizado por elas e da autonomia que elas detêm, por exemplo. Na comunidade, é possível pensar que essas representações levem essas mulheres a participarem das tomadas de decisões políticas e até de figura de liderança. Assim, o trabalho remunerado e o reconhecimento deste, possui uma importância significativa em uma sociedade capitalista, que por vezes exclui a participação da mulher. O acesso a uma renda própria advinda de seu esforço e trabalho, pode fazer com que as mulheres se tornem independentes de seus maridos e mais atuantes nas decisões que envolvem tanto o âmbito doméstico como a sociedade de modo mais amplo. Os conceitos apresentados nos ajudam a pensar melhor sobre a dinâmica do mundo rural, do trabalho e da sua divisão nesse mundo, até então, a ser explorado.

Referências

BORGES KEMPF, Renata; WEDIG, Josiane Carine. **Processos de resistência de mulheres camponesas: olhares pela perspectiva decolonial**. Mundo agrário, v. 20, n. 43, p. e111, 2019.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**. V. 1 A vontade de saber. 11 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

MACLAREN, Margareth A. Políticas de identidade: sexo gênero e sexualidade. In: ___. **Foucault, feminismos e subjetividade**. São Paulo: Entremeios, 2016, p.155-190.

MAIA, Cláudia de J. **Bravas e insubmissas: mulheres e gênero na literatura memorialista do sertão norte-mineiro**. Tempo e Argumento, Florianópolis, v.10, n.25, p.358-384, jul./set.2018.

PAULILO, M. I. **O peso do trabalho leve**. Revista Ciência Hoje, Rio de Janeiro, v. 5, n.28, p. 64-70, 1987.

PERROT, Michelle. Introdução. In: _____. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005, p. 9-26.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 1ªed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade. Porto Alegre, vol. 20, n. 2, Jul./Dez. 1995.

SEGATO, Rita Laura. **Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial**. Trad. de Rose Barboza. e-cadernos [online], Coimbra, n. 18, 2012.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

LITERATURA E IMPRENSA: A ESCRITA COMO FERRAMENTA POLÍTICA PARA REIVINDICAR A EMANCIPAÇÃO FEMININA NO RIO DE JANEIRO EM MEADOS DO SÉCULO XIX.

Candida Victoria Pereira de Souza⁷¹

Esta pesquisa visa, examinar o romance “*La familia del Comendador*” veiculado no periódico portenho *Álbum de Señoritas*, bem como sua autora Juana Paula Manso de Noronha, argentina que encontrou asilo no Brasil e suas ações, como a criação do primeiro periódico escrito e dirigido por mulheres no Rio de Janeiro, *O Jornal das Senhoras*, fundado em 1852.

Nesse sentido apresentaremos as dificuldades enfrentadas por essas mulheres de meados do século XIX, especialmente de Juana Paula Manso e o que a levou a utilizar a escrita como ferramenta política para buscar a emancipação das mulheres. Desse modo, conforme ressalta a autora Giovanna G. Benedetto Flores, é necessário fazermos um recuo para compreendermos um pouco acerca do contexto social. Conforme a autora:

Meados do século XIX, início do ano de 1852. O Brasil tinha praticamente acabado de proclamar sua independência de Portugal, e a imprensa brasileira estava ainda engatinhando. A nação que ainda estava se formando, já nascia marcado pelas diferenças: um país de iletrados, de escravos e de injustiças sociais. E as mulheres faziam parte dessa classe oprimida e sem direitos a expressar seus pensamentos. (FLORES, 2014, p. 1).

É contra a situação de opressão que Manso resolve se posicionar. Juana Paula Manso de Noronha nasceu em Buenos Aires, na Argentina em 1819, foi obrigada a enfrentar o exílio, no Uruguai com sua família, devido à ditadura de Juan Manuel de Rosas, posteriormente pela aproximação do presidente do Uruguai com o do ditador, se exilam novamente em outro país, o Brasil. Juana possuiu acesso à educação e esse privilégio em um período à qual as mulheres não possuíam muitos direitos, aliado ao olhar sensível adquirido pelo exílio fizeram com que ela percebesse que a educação era essencial para transformação social.

Ela vislumbrou um meio na imprensa para expressar seus pensamentos e auxiliar outras mulheres. Entretanto, apesar de sua condição social e sua educação, a manutenção dos periódicos também possuía suas dificuldades, conforme ressalta a autora Joelma Varão Lima.

⁷¹Mestranda em História, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Bolsista CAPES.
E-mail: yick54433@gmail.com

Havia muitas dificuldades para manter um periódico nesse período histórico. O público era restrito, pois a maioria da população era analfabeta –embora um leitor pudesse ler para o outro –, além do alto custo para confeccionar um jornal, já que a produção exigia maquinário importado e mão de obra qualificada (LIMA, 2014, p.398).

Diante dessas dificuldades, algumas estratégias foram utilizadas, como “uma relação dialógica com os artigos de jornais e folhetins, analisando-se inclusive as cartas das leitoras publicadas no jornal” (LIMA, 2014, p.398). Além disso, contava com “seções de Moda, Belas Artes, Teatro, Crítica, Música e Folhetins” (LIMA, 2014, p.398). Essas táticas foram usadas para atrair o público feminino e aquelas que passaram a contribuir na edição do jornal.

Eram mulheres da elite que almejavam a ilustração feminina, reivindicando um espaço e um direito que consoante os padrões da época não lhes pertencia. Nessa perspectiva, há uma mudança no discurso apresentando por esse periódico, no sentido de incentivar as mulheres a buscar a ilustração.

E para nos auxiliar a pensar acerca da imprensa, nos apoiaremos na autora Tania Regina de Luca. Conforme a autora, apesar de reconhecido o potencial dos impressos como fonte para história, durante muito tempo, foram ignorados por não serem considerados neutros, fidedignos e verdadeiros.

Nesse contexto, os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas "enciclopédias do cotidiano" continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas (LUCA, 2008, p. 112).

É a partir de 1970 que a imprensa passa a ter a atenção dos historiadores como objeto de estudo, consoante Tania Regina de Luca e essa mudança, é fundamental para que posteriormente ela pudesse ser utilizada como fonte de estudo. Nesse caso, alguns cuidados são essenciais para análise dessa fonte, conforme ressalta a autora:

Condições materiais e técnicas em si dotadas de historicidade, mas que se engatam a contextos socioculturais específicos, que devem permitir localizar a fonte escolhida numa série, uma vez que esta não se constitui em um objeto único e isolado. Noutros termos, o conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação na história da imprensa, tarefa primeira e passo essencial das pesquisas com fontes periódicas (LUCA, 2008, p. 139).

Assim, ao observar a característica da maioria dos periódicos do século XIX, Tania Regina de Luca constatou que: “O caráter doutrinário, a defesa apaixonada de ideias e a

intervenção no espaço público caracterizaram a imprensa brasileira de grande parte do século XIX, que, é bom lembrar, contava com contingente diminuto de leitores, tendo em vista as altíssimas taxas de analfabetismo” (LUCA, 2008, p. 112).

É em nome dessa paixão por defender suas ideias e com a saída de Juan Manuel de Rosas do governo, que Manso retorna para a Argentina e com a experiência advinda do *Jornal das Senhoras*, ela funda o periódico portenho *Álbum de Señoritas*, que contém seu romance histórico *La familia del Comendador* ambientado no Rio de Janeiro, retratando a elite carioca.

A obra conta a história do Comendador Gabriel das Neves, que seguia todos os conselhos de sua mãe, Dona Maria, viúva e considerada uma mulher perversa, era casado com Dona Carolina, com quem tinha três filhos: Mariquita, Gabriela e Pedro.

A história se desenvolve diante do plano de Dona Maria de casar sua neta Gabriela com seu tio Juan, mentalmente doente, a fim de manter a fortuna na família, com a recusa de Gabriela esta vê como sua única alternativa a fuga para um convento, posteriormente ao final do romance é resgatada por quem ela realmente amava Ernesto de Souza um estudante de Medicina.

Conforme a autora Regina Simon Silva, “Essa seria uma típica história de amor escrita, sob medida, para agradar o público feminino da época; porém, Manso se vale de um roteiro aparentemente inocente para denunciar os horrores da escravidão dos negros no Brasil (...)” (SILVA, 2020, p. 213). Através das personagens Alina, Don Juan e Camila que Juana Manso tece essas denúncias.

Juan é considerado um personagem ilustrado, fora enviado para Europa antes do falecimento de seu pai, após esse acontecimento é convocado a retornar para casa para tomar conta dos negócios da família, mas seu pensamento e o de sua mãe convergiam muito, ele era abolicionista e ela escravocrata.

Essas divergências fizeram com que Dona Maria castigasse seu filho da mesma maneira que ela fazia com os escravos, a consequência desse ato fez com que Juan ficasse muito doente e perdesse a memória. Ainda assim, a autora afirma que Camila, uma escravizada que administrava os engenhos que eram propriedade da família, havia se apaixonado por Don Juan e desse relacionamento nasceram dois filhos: Emília e Maurício.

É interessante ressaltar que a personagem Camila só teve a administração por conseguir a confiança de Dona Maria e se destacou por sua inteligência. E por esse motivo também ficou responsável pelos cuidados de Juan. A seus filhos foi permitido o acesso ao estudo, pois, era conveniente a sua avó que desejava ter em sua família um

médico ou um padre, apesar disso continuaram reclusos no engenho da família, vivendo com o pai e a mãe, longe dos demais parentes que viviam na corte do Rio de Janeiro.

Ao sentir sua fortuna ameaçada pela relação entre Camila e Juan é que Dona Maria decidiu casar Gabriela com o tio para não permitir que Camila e seus filhos tivessem direito na fortuna do pai. Gabriela, apesar da pouca idade, é descrita com mais sensatez que sua mãe e avó, por apresentar compaixão com relação ao tio, aos primos e aos escravizados. Ademais também já estava apaixonada pelo estudante de Medicina Ernesto de Souza, que conheceu nos bailes que frequentava com sua família na corte.

Para fugir do casamento arranjado pela avó, Gabriela fugiu para o convento à noite, pois, haviam levado Juan para corte, porque toda família estava de acordo com o casamento, exceto Gabriela que ao sair confidenciou esta fuga apenas a sua dama de companhia, a escravizada Alina, que sofre junto por esse destino cruel. É por meio de Alina, também, que Juana Manso denuncia à escravidão no Brasil ao apontar o encontro desta com Carolina, no dia seguinte a fuga de Gabriela.

Conforme Manso, para conseguir descobrir onde sua filha estava, Dona Carolina submete a escravizada a todo tipo de tortura, começou com a palmatória e continuou com açoites até o desfalecimento desta. Foram os gritos de Alina que despertaram Juan e fizeram com que ele voltasse à memória.

Com a melhora repentina de Juan, Manso relata no romance que Dona Maria adoece e ao perceber que estava perto o seu fim, recebe a visita de um missionário que a orienta a fazer um testamento e reparar seus erros. Assim ela consegue se reconciliar com seu filho e pedir perdão pelos seus atos, recomenda ao filho e a nora que permitissem a Gabriela a escolha de seu marido e devolve a liberdade aos escravizados, especialmente os que mais sofreram com ela. Também reconhece seus netos escravizados e nora e reparte igualmente entre eles sua herança.

E finalizou o romance informando o leitor que Mariquita, a filha do Comendador, havia se apaixonado por seu primo, Maurício. Com essa afirmação a autora ressalta que esse relacionamento espantou a Dona Carolina, mãe de Mariquita, e incomodaria suas leitoras que conforme a autora Regina Simon Silva:

Juana Manso estava certa. As leitoras românticas não estavam preparadas para um romance comprometido ideologicamente com questões tão complexas como a escravidão, o racismo e as relações familiares, baseadas no abuso de poder. Em consequência de uma visão tão revolucionária para a época, o romance, assim como sua autora, foram esquecidos pelo público argentino, e o Brasil não chegou a conhecer essa obra – da qual é personagem principal – no momento de sua publicação (SILVA, 2020, p. 220).

Desse modo, visamos demonstrar nestas páginas o uso da imprensa feito por Juana Paula Manso, como uma ferramenta política para alcançar seu objetivo que era a emancipação feminina. Através da utilização dos periódicos fundados tanto aqui no Brasil quanto na Argentina, Manso apresentou sua proposta e em suas obras nos apresentou mulheres fortes e instruídas, desenhando assim, também nos romances, sua meta com a publicação de suas ideias.

Referências

FLORES, Giovanna G Benedetto. O Jornal das Senhoras e a subjetivação do feminino no jornal dedicado as mulheres. **Historiografia da Mídia integrante do 5º Encontro Regional Sul de História da Mídia – AlcarSul**, [s. l.], 27 mar. 2020. Disponível em: <http://alcarsul2014.sites.ufsc.br/wp-content/uploads/2014/10/gthistor.dc-1.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2023.

LIMA, Joelma Varão. O jornal das Senhoras, um projeto pedagógico: mulher, educação, maternidade e corpo (Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX). **Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 45, 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/15023>. Acesso em: 01 jun. 2023

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**: São Paulo: Contexto, 2008, v. 1, p. 111-153.

NORONHA, Juana Paula Manso de. Álbum de Senõritas, Buenos Aires, 1854. [Disponível no acervo da Biblioteca Nacional de la República Argentina].

SILVA, Regina Simon da. La familia del Comendador: um retrato do Brasil do século XIX, por Juana Manso. Contexto, Vitória, 27 out. 2020. DOI ISSN 2358-9566. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/contexto/article/view/30163>. Acesso em: 1 Jun. 2023.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

MAPPLETHORPE E O BDSM: UMA ANÁLISE DE SUA OBRA (1977-1978)

Isaac Vinicius Veloso Ramos⁷²

Descrito por Eileen Myles, em sua obra *Chelsea Girls* (1994), como intenso e criativo, Robert Mapplethorpe (1946-1989) foi e continua sendo uma figura expoente para a arte contemporânea estadunidense. Seu nome é marcante, principalmente, por se tratar de um representante *queer*⁷³ em contexto contracultural (segunda metade do século XX), período de grande produção para o artista. É considerado visionário e sua incomodativa obra pode ser um dos indicativos disso. A sua marca registrada foi o preto & branco, uma maneira estratégica de fincar sua narrativa estética e elucidar o que havia de mais interessante em seus objetos fotografados.

O Robert Mapplethorpe era fofo. O tipo de cara que eu gosto, com cara de malvado e cabelo encaracolado. As músicas da Motown tocavam o tempo inteiro. Só por isso você diria que ele era uma bicha. Digo, as fotos dos homens negros se relacionavam com uma época recheada de anfetamina e minimalismo. Tudo era uma boa ideia. Uma mulher com grandes músculos. Vamos tentar. Vira a cabeça. Olha pra mim. Não olha pra mim. Vira o queixo. Devagar. Olha pra frente. Pra baixo. Ótimo. Pronto (MYLES, 2019, p. 210).

Robert Mapplethorpe foi um fotógrafo perfeccionista, idealizador e pensativo. Obras como *Philip Prioleau* (1979), *Lisa Lyon* (1981) e *Calla Lily* (1987) são apresentadas ao mundo em suas mais específicas particularidades. Philip, um homem negro, é marcado por experiências, desejos e traumas que não são, nem poderiam ser, traçados em uma narrativa protagonizada por Lisa Lyon, mulher e fisiculturista. Os personagens expostos, vulneráveis, nus, pouco se relacionam com Calla Lily, apenas uma orquídea fotografada, sem grandes expressões, mas composta por uma evidente delicadeza.

O universo imagético criado por Mapplethorpe é repleto de composições complexas e aleatórias. Em uma proposta filosófica, o artista nos convida a pensar sobre o formato das coisas e as capacidades representativas de seus cenários. De fato, existem grandes diferenças entre as obras citadas, contudo, Mapplethorpe representa corpos em camadas e formas distintas, provocando uma conversa entre seus objetos fotografados, despidos de cor e cobertos de naturalidade. Além, é claro, de um sistema de referências aplicadas de maneira sutil e elegante.

⁷² Mestrando em História Social pelo Programa de Pós-graduação em História Social na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Bolsista CAPES. E-mail: isaacvvelosor@gmail.com.

⁷³ A palavra significa “estranho” e sempre foi usada para ofender a comunidade LGBTQIA+. No entanto, ela foi ressignificada e, hoje, é uma forma de designar as pessoas que não se encaixam nos padrões da heterocisnormatividade e da cisgeneridade.

Foi nos corredores do famoso Chelsea Hotel⁷⁴ que o artista se descobriu fotógrafo e entendeu que poderia desenvolver suas criações através dos retratos. Era comum que o hotel abrigasse artistas em troca de suas próprias produções, uma vez o local se constituía como uma espécie de museu e fazia com que as obras expostas fossem um de seus principais atrativos. Leonard Cohen, Janis Joplin e Andy Warhol são nomes de muito peso para o desenvolvimento cultural norte-americano e, assim como Mapplethorpe, iniciaram suas carreiras no espaço *underground*.

En el Chelsea la posibilidad incesante es la de estar sin fijarse, aunque incluso se esté mucho tiempo. La transitoriedad de los cuerpos que allí circulan, siempre en proceso, siempre llegando, siempre yéndose, siempre mutando, siempre reinventándose, deja ocurrir ese episodio en el que, antes de las operaciones *queer* (políticas, teóricas, etcétera) las identidades ya fueron experimentadas como un tránsito y una apertura permanente (GASPARRI; MARTÍ; 2017, p. 43).⁷⁵

O hotel também é descrito como um antro enérgico e diversificado, muito propício para a fluência *queer*. Contudo, uma característica que chama a atenção na obra de Robert Mapplethorpe é sua relação de extrema intimidade com a poetisa *punk* Patti Smith – algo evidente em fotografias, relatos e, posteriormente, elucidado na obra memorialística da artista (O livro *Só Garotos*, de 2010). Juntos, o casal compreendia o hotel como uma oportunidade de se emanciparem genealogicamente e, conseqüentemente, se desenvolverem como profissionais e artistas. É também, nesse sentido, que Smith se torna compositora e a primeira modelo fotográfica de Mapplethorpe.

Através de obras como *Mapplethorpe: A Biography* (1995) de Patricia Morrisroe ou *Só Garotos* (2010) de Patti Smith é possível entender como se desenvolvia as dinâmicas criativas do fotógrafo e como o peso de sua obra ocasionou rupturas sociais, provocações sistêmicas e, além disso, fez com que o movimento *queer* se sentisse representado e parte constituinte da sociedade. Em um período conservador, midiaticamente heterossexista e controlado por um discurso de ódio contra grupos silenciados e excluídos historicamente.

Nesse ínterim, muito se questiona o paradeiro de Robert Mapplethorpe dentro das subculturas e como, ou quando, ele se envolveu tão profundamente com a comunidade sadomasoquista. Ainda nas obras citadas anteriormente ou em produções cinematográficas que retratam sua história, é possível identificar um fascínio exacerbado

⁷⁴ Chelsea Hotel é um histórico hotel da cidade de Nova York.

⁷⁵ Tradução: No Chelsea a possibilidade incessante é ficar sem fixar-se, mesmo que fique por muito tempo. A transitoriedade dos corpos ali circulando, sempre em processo, sempre chegando, sempre indo, sempre mutando, sempre se reinventando, faz com que ocorra aquele episódio em que, antes das operações *queer* (políticas, teóricas, etc.) as identidades já eram vivenciadas como um trânsito e uma abertura permanente.

do fotógrafo por padrões, objetos e entidades “proibidos” socialmente. O que justifica, de certo modo, seu acervo tão diversificado e representativo.

Outro ponto importante de ser considerado é o contexto histórico ao qual o artista estava inserido, algo abordado em suas imagens que, teoricamente, são controversas. Essa contradição é, sem dúvidas, um resquício da Liberação Gay da década de 1970 e, além disso, é uma das faces do pós Rebelião de Stonewall⁷⁶ que propagou a mensagem libertária não heterossexual. Contudo, o movimento contracultural e os discursos *punks* também estavam em alta, o que contribuiu para a circulação de estéticas alternativas, propagando a liberdade sexual e indo contra narrativas higienistas.

Portanto, devido ao grande número de coletivos e movimentações culturais, é evidente a fragmentação e as novas constituições sociais que, conseqüentemente, acarretaram ao desenvolvimento das subculturas. Esse tema é amplamente discorrido nas produções fotográficas de Robert Mapplethorpe que, em decorrência de seu tempo, se insere nas subculturas *queer* e BDSM⁷⁷. Assim, o artista entende como necessário arquitetar a sua arte em uma perspectiva sexual que aponta o dominador e submisso, ativo e passivo, masculino e feminino, ambigüamente, manifestando os corpos através da subversão.

Mapplethorpe também apresenta o seu interesse nas camadas, simbolismos e rituais de estética masculina. O que, propositalmente, se exprime através de corpos gays. Esses modelos, homens trajados de couro ou látex, muitas vezes manifestavam a masculinidade através de signos sociais empregados ao corpo do homem heteronormativo. Isso é justificado como uma estratégia de camuflagem da própria narrativa gay setentista que pensava o corpo do homem como uma maneira convencional de ser/estar, contudo, já existia uma desconstrução desse estigma por parte do próprio movimento:

A Liberação Gay nos anos 70 lançou uma vigorosa crítica tanto dos estereótipos convencionais dos gays quanto da masculinidade convencional, vistos como fontes de opressão. (...) Esse movimento está baseado na forma principal de masculinidade subordinada na presente ordem ocidental de gênero (CONNELL, 2013, p. 11).

Nesse sentido, nota-se que o interesse de Robert Mapplethorpe na subcultura BDSM também se expõe em detrimento dos padrões estéticos e performáticos por parte

⁷⁶ Em 1969 a polícia de Nova York invade o bar gay Stonewall Uprising, em Greenwich Village. Os frequentadores se recusam a ir presos e começa uma rebelião que se tornaria um marco histórico na luta pelos direitos dos homossexuais.

⁷⁷ BD: Bondage e Disciplina; DS: Dominação & Submissão; SM: Sadomasoquismo e a estas práticas somam-se algumas outras, tais como: fist fucking, fetichismo, inversão de papeis.

dos homens gays e praticantes sadomasoquistas. O que, conseqüentemente, o levou a concretizar esses cenários em produções imagéticas. É nesse momento, em meados da década de 1970, que o artista se vê submerso ao universo homoerótico e se infiltra em boates, prostíbulos e saunas, em busca de homens que representassem a estética, os significados e narrativas que elucidavam suas principais curiosidades em torno desse grupo social.

Sendo assim, entender as interfaces sadomasoquistas é, acima de tudo, refletir sobre jogos de poder, narrativas e dor em contextos consensuais – algo priorizado na obra – e, além de tudo, torna-se acessível à inteligibilidade artística proposta pelo fotógrafo. Contudo, também é interessante pensar a subcultura sadomasoquista enquanto política, reflexo de posições hierárquicas e de disciplinas corporais, uma vez que códigos ficam evidentes em representações e imaginários ilustrativos como no caso do retrato. É, sem dúvidas, um dispositivo de identidade e criação explorado pelo artista.

Diante disso, propõe-se uma desmistificação acerca da cultura BDSM que é vista historicamente como ato de perversão. Assim, torna-se necessário abordar esse tema para além dos estereótipos, compreendendo esse estigma enquanto práticas e jogos de prazer, atitudes performáticas e consentidas. Para Foucault (2004, p. 271), o BDSM é a erotização do poder e de relações estratégicas. É uma prática que desencadeia sobre a criação do prazer e, por isso, é uma subcultura por fazer parte de um processo de invenção.

Havia, na Idade Média, por exemplo, a tradição do amor cortesão, com o trovador, a maneira que se instauram as relações amorosas entre uma dama e seu amante, etc. Tratava-se, também, de um jogo estratégico. Este jogo é retomado, hoje, entre garotos e garotas que vão dançar sábado à noite. Eles colocam em cena relações estratégicas. O que é interessante é que, na vida heterossexual, essas relações estratégicas precedem o sexo. Elas existem seguindo a finalidade de obter sexo. No S&M, por outro lado, essas relações estratégicas fazem parte do sexo, como uma convenção de prazer no interior de uma relação particular (FOUCAULT, 2004, p. 271-272).

Pensando essa possibilidade estratégica e as nuances que aparecem simbolicamente nas práticas sadomasoquistas. É perceptível que esse discurso está inserido nas produções fotográficas de Robert Mapplethorpe e, portanto, propõe-se uma análise de sua obra na temática BDSM que consiga expor o detalhamento de seu processo artístico em uma perspectiva não heterossexual. Assim, apontando o corpo do homem gay masculino como um de seus principais objetos de estudo por ir de encontro a transgressão do normativo datado do século XX que, conseqüentemente, se dissemina através da liberação sexual *queer*.

Isto é, seguindo a ideia de que fotografia é um documento histórico que deve ser questionado e, minunciosamente, analisado. Todo o corpo da imagem, desde o cenário aos detalhes de composição, precisa ser passado por considerações importantes como a cronologia e a linearidade imagética. Assim, através de três premissas, procura-se entender os códigos expressos na foto (corte temático e temporal), significados, características e elementos ahistóricos. Contudo, precisa-se entender a foto como resultado de construção de sentido e, por último, perceber as ações técnicas, estéticas e o seu sentido social. Esse aparato é muito bem desenvolvido metodologicamente em uma perspectiva histórico-semiótica, proposta da historiadora Ana Maria Mauad.

Em suas imagens, Mapplethorpe parece estar preocupado em trazer questionamentos que ilustram a ambiguidade sexual, predadora e simbólica dos sadomasoquistas. Assim, obras como *Nick* (1977), *Ken NYC* (1977) E *Jim and Tom, Sausalito* (1978) expõe traços completamente opostos e, ao mesmo tempo, complementares. Nesse sentido, ele trás o seu clássico senso estético voltado ao preto & branco, característica importante que resulta em um ar artístico e elegante, evidenciando contornos, expressões e narrativas subversivas.

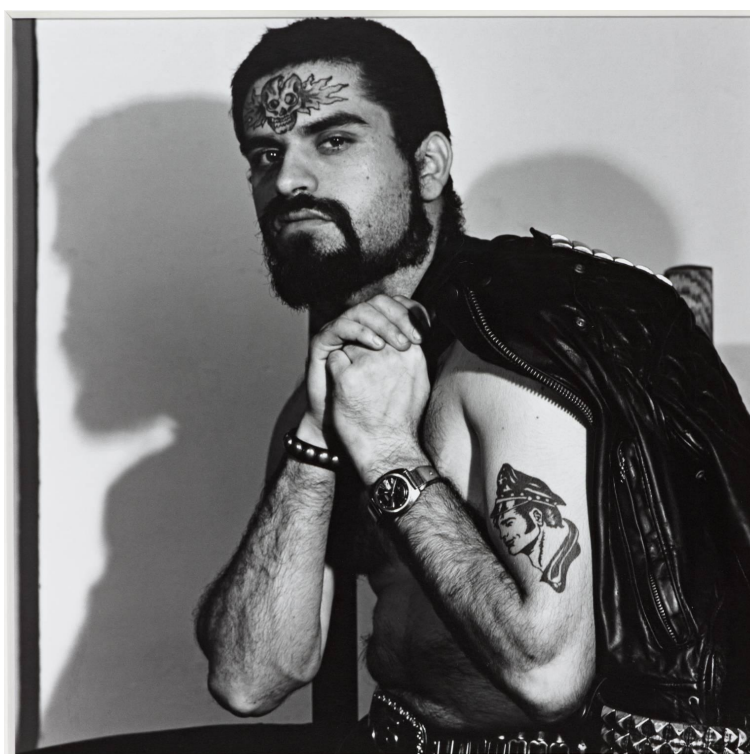


Figura 1: “Nick” (1977). Robert Mapplethorpe. Fotografia, impressão de prata gelatina sobre papel. Suporte: 341 × 342 mm. Quadro: 612 × 587 × 38 mm Coleção: Tate e National Galleries of Scotland. Copyright: © Robert Mapplethorpe Foundation.

Nick Bienes é um dos modelos apresentados por Mapplethorpe. O homem de expressão fechada elucida características convenientes ao mundo BDSM. Aqui, a sua silhueta robusta é um dos pontos mais chamativos que, conseqüentemente, é deixada ainda mais em foco por detrimento de sua sombra refletida na parede. Algo comum e muito utilizado na obra de Mapplethorpe, técnica promovida pelo jogo de luzes do artista. Ele segura uma jaqueta de couro, exhibe o seu peitoral, cinto metálico e pelos espalhados pelo corpo. As tatuagens de Bienes também alimentam um sentido de construção indenitário, o que se pode perceber devido ao uso da ilustração masculina em seu braço e a caveira em chamas exposta em sua testa.

Com a liberação sexual da década de 1970, a imagem do gay em geral se disseminou por meio do movimento Glam Rock como figura andrógina ou, em contraponto, mediante uma supermasculinização do corpo gay. Isto se dava, de certa forma, porque a própria comunidade negava a aparência afeminada, supervalorizando as características exteriores de masculinidade: músculos fortes, bigodes, barbas e cavanhaques, corpos mais peludos, roupas e jaquetas de couro, jeans, camiseta (a roupa de motoqueiro) e indumentária característica da subcultura sadomasoquista, evidenciada pela comunidade gay de São Francisco (GHANDOUR, 2008, p. 71).

Essa afirmativa proposta por Ghandour se apresenta em Nick Bienes, mas se desmonta na fotografia de Ken, afinal, essas diferenças são apresentadas pela caracterização do modelo que se exhibe de maneira vulnerável, incomodativa e perturbadora. Em uma narrativa oposta a Bienes, Ken aparece com a língua cerrada aos dentes e o bigode ralo. Está completamente despido, sentado no chão em uma posição entojada com as pernas dobradas e abertas. Seu pênis é enfeitado por um anel peniano.



Figura 2: “Ken NYC” (1997). Robert Mapplethorpe: Portfólio X. Impressão de prata gelatina em tom de selênio.

Imagem: 19,68 x 19,68 cm. Folha: 33,66 x 32,38 cm. Assinado e numerado a lápis no verso do suporte.

Copyright: © Robert Mapplethorpe Foundation.

Ele expõe um peitoral coberto por cicatrizes, duas delas formam as letras “TL” e os mamilos parecem conter alguns curativos ou apetrechos indetectáveis. A imagem é muito sugestiva, ela acontece em um diálogo expressivo entre o rosto, mãos e pés que se misturam ao movimento das sombras. O jogo de luzes e a falta de objetos tornam o ambiente sombrio e causam aflição.

Segundo Morrisroe (1995, p. 200), Mapplethorpe procurou conhecer a subcultura sadomasoquista e documentar cenas com homens gays antes de se interessar por pessoas com gostos extremos e “loucos”. A autora indica que essas pessoas eram homens cujas inclinações sexuais incluíam mutilação corporal. Neste sentido, ela caracteriza Ken como um sujeito que gostava de ver as pessoas esculpindo suas iniciais em seu próprio corpo.



Figura 3: "Jim and Tom, Sausalito" (1978). Robert Mapplethorpe. Impressão de prata gelatina em tom de selênio. Dimensões: 19,5 × 19,5 cm (7 11/16 × 7 11/16 pol.) Copyright: © Robert Mapplethorpe Foundation.

Em Jim and Tom, Sausalito apresenta-se dois homens se relacionando em uma cena pouco convencional, mas que aponta a ideia de consensualidade disseminada por praticantes BDSM. É importante ressaltar que neste caso, diferente de outras fotografias de Robert Mapplethorpe onde nota-se certa programação e preparo, os modelos sentem-se livres em expor uma face pouco comentada acerca das políticas sexuais da subcultura sadomasoquista. Enquanto o ato acontece, percebe-se que existe certa

performatividade entre os rapazes. O dar e receber são consensuais, Mapplethorpe consegue representar essa convicção com bastante técnica e impacto, causando repulsa e outras sensações.

Jim & Tom, Sausalito é uma fotografia de 1978. Ela consegue transparecer confiança e intimidade entre os modelos que apresentam o espetáculo do *golden shower*, atitude a fim de causar prazer em urinar no parceiro ou receber dele jatos de urina em um contexto sexual. Apesar de muito se especular acerca de práticas não convencionais em rituais do universo BDSM, a “chuva dourada” se diferencia em justa posição por não ser uma prática referência e habitual ao se pensar nos jogos de prazer propostos por esta subcultura.

Essas breves análises expõem parte do universo de Robert Mapplethorpe que é complexo e repleto de sinais, objetos e símbolos que estão presentes em sua obra de maneira extensa e artística. Além disso, evidencia a fotografia como fórmula da arte, algo pouco considerado no século XX e desmistificado por artistas da época. Assim, Mapplethorpe se finca na história homoerótica como uma espécie de reprodutor, representante e escritor da memória de grupos marginalizados, como é o caso da subcultura BDSM. Portanto, é bem visto por integrantes desses corpos sociais.

Evidentemente, Bienes e Nick, assim como Jim e Tom, são apresentados de diferentes maneiras. Isto é, uma característica de Robert Mapplethorpe, que parecia procurar reproduzir imagens distintas e ao mesmo tempo complementares. Afinal, o que une todos esses personagens são as práticas sadomasoquistas que, nesta obra, é abordada através da diversidade sexual, estética e contemporânea. Compreende-se que o fotógrafo e os questionamentos abordados por ele são de extrema importância para a história da arte fotográfica por subverter as relações sociais de sua época em um jogo de poder caracterizado pelo BDSM.

Nesse sentido, não restam dúvidas de que sua criação está cercada de interrogações, por cumprir provocações, pensamentos e quebrar padrões. Além disso, também é importante legitimar a sua obra enquanto agente memorialístico por abrir espaços e permitir que as subculturas se vejam representadas socialmente. Assim, Robert Mapplethorpe contribuiu para a preservação das identidades *queer* que, na segunda metade do século XX, viviam processos de resistência e constituíam, aos poucos, o seu direito de existir.

Referências

CONNELL, Robert W. **Masculinidade hegemônica: repensando o conceito**. Florianópolis: Estudos Feministas, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade**. Tradução do francês: Wanderson Flor do Nascimento. Verve, n. 5, 2004, p. 271-272. Disponível em: <https://bit.ly/2KU5k6y>. Acesso em: 06/12/19. Disponível em: <https://bit.ly/2KU5k6y>. Acesso em: 06/08/2023.

GASPARRI, Javier y MARTI, María Eugenia. **Configuraciones orgiástico-literarias del Chelsea Hotel: un espacio queer antes de lo queer**. Mora (B. Aires) [online]. 2017, vol.23, n.1 [citado 2023-08-31], pp.41-52. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1853-001X2017000100003&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 06/08/2023.

GHANDOUR, Kassem Mahamad. **“Marujos a bordo”: o desejo homoerótico, a estética Campe à moda de Gaultier**. 2008. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura). Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2008.

MORRISROE, Patricia. **Mapplethorpe: A Biography**. 1 ed. Grupo Editorial Record, 1995.

MYLES, Eileen. **Chelsea Girls: Um Romance**. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2019.

SMITH, Patti. **Só Garotos**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

MEMÓRIAS FEMININAS E PATRIMÔNIO CULTURAL: PROBLEMÁTICAS E DISPUTAS EM SÃO FRANCISCO, MINAS GERAIS

Cíntia Aparecida Amaral da Silva⁷⁸

Filomena Luciene Cordeiro Reis⁷⁹

Introdução: começando a pensar sobre a temática

A cultura relaciona-se diretamente com a identidade de uma população e, através dela, o sujeito se identifica pertencente a uma determinada comunidade, seja pelo fato da ancestralidade ou interação adquirida com a convivência no cotidiano. Os modos de viver são importantes na formação pessoal e moral do sujeito, dado o seu caráter social, proporcionando a expansão das suas potencialidades na sociedade onde se encontra inserido. As manifestações tradicionais de uma comunidade constituem representações e/ou vivências, tanto materiais como imateriais, as quais são, muitas vezes, denominadas de patrimônio cultural, denotando importância por causa do lugar ou elemento de memórias, gerando sentimento de pertencimento (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2012).

A Constituição Federal da República do Brasil de 1988 (CFRB/1988) ampliou a noção de patrimônio cultural, pois reconheceu bens culturais de natureza material e imaterial, pensados na perspectiva individual ou em conjunto. Essa noção resulta na formação da identidade e memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Nesse sentido, refletir acerca da dinâmica do patrimônio cultural a partir das disputas de gênero em uma determinada região, analisando esse reconhecimento por meio CFRB/1988 até os dias atuais consiste em pautar a diversidade cultural (BRASIL, 1988).

O município de São Francisco, por exemplo, localizado no norte do estado de Minas Gerais, apresenta tradições e memórias da população local, entre elas, festas tradicionais compostas como bens imateriais, até edificações, consideradas bens materiais, entretanto, relacionadas diretamente a interesses e posicionamentos diversos, entre eles, sociais, políticos, econômicos, culturais etc.

⁷⁸ Acadêmica do curso de História/São Francisco, MG. Bolsista de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais. E-mail: cintiaap2410@gmail.com

⁷⁹ Doutorado em História pela Universidade Federal de Uberlândia, Pós-Doutorado na Universidade de Uberaba, Professora do Departamento de História e PPGH da Unimontes e do curso de Direito do Centro Universitário Funorte.

Uma questão colocada nesse estudo incide em constatar que, a cidade não se refere à presença de mulheres nas suas representações patrimoniais/monumentais e sim, manifestações voltadas para a valorização de homens, estes, na sua maioria, figuras da elite local ou nacional. Esses homens, cujos monumentos encontram-se espalhados pela cidade, são para mostrar e visibilizar fatos “importantes” realizados durante sua vida. Ao analisar essa realidade, faz-se necessário verificar quais as memórias, sobretudo femininas, são representadas na cidade, enquanto patrimônio cultural, e porque existe essa disputa em relação ao homem obter maior destaque.

Para tanto, esse estudo objetivou refletir como a cidade de São Francisco desempenha o papel de agente cultural, no entanto, com contradições, pois apresenta construções sociais de memórias do coletivo, retratando um cenário de disputas com ênfase no protagonismo relacionado a noções patriarcais, revelando a pouca presença ou nenhuma, da representação feminina pelos espaços da cidade. Esse modelo é prejudicial à democracia e a própria diversidade cultural do município.

Com essa proposição, várias indagações consistem enquanto problema dessa pesquisa, entre elas: quais as memórias femininas presentes na cidade de São Francisco; como essas memórias estão associadas à própria cidade?; como a cidade, enquanto espaço de transformação, é detentora de inúmeras memórias? Quais as disputas presentes no espaço da cidade de São Francisco em relação às memórias construídas socialmente?; e qual a dinâmica da cidade em relação às memórias voltadas para a diversidade cultural e espaço democrático?. A pesquisa encontra-se com resultados parciais e se insere no campo da pesquisa como Iniciação Científica, compondo-se como Revisão de Literatura e análise de documentos públicos, sendo apresentado nos moldes a seguir.

Procedimentos metodológicos: trilhando caminhos

Barros (2020) analisa a importância das fontes e, principalmente quais são os tipos existentes e como devem ser usadas. As fontes históricas são de extrema importância para o trabalho do historiador e, através delas, também conhecidas como documentos históricos, esses profissionais conseguem acessar vestígios e fragmentos deixados pelos antepassados ao longo da história. Os documentos precisam ser estudados minuciosamente, adotando os procedimentos cabíveis. Ele declara que, trabalhar História faz-se necessário lidar com fontes históricas, as quais apresentam diversidade, entretanto, o historiador deve adotar os métodos propostos para cada uma delas. As fontes garantem autenticidade no trabalho do historiador, no entanto, propõe considerar

as suas correntes historiográficas e a possibilidade de novos materiais contendo outros dados. Desse modo, a história é “relativa”. As fontes para Barros são uma espécie de “máquina do tempo” ou “visor do tempo”. O historiador com os documentos e através de metodologias específicas conseguem estudar e conhecer noções de uma determinada época e suas transformações no decorrer do tempo.

Os historiadores tendem a trabalhar com sociedades e estas estão sujeitas a modificações. Os documentos são marcas deixadas pelo ser humano ao longo do tempo, as quais são descobertas pelo trabalho minucioso desses profissionais. Esses vestígios podem ser materiais e/ou imateriais, possibilitando entender acerca do passado, conhecendo os modos de viver, os quais podem constituir como patrimônio cultural.

Desse modo, esse estudo se propôs utilizar fontes escritas, por exemplo, inventários e documentos dos bens culturais da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de São Francisco. Essa documentação é importante pelas informações que contemplam. Os inventários possibilitam análise e identificação de bens culturais da região, bem como sua representatividade, verificação de irregularidades, entre outros fatores. O estudo dessas fontes contribui para a compreensão do tempo presente, pois possibilita conhecer as experiências de um coletivo, principalmente em relação às mulheres, pensando a cidade como espaço de transformação inserido em um cenário de disputas. Além das fontes escritas, o estudo valorizou a revisão bibliográfica para contemplar a temática. Essa narrativa apresenta, nesse momento, somente a revisão de literatura.

Patrimônio cultural como memórias: quais e de quem?

Compreender os fenômenos relacionados ao patrimônio cultural, especificamente em relação à discussão articulada na perspectiva de locais detentores de memórias consiste em reflexões sobre questões envolvendo a representação de gêneros. Cultura e memória caminham juntas, porque apresentam as experiências cotidianas de um determinado passado vividas por uma pessoa ou coletivo com sentimento de identidade e pertencimento voltado para o tempo presente. Desse modo, é importante entender o conceito de cultura e memória. Pensar cultura significa lidar com espaços invadidos nas disputas culturais.

Barros (2013) apresenta um panorama das principais tendências relacionadas à História Cultural que, ao longo do tempo, se incorporou as diversas narrativas: “Cultura, contudo, é um conceito extremamente polissêmico, notando-se ainda, que o século XX trouxe-lhe novas redefinições e abordagens em relação ao que se pensava no século XIX

como um âmbito cultural digno de ser investigado pelos historiadores” (BARROS, 2013, p. 1).

Os historiadores apresentavam ideias limitadas em relação à “cultura” e, por esse motivo, ignoravam os materiais produzidos pelos homens, assim como a própria vida cotidiana. Verifica-se que, só o fato do ser humano existir, automaticamente, resulta na produção da cultura. Homens e mulheres não precisam de uma especialidade para produzir cultura, pois suas experiências, o ato da convivência e a contemplação de alguma manifestação é produto cultural, manifestando-se de diversas formas como, por exemplo, nas expressões corporais e, até mesmo na comunicação oral. As lembranças de uma pessoa tratam de suas memórias referindo-se a cultura e, principalmente sobre o seu espaço.

Em relação às práticas culturais ocorre a associação com as representações sociais através dos usos e costumes que caracterizam a sociedade: “Tal como mencionamos atrás, fazem parte do conjunto das práticas culturais de uma sociedade também os modos de vida as atitudes; acolhimento, hostilidade, desconfiança, repúdio” (BARROS, 2013, p. 14). Aspectos da vida cotidiana de uma população, na perspectiva das práticas culturais, devem atentar, não só em relação as noções de produção da cultura, por exemplo, o que uma sociedade tem a mostrar, mas a forma que aquela manifestação cultural vai ser representada em uma dada sociedade, principalmente a maneira que ela vai ser observada, se haverá disputas e hostilidade. Nesse viés, refletir acerca da discussão de gênero se torna bastante necessário, pois como se evidencia nas práticas e representações, há associações referentes ao modo de fazer e ver um determinado espaço, resultando em produtos culturais que remetem a noções patriarcais (FRAGA, 2020).

Barros afirma que, “Ao ignorar a inevitável complexidade da noção básica que a fundamentava, a história da cultura tal como era praticada nos tempos antigos era uma história elitizada, tanto nos sujeitos como nos objetos estudados” (BARROS, 2013, p. 2).

Nota-se que, a cultura se restringia a uma parcela da população enquanto outros grupos são esquecidos. Os grupos sociais pertencentes à elite eram os beneficiados nessa modalidade historiográfica. Essa observação vale para se pensar sobre a discussão de gênero e suas representações culturais, principalmente materiais, as quais são voltadas aos homens. Ainda pensando nessa noção de cultura, é válido ressaltar que temos sujeitos produtores e receptores de cultura. A cultura é capaz de abranger uma boa parte da população caracterizando as ações individuais e coletivos de uma população.

Aguiar (1997) traz uma discussão acerca do gênero e das ciências humanas, sobretudo os desafios as ciências desde a perspectiva das mulheres.

Nesse contexto, debate acerca da antropologia pensando a discussão de gênero em relação a etnografia. O que se nota é a questão das representações que, supõem-se que os homens controlam a informação em outras culturas, onde a ideia do correto estaria concentrado nas representações sociais unicamente deles. Desse modo, os antropólogos não teriam interesse em analisar as mulheres. Essas diferenças de gênero resultam em desigualdades e, conseqüentemente subordinação feminina. Outro ponto a se ressaltar está na questão de se pensar que o conceito de cultura minimiza ou nega qualquer outra diferença que não seja cultural enquanto destaca a homogeneidade interna de cada um deles, sendo as diferenças de gênero e de raça ignoradas; “A solução deste problema parte da própria experiência etnográfica. É preciso observar e descrever o que as mulheres realmente fazem e pensam em vez de escutar o que outros dizem que elas fazem e pensam” (AGUIAR, 1997, p. 44). Como o trecho exemplifica escutar as memórias de mulheres é importante porque são narrativas que revelam contextos, muitas vezes, silenciados por diversos processos, por exemplo, associados a própria sociedade.

Desse mesmo modo, a autora pontua que, os etnógrafos também precisam abrir espaço para aqueles que não possuem, pelo fato de que, as diferenças, hoje em dia, em relação ao gênero se concentram bastante em como os homens e mulheres se expressam em público, como aquele determinado espaço vai acolher essas narrativas; “A ideia central é que a narrativa etnográfica que privilegia o lugar de onde os sujeitos falam é, necessariamente, a narrativa do modo como se constroem e institucionalizam as diferenças, as desigualdades e também os desejos” (AGUIAR, 1997, p. 46).

O espaço tem papel fundamental na construção da identidade do sujeito conforme as experiências e memórias que ele tem adquirido naquela região, desse modo, aquele local se torna um espaço democrático sendo de fundamental importância que se expresse a diversidade cultural da população. Tendo em vista a análise bibliográfica apresentada, constata-se que, as obras em destaque são de extrema importância, pois a próxima etapa da pesquisa consistirá em conhecer os bens culturais de São Francisco que contemplam mulheres.

À guisa de considerações finais

A cidade atua como um espaço importante na construção da memória de uma pessoa e de um coletivo. Suas representações, muitas vezes, constam fatores de disputas naquela determinada região, onde, ocasionalmente, por esse fato podem

negligenciar algumas manifestações e, na sua maioria, são associadas às discussões de gênero. Esse episódio ocorre porque consiste em processos relacionados aos conflitos existentes na própria cidade na busca pela hegemonia na sua diversidade de aspectos. Percebe-se que, a forma como os espaços urbanos e rurais se desenvolvem relacionam-se as vivências das pessoas que neles habitam.

Dessa maneira, cada lugar é pensado segundo as representações e memórias de pessoas que vivem nele, resultando em narrativas centrais de pertencimento, dependendo e variando do processo em que a cidade se construiu e, nesse caso específico, a figura do homem é sempre a ressaltada com maior ênfase.

Nesse contexto espera-se, por meio dessa reflexão acerca dos processos referentes ao patrimônio cultural, sobretudo na questão de como a cidade apresenta, de certa forma, esse papel de influência nas representações daquele lugar, analisando, principalmente como as conflitos e lutas estão associados as construções das narrativas das pessoas e das experiências vividas por elas, permeada pela discussão da categoria gênero. A leitura de bibliografias, bem como a contemplação do espaço urbano de São Francisco aponta a não presença de mulheres como monumentos/documentos referenciando a construção do lugar e personalidade “importante” nesse sentido.

Agradecimentos

Agradecemos ao PROINIC-UNIMONTES, FAPEMIG, CNPq, Unimontes, Diretoria de Documentação e Informações/Unimontes, Programa de Pós-Graduação em História e o Centro de Referência em Educação Popular com enfoque em Gênero e Raça.

Referências

AGUIAR, Neuma (Org.). **Gênero e ciências humanas**: desafio às ciências desde a perspectiva de mulheres. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos tempos, 1997.

BARROS, José D'Assunção. **Fontes históricas**: uma introdução a sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. São Cristóvão -SE, v.11, n.02, 2020, P.03-26.

BARROS, José D'Assunção. **História cultural**: um panorama teórico e historiográfico. Textos de História: Revista da Pós-Graduação em História da UnB, volume 11, número 1/2, 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/jose-Barros-28/publication/277241420_História_Cultural_um_panorama_teorico_e_historiografico/. Acesso em: 01 ago. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

FRAGA, Hilda Jaqueline. **Gênero no patrimônio: por uma decolonialidade das políticas de salvaguarda**. 2020. Campus Jaguarão, RS. Disponível em: https://www.ciipc2020.rj.anpuh.org/resources/anais/13/ciipc2020/1624019425_ARQUIVO_8658f0c76e68285905a68730876b6a5b.pdf. Acesso em: 01 ago. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Patrimônio cultural imaterial**: para saber mais. Texto e revisão de Natália Guerra Brayner. 3 ed. Brasília, DF: Iphan, 2012.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

MÍDIA E REPRESENTAÇÃO: A MORTE DE HUGO CHÁVEZ ATRAVÉS DA REVISTA *VEJA* (2011-2013)

David Souza Fernandes⁸⁰

A retomada dos estudos políticos na historiografia fez com que alguns historiadores optassem pelo fenômeno político como objeto principal de seus estudos. O presente trabalho busca analisar a representação que a revista *Veja* fez da morte do ex-presidente venezuelano Hugo Chávez, entre os anos de 2010 até 2013, da descoberta do câncer até sua morte. Buscaremos entender como a mídia (representada por uma versão desta na revista *Veja*) analisou, interpretou e representou a morte de uma das figuras políticas mais emblemáticas e polêmicas do início do século XXI na América Latina. Quais as conjunturas cedidas pelo passado fez com que sua morte causasse tanta repercussão no cenário político brasileiro e mundial dividindo opiniões.

Rémond afirma: “Com mais forte razão, os meios de comunicação não são por natureza realidades propriamente políticas: podem tornar-se políticos em virtude de sua destinação, como se diz dos instrumentos que são transformados em armas” (RÉMOND, 2003, p.441). Nesse caso a mídia pode ser utilizada como instrumento de investimento político.

Portanto não podemos definir o político com uma lista de objetos, o político está relacionado a algo mais abstrato, e o exemplo citado acima deixa isso muito claro, a mídia em sua essência não está ligada diretamente ao político, mas dependendo do teor e da sua relação como o “todo” ela pode se tornar em algo político.

Nesse sentido a história política passa a ser vista em um panorama global, e que o político ganha autonomia, corpo próprio, “Estudar a história do político é estar convencido de que o político existe por si mesmo, professar que ele tem consistência própria e uma autonomia suficiente para ser uma realidade distinta” (RÉMOND, 2003, p.445).

O fato de Hugo Chávez ter falecido, nos proporcionou analisar o “chavismo” de uma maneira diferente. Sua morte nos possibilitou ter como início justamente os resultados e efeitos que ela causou em um contexto político latino-americano. A repercussão de sua morte representa algo muito importante para estudar o “chavismo” do que outros mecanismos em si. A grande comoção do “povo” venezuelano em chorar sua morte é algo bastante significativo para o estudo político. “O que se chama às vezes de

⁸⁰Doutorando em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Bolsista Capes. E-mail: degasouza@yahoo.com.br

cultura política, e que resume a singularidade do comportamento de um povo, não é um elemento entre outros da paisagem política; é um poderoso revelador do ethos de uma nação e do gênio de um povo” (RÉMOND, 2003, p.445).

O conceito de “Representação Social” é um termo proveniente da sociologia, esse termo foi desenvolvido por Émile Durkheim, nas últimas décadas esse conceito vem sendo bastante utilizado pelas ciências humanas, consequentemente a historiografia, mais precisamente a História Cultural vem trabalhando muito esse aspecto. O termo foi retomado por “Serge Moscovici, em 1961, e busca designar fenômenos múltiplos, observados e estudados em termos de complexidade individuais e coletivas ou psicológicas e sociais” (AUGUSTUS, 2000, p.128).

As representações sociais contemplam a maneira de se interpretar e pensar a realidade do cotidiano, com o objetivo de indivíduos e grupos pensarem, “fixar suas posições em relação a situações, eventos, objetos e comunicações que lhes concernem” (AUGUSTUS, 2000, p.128).

Nesse sentido podemos analisar a representação como a interpretação de alguma coisa ou de alguém, porém não se trata de uma cópia, nem do que fica entrepostos nas entrelinhas do objeto ou do sujeito, ela corresponde a interpretação da relação que se dá entre o mundo, as coisas e pessoas que os cercam. Uma autora que discute bem sobre o conceito é Denise Jodelet, ela nos apresenta alguns princípios básicos da representação que são: “É sempre representação de um objeto, tem sempre um caráter imagético e a propriedade de intercambiáveis a sensação e a ideia, a percepção e o conceito; tem um caráter simbólico e significante; tem um caráter construtivo; tem um caráter autônomo e criativo” (AUGUSTUS, 2000, p.129).

O sistema de interpretação proveniente da representação funciona como uma espécie de mediador entre o indivíduo e seu meio e entre membros de um mesmo grupo, a partir dessa mediação que é “capaz de resolver e exprimir problemas comuns, torna-se código, linguagem comum, servindo para classificar os indivíduos e eventos, construir tipos nos quais os outros indivíduos e os outros grupos serão avaliados e posicionados” (AUGUSTUS, 2000, p.130). A mídia, por exemplo, pode atuar com esse papel de mediação entre o indivíduo (leitor) e o evento (no nosso caso o “chavismo”), ela elabora reportagens, matérias sobre o evento com uma interpretação própria, conceitua e classifica, e os indivíduos acabam tendo uma “representação” do que ela, a mídia tem sobre determinado indivíduo ou objeto. A representação nos permite analisar um conceito ou algo já existente por um novo ângulo, “o sistema de representação fornece os meios,

as balizas pelas quais a ancoragem vai classificar no familiar e explicar de uma maneira familiar” (AUGUSTUS, 2000, p.130).

Cada um de nós vive dentro de um mundo fechado e tenta reproduzir nos outros comportamentos que confirmem as ideias preconcebidas que fazemos deles; na verdade, criamos essas informações. Uma vez que essas informações se manifestam, elas confirmam as coordenadas iniciais de nosso mundo individual.

Pode-se dizer que as “representações” tendem a ser a maneira com a qual analisamos as coisas, é como se pegássemos um objeto qualquer e fizéssemos várias interpretações sobre ele. A “representação”, conforme poderemos entendê-la a partir deste e de outros exemplos, está associada a um certo modo de “ver as coisas”, de dá-las a ver, de refigurá-las” (D’Assunção, 2011, p.48).

As “representações” podem interferir de maneira mais aguda em uma “prática” coletiva, a mídia, por exemplo, pode desempenhar esse papel, uma reportagem de uma revista sobre um determinado assunto irá conter uma interpretação de um determinado ângulo, e essa reportagem poderá ser acessada por milhares de pessoas, receptores, desempenhando um papel coletivo e gerando várias interpretações.

A mídia de maneira geral sempre esteve ligada em informar, no sentido de relatar os fatos, entreter e educar parte da sociedade, ela transformou-se em mais um mecanismo de leitura para a sociedade. Diferente dos livros e com um custo mais baixo para o leitor, ele pode se informar sobre diversos assuntos de maneira rápida e quase que em tempo real. No entanto, até que essas informações cheguem ao leitor elas passam por um filtro que depende do interesse em que o editor ou a mídia pretendem passar para o leitor. Um mesmo evento pode ser noticiado ou veiculado pelos meios de comunicações de diversas maneiras.

Com o passar do tempo a mídia teve um papel fundamental na interlocução entre política e cidadãos, através da mídia a população encontrou um caminho mais curto de se informar sobre ela, o que por uma lado é bom, pois consegue inserir informações políticas no cotidiano das pessoas por meio dos noticiários, e por outro pode ser ruim, pois devido ao fato da rapidez e do resumo que se faz de um acontecimento político pode levar o espectador a criar opiniões parciais e às vezes equivocadas sobre determinados assuntos que estão fora de seu conhecimento.

Devemos ressaltar que mídia é um conceito muito amplo, podendo abarcar revista, jornal impresso, tele-jornal, rádio entre outros. Cada um desses difusores de mídia tem formatos diferentes de repassar a informação, ao elaborarmos um trabalho sobre mídia devemos ser bem claros sobre qual o tipo de mídia estamos tratando, para que não

cometamos equívocos em nossa análise. Neste caso específico, a nossa fonte é a mídia impressa por meio de revistas, com um formato de distribuição semanal, e que um valor agregado específico.

Pegando como base o ditado popular de que uma “imagem fala mais que mil palavras” ao ver uma foto de um líder político com um rosto fechado, com uma sombra negra de fundo, pode-se adiantar que a julgar pela imagem, uma boa impressão não se quer passar desse político. Então como dizer que a mídia não interfere no “político”? Como não dizer que a mídia pode ou não distorcer a imagem de um político? Esses questionamentos serão mais detalhados quando estivermos discutindo as reportagens das revistas.

Esse tipo de reportagem midiática que apresenta em suas entrelinhas algo que possa desfavorecer a imagem de alguém envolvido na política foi considerado por Thompson como “escândalo midiático”, ou seja, “evento que implica a revelação através da mídia de atividades previamente ocultadas e moralmente desonrosas, cuja revelação desencadeia uma sequência de ocorrências posteriores” (THOMPSON, 2000, p. 82). Pode se dizer nesse sentido, tendo como base, o pensamento de Thompson e reportagem feita pela revista Veja sobre a morte de Hugo Chávez, que se trata de um escândalo midiático. E que esse por sua vez tem interferência no “político”, com maior ou menor intensidade, como veremos no próximo item a ser discutido.

As revistas por sua vez “possuem impacto junto aos chamados “formadores de opinião” e um papel importante no agendamento recíproco entre os veículos. Tendem a adotar um estilo mais “opinativo” e a intenção, nada disfarçada, de orientar a apreciação do mundo por seus leitores” (MIGUEL E BIROLI, 2010, p.4). Especificamente a revista VEJA, além de ser a revista com o maior número de exemplares lidos no Brasil ela também é bastante polêmica, no quesito política é a que mais notícia “escândalos políticos” como afirma Miguel e Birolí em seus estudos (MIGUEL E BIROLI, 2010, p.9).

Podemos concluir que a mídia exerce um papel importantíssimo na sociedade contemporânea no sentido de divulgar a informação e entreter as pessoas. A rapidez com que as informações são veiculadas após um evento acontecido é algo quase que imediato. Vale ressaltar que devido à conjuntura capitalista existente os meios de comunicações também possuem interesses financeiros e capitalistas que às vezes rompem com alguns critérios “morais” da sociedade, os meios de divulgação de informações adotam posturas e posicionamentos políticos, às vezes de maneira mais clara, outras de maneira mais discreta. No cerne da comunicação o foco sempre será a

informação, a maneira como essa será veiculada e representada é o que vai gerar os debates e discussões, esses por sua vez irão nutrir os trabalhos acadêmicos.

A escolha pela revista VEJA deveu-se por alguns fatores, o fato de ser a revista semanal de maior circulação no país contribui bastante, segundo o IVC (Instituto Verificador de Circulação) a VEJA é a revista de maior circulação no Brasil com mais de 1 milhão de exemplares em circulação mensal, mais do que o dobro da segunda colocada revista Época com cerca de 400 mil exemplares em circulação mensal. Além disso a revista apresenta um “Acervo Digital” onde é possível acessar todas as edições completas da revista da primeira edição até a última.

Na edição do dia 06/07/2011 a revista fala sobre a descoberta de um câncer no presidente venezuelano Hugo Chávez, para expor a situação, a revista manteve uma postura ambígua, colocou na capa uma foto de Chávez com Fidel e uma frase enorme com os dizeres; “Aí tem o dedo de Fidel”. Um possível trocadilho com o tipo de câncer do presidente trata-se de um câncer de próstata, cujo exame para diagnóstico é feito com toque de dedo no paciente. A notícia foi dada por Hugo Chávez direto de Cuba onde ele faz o tratamento depois do encontro com Fidel Castro: “Depois de 20 dias de mistério, Chávez diz em pronunciamento na TV que descobriu ter câncer após encontro com o ditador cubano” (VEJA, 06/07/2011, p.90).

Na edição do dia 23/11/2011 a revista volta a falar sobre o câncer de Chávez e expõe uma matéria sobre esse assunto e alerta que ele pode não conseguir chegar vivo nas eleições em 2012: “O presidente venezuelano Hugo Chávez declarou estar curado do câncer, mas fontes em seu país afirmam que ele pode não sobreviver até as eleições de 2012” (VEJA, 23/11/2011, p.138). A revista fez todo um diagnóstico da doença e um quadro de acompanhamento desde o início da doença a até a presente data, e coloca sempre que a situação é muito grave e que ele “não terá mais que um ano de vida”. Outro ponto interessante da matéria é que ela coloca uma página quase que inteira com o presidente Lula tendo o cabelo e barba raspada por sua esposa, nessa ocasião o ex-presidente do Brasil também diagnosticara um câncer.

Na edição do dia 17/10/2012 fala sobre a vitória de Hugo Chávez nas eleições na Venezuela, o presidente foi eleito pela quarta vez, a reportagem mais uma vez coloca a Venezuela como seguidora fiel de Cuba: “Chávez quer usar o quarto mandato para aprofundar a “cubanização” da Venezuela” (VEJA, 17/10/2010, p.82). Contudo a revista acredita que o presidente não consiga terminar seu mandato: “Se não ficar incapacitado para governar por causa de um câncer” afirma a reportagem.

Na edição do dia 19/12/2012 a revista fala sobre a escolha de Chávez de um possível sucessor para o governo venezuelano, a reportagem fala que ele governou com estilo “autoritário e personalista”. Na edição do dia 09/01/2013 a revista fala sobre quem será o sucessor de Chávez, em um encontro em Havana está sendo debatida essa questão. Interessante que a revista praticamente já conta com a morte de Chávez, pois na matéria expõe um texto dizendo que quando sucumbir à morte a data seja adiada para que coincida com a data da morte de uma figura histórica. Como lembra a revista no caso do “General Franco na Espanha, Josip Broz Tito na Iugoslávia, Tancredo Neves no Brasil e Kim Jong-IL na Coreia do Norte” (VEJA, 09/01/2013, p.56-57). Nessa reportagem em que a revista já dá como certa a morte de Chávez, ela o representa como caudilho e populista e compara-o com outras figuras políticas da América Latina, além de expor seu apego por Simón Bolívar:

Na tradição caudilhista latino-americana, o poder do regime emana da adoração popular ao líder. Quando ele morre, o fenômeno se acentua. Foi assim com Juan Domingo Perón, na Argentina, Getúlio Vargas, no Brasil, e Porfirio Díaz, no México. O próprio Chávez estimulou a idolatria por Simón Bolívar, ao mesmo tempo em que se apresentava quase como uma reencarnação do herói da independência venezuelana (VEJA, 09/01/2013, p.57).

A edição número 2312, de 13 março da revista Veja, trouxe como capa a seguinte matéria: “Chávez, A Herança Sombria”, uma alusão sobre a morte do ex- 83 presidente venezuelano. A imagem que foi colocada para ilustrar a capa mostra uma foto de Hugo Chávez com um semblante no rosto sério, para não dizer de “cara fechada”, onde metade do seu rosto é coberta por uma sombra negra. Nesse sentido a imagem de Chávez, se assemelha muito com uma capa de um filme de terror. Ao analisar a capa pode se concluir que coisas boas sobre o Governo Chávez não serão o conteúdo principal da matéria, mas sim o lado sombrio e escuro. Pode se adiantar que a matéria que está por vir será uma dura crítica ao “chavismo”.

No começo da revista existe uma página cujo nome é “Carta ao Leitor”, onde essa por sua vez apresenta uma breve opinião sobre o teor da matéria principal que será exibida posteriormente. Nesse breve comentário com o título é: “Lágrimas para o Déspota”, já deixa evidente qual o posicionamento da revista em relação ao Governo Chávez, que será duramente criticado, a começar pelo enunciado com a palavra “Déspota”, que na mais simples acepção da palavra corresponde a um Governo de características centralizadoras, para não dizer “autoritárias”.

O texto se inicia falando sobre a tentativa de governos em buscarem o bem coletivo e que acabaram se tornando regimes “totalitários” e cita o governo Chávez como mais um desses exemplos: “Sempre que deixaram ou foram forçadas a perseguir a utopia do bem coletivo a custa do sacrifício dos direitos individuais, as nações viram seus governos degenerar em regimes totalitários. O governo Chávez, foi apenas mais um desses desastres anunciados” (VEJA, 13/03/2013, p. 13). Nesse sentido podemos observar dois conceitos que fazem uma interpretação negativa ou no mínimo anacrônica do Governo, “Déspota” e “Totalitário”, se observar que o ex-presidente venezuelano fora eleito democraticamente pelo povo venezuelano. Mais adiante a revista já adianta seu posicionamento sobre o Governo Chávez dizendo que: “Uma reportagem desta edição de VEJA mostra que Chávez deixa uma herança maldita” (VEJA, 13/03/2013, p. 13). Os termos que são utilizados em relação ao “chavismo” são sempre de maneira hostil, como por exemplo, “herança maldita”.

Nessa pequena prévia sobre o Governo Chávez a revista Veja nos apresenta que a visão que se tem sobre o ex-presidente da Venezuela não é nada positiva, a julgar pelos conceitos levantados como “déspota”, “totalitário” e “populista”, dá-se a entender que o “chavismo” reúne quase tudo de ruim que houve na história, no que diz respeito a “regimes políticos”, e isso é o que veremos agora com a reportagem destinada ao “Governo Chávez”. As páginas que iniciam a reportagem sobre a “morte de Chávez” começam com o seguinte enunciado “A Maldição da Múmia”, ao fundo uma imagem de uma multidão carregando o caixão com o ex-presidente. Ao lado uma frase com os seguintes dizeres “O populista Chávez ressuscitou o pior das tradições políticas da América Latina. Embalsamado para ser exposto na Venezuela, ele assombrará a região por muitos anos com seu legado” (VEJA, 13/03/2013, p. 67). Podemos notar que existe de forma evidente uma grande intenção da revista em direcionar o interlocutor a ver a política adotada pelo Governo como algo que foi ruim para sociedade e a caracterizá-la como “populista”, mais uma vez fica claro a utilização do termo “populista” associando ao “chavismo”.

No que diz respeito ao embalsamento de Chávez, o que não ocorreu na realidade, a reportagem logo faz uma associação mais uma vez aos líderes “Totalitários”, na matéria em si aparecem as imagens embalsamadas de Lênin, líder da revolução bolchevique na Rússia, e a de Mao Tsé-tung, além de citar o embalsamento de Stalin. A revista ainda coloca que o que há de comum entre esses líderes é o fato de serem todos assassinos, “seguidores de líderes totalitários, carismáticos e, em muitos casos, assassinos seriais” (VEJA, 13/03/2013, p.68).

Uma imagem que a revista traz em sua reportagem e que nos chama muita atenção, é que no cortejo do funeral de Chávez aparecem duas pessoas carregando um quadro que mostra as imagens de Hugo Chávez, Jesus Cristo e Simón Bolívar. A ideia de colocar Chávez entre essas figuras ilustres, um libertador da humanidade, o outro libertador da América Latina, demonstra um pouco do que o povo considerava ser Chávez, talvez um libertador da Venezuela, o “messias”, aquele que veio para salvar o povo venezuelano, esse fato é bastante comum em governos “populistas”. Ao colocar a imagem de Chávez ao lado da de Simón Bolívar, mostra o tanto que o “Bolivarianismo” fez parte do Governo Chávez na Venezuela. Agora o fato de associá-lo a imagem de Jesus parte da perspectiva da matriz religiosa na política latino americana na formação do Populismo. Como afirma Marilena de Souza Chauí que:

Proponho tratar do populismo, partindo de uma matriz teológico-política que permita apanhá-lo como política da classe dominante que encontra solo para erguer-se a partir de um mito fundador que se exprime, do lado dos dominantes, na ideologia populista e, do lado dos dominados, no messianismo enquanto forma de expressão política popular (DAGNINO, 2004, p.19).

Outro aspecto que a revista aponta como uma das características do “chavismo” é a de culto a personalidade, “Endeusar o líder é outro padrão de regimes totalitários que Chávez repetiu na Venezuela. A idolatria a Chávez foi criada e incentivada pelos seus propagandistas” (VEJA, 13/03/2013, p.72). Mais uma vez a reportagem caracteriza o Governo como totalitário, atribuindo uma das características mais fortes desse regime de governo que é o grande incentivo a propaganda. Nessa corrente autoritária a reportagem fala que Chávez foi um dos admiradores de governos tiranos, “Chávez paparicou o líbio Muamar Kadafi, o bielorrusso Alexander Lukashenko e o sírio Bashar Assad” (VEJA, 13/03/2013, p.72), é importante notar que a ideia de “culto a personalidade” também é um traço forte do “populismo” latino-americano.

Podemos concluir que existe certa intenção da revista Veja em construir uma imagem negativa sobre o Governo Chávez. A ideia não é só criticar o “chavismo”, mas demonizá-lo também, tratando-o como uma espécie de demônio. Se pegarmos como base a foto da capa, os termos utilizados para caracterizar o Governo, os conceitos históricos levantados, na maioria das vezes pejorativa e irônica. Além disso, devemos observar que de maneira geral a revista traça um perfil de governo que abarca alguns conceitos históricos como; populista. Outra intenção clara é colocar o governo com uma imagem de “populista”, ao usar com bastante recorrência o termo.

Para uma pessoa que não tem um nível cultural capaz de discernir sobre o assunto, ao ler essa reportagem irá talvez tirar conclusões equivocadas sobre o “chavismo” e a Venezuela. Tendo em vista o que foi exposto é um posicionamento que a revista optou em enfatizar sobre Chávez e seu Governo. O que mostra que a mídia tem um papel estratégico e privilegiado para poder emitir opiniões que acabam por influenciar sobre determinados assuntos.

Referências

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: Especialidades e Abordagens**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BIAL, Pedro. **Roberto Marinho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BURKE, Peter e BRIGGS, Asa. **Uma História Social Da Mídia: De Gutenberg À Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

CRUZ, Valério e RICARDO, César. **Rede Globo: 40 anos de Poder e Hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005.

DAGNINO, Evelina (Org). **Os Anos 90: Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARINGONI, Gilberto, **A Revolução Venezuelana**. São Paulo: Unesp, 2009.

MOTTA, R. P. . **Culturas Políticas na História: Novos Estudos**. Belo Horizonte: Fino Traço.

RÉMOND, Réne, **Por Uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIOUX, J. -P., & SIRINELLI, J. -F. **Para Uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

ROSANVALLON, Pierre, **Por Uma História do Político**. São Paulo: Alameda, 2010.

THOMPSON, John B. **O Escândalo Político: Poder e Visibilidade na era da Mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

AUGUSTUS, Rafael. **O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici**. Porto Alegre: Anos 90, N. 13, 2000.

VIEIRA, Dominique. **A cerca do conceito de representação**. Revista de Teoria da Historia Ano 3, Numero 6, dez/2011 Universidade Federal de Goiás ISSN: 2175-5892.

BARROS, José D'Assunção. **A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos**. Cadernos de História, Belo Horizonte, V.12, N. 16, 1º sem. 2011.

MIGUEL, Luís Felipe, BIROLI, Flávia. **O calidoscópio convexo:visibilidade, meios de comunicação e campo político no Brasil**. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho

“Comunicação e Política” do XIX Encontro da Compós, na PUC-RJ, Rio de Janeiro, RJ, em junho de 2010.

REVISTAS VEJA. ARQUIVO 1999-2013. Disponível

em:<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>. Acesso em: março a julho de 2023.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

MIGRAÇÃO, TRABALHO E EUGENIA: OS MIGRANTES NORDESTINOS SOB A ÓTICA DO DISCURSO RACIAL DO CONSELHO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Pedro Jardel F. Pereira⁸¹

O objetivo deste texto é analisar como os trabalhadores nordestinos foram representados nos discursos Conselho de Imigração e Colonização (CIC). Assim como também discutir a influência da “Eugenia preventiva” na formação de um “novo homem” e de uma “nova raça” dentro do ideal de valorização do trabalho. Os discursos analisados, isto é a fonte, se encontram na Revista do (CIC) e foram proferidos não só pelos Conselheiros, mas também por outros intelectuais da época fundamentados, sobretudo nas ideias do médico Nina Rodrigues e Artur Neiva, defensores do branqueamento da população brasileira. Como problematização fazemos o seguinte questionamos, quais foram os reflexos desses discursos baseados no “racismo científico” na política de controle da mobilidade e na vida dos trabalhadores que migraram do Nordeste do Brasil para a região Centro-Sul, sobretudo São Paulo, nos anos de 1930 a 1950? Neste sentido é importante enfatizar que Getúlio Vargas, com a Revolução de 1930 “acaba inserindo o Brasil no contexto mundial de industrialização, visando à criação de um mercado consumidor interno, marcando o processo de modernismo do Brasil” (DANIELA TELES DA SILVA, 2018 p. 192). Ou seja, o chamado projeto desenvolvimentista do Brasil.

As informações apresentadas são discutidas a partir da *análise dos discursos* identificados na Revista do CIC, criada em 1940, logo após a fundação do CIC, durante o Estado Novo, onde eram publicados *Decretos, Relatórios, Artigos, entre outros*. O CIC dizia que o intuito dessa imprensa era orientar a opinião pública, sobre os reais problemas enfrentados pela população e como deveriam proceder às ações de colonização. Como afirmam as autoras a seguir, não se pode negar que a imprensa é um: “Manancial fértil para o conhecimento do passado fonte de informação cotidiana material privilegiado para a recuperação dos acontecimentos históricos” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 04). Já o historiador Durval Muniz Albuquerque Júnior (2011), orienta que ao lidar com o discurso, devemos levar em conta o seu próprio contexto de produção no passado. Qualquer que seja o documento, ele é uma forma de discurso e precisa ser interpretado.

⁸¹Doutorando em História Social, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Bolsista Capes. E-mail: pedrojardelpereira@gmail.com.

A partir da História das Migrações e da História Social Trabalho, em interface com a História da Saúde e das Doenças, especificamente o campo da medicina social e da Eugenia é discutido como os intelectuais ligados ao governo Vargas atuaram defenderam ideias fundamentadas no racismo científico. O deslocamento de trabalhadores dos Estados do Nordeste do Brasil são interpretados a partir da perspectiva dos autores como Marilda Aparecida de Menezes, em: *Da Paraíba prá São Paulo e de São Paulo prá Paraíba: migração, família e reprodução da força-de-trabalho de 1985*; Paulo Fontes, entre suas diversas pesquisas sobre o tema, destacamos a tese de doutorado: *Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais: São Miguel Paulista (1945-1966)* e Odair da Cruz Silva, *Caminhos Cruzados: migrações e construção do Brasil moderno (1930 – 1950)*. Estes estudos representam uma mudança no paradigma interpretativo, sobre as migrações de Nordestinos, a partir da década de 1980, quando passou a se questionar o paradigma histórico-estrutural, ou seja, a ideia de que o fator econômico explica sozinho o deslocamento de nordestinos para outras regiões. Os historiadores, como Menezes (2012), também demonstraram que as migrações não tinham um caráter definitivo. Segundo a autora, quando os camponês migravam, isso ocorria devido às suas próprias estratégias de reprodução social, e não porque as condições de existência típicas da região de origem os expulsassem, como, a concentração fundiária, os fatores climáticos e a fome. Fontes (2002) também compartilha dessa perspectiva, segundo este o, “índice de retorno por volta de 39% no primeiro semestre de 1953. No final da década cogitava-se que a metade dos migrantes nordestinos voltavam para suas regiões de origem” (FONTES, 2002, p. 69).

O historiador também interpreta num outro viés, os fatores que explicam o deslocamento dos trabalhadores e contesta o pensamento de Paul Singer em, *Migrações Internas: considerações teóricas sobre o seu estudo (1973)*, baseado apenas no quadro socioeconômico. Segundo aquele autor, “a supervalorização dos fatores econômicos acaba por menosprezar o papel dos próprios migrantes enquanto agentes envolvidos nesse processo” (FONTES, 2002, p. 65). Paiva (2004) também concorda que os trabalhadores nordestinos tiveram uma presença fundamental na constituição de São Paulo, por exemplo. O migrante nordestino é retratado como sujeito da história da cidade, que inclusive contribuiu com sua construção, assim como no trabalho da fábrica e conscientes enquanto classe foram capazes de se mobilizar por melhores condições de trabalho.

Outro dado apresentado por Fontes (2002) é que é fundamental nesta discussão é a questão racial, segundo o historiador, no período de 1930 a 1950, 60% dos migrantes

nordestinos, que desembarcaram em São Paulo eram pardos ou negros e a maioria oriundos do Estado da Bahia. A partir deste dado é que desenvolvemos nossa análise e problematizações e neste sentido alguns autores nos ajuda a contextualizar historicamente como os trabalhadores negros e mestiços se inserem nesta conjuntura e os reflexos das desigualdades étnico-raciais. Embora, os pesquisadores a seguir tenham realizado suas análises, a partir da realidade dos trabalhadores negros de Volta Redonda, os questionamentos e apontamentos fomentados por eles são bastante relevantes para este debate, numa conjuntura mais ampla.

Leonardo Ângelo Silva, no título sugestivo do seu artigo, já nos chama atenção para o elemento racial, no que diz respeito aos trabalhadores investigados por ele, em *A Classe Trabalhadora tem Cor: democracia racial e desenvolvimentismo em Volta Redonda (1946-1987)*. Para o autor os discursos fundamentados na democracia racial contribuíram para estabelecer um silêncio, em relação as desigualdades raciais vivenciadas pelos trabalhadores negros. Sobretudo em relação àqueles situados dentro do seu recorte, a região de Volta Redonda, assim é enfatizado: “A situação precária dos trabalhadores negros era evidente e ao mesmo tempo torna-se evidente o silêncio na produção acadêmica e o forte discurso de unidade para classe trabalhadora. É como se a igualdade racial existisse” (SILVA, 2016, p. 51).

Nesta mesma perspectiva, André Cicalo (2015), em: *Campos do pós-abolição: identidades laborais experiência “negra” entre os trabalhadores do café no Rio de Janeiro (1931-1964)*, destaca o fato de que, “O discurso dominante tornou-se uma ideologia nacionalista de mestiçagem e democracia racial, e a promessa de que o desenvolvimento industrial seria a solução para os problemas sociais do Brasil” (CICALO, 2015, p. 105). Isto é, ao apoiar “a ideologia da democracia racial e a miscigenação [...] ele acabou mascarando divisões raciais e defendendo uma concepção romântica da harmonia racial no Brasil” (CICALO, 2015, p. 114). Vale ressaltar que o mesmo Vargas também atribuiu valor à cultura afro-brasileira, no caso, do carnaval, o samba e as religiões afro-brasileiras. No entanto, o que se notou foi que em relação ao universo do trabalho, os afro-brasileiros continuaram a exercer pesadas e atividades não especializadas, como no caso daqueles que trabalhavam no Porto de Volta Redonda. Quando o autor questionou a presença maciça de negros no Sindicato de Carregadores e Ensacadores de Café (SCEC), ele ouviu a seguinte resposta, “o transporte de café era, originalmente, trabalho típico de escravos (“isso vem do trabalho escravo”). Outros disseram que era porque eles executavam um trabalho braçal, que exigia baixa escolaridade” (CICALO, 2015, p. 121). Associada a pobreza, o discurso racial estava fortemente atrelado a memória da

escravidão, “um corpo negro racializado representava o executor “ideal” para trabalhos físicos e pesados” (CICALO, 2015, p. 121).

Como nossa discussão perpassa por pensar a questão racial, dentro do contexto da migração, a partir do discurso do CIC, o qual era fundamentado sobretudo na Eugenia, precisamos entender como Getúlio Vargas organizou a burocracia estatal neste intuito. Ângela de Castro Gomes (1982), em *A Construção do Homem Novo*, ressalta que o pensamento ideológico de Vargas era pautado pela ideia de criação do “homem novo”, uma “nova raça”. Para isso, ele criou o *Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o Ministério da Educação e Saúde*, que dentro da concepção utilitarista do trabalho, resolveria os problemas dos brasileiros, como: “saúde, educação, alimentação e habitação etc” (GOMES, 1982, p. 156). Dentro deste contexto, “ganha destaque as modernas técnicas de seleção e orientações, que deveriam ser pautadas pela “higiene, sociologia, pedagogia e psicopatologia” (GOMES, 1982, p. 156).

Segundo Pontes (2010) a proliferação de doenças no Brasil, as quais afligiam os brasileiros, estava associada a falta de higiene, higienizar, limpar e tratar as pessoas era urgente, pois isto se desdobraria em um bem maior. Ganhou protagonismo neste contexto, os médicos que compunham a Liga Pró-saneamento, como, Belisário Penna, Arthur Neiva, Miguel Pereira. Neste sentido: “Influenciado pelos sanitaristas da Liga Pró-Saneamento do Brasil, Vargas estabelece através do Decreto n. 19.402 o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública em 1930” (SILVA, 2018, p. 203).

A Eugenia, assim nomeada por Francis Galton, que se tratava da interseção da ciência biológica e o cenário social, surgiu na Europa, no século XIX e foi definida como a ciência da hereditariedade. Seu surgimento ocorreu no período da transição do século XIX para o XX, como Vanderlei Sebastião de Souza (2012, p. 01) enfatiza, sobre seu expoente: “Suas idéias sobre o aperfeiçoamento das características raciais se associariam intimamente às discussões sobre evolução e degeneração, progresso e civilização, conceitos fundamentais na formulação de concepções científicas e sociais”.

Já no Brasil, o médico e farmacêutico Renato Kehl foi um dos nomes, que se destacaram, entre, outros que o antecederam, como propagador da Eugenia, a partir de 1917. Neste intuito: “Seu primeiro trabalho, uma conferência pronunciada em São Paulo na Associação Cristã de Moços, foi publicado na íntegra pelo Jornal do Comércio e divulgada em periódicos médicos e revistas literárias” (SOUZA, 2012, p. 06). A partir das ideias de Galton, ele abordou em seu artigo, questões, como hereditariedade, fatores disgênicos, doutrina de Malthus, entre outros assuntos. Entretanto, a Eugenia colocada em prática no Brasil estava mais associada aos fatores de prevenção, esta não tinha

como objetivo eliminar, pelo menos não diretamente, o sujeito degenerado (KOBAYASHI, FARIA e COSTA, 2009).

Na dianteira do debate no movimento Eugênio do Brasil estava a discussão sobre a influência dos fatores sociais e ambientais, no aperfeiçoamento da hereditariedade humana. No entanto, como é destacado a seguir: “O debate sobre raça, aliás, funcionava como um pano de fundo pelo qual parte dos eugenistas brasileiros expressava suas ideologias raciais, seu nacionalismo e seus desejos progressistas e civilizadores” (SOUZA, 2012, p. 03). Ainda segundo o autor, o interesse não se restringia apenas aos profissionais de saúde, sanitaristas e educadores, mas também aos diversos setores interessados na regeneração do brasileiro, frente ao crescente nacionalismo. Como um instrumento do processo civilizador, a partir da Eugenia, assim afirma o autor, “previa uma ampla reforma social, principalmente nos valores estéticos, nos hábitos higiênicos, na conduta pública, na educação intelectual e nos valores morais ligados a sexualidade” (SOUZA, 2012, p. 07).

Para os sanitaristas, os quais ideais eram apoiados por Vargas, além de doentes, o povo brasileiro também era analfabeto, caberia a educação e a saúde a sua regeneração, o que livraria o Brasil do atraso. E este pensamento também estava associado, a questão étnica e racial, para Koifman (2012), nos próprios discursos de Vargas, isso fica claro, quando ele expõe a preferência pelos imigrantes europeus, enquanto que os imigrantes negros eram preteridos, o autor ressalta que: “A matriz étnica, cultural e religiosa dos brasileiros evocada por Vargas em seu discurso era a portuguesa e, portanto, europeia. Tanto no discurso oficial quanto nas publicações dos intelectuais da época encontramos a perfeita afinação” (KOIFMAN, 2012, p. 27). Assim como também, consta o entendimento de que: “O atraso e os problemas do Brasil eram explicados e associados à origem étnica de boa parte dos brasileiros” (KOIFMAN, 2012, p. 38). Esta percepção, inclusive aparece no posicionamento dos intelectuais na Revista do CIC, que enxergavam como negativa a miscigenação de negros, portugueses e indígenas, essa “formou a maior parte da nossa população de mulatos, cafuzos mestiços de toda a sorte” (RCIC, 1946, nº 2, p. 200).

Embora, o CIC negava que no Brasil existisse preconceitos racial, ou seja racismo, e neste sentido é ressaltado pela Instituição, a contribuição reconhecida dos negros na construção do Brasil: “A contribuição do imigrante negro para o desenvolvimento da nossa civilização foi enorme. Sob o ponto de vista econômico, resolveu o problema do braço e deu prosperidade e riquezas às fazendas de café em São Paulo” (RCIC, 1946, nº 2, p. 200). No entanto, fundamentado sob a perspectiva do pensamento eugênico, O CIC entendia que para o Brasil desenvolver, ele necessitava de mão de obra sadia e tanto o

negro, como o mestiço, não eram vistos como trabalhadores ideais, como fica claro no argumento seguinte, “mas desde longa data, tem se verificado a maior incidência de determinadas doenças no negro e no mestiço brasileiro, excluídas as já discutidas doenças africanas” (RCIC, 1946, nº 2, p. 172). E uma das soluções apontadas era justamente, como foi especificado, “uma bem orientada política migratória e o cruzamento de elemento branco com os descendentes africanos ou já mestiços, determinará que o branqueamento se faça” (RCIC, 1946, nº 2, p. 160). Para os intelectuais, entre eles os médicos ligados ao CIC era nítido como a política de branqueamento era defendida, em contraposição, a presença dos negros, indígenas e mestiços: “Temos como acertada e indispensável a escolha do homem branco para o nosso imigrante e só o homem branco”(RCIC, 1946, nº 2, p. 173). O que deixa evidente, qual era a missão do homem branco e europeu no Brasil.

E estas ideias atingiam diretamente, os migrantes nordestinos, que representavam a maior parte da mão de obra, tanto na região Norte do Brasil, a exemplos, dos trabalhadores dos seringais, como na agricultura no Centro-Sul. Diante das novas diretrizes impostas para imigração, o trabalhador nacional passou a ter um papel preponderante, sobretudo diante das cobranças por mão de obra, como passou a fazer constantemente os agricultores paulistas. Segundo o historiador: “A inserção de trabalhadores migrantes nas atividades agrícolas em São Paulo entre os anos 1930 e 1950 pode ser considerada o principal objetivo da política migratória do período” (PAIVA, 2004, p. 105). No entanto, as orientações do CIC eram que, nos Postos de Triagem deveriam recrutar apenas elementos válidos e efetivamente desejosos de trabalhar, braços ordeiros, sadios e operosos, de elementos úteis à coletividade” (RCIC, 1943, nº 1, p. 30).

Diante de toda esta contextualização que apresentamos é possível perceber, como mesmo sendo fundamental, como mão de obra, embora seus papéis não se restringissem ao universo do trabalho, o trabalhador nordestino não era considerado o trabalhador ideal que poderiam contribuir no desenvolvimento do Brasil. O próprio CIC deixa evidente no seu discurso, qual era classificação étnica-racial do nordestino:

“O roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauí”, impresso em 1814, de autor desconhecido, informava que nos sertões da Baía, Pernambuco e Ceará, principalmente pela vizinhança de São Francisco, abundam mulatos, mestiços e pretos forros. [...] Índios mais ou menos mansos. De fato são contingentes índios que lastreiam a miscigenação da zona semi-árida. [...] Essa gente ociosa, perversa e inútil pela aversão que tem ao trabalho da agricultura (RCIC, 1942, n. 3 e 4, p. 176).

O sertanejo, justamente o sujeito que migrava era considerado pelo CIC, como despreparado, no aspecto moral e intelectual, além de inferior do ponto de vista biológico, tudo devido a questão étnica e racial. O que fica nítido no posicionamento do CIC, para este, o Brasil estava em fase de desenvolvimento industrial, necessitava de operários, sua lavoura estava abandonada, a população ainda contabilizava um número inexpressivo de 41. 637. 572 homens”, e para piorar, grande porcentagem destes eram doentes, pois: “Não temos raça definida” (RCIC, 1946, nº 2, p. 159). Na prática, os efeitos da política de branqueamento, ao colocar em prática, uma política racista e excludente conduzida contra os descendentes de africanos, negros e mestiços são drásticas. Para o professor Kabengele Munanga, os prejuízos causados pelo ideário de mestiçagem e branqueamento, “roubou dos movimentos negros, o ditado ‘a união faz a força’ ao dividir negros e mestiços e ao alienar o processo de identidade de ambos” (MUNANGA, 2019, p. 25).

O preconceito racial que vigora no Brasil segundo Gomes e Paixão (2008) é baseado em critérios, os quais o sujeito é classificado com base nos fenótipos raciais, ou suas marcas raciais, como cor, e os conjuntos de traços do rosto e do corpo, como um todo, de efeitos nefastos. Mas que também está associado a questões sociais e econômicas, ou seja, as desigualdades são múltiplas. Como cita Silva (2016) no Brasil, sempre se combinou a posição de classe e ações discriminatórias. No caso dos nordestinos que migraram, sobretudo para São Paulo são inúmeros os enfrentamentos, os quais se depararam no processo de deslocamento, como o exame médico realizados nos Postos de Triagem, estabelecidos no Norte de Minas, que classificava como aptos para seguir viagem ou eram recusados. Mas também, constam outras formas de exclusão, devido à origem geográfica e a raça, as quais se deparam. Segundo Fontes (2002), por exemplo, muitos empregadores recusaram empregar os nordestinos, pois alegavam que eles eram violentos, e quando demitidos eram os primeiros. Existem outras formas de preconceitos e racismo em outros contextos que cruzavam com a vida dos migrantes, ainda em processo de identificação das fontes, em análise neste estudo, já que esta é uma pesquisa em fase de conclusão, por isso os resultados são parciais. O que não diminui o valor das provocações e apontamentos apresentados, sobretudo diante a urgência e relevância desta discussão.

Referências

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **A dimensão retórica da historiografia**. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tania Regina de (orgs.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Editora Contexto, 2009. P. 235.

CICALO, André. **Campos do pós-abolição**: identidades laborais experiência “negra” entre os trabalhadores do café no Rio de Janeiro (1931-1964). Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 35, nº 69, p.101-130, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/Wg67CVZ6NmbJTJLzMvQLcwy/>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2022.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na Oficina do Historiador**: conversas sobre história e imprensa. Projeto História, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.p. 258. Disponível em: <https://encurtador.com.br/aqr49>. Acesso em 13 dez de 2021. P. 258.

FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. **Comunidade operária, migrações nordestinas e lutas sociais**: São Miguel Paulista (1945 – 1966). Tese de Doutorado, Campinas, 2002.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A Construção do Homem Novo**. OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. Estado Novo: ideologia e poder. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982.

GOMES, Flávio Gomes, PAIXÃO. **Raça, pós-emancipação, cidadania e modernidade no Brasil**: questões e debates. Revista Maracanan - Rio de Janeiro, nº 4, p. 171- 194, 2008. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/13231/10110>. Acesso em: 22 de marco de 2022.

KOIFMAN, Fábio. **Imigrante Ideal**: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiro no Brasil (1941 – 1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra / Kabengele Munanga. -- 5. ed. rev. amp. -- Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2019. -- (Coleção Cultura Negra e Identidades)

PAIVA, Oldair da Cruz. **Caminhos cruzados: migração e construção do Brasil moderno**. Bauru, SP: EDSC, 2004. p. 117.

SINGER, Paul. **Migrações internas**: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: SINGER, Paul. Economia política da urbanização. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

SILVA, Leonardo Ângelo Silva. **A Classe Trabalhadora tem Cor**: democracia racial e desenvolvimentismo em Volta Redonda (1946-1987). NORUS – v4, n.5, jan - jul 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/sociologicos/article/view/3058>. Acesso em: 22 de março de 2022.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **As Idéias Eugênicas no Brasil**: ciência, raça e projeto nacional no entre-guerras. Revista Eletrônica História em Reflexão: Vol. 6 n. 11 – UFGD - Dourados jan/jun 2012. Disponível em: <https://encurtador.com.br/cqF46>. Acesso em 04 de abril de 2022.

PONTE, Carlos Fidelis; KROPF, Simone Petraglia; LIMA, Nísia Trindade. **O sanitarismo (re)descobre o Brasil**. In: Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história/ Carlos Fidélis e Ialê Falleiros organizadores. – Rio de Janeiro: Fiocruz/COC; Fiocruz/EPSJV, 2010.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

MONTES CLAROS EM CONTEXTO: A REVISTA ENCONTRO E SUAS IMAGENS PUBLICITÁRIAS

Lucas Soares de Alencar Monteiro⁸²

Juçara de Souza Nassau⁸³

Introdução

A marcante característica de apelo visual coloca os recursos de linguagem, especificamente os anúncios publicitários, em um importante foco de interesse em pesquisa. Portanto, entendemos que ao analisá-los acabamos por delinear o contexto não apenas econômico, mas também, os aspectos socioculturais de uma determinada região. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é realizar o estudo dos desenhos contidos nos anúncios publicitários presentes na revista *Encontro* publicadas e que circularam na década de 1960 em Montes Claros – MG. Dessa maneira, refletimos sobre a produção dessas ilustrações de modo a fornecer subsídios para o estudo da contextualização da história tanto da revista *Encontro* como da cidade.

Segundo um de seus criadores, o empresário mineiro Lúcio Márcio Bemquerer (1938-2021), a revista *Encontro* nasceu do idealismo de alguns amigos que pretendiam impulsionar o desenvolvimento da cidade através da divulgação de notícias de caráter diversificado e que visassem tanto a expansão cultural quanto realizassem críticas à política local.

No início era apenas a ideia que amadurecia na cabeça de cada um. O tempo foi-se incumbindo de vigorá-la; e um dia, num encontro de quatro amigos idealistas na Capital do Estado foram postas em execução as ideias que cada um trazia dentro da cabeça. Pois, todos estavam concordes em um ponto: Montes Claros precisava de uma revista diferente, feita com critério jornalístico, que pudesse concorrer com as dos grandes centros. Delineados os planos e executados os primeiros passos ao grupo de quatro juntou-se mais um- que trouxe consigo o nome considerado mais sugestivo: ENCONTRO. ENCONTRO nasceu de um encontro.... Esta é a história da revista que hoje executa seu primeiro passo. As palavras de apresentação são poucas: o leitor, por si, irá se ver que pretendemos transformá-la, de fato, num periódico que retrate, fielmente, as pessoas e as coisas de Montes Claros (REVISTA ENCONTRO, 1960, p. 09, grifos dos autores).

⁸² Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade Federal de Minas Gerais. Graduado em Artes Visuais pela Universidade Estadual de Montes Claros (com bolsa de Iniciação Científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais). E-mail: monteiromoc@gmail.com

⁸³ Docente do Curso de Artes Visuais da Universidade Estadual de Montes Claros. Doutora em Arte e Cultura Visual pela Universidade Federal de Goiás. E-mail: jucara.nassau@unimontes.br

Empenhados em propor mudanças no cenário cultural da cidade e sob a influência das ideias progressivas da época, cinco amigos: Lucio Marcos Bemquerer, Décio Gonçalves de Queirós, Enock Fernandes Sacramento, Waldir Senna Batista e Konstantin Christoff, propõem fundar uma revista com conteúdo diverso, com reportagens sobre o Norte de Minas, através de suas Seções: Encontro com o leitor; Encontro na Política, Encontro na Sociedade, Encontro nos Esportes, Encontro no Cinema e Encontro Mercado.

Assim, a revista reflete as aspirações de uma cidade moderna. As reportagens focavam na chegada da televisão, no alcance da telefonia, nas grandes construções locais entre outras notícias de caráter inovador. Era, principalmente, a visão de uma cidade culta e progressista que aparecia através do traço irônico dos seus humoristas, da moda, da música e do cinema. Também, apesar de se mostrar uma revista direcionada ao público urbano, trazia reportagens de interesse da classe ruralista, que detinha grande parte do poder econômico na região. Mas, se nas primeiras diretrizes a linha editorial propunha críticas à política, isso não irá acontecer muito, talvez por viverem em período de Ditadura.

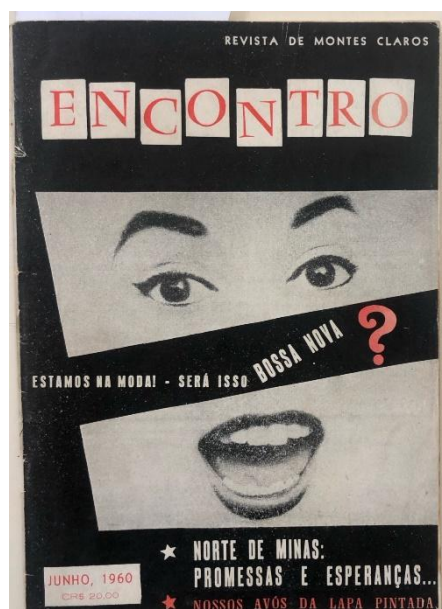
O número 1- “Número Inaugural” - da Revista *Encontro*, lançado em junho de 1960, teve uma aceitação muito positiva na sociedade do Norte de Minas, seus exemplares logo se esgotaram em dois dias, superando as previsões de seus fundadores, necessitando quase que duplicar a tiragem na Revista de número 2, conforme encontramos na Seção “Encontro com o Leitor”:

Como esta seção foi criada para falar de nós mesmos, vamos dizer, de início, que o entusiasmo com que fomos recebidos superou nossas mais otimistas previsões. Assim é que, em apenas dois dias, esgotou-se nossa primeira edição, em M. Claros e em Belo Horizonte. Os comentários originados pelo nosso número inaugural nos levam à lisonjeira conclusão de que fomos bem acolhidos e compreendidos pelos leitores do norte de Minas. E, sem sermos presunçosos, acrescentamos: - nosso lema é melhorar. E essa preocupação está presente neste número. A começar pela tiragem, que foi quase duplicada, também modificamos algumas seções da revista. Tudo para melhor (...). Enfim, um pouco de tudo quanto a cidade pensa, fala, faz, vê e pleiteia (p. 09, 1960).

Impressa na capital mineira e seguindo os modelos das revistas utilizados no mundo editorial da época, a revista *Encontro* teve sua primeira publicação em junho de 1960. Nesse “Número inaugural” o design da capa é arrojado (Imagem 1), na qual em letras de grande formato podemos ler “Norte de Minas: promessas e esperanças”. Enquanto, o seu interior traz uma proposta de “promessas e esperanças” em diversas áreas de interesse do leitor. Assim, procura possibilitar à sociedade o contato com a

pluralidade de reportagens e “causos” da região, crônicas, notícias de esporte, cinema, política, anedotas e piadas (Charges), tudo isso entremeado pelas propagandas dos anunciantes locais.

Imagem 1. Capa da primeira publicação da revista *Encontro*.



Fonte: Revista Encontro, Belo Horizonte, 1960

Cada número da revista *Encontro* contava com 36 a 50 anunciantes. Os anúncios chegavam a ocupar cerca de 30% das páginas da revista. Inicialmente esses anúncios eram ilustrados através de desenhos, mas aos poucos são substituídos pela fotografia, acompanhando o progresso tecnológico que, aos poucos chega ao sertão norte mineiro. Portanto, consideramos esse periódico como uma publicação com ênfase nos recursos ilustrativos.

A revista circulou durante toda a década de 1960 em Montes Claros-MG e seu entorno e, também, em Belo Horizonte - MG, transformando -se em um veículo comunicacional de verdadeiro fenômeno de vendagem na região, numa época que se inicia diversas vertentes culturais e que é marcada pelo início da Ditadura Militar no país.

Não foi possível, até o presente momento, precisar a data de encerramento da publicação da revista *Encontro*, mas tivemos acesso até o nº 26 de dezembro de 1969. Época que talvez tenha finalizado as suas atividades. Nesse sentido, levamos em consideração que na década de 1960, segundo Batista e Abreu (2010), as revistas apresentavam dificuldades mercadológicas e era considerado o fim das revistas ilustradas, que poderiam ser facilmente substituídas por revistas de informação. Já que existia uma crise no mercado editorial brasileiro devido à televisão apresentar audiências

cada vez maiores e mostrar mais rapidamente imagens em movimento de fatos que as revistas só poderiam retratar depois de alguns dias, na próxima edição.

Os anunciantes

Entendemos que durante a década de 1960, no Brasil, as ideias progressistas impulsionam o início da circulação de algumas publicações, como também, a crescente utilização de ilustrações nesse material impresso a ser comercializado na cidade e entorno. Nesse sentido, sabemos que jornais e revistas necessitam dos anúncios e propagandas para que possam circular e se manterem (VESTERGAARD, 1994). A exemplo dessas revistas, como serviço da oferta e demanda de anúncios, o referido periódico *Encontro* faz um agradecimento formal aos seus anunciantes no número inaugural: “Encontro agradece a colaboração dos anunciantes deste número, sem os quais não seria possível fazer-se uma revista à altura de Montes Claros” (1960, p 03).

A maioria dessas propagandas ou “anúncios” (Imagem 2), como a revista os denomina, são referentes às indústrias e ao comércio local como drogarias, armazéns, armarinhos, farmacêuticas, vestuário, acessórios de carros, eletrodomésticos, indústrias de alimentos, bancos, produtos agropecuários, construção civil e rádios que refletem, considerando a potencialidade comunicacional dos anúncios publicitários, o desenvolvimento no que se refere tanto a esfera econômica quanto social.

Imagem 2. Anúncio Drogaria Minas Brasil.



Fonte: Revista Encontro, Belo Horizonte, 1962

Provavelmente, a falta de recursos e de assinantes fez com que a revista *Encontro* tivesse uma tiragem trimestral e, também, tenha impulsionado a relação entre a revista e os comerciantes da cidade, ou seja, os seus anunciantes.

As imagens publicitárias

Entendemos que a revista *Encontro* pretendia oferecer cultura e entretenimento a toda população. Nesse sentido, encontramos a simplicidade na linguagem visual quanto na escrita, possibilitando uma leitura fácil e acessível a seus leitores⁸⁴. Os desenhos que ilustram os anúncios não são diferentes.

Segundo Batista e Abreu (2010) as primeiras Revistas de Variedades no Brasil buscavam um caminho para atingir mais leitores. Elas abusam no uso das ilustrações como forma de atrair leitores, inclusive os não alfabetizados pertencentes às classes abastadas e com isto conseguir se manter no mercado.

É possível perceber como a leitura de textos e das imagens são determinantes para o entendimento e potencialização da mensagem que se quer passar. Nos anúncios publicitários, as ilustrações dão enfoque à mensagem pretendida por se tratar de um recurso de linguagem propiciador para o entendimento de quem lê/vê. Dessa forma, ao considerarmos os desenhos nos anúncios, entendemos que a iconografia lúdica contidas nos anúncios possibilita uma mensagem e leitura objetiva, como afirma Barthes,

(...) em publicidade, a significação da imagem é, certamente, intencional: são certos atributos do produto que formam a priori os significados da mensagem publicitária, e estes significados devem ser transmitidos tão claramente quanto possível; se a imagem contém signos, teremos certeza que, em publicidade, esses signos são plenos, formados com vistas a uma melhor leitura: a mensagem publicitária é franca, ou pelo menos enfática (1990, p. 28).

Assim, por meio desses recursos imagéticos pode ser possível constituir um embasamento de modo a considerarmos que a visualidade encontrada nas representações gráficas sejam potencializadores para o avanço de seu entendimento. A partir disso, começamos a delinear a importância dos variados tipos de imagens utilizadas nas revistas.

Na revista *Encontro* as imagens são, em sua maioria em preto e branco, sejam elas fotografias ou desenhos, com exceção das imagens apresentadas nas suas capas, que desde o primeiro volume, se mostram coloridas.

Em 1864, a revista *Semana Ilustrada* foi o veículo de comunicação responsável pelas primeiras fotos publicadas em revistas no território nacional. Já no início do século XX, acompanhando a crescente evolução da indústria no país, começam a surgir os mais variados tipos de publicações. Assim, a fotografia passa a ter lugar de destaque junto aos

⁸⁴ Em todo município, ao final da década de 1950, havia uma população total de 32.367 pessoas, da qual 74,63 % não sabia ler ou escrever. A população ao final da década de 1960 totalizava 136.472 pessoas (PEREIRA, 2001)

periódicos nacionais a ponto de, em 1900, surgir a *Revista da Semana*, instaurando no mercado brasileiro de revistas, “um modelo que veio para ficar: veículos recheados de ilustrações e fotos atraentes aos olhos do consumidor” (BATISTA e ABREU, 2010,p.04).

Nessa esteira, cerca de 100 anos depois que foram publicadas as primeiras fotos em uma revista no Brasil, a partir de 1966, que verificarmos como o desenho passa, aos poucos, a ser substituído pela fotografia na revista *Encontro* (Imagem 2 e 3). Se a pretensão de seus criadores era publicar uma revista com características diferenciadas e que se apresentasse em seus fascículos como um projeto arrojado, ela demorou a utilizar a fotografia como ilustração. Mas, ao analisarmos que a revista pretendia se apresentar com modernas técnicas de divulgação dos produtos, devemos considerar o contexto sociocultural na pequena cidade norte mineira e, também, as condições que se encontravam o avanço tecnológico e industrial da cidade, na época da produção dessas imagens.

Imagens 3 e 4. Anúncios do ramo automobilístico ilustrado com desenhos e fotografias, respectivamente.



Fonte: Revista Encontro, Montes Claros, n. 04, 1960 e Revista Encontro, Montes Claros, n. 24, 1966, respectivamente

Se antes o gestual sobre o papel era utilizado como forma de capitalizar os negócios, agora a máquina fotográfica passa a ocupar o papel que antes era dos

ilustradores. Mesmo assim, a revista *Encontro* continua “recheada de ilustrações” aos moldes das primeiras revistas de variedades publicadas no país.

Nesse caso, em comparação com os desenhos, podemos considerar que as condições técnicas de reprodução das imagens estariam mais relacionadas à fidelidade e realidade atribuídas à fotografia, assim, agregar mais credibilidade aos leitores e anunciantes a respeito tanto das ilustrações contidas nos textos quanto aquelas que acompanham os anúncios publicitários.

Seja através dos desenhos ou das fotografias, percebemos que é evidenciado por meio desses processos artísticos o contexto histórico da cidade de Montes Claros-MG e, conseqüentemente, os avanços sociais que ali transitavam, tanto no que diz respeito às práticas econômicas, já que esses anúncios eram partes constituintes da oferta monetária, como também comunicacionais.

Considerações parciais

Entendemos que ao examinar a forma como as imagens são apresentadas na revista *Encontro* nos anúncios publicitários tivemos acesso às transformações de hábitos e comportamentos na população norte mineira, especialmente em meados dos anos 1960, um período de mudanças políticas e culturais, de muita prosperidade tanto econômica quanto social e da expansão do uso de tecnologias em muitos setores. Portanto, a revista *Encontro* busca mostrar uma cidade marcada por grandes transformações ao longo dessa década, que atrai um público diversificado enquanto conquista de leitores e anunciante locais.

É provável que sendo considerada uma revista de variedades, o seu caráter inovador para a época e suas páginas recheadas de ilustrações tenha atraído a atenção dos anunciantes e do público leitor das mais diferentes classes sociais, fazendo com que fosse possível a circulação dessa revista durante toda a década de 1960 em Montes Claros. A sua publicação permitindo-nos, hoje, um delineamento dos costumes e cultura local.

Se através dos anúncios publicitários é possível constatar a trajetória das imagens publicitárias como recursos artístico/comunicacional, conseqüentemente, nos é permitido o estudo a respeito da cidade de Montes Claros-MG dentro do contexto econômico, político, sociocultural e histórico, no cenário regional e, mesmo, nacional.

Referências

BAPTISTA, Íria Catarina Queiróz; ABREU, Karen Cristina Kraemer. A história das revistas no Brasil: um olhar sobre o segmentado mercado editorial, **Revista Científica Plural**, ed. 004, p. 1-21, jul. 2010. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/baptista-iria-abreu-karen-a-historia-das-revistas-no-brasil.pdf>.

BARTHES, Roland. Retórica da imagem. In: **O óbvio e o obscuro**. Lisboa: Edições 70, 1984.

COLARES, Zezé; SILVEIRA, Yvonne. **Montes Claros de ontem e de hoje**. Belo Horizonte: Mazza Edições Ltda, 1995.

COSTA, João Batista de Almeida. **Norte de Minas**: cultura catrumana, suas gentes, razão liminar [recurso eletrônico] Montes Claros: Editora Unimontes, 2021. Disponível em < <http://www.editora.unimontes.br/index.php/publicacoes/item/157-norte-de-minas-cultura-catrumana> > Acesso em: 03 de junho de 2023.

REVISTA ENCONTRO. Belo Horizonte. n. 1, jun. 1960.

REVISTA ENCONTRO. Belo Horizonte. n.2 , ago. 1960.

ORTIZ, Renato. **A Moderna Tradição Brasileira**. Campinas: Editora Brasiliense, 1995.

PEREIRA, L. M. **Montes Claros anos 50**: entre a esperança e a frustração. Unimontes científica, Montes Claros, v.1, n.1, mar/2001.

VESTERGAARD, Schroder. **A Linguagem da Propaganda**. São Paulo: Martins Fontes, 1994. Disponível em< <https://www.skoob.com.br/livro/pdf/a-linguagem-da-propaganda/16766/edicao:18162?privacy-agree=true>> acesso em 07 ago 2023.

VIANNA, Nelson. **Efemérides Montesclarenses**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1964.

MORADIA E DOMINAÇÃO SOCIAL NO BRASIL: LEITURAS A PARTIR DE GILBERTO FREYRE E FRANCISCO DE OLIVEIRA

Eduardo Ribeiro⁸⁵

Introdução

Com o surgimento das cidades e seu enlace com o capitalismo, as disparidades no modo de morar tornou-se algo comum e naturalizado. Criou-se, neste contexto, inclusive, uma estética própria da moradia para os detentores do capital e daqueles que meramente servem à sua reprodução, sendo mais notório em países cuja industrialização foi tardia, já que a urbanização desses países dependeu do desenvolvimento propiciado por esse setor (LEFEBVRE, 2001; HARVEY, 2005).

Desse contexto dizemos existir uma relação de dominação social, posto que um *bem existencial* passa a ser logrado apenas em relações de trocas, através de salário ou cessões em função de trabalho.

No Brasil, de forma especial, essa dominação social pela moradia pode ser percebida desde o período da colonização até os dias atuais, particularmente através da prática da autoconstrução. Nesse sentido, o presente trabalho objetiva compreender a existência dessa dominação social em dois períodos distintos, a partir de duas realidades socioeconômicas diferentes, sob a perspectiva do Gilberto Freyre, cujos estudos centram-se no século XIX, e do Francisco de Oliveira, que apresenta trabalhos mais contemporâneos, a partir dos anos 70, em ambos partindo da autoconstrução.

A metodologia empregada é a pesquisa bibliográfica. Em relação a Freyre o estudo se fundamenta nas obras “Casa Grande e Senzala” (1933), “Sobrados e Mucambos” (1936) e “Oh de casa!” (1979). De Oliveira, tomamos por base as obras “Críticas à razão dualista: O ornitorrinco” (2003) e “O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil” (2006). A tratativa do tema da dominação social se dará sob a perspectiva de Weber (2004). Complementam estudos do IPHAN e autores como Maricato (1979) e Kowarick (1970).

Deseja-se, a partir das interpretações realizadas, contribuir para a discussão sociológica da casa e sua significação na formação da sociedade brasileira. Com isso,

⁸⁵ Arquiteto urbanista mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS – da Universidade Estadual de Montes Claros, UNIMONTES. E-mail: hedu.au@outlook.com

acredita-se que o pequeno trabalho que se apresenta possa fomentar novos discursões sobre a temática da moradia, especialmente no âmbito das políticas públicas.

Casa e distinção social em Gilberto Freyre

Buscando-se os antecedentes para fundamentar uma dominação social nos estudos sobre a casa, em Freyre, é importante ressaltar a constituição da propriedade privada no Brasil, definida no período colonial, com consequências legais e sociais até os dias atuais.

A história do país nos demonstra que a constituição da propriedade privada brasileira se revela centralizadora e seletiva, o que torna o acesso à terra dificultoso, desigual e injusto. O problema tem origem no próprio processo de colonização do Brasil, onde já em seus primórdios vê-se, com a instituição da Capitânicas Hereditárias e o sistema de Sesmarias, que a distribuição de terras está submetida a uma dinâmica pouco democrática e muito excludente (OLIVEIRA, 2001), imiscuída a um forte patrimonialismo.

Importante ressaltar que até esse momento, como recorda Freyre (2006), a estrutura de poder estava centralizada na família aristocrata rural, a economia se fundamentava na monocultura latifundiária, sustentada pelo sistema escravista. Tem-se aqui, a concepção da terra como um empreendimento privado (AGUIAR, 2000). Nesse contexto, as camadas mais empobrecidas, se veem às margens do direito à propriedade privada, necessitando, portanto, da boa vontade dos senhores para lhes conceder licença de uso sobre alguma porção de terra, mesmo que já a ocupassem antes de sua incorporação ao patrimônio do Estado.

Esse processo resulta na exploração da força de trabalho dos roceiros que se submetem aos senhores através de um sistema de troca coercitivo, no qual observamos o tecer de uma relação de poder e de dominação social, em que para o homem habitar é necessário submeter-se à exploração de si, numa troca injusta e desigual, naturalizada porque justificada pela ordem social imposta. Aqui, portanto, reconhece-se os primeiros indícios da dominação social pela casa.

Fernandes (1975, p. 151), explicita o enraizamento dos estamentos senhoriais “largamente condicionadas e calibradas pelas estruturas econômicas, sociais e políticas do mundo colonial” na estrutura de poder, sob forma ideológica, amparado por um “componente estrutural e dinâmico das obrigações sociais, que ligavam os homens entre si e ao *senhor* [...] através das tradições, *do dever de mando ou de obediência*, e da solidariedade moral”. O sociólogo aponta que o sistema de poder constituído no período colonial propiciou uma ordem social dirigida pela “dominação patrimonialista tradicional”

que simplesmente servia à “emulação na luta pela preservação ou pelo aumento de riqueza, de prestígio social e de poder”. Nesse sentido, percebe-se que “a integração da dominação patrimonialista ao nível estamental [...] em que as parentelas e as coligações de parentelas intensificaram as formas tradicionalmente reconhecidas de competição pessoal ou grupal” (FERNANDES, 1975, p. 152).

As contribuições de Fernandes são importantes porque são feitas analisando a transição do período colonial para a modernização do Estado Nacional, que coincide com os primórdios da efetivação da urbanização brasileira e incidirá sobre todo seu desenvolvimento. Nesse ínterim, a “dominação patrimonialista tradicional” perdurará por muito tempo no processo de formação das cidades brasileiras e ocasionará os principais problemas relacionados ao acesso à terra e, por conseguinte, à moradia. Isso porque o sistema de poder se manterá sob a égide hereditária da aristocracia rural que, a seu turno, são aqueles que compõem o sistema político e elaboram as leis que, em relação a distribuição de terras, favorecerá a si mesma em detrimento das camadas mais pobres, como se poderá observar com a promulgação da Lei de Terras, em 1850.

Ao analisar as consequências sociais dessa Lei, Martins aponta que

[...] as classes dominantes tomaram providências de ordem legal para encaminhar o processo de substituição do escravo sem prejuízo para a economia da grande lavoura, principalmente café e cana. Tais medidas se concretizaram na Lei de Terras, não por coincidência promulgada no mesmo ano de 1850. Tal lei instituiu um novo regime fundiário para substituir o regime de sesmarias suspenso em julho de 1822 e não mais restaurado. Nesse meio tempo, ter-se-ia multiplicado o número de posseiros em todo o país. A Lei de Terras proibia a abertura de novas posses, estabelecendo que ficavam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não fosse o de compra. [...] A Lei de Terras transformava as terras devolutas em monopólio de Estado e Estado controlado por uma forte classe e fazendeiros (MARTINS, 2010, p. 47).

Deste modo, a Lei de Terras, ao definir juridicamente as terras públicas e privadas, reafirma o direito de propriedade aos que já o detinha e garante ao Estado a jurisdição de toda aquela que não pertença legalmente a um particular. Sob este arcabouço legal, explica Rocha (2015, p. 68), a ocupação de terras sem a devida permissão de seus donos constitui um ato criminoso de modo que “desta maneira tornava-se impossível o acesso à terra para quem detinha como capital única e exclusivamente sua força de trabalho”. No caso, a população mais empobrecida.

Dada as explicações, façamos agora as análises da casa em Freyre.

No recorte temporal dos estudos realizados por Freyre há basicamente duas tipologias de casa: a rural e a urbana (REIS FILHO, 1970). Freyre (2000) as distingue

situando a *casa-grande* e a *senzala* no espaço rural e o *sobrado* e o *mucambo* no espaço urbano.

De acordo com Aragão (2017), em *Casa-grande e Senzala*, Freyre “interrelaciona, do ponto de vista sociológico, essa casa-grande de engenho à senzala, no sentido da dominação e do controle de senhores sobre escravos e da necessidade destes últimos para garantir e aumentar a riqueza dos primeiros”. Esse ponto de vista, como já apresentado, está associado ao modo como a propriedade privada era compreendida, especialmente em se tratando de acesso à terra, onde “o ato de morar estava diretamente associado ao trabalho e à produção” (MENDES *et al*, 2011, p. 118)

A lógica da “Casa-Grande” rural permanece no contexto urbano que vai se consolidando com o processo de urbanização do século XIX, agora renovados sob sua aparência arquitetônica, conservando as estruturas de poder, simbólicas e sociais, que regem ou tentam controlar as demais lógicas do espaço construído. Freyre (2006, p. 38) afirma que a casa-grande do século XVIII e de meados do XIX é a sede do “verdadeiro dono do Brasil”. “Donos das terras. Donos dos homens. Donos das mulheres. Suas casas representam esse imenso poderio feudal”, reitera o autor.

A partir dos estudos de Freyre, pode-se constatar uma “dominação monopolizadora”, em que a propriedade servirá de base de poder, não se limitando ao poder do mercado, (2004, p. 190), mas centrado no patriarcado, cujo senso de dominação “, fundamenta-se na ‘tradição’; na crença na inviolabilidade daquilo que foi assim desde sempre [...] na submissão pessoal ao senhor que garante a legitimidade das regras por este estatuídas” (WEBER, 2004, p. 234”). Seu espaço de poder será a casa, do qual sendo senhor, emana o controle do espaço e dos corpos que ele abriga.

Assim, em Freyre podemos dizer que a dominação social que a moradia exerce deve-se ao desenvolvimento da propriedade privada no Brasil que dá-se através de instrumentos legais (capitanias hereditárias, sistemas de Sesmarias, Lei de terras) que até o século XX permanece sobre o controle de uma elite de herança colonial, que constituirão o sistema de poder econômico, político e social, que logrará amparo jurídico de garantia de suas posses de terra em detrimento da repartição igualitária e justa à população. Neste contexto, o acesso à moradia estará condicionado à vontade dos senhores e/ou proprietários de terra (urbana/rural), que estará vinculada a uma relação de troca, especialmente de força de trabalho, pela qual a dominação social se efetivará.

A autoconstrução da dominação social: a moradia em Oliveira

Enquadrada num modo não mercantil de provisão de habitação, a autoconstrução, também denominada de autogestão e/ou autoprodução, é uma forma de subsistência habitacional, “natural” (KOWARICK, 1979), comumente encontrada no “capitalismo periférico” (MARICATO, 2015), fundamentada na “cooperação entre as pessoas, na troca de favores, nos compromissos familiares, diferenciando-se, portanto, das relações capitalistas de compra e venda da força de trabalho” (MARICATO, 1978). Nesse sentido, a autoconstrução pode ser definida como

A provisão de moradia onde a família, de posse de um lote urbano, obtido no mercado formal ou informal, decide e constrói por conta própria sua casa, utilizando seus próprios recursos e, em vários casos, mão-de-obra familiar, de amigos ou contratada [...] sem a interferência ou a participação daqueles que detêm o conhecimento codificado (seja de qualquer natureza) (MORADO NASCIMENTO, 2016, p. 19).

Para Francisco de Oliveira, a autoconstrução representava a depreciação do custo da força de trabalho e, com isso, reforçava-se a subordinação do homem urbano à lógica capitalista. Neste sentido, a dominação social da casa, em Oliveira, dá-se em decorrência da sujeição e da dependência do sujeito à venda de sua força de trabalho que, no caso da autoconstrução, significa uma superexploração.

Essa perspectiva está corroborada com o que Kowarick (1979) chamou de “Espoliação urbana”. De acordo com esse sociólogo, o produto da autoconstrução no solo urbano, nas cidades capitalistas, é depreciado em razão da “mercantilização da economia, em que o consumo decorre da produção realizada de extração de mais-valia, forma que consubstancia o processo de valor de troca a partir da qual a mercadoria assume a sua plena dimensão” (KOWARICK, 1979, p. 56). Ainda, o pesquisador considera que, dado ao afastamento da classe trabalhadora de baixa renda do mercado imobiliário tradicional que “segue uma lógica de financiamento ditada pela lei do lucro” (1993, p. 60), estes adotam como solução de sobrevivência mais econômica, porém também mais drástica, as favelas (aglomerados subnormais), optando pela autoconstrução que “se produz por trabalho não pago, isto é, sobre-trabalho [que] contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho” (KOWARICK, 1979, p. 61).

Sob esta ótica, Oliveira (2006) fazendo uma análise da transição da economia agrária para economia urbana no Brasil considera que no contexto da economia agrária o provimento de moradia pela maioria das pessoas dá-se “naturalmente” pela

autoconstrução, sendo esta caracterizada como bem cultural, enquanto a habitação da aristocracia rural é qualificada como bem capital.

Para ele, este binômio da provisão habitacional seguiu a mesma tendência no processo de urbanização brasileira, sendo, porém, intensificada a desigualdade ao acesso ao solo e a moradia no espaço urbano, uma vez que a elite agrária ao mudar-se para os núcleos urbanos logravam a manutenção e potencialização de seu capital, podendo, deste modo facilmente habitar a cidade, em detrimento da classe trabalhadora que migrava do campo para a cidade que, recém introduzida no espaço urbano, sendo compelida pela economia urbana, é excluída do mercado imobiliário formal, utilizando-se do seu “*saber fazer construtivo*”, para prover moradia. Percebe-se, portanto, que a questão da autoconstrução é ressignificada no espaço urbano e, a partir dela, insere-se num conjunto de paradoxos que revelam suas condições e contradições.

Oliveira (2006) também discorre que a moradia autoconstruída constituiria uma “dialética negativa”, gerando um paradoxo em que os moldes de produção autoconstrução perpetuaria a sua subserviência ao capitalismo bem como sua exclusão do mercado imobiliário, justamente por ela não lhe favorecer. Para esse sociólogo o “mercado imobiliário no Brasil só existe da classe média para cima” e a exclusão da moradia autoconstruída desse nicho dá-se por que ela “não é mercadoria [...] e não pode ser trocada, não tem valor de troca, tem apenas valor de uso, a finalidade de habitar” (Ibidem, p. 72). Assim,

uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de prática de ‘economia natural’ dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de acumulação capitalista, que tem suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho” (OLIVEIRA, 1978, p.31).

Elucida-se, então que, na sociedade capitalista, a autoconstrução não possui valor de troca *de per si*, agravando-lhe o fato dela ser, *a priori*, despreziada em seu processo de realização e, por isso, não ter agregado em si senão a força de trabalho do próprio trabalhador, que, em contexto capitalista, não gera valor e, portanto, não é considerada como mercadoria.

Isso reforça a tese de que há na autoconstrução um caráter de alienação da classe trabalhadora que “funcionaliza a pobreza, tornando-a plástica e capaz de ser adaptada, cooptada, usada em cada momento e depois abandonada” (OLIVEIRA, 2006, p. 73). Nessa perspectiva, o autor conclui que a autoconstrução se torna um “vício da

virtude” frente a acumulação capitalista no Brasil, já que palia a questão da habitação ao invés de resolvê-la.

Considerando as asserções de Oliveira sobre a moradia, podemos ponderar que a dominação social neste autor consiste precisamente naquilo que Weber chamou de “dominação monopolizadora”, haja vista que no espaço urbano, onde o sistema do dinheiro opera e que a força de trabalho é o meio para corresponder a esse sistema, haverá uma monopolização na forma do acesso à terra, na oferta de emprego e, por conseguinte, no controle dos que podem trabalhar e adquirir formalmente acesso à moradia. Portanto, em Oliveira podemos dizer que a dominação social é resultado de uma superexploração da força de trabalho na qual o homem, sendo alienado, torna-se subserviente ao sistema sendo condicionado, pela baixa condição salarial ou na ausência dele, a autoproduzir sua moradia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente ensaio, lançando mão de obras de Gilberto Freyre e Francisco Oliveira, buscando respaldo no conceito de dominação em Weber, buscou demonstrar como a moradia se tornou um instrumento para dominação social da aristocracia/elite às classes pobres e exploração. Nesse contexto, tentamos elucidar que a produção capitalista da casa e da cidade teve grande influência nesse processo de dominação.

De forma geral, a explicação dá-se porque o acesso à terra, isto é, o direito à propriedade privada (que está intrínseco à moradia), obteve instrumentos legais que dificultaram ou retardaram seu acesso democrático e equitativo à população empobrecida, enquanto a elite gozou do privilégio e do amparo do Estado na posse de terras. De forma mais específica, a lógica presente nesse processo pode ser encontrada nas obras de Freyre, para quem a moradia sendo complexo biossocial, possibilitou a relação de mando e obediência, em cujo cerne a propriedade privada foi determinante para sua manutenção e condicionamento à subserviência ao senhor, especialmente em função do patriarcalismo e patrimonialismo que sustentava a sociedade da época.

A mesma lógica foi transferida para a produção do espaço urbano no processo de urbanização e modernização das cidades, agravando a possibilidade do acesso à terra, posto que se implementa um agenciamento do solo urbano, no qual, a população empobrecida não correspondia aos anseios dos agenciadores sendo excluídos do mercado imobiliário existente e, por isso mesmo, obrigada a buscar a autoconstrução como forma de habitar. Assim, em Francisco de Oliveira, percebemos que daquele

contexto surge um conjunto de fatores que tornam a autoconstrução um subproduto urbano, que será alvo de preconceitos e discriminação urbana, sendo, igualmente, depreciada e forçada a constituir uma outra realidade urbana às margens da realidade urbana estabelecida pelo Estado e os entes privados na produção capitalista do espaço urbano, levando o sujeito a uma vida de espoliação urbana.

Assim, pode-se considerar que, em ambas as perspectivas da moradia abordadas nos autores supracitados, a dominação social só é possível devido a desigualdade e injustiça social, que são estruturais no país, porque isso constrói uma sociedade em que aqueles direitos básicos do ser humano, dependendo da força e da ação política daqueles que detêm o poder, sujeita-se a eles para viabilizar a manutenção de sua existência e sobrevivência, especialmente frente ao sistema capitalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, N. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. **Sociedade e Estado** [online], Brasília, v. 15, n. 2, p. 303-330, 2000. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/se/a/cRnvYmPTgc59jggw7kV5F4d/abstract/?lang=pt> > Acesso em: 14 jul. 2021.

ARAGÃO, Solange de. Gilberto Freyre - o sociólogo da casa brasileira. **Ensaio sobre a Casa Brasileira do Século XIX**. 2ª ed. Volume 1, 2017, pag. 17-36.

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. 6.ed. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Oh de casa!** Em torno da casa brasileira e de sua projeção sobre um tipo nacional de homem. Recife: artenova, 1979.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. São Paulo: Global, 2015.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HEIDEGGER, Martin. Construir, Habitar, Pensar. In: **Ensaio e Conferências**. (trad.) Márcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes. 2ª ed. 2002.

HINCHMAN, Mark. **History of Furniture: A Global View**. Nebraska: Fairchild Books, 2016.

IRELAND, Jeannie. **History of Interior Design**. Missouri: Fairchild Books, 2008.

KOWARICK, Lucio. **A espoliação Urbana**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. 5 ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2008.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **História da casa brasileira**. São Paulo: Contexto, 1989.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidades, desigualdade e violência**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

_____. **O nó da terra**. Revista Brasileira de Direito Ambiental., v.4, n. 15, jul/set. 2008, p. 191-195, 2008. Disponível em: <
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4407997/mod_resource/content/1/MARICATO-Erminia_O%20no%20da%20terra.pdf >Acesso em: 27 jan. 2023.

MARTINS, J. S. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Contexto, 2010.

MENDES, F.; VERÍSSIMO, F.; BITTAR, W. **Arquitetura no Brasil: de Cabral a D. João VI**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2011.

MORADO NASCIMENTO, D. (org.) **Saberes [auto]construídos**. Belo Horizonte: Ed. AIC, 2016.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

OLIVEIRA, A. U. de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, F. Acumulação monopolista, Estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes. In: MOISÉS, J. A. et al. **Contradições urbanas e movimentos sociais**. São Paulo: Cedec, Paz e Terra, 1978.

_____. **Crítica à razão dualista**, o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil**. Novos Estudos - CEBRAP [online]. 2006, n.74, pp.67-85.

PEDRÃO, Fernando. A economia da produção social da moradia. **Rua**, nº 2, 19-35, Salvador, 1989.

RAPOPORT, A., **House, forms and Culture**, Winscosin, ed. Prentice-Hall inc., 1969.

REIS FILHO, N. G. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo. Editora Perspectiva, 1970.

ROCHA, I.; TRECCANI, G. D.; BENATTI, J. H.; HABER, L. M.; CHAVES, R. A. F. **Manual de Direito Agrário Constitucional: Lições de Direito Agroambiental**. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças** São Paulo: Boitempo, 2015.

SCHWEIZER, P. J.; PIZZA JUNIOR, W. Casa, moradia, habitação. **Revista de Administração Pública**, v. 31, n. 5, p. 54-69, 1997.

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. 1978. *In*: MARICATO, Ermínia. ***A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial***. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

VIANA, O. **Populações meridionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Volume II. São Paulo: UNB, 2004.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

NUTRINDO O PASSADO E ALIMENTANDO O FUTURO: A IMPORTÂNCIA DE ESTUDAR A HISTÓRIA DA ALIMENTAÇÃO

Nathália Moro⁸⁶

Christian Fausto Moraes dos Santos⁸⁷

Introdução

A alimentação tem desempenhado um papel crucial ao longo da história humana, sendo inseparável do contexto histórico. Ela está entrelaçada com as dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas, moldando a identidade das diferentes populações. A atividade de comer vai além das necessidades básicas, abrangendo questões éticas, religiosas, ambientais e estéticas. Portanto, compreender o alimento e os hábitos alimentares é essencial para entender a formação identitária dos povos ao redor do mundo (ROCHA, 2010, p.1-2).

Segundo o historiador brasileiro Fábio Pestana Ramos, explorar os hábitos alimentares permite que os alunos se conectem diretamente com sua realidade, pois a comida representa mais do que sabores, é uma fatia generosa da história que consumimos diariamente. Com base nesse entendimento, nosso objetivo é mostrar como o ensino da História da Alimentação em sala de aula possibilita aos alunos identificarem e reconhecer os laços que os unem ou os diferenciam de seus antepassados e contemporâneos. Além disso, ao abordar esse tema, a aprendizagem histórica se torna mais dinâmica, permitindo que cada indivíduo seja visto como um agente ativo na construção da História (RAMOS, 2010, p. 99-100).

Qual o lugar da Alimentação na História?

Durante muito tempo, a História da Alimentação foi ignorada pela historiografia, inclusive pela brasileira que, só recentemente, começou a investir em uma abordagem maior sobre o tema. A princípio, tanto a alimentação quanto as práticas culinárias eram objetos de estudo da Antropologia e não da História. Somente a partir das obras de Fernand Braudel, maior representante da segunda geração dos Annales, é que a História

⁸⁶ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá (UEM). Bolsista CAPES. E-mail: nathaliamor@hotmail.com

⁸⁷ Professor pós-doutor em História das Ciências, professor da Graduação e Pós-Graduação do Departamento de História, Universidade Estadual de Maringá (UEM). Bolsista produtividade do CNPq e orientador do Laboratório de História, Ciências e Ambiente (LHC – UEM). E-mail: chrfausto@gmail.com

da Alimentação conseguiu ganhar espaço dentro da pesquisa histórica. Inspirado nas obras de Lucien Febvre e com base nos conceitos de cultura material, Braudel conseguiu, finalmente, abranger esferas importantes da vida humana, como a alimentação, a habitação e o vestuário, que, até então, eram deixados de lado pela historiografia (SANTOS, 2005, p.13).

De forma geral, Braudel preocupava-se em estudar as estruturas da vida cotidiana, utilizando a concepção de tempo longo e argumentando que as mudanças e/ou permanências que ocorrem na esfera da alimentação acontecem de forma lenta e quase imperceptível. Ainda que tenha sido marcada por uma preocupação com o nível econômico das estruturas, os representantes da segunda geração dos Annales também buscaram em outras áreas do saber, como na Geografia e na Demografia, os instrumentos para a análise da sociedade. Isso possibilitou que métodos quantitativos fossem usados no exame serial das fontes, inclusive nos trabalhos relacionados à alimentação. Enquanto Fernand Braudel esteve no comando da revista, houve uma tendência em estudar a alimentação a partir da tríade: consumo, distribuição e produção, pois os estudos, geralmente, abordavam a produtividade agrícola, as insuficiências tecnológicas, a fome, o preço e o consumo em termos de quantidade e calorias. No entanto, a partir da consolidação da terceira geração, a cultura começou a ganhar mais espaço entre os historiadores, possibilitando que os estudos históricos acerca da alimentação focassem no ato de comer e daquele que come (BASSO, 2015, p. 57-58).

Reconhecidos por suas propostas de renovação metodológica que resultaram no alargamento dos temas de estudo da historiografia, os integrantes da terceira geração dos Annales estavam mais atentos às práticas sociais devido às suas aproximações com estudos da Antropologia, como o estruturalismo e a semiótica. Nesse sentido, as pesquisas sobre alimentação, comida, costumes à mesa e culinária seguiram o mesmo caminho: passaram a ser compreendidos a partir de seus aspectos simbólicos.

Dentre os historiadores atraídos por essa vertente, é importante destacarmos Jacques Revel, Jean-Paul Aron e Jean Louis Flandrin, sendo este último, o principal responsável por abordar o alimento enquanto significado cultural. Flandrin, ao entender a alimentação enquanto uma categoria cultural, deslocou o foco de estudos das questões de abastecimento para as análises simbólicas e sociais da alimentação, abordando as escolhas e o gosto que, por sua vez, carrega consigo não apenas julgamentos pessoais, mas também um significado social, já que representa uma cultura e sociedade em determinado espaço e tempo. Assim, além de seu estudo inédito sobre o gosto, visto que muitos historiadores encaravam isso com maus olhos porque consideravam elitista falar

sobre escolha enquanto a maior parte da população tinha apenas a alimentação de subsistência, Flandrin ainda ampliou o conceito de fonte histórica, ao utilizar como principais, algumas obras que, eram consideradas secundárias, como tratados culinários, livros de receitas e livros literários, por exemplo (BASSO, 2015, p. 58-60).

A respeito da produção historiográfica brasileira sobre esta temática, o historiador Carlos Roberto Antunes dos Santos considera que ainda temos um volume muito pobre, especialmente, quando o comparamos com o mercado editorial dos países europeus que conta com historiadores filiados ao Instituto Europeu de História da Alimentação (IEHA) e do qual também participam pesquisadores dos Estados Unidos, Canadá, México, Brasil, Austrália e Israel. Apesar disso, Santos não deixa de apontar que o destaque da História da Alimentação em nosso país teve início a partir da obra de Luís da Câmara Cascudo, intitulada justamente como “A História da Alimentação no Brasil” e publicada em 1967. A importância desse livro está na tentativa do sociólogo e folclorista brasileiro em construir as especificidades regionais e caracterizar a alimentação colonial do Brasil a partir de seus alimentos nativos, utilizando as fontes históricas e etnográficas como base para isso (SANTOS, 2005, p. 17-18).

Por que é importante que a História da Alimentação seja lecionada no ensino básico?

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), nós pensamos a História como um saber necessário para a formação de crianças e jovens a partir das questões originárias do tempo presente, ou seja, a dinâmica de ensino-aprendizagem deve ser impulsionada por um passado que dialoga com o tempo atual, especialmente, para os alunos do Ensino Fundamental. É importante ressaltar que essa relação entre passado e presente não acontece de forma automática, mas sim a partir do conhecimento de referências teóricas responsáveis por dar inteligibilidade aos objetos históricos em questão. Isso significa que um objeto só passa a ser um documento quando é apropriado por um narrador que lhe confere sentido e o torna capaz de expressar a dinâmica das sociedades (LE GOFF, 1996, p. 423-425).

Em resumo, podemos afirmar que o exercício de “fazer História” é marcado pela constituição de um sujeito que consegue ampliar a sua percepção para o “Outro”, podendo ser semelhante ou diferente da dele. Esse processo vai aumentando ainda mais, passando em direção a outros povos para, finalmente, chegar em um mundo sempre em movimento e transformação. Assim, as combinações dessas variáveis (o Eu, o Outro e Nós), inseridas em tempos e espaços específicos, permitem aos indivíduos produzirem

saberes que os tornem aptos para situações de conflitos ou de conciliação (BRASIL, 2018, p. 397-398).

Nesse sentido, a História da Alimentação contribui grandemente com o ensino de conhecimentos específicos da História, uma vez que permite ao aluno exercitar o raciocínio entre o presente e o passado a partir de algo comum a todas as sociedades: a comida e o ato de comer. Mais do que isso, ao lecionar sobre esta temática, o docente permite que seus educandos exercitem a capacidade de compreensão acerca dos processos de transformação e permanência da História, apontando, por exemplo, costumes e tradições extintos ou mantidos até hoje na hora das refeições. Com isso, ao refletir a forma como ele, sua família e seus conhecidos se alimentam e compartilham desses momentos, o aluno passa a se reconhecer enquanto agente ativo na História e compreende que faz parte de um processo maior; consegue reconhecer não apenas a cultura da qual faz parte, mas também a de outros povos contemporâneos ou antepassados a ele. Dessa forma, diferente do que alguns possam imaginar, é importante mostrarmos aos alunos que:

Comer não é um ato solitário ou autônomo do ser humano, ao contrário, é a origem da socialização, pois, nas formas coletivas de se obter a comida, a espécie humana desenvolveu utensílios culturais diversos, talvez até mesmo a própria linguagem. O uso do fogo há pelo menos meio milhão de anos trouxe um novo elemento constituidor da produção social do alimento. A comensalidade é a prática de comer junto, partilhando (mesmo que desigualmente) a comida; sua origem é tão antiga quanto a espécie humana, pois até mesmo espécies animais a praticam. A diferença entre a comensalidade humana e a dos animais é que atribuímos sentidos aos atos da partilha e eles se alteram com o tempo (CARNEIRO, 2005, p. 71-72).

Como trabalhar a História da Alimentação em sala de aula?

Assim como todos os conteúdos ministrados, é indispensável que a História da Alimentação faça sentido para os discentes. Por isso, uma sugestão interessante é que os professores partam da História mais próxima e palpável aos alunos. Em um primeiro momento, o docente pode pedir aos educandos que reflitam acerca da alimentação de suas famílias, expandindo para uma análise maior sobre a alimentação do seu Estado e do seu país. Apenas com esse exercício inicial, será possível ao aluno visualizar como os alimentos e práticas alimentares variam ou se mantêm iguais de uma determinada localidade para a outra, facilitando um entendimento posterior sobre as mudanças e permanências de tradições e costumes das mais diversas sociedades ao longo da História. Além disso, essa análise também contribui para a construção identitária do

aluno, uma vez que auxilia sua percepção enquanto indivíduo pertencente a uma determinada cultura definida em um tempo e espaço específicos.

A partir dessa explanação inicial, o docente pode apresentar as cozinhas locais, regionais, nacionais e internacionais enquanto produtos da miscigenação cultural, evidenciando como as culinárias revelam vestígios das trocas (ou imposições) culturais. Assim, ao estudarmos a comida e a alimentação a partir de uma visão das Ciências Humanas, é possível compreender que a formação do gosto não ocorre, exclusivamente, devido seu aspecto nutricional ou biológico. Mais do que isso, o alimento também constitui uma categoria histórica, já que os padrões de permanência e mudanças dos hábitos e práticas alimentares possuem referências na própria dinâmica social (SANTOS, 2005, p. 12). É importante ressaltar aqui que não devemos tornar a alimentação objeto de estudo específico da História, mas, ao contrário, devemos ministrar tais conhecimentos de maneira mais interdisciplinar possível, refletindo essas questões a partir do diálogo com outras áreas do saber, como a Geografia, a Sociologia e a Biologia, por exemplo. Dessa forma, poderemos expandir o conhecimento em sala de aula, a partir da compreensão de que:

Os alimentos não são somente alimentos. Alimentar-se é um ato nutricional, comer é um ato social, pois constitui atitudes ligadas aos usos, costumes, protocolos, condutas e situações. Nenhum alimento que entra em nossas bocas é neutro. A historicidade da sensibilidade gastronômica explica e é explicada pelas manifestações culturais e sociais como espelho de uma época e que marcaram uma época. Neste sentido, o que se come é tão importante quanto quando se come, onde se come, como se come e com quem se come. Enfim, este é o lugar da alimentação na História (SANTOS, 2005, p. 12-13).

Conclusão

A História da Alimentação nos apresenta um grande leque de possibilidades a ser explorado em sala de aula. Todos os conteúdos históricos trabalhados possuem em comum pessoas que, nas mais diferentes épocas e lugares do mundo, tiveram e ainda têm a necessidade básica de se alimentar e compartilhar suas culturas, costumes e tradições a partir desses momentos. As cozinhas fazem parte de um processo histórico que visa articular elementos de uma tradição a fim de criar algo único: particular, singular e reconhecível. No entanto, não devemos nos esquecer que a identidade social é um projeto que está relacionado ao coletivo e, por isso, inclui uma constante reconstrução. Isso significa que as cozinhas não são imutáveis, mas, ao contrário, estão constantemente em reconstrução. As Grandes Navegações foram responsáveis por muitas dessas transformações, já que impulsionaram as “viagens dos alimentos” que,

provavelmente, existem desde o começo da humanidade (ainda que em escala muito menor). Atualmente, por exemplo, é impossível pensarmos a cozinha mediterrânea sem tomates ou pimentões, porém estes são alimentos americanos e não europeus (MACIEL, 2004, p. 27).

Em resumo, a História da Alimentação ocupa um lugar de grande importância no ensino da História, visto que consegue abranger os mais diversos aspectos, como as preferências alimentares, a significação simbólica dos alimentos, as proibições dietéticas e religiosas, os hábitos culinários, a etiqueta e o comportamento à mesa e, de uma forma mais ampla, as relações que a alimentação mantém em cada sociedade com os mitos, a cultura e as estruturas sociais que compõem os processos históricos. “A cozinha é, portanto, um espelho da sociedade, um microcosmo da sociedade, é a sua imagem” (SANTOS, 2005, p. 21).

Referências

BASSO, Rafaela. O lugar da alimentação nos estudos históricos da escola dos Annales. **Rev. História Helikon**. Curitiba, v. 2, n. 3, p. 50-63, 1º semestre/ 2015.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Educação é a Base**. Brasília: MEC/ CONSED/ UNDIME, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2020.

CARNEIRO, Henrique S. Comida e sociedade: significados sociais na História da Alimentação. **História: Questões & Debates**. Editora UFPR, Curitiba, n. 42, p. 71-80, 2005.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **História e Memória**. Campinas, UNICAMP, 1996. p.423-425.

MACIEL, Maria Eunice. Uma cozinha à brasileira. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 33, p. 25-39, jan. - jun. 2004.

RAMOS, Fábio Pestana. Alimentação. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Novos Temas nas aulas de História**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 95-118.

ROCHA, Carla Pires Vieira da. **Comida, Identidade e Comunicação: a comida como eixo estruturador de identidades e meio de comunicação**. BOCC. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, 2010.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. A alimentação e seu lugar na História: os tempos da memória gustativa. **História: Questões & Debates**. Editora UFPR, Curitiba, n. 42, p. 11-31, 2005.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

O CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL-I DE BOCAIUVA/MG: PSIQUIATRIZAÇÃO, SILENCIAMENTOS E INVISIBILIDADES SOBRE OS ELEMENTOS DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE.

Débora Regina Amaral⁸⁸

INTRODUÇÃO

O interesse pela realização deste estudo surgiu a partir de um percurso de dez anos de atuação da pesquisadora no campo da saúde mental, o que lhe permitiu observar a existência de um histórico silenciamento e invisibilidades sobre as questões de gênero, raça e classe que atravessam as experiências de sofrimento e adoecimento das pessoas.

Diante disso, foi possível identificar que mesmo com diversas transformações no campo da saúde mental a partir do Movimento de Reforma Psiquiátrica⁸⁹ (MRP) e da Luta Antimanicomial⁹⁰ (LA), ainda persistem desafios inerentes ao cuidado de saúde mental. O processo de desinstitucionalização no Brasil e a criação de serviços substitutivos ao modelo hospitalocêntrico se deu inspirado na experiência italiana, conhecida internacionalmente em função das potentes transformações realizadas e também porque foi a única nas sociedades industriais a eliminar internações em hospitais psiquiátricos do conjunto de cuidados em saúde mental (ROTELLI et. al. 2001).

Desde sempre a psiquiatria se ocupou de um objeto: a “doença mental”, que nos termos de Foucault (2019) e Amarante (2007), passa por compreensões diversas a depender do período histórico; e ainda, com o processo de isolamento nos manicômios, ocorreu a descarga e ocultamento de tudo que remete ao sofrimento, como a miséria e as contradições sociais permeadas pelas relações de poder. Assim a psiquiatria se constituiu como a instância que faz fronteira com tudo que resta da lógica problema-solução, ou seja, ela administra tudo o que sobra, sendo residual ela mesma.

Aqui no Brasil a desinstitucionalização possibilitou a desospitalização de forma responsável, uma vez que não gerou desassistência. Criaram-se serviços substitutivos - os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), nas suas várias modalidades - para acompanhar os egressos dos hospitais psiquiátricos e enfim realizar o tratamento a partir

⁸⁸ Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES. deboraboc06@yahoo.com.br

⁸⁹ Trata-se de um movimento social que desde a década de 1960 vem lutando por transformações na assistência em saúde mental a partir do fechamento dos hospitais psiquiátricos e a criação dos serviços substitutivos que são os centros de atenção psicossocial nas suas várias modalidades. Há também intervenções teórico-conceituais, jurídico-político e socioculturais (AMARANTE, 2007).

⁹⁰ Esse lema *Por uma sociedade sem manicômios* é um compromisso firmado no ano de 1987 durante o emblemático *Encontro de Bauru*, na cidade de São Paulo. Foi definida nesse encontro a desinstitucionalização numa perspectiva basagliana a partir da experiência ocorrida na Itália. Firmou-se um compromisso que está para além do campo da saúde mental, o que envolve diversas pautas de lutas da sociedade, em especial as de gênero, raça, etnia e classe (PASSOS; PEREIRA, 2017).

de outras concepções de saúde ligadas ao exercício da cidadania.

METODOLOGIA

O percurso metodológico da pesquisa se deu a partir da revisão da literatura e análise de documentos utilizados como orientadores do trabalho desenvolvido no CAPS-I, que são as fichas de acolhimento inicial dos/as pacientes e o projeto institucional. Todos os documentos foram prontamente cedidos pelos servidores para o devido cotejamento, partindo-se da compreensão de que esses documentos são fontes históricas com potencialidades para a pesquisa sobre mulheres. Com base em Certeau (2014), toda pesquisa que considera documentos como fontes históricas exigem o olhar atento para o lugar de produção da fonte. E esse fazer historiográfico deve ser conduzido por diversas perguntas, entre elas: quem produziu o documento? Com qual objetivo o documento foi produzido? Que discursos implícitos e explícitos estão contidos nesses documentos?

Outra fonte importante para este estudo foi o acesso à escala produzida pela equipe técnica do CAPS com a descrição dos/as pacientes em crise⁹¹ inseridos/as na permanência-dia (PD) do CAPS. A PD é um espaço de convivência diária onde se recebe um grupo de pessoas com maiores demandas de acompanhamento intensivo e onde são realizadas atividades manuais ou grupais com cunho terapêutico. Verificou-se que na penúltima semana do mês de agosto de 2023 havia vinte e duas pessoas descritas na escala da PD, distribuídas de segunda a sexta-feira, das quais dezessete são mulheres, na sua maioria pobres e negras. Dessa forma, ao considerar que os CAPS são serviços de saúde mental que operam com outras concepções de saúde e cuidado, sobretudo um cuidado psicossocial, que visa romper com o modelo biomédico, torna-se importante refletir sobre os cuidados realizados.

DESENVOLVIMENTO

Sobre a história da loucura e do sofrimento no mundo ocidental, antes do século XIX verifica-se uma pluralidade de concepções e práticas. É no decurso do século XVII que se verifica uma desvalorização das explicações míticas e religiosas típicas da idade média. Segundo Foucault (2019), cada período histórico possui formulações próprias sobre as experiências de sofrimento mental, até o reconhecimento de tal fenômeno como

⁹¹ A crise é um período de intenso sofrimento na vida das pessoas em que, por diversas razões, sejam de ordem biológica, psíquica ou social, não é possível seguir sua dinâmica diária como anteriormente. É um período de ruptura, mas como nenhuma doença pode ser maior que a pessoa que a carrega, é preciso compreender esse processo para além dos sintomas apresentados e construir outros sentidos sobre o sofrimento e o adoecimento (Minas Gerais, 2020).

doença mental sob a égide da psiquiatria.

Com o reconhecimento da loucura como doença mental ocorre o isolamento dos loucos/as de outros grupos no interior do hospital geral; assim, a história da institucionalização do louco/a já se inicia a partir de uma reforma, e essa perspectiva reformista marca a própria história da psiquiatria até os dias atuais (AMARANTE, 2007), pois ainda hoje se fala sobre reformas em contextos que clamam por rupturas.

Para Foucault (2019), a doença mental, mais que uma verdadeira descoberta científica, diz de uma entidade produzida socialmente e que não autoriza ao sujeito dizer sobre si. Dessa forma os processos ditos científicos e sua pretensa neutralidade silenciaram principalmente as mulheres, sendo a história da psiquiatria uma história criada e escrita a partir dos discursos de psiquiatras homens sobre mulheres loucas (SHOWALTER, 1987).

Ressalta-se, conforme o mesmo autor, que é possível fazer a leitura do manicômio como um dos recursos criados pelos homens como uma instância mediadora do casamento à lei, recursos que confinam as mulheres ao silenciamento, ao sofrimento e, por que não? ao adoecimento. Historicamente o homem tem sua figura relacionada à racionalidade; as mulheres, à insanidade (ZANELLO, 2018). Dentre os(as) autores(as) pesquisados(as) sobre essa temática, Pedro Henrique Antunes da Costa (2021), da cidade de Juiz de Fora/MG, faz uma discussão nas suas pesquisas sobre *Marx, a lógica asilar-manicomial e a opressão às mulheres*. Ele coloca em evidência a publicação de Karl Marx sobre um acontecimento na Inglaterra durante o século XVIII, que foi a “prisão” da senhora Rosina Lady Bwler-Lytton quando esta vai às tribunas da câmara municipal de Hertford denunciar as condutas espúrias do marido na vida política. Posteriormente Rosina foi levada pelo marido, com apoio do filho, para acompanhamento psiquiátrico, recebendo - como era de se esperar - o diagnóstico de louca. Nesse ínterim Marx tece uma crítica ao analisar que o Sr. Edward teve a oportunidade de se justificar diante do ocorrido, porém Rosina foi silenciada.

Aqui no Brasil, no ano de 1962, Stela do Patrocínio, uma mulher negra e pobre, aos vinte e um anos de idade, por meio de um encaminhamento da quarta Delegacia de Polícia do Rio de Janeiro, foi internada no hospital Psiquiátrico Pedro II, diagnosticada como esquizofrênica. No ano de 1966, foi transferida para outro hospital psiquiátrico, a Colônia Juliano Moreira. Stela era solteira e passou trinta anos da sua vida internada em hospital psiquiátrico, e certamente não por acaso seu destino foi parecido com o de sua mãe - as duas exerceram atividades de trabalhos domésticos na mesma casa e tiveram suas vidas marcadas por internações em hospitais psiquiátricos (MOSE, 2009). Nesse

mesmo sentido ressalta-se um acontecimento trágico no hospital psiquiátrico de Barbacena/MG, onde uma mulher foi presa e esquecida em uma cela, ali falecendo e seu corpo petrificado sendo encontrado somente muitos anos depois. A silhueta mumificada em posição fetal era o vestígio do tamanho de seu sofrimento (AMARANTE, 2007). Observa-se que se faz referência a uma mulher. Mas quem foi essa mulher? Qual a sua “raça” e localização social? São perguntas importantes para não se naturalizar tamanha barbárie.

Diante do exposto torna-se fundamental a compreensão dos fenômenos do sofrimento e adoecimento mental pelo viés de gênero, raça e classe. Com a realização das pesquisas foram identificados diversos estudos que vêm sendo desenvolvidos no Brasil sobre a referida temática, entre eles a produção da assistente social Rachel Gouveia (2017), da psicóloga Melissa Passos (2017), da psicóloga Valeska Zanello (2018) e do psicólogo Emiliano de Camargo David (2021) e outros(as) que discutem sobre a saúde mental e suas diversas intersecções.

Nos termos de Soihet e Pedro (2007), o gênero é uma categoria para analisar os papéis construídos socialmente como masculinos e femininos e que se tornaram hegemônicos, o que demonstra como a sexualidade é altamente plástica. Mas a categoria gênero também é útil para análises além desse olhar binário, porque permite dar visibilidade a diversas identidades ligadas à classe, etnia, raça e outros (SCOTT, 1990). Por isso são tão importantes as iniciativas de autoras diversas como Lélia Gonzalez (1984), Beatriz Nascimento (1990), Sueli Carneiro (2005), Carolina Maria de Jesus (2014) e mulheres indígenas, a exemplo da Célia Xakriabá (2018); mulheres trans, como Letícia Nascimento (2021) e várias outras, com suas narrativas de forma a não permanecerem no silenciamento.

Nessa mesma direção Sílvia Almeida (2019) explica que, no Brasil, o racismo é estrutural e estruturante, o que leva à compreensão de que não é possível desenvolver respostas efetivas no campo da saúde mental sem levá-lo em consideração. Na obra desenvolvida pelo psiquiatra martinicano Frantz Fanon *Pele Negra, Máscaras Brancas*, fica evidente como os corpos negros(as) são atravessados pela experiência de serem inferiorizados, o que resulta em uma negação de si mesmo e imersão em processos de sofrimento que certamente se refletem no processo de adoecimento. Outras pesquisas fundamentais foram realizadas por Grada Kilomba (2019) e Neusa Santos (2018), nas quais analisaram as possíveis implicações que envolvem a saúde mental das mulheres negras.

Na cidade de Bocaiuva, cenário da pesquisa, existem dois serviços especializados

de saúde mental: o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas (CAPS-AD), implantado no ano de 2008, e o CAPS-I, para pessoas em processo intenso de sofrimento mental. O CAPS-I foi nomeado *Maria Lêda dos Santos*, uma homenagem à primeira paciente do serviço. É algo bastante representativo para esta pesquisa, uma vez que Lêda foi uma mulher negra e pobre, cuja trajetória foi marcada pelo sofrimento e adoecimento mental; mas, para além disso, pela resistência, sendo hoje lembrada por alguns dos servidores como uma inspiração para a melhoria do serviço, pois constantemente colocava a instituição em cheque por meio das suas exigências, questionando a dinâmica de funcionamento e até mesmo a alimentação.

É pela compreensão de que nenhuma doença pode ser maior que o sujeito que a possui que se parte para a investigação das fontes. Ao se analisar a ficha de acolhimento inicial dos(as) pacientes, identificou-se a existência de duas diferentes fichas, uma disponibilizada pelo Ministério da Saúde e utilizada desde a implantação do serviço e outra, elaborada pela equipe técnica com o apoio de uma supervisora clínico-institucional⁹²; observou-se que ambas possuem critérios que indicam elementos de gênero, raça e classe, mas, em contraposição, nos demais documentos investigados, esses dados não foram utilizados como indicadores sociais para a formulação das propostas de cuidado.

Outro documento analisado foi o projeto institucional do CAPS, o qual é um orientador do processo de trabalho que envolve também a dimensão clínica; foi elaborado no ano de 2023 pela equipe técnica formada por um médico psiquiatra, enfermeira, assistentes sociais, técnica de enfermagem, farmacêutica e toda a equipe de nível médio, com o apoio da enfermeira e supervisora clínico-institucional. Verificou-se que nesse projeto elaborado com a participação de toda essa equipe há previsão do processo de tratamento, desde o acolhimento inicial do(a) pessoa até o processo de alta, existindo, no entanto, um silenciamento sobre a dimensão social do sofrimento psíquico, isto é, não há menção aos elementos de gênero, raça e classe. A dinâmica do tratamento no CAPS se materializa por meio de atendimentos individuais e em grupos realizados por profissionais diversos, dispensação dos fármacos, realização de atividades manuais na PD, sobretudo para os casos que demandam maiores cuidados devido à fragilidade dos laços familiares e sociais, entre outras questões. Enfim, depende de cada caso.

⁹² É um profissional de nível superior com formação em medicina e/ou médico psiquiatra, psicólogo, enfermeiro e assistente social com comprovada habilitação teórica e prática no campo da saúde mental. As ações do supervisor(a) partem da discussão de casos clínicos e seus impasses como núcleo para pensar o processo de trabalho no CAPS em articulação com a rede de serviços e em consonância com os princípios da RP, LA e do SUS (MINAS GERAIS, 2020).

Ressalta-se que no projeto institucional não há menção sobre o público alvo a partir dos indicadores sociais, mas há, em contrapartida, a definição de que são pessoas em crise, remetendo à ideia de doença. E sobre a justificativa da existência do serviço, é possível observar na página 04: é um caminho para ofertar tratamento fora da lógica manicomial, assumindo um lugar de cuidado humanizado que atende as situações de crise. Já os objetivos específicos estão descritos nas páginas 04 e 05 e são eles:

Assegurar a diminuição de internações em hospitais psiquiátricos; · Assegurar o cuidado em saúde mental dos usuários com transtornos mentais moderados, graves e persistentes; · Prestar atendimentos em regime de atenção diária; · Ofertar o cuidado em saúde mental através da construção do projeto terapêutico singular a ser construído de forma conjunta com os usuários e familiares; · Realizar ações de promoção de saúde mental através da articulação com a rede de atenção psicossocial e a rede socioassistencial do município. · Promover a inserção social dos usuários através de ações intersetoriais que envolvam a educação, o trabalho, o lazer, o esporte e a cultura; · Realizar o cuidado compartilhado com as ESFs, através das ações que componham o matriciamento em saúde mental na atenção básica; · Realizar atendimentos aos usuários em situações de crise; · Realizar, e manter atualizado, o cadastramento dos pacientes que utilizam medicamentos essenciais regulamentados pela Portaria/GM/MS nº 1077 de 24 de agosto de 1999 e medicamentos excepcionais, regulamentados pela Portaria/ SAS/MS nº 341 de 22 de agosto de 2001, dentro do município.

No entanto, ao mencionar o público atendido - pessoas com *transtornos mentais graves e persistentes, neuroses e psicoses* - é possível confirmar uma ênfase nos quadros clínicos e/ou estrutura psíquica, o que remete a processos de patologização e consequentemente a medicalização. Assim vale destacar que certa vez o poeta e cantor baiano Tom Zé disse, em tom de brincadeira: *Persistindo o médico, consulte os sintomas*. Pode-se considerar que o artista foi genial na sua observação, pois em uma sociedade com alta produção de doenças e diagnósticos, torna-se premente inverter o objeto a ser analisado.

Assim, parte-se do seguinte questionamento: quem são essas pessoas atendidas no CAPS? Seriam o racismo e a discriminação de gênero e classe motivos da invisibilização e silenciamentos sobre a dimensão social do sofrimento psíquico? Nesse sentido, fala-se de um sujeito universal *O(A) Louco(a)*, *O(A) Doente*, *O(A) Paciente*, mas não se questiona: quem são esses sujeitos? Sobre as mulheres em acompanhamento, é fato que todas fazem uso regular de fármacos, são pobres e negras⁹³ acompanhadas pelo

⁹³ Há diferentes termos empregados no cotidiano para a classificação da cor. As categorias oficiais do censo demográfico se limitam a cinco: brancos, pretos, pardos, indígenas e amarelos. Por outro lado, o termo negro, utilizado em textos acadêmicos e na linguagem política e reivindicatória por direitos, não aparece como opção oficial. Pata Telles (2003), há três sistemas de classificações de cor operando de forma conjunta, a do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); os diversos termos empregados na cultura popular e a classificação binária negro e branco. Cada nomeação carrega seus sentidos e implicações.

serviço de saúde mental com certa regularidade, alguns casos há mais de dez anos, o que remete a um processo de cronificação, pois já não se trata de casos crônicos egressos de hospitais psiquiátricos, mas de novos casos, os quais, pela sua complexidade e temporalidade vinculados ao serviço, apontam uma cronificação.

Por conseguinte, Perrot (2005) explica que o silêncio das fontes também conta a história, sendo necessário que os projetos institucionais e orientações clínicas dos CAPS façam a previsão e a elaboração de propostas de intervenção de forma a não naturalizar e invisibilizar processos sociais que marcam as experiências de sofrimento e adoecimento das mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa apontam a hegemonia de intervenções psiquiátricas que junto a outras práticas sustentam a cronificação das pessoas nos CAPS, e ratificou o silenciamento e invisibilidade sobre os elementos de gênero, raça e classe que conformam a dimensão social do sofrimento psíquico. As intervenções psiquiátricas possibilitam uma adequação da vida a valores socialmente estabelecidos com forte carga disciplinar, como em outros tempos nos hospitais psiquiátricos. Assim, torna-se necessário colocar em ato os discursos dos profissionais de saúde mental de clínica ampliada na perspectiva da cidadania e garantia de direitos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2019.

AMARANTE, Paulo. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BOCAIUVA/MG. **Projeto Institucional do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS-I), Maria Lêda dos Santos**. 24 pág, 2023.

Brasil. **Lei 8080 de 19 de Setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União 1990; set 20

COSTA, Pedro Henrique. **Marx, a lógica asilar-manicomial e a opressão às mulheres**. Publicado em: 10/08/2021 no esquerda online.
tps://esquerdaonline.com.br/2021/07/15/um-marx-antimanicomial/.

DAVID, Emiliano. [et. al.]. **Racismo, subjetividade e saúde mental: o pioneirismo negro**. 1. Ed. – São Paulo: Hucitec; Porto Alegre [RS]: Grupo de Pesquisa Egbé, Projeto Canela Preta, 2021.

Foucault, Michel. **História da Loucura**. Trad. José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2019. 551 p.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, p 223-244, 1984.

JESUS, Carolina.. **Quarto de Despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2014.

KILOMBA. Grada. **Memórias da plantação**. Tradução de Jess Oliveira. Cobogó, 2019.

MOSÉ, Viviane (2009). **Stela do Patrocínio: uma trajetória poética em uma instituição psiquiátrica**. In: NASCIMENTO, Beatriz. “A mulher negra e o amor”. Jornal Maioria Falante, fev.-mar. 1990, p. 3.

MINAS GERAIS. SES. **Nota Técnica nº 73 publicada no ano de 2020**. Apresenta as orientações sobre o papel da Supervisão Clínico-Institucional e o Plano de Aplicação de Recursos Financeiros previstos na Resolução SES/MG Nº 7.168, de 20 de julho de 2020. Disponível em: < <https://www.cruzilia.mg.gov.br/site/images/2021/nota-tecnica.pdf>>
Acesso em: 26 de Agosto de 2022.

NASCIMNETO, Adelle. [et al.]. **Luta antimanicomial e feminismos: inquietações e resistências**. 1. ed. – Rio de Janeiro: Autografia, 2019.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. Organização Alex Ratts. – 1ª ed.. – Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

PEREIRA, Melissa de Oliveira; Passos, Rachel Gouveia. **Luta antimanicomial e feminismos: discussões de gênero, raça e classe para a reforma psiquiátrica brasileira**. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

_____, [et. al.]. **Luta antimanicomial e feminismos: formação e militâncias**. Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2020. 226 p.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005.

ROTELLI, Franco; De LEONARDIS O; MAURI D. **Desinstitucionalização, outra via**. In: NICÁCIO, F. (org). Desinstitucionalização. São Paulo: Hucitec; p. 17-59, 2001.

SOUZA, Neusa. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro no Brasil em ascensão social**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1983.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. **A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero.** Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300, 2007.

SHOWALTER, Elaine. (1987). **The female Malady-Women, Madness and English culture** 1830-1980. London: Pantheon Books.

TELLES, Edward. Racismo à brasileira. Uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

XAKRIABÁ, Célia. **O Barro, o Genipapo e o Giz no fazer epistemológico de Autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada.** 218 p. Dissertação (mestrado em profissional em desenvolvimento sustentável (PPG-PDS). Universidade de Brasília/DF, 2018.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação.** 1. Ed. Curitiba: Appris, 2018.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

O ENTRELAÇAR DA HISTÓRIA E LITERATURA COMO METODOLOGIA NO ENSINO FUNDAMENTAL II: A ESCRAVIDÃO TRABALHADA POR MEIO DAS OBRAS LITERÁRIAS DO SÉCULO XIX.

Rosângeli de Fatima Batigniani⁹⁴

Introdução

Em relação a disciplina de História, desde a década de 1970 muitos debates surgiram em torno da questão da produção do conhecimento. Após o regime Militar na década de 1980 abriu-se um leque de questionamentos acerca do ensino de História, contribuindo assim para a valorização da disciplina como área específica voltada ao conhecimento. Na atualidade continuamos vivenciando no Brasil intensos debates acerca do ensino de História em sala de aula, e dentre tantas propostas de renovação de metodologias temos a literatura. Refletir sobre literatura na perspectiva da história social requer adotar uma postura que nos leva a “historizar a obra literária e inseri-la no movimento da sociedade, assim como investigar suas redes de interlocução social, destrinchar [...] a forma como constrói ou representa a relação com a realidade[...]” (CHALHOUB; PEREIRA 1998, p. 1). Ainda segundo os autores, ao trabalhar a Literatura e a História é preciso: “desnudar o rei, tomar a literatura sem reverências, sem reducionismos estéticos, submetê-la ao interrogatório”, ou seja, fazer da literatura um testemunho histórico” (CHALHOUB; PEREIRA 1998, p. 1).

O historiador Jacques Le Goff esclarece que é no cotidiano que captamos o estilo de uma época, e que os textos literários “são fontes privilegiadas se consideradas como forma de representação da realidade e podem e devem ser utilizadas como fontes históricas” (LE GOFF, 1976, p.74). Portanto, o uso da literatura como uma fonte oferece ao professor a possibilidade de trabalhar com seus alunos, como os diferentes grupos vivenciavam e pensavam sua sociedade em determinada época. Tanto a História como a Literatura possuem formas que podem representar o presente e reinventar o passado. Porquanto o “passado não é qualquer coisa fria, petrificada, mas uma coisa viva e se desenvolve sem cessar” (SHAFF, 1978, p.276).

As obras escolhidas para trabalhar com os alunos são relevantes devido seus contextos históricos, e permitem ao aluno fazer uma leitura da sociedade do século XIX,

⁹⁴ Mestre em História, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) E-mail: rosinhaboc1@hotmail.com

na qual os autores vivenciaram e transportaram para sua literatura as diversas faces de um sistema escravocrata.

Uma leitura criteriosa das obras levará o aluno a desenvolver sua criticidade permitindo que ele possa perceber e diferenciar a arte da realidade, pois quanto melhor o aluno desenvolver sua capacidade de associar a ficção da história, “maior condição ele terá no futuro de explorar os vínculos entre narrativa histórica e narrativa ficcional” (PIMENTEL, TURAZZI, 2012, p.16).

Portanto ao propor trabalhar o lúdico por meio dessas obras literárias, aos alunos cabe explorar essa literatura voltada à escravidão como um caminho de buscas de informações às quais podem levar à inquietações em relação ao conteúdo estudado, possibilitando assim, maior compressão do contexto histórico e dos saberes que serão por ele produzidos.

No contexto da escravidão no Brasil a proposta é trabalhar em sala de aula as seguintes obras: *Úrsula* (1859), *As Vítimas Algozes: quadros da escravidão e fragmento do poema o Coleirinho*(1861), direcionando o aluno a conhecer autores, a temporiedade da obra, sua importância como fonte histórica.

A escravidão do ponto de vista dos autores e suas peculiaridades.

O romance *Úrsula* escrito por Maria Firmina dos Reis, uma maranhense é considerada pela literatura como primeira escritora abolicionista, trata-se de uma trágica história de amor entre dois jovens, *Úrsula* e o bacharel Tancredo. A obra é considerada como o primeiro romance abolicionista da literatura brasileira, de autoria de uma afrodescendente. Ao tratar da escravidão Maria Firmina em sua obra individualiza o escravo em personagens como Túlío e a preta Mãe Suzana.

A autora tematiza o assunto “negro” a partir de uma perspectiva política de recuperar e narrar a condição do negro no Brasil. Maria Firmina atribui fala aos personagens, passando elas a construir sua própria narrativa. Torna-se de suma importância que o aluno perceba na ficção uma semelhança com a veracidade dos fatos históricos. Esse momento é marcado, pela fala de Mãe Suzana quando relata a Tulio a forma como foi sequestrada na África e vendida como escrava para o Brasil. Assim, diz ela ao escravo Túlío:

Vou contar-te meu cativo, liberdade Túlío tive eu na minha terra{...} quando me arrancaram daquelas terras onde tudo me ficava – a pátria, esposo, mãe, e filha, e liberdade! Meu Deus o que se passou no fundo da minha alma só vós o pudesse avaliar! Meteram -me a mim e mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio{...} A dor da perda da pátria, dos

entes caros, da liberdade foram sufocadas nessa viagem pelo horror constante de tamanha crueldade (REIS,2009, p.116-117).

A partir da composição de seus personagens Maria Firmina dos Reis denuncia a escravidão, que é o tema central do enredo, também faz uma denúncia a opressão sofrida pela mulher que vivia em uma sociedade patriarcal e acima de tudo ela faz reflexões de cunho social que estiveram presentes nos discursos abolicionistas anos depois.

As Vítimas Algozes: quadros da escravidão (1869), romance escrito por Joaquim Manuel de Macedo, possui três novelas nas quais os escravos tudo fazem em prol da liberdade.

Na primeira novela intitulada “Simeão, o crioulo”, Macedo conta a história do escravo Simeão que ficando órfão aos dois anos de idade, ficou sob a tutela do senhor Domingos Caetano, sendo criado como “filho “pela família deste. Nas palavras de Macedo, Simeão foi um ingênuo que até a idade de oito anos teve” prato na mesa e leito no quarto de seus senhores “(MACEDO,2010, p.29). Após completar a maioridade Simeão toma consciência de sua condição de escravo. O senhor Domingos tinha prometido a ele a liberdade, mas, este morre e a tutela de Simeão fica para sua esposa Angélica, que avisa ao escravo que só poderá gozar de sua liberdade depois de sua morte. Simeão se revolta e arquiteta um plano para matar toda a família senhorial. Após o assassinato da família Simeão é preso e enforcado.

A segunda novela tem como título Pai Raiol, o feiticeiro, escravo comprado em um lote de 100 escravos por um rico fazendeiro. Pai Raiol também clama por liberdade e para tal produz muitas desavenças e crimes na família do seu senhor. O escravo mantinha certos rituais culturas que aprendera na África, o que Macedo chamava de feitiçaria. Como forma de resistência ao sistema escravocrata o escravo aproveitava seus saberes de feitiçaria para semear o mal na fazenda do seu senhor, como envenenar a família. Pai Raiol não teve sua liberdade, pelo contrário, foi morto por outro escravo da fazenda.

A terceira novela intitulada Lucinda – a mucama, temos Lucinda menina que fora enviada ao Rio de Janeiro para aprender a ser mucama e acaba sendo comprada como presente de aniversário para uma Cândida, menina da elite do Império. Nos seu cotidiano de mucama Lucinda começa a desvirtuar a menina sua senhoria, a quem ela ensina os segredos do amor e os prazeres do sexo. Lucinda assim como Simeão e Pai Raiol não aceita sua vida de escrava e como forma de rebeldia faz da vida de sua senhoria um mar de vergonha. Em seu discurso Macedo coloca que a culpa por Lucinda agir como uma

perversa é a escravidão “a sociedade cega e louca que põe a desmoralização junto da inexperiência” (MACEDO ,2010, p.157).

Em seu romance Macedo faz questão de mostrar a perversidade do escravo, o mal que ele faz à sociedade e que a mesma deveria acabar com a escravidão como forma de salvar as famílias. Para Macedo é necessário que acabe com a escravidão pois a mesma faz dos escravos vítimas algozes. É importante aqui que o aluno perceba o ideal de liberdade de Macedo, acabar com a escravidão não porque ela é perversa para os escravos mas, porque ela é um mal à sociedade. Aqui lembrar ao aluno que Macedo foi um escritor que frequentou a elite do Império, conviveu com muitos intelectuais, ele e os emancipacionistas tinham algo em comum, em seus discursos defendiam que era necessário à abolição porque a escravidão tornava o escravo perverso, levando-o a contaminar com seu veneno a sociedade brasileira.

Outra obra escolhida é o poema de Luiz Gama “O Coleirinho (1861).

Canta, canta Coleirinho
Canta, canta, o mal quebranta
Chora, escravo, na gaiola,
Terna esposa, o teu filhinho
Que sem pai, no agreste ninho
Lá ficou sem ti, sem vida
(...)

Esse fragmento do poema foi escolhido por ser libertário, por exprimir contestações ao sistema escravocrata, forte característica das obras de Luiz Gama. Neste fragmento do poema o aluno pode analisar e entender que o autor compara a situação do escravo à situação do pássaro preso a uma gaiola.

Luiz Gama fazia de sua vida uma constante voz contra a escravidão, criticava a sociedade do Império, seja, em jornais, em poemas. Sua postura forense estava sempre ligada à liberdade dos escravizados, e a condição do escravo. Ele sabia bem o que era ser escravo, fora vítima do sistema escravocrata seu grito por defender as injustiças do sistema tinha uma razão, aos 10 anos de idade fora vendido pelo seu pai como escravo para pagamento de uma dívida de jogo. Aos 17 anos aprendeu a ler e escrever e por meio de leitura da Lei de 7 de setembro de 1831 (Lei que declarava livre todos os escravos vindos de fora do Império). De filho de africana livre se tornou um escravo, assimilou “a cultura branca de tal forma que saíra do cativeiro diretamente para o mundo das letras, da política, do jornalismo e do Direito” (AZEVEDO,1999, p.72).

Como literário Luiz Gama passa a viver o mundo dos brancos, sua obra, seus poemas, seus discursos como abolicionista eram sempre recheados de sátira social, política da sociedade imperial. As palavras de Luiz Gama acerca das injustiças, do preconceito, da desvalorização do negro na sociedade são ímpares, o que pode levar o aluno a fazer maiores reflexões do passado e trazer para os dias atuais. Não somente seus poemas podem ser usados como metodologia em sala de aula mas, também suas palavras como as seguintes retiradas de um texto jornalístico no ano de 1880:

Em nós, até a cor é um defeito, um vício imperdoável de origem, o estigma de um crime, e vão ao ponto de esquecer que esta cor é a origem da riqueza de milhares de salteadores, que nos insultam; que esta cor convencional da escravidão [...] à semelhança da terra, através da escura superfície, encerra vulcões, onde arde o fogo da liberdade (FERREIRA,2020, p.42).

Considerações Finais

Como podemos perceber as três obras fornecem uma vasta ferramenta metodológica em sala de aula, e ao professor de História é necessário levar em conta a História Social acerca da escravidão no Brasil e não somente implicações econômicas e políticas. Esse diálogo da História com a Literatura permite ao professor dar condições para que o aluno possa adquirir as ferramentas necessárias ao processo o saber. A nós professores cabe ensinar o aluno a lançar “os germes do histórico, a levantar problemas e reintegra-los em um conjunto mais vasto de outros problemas, procurando transformar em cada aula de História, temas em problemáticas” (SCHIMDT, CAINELLI, 2001, p.57). A história e a ficção apresentam desafios, trazem problemas, propõem questões e possibilidades ao aluno.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Elciene. **Orfeu de Carapinha: a trajetória de Luiz Gama na Imperial cidade de São Paulo**. Campinas, SP. Editora da Unicamp .1999.

BATIGNIANI, Rosângeli de Fatima. **Caminhos entrecruzados [manuscrito]: história, escravidão e literatura em Úrsula (1859) e As Vítimas Algozes: quadros da escravidão (1869)**. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Montes Claros- Unimontes Programa de Pós –Graduação em História Social/PPGH, 2016.

CHALOUB, Sidney, PEREIRA, Leonardo Affonso de M.(orgs). **A história contada**. Capítulos de História Social da Literatura no Brasil. Rio de janeiro: Nova Fronteira ,1998.

FERREIRA, Fonseca Ligia. **Lições de resistência: Artigos de Luiz Gama na imprensa de São Paulo e do Rio de janeiro**. Edições Sesc São Paulo ,2020.

JULIO, Pimentel, TURAZZI, Maria Inês, **Cotidiano escolar: ação docente**. 1ed.São Paulo: Moderna ,2012.

LE GOFF, Jacques. **História: Novos Objetos**. Rio de janeiro: Livraria Francisco Alves Editora,1976.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **As Vítimas Algozes: quadros da escravidão**. São Paulo: Martin Claret.2010. (Coleção Grandes Nomes da Literatura).

PINTO, Gama Luiz, **O Coleirinho** IN FEEREIRA, Fonseca Ligia: Luiz Gama, um abolicionista leitor de Renan. Estudos Avançados, São Paulo, v.20, n 60, p.271-88,2007.

REIS, Maria Firmina dos. Úrsula. **A escrava**. Atualização do texto e posfácio de Eduardo de Assis Duarte. Florianópolis: Mulheres; Belo Horizonte:PUC.Minas,2009.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora, CANELLI, Marlene . **Ensinar História: Scipione** 2004,.

SHAFF, Adam. **Por que rescrevemos continuamente a historiai História e Verdade**. São Paulo: Martins Fontes ,1978, p.277-278.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

“O PECADO VESTE VERMELHO”: UMA ANÁLISE DA TERCEIRA ONDA ANTICOMUNISTA NO GOVERNO BOLSONARO (2018-2022)

Gabriel Lopes Silva⁹⁵

O presente trabalho tem como objetivo realizar uma análise de uma possível terceira onda anticomunista no Brasil, que ganha corpo durante o governo de Jair Bolsonaro (2018-2022). A pesquisa surge como uma espécie de persistência historiográfica, onde é abordada a tese do professor Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG). A pesquisa foi realizada através de obras bibliográficas de diversos autores, sendo utilizadas como metodologias de pesquisa, além de jornais on-line para ilustrar as frases de Bolsonaro.

De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta (2002), a iconografia anticomunista foi usufruída aqui no Brasil no que ele denomina de primeira onda anticomunista em meados de 1937. Sendo utilizada também na segunda onda anticomunista em 1964. Essas iconografias contribuem de maneira significativa para a criação de um discurso mobilizador contra o comunismo. Ao abordar este texto, efetua-se a análise de uma possível terceira onda anticomunista no país, que ganha corpo no governo de Jair Bolsonaro. Além dessa análise iconográfica, também é abordado uma aproximação dos militares com o bolsonarismo, algo que se aproxima dos ocorridos na primeira e segunda onda anticomunista.

Os militares atuam como lideranças hipotéticas de uma ruptura institucional militar. No entanto, para além de proporções ou proposições divergentes no campo bolsonarista, existe definitivamente uma estratégia. Ao que parece, o bolsonarismo não utiliza somente exclusivamente das táticas e técnicas da extrema-direita atual, ou seja, de formas de contestação, comunicação, a relação com as redes sociais, mas também são influenciadas fortemente nas operações psicológicas, oriundas do campo militar.

Não seria possível olhar e analisar o bolsonarismo e não olhar a questão do fenômeno que vê na intervenção militar, uma dimensão de militarização efetiva e em certa medida total da política brasileira, sem pensar que há também influência da forma com que militares se integram na política, se articulam politicamente, transformam em processo de militarização a política, os campos militares e fornece subsídio para as

⁹⁵Graduando em História pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. E-mail: gabriellopessilvamg@gmail.com

táticas e técnicas bolsonaristas, como é o caso do discurso anticomunista utilizado como elemento mobilizador.

Portanto, essa questão militar diz muito a respeito sob algumas técnicas colocadas em práticas pelo campo bolsonarista, que evidentemente não pode ser reduzido exclusivamente a partir da sua dinâmica militar, mas tem em torno de estratégias, de operações psicológicas, articulações políticas, entre outros. Essas questões vindas do campo militar são algumas táticas de certo ineditismo ou tendências mais radicais, que são muito comuns no campo da extrema direita latino-americana.

Muitas campanhas anticomunistas associaram o comunismo com as religiões, retratando-o como uma força anticristã e ateuista que ameaçava os valores e crenças religiosas. Essa associação foi particularmente forte nos Estados Unidos e em outros países ocidentais, onde havia uma maioria da população que se identificava como cristã. Vários líderes religiosos condenaram o comunismo como uma ideologia contrária à crença em Deus e à moralidade cristã. Eles argumentavam que o comunismo promovia o ateísmo e a imoralidade, negava a liberdade religiosa e o direito de praticar a fé, e violava os princípios fundamentais da dignidade humana.

O imaginário anticomunista e suas duas primeiras eclosões

Toda a conjuntura política brasileira dos últimos anos “troux” de volta um fenômeno antigo, enraizado na política e na sociedade brasileira, o anticomunismo. Embora não haja uma ameaça iminente de uma revolução socialista, o anticomunismo ainda é bastante expressivo na sociedade brasileira. É nesse aspecto que é entendido como imaginário anticomunista,

o conjunto de imagens e relações de imagens produzidas pelos homens acerca de determinados aspectos da vida social. O anticomunismo deu origem à constituição de um imaginário próprio, uma conjunção de imagens dedicadas a representar os comunistas e o comunismo (MOTTA, p.71, 2000).

Ao longo do tempo, qualquer indivíduo associado ao comunismo passou a ser visto como algo negativo, tornando-se referências de adjetivos até mesmo malignos e demoníacos. Na visão de Motta (2000)

o comunismo foi identificado à imagem do “mal”, tal qual as sociedades humanas normalmente entendem e significam o fenômeno, ligando-o à idéia de sofrimento, pecado e morte o comunismo foi identificado à imagem do “mal”, tal qual as sociedades humanas normalmente entendem e significam o fenômeno, ligando-o à idéia de sofrimento, pecado e morte (MOTTA, p. 72, 2000).

Em sua tese intitulada “Anticomunismo: o espectro imaginário que ronda o Brasil”, a autora Greice Carolina Silva de Souza diz que “o imaginário anticomunista brasileiro do século passado esteve concentrado na oposição total ao comunismo, tendo como inimigo direto e principal, inicialmente, o comunismo soviético” (SOUZA, p.34, 2022). Isso foi visto com bastante veemência na denominada por Motta (2000) de primeira onda anticomunista, ocorrida entre 1935/37. A primeira onda ocorre em virtude do discurso anticomunista utilizado enquanto elemento mobilizador, no sentido em que Vargas utiliza de tal aspecto como um dos meios de justificar o golpe, que viria a ser conhecido como Estado Novo (1937-1945).

Destaca-se também, o uso do discurso anticomunista pela Ação Integralista Brasileira (AIB), que continha bastante força e um número expressivo de militantes no período dos anos 1930. Gustavo Barroso, um dos líderes da AIB, de acordo com Felipe Cazetta (2019), via os fascistas como “verdadeiros revolucionários”, “por combater o materialismo encarnado no liberalismo e no comunismo” (CAZETTA, 2019, p. 357).

Ressalto que, não busquei fazer uma comparação do fascismo com o integralismo brasileiro, e sim trazer alguns aspectos por serem bastante próximos. A AIB pode ser entendida como exclusivamente fruto de um mimetismo ideológico do fascismo (a tradição do pensamento político autoritário brasileiro contribuiu também decisivamente para formação da doutrina), mas a influência do fascismo europeu foi, sem dúvida, de suma importância na configuração da AIB enquanto movimento político (TRINDADE, 1979, p. 278).

Já em 1964, ocorreu o golpe civil-militar, onde ocasionou diversas perseguições políticas e civis, com a criação de movimentos e grupos, como o Movimento Anticomunistas (MAC) e o Comando de Caça aos Comunistas (CCC). A retórica anticomunista também foi decisiva para mobilizar boa parte da população brasileira no referido período, contando também com uma grande influência estadunidense.

De acordo com Motta (2002), “a iconografia anticomunista era composta, principalmente, de desenhos, charges, caricaturas, histórias em quadrinhos (tanto em “tirinhas” de jornal como na forma de revista) e fotografias[...]” (MOTTA, 2002, p.90). O contexto referido por Motta (2002) é situado no período em que acontecia a Guerra Fria, onde houve um grande conflito político-ideológico travado entre os Estados Unidos e ex-União Soviética (URSS), entre 1947 e 1991. A iconografia anticomunista foi fundamental para a disseminação simbólica no imaginário da população brasileira. O cinema hollywoodiano também foi bastante influente, e percebe-se que

até o presente momento, que a indústria cinematográfica latinoamericana se constrói mediante significativos investimentos financeiros estadunidenses, bem como interesses político-ideológicos do mesmo país, seus padrões industriais e narrativos (DE FAZIO, 2017, p.161).

A religião e o anticomunismo

No dia 19 de março de 2023, o site do G1 publicou o resultado de uma pesquisa do Ipec realizada sobre quem tem medo do comunismo, e 44% dos brasileiros entrevistados afirmaram que concordam totalmente (31%) ou em parte (13%) com a afirmação de que o Brasil pode se tornar um país comunista sob o governo de Luís Inácio Lula da Silva (PT).⁹⁶ Entretanto, várias dessas pessoas apenas estão propagando aquilo que já lhes foram ditas tanto pelos extremistas de direita, quanto por outros tipos de lideranças, até mesmo lideranças religiosas. Segundo Rodeghero (2002), “uma das instituições que mais se dedicaram ao combate ao comunismo no Brasil foi a Igreja Católica. O anticomunismo católico no Brasil se organizava a partir da infra-estrutura já existente na Igreja e se beneficiava das boas relações que a hierarquia mantinha com governos e grupos dominantes” (RODEGHERO, 2002).

No dia 06 de setembro de 2022, Jair Bolsonaro participou de uma missa em Brasília-DF. Naquela ocasião, o então presidente discursou no púlpito da Igreja, onde proclamou as seguintes frases: “Afastai para longe de nós a peste do comunismo[...] Afastai com a força da Santa Cruz todos os poderes inimigos que ameaçam o povo brasileiro”.⁹⁷ Através dessas falas, pode-se analisá-las de acordo com o mito da Conspiração, abordado por Girardet (1987), conforme o autor, atribui a um determinado grupo um certo modelo de marginalização, onde esse grupo é o principal culpado pelo mal da sociedade.

Neste sentido, ao pedir que forças divinas afastem o comunismo do país, o então presidente coloca o comunismo como um inimigo, uma força maligna/diabólica, conforme diz Motta (2002): “o comunismo foi identificado à imagem do “mal”, tal qual as sociedades humanas normalmente entendem e significam o fenômeno, ligando-o à idéia de sofrimento, pecado e morte” (MOTTA, 2000, p.72).

As falas de Bolsonaro referidas ao comunismo, apenas reproduzem o que a iconografia anticomunista externa tinha como objetivo, em que relacionam o “comunismo ao inferno e os comunistas ao demônio, que representam esses como vermes, abutres,

⁹⁶ BOITEMPO, B. Quem tem medo do comunismo? Disponível em: [Quem tem medo do comunismo? – Blog da Boitempo](#). Acesso em: 09 de abr. de 2023.

⁹⁷ 360, P. “Afastai a peste do comunismo”, diz Bolsonaro durante missa. Disponível em: ["Afastai a peste do comunismo". diz Bolsonaro durante missa \(poder360.com.br\)](#). Acesso em: 09 de abr. de 2023.

polvos, serpentes, que os relacionam à doença, ao estrangeiro, à traição, à ilusão” (RODEGHERO, 2002).

Esse imaginário é construído no decorrer das décadas e reforçado por grupos de extrema direita ou grupos que se opõe a ideologia política e quer atacar seu adversário político usando o “fantasma do comunismo”. O padre Paulo Ricardo, é um dos líderes religiosos que propagou teorias sobre o comunismo sem nenhum tipo de embasamento⁹⁸. O mesmo passou a defender Jair Bolsonaro nas suas duas candidaturas à presidência.

Nos últimos anos, o padre passou a criar vídeos e conteúdos virtuais, o que levou a transformá-los em cursos, em que o mesmo cobra certos valores para os interessados e outros que estão disponíveis de forma gratuita em alguns sites da internet. Em um desses vídeos, o padre enfatiza que o católico não deve votar em partidos comunistas, e também não deve votar ou apoiar os partidos que se aliam aos comunistas. De forma didática, o padre Paulo Ricardo citou os decretos da Igreja Católica que falam sobre o tema.⁹⁹

De acordo com Motta (2000), “no momento em que o comunismo passou a ser percebido como um perigo sério para a Igreja ele também começou a ser anatematizado como “cria de Satanás”, do mesmo modo que a Reforma ou o perigo turco em outras eras” (MOTTA, 2000, p.73). No Brasil, ocorrem casos como o de Paulo Ricardo, em que “os religiosos lançaram mão com bastante frequência do recurso à demonização dos comunistas” (MOTTA, 2000, p.74).

Os discursos de Bolsonaro e dos grupos de extrema direita são erigidos pelas bases de aversões religiosas e uma associação da religião ao anticomunismo. Portanto, cria-se imagens no imaginário das pessoas, algo que aconteceu quando se intensificou a “caça” aos comunistas na década de 1960, construindo um inimigo que deve ser extirpado. Entretanto, Motta (2000) afirma que a associação do comunismo com o demônio nos discursos não foi um elemento exclusivo da Igreja Católica.

A associação entre comunismo e demônio não foi uma característica exclusiva do discurso católico. Na grande imprensa encontramos numerosas representações semelhantes, como o caso de um jornal carioca que chamou os comunistas de “(...) phalange impenitente dos demonios evadidos do inferno russo (...)”. Entretanto, fora dos meios católicos, raramente ocorria a demonização explícita dos comunistas, ou seja, a afirmação cabal de que eles seriam agentes de satã (MOTTA, 2000, p.75).

⁹⁸ KICIS, Bia. Padre Paulo Ricardo sobre o comunismo. 07 de nov. de 2021. Facebook: Bia Kicis. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=1046723276140271>. Acesso em 09 de abr. de 2023.

⁹⁹ MARIA, T. Padre Paulo Ricardo aponta os verdadeiros genocidas: o comunismo. 21 de out. de 2022. Disponível em: <https://templariodemaria.com/padre-paulo-ricardo-aponta-os-verdadeiros-genocidas-o-comunismo/>. Acesso em: 09 de abr. de 2023.

Alguns dos eventos que estavam na agenda eleitoreira de Bolsonaro, sem dúvidas era o comparecimento em cultos e missas. O então presidente não utilizava o púlpito somente para discursar contra o comunismo, mas sim de forma que ele capturasse mais eleitores através das igrejas. Bolsonaro conseguiu reunir um vasto grupo de *influencers* gospel, dentre eles o pastor André Valadão, que conta com mais de 5 milhões de seguidores nas redes sociais. Bolsonaro também discursou contra outros tipos de ideologias, como a ideologia de gênero e educação sexual nas escolas. Motta (2000) analisa que “os anticomunistas brasileiros ficavam igualmente enfurecidos com as informações de que os soviéticos introduziram educação sexual nas escolas. Consideraram a medida uma indignidade, que resultaria na transformação dos jovens em “garotos perversos”, sem freios para conter seus “excessos de libidinagem” (MOTTA,2000, p.93).

Em suma, é bastante tendenciosa a associação de líderes religiosos ao associar o comunismo a imagens e retóricas demoníacas. Foi algo que aconteceu nas duas primeiras eclosões anticomunistas no Brasil, e que fora resgatado por Bolsonaro durante seu mandato e na sua frustrada tentativa de se reeleger como presidente. Ressalta-se a busca por um inimigo interno e um tipo de aliança com religiosos, algo que aconteceu em diversos regimes considerados autoritários no decorrer do século XX.

Terceira onda anticomunista

Rodrigo Patto Sá Motta fez uma análise histórica acerca de duas eclosões do anticomunismo no Brasil. A primeira grande onda anticomunista teria surgido na denominada de Intentona Comunista, entre 1934/35 e a segunda onda teria voltado a tona no golpe de 1964, que ocasionou na ditadura militar, um dos momentos mais desumanos da história do Brasil. Neste tópico, busca-se evidenciar uma onda anticomunista que voltou a rodear o país décadas depois e ganhou bastante força no governo Bolsonaro.

O bolsonarismo surge de uma forma bem complexa, de maneira que há diversos pontos que ligam a elementos diferentes. Nunes (2022) aborda que assim “como assinalou Isabela Kalil, o maior feito do bolsonarismo foi ter conseguido que todos esses diferentes elementos – militarismo, anti-intelectualismo, empreendedorismo, anticomunismo, libertarianismo econômico, discurso anticorrupção, conservadorismo social – convergissem em torno de uma única figura: o “cidadão de bem” (NUNES, 2022, p.29).

Bolsonaro, em seus variados discursos, colocava em pauta questões religiosas e ideológicas, colocando grupos e pessoas de esquerda como anormais, criando um tipo de “nós contra eles”. Em seu discurso de solenidade, no Palácio do Planalto, ele disse:

Abra a mente daqueles que estão do lado da esquerda. Essa maldita esquerda que não deu certo em nenhum lugar do mundo e alguns tentam fazer com que eles voltem ao poder. Agradeço a Deus pelo milagre da eleição. A responsabilidade de todos vocês é enorme. Não dê chance para essa esquerda. Eles não merecem ser tratados como pessoas normais, como se quisessem o bem do Brasil, isso é mentira" (SOARES, Ingrid, 2020).¹⁰⁰

Portanto, grupos de esquerda, assim como as pessoas que são simpatizantes à essa ideologia, são associados ao comunismo, mesmo não sendo, como o Partido dos Trabalhadores (PT), um partido político de centro-esquerda. Se esse partido fosse de fato comunista, talvez a própria organização e estrutura da democracia liberal seria destruída. De forma simplificada, ao falar sobre democracia liberal, refiro-me à independência dos três poderes e garantias de direitos constitucionais aos mais diversos grupos da população. Bolsonaro fez essas associações do comunismo ao PT justamente para amedrontar uma grande parcela da população, dessa forma, evidencia-se que, Bolsonaro se beneficiou da campanha anticomunista, onde arrecadou milhares de votos contra o presidente eleito Luís Inácio Lula da Silva pelo segundo turno da eleições de 2022.

O uso do discurso anticomunista é analisado como elemento de mobilização, um fenômeno político a ser extirpado. Aquilo que se entende como comunismo são elementos que sempre estiveram presentes, de uma forma central ou até mesmo subterrânea na sociedade e política brasileira. O uso do anticomunismo como símbolo e processos que vislumbram a dinâmica da purificação da população brasileira, onde esses discursos passam a ser utilizados como elementos mobilizadores.

O sentimento anticomunista reaparece no Brasil décadas após as duas grandes ondas, por volta de 2003, no primeiro mandato de Lula, e se intensifica, ganhando corpo em meados de 2018 até os dias atuais, de forma adaptada ao século XXI. O bolsonarismo trouxe de volta à tona o fantasma do comunismo, de forma evidente, pela adaptação ao século das tecnologias avançadas, como a

mobilização permanente através de conteúdos alarmistas e conspiratórios; espelho invertido do inimigo e devolução de acusações; e criação de um canal direto e exclusivo de comunicação entre a liderança e seu público através da

¹⁰⁰ SOARES, Ingrid. Bolsonaro sobre a esquerda: 'Não merecem ser tratados como pessoas normais'. Correio Braziliense, 16 de jan. de 2020. Acesso em: 14 de abr. de 2023. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/01/16/interna_politica.820909/bolsonaro-sobre-a-esquerda-nao-merecem-ser-tratados-como-pessoas-nor.shtml.

O perfil de Bolsonaro “se adequava bem à sensibilidade antipetista e antiesquerdista em ascensão, em que se destacavam anticomunismo” (MOTTA, 2022, p.06). O ex-presidente faz essa adaptação do anticomunismo vinculado ao patriotismo verde-amarelo, que rejeita o vermelho do comunismo, além do conservadorismo moral, conforme elucida Motta (2022).

[...] patriotismo verde-amarelo representando rejeição ao “vermelho”, conservadorismo moral (machismo, homofobia) escudado em discursos religiosos, defesa de ações violentas e liberação do porte de armas, e acusações de que a esquerda era responsável por aumento da corrupção. A mobilização direitista e a crescente popularidade de Bolsonaro contribuíram para valorizar a memória da ditadura, vista como campeã na luta antiesquerdista e como período em que os “bandidos” eram punidos (MOTTA, 2022, p. 06).

Em vista disso, Jair Bolsonaro acaba incluindo novas matrizes em seus discursos anticomunistas, de uma maneira em que engloba “patriotismo autoritário, moralismo conservador e anticomunismo” (MOTTA, 2022, p.10). Ele traz uma “antagonística do aparato trabalhava com padrões discursivos semelhantes àqueles mais gerais direcionados ao antipetismo, associando a militância à figura do bandido, da ameaça ou da elite hipócrita e corrupta” (CESARINO, 2019, p. 541).

Dessa forma, analisamos uma terceira onda anticomunista no país. Com várias semelhanças em comparação às duas primeiras ondas, mas com suas divergências. Como citado acima, a ligação do patriotismo, do conservadorismo moral, do discurso religioso para justificar os meios, são algumas formas que podem ser analisadas na nova adaptação da retórica anticomunista do século XXI no Brasil. Além das tecnologias da contemporaneidade, na qual Bolsonaro usou de forma pertinente e coesa, para manter um contato com a população e seus seguidores mais fiéis.

Não por acaso, o dia 27 de novembro, data da derrota do movimento ocorrido, passou a ser considerado como uma espécie de Dia Nacional do Anticomunismo. Vê-se então, o “medo” do fantasma do comunismo atualmente, alimentada principalmente nas redes sociais e sua suposta ameaça, não é nenhuma novidade e tem sido usado como estratégia de dominação por grupos da extrema direita. E infelizmente, aqueles que acreditam se torna também difusor de desinformação.

Referências

CAZETTA, Felipe. **Fascismos (?): Análises do Integralismo Lusitano e da Ação Integralista Brasileira (1914-1937)**. Paco Editorial, São Paulo, 2019.

CESARINO, Letícia. **Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal**. Rev. antropol. (São Paulo, Online) | v. 62 n. 3: 530-557 | USP, 2019.

DE FAZIO, Andréa Helena Puydinger. (2018). **Influência hollywoodiana e o olhar estrangeiro na consolidação da indústria cinematográfica mexicana: um cinema (trans)nacional?**. Revista Eletrônica Da ANPHLAC, (23), 146–173.
<https://doi.org/10.46752/anphlac.23.2017.2878>

GIRARDET, Raoul. Mitos e mitologias políticas. São Paulo: CIA das Letras, 1987.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A guerra cultural bolsonarista**. Contenciosa, núm.12, 2022.
<https://doi.org/10.14409/rc.10.12.e0015>

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. USP, São Paulo: 2000.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Cap. 4. Fapesp, São Paulo: 2002.

NUNES, Ricardo. **Do transe à vertigem: Ensaio sobre bolsonarismo e um mundo em transição**. São Paulo: Ubu, 2022.

RODEGHERO, Carla Simone. (2002). **Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria**. Revista Brasileira De História, 22(Rev. Bras. Hist., 2002 22(44)), 463–488.
<https://doi.org/10.1590/S0102-01882002000200010>

SOUZA, Greice Caroline Silva de. **Anticomunismo: o espectro imaginário que ronda o Brasil**. Dissertação de mestrado. Porto Alegre, 2022.

TRINDADE, Héglio. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30**. São Paulo: Difel, 1979.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

O ÚLTIMO DUELO (2021): O CINEMA COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NO COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Joyce Mariane De Araújo Cruz¹⁰¹

Introdução

O cinema encanta, fascina, deslumbra. Desde o seu surgimento no fim do século XIX e início do século XX na França da *Belle Epoque*. Essa arte se mostrou uma excelente ferramenta para analisar o momento histórico vivido, suas transformações, as questões da época em que a obra foi produzida. Uma verdadeira transformação tecnológica que não se limitava apenas ao espaço e a época de sua produção. Conforme Hobsbawm:

Pela primeira vez na história, a apresentação do movimento em imagens visuais se libertava da sua apresentação imediata e ao vivo. E, pela primeira vez na história, o teatro ou o espetáculo estavam livres das restrições impostas pelo tempo, espaço e natureza física do observador, para não falar dos limites do palco em relação ao uso dos efeitos (HOBSBAWM, 2012, p. 210).

Diante das diversas possibilidades que o cinema proporciona como essa ferramenta, na sala de aula não poderia deixar de ser diferente. O ensino de história é importante e essencial para a construção de da sociedade, de seus valores, ideias, fatos e acontecimentos, sendo que os desafios que os professores dessa disciplina enfrentam são inúmeros. Desde a defasagem de leitura e escrita, quanto a falta de material e estrutura pedagógica e desvalorização salarial desse profissional. Diversos desafios que por vezes tornam o ensino de História pouco atrativo para os alunos.

A partir desse entendimento, o presente artigo se dispõe a demonstrar como o cinema (nesse caso o cinema épico Hollywoodiano) e a utilização da análise fílmica podem servir de aliados para o professor que se dispõe a inserir estratégias de aprendizagem diferenciadas e dinâmicas. Para Marcos Napolitano:

(...) Trabalhar com o cinema em sala de aula é ajudar a escola a reencontrar a cultura ao mesmo tempo cotidiana e elevada, pois o cinema é o campo no qual a estética, o lazer, a ideologia e os valores sociais mais amplos são sintetizados numa mesma obra de arte. Assim, dos mais comerciais e descomprometidos aos mais sofisticados e “difíceis”, os filmes tem sempre alguma possibilidade para o trabalho escolar (NAPOLITANO, 2003, p. 12).

¹⁰¹ Mestranda em História, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) E-mail: Joyce_boc@hotmail.com

Diante disso, utilizar o cinema como uma ferramenta pedagógica é mais uma aliada para tornar a escola e especificamente o ensino de História mais interessante, e desenvolver debates a respeito da violência de gênero. Para o desenvolvimento desse trabalho escolhemos o épico medieval lançado em 2021 *O Último Duelo*, do diretor *Ridley Scott*. que pode ser trabalhado em uma turma do 3º ano do Ensino Médio. A escolha do filme citado se deveu a questões como conteúdo curricular abordado: A Idade Média em correlação com temáticas como violência de gênero, assédio e abuso.

O Me Too Medieval

Em 2017 uma série de denúncias contra o produtor *Harvey Weinstein*¹⁰² e suas violências, estupros e abusos de poder em Hollywood contra diversas atrizes famosas da Indústria Cinematográfica, desencadeou uma série de protestos e um movimento que ficou conhecido como *#metoo*, em tradução livre “Eu também”. Em várias partes do mundo esse movimento encontrou vítimas, não somente referentes à *Harvey Weinstein*, mas a Indústria Midiática em si:

primeira vez que se utilizou a tag *#MeToo* foi em 2006, no Myspace por Tarana Burke, ativista social que queria ajudar vítimas de assédio sexual, assim como ela, e principalmente mulheres de ascendências, raças e etnias em situações desprivilegiadas (Braileanu et al, 2020). Já em 2017, ocorreu o segundo movimento com a *#MeToo*, que eclodiu após a exposição de vários casos de agressão sexual e assédios do diretor de cinema Harvey Weinstein (...) (LUPPI, 2021, p. 38).

Diante do alcance global desse movimento, tornou-se cada vez mais pungente dar voz e discutir sobre a violência de gênero em todos os âmbitos da sociedade, principalmente no meio escolar, tendo em vista que é através dos debates e discursos que ajudamos a pôr fim a essa cultura machista de assédio e abuso. Nesse sentido entendemos gênero através do que Joan Scott (1989) definiu: como uma maneira de se

¹⁰² Desde a criação dos primeiros estúdios, há um século, houve poucos executivos de cinema tão dominantes, ou tão dominadores, como *Harvey Weinstein*. Ele foi cofundador das empresas de produção e distribuição *Miramax* e *Weinstein Company*, ajudando a reinventar o modelo de filmes independentes com filmes como “*Sex, Lies, and Videotape*”, “*The Crying Game*”, “*Pulp Fiction*”, “*The Paciente Inglês*”, “*Shakespeare Apaixonado*” e “*O Discurso do Rei*”. Além de Hollywood, ele exerceu sua influência como um prolífico arrecadador de fundos para candidatos do Partido Democrata, incluindo Barack Obama e Hillary Clinton. *Weinstein* combinou um olhar aguçado para roteiros, diretores e atores promissores com um estilo de fazer negócios agressivo e até ameaçador, inspirando medo e gratidão. Seus filmes receberam mais de trezentas indicações ao Oscar e, nas cerimônias anuais de premiação, ele recebeu mais agradecimentos do que qualquer outra pessoa na história do cinema, ficando logo atrás de Steven Spielberg e logo diante de Deus.

Disponível em:

<https://www.newyorker.com/news/news-desk/from-aggressive-overtures-to-sexual-assault-harvey-weinsteins-accusers-tell-their-stories>

Acesso: 27/08/2023

referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. Nesse sentido, violência de gênero é entendida por Santos:

A violência de gênero se define como qualquer tipo de agressão física, psicológica, sexual ou simbólica contra alguém em situação de vulnerabilidade devido a sua identidade de gênero ou orientação sexual (SANTOS, 2020).

Através desses conceitos, partiremos agora sobre a análise do filme *O Último Duelo* (2021). O longa narra a história verídica do que foi considerado o “último duelo” da Idade Média¹⁰³, ocorrido entre um cavaleiro francês *Jean de Carrouges* (Matt Damon) e seu escudeiro *Jacque le Gris* (Adam Driver), após o primeiro acusar o segundo de estuprar sua esposa *Marguerite De Carrouges* (Jodie Comer).

Ficha técnica completa	
Título:	The Last Duel (Original)
Ano produção:	2021
Dirigido por:	Ridley Scott
Estreia:	14 de Outubro de 2021 (Brasil)
Duração	152 minutos
Classificação	16 - Não recomendado para menores de 16 anos
Gênero:	Drama
Países de Origem	Estados Unidos da América
	Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte



Figura 1:
Cartaz
Promocional
do Filme.
Acesso:
27/08/2023

¹⁰³ "A Idade Média é o nome do período da história localizado entre os anos 476 e 1453. A nomeação “Idade Média” é utilizada pelos historiadores dentro de uma periodização que engloba quatro idades: Antiga, Média, Moderna e Contemporânea. Quando nos referimos à Idade Média, geralmente referimo-nos a assuntos relacionados, direta ou indiretamente, com a Europa" Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historiag/idade-media.htm>

Acesso: 27/08/2023

¹⁰⁴ Ficha Técnica do Filme: Disponível em: <https://filmow.com/o-ultimo-duelo-t280911/ficha-tecnica/>

Acesso: 27/08/2023

Contado em três versões, as possibilidades de análise e crítica em sala de aula são amplas, além de se trabalhar sobre as diferentes versões de um mesmo acontecimento, é possível desenvolver com os alunos a correlação entre passado e presente, tendo em vista que a personagem feminina é julgada a todo momento, seja por suas roupas, comportamento e até mesmo pela violência sofrida.

José Rivair defende que “A Idade Média retratada no cinema ajuda mais a compreender a história contemporânea do que a história medieval, propriamente dita” (2006). Nesse sentido, compreendemos que a produção do filme refletiu o contexto histórico vivido a partir de 2017 devido ao movimento *#metoo*, retratar uma história baseado em fatos que conta a história de um estupro.

Para se utilizar esse filme como uma ferramenta pedagógica é necessário partir de um debate anterior sobre os conceitos como: História e Narrativa, Ambientação Medieval, Violência de Gênero, Patriarcado, Masculinidade Tóxica, Sororidade feminina, Assédio e Abuso. Além disso, é ideal também ter a sensibilidade com as cenas retratam a violência sofrida pela personagem feminina que podem ser chocantes para alguns, por isso devido a própria maturidade da idade, esse filme é ideal para ser trabalhado em turmas do 3º ano do Ensino Médio. Em segundo aspecto, devem ser trabalhados os paralelos entre passado e presente para que os alunos possam compreender e realizar a análise fílmica, principalmente sobre determinadas cenas:



Figura 2: A esposa submissa e o “ideal” feminino na visão de Jean de Carrouges.
Minuto: 25:14



Figura 3: O sapato como representação
Do “consentimento” na visão de Jaques les Gris
Minuto: 1:13:09

As cenas acima retratam as visões dos personagens masculinos do filme. A figura 2 representa o típico homem medieval e como seriam os casamentos dessa época, com o marido guerreiro, “ másculo ” e provedor, ao qual via a esposa como a mulher medieval suave, feminina e dócil. Já a figura 3, representa o momento que antecede o abuso, porém como é retratada por meio do olhar de *Jacques le Gris* a cena é filmada para que pareça que há um “consentimento” por parte de *Marguerite*, aqui mostrada pelo fato dela retirar seus sapatos. As duas visões são do ponto de vista masculinos, e ajudam a trabalhar com os alunos como as versões de uma história podem mudar de acordo com quem as conta. Conforme José de Assunção Barros:

[...] Para o âmbito das relações entre Cinema e História, interessa particularmente a possibilidade de a obra cinematográfica funcionar como meio de representação ou como veículo interpretante de realidades históricas específicas, ou, ainda, como linguagem que se abre livremente para a imaginação histórica (...) (Barros. 2012. p. 3).

O momento mais importante do filme é quando assistimos a versão do ponto de vista de *Marguerite*. Vemos o quanto ela era inteligente e silenciada, primeiro pelo pai que a vende a um marido bruto, depois por esse mesmo marido que a deixa sozinha e não escuta suas ideias para a administração da propriedade. A própria sogra que é dura e ríspida, além de culpabilizá-la por não ter um filho. Inclusive nesse aspecto vemos o quanto a cobrança da maternidade e sobre o corpo feminina era algo recorrente.



Figura 4: Duas violências: O estupro perpetrado por Jaques e o estupro marital cometido por Jean e entendido como “direito” do marido.

A cena da violência cometida por *Jacques les Gris* é difícil de assistir exatamente por é algo em que grande parte das mulheres vivenciam ao longo da vida, e posteriormente ao buscar a ajuda do marido, *Marguerite* sofre novamente um estupro, mas que no olhar da época e até bem pouco tempo atrás era aceito como um direito do “Marido”. Sobre o estupro marital:

[...] consiste na conjunção carnal forçada dentro da relação conjugal, ou seja, do marido e sua mulher, tratada ao longo dos tempos como uma das obrigações do casamento, embora não existisse nada expresso”. Já o estupro marital é aquele pelo qual um dos cônjuges comete o crime contra o seu parceiro, forçando-o a ter prática do ato sexual, pelo fato de estarem casados (VIANA, 2017, p. 1).

É importante ressaltar que o filme é dirigido por um homem, e nesse aspecto percebe-se o quanto o olhar masculino acaba por não trazer de fato o sofrimento da mulher, além de representar também a resolução da situação por meio do masculino (um

duelo) utilizando como justificativa o período histórico retratado. Sandra de Souza Machado escreve que:

Na década de 2008 até 2018, as produções audiovisuais realizadas para as massas- que visam lucros nas bilheterias e em canais pagos- parecem estar de mal a pior em relação às mulheres e os estereótipos a elas imputados. (...) são centenas de filmes e séries que arrebanham milhões de espectadores(as) e dólares, enaltecem o masculino em construtos psicossociais enraizados sobre heróis e salvadores, e depreciam de forma contundente o feminino, reduzindo as mulheres a estereótipos repetitivos (e centenários) como histéricas, frágeis, possuídas, prostituídas, enfim, depositárias do mal (MACHADO, 2019, p. 60).

Sendo assim, entendemos que as mídias culturais como a televisão e o cinema tendem a mostrar uma visão sobre as mulheres relacionadas ao corpo, sexo e desejo, sendo que estes aspectos por sua vez são negativizados e transformados em culpa e tentação aos homens, estes sim destinados ao poder.

Entende-se que o uso do cinema em sala de aula acarreta amplas possibilidades de debates e denúncias sobre violências e assédios sofridos pelas mulheres continuamente e independente da época vivida. Trazendo paralelos entre a ficção e a realidade permite que os professores possam trabalhar de forma pedagógica crimes que acontecem na atualidade, vide o movimento *#metoo* e também o julgamento por estupro que as mulheres são submetidas diariamente.



Figuras 4 e 5:
Comparação de cenas.
Caso Marguerite não conseguisse “provar” o estupro através do duelo ela seria queimada viva.
- Julgamento “Mariana Ferrer” “Fogueira” pública.

Mariana Ferrer¹⁰⁵ acusou o empresário André de Camargo Aranha de estupro em dezembro de 2018. Porém o mesmo foi declarado “inocente” por falta de provas. Na época do julgamento, Mariana foi submetida a acusações de que usava roupas e poses “provocativas” em suas redes sociais, além de estar bêbada no dia do fato ocorrido. A jovem foi condenada a uma fogueira “pública” ao ser julgada por diversos homens no tribunal.

Os paralelos entre o julgamento de Mariana com a cena do julgamento de *Marguerite* no filme são muito similares: Questionada se não havia sonhando com o estupro, que havia declarado achar o abusador bonito, que o fato de estar grávida poderia ser uma prova de que havia gostado da relação, além de estar rodeada por homens; podem ser comparados ao julgamento de Mariana Ferrer. A ficção e a realidade extremamente próximas.

Conclusão

Como pode- se perceber o filme debate assuntos extremamente necessários a serem trabalhados em sala de aula. Ao analisar as versões apresentadas, o aluno tem a oportunidade de desenvolver o espírito crítico, a análise fílmica e a compreensão de que tais ações devem ser combatidas e denunciadas.

Conclui- se que abordagens interativas entre cinema, violência e gênero proporcionam aos alunos uma grande possibilidade de desenvolvimento de criticidade e na formação dos mesmos enquanto seres humanos conscientes e críticos frente a esses casos de violência.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D’Assunção. NÓVOA, Jorge. **Cinema- história: teoria e representações sociais no cinema**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Apicuri. 2012.

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Impérios** (1875-1914). RJ. Paz e Terra. 2012

LUPPI. **O Movimento #MeToo como estratégia de comunicação global de mulheres vítimas de assédio sexual**. 2021. Disponível:
chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/11961/1/8451_18325.pdf
Acesso: 27/08/2023

¹⁰⁵ O caso Mariana Ferrer: Disponível em:
<https://www.conjur.com.br/2021-nov-03/escritos-mulher-mariana-ferrer-deficiencias-sistema-justica>
Acesso: 27/08/2023

MACEDO, José Rivair de. **A Idade Média através do Cinema**. 2006.

MACHADO, Sandra de Souza Machado. **Entre Santas, Bruxas, Loucas e *Femme Fatales*: [Más] Representações e questões de gênero nos cinemas**. 1. Ed. Curitiba. 2019.

NAPOLITANO. Marcos. Como usar o cinema na sala de aula. 2003.

SANTOS, Rahellen. **O que é violência de gênero e como se manifesta?**. 2020.

Disponível em: <https://www.politize.com.br/violencia-de-genero-2/>

Acesso: 27/08/2023

VIANA, Rannyela. **Estupro marital frente aos deveres conjugais**. Jusbrasil. 2017.

Disponível em:

<https://rannyelaviana.jusbrasil.com.br/artigos/416933770/estupromarital-frente-aos-deveres-conjugais>.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

OBSERVATÓRIOS E VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Gabriela Rocha Ribeiro¹⁰⁶

Daliana Cristina de Lima Antonio¹⁰⁷

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir do levantamento bibliográfico nas bases *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), objetivando uma revisão sistemática sobre observatórios com tema violência de gênero. Isto porque, iniciamos atividades junto de recente proposta que visa implementar no município de Montes Claros, Minas Gerais, o Observatório Norte Mineiro de Violência de Gênero, sendo importante conhecer as práticas de demais organizações deste tipo. Como ferramenta de busca empregou-se os descritores primários “observatory” e “violence” com conector booleano “AND” e campo de aplicação para título, resumo e palavras-chaves ou assunto. Nos critérios de inclusão e exclusão, houve um recorte idiomático mantendo português, inglês e espanhol e uma seleção de artigos científicos¹⁰⁸, sem delineamento de tempo. O levantamento ocorreu no período de maio a junho de 2023 e identificadas 64 produções, dispostas em planilha, se deu a exclusão de produções duplicadas resultando 37 artigos. Foram selecionados 9 artigos para leitura integral, após a leitura dos resumos, com produções referentes aos dados de observatórios institucionalizados. Feito uma leitura completa, um dos artigos foi descartado por mencionar somente um dado de um observatório. A fim de organizar e pensar sobre as atividades descritas pelos observatórios em cada um destes artigos, um quadro foi elaborado com: objetivo(s), métodos e técnicas, resultados, considerações/proposições e observações. O texto que se segue visa uma síntese narrativa.

No artigo “Uma aproximação à medição da violência familiar em Santiago de Cali, 2003-2005” (ORTIZ, 2007), o objetivo é mensurar a violência familiar e seus componentes no município colombiano entre 2003 e 2005. Um estudo descritivo, a partir dos dados do Observatório de Violência Familiar da Secretaria de Saúde Pública do município e demais organizações associadas à temática, proporcionou a elaboração de um questionário com respostas múltiplas para ser aplicado em dois grupos: meninos e meninas maiores entre 1

¹⁰⁶ Graduanda em Direito, Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Bolsista FAPEMIG. E-mail: gabrielarroch@gmail.com

¹⁰⁷ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (UnB). Bolsista PCRH-FAPEMIG. E-mail: daliana.antonio@unimontes.br

¹⁰⁸ Ao longo da exposição, optamos por uma tradução própria para o português brasileiro.

a 9 anos de idade e mulheres e homens de 10 anos ou mais. Apontaram em gráfico constando o órgão e o ano da ocorrência e constataram um aumento de 19% nas notificações de violência intrafamiliar. Inferem tal aumento à maior difusão de informações sobre esse tipo de violência. Ainda, as localidades de residência das vítimas são expostas em mapa no que se verificou territórios que têm ausente um atendimento para suprir necessidades básicas. Demais figuras relacionam tipos de abusos, tipos de relações que os agressores tinham com as vítimas e respectiva faixa etária. O aumento verificado no ano de 2005 demonstrou mais notificações de violência física, psicológica e verbal sob o tipo familiar. A prevalência sobre crianças foi entre cinco a nove anos, caracterizando violências físicas executadas pelas genitoras com predominância de notificações quando meninos eram as vítimas (52,7%). No contexto das mulheres, houve abusos físicos em 31,5% dos casos por cônjuges, enquanto para os homens, o maior predomínio foi de violações físicas na faixa etária de 10 a 14 e 15 a 29 anos, também majoritariamente por genitoras (27,9%). A pesquisa encerra considerando que a violência física é predominante típica no âmbito da violência familiar. Das especificidades de violência contra a mulher, estudos nacionais e internacionais foram similares.

O artigo “Violência extrema contra a mulher e feminicídio: da intimidade ao tráfico de pessoas no Peru” (CURRO-URBANO, 2017) teve como base de dados o Observatório de Criminalidade do Ministério Público (OCMP) entre 2009 e 2014. No estudo observacional das informações secundárias deste observatório foi averiguado a incidência da violência e de feminicídio visando indicar fatores de risco no país por meio de um cálculo proporcional de mês/ano, localização no território nacional e a relação entre vítima e agressor. Tabelas apresentam ainda a idade da vítima, data da ocorrência e cenário. Foram 740 ocorrências de feminicídio e 271 tentativas. A prevalência das ocorrências se deu no mês de janeiro, relacionando o período gestacional e puerperal como demonstrado um padrão sazonal dos nascimentos, e também pelo período do verão haver maior convivência entre os companheiros. Há maior ocorrência de feminicídios quando a vítima desconhece o agressor. Os territórios de maiores índices foram os que registram ocorrências de tráfico de pessoas, em sua maioria, mulheres menores de 18 anos. Por fim, das vítimas menores de 12 anos houve maior probabilidade de morte, e em maiores de 65 anos foi associado às/aos cuidadoras/es.

O artigo “Vigilância do óbito como indicador da qualidade da atenção à saúde da mulher e da criança” (MELO, 2017) teve como objetivo avaliar o Comitê de Prevenção do Óbito Materno, Fetal e Infantil, da Região de Saúde de Viçosa-MG, sobre os obstáculos e a capacidade para a constituição de um observatório visto uma rede que inclui nove

municípios da Zona da Mata do estado. Com a pesquisa-participante acompanhando reuniões do Comitê, entrevistas semiestruturadas com membros e secretários de saúde municipais e análise de dados relativos às investigações de óbitos discutidas pelo Comitê, foi indicado os seguintes problemas: baixa valorização da vigilância do óbito enquanto mecanismo de estruturação de políticas em saúde; baixos investimentos na área, identificados recursos precários quanto à infraestrutura e a capacitação dos profissionais; sobrecarga de atividades e diálogo escasso entre as instituições da rede. Dentre as vantagens, é devido apontar para uma maior comunicação entre os municípios para a circulação de informações sobre as investigações dos óbitos, sendo assim possível avaliar os contextos de violências doméstica, obstétrica e institucional e promover ações de enfrentamento à violência contra a mulher no município. Em conclusão, as mortes são evitáveis se houver prevenção sob a análise de dados.

No artigo “A Rede de Saúde Mental de Belo Horizonte e o cuidado em liberdade: do direito à cidadania ao direito à maternidade” (SOUZA; NOGUEIRA, 2018) são relatados, por profissionais da rede pública de saúde mental, três casos de mulheres que, devido a situação de vínculo institucional com apoio sobre o uso da substância “crack”, tem determinado a incapacidade ao exercício da maternidade. A pesquisa se deu no âmbito do Observatório de Políticas e Cuidado em Saúde, da Universidade Federal de Minas Gerais, com a investigação da retirada compulsória de bebês nascidos mães usuárias de drogas ilícitas e lícitas da saúde mental e que têm trajetória de vida nas ruas, denominadas mães vulneráveis. Ao fazerem referência ao processo, definem como um sequestro o que, legitimamente, é realizado pela maternidade do hospital. As autoras salientaram a categoria cidadania e o respeito à vida das pessoas usuárias de drogas, considerada a reforma psiquiátrica. Ihimento, sobre o que inferem que as profissionais acolhem e orientam ao exercício da cidadania. O primeiro caso diz de uma mulher que já sofreu a retirada do recém-nascido, o que a fez não recorrer aos exames pré-natal. O segundo caso diz da história de uso de drogas desde a adolescência e a busca de apoio familiar, no caso avós, para não ter o bebê retirado. Por fim, o terceiro caso, a mulher aguardou um mês, conforme os devidos cuidados, higiene e amamentação, do nascido com oito meses e, por isso, internado em UTI da instituição hospitalar, e foi surpreendida com a ação do Conselho Tutelar que retirou o direito à maternidade devido o relato do marido que afirmou o uso de droga uma vez ao dia. As autoras dizem ser uma “máquina de violação aos pobres” já que não há uma garantia de proteção a estas crianças nem políticas públicas para a maternagem. E, ainda, deveriam primariamente haver abrigos

preventivos para que se demonstre, efetivamente, a incapacidade dos cuidados por essas mulheres que vivem em situações vulneráveis.

O artigo “Observatório da Violência Obstétrica: Contribuições da Argentina para o Debate Internacional” (QUATTROCCHI, 2019) é resultado de um trabalho de campo, sob o método etnográfico e técnicas qualitativas, realizado entre os anos de 2016 e 2017, na Argentina, com informantes (138 pessoas) ativistas, médicos, obstetras, funcionários do governo, acadêmicos, gestores de formação em saúde e professores, residentes e profissionais de saúde em Obstetrícia-Ginecologia e Obstetrícia em seis hospitais públicos. As entrevistas tiveram como objetivo analisar os processos históricos, sociais e políticos das pessoas que participaram, ou estiveram de algum modo envolvidas, na concepção e implementação da lei que reconheceu a violência obstétrica no país. O campo se deu junto da organização *Las Casildas* fundada em 2011 por uma psicóloga social, em um contexto de maternidade visando compartilhar sua vivência e trajetória como “grávida, parturiente e mãe de primeira viagem”. Veio a se formar e atuar como enfermeira neonatal e pediátrica seguindo o caráter ativista junto da equipe: biólogo, obstetra, quatro atrizes, duas psicólogas e duas advogadas que vieram a institucionalizar o observatório, criado em 2015, visando garantir a visibilidade a respeito do tema. Neste ano, iniciou-se uma coleta de dados que seguiu até agosto de 2016 com 4.939 respondentes, apresentada no 31º Encontro Nacional de Mulheres. O instrumento elencou: práticas realizadas em relação ao corpo da mulher e do recém-nascido, informações prestadas pelos profissionais de saúde, presença de acompanhante, comentários, piadas, apelidos, críticas contra mulheres, discriminação, intimidação, corte do cordão umbilical, contato inicial e apego, amamentação e práticas realizadas com o bebê. A forma de apresentação se deu também como peça de teatro intitulada *Parir(NOS)* que apresenta quatro modelos de parto: cesariana, parto domiciliar, parto vaginal operatório (fórceps e ventosa) e um parto respeitado, com o intuito de ser um “gatilho” para fazer reconhecer a violência obstétrica e combater a sua naturalização por meio de debates que integram as atividades. Afirmaram que ainda há uma medicalização junto de práticas contrárias às evidências conforme as diretrizes de 1996 da Organização Mundial da Saúde, relatadas em pesquisas de 2003 e 2008, e pelo Informe Epidemiológico Nacional, particularmente a respeito do número de cesáreas, entre 2010 e 2013. Daí a dificuldade da perspectiva biomédica com a noção de violência obstétrica, entendida como polêmica com tendência a afetar a reputação de profissionais. Em resumo, o direito à saúde reprodutiva é intrínseco ao direito humano como um processo transcultural, estrutural e relacional, logo, a violência obstétrica é uma violência estrutural.

O artigo intitulado “O assédio sexual e o abuso psicológico entre estudantes de medicina são uma fatalidade? Um estudo de 2 anos na Escola de Medicina de Paris Descartes” (LISAN, 2021) diz respeito a um estudo longitudinal a partir de questionário com quatro questões, com o objetivo de examinar o assédio sexual e abuso psicológico, para classificar entre “sem abuso” (1) até “pior situação” (10), e uma abertura para um texto livre no terceiro trimestre, depois de duas aplicações. Quando houve ao menos dois relatos classificados como 5 de 10, uma notificação foi encaminhada ao departamento que vinculava o/a autor/a do assédio e/ou abuso por um comitê *ad hoc* criado com professores e alunos que avaliavam os casos. Foram aplicados com estudantes de medicina da referida escola em um período de dois anos no final de cada estágio para matriculados dos 4º, 5º e 6º anos. Também foram coletadas as seguintes covariáveis: sexo e tipo de departamento (medicina, cirurgia, pediatria, emergência/unidades de terapia intensiva — UTI e departamentos técnicos). Foram 2.795 respostas de 1.090 estudantes. O contexto de realização se deu sob a implementação do “Observatório de Maus Tratos” no mesmo mês em que se iniciou a pesquisa, o que garantiu a recepção de denúncias. Foram apresentadas em gráfico, com figura com barras correspondentes ora para a pessoa que sofreu o abuso psicológico e/ou assédio sexual e para a testemunha conforme o tipo de departamento. E tabelas com análises multivariadas, diferenciando homens e mulheres a respeito do assédio sexual, o que não esteve associado às denúncias de abuso psicológico. Outro fator significativo foi a idade, sendo mais jovens com maior chance de abuso, ao tempo que os mais velhos relataram terem testemunhado. O percentual se deu em 7% para assédio sexual e 15% para abusos psicológicos diminuídos ao longo dos dois anos da pesquisa.

No artigo “Violência de gênero: dados estatísticos de quatro municípios colombianos” (ESCOBAR-VÁQUIRO, 2022), as pesquisadoras acessam a base de dados do Observatório para a Equidade da Mulher para analisar, nos municípios Cali, Buenaventura, Jamundi e Yumbo, as tipificações conforme violências psicológica, física, sexual, econômica/patrimonial e no trabalho, organizados em cinco (5) módulos para análise, e em correlação com a caracterização socioeconômica de 1593 mulheres, principal variável de estratificação para análise. Exceto no módulo sobre o trabalho, avaliado somente a ocorrência ou não, nos demais tipos, as questões foram estruturadas para investigar quatro (4) dimensões, além do evento ter ocorrido: vitimizador (pessoa que perpetrou), incidência (número de vezes que ocorreu), e prevalência (a última vez que a vítima esteve sujeita). A pesquisa coletou dados por dois meses, de 2020, a partir de um inquérito aplicado por telefone, devido ao contexto da Covid-19. Foram 256 questões para

caracterizar as condições sociodemográficas, domiciliares, violência de gênero e autonomia econômica e financeira que se aplicavam em vinte e oito (28) minutos na média. Para a elaboração do inquérito, considerando a perspectiva interseccional, as autoras consultaram cinco pesquisas nacionais, quais sejam, a Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher, de 2006, do México, a Pesquisa de Saúde e Demografia, da Colômbia, de 2015, a Pesquisa de Violência Sexista, de 2016, da Catalunha, a Pesquisa Nacional de Prevalência sobre Violência de Gênero e Gerações, de 2020, do Uruguai, e a Pesquisa Nacional sobre Violência contra a Mulher na França, de 2003. A fim de não revitimização, todas as questões continham tópico para optar não responder, assim como o protocolo ético desde o convite para o consentimento e a estratégia de biossegurança no caso da respondente estar em uma situação de risco, que era a indicação de um nome de fruta a fim de parar a entrevista. Deste modo, quem entrevistava aguardava ao menos 5 minutos para uma nova ligação que, não sendo atendida, havia o contato com autoridades que estavam devidamente informadas a respeito do inquérito visando agilidade em rota cabível para um atendimento de ocorrência de violência. Apontam sobre as lacunas na coleta de informações a fim de contribuir para a análise de violência com base no gênero associado a um conjunto de características individuais consideradas necessárias para uma perspectiva interseccional, quais sejam, etnia, orientação sexual, categoria ocupacional, nível educacional, nível de renda, entre outras. Indicam ainda, o que é corroborado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a limitação das pesquisas demográficas e de saúde em boa parte dos países desconsiderar mulheres com mais de 50 anos.

Para as pesquisadoras do artigo “Tipos de violência de gênero recorrentes em Manabí em 2021, dados estatísticos de OVIGEMA” (PINARGOTE; SANTOS, 2023), a violência de gênero no Equador teve alterações com a incorporação, em 2014, do feminicídio no Código Orgânico Integral Penal (COIP). Assim, contextualizaram a prevalência e os efeitos da normalização da violência promovida pelo sistema patriarcal e nas condições sócio-jurídicas presentes no Equador, com base nos dados divulgados pelo Observatório da Violência contra as Mulheres e Outras Identidades de Gênero (OVIGEMA) de Manabí. Cruzaram informações das instituições que realizam atendimentos das vítimas e com representantes dos movimentos feministas locais comparando os dados de 2019 e 2020. Houve maior incidência de violência psicológica, seguida por violências física e sexual, sinalizando as regiões em gráficos. Apontaram como limitação números às diferentes expressões de gênero, já que ausentes tais especificidades, assim como uma tipificação, o que acaba mantendo um “guarda-chuva”

sob a expressão violência intrafamiliar/doméstica. Em conclusão, entende-se o papel essencial do sistema patriarcal nesse tipo de violência e de uma cultura machista que desafia a desconstrução de estereótipos e preconceitos que afligem direitos das mulheres e das outras identidades de gênero, chamando atenção também para a fragilidade e a morosidade do sistema de justiça a nível nacional equatoriano.

Uma revisão tal como a realizada importa para que façamos uma reflexão sobre as estratégias e formas de desenvolver as pesquisas no âmbito de um observatório. Foi possível reunir as principais atividades em vistas da difusão de informações qualificadas sobre uma tipificação das violências considerando múltiplos aspectos socioculturais, econômicos, ecológicos, tal como as diferenças territoriais que vão inferir em fatores de risco de vida. Também dos vínculos entre vítima e agressor/a a fim de intervir eticamente para evitar a morte e manter uma reflexividade a respeito da prevenção de todas as formas de violência. Convidar as pessoas a participarem dos estudos demanda essa difusão, primariamente resultante de pesquisas sob a colaboração de diferentes organizações, instituições, ocupadas com a implementação das convenções que tratam dos direitos humanos, mais particularmente, das pessoas vulnerabilizadas.

Referências

CURRO URBANO, OM. *et al.* Violencia extrema contra la mujer y feminicidio: del escenario íntimo al tráfico de personas en el Perú. **Cuad. med. forense**, Málaga, v. 23, n.1-2, p.15-23, jun. 2017. Disponível em:

https://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1135-76062017000100015.

Acessado em: 24 ago. 2023.

ESCOBAR-VÁQUIRO, Natalia *et al.* Gender-based violence: statistical data for four colombian municipalities. **Data In Brief**, 43:108320, ago. 2022. Disponível em:

<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35707245/>. Acessado em: 27 ago. 2023.

LISAN, Quentin *et al.* Is sexual harassment and psychological abuse among medical students a fatality? A 2-year study in the Paris Descartes School of Medicine. **Medical Teacher**, v. 43, n. 9, p. 1054-1062, abr. 2021. Disponível em:

<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33882785/>. Acessado em: 27 ago. 2023.

MELO, Cristiane Magalhães de *et al.* Vigilância do óbito como indicador da qualidade da atenção à saúde da mulher e da criança. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 22, p. 3457-3465, out. 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/TndWRhN6TRTLvRkkg466Gfm/>. Acessado em: 24 ago. 2023

ORTIZ, Yamileth *et al.* Una aproximación a la medición de la violencia familiar en Santiago de Cali, 2003-2005. **Rev. Fac. Med (Bogotá)**, v. 1, n. 55, p. 31-42, jan-mar, 2007.

Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-575327>. Acessado em: 24 ago. 2023.

PINARGOTE, Alba Liliana Moreira; SANTOS, Zita Lucía Zambrano. Tipos de violencia de género recurrentes en Manabí en el 2021, datos estadísticos de OVIGEMA. **Revista San Gregorio**, v. 1, n. 53, p. 32-50, mar-mai, 2023. Disponível em: http://scielo.senescyt.gob.ec/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2528-79072023000100032. Acessado em: 24 ago. 2023.

QUATTROCCHI, Patrizia. Obstetric Violence Observatory: contributions of Argentina to the international debate. **Medical Anthropology**, v. 38, n. 8, p. 762-776, 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31070465/>. Acessado em: 27 ago. 2023.

SOUZA, Marina Barros; NOGUEIRA, Maria Tereza Granha. A Rede de Saúde Mental de Belo Horizonte e o cuidado em Liberdade: do direito à cidadania ao direito à maternidade. **Saúde em Redes**, v. 4, n. 1, p. 115-128, jul. 2018. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/en/biblio-1050624>. Acessado em: 27 ago. 2023.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

OS DIFERENTES OLHARES DA ESCRAVIDÃO ROMANA NO DEBATE HISTORIOGRÁFICO CONTEMPORÂNEO – INÍCIO DO PRINCIPADO (30 A.C. – 64 D.C.).

Diego Veloso Vieira¹⁰⁹

INTRODUÇÃO

O presente estudo representa apenas uma parte de uma pesquisa de iniciação científica, que conseqüentemente veio a se tornar o primeiro capítulo de um trabalho de conclusão de curso. Onde a abordagem principal se tornou explorar a historiografia sobre a escravidão que ocorreu em Roma durante o início do principado romano, mas específico durante a dinastia Julio-Claudiana.

Em um brilhante trabalho que trata sobre a história de Roma, o Russo Mikael Rostovtzeff, escreve “No séc. IV a.C, exatamente quando o mundo grego, apesar de constituir uma civilização florescente, desmantelava-se como unidade política, um processo oposto ocorria noutra parte da terra” (ROSTOVITZEFF, 1983, p.11). À Parte, citada pelo o mesmo, se encontra não muito longe dali -mas em específico, na península ao leste do Mar Adriático- a cidade de Roma. Que muitos historiadores antigos defendem ter se consolidado como grande império, ora pelas qualidades morais dos homens que ali habitavam, ora pelas consistências de suas leis e formação constitucional. Contudo, mais importante que a história e fatos ocorridos na Urbe, foi a sua forte divisão social.

O rápido crescimento de Roma, transformou a vida social, deixando claro que os cidadãos da cidade-estado se separavam em uma alta aristocracia, chamada de "ordem dos Patrícios", proveniente das primeiras famílias romanas e detinham o controle da distribuição de cargos e a classe dos Plebeus, que basicamente era a multidão romana, uma massa de pessoas com poucos direitos, mas ainda assim cidadãos de Roma. Cabe ainda destacar um outro grupo. O grupo dos escravos que, mesmo em segundo, exerceu uma enorme influência na história romana. Este grupo é também o foco principal desse estudo.

A escravidão romana pode ser considerada um sistema de trabalho forçado que existiu por mais de mil anos, uma instituição que desempenhou um papel fundamental na economia, na política e cultura, transformando toda a sociedade romana. Os escravos eram considerados propriedade e poderiam ser comprados, vendidos, emprestados ou

¹⁰⁹ Graduando em História, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).
E-mail: vieiradiego.veloso@gmail.com

herdados. Como destaca Lévy-Bruhl “Em Roma, como em outros lugares, o escravo é um ser privado de direito. Do ponto de vista jurídico é uma coisa ou, se prefere, um animal” (VASCONCELOS 2013 p.138).

ESCRAVIDÃO SOBRE AS LINHAS DA HISTÓRIA

Escravos eram adquiridos basicamente de três formas: capturados em guerras, nascidos de pais escravos ou entregues como pagamento por dívidas¹¹⁰. A escravidão fornecia mão-de-obra para uma ampla gama de atividades, incluindo mineração, agricultura, manufatura e serviço doméstico. Como deixa claro a professora Juliana Cavalcanti “O mundo romano estava permeado de escravos, podiam ser encontrados em: mercados, construções, nos jogos, em lares e mesmo em templos” (CAVALCANTI, 2016).

Se torna importante salientar que mesmo com o cenário tão saturado pela escravidão, escritores antigos não se apresentam com oposição clara a tal prática. Sendo possível encontrar a formação de debates mais consistentes em torno do tema somente em meados do século XVI. Um grande palco para o questionamento da escravidão foi a chamada “Controvérsia de Valladolid”, que se tratou de um debate teólogo-filosófico promovido pelo o Rei Carlos V, onde de um lado se encontrava o teólogo e filósofo Juan Ginés de Sepúlveda, baseando em autores gregos e latinos (Aristóteles, Cícero, Platão e São Agostinho) que argumentava que os nativos americanos eram “bárbaros” e “selvagens” que precisavam ser dominados pelos europeus em nome da civilização e da evangelização; e por outro Las Casas, que era um defensor dos direitos dos povos nativos da América durante o período colonial. Las Casas, apoiado em autores como Tomas de Aquino e no próprio direito romano, defendeu a ideia de que os índios eram seres humanos com direitos, assim como os europeus.¹¹¹

Porém, o tema da escravidão antiga foi debatido com mais frequência a partir do séc. XIX como salienta o professor Fabio Joly em um importante trabalho sobre a escravidão.

“Foi no bojo dos debates acalorados sobre a abolição dos escravos nas colônias inglesas e francesas a partir da segunda metade do século XVIII que despontaram os primeiros estudos sobre escravidão entre gregos e romanos, apesar de, já no século XVI, existirem algumas obras a respeito, frutos da erudição antiquária humanista” (JOLY, 2005. p. 12).

¹¹⁰ A escravidão por dívidas, perdurou somente até meados do Sec. III a.c. Como afirma o Professor Fabio Joly “Prevista pela Lei das Doze Tábuas, a escravidão por dívidas – em que o camponês submetia-se a trabalhar para um proprietário de terras até saldar suas dívidas, e, caso não conseguisse, podia até ser vendido como escravo – foi abolida em 326 a.C. pela a lei Poetelia Papira (JOLY, 2005. P. 37).

¹¹¹ Para aprofundamentos sobre a controvérsia ver Gutierrez, Jorge Luiz. “Aristóteles em Valladolid. Ed. Mackenzie. São Paulo Ano 2007.

E dentro desse universo intelectual, diversos estudiosos formularam teorias que colocaram a escravidão antiga como objeto de estudo. Muitos ligados a ideias marxistas, pensaram nesta instituição como algo que explicasse o desenvolvimento do capitalismo. Como o trabalho de Karl Bücher, 1893 que afirmava em suas pesquisas sobre a economia predominante na antiguidade e de como ela dependia da mão de obra escrava. Até mesmo pensadores clássicos como Max Weber e Karl Marx, esboçaram sobre o tema da escravidão antiga. Enquanto Weber olha para a escravidão que existia em Roma como um mecanismo presente no mundo antigo, graças as guerras de conquista, Marx que não tinha como foco de pesquisa a escravidão em si, entendia a escravidão não somente como uma forma primitiva de produção que foi superada pelo modo de produção feudal e posteriormente pelo capitalismo, mas também essencial para a formação de classes na sociedade romana, devido a exploração do trabalho.¹¹²

Buscando fazer uma abordagem que contemple mais aspectos presentes na escravidão romana, em 1980, Moses Finley publicou um estudo que se tornou cânone para as demais pesquisas sobre o tema. Em *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna*, Finley cunha o conceito de sociedade escravista e também critica abertamente ao modo como a historiografia sobre escravidão foi elaborada, propondo ainda outras formas de se analisar os impactos da escravidão no mundo antigo.

Ao instituir que:

"O escravo, como tal, sofria não apenas uma "perda total do controle sobre o seu trabalho", mas também do controle sobre sua pessoa e personalidade: o que há de único na escravidão, repito, é o fato de o próprio trabalhador ser uma mercadoria, e não meramente seu trabalho ou força de trabalho. Além disso, essa perda de controle estendia-se infinitamente no tempo, até seus filhos e os filhos de seus filhos – a menos que, por um ato novamente unilateral, o proprietário rompesse essa corrente através de uma manumissão in condicional" (FINLEY, 1991, p. 77).

Finley reposiciona o debate, deixando claro que a escravidão não é apenas uma forma de trabalho, mas uma instituição social que permeia toda a vida econômica, política e cultural da sociedade na qual ocorre. Ele também destaca a importância da escravidão como uma categoria jurídica, que estabelece os direitos e deveres dos proprietários de escravos e dos próprios escravos. Um outro ponto que levou este trabalho a ser tão mencionado por diversos autores se deve ao fato do autor destacar que não é a acumulação de escravos em uma sociedade que há torna uma sociedade escravista.

¹¹² Todas essas diferentes visões historiográficas, foram abordadas em "JOLY, Fabio Duarte. A escravidão na Roma antiga: política, economia e cultura. São Paulo. Editora Alameda, 2005".

Mas, 1) A concentração de terras nas mãos de alguns grupos da elite, de modo que a mão de obra passe a ser extrafamiliar. 2) O desenvolvimento dos meios de produção e do próprio mercado para venda das mercadorias produzidas. 3) A falta de trabalhadores locais, o que abre espaço para agenciadores realizarem a venda de estrangeiros (adquiridos nas guerras de conquista, como butim).

De certo modo, Finley também questiona o posicionamento de autores como Marx e Weber, demonstrando que as análises sobre a escravidão não devem ser carregadas de ideologias da modernidade, mas sim contextualizar as fontes e suas interpretações ao período relativo delas, ou seja na própria antiguidade. Uma das maiores referências de escravidão romana no Brasil, O professor Fabio Joly, comenta sobre os estudos de Finley:

“Um dos méritos da obra de Finley foi ter explicitado que qualquer análise da escravidão romana não pode ser desvinculada de uma análise da sociedade romana, ou seja, do modo como os grupos sociais se organizam do ponto de vista política, econômico e ideológico. E se há um denominador comum entre os estudos anterior, é o de que a escravidão continua sendo apresentada sobretudo como uma relação econômica” (JOLY, 2005. p. 21).

Cabe destacar que todos os trabalhos desenvolvidos nesse período seguem uma linha historiográfica marxista. Pois, em suma os autores buscam analisar a sociedade escravista romana, através das relações de produção e das lutas de classes entre escravos e senhores, utilizando de conceitos como o de: exploração, alienação e mais-valia; defendem a ideia de que a escravidão romana foi uma forma de transição do modo de produção, ou seja, basicamente um fator econômico. Os trabalhos desenvolvidos neste período são todos ligados a economia, não dinamiza ou explica toda perspectiva teórica que o tema requer. Assim como defende a filóloga Beatriz Vasconcelos:

“O estudo da escravidão antiga, bem como de qualquer outro sistema escravocrata, vai muito além de focar em certo ponto da história particular de um e outro povo, mas implica em lidar com um problema que afeta a dimensão universal do humano. A escravidão, seja a presente nas sociedades antigas, seja a colonial ou a que verifica em nossos dias, foi um sempre um fenômeno de degradação da pessoa humana, de redução do ser humano à condição de mera força de trabalho, alienada de seus laços familiares, de sua autonomia, liberdade e dignidade enquanto ente humano” (VASCONCELOS, 2012. p. 137).

Autores como o professor Fábio Joly, Noberto Guarinello e Sônia Regina Rebel, buscam entender a escravidão romana sob o prisma dos contatos sociais levando em consideração não apenas a exploração do senhor sobre o escravo, mas também o jogo

de influência e os meios utilizados pelo último para tentar tornar mais brando o pesado fardo da escravidão. Tornando assim, ser possível a responder questões levantadas como:

“A relevância de se estudar hoje em dia a escravidão romana. Ora, cabe lembrar que o Brasil foi, por tanto tempo quanto a Roma antiga uma sociedade escravista, o que necessariamente nos leva a indagar sobre o impacto da escravidão no processo de formação da sociedade brasileira”¹¹³ (JOLY, 2005, p. 4).

Trazer questões como esta para o debate sobre escravidão antiga se torna importante, pois, mesmo que o processo escravocrata ocorrido no Brasil tem sido abolido oficialmente há mais de um século, o racismo estrutural, a desigualdade social, a exclusão econômica ainda afetam a maior parte das populações descendentes de escravos. Em um importante trabalho com uma abordagem comparativa, mas que define bem os dois processos escravocrata a professora Beatriz Vasconcelos traz a seguinte reflexão:

Tal como em nossos dias, também em Roma a escravidão não deixou de ser um atentado à dignidade humana. A representação do escravo construída na sociedade romana antiga é capaz de nos revelar isto de maneira bem concreta. Identifico ao menos dois traços desta representação em que a dimensão universal de desumanização ou alienação da pessoa humana se afirma com maior evidência. I) O escravo como coisa. II) O escravo como animal (VASCONCELOS, 2010).

O desenvolvimento historiografia sobre escravidão, e a própria busca por entender melhor como os antigos cidadãos da Urbe definiam o que eram um escravo, levam a diferentes campos de pesquisas como mostra a professora Sonia Regina Rebel Araújo¹¹⁴ ao utilizar o texto de Apuleio na construção de uma crítica para desumanização sofrida pelo o personagem da literatura romana. Assim como na crônica de Apuleio, Lúcio passa a ser visto como inferior após a transformação em Asno, os escravos romanos eram tratados com desdém pelos romanos. A associação feita pela a autora contrasta com a definição de Marco Terêncio Varrão, filósofo em Roma, quando classificou os instrumentos de um romano em três tipos: “vocais” (os escravos), “semivocais” (os bois) e “mudos (os carros). Torna-se claro que ser submetido por outro, era para um romano algo muito indigno.

Na verdade, análises que entendem a escravidão romana como "uma instituição que permeava todos os campos da sociedade" e não apenas como "um mecanismo de

¹¹³ JOLY, Fabio Duarte. A escravidão na Roma antiga: política, economia e cultura. São Paulo. Editora Alameda, 2005.

¹¹⁴ ARAÚJO, Sônia Regina Rebel, O Asno de Ouro Uma Metáfora da Escravidão. Revista Phoinix. Vol. 12, 2012.

enriquecimento dos detentores de escravos", tem ganhado cada vez mais força em pesquisas sobre o tema. O historiador Noberto Luiz Guarrinello se posiciona da seguinte maneira:

"A meu ver, os escravos penetraram com grande força no tecido social da Itália romana, de uma maneira muito mais intensa e completamente distinta do que se costuma pensar com relação à escravidão colonial moderna. Essa inserção deve-se à grande plasticidade da escravidão no mundo romano, seja como forma de relação social, seja como forma de relação de poder e exploração" (GUARINELLO, 2006, p. 232).

O professor Noberto Luiz, citando Orlando Patterson, apresenta os caminhos que comumente eram trilhados pelos os escravos dentro do mundo romano. Salientando que a escravidão se configurava como a morte social do escravizado para o nascimento do escravo a maneira do seu senhor. O autor completa afirmando que o escravo ao ser adquirido:

"Podia ser destinado a trabalhar nas minas, talvez o pior dos destinos, ou podia ser mandado para uma propriedade rural, onde trabalharia muitas vezes acorrentado, distante e esquecido por seu senhor, num ambiente essencialmente masculino e organizado militarmente. Já os escravos urbanos tinham trajetórias mais abertas. Podiam ser treinados em ofícios específicos e, muitas vezes, estabelecer-se independentemente, pagando uma taxa a seu dono" (GUARINELLO, 2006, p. 232).

Essa abertura dada a escravaria nas cidades, torna mais intenso não apenas relações econômicas e sociais entre cidadãos romanos e escravo, mas também a presença nos mesmos espaços (Chegando ao ponto de Sêneca, afirmar que era quase impossível de imediato, se separar escravos da Plebe), especialmente com relação a escravaria que vivia nas cidades. Um interessante fato que retrata o quão profunda foi a influência da escravidão em Roma, é o acontecimento relatado por Tácito em seus Anais. Tácito relata que Pedânio Segundo, prefeito da cidade de Roma, foi assassinado por um de seus escravos, em 61 d.C. E segundo a lei romana, não apenas o escravo assassino, mas toda escravaria deveria ser condenada por tal ato. O que causou grande divergência entre toda a população sobre a severidade da punição.¹¹⁵

O Professor Fabio Joly, analisa as relações existentes entre os escravos e a sociedade romana. Pontuando, "Em primeiro lugar, é preciso notar que escravidão e trabalho eram termos se identificava na cultura romana" (JOLY, 2005. p.59). Desse modo,

¹¹⁵ O acontecimento pode ser encontrado no Livro 13, 42-45 em uma edição de ebook. Disponível em: e-book-TÁCITO-cec-chul-flul.pdf. Acesso 28 de Maio de 2023.

conforme o trabalho desempenhado, a escravidão poderia também assumir a forma de um mecanismo de valorização da pessoa escravizada. Joly destaca:

“O escravo podia desempenhar a função de gestor sob as ordens diretas do senhor, sendo seu dispensador, tesoureiro, por exemplo, e também podia assumir o comando de uma loja ou oficina do senhor, pagando-lhe rendimento. Por fim, o escravo podia trabalhar no comércio ou na administração das finanças de seu senhor, ganhando um pecúlio [...] na prática, o escravo estava livre para usar, até mesmo com intuito de comprar sua liberdade” (JOLY, 2005. p.59).

Por fim, é fundamental ressaltar estudos como dos professores "Douglas Carneiro e Mônica Sevaltic", que mostram a escravidão dentro do contexto da religião. Ao buscar compreender como Paulo, autor das epístolas bíblicas, olhava para o processo de escravidão, o autor direciona o debate não apenas para o campo teológico, mas também para a própria perspectiva socio-cultural do Império de Roma.¹¹⁶

Considerações Finais

Mesmo dinamizado de maneira bem clara e sucinta os vários olhares da escravidão romana. Esta pesquisa ainda está em andamento, e que necessita de maiores aprofundamentos. Mas de modo geral, percebe que por mais que os escravo da Roma Imperial foram descritos por meio de uma definição jurídica ou submetidos a uma forte exploração econômica as marcas deixadas na história, tornam claro que em Roma a escravidão agia como um conjunto social, e diversos fatores devem ser levados em consideração ao analisar essa instituição tão presente no mundo romano.

Contudo, os aspectos reunidos indicam que a historiografia sobre a escravidão romana esta totalmente relacionada ao período em que foi produzida. Tornando nítido que autores marxistas exerceram muita influência e trouxeram grandes contribuições para o tema. Mas que, no entanto, a história social e o uso de diferentes abordagens e fontes têm se tornando fator chave para o desenvolvimento sobre o tema.

Referências

ANAIS TACITO [E-BOOK] Disponível em: e-book-TÁCITO-cec-chul-flul.pdf. Acesso 28 de Maio de 2023.

ARAÚJO, Sônia Regina Rebel. Escravidão antiga e moderna. Revista Tempo, Vol. 3 - nº 6, Dezembro de 1998.

¹¹⁶ CARNEIRO, Douglas Castro. SELVATICI, Monica. Paulo de Tarso e a Representação da Escravidão em 1Coríntios. Revista Antíteses. Londrina, v.15, n. 30, p.243-262, 2022.

BRANDÃO, José L. História de Roma. Volume I: das origens à morte de César. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.

CARDOSO, Ciro Flamarion. O trabalho Compulsório na Antiguidade. Ensaios introdutórios e coleções de fontes primárias. Rio de Janeiro. Ed. Graal, 2003.

CARNEIRO, Douglas Castro. SELVATICI, Monica. Paulo de Tarso e a Representação da Escravidão em 1Coríntios. Revista Antíteses. Londrina, v.15, n. 30, 2022.

CAVALCANTI, Juliana Batista. Escravos do senhor. Identidade e relações de poder nas comunidades paulinas. Revista Fato e Versões, Coxim: MS, v. 09, n. 16, PP 145-161. 2016.

FERREIRA, Ana Carolina. As Formas de escravização presente na lei das doze tabuas. Revista Epígrafe, São Paulo, v. 6, n. 6, pp. 105-124, 2018.

FINLEY, Moses L, 1912- Escravidão antiga e ideologia moderna. [tradução de Norberto Luiz Guarinello] - Rio de Janeiro: Editora Graal, 1991.

GUARANIELLO, Norberto Luiz. Escravos sem senhores: escravidão, trabalho e poder no Mundo Romano. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 26, nº 52, p. 227-246 – 2006.

GUTIERREZ, Jorge Luiz. Aristóteles em Villadoid. São Paulo: Ed. Makenzie. 2007.

JOLY, Fabio Duarte. A escravidão na Roma antiga: política, economia e cultura. São Paulo. Editora Alameda, 2005.

JOLY, Fabio Duarte. Guerra e escravidão no mundo romano. In: FUNARI, PPA; CARVALHO, MM de; CARLAN, C.; SILVA, ECM da S. (Org.). História militar do mundo antigo: guerras e identidades. São Paulo: Annablume, 2012, v. 2, p. 139-150.

ROSTOVTZEFF, Mikael. História de Roma. [tradução Waltensir Dutra]. 5ª edição. Rio de Janeiro. Editora Zahar.1983.

VASCONCELOS, Beatriz Avila. O escravo como coisa e o escravo como animal: Da Roma antiga ao Brasil contemporâneo. Revista UFG / Julho 2012 / Ano XIII nº 12. Pág. 137-153.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

EDUCAÇÃO QUILOMBOLA NO NORTE DE MINAS GERAIS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Juliana Bezerra Menez¹¹⁷

INTRODUÇÃO

Este trabalho é uma pesquisa de revisão bibliográfica objetivando uma análise da situação educacional nas comunidades tradicionais quilombolas em Minas Gerais e especificamente, as localizadas na região Norte do Estado de Minas Gerais. Através da busca por autores que escreveram sobre o assunto na região em questão e pesquisa em sites eletrônicos e de notícias, procurou-se averiguar a contribuição da educação para essas comunidades em suas lutas por direitos e resistências.

Não é objeto desta pesquisa analisar aqui qual tipo de ensino é melhor ou pior, nem esgotar o assunto sobre o currículo ideal, mas de tratar da importância de se ter uma educação que não apague as vivências e experiências culturais. Que leve em maior consideração uma formação cultural de autoafirmação das suas ancestralidades, lutas e resistências. Apresentar de maneira mais geral, as demandas da educação quilombola e seus principais desafios: entender como o acesso ao ensino aprendizagem contribui para manutenção da comunidade quilombola; refletir acerca de aspectos tais como o autorreconhecimento e o protagonismo para afirmação da identidade enquanto povo tradicional; e por fim, descobrir e elencar os atravessamentos vividos por essas comunidades, de suas identidades, subjetividades e humanidades.

Mediante análises de trabalhos que contemplam e relacionam os assuntos educação e quilombo, dentro do contexto regional, foram selecionados três autores que abordam o assunto no estado de Minas Gerais como um todo e também especificamente referem-se ao Norte de Minas. Pode-se perceber o quanto o assunto ainda precisa ser mais discutido, falado e pesquisado no meio acadêmico, para que mais pessoas, sendo elas do meio acadêmico ou não, levanten questionamentos sobre a situação da educação nos quilombos e tragam à tona o tema para a região do norte de Minas Gerais.

Identificar de que maneira o acesso à educação e ao ensino, e se formal ou não, contribui para a manutenção da identidade quilombola, é justificativa mais que plausível, uma vez que, o conhecimento é poder, o que permite que essas comunidades possam empoderar-se, proteger-se e resguardar-se. Assim a relevância acadêmica deste trabalho

¹¹⁷Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).E-mail: julianamenez307@gmail.com

consiste ainda na possibilidade e pertinência do registro da memória de vida dos povos quilombolas que habitam na região, o seu reconhecimento na constituição do território e o resgate da identidade cultural dos povos tradicionais ali localizados.

Em síntese, este trabalho, se propõe inicialmente fazer uma revisão bibliográfica acerca da contribuição da educação para as comunidades quilombos nos seus processos de lutas, vivências e resistências. Se caracteriza como um estudo teórico e bibliográfico, com aporte nas áreas de história e antropologia, tendo também como objetivo fazer uma descrição histórica da região Norte de Minas, região onde se encontram muitas comunidades tradicionais, objeto de estudo desta pesquisa. Como abordagem metodológica utilizada, além das pesquisas de fontes bibliográficas, foram realizadas ainda, pesquisas em sites de busca e notícias, para analisar o que já se foi escrito, tratado e noticiado sobre o tema.

Serão aqui apresentadas as ideias centrais de três autores, entre dissertações e teses, que escreveram acerca de comunidades quilombolas de Minas Gerais como um todo, e especificamente, o Norte de Minas; dando ênfase para a análise educacional de cada um.

Para concluir, foi proposto uma reflexão sobre a relevância dessas comunidades para nossa região norte-mineira e qual a contribuição do processo de ensino aprendizagem para o reconhecimento das mesmas. Tendo em vista que na região existe uma diversidade de povos tradicionais tão intensa, mas que há uma necessidade, que se faz urgente e constante do efetivo reconhecimento territorial e para além disso destacar sua importância enquanto riqueza cultural, patrimonial e histórica para a região.

Ao voltarmos a atenção para região do Norte de Minas e seu processo histórico, temos nítida a ideia de desenvolvimentismo ligada em grande parte, à agricultura irrigada, e atualmente é vista por muitos como lugar de oportunidades e crescimento econômico, todavia também como lugar de passagem, sem real vínculo cultural e com uma dinâmica de desenraizamento.

De acordo com (COSTA,2005, p.11), “a diversidade é uma marca indelével na vida social e cultural norte-mineira”. Para o autor, havia diversas sociedades indígenas e comunidades quilombolas que habitavam o território onde se localiza a sociedade norte mineira. Portanto, conhecer esses povos que habitavam este território é de grande relevância para compreendermos nossa cultura e formação de nossa identidade. E assim quem sabe, nos reconhecer enquanto povo indígena e quilombola, para que a memória e vivência dos primeiros habitantes da região, sejam reconhecidos, valorizados e seus direitos respeitados.

Ao analisar a história da região, nos deparamos com uma versão única e excludente, que de certa forma esquece e/ou tenta silenciar as comunidades tradicionais e não se sabe ou se pode afirmar até que ponto isso ocorreu propositalmente ou não. E por isso, se faz necessário vir à tona as histórias das comunidades e povoados tais como do Gorutuba, localizado entre os municípios de Jaíba e Pai Pedro; Quilombo da Lapinha e Pau de Léguas da região dos municípios de Manga, Matias Cardoso e Jaíba; Comunidade Brejo dos Crioulos, com território localizado entre os municípios de Verdelândia, Varzelândia e São João da Ponte. Esses são alguns dos povoados conhecidos na região cujas histórias têm inspirado pesquisas acadêmicas.

Na busca por informações na mídia acerca dos povos tradicionais aqui abordados, optei por fazer uma pesquisa preliminar no ambiente virtual, com a análise de noticiários eletrônicos e informações de sites de organizações não-governamentais acerca das comunidades quilombolas do norte de Minas. E como demonstra o IEPHA/Minas Gerais - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, na região há muitas comunidades quilombolas que se reconhecem enquanto tal, entretanto existem muitos povoados de remanescentes ou descendentes quilombolas circunvizinhos, que estão longe dessa busca identitária. Por isso é importante evidenciar essas comunidades, mostrando-as como forma de incentivo de luta por direitos para as comunidades onde esse processo ainda não teve início.

As notícias “falam” sobre as riquezas de uma Minas Gerais que remete à época colonial, das cidades históricas do período da exploração do ouro e da extração das riquezas pelos portugueses. Entretanto, a região dos gerais, vale do Jequitinhonha e norte de Minas têm ganhado espaço e se destacando como riqueza humana e cultural, suas diversidades e história.

Na região há grande número de comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares e se mostrado como um berço de saberes tradicionais e diversidade cultural. Tem-se dado ênfase a outras histórias, outras rotas como por exemplo a dos povos tradicionais, dos quilombolas, onde o relato inicia-se não com uma realeza, mas com as marcas indeléveis da escravidão, isso como uma forma de implementar o turismo local.¹¹⁸ As informações transmitidas por essas notícias corroboram a ideia dos autores aqui mencionados, da importância da educação quilombola que pautada na valorização cultural e identitária leva a uma maior organização dessas comunidades, além de contribuir com o sentimento de pertencimento, resistência e autopreservação.

¹¹⁸ Fonte: Portal Minas Gerais www.minasgerais.com.br

Outra questão observada nos noticiários sobre essas comunidades tradicionais, é a de uma região de intensos conflitos envolvendo as questões de disputas de terras. Esses conceitos aqui mencionados de povos tradicionais e a questão da disputa por reconhecimento territorial também são aspectos levantados e corroborados por (ANAYA, 2012) em sua tese de doutoramento. É inegável que a questão fundiária tem sido cada vez mais preocupante, um problema estrutural desde os tempos coloniais que se tem agravado ainda mais atualmente nas disputas capitalistas pela posse e acumulação da terra. Essa situação se reverbera também em Minas Gerais e inclusive no Norte de Minas e ocorreu com o aval do poder estatal. Mas nesse contexto de perseguições, ameaças e disputas pela terra, a educação pode e deve ser utilizada como um instrumento de luta ativa, de organização comunitária em busca pelos direitos, bem como pela demarcação e recuperação das terras em que, cada vez mais tem aumentado o número de comunidades tradicionais que não se colocaram numa situação de passividade, se mobilizaram e realizaram muitos feitos e como confirma o site do IEPHA/Minas Gerais-Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico “Desde então, promoveram encontros com representantes (...) buscando apoio de várias instituições, entre elas universidades para conferir maior visibilidade e poder de enfrentamento”¹¹⁹. Isso vem apontar, mais uma vez, que o acesso à informação, seja ele através da educação formal ou não, contribui para a resistência desses povos tradicionais impedindo a desterritorialização dos mesmos.

REVISÃO DE LITERATURA

A educação pode ser considerada como uma importante ferramenta transformadora, para a afirmação de culturas e de tradições. Ao mesmo tempo, ao se submeter aos valores de culturas dominantes excludentes, ela também pode ser capaz de reproduzir estereótipos e preconceitos. Como confirma (GOMES, 2012), é fundamental analisar aqui a educação quilombola sob a luz de alguns conceitos importantes que não podem ser apenas citados de maneira genérica ou apenas mencionados como termos simplórios, uma vez que a reflexão sobre eles não se esgota aqui, tais como territorialidade, educação quilombola e povos tradicionais, pois estão interligados e que dizem respeito a uma discussão e entendimento sobre o contexto da educação quilombola no Brasil. A educação quilombola é um tema bem amplo, pois ela se

119

:<<http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/noticias-menu/606-voce-conhece-a-rota-dos-quilombos-no-vale-do-jequitinhonha> consulta realizada em 02/03/2023

caracteriza de diversas formas, como por exemplo, pelo seu aspecto formal ou não, ocorrer e ser ofertada dentro ou fora do território da comunidade, ser ofertada pelas esferas públicas (municipal e ou estadual) incentivada por entidades não governamentais, e ainda pelas próprias lideranças locais.

E historicamente, no contexto brasileiro, a educação formal e o acesso a ela sempre foi negado ao povo negro desde os tempos do Brasil Colonial até os dias atuais, através de vários mecanismos socioeconômicos e culturais como a discriminação, o descaso e até mesmo a invisibilidade, pois como ressalta (Gomes, 2002, p.40), “a instituição escolar é vista como um espaço em que aprendemos e compartilhamos não só conteúdos e saberes escolares, mas também valores, crenças, hábitos e preconceitos raciais”. E através de uma visão racista, ainda muito presente no dia-a-dia e que foi enraizada desde o período da escravidão, que ações de exclusão se difundiram e continuam tendo espaço dentro da sociedade e, por conseguinte, se institucionalizando cada vez mais dentro dos ambientes de ensino.

Desta forma, é imprescindível um olhar específico para dentro das comunidades tradicionais, a forma de ensino-aprendizagem nelas instituídas ou praticadas e ainda como esse tipo de educação contribui ou não para a manutenção e afirmação dessa comunidade enquanto povo quilombola que luta pelo seu território e pela sua cultura. Nesta perspectiva, cabe ressaltar que para esses povos tradicionais, tanto o processo de reconhecimento (certificação) dos seus territórios quanto às normatizações relativas ao acesso ao ensino, são de suma importância em sua luta por direitos.

A autora Shirley Aparecida Miranda (2012) traz a questão da educação quilombola sob a ótica normativa fazendo uma análise da inserção da lei 10.639/2003. Ela aborda essa e outras leis como originárias de políticas públicas importantes para a efetivação da aquisição de direitos essenciais pelos vários sujeitos sociais. A autora também faz uma reflexão sobre o assunto, dentro do contexto da Constituição de 1988, afirmando que a partir da mesma inicia-se o debate sobre o reconhecimento dos direitos das comunidades quilombolas, ganhando um certo status de grupo formador da sociedade brasileira. Seu debate é sobre educação quilombola no âmbito de políticas públicas, especificamente analisando a situação de Minas Gerais. Nesse ponto, de interpretação do papel do Estado na garantia de deveres essenciais, há uma concordância entre (MIRANDA, 2012) e o que é elucidado por (SOUZA, 2017, p.42): “(...) em uma comunidade quilombola, as relações entre viver e o aprender constituem faces importantes da educação quilombola, na reivindicação e firmamento de direitos”.

Desta forma, (SOUZA, 2017) faz uma reflexão da importância da educação num contexto nacional, seguida da urgência em se discutir sobre a educação quilombola, abordando sua relevância associada de temas como história, cultura, identidade e racismo. A educação para ele é apontada como um fato social que não se limita ao perímetro da escola. Cita o caso da comunidade Gorutuba, que foi reconhecida recentemente pela Fundação Palmares em 2005. Ele afirma que a “educação, escola e comunidade estão integradas dentro de um processo de firmamento e de conhecimento de direitos em meio a processos de perdas de referências identitárias de moradores dessa região” (SOUZA, 2017, p.44). Ele destaca ainda que a educação é uma forma de a comunidade obter direitos e de cada vez mais lutar pela manutenção deles e consequentemente pela melhoria de vida da comunidade, sobretudo como forma de contribuir para a ideia de pertencimento e valorização das culturas e saberes tradicionais e sua disseminação e a preservação da memória.

Souza (2017) aponta também, as dificuldades com relação à posse da terra, que sempre foi alvo de disputas, inicialmente pelos donos de escravizados e em outros momentos mais tarde por fazendeiros e também por grileiros. E que esse processo de reconhecimento contribuiu, para uma efetiva ocupação do espaço de luta e resistência e, por conseguinte, para o processo de identidade, de auto reconhecimento

Ele destaca que houve relatos que demonstram ainda a existência de situações e vivências marcadas por preconceitos e que também comprovam a falta de acesso a direitos básicos como educação e saúde de qualidade, que acabam por marcar a vida de tais sujeitos sociais. Outra dificuldade apontada pelo autor, é a própria questão de identidade, já que muitos quilombolas têm dificuldade de se auto reconhecer, mas que através do reconhecimento, a situação tomou outros rumos, sendo a comunidade alvo de projetos e investimento, promovendo a ideia de direitos e valorização.

O autor aponta que a escola teve grande contribuição nesse processo de identidade e valorização através do ensino-aprendizagem de crianças e jovens com objetivos de preservar a cultura e a visão identitária das comunidades. Aborda a questão da identidade como forma de construção e reconstrução histórica e que é um processo complexo pois envolve situações de negação e afirmação e que a educação é peça fundamental para começar a quebra de barreiras que impedem essa auto aceitação e valorização do modo de vida e da cultura das comunidades, à medida que deve haver um trabalho conjunto entre escola e comunidade para vencer tais barreiras.

Na visão de Souza (2017), não só crianças e jovens devem participar do processo de ensino aprendizagem, pois esse acesso é um direito a ser assegurado para todas as

pessoas, independente da faixa etária. E que na busca pela afirmação de direitos, se faz imprescindível, para além de um conhecimento formal, a educação cultural. A educação, aqui, pode ser entendida como um mecanismo de defesa, uma vez que tendo acesso a informações sobre leis e normatizações e para além disso sabendo como é o tipo de educação formal vinda da sociedade branca elitizada, ainda de herança europeizada, pode servir como base de conhecimento para se proteger caso seja utilizada contra a comunidade, o que na maioria das vezes ocorre, já que esta educação monocultural reproduz um discurso capitalista que influencia nas inúmeras tentativas de se apropriar não só das terras, mas que também acaba por tentar subjugar tradições e saberes tradicionais, isto é, tentar apagar a memória, o modo de vida e a cultura em si. Nesse sentido, “A escola pode contribuir para o resgate da cultura local do povo, transformando, uma comunidade por inteira” (SOUZA, 2017, p.51).

Muito diferente do que ocorre no ensino convencional, deve haver um fortalecimento das identidades, o que Souza (2017) chama de currículo invisível, em que a comunidade transmite e reafirma de maneira natural através de danças, batuques e cantorias, sua cultura. E muitas vezes o ensino tradicional institucionalizado leva em consideração, através de um currículo pré-estabelecido, a cultura da classe dominante, deixando de atender efetivamente essas comunidades em seus anseios e reais problemas, não correspondendo às suas realidades, acabando por reproduzir padrões socioculturais de negação da negritude, na tentativa de minimizar suas vivências e lutas, além de gerar sentimento de vergonha identitária e até mesmo intolerância e racismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este trabalho não se pode dizer que a pesquisa e o assunto por ele abordados chegou ao fim e que se deu por encerrada, pois foi apenas um início de muitas reflexões e indagações acerca dos percalços e dificuldades que têm passado as comunidades tradicionais quilombolas no tocante aos aspectos do ensino-aprendizagem e sua funcionalidade efetiva nas vivências diárias.

Ao analisar elementos revisionistas de bibliografias, bem como normatizações e notícias acerca dos quilombos e suas situações educacionais como base de direitos para essas comunidades, percebe-se que há cada vez mais a necessidade dos debates sobre o assunto no que diz respeito a Minas Gerais e, mais ainda a região norte-mineira. Pôde-se perceber que o acesso ao ensino de qualidade, voltado para os aspectos culturais e auto afirmativos dessas comunidades ainda está longe de ser ofertado e que muitas vezes o tipo de ensino oferecido para essas comunidades não atende suas

especificidades enquanto povos tradicionais. E ressaltar ainda que neste cenário, mesmo que desfavorável, há luta e resistência.

No intuito de demonstrar o quão fundamental é o processo de ensino aprendizagem para essas comunidades tradicionais resistam através de suas tradições, memórias e lutas, se faz imperativo que haja um debate contínuo para que assim como a região do Norte de Minas em questão, e essas comunidades tradicionais tão importantes histórica e culturalmente, não caiam no esquecimento do descaso discriminatório e da falta de políticas públicas de acesso a manutenção de suas territorialidades e diversidades.

Referências

ANAYA, Felisa Cançado. **De “encurralados pelos parques” a “vazanteiros em movimento”**: as reivindicações territoriais das comunidades vazanteiros de Pau Preto, Pau de Léguas e Quilombo da Lapinha no campo ambiental. UFMG: 2012. 255 f. Tese de Doutorado.

COSTA, João Batista de Almeida. **Cultura, Natureza e Populações Tradicionais: O norte de Minas como síntese da nação brasileira**. In: Revista Verde Grande. Montes Claros, v. 3, p. 8-45, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, 2012.

_____. Nilma Lino. **Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo**: reprodução dos estereótipos ou ressignificação cultural. Revista Brasileira de Educação, [s.l.], n. 21, p. 40-51, set./out./nov./dez. 2002.

IEPHA/Minas Gerais- Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico > Notícias. 09/03/2021. Disponível

em:<<http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/noticias-menu/606-voce-conhece-a-rota-dos-quilombos-no-vale-do-jequitinhonha>

MAPA DE CONFLITOS: injustiça ambiental e saúde no Brasil. MG – No norte de Minas, Vazanteiros e Quilombolas lutam unidos por seus territórios tradicionais. Última atualização em: 06 de maio de 2013.

Disponível em:<<http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/noticias-menu/606-voce-conhece-a-rota-dos-quilombos-no-vale-do-jequitinhonha>

MIRANDA, Shirley Aparecida de. **Educação Escolar Quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergência**. UFMG, 2012.

SOUZA, Andrey Lopes de. **Memórias e experiências de trabalhadores no processo de luta pela terra em Cachoeirinha**: violência, mobilização e conquistas. Vale do Jaíba-MG, 1960/1980. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

RELAÇÕES ENTRE TELEVISÃO E HISTÓRIA PÚBLICA: A DITADURA MILITAR NOS TELEJORNAIS DAS EMISSORAS AFILIADAS À REDE GLOBO EM MINAS GERAIS (2014-2018)

Mariana Costa Borges¹²⁰

Introdução

No dia 2 de setembro de 2013, o jornalista William Bonner anunciou no *Jornal Nacional* que as Organizações Globo reconheciam que apoiar o golpe civil-militar de 1964 havia sido um erro do grupo empresarial. Tal reconhecimento às vésperas da efeméride de 50 anos do golpe revela um ambiente político e social bem distinto daquele que, décadas atrás, levou a empresa de Roberto Marinho a apoiar os militares em sua investida golpista.

Pouco tempo antes, em 2011, havia sido sancionada a Lei de Acesso às Informações Públicas, a nova legislação era fruto de um longo processo de lutas contra o sigilo na esfera governamental que se iniciou antes do fim da ditadura militar. A abertura dos “documentos sigilosos” permitiu avanços na construção de um passado sobre a ditadura militar menos estereotipado (FICO, 2012, p.44-48).

Uma das distinções estava na forma como o tema passou a figurar na agenda nacional. A Lei n. 12.528/2011, por exemplo, criou a Comissão Nacional da Verdade (CNV). Instituída pela presidenta Dilma Rousseff, em 16 de maio de 2012, a CNV tinha por objetivo investigar “as graves violações de direitos humanos ocorridas no Brasil nos anos de 1946 e 1988” (MACIEL, 2014, p.116-117).

Marcos Napolitano afirma que “por ocasião dos 50 anos do golpe de 1964, a sociedade brasileira pareceu estar vivendo uma “febre memorialística” em torno do regime militar” (NAPOLITANO, 2015, p.35).

Diante desse cenário, este trabalho tem por objetivo apresentar algumas reflexões relacionadas ao projeto de iniciação científica intitulado “Telejornalismo e História Pública: a ditadura militar nos telejornais das emissoras mineiras afiliadas a Rede Globo (2014-2018)” financiado pela FAPEMIG, que tem por objetivo central compreender as estratégias e técnicas utilizadas pelo telejornalismo das emissoras mineiras afiliadas a Rede Globo na produção de notícias e reportagens sobre a ditadura militar brasileira. A análise será desenvolvida a partir do levantamento de material telejornalístico produzido e

¹²⁰Graduanda em História, Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Bolsista FAPEMIG. E-mail: mariana.borges2@ufu.br

veiculado entre os anos de 2014, data da efeméride de 50 anos do Golpe civil-militar de 1964, e 2018, efeméride de 50 anos do AI-5. O levantamento e visionamento das reportagens foi realizado a partir da plataforma de *streaming* Globoplay. Espera-se que ao final desta pesquisa possamos compreender de forma mais clara os modos como o passado sobre a ditadura militar tem sido abordado em terras mineiras. Destacando quais os principais formatos e técnicas utilizadas pelo telejornalismo na construção da notícia. Buscamos ainda perceber o espaço que historiadores e historiadoras ocupam nos telejornais, bem como quais temas foram privilegiados ou ignorados.

Entre os objetivos específicos destacam-se: mapear as reportagens sobre a ditadura militar produzidas e exibidas pelos telejornais da Rede Globo e emissoras filiadas, categorizando por temas, minutagem, participantes, etc.; compreender como o passado é utilizado pelos jornalistas como matéria-prima para a construção da notícia; analisar como as notícias se relacionam com os espaços de disputas e tensionamentos na construção da memória; discutir os elementos constitutivos das reportagens, tais como entrevistas com pessoas que vivenciaram o momento histórico; utilização de documentos, tais como fotografias, inquéritos, depoimentos de testemunhas, entrevistas; participação de especialistas e perceber o espaço de historiadoras e historiadores nas reportagens veiculadas.

Metodologia

De acordo com Corner (2003, p.276 apud Busetto, 2005, p.165), a mais fértil pesquisa histórica sobre a TV será aquela que conseguir pautar-se pela interconexão histórica entre vários aspectos do meio. E é baseado nisso, que firmamos a pesquisa. Através dos materiais audiovisuais produzidos pelas emissoras mineiras afiliadas da Rede Globo, foi feita uma análise sob a perspectiva histórica.

Vale frisar que a fonte audiovisual se apresenta para o público de forma acessível, mas seu processo de montagem é complexo. Mesmo com sua narrativa do “real” e “verídico”, o pesquisador pode encontrar rastros e inserções do mundo ficcional. Em outras palavras, há manipulações de contexto, o apelo emotivo e fragmentação seletiva, que pode influenciar na opinião do telespectador (PALHA, 2017, p.244).

O telejornalismo consagra-se com um gênero televisivo da categoria informação (SOUZA, 2004, p.92). De acordo com Cássia Palha (2017, p.247) “os telejornais se afirmaram com a agenda informacional diária, o espaço onde o acontecimento ganha, não só visibilidade, mas existência”.

Em seu artigo “Fontes telejornalísticas nos domínios de Clio: notas metodológicas”, Cássia Palha indica alguns dos elementos que devemos observar para procedermos uma análise histórica de programas telejornalísticos: a estrutura do programa; lugar/papel dos sujeitos; importância dos apresentadores, repórteres e especialistas na construção da credibilidade; narrativa e relação estabelecida com o telespectador; fragmentação seletiva, construção de contextos e sensacionalismo; edição, montagem e ritmo. Além dos recursos imagéticos como enquadramento de câmera, gestos dos apresentadores, iluminação e o uso de imagens variadas. Devemos ainda analisar atentamente os recursos sonoros com a inserção de músicas e efeitos (PALHA, 2017, p. 247-250).

No texto “Sintonia com o contemporâneo”, o autor Áureo Busetto traz a questão de a “pré-história” da televisão ter se desenvolvido com base em programas emitidos ao vivo, portanto, sem deixar registros audiovisuais. Essa ausência de registros audiovisuais nos traz uma certa limitação (BUSETTO, 2010, p.166). Na busca de vencer esse desafio optamos por utilizar a plataforma *Globoplay* para acesso às reportagens. O *Globoplay* é uma plataforma de *streaming* que transmite ao vivo a programação da Rede Globo e de suas emissoras afiliadas pela internet e que possibilita o acesso aos programas em qualquer horário. O serviço pode ser acessado gratuitamente, ou mediante assinatura, tanto no celular, quanto no computador. O acervo possui em um único ambiente jornalismo, esporte, variedades, séries, filmes, novelas e documentários. No serviço de *streaming* as reportagens telejornalísticas podem ser acessadas gratuitamente.

O material telejornalístico selecionado inicialmente, derivou de pesquisa de iniciação científica anterior, financiada pelo CNPq, intitulada “Quando o passado vira notícia: a ditadura militar brasileira nos telejornais da Rede Globo (2013-2018)”. A partir das palavras-chave: “Anistia”; “AI-5”; “Censura”; “Comissão Nacional da Verdade”; “ditadura militar”; “golpe militar”; “golpe de 64” e “revolução de 64”; encontramos cerca de 349 reportagens. Para um recorte de veiculação local, em Minas Gerais, cerca de 38 reportagens foram encontradas. O mapeamento desse material e sua categorização foi o ponto inicial para nossa pesquisa. A partir de um quadro analítico produzido por meio do software *Excel*, da Microsoft, que permite a classificação dos dados por cada um dos campos estabelecidos, como: data, título, duração, programa, emissora, palavra-chave, assunto, categoria, formato, apresentador, repórter, repórter cinematográfico, equipe técnica, historiador, outros especialistas, testemunhas, outros participantes, imagens de arquivo, documentos e descrição; foi ferramenta fundamental para organizarmos o material de acordo com os interesses da pesquisa. Com esse recurso, foi possível, por exemplo, indicar quantas reportagens foram encontradas por ano e os telejornais que vão

ser analisados, sendo estes: *Bom Dia Minas*; *Integração Notícia – Triângulo Mineiro*; *MGTV*; *MG Inter*; *Jornal da EPTV*; *MG1* e *MG2*.

Resultados

O primeiro dado que podemos apresentar é o do número de reportagens por ano. Percebe-se, no ano de 2014, um aumento considerável de reportagens, isso se deve à efeméride de 50 anos do golpe civil-militar de 1964, a data proporcionou inúmeras manifestações, homenagens e lembranças sobre a ditadura militar. A maioria das reportagens neste ano remetem a temas como censura, homenagens e lembranças. Interessante notar, também, que o fenômeno não se repete no ano de 2018, efeméride dos 50 anos do AI-5, nesse caso foi encontrada apenas 1 reportagem (quadro 1).

Quadro 1 – Número de reportagens por ano

Ano da reportagem	Número de reportagens
2013	10
2014	18
2015	3
2016	2
2017	2
2018	1

Fonte: Criado pela autora a partir dos dados levantados no Globoplay

Após o visionamento integral das reportagens selecionadas, percebemos a necessidade de separá-las por categorias analíticas. Para esse fim, propomos 3 categorias: tempo presente; figuras políticas e fenômenos da ditadura (quadro 2).

Quadro 2 – Número de reportagens por categoria

Categoria	Número de reportagens
Tempo presente	28
Fenômenos da ditadura	7
Figuras políticas	1

Fonte: Criado pela autora a partir dos dados levantados no Globoplay

Na categoria intitulada “Tempo Presente” tratamos das reportagens que dizem respeito a um processo de algo que aconteceu numa temporalidade passada e que agora tem desdobramentos no presente, pois “a ditadura militar brasileira pode ser pensada em conjunto com outros “eventos traumáticos” característicos do século XX, o que situa esse tema no contexto dos debates teóricos sobre a História do Tempo Presente” (FICO, 2012, p. 44). Nessa categoria foram agrupadas reportagens que têm como tema acontecimentos, manifestações e/ou iniciativas realizadas no presente, em relação ao passado ditatorial. Essa categoria rompe com a ideia de que a História estuda apenas o passado, trazendo as consequências, rupturas e continuidades dele. Nessa categoria os temas que apareceram foram: Comissão Nacional da Verdade, exposição, homenagem, 50 anos do golpe e a Subcomissão Regional da Verdade.

Um exemplo de reportagem nessa categoria é a intitulada: “Comissão da Verdade debate Ditadura Militar no Norte de Minas”, exibida no dia 07/06/2017, no MG Inter TV 2ª Edição – Grande Minas¹²¹, nela o assunto principal é que a Comissão da Verdade da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) fez uma audiência pública em Montes Claros, o repórter narra em *off* que a audiência foi na Câmara de Montes Claros e que membros da Comissão da Assembleia passaram 3 dias na região colhendo documentos e entrevistas sobre as violações de direitos humanos que aconteceram durante a ditadura militar. Robson Reis Souza, coordenador da Comissão Nacional da Verdade - ALMG relata que no Norte de Minas é um emblemático caso de violência envolvendo trabalhadores rurais e sindicatos rurais, todo tipo de violência, morte, expropriação, tortura e cárcere privado. Além disso, o coordenador da Comissão da Verdade e Memórias Grande Sertão, João Batista Costa também aparece e fala que a ditadura atingiu de uma forma perversa as comunidades rurais do Norte de Minas, citando como exemplo as comunidades quilombolas. José Antônio da Silva, produtor rural, relata que levavam “pistoleiro” de cadeia para “correr” com os povos na época, “judiou” e matou as criações da população e conta que eles sofreram muito com a situação. Ao final da reportagem, Robson Souza diz que tudo isso será transformado num relatório de todo o estado, e esse relatório irá recomendar uma série de políticas públicas para prevenir a violência, tortura e a ação arbitrária do estado.

Já na categoria “figuras políticas”, a reportagem intitulada “Especial Rondon: Político foi chefe do Gabinete Civil e votou o AI-5 no regime militar”, exibida no dia

¹²¹ “Comissão da Verdade debate Ditadura Militar no Norte de Minas”. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5924353/?s=0s>. Acesso realizado em: 08/03/2023.

09/07/2016, no MGTV 1ª Edição – Uberlândia¹²², tem como tema central a participação de Rondon Pacheco na ditadura militar. Ao anunciar a reportagem a apresentadora Fernanda Vieira diz: “Rondon Pacheco foi um dos principais personagens de um dos piores momentos da ditadura militar, quando foi decretado o Ato Institucional número cinco, o AI-5, em dezembro de 1968. Em 2008, o *MGTV 1 edição* fez um especial nos 40 anos da assinatura do ato. Na época, com 89 anos, Rondon contou como foi o processo de confecção do ato.” A reportagem traz um pouco da vida política de Rondon Pacheco, ex-governador de Minas, para ele, a renúncia de Jânio foi um desencanto e o país entrou numa fase de desestabilização. “Eu era favorável ao Brasil, não era o golpe militar”, disse Rondon Pacheco em uma entrevista para o repórter Rick Paranhos em 10/12/2008. O repórter narra em *off* que em 1967 Rondon deixou de ser deputado para se tornar ministro chefe da Casa Civil no governo de Arthur da Costa e Silva. Sobre o AI-5, Pacheco considera que era um ato ultrarradical, este ato que o ministro da justiça está propondo tumultua toda a vida do país. Entretanto, o repórter narra que Rondon foi favorável, mas tentou fazer algumas alterações. De acordo com ele, apresentou uma emenda estabelecendo um prazo de um ano, para que os direitos suspensos voltassem a ordem normal, porém a emenda foi rejeitada e figurou o AI-5. Ao final da reportagem, o repórter fala que Rondon Pacheco ainda ficou à frente do gabinete civil até o dia 30 de outubro de 1969, quando o general Emílio Médici assumiu a presidência, mas logo depois voltou ao mandato de deputado.

Por fim, na categoria “fenômenos da ditadura” se destacam as reportagens que se referem à censura durante a ditadura militar, como por exemplo, a reportagem intitulada “Artistas mineiros foram perseguidos e exilados durante o período da ditadura militar”, exibida no dia 31/03/2014, no *MG1*¹²³. Na reportagem, a repórter Laila Hallack aparece em Juiz de Fora e conta que arte e política nunca estiveram tão próximas quanto no período da ditadura, em 1964 o Brasil iniciava um regime tão violento quanto criativo, Juiz de Fora, berço do início do Golpe Militar, as manifestações culturais tentavam de todas as formas de combater a repressão e lutar pela democracia. Jorge Arbach, artista plástico, fala que decidiu que o desenho seria sua voz, e por ela também seria a voz dos demais, essa seria sua guerrilha, a página do jornal seria sua trincheira e a ilustração sua arma. Já José Luiz Ribeiro, jornalista e dramaturgo aparece e conta que a Casa D’Italia foi durante muito tempo lugar em que os grupos, o teatro universitário, e foi lá que

¹²² “Especial Rondon: Político foi chefe do Gabinete Civil e votou o AI-5 no regime militar”. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5153207/>. Acesso realizado em: 25/04/2023.

¹²³ “Artistas mineiros foram perseguidos e exilados durante o período da ditadura militar”. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/3250588/>. Acesso realizado em: 18/04/2023.

enfrentaram os primeiros passos da censura. Henrique Simões, ator e diretor diz que se tratava de metáforas, interrogatórios, prisões, perseguições, momentos do povo, mas por metáfora, falando do que a repressão andava fazendo. José Luiz Ribeiro diz que um espetáculo foi proibido na hora da estreia, na hora que eles estavam preparados para começar chegou o representante da delegacia, dizendo que o espetáculo estava proibido, eles entraram com um recurso e conseguiram que o espetáculo fosse liberado com cortes.

As notícias se relacionam com os espaços de disputas e tensionamentos na construção da memória quando aparecem depoimentos dos opressores da ditadura e ao mesmo tempo das vítimas, onde cada um conta “seu lado da história”. Na reportagem citada acima, referente a Rondon Pacheco, pode-se perceber que os que participaram do regime militar tem o seu espaço na televisão. Ademais, na reportagem sobre os artistas mineiros, eles também relatam suas experiências, as torturas e os sofrimentos vividos na época. É evidente que os espaços de disputa e tensionamentos na construção da memória são exibidos na televisão, quando há a visibilidade dos opressores e oprimidos.

Os jornalistas utilizam o passado e de seus documentos como matéria-prima para a construção da notícia, elementos como relatórios, fotografias, imagens da ditadura estão bastante presentes nas reportagens veiculadas. De 36 reportagens, 8 utilizam de fotografias da época da ditadura militar, como na reportagem “Subcomissão busca informações sobre a participação da região na ditadura militar”, exibida dia 09/02/2015, no *MGTV 1ª Edição - Uberlândia*.¹²⁴

Através das reportagens assistidas, buscamos perceber a dos historiadores e historiadoras, de 36 reportagens, aparecem em 6, são eles: Afonso Alencastro, Antônio Henrique Duarte Lacerda, Cláudia Maia, Heleno de Barros, Afonso Lana, Laurindo Mékie Pereira e Sávio Tarso. Na reportagem “Comissão Municipal da Verdade investiga Ditadura em Juiz de Fora”, exibida em 02/04/2014, no *MGTV 2ª Edição – Zona da Mata*¹²⁵, o historiador Antônio Henrique Duarte Lacerda, aparece e contribui no sentido de esclarecer a importância da Comissão, dizendo que “a ideia é pesquisar os acervos, ouvir as pessoas e assim produzir o que realmente foi, e desvendar coisas que ainda estão obscuras nesse passado tão recente, 50 anos para história é muito pouco tempo, mas precisa ser passado a limpo”.

¹²⁴ “Subcomissão busca informações sobre a participação da região na ditadura militar”. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/3953277/?s=0s>. Acesso realizado em: 17/07/2023.

¹²⁵ “Comissão Municipal da Verdade investiga Ditadura em Juiz de Fora”. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/3256760/?s=0s>. Acesso realizado em: 18/04/2023

Os elementos constitutivos das reportagens, tais como entrevistas com pessoas que vivenciaram o momento histórico; utilização de documentos, tais como fotografias, inquéritos, depoimentos de testemunhas, entrevistas; participação de especialistas, percebemos principalmente, o uso de testemunhas, tanto que vivenciaram o momento histórico, quanto pais, filhos, parentes e amigos próximos para tratar sobre algum ente que perderam durante a ditadura militar, ou que participaram da ditadura, porém faleceram posteriormente. Um exemplo disso é a reportagem intitulada: “Personagens contam memórias da época da ditadura militar em Juiz de Fora”, exibida em 31/03/2014, no MGTV 2ª Edição – Zona da Mata¹²⁶, onde Winston Jones Paiva, advogado; Maria Liége Santos Rocha, dir, executiva União Brasileira de Mulheres e Ismair Zaguetto, jornalista contam suas experiências vividas durante a ditadura militar.

Além disso, o uso de imagens é constante, imagens da ditadura militar são colocadas nas reportagens, imagens de filme sobre a ditadura militar, de festivais ocorridos durante a ditadura militar e exposições que retratam esse período. Como na, já mencionada reportagem sobre Rondon Pacheco, que apreçam imagens do Arquivo CEDOC TV Integração, do político na época da ditadura militar. As imagens e áudios utilizados são tanto do passado, retirada de arquivos como: Arquivo CEDOC TV Integração, Arquivo Globo, quanto feitas no presente, em depoimentos da Comissão Nacional da Verdade.

Referências

BECKER, Beatriz. Jornalismo audiovisual de qualidade: um conceito em construção. Estudos em Jornalismo e Mídia - Ano VI - n. 2 pp. 95 - 111 jul./dez. 2009.

BONNER, William. Jornal Nacional: modo de fazer. São Paulo: Globo, 2009.

BUSETTO, Áureo. Sintonia com o contemporâneo: a TV como objeto e fonte da História. In: Política e Identidade Cultural na América Latina. BEIRED, José Luís Bendicho; BARBOSA,

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis – o caso brasileiro. Varia história, Belo Horizonte, v. 28, n 47, p.43-47, jan/jun 2012.

MACIEL, Suellen Neto Pires. Disputas da memória: uma reflexão inicial sobre a lei de criação da Comissão Nacional da Verdade. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves;

¹²⁶ “Personagens contam memórias da época da ditadura militar em Juiz de Fora”. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/3251642/>. Acesso realizado em: 17/07/2023.

FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). História do tempo presente. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. Antíteses, v.8, n. 15esp, p. 09-44, nov.2015.

PALHA, Cássia Rita Louro. Fontes telejornalísticas nos domínios de Clio: notas metodológicas. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n.22, p.236-258, set./dez.2017.
SOUZA, José Carlos Aronchi de. Gêneros e formatos na televisão brasileira. São Paulo: Summus, 2004.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

REMINISCÊNCIA DA HIERARQUIA E O RESGATE DO ESQUECIMENTO: UMA ANÁLISE SOBRE AKIRA (1988) COMO PRODUTO HISTÓRICO DA CULTURA POLÍTICA NACIONAL JAPONESA

Rafael Amaral¹²⁷

Autores e possibilidades

A princípio, quando evocada a iniciativa de aplicar o conceito de cultura política para compreensão dos fatores sociais que regem uma sociedade, é indispensável partir da análise realizada por Gabriel Almond e Sidney Verba no livro *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*, que na década de 1960 propuseram tal ferramenta conceitual para compreender comportamentos políticos mediados pela sociedade. Apesar dos autores receberem críticas no que tange às supostas percepções etnocêntricas conforme apontado por Rodrigo Pato Sá Motta, no sentido de que, Almond e Verba apresentam uma percepção hierárquica das sociedades cujas sociedades democráticas seriam superiores contrapostas às sociedades atrasadas (2009, p. 7). Não pretende-se aqui evocar o debate em torno das críticas, mas sim constatar que o conceito tem suas limitações. Considerando que a intenção seja aplica-lo ao Japão, é indispensável encaixá-lo de modo a harmonizar com a conjuntura social do país, de modo a prezar pela definição da cultura política como expressões e representações de uma identidade coletiva apoiadas em tradições e práticas em comum que ocasionam em interpretações do passado e projeções do futuro em comum.

Entre críticos e autores, Serge Berstein parte da percepção da cultura política como pluralista. Impulsionada pela própria leitura do autor acerca dos mencionados acima, Berstein considera a família, ambientes educacionais, o trabalho e outras relações sociais como vetores de socialização política (1998, p. 356). Embora o francês veja essa pluralidade em contraste com Almond e Verba, identificar esses vetores que acompanham os indivíduos ao longo da vida é de extrema importância para localizar melhor o fluxo de noções políticas em campo. Pode-se sugerir então em hipótese que há a possibilidade de trabalhar o conceito a partir desses autores que tem suas diferenças expostas em leituras teóricas que não se limitam ao que foi abordado até então, não obstante em conjunto constituem pilares teóricos em voga da política na história. Questão presente desde

¹²⁷Mestrando em História, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). E-mail: rafaelvictor0602@gmail.com

quando Berstein conceituou e criticou a escola americana no capítulo intitulado *A Cultura Política* no livro organizado por Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinelli cujo título *Para um História Cultural* anuncia a nova história política tão boicotada pelos Annales.

Ainda há autores que discutem contemporaneamente acerca do conceito em questão. O já mencionado Rodrigo Motta tem relevância nas considerações que este trabalho se propõe por agrupar pontos chave ao falar de cultura política e suas dimensões subjetivas, onde muitas vezes se espera que determinada cultura política mantenha “as características básicas que lhes garantem a identidade, elas podem adaptar-se às mudanças experimentadas pelas sociedades ao longo do tempo” (MOTTA, 2009, p. 10). Pensando neste movimento de subjetividade ao tratar do conceito, no artigo cujo título *Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia*, é notável o alerta do autor para que o leitor e o escritor não caiam em uma leitura conservadora da história e o reducionismo culturalista. Para Motta, temas como a tradição quando pensada no viés político, podem emular um estado imóvel da história quando não parecem não se adaptar as mudanças sociais, que vai contra a própria noção de história (MOTTA, 2009, p. 20). Além disso, o autor chama atenção para a visão determinista e o reducionismo culturalista, quando a leitura do conceito existe duas proposições errôneas: compreender que os indivíduos estão presos em cadeias culturais que determinam o que cada um é de modo que exista apenas um modelo de existência para cada qual; e, relativizar o cunho científico da análise considerando representações não como produtos de seu tempo, mas como a própria verdade de cada tempo.

Aparelhos vetores do estado: A família (hierarquia), o símbolo (bushido) e a crença (xintó)

Para transparecer o funcionamento dos vetores e a influência deles na cultura política japonesa, deve-se ter em mente que pressupõe-se no momento presente analisar três elementos considerados chave para considerações: a hierarquia, o *bushido* e o *xintó*¹²⁸.

A questão da hierarquia é predominante e remanescente no Japão, assim como a cultura política a hierarquia é vista pelos japoneses a partir do convívio familiar, segundo Ruth Benedict:

¹²⁸ Para Ruth Benedict, o *xintó* uma cultura de dogmas e símbolos nacionais similares praticados sob jurisdição do estado ensinado nas escolas diferente das religiões. Trata-se da qualidade cívica de identidade nacional que dá abertura para liberdade religiosa no país (BENEDICT, 1979, p. 78).

No Japão, é precisamente na família que são aprendidas e meticulosamente observadas as regras de respeito. Enquanto a mãe ainda leva o bebê preso às costas, empurra-lhe a cabeça para baixo com a mão e suas primeiras lições consistem na observância de um procedimento respeitoso com relação ao pai ou ao irmão mais velho. A esposa inclina-se diante do marido; a criança, diante do pai; os irmãos mais jovens, diante dos mais velhos e a irmã, diante de todos os irmãos, qualquer que seja sua idade. Não se trata de um gesto vazio. Aquele que se inclina reconhece o direito do outro de interferir em assuntos sobre os quais ele próprio preferiria decidir e o que recebe a saudação assume, por seu turno, certas responsabilidades relativas à sua posição. A hierarquia baseada no sexo, geração e primogenitura constitui parte da vida familiar (BENEDICT, 1972, p. 48).

Não se deve porem interpretar essa questão meramente como algo propriamente dito, pois o país leva consigo tal postura para relações além do núcleo familiar, o que ocasiona por exemplo, a visão dos japoneses para com a China a tratar dela como uma irmã, pressupondo um status inferior dela e de outras nações na hierarquia a moda japonesa (BENEDICT, 1972, p. 26). Um exemplo dinâmico que demonstra o aprendizado dos japoneses sobre a hierarquia e a aplicação disso em escala social. Contudo, para os japoneses a hierarquia não se trata de algo análogo a tirania, pois existem condições físicas e espirituais que condicionam a estrutura hierarquia e importância de cada sujeito nela (Benedict, 1972, p. 54), na verdade a hierarquia é vista como uma maneira de evitar a anarquia em sociedade no sentido da subordinação cada sujeito ou sociedade ocupa seu devido lugar (BENEDICT, 1972, p. 26).

Outro elemento constituinte dessa cultura política é o *bushido*, proveniente da representação criada em diversas narrativas e de narrativas criadas em diversas representações. No fim do século XV, o período de grande paz que se instalava após o contexto de guerras no Japão era ao mesmo tempo o período de crise para os samurais. Logo, os samurais buscaram ocupar diversos cargos, se destacando em serviços burocráticos e outras funções que exigiam conhecimento de escrita o qual detinham como parte de formação (MOTTA, 2020, p. 53-55). A partir disso, diversas obras foram escritas para compor representações imaginadas do *bushido* como uma filosofia de vida e de autoconhecimento.

Por isso não é tão importante adentrar no cerne do termo para chegar ao veredito de sua influência na atualidade, pois “mesmo a existência do *bushido* sendo desconstruída por diversos fatores históricos e sociais, a partir dos séculos XIX e XX, ocorrerá uma apropriação desse conceito de moral guerreira para fins nacionalistas do Império Japonês” (MOTTA, 2020, p. 53-55), assim como também após a Segunda Guerra Mundial houve uma nova apropriação do mesmo.

Um exemplo disso foram as visitas do primeiro-ministro Junichiro Koizumi nos anos de 2001 e 2006 ao santuário dedicado a criminosos de guerra (ODA, 2018, p. 13) questão

delicada para o cenário político do Japão com países vizinhos que foram vítimas, tema que ainda inflama relações especialmente entre o Japão e a Coreia do Sul. Na década de 1980 o então primeiro ministro Yasuhiro Nakasone também realizava frequentes visitas ao santuário, chegando até mesmo no seu mandato sugerir análises de cunho revisionista acerca dos crimes de guerra em materiais didáticos (ODA, 2018, p. 17). Regredindo um pouco mais no tempo, na década de 1970, com interesse em revogar a constituição de 1947 e reestabelecer o poder centralizado ao imperador, Yukio Mishima tenta realizar um golpe de estado que se conclui falho, onde o influente militante nacionalista o ritual de *seppuku*, Forma de suicídio típica dos samurais, na qual, com uma adaga, o guerreiro cortava seu ventre ¹²⁹ quando percebe seu fracasso (MOTTA, 2020, P. 76). E por fim, o caso mais recente do ex primeiro-ministro Shinzo Abe, neto do ex primeiro-ministro Nobuyuki apontado como criminoso de guerra durante o longo mandato (2006, 2012-2020), Shinzo Abe resgata a questão dos crimes de guerra negando por exemplo o Massacre de Nanquim, o caso da Mulheres de Conforto e outros crimes¹³⁰ em diversas declarações, e, por seu envolvimento com grupos nacionalistas de valores *xintó* é assassinado em público no ano de 2022.

Sobre o *xintó*, é possível pontuar sua relevância de cunho sagrado, por funcionar como símbolo de supremacia nacional intimamente ligada ao religioso, mas que se consagra na história do país. Benedict explica que, embora o xintoísmo seja praticado como culto em algumas ocasiões, não é entendida como uma religião, não obstante como uma instituição do estado, responsável por promover cerimônias e altares foram âmbito religioso (BENEDICT, 1972, 78-80). Contudo, é pertinente ressaltar que “dessa maneira, com base em enfoque de sentido amplo, representações configuram um conjunto que inclui ideologia, linguagem, memória, imaginário e iconografia, e mobilizam, portanto, mitos, símbolos, discursos, vocabulários e uma rica cultura visual (cartazes, emblemas, caricaturas, cinema, fotografia, bandeiras etc.)” (Motta, 2009, p. 9).

À primeira vista o *xintó* é similar às religiões devido ao caráter de culto, não às divindades, mas ao estado. Desta forma,

¹²⁹ Durante o contexto o qual o Japão se rendia aos aliados, o número de suicídios, conforme a cultura samurai, foi grande entre os comandantes e soldados, pois muitos preferiram a morte à rendição, mesmo com o pedido do imperador em sentido contrário (SAKURAI, Célia. **Os japoneses**. São Paulo: Contexto. 2007. (não paginado).

¹³⁰ CHOTINER Isaac. How Shinzo Abe Sought to Rewrite Japanese History. **The New Yorker**. 2022. Disponível em: <https://www.newyorker.com/news/q-and-a/how-shinzo-abe-sought-to-rewrite-japanese-history>. Acesso em: 29 de jul de 2023

os estadistas da Época Meiji, portanto, cuidadosamente demarcaram a zona de atuação do Estado no governo e do Xintó do Estado no terreno religioso. Deixaram as outras zonas para o povo, assegurando, no entanto, para eles, como autoridades supremas da nova hierarquia, a preponderância em assuntos que a seus olhos diziam respeito diretamente ao Estado (BENEDICT, 1972, p. 80).

Benedict Anderson observa a influência da esfera religiosa no nacionalismo quando levanta questões conexas entre o imaginário religioso e o imaginário nacional (ANDERSON, 2008, p. 37). O autor deixa claro também em suas colocações que, vê no nacionalismo uma continuidade entre o novo e o velho, a vida e a morte, um elo capaz de unir através da origem em comum imaginada em uma historicidade vinculada ao que seria uma estrutura próxima a familiar (ANDERSON, 2008, p. 37-38). Ao ver o sentido de relação entre a identidade nacional e a religião, o autor expõe:

É claro que não estou afirmando que o surgimento do nacionalismo no final do século XVIII foi “produzido” pelo desgaste das convicções religiosas, nem que esse próprio desgaste não requer uma explicação complexa. Também não estou sugerindo que o nacionalismo tenha, de alguma forma “substituído” historicamente a religião. O que estou propondo é o entendimento do nacionalismo alinhando-o não a ideologias políticas conscientemente adotadas, mas aos grandes sistemas culturais que o precederam (ANDERSON, 2008, p. 39).

Da reminiscência da hierarquia para o resgate do esquecimento

Perante tal cenário em que se torna notável o interesse na política japonesa em resgatar o passado saudosista, assim como Jacques Le Goff (2003, p. 389) observa, a memória depende do esquecimento para ser rememorada, mesmo selecionada, a constante perda de memória e priorização de lembranças configura a instabilidade da memória como corpo único, enquanto se reflete em uma identidade coletiva cercada por conflitos sociais. A obsessão de resgatar, dominar, moldar e selecionar a memória interessa aos grupos sociais, aos indivíduos que buscam dominar grupos sociais para manipulação de própria memória, dos grupos que integram a sociedade e o tempo histórico (LE GOFF, 2003, P. 435).

Entretanto, nota-se um confronto entre a memória oficial focada em ofuscar elementos negativos do passado japoneses e a memória coletiva que procura expor as feridas, traumas e contradições do país. Esse movimento narrativo é coincidente com a conversão do olhar histórico acerca da memória, que renuncia a temporalidade linear imposta e do espaço para a memória coletiva (LE GOFF, 2003, p. 433).

Isso se torna perceptível na cena inicial de Akira (Katsuhiro Otomo, 1988), filme que serve de contraposição a identidade nacional japonesa tão

reproduzida. Na figura 1 é evidente que a data da explosão na cidade de Tóquio remete ao teste da primeira arma nuclear:



Figura 1 - AKIRA. Direção: Katsuhiro Ôtomo. Produção: Akira Committee Company Ltd, 1988.
00:00:17 – 00:01:40

Essa abertura nos atrai para o campo traumático dos japoneses, assim como Joel Candau também caracteriza a memória como onipresente (2008, p. 125) especialmente no estado de angústia ela se localiza no esquecimento. Além da referência em data, nota-se que a mesma localização tem foco, a explosão permanece assim como a memória permanece entre os japoneses como uma cicatriz.

Akira por exemplo, é um produto histórico nas palavras de José D' Assunção Barros (2011, 175-202) dessa política. Não seria atípico dizer que esta fonte discursa sobre seu presente, até porque ela dialoga diretamente com seu passado e sua expectativa de futuro. Logo, seria perfeitamente plausível que Akira fizesse parte das obras que favoreceram a política soft-power adotada pelo Japão, idealizando a paz mundial imortalizada em personagens carismáticos determinados a viver aventuras e defender seus camaradas apegados aos princípios éticos. Ao contrário disso Akira diz muito mais sobre a violência, desordem, o egoísmo, reflexões existenciais, a tormenta vivida por diariamente acompanhar a auto destruição da humanidade.

Stuart Hall (2006) percebe o sujeito inserido pertencente a nação consciente de que a identidade é caracterizada pela diferença. Isto é, as identidades que antes eram vistas como unificadas passam a serem vistas fragmentadas. Tal questão está explícita na

figura 2, que seleciona cenas caracterizadas pela violência do esquecimento sobre os temores que abalam a memória coletiva japonesa.



Figura 2 - AKIRA. Direção: Katsuhiro Ôtomo. Produção: Akira Committee Company Ltd, 1988.
00:24:08; 00:44:59; 00: 53: 06; 00:09:53.

A violência a partir do enfraquecimento do *xintô*, a resposta desesperada para jovens que não respeitam a hierarquia e a violência apenas pela sua gratuidade distante da conduta de um samurai, preenchem a figura 2 como se o director do filme comunicasse que o Japão não será imutável para sempre e que os efeitos das transformações que o país enfrentou nos anos anteriores estão vão responder, assim como o passado assombra a memória.

Akira comunica assim como Hall explica, que as identidades estão a todo momento tentando se reestruturar fracassadamente (2006, p. 56). Talvez, a ambientação em contexto pós apocalíptico refere-se justamente a linguagem que mais facilmente será entendida para o público japones.

Deste modo, podes-se dizer que Akira é parte dos produtos de recuperação da economia japonesa, o que dá ao filme influência na comunicação. De acordo com Célia Sakurai (2007, n.p), “a nova forma de ser japonês era reflexo das mudanças que ocorriam no Japão com o movimento de crescimento econômico e de acesso aos bens de consumo para a quase totalidade da população”. Bem como a cultura de consumo fortalece uma noção de identidade, do mesmo modo que integra um conjunto de informações que se tornam relevantes no que tange as atitudes e pensamentos da sociedade, tal qual a cultura política.

Referências

- ALMOND, G.; VERBA, S. **The civic culture: political attitudes and democracy in five nations**. Princeton: Princeton University Press, 1966.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008
- BENEDICT, Ruth. **O Crisântemo e a Espada**. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- BERSTEIN, Serge. **Cultura política**. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Dir.). Para uma História Cultural. Lisboa: Estampa, 1998.
- CANDAU, Joel. **Memórias e identidade**. São Paulo: Contexto, p. 105-136, 2018.
- CHOTINER Isaac. How Shinzo Abe Sought to Rewrite Japanese History. **The New Yorker**. 2022. Disponível em: <https://www.newyorker.com/news/q-and-a/how-shinzo-abe-sought-to-rewrite-japanese-history>. Acesso em: 29 de jul de 2023.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão; 5ª edição; Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.
- MOTTA, Lucas Marques Vilhena. **“A Espada é o Centro da Vida”: O Imaginário dos Samurais no Mangá Vagabond (1996-2007)**. 2020. 147 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2020.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Culturas políticas na história: novos estudos**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009
- ODA. Ernani. **Condições estruturais do nacionalismo japonês recente**. Lua Nova, São Paulo, 103: 11-38, 2018.
- Potsdam declaration. Birth of the Constitution of Japan**. 1945. Disponível em: <https://www.ndl.go.jp/constitution/e/etc/c06.html>. Acesso em 29 de ago. 2021.
- SAKURAI, Célia. **Os japoneses**. São Paulo: Contexto, 2007.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

REPRESENTAÇÕES DA RELIGIOSIDADE POPULAR NAS REVISTAS ILUSTRADAS DO NORTE DE MINAS GERAIS: PESQUISA EM HISTÓRIA E IMAGENS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

José Vinícius Peres Silva ¹³¹

INTRODUÇÃO

Este projeto busca problematizar as representações imagéticas das religiosidades e culturas populares da região Norte de Minas Gerais que foram veiculadas na imprensa tradicional e revistas ilustradas de Montes Claros, cidade mais importante da localidade. O trabalho será desenvolvido com aos alunos do Ensino Fundamental do 9º e 1º ano do Ensino Médio da Escola Estadual Zeca Guida, na cidade de Francisco Sá, que farão parte do núcleo de pesquisa como estudantes e pesquisadores sobre a orientação do Professor de História.

Nosso objetivo compreender as representações sociais criadas sobre as tradições religiosas populares do Norte de Minas Gerais pelo conteúdo visual da imprensa local nas décadas de 1950 e 1960. Para isso, pretendemos nos debruçar nos processos de produção, reprodução e assimilação coletiva das representações produzidas pelas imagens criadas no período mencionado.

Desenvolveremos o presente projeto na Escola Estadual Zeca Guida. O distrito de Cana Brava, onde a escola está localizada, conta com uma população média de 2000 habitantes e está distante 18 km da sede do município. Os alunos, em sua maioria, são residentes das comunidades rurais do distrito citado. Com o total de 280 alunos matriculados, conforme projeto político pedagógico atualizado em 2020, o espaço é caracterizado pela forte ligação dos seus atendidos com a economia voltada para o campo, bem como para práticas socioculturais relacionadas com esse meio.

Funcionando atualmente com os anos finais do Ensino Fundamental, a escola também oferta o Ensino Médio e duas turmas de tempo integral (oitavo ano e nono ano). Nos últimos anos, também foram disponibilizadas turmas de EJA (Educação de Jovens e Adultos). Destaca-se, ainda, um foco educacional da instituição em áreas específicas de formação como, por exemplo, projetos, eventos, culminâncias e outros que possibilitem o acesso do Distrito de Canabrava às questões educativas.

¹³¹ Mestre em História pelo Programa de Pós graduação em História da Universidade Estadual de Montes. Professor da Educação Básica na Escola Estadual Zeca Guida Francisco Sá- MG Claros Email: zevinicius1@hotmail.com

Pode-se afirmar que o trabalho objetiva instigar os alunos a se interessarem por processos históricos que fazem parte da região do Norte de Minas subdivisão do estado onde eles estão inseridos. Para tanto, focaremos nos documentos imagéticos sobre religiosidade e cultura popular presentes nas revistas ilustradas “Montes Claros em Foco” e “Encontro” produzidas nas décadas de 1950 e 1960. O objetivo mais geral consistiu em estudar, construir e possibilitar uma divulgação de saberes do conhecimento científico na área de ciências humanas e sociais.

REVISTAS ILUSTRADAS

Fotografias, ilustrações, litogravuras e outros formatos de imagens passaram a ser muito comuns na imprensa do norte de Minas a partir das décadas de 1950 e 1960 devido aos avanços tecnológicos e modernizantes que a região passou nesse período. Isso foi muito comum em regiões do interior do Brasil que ainda não acompanhavam as mudanças rápidas das grandes capitais e ainda careciam de recursos financeiros para transformar sua imprensa local da mesma forma que grandes veículos nacionais de peso, como as revistas “O Cruzeiro” e “Manchete” que já utilizavam a imagem de forma ampla nas suas páginas desde o início do século XX (ROMANELLO, 2006).

Inserir imagens nos noticiários impressos possibilitou uma grande reforma jornalística que modifica a forma de dar a notícia passando a usar a foto como prova daquilo que está sendo veiculado. Não só como uma ilustração, mas como outro elemento representativo que ajudava na construção narrativa da história veiculada no Jornal que trazia a fotografia como um elemento novo. Aos poucos seguindo os caminhos já trilhados pela imprensa mundial bem como a brasileira, a imprensa feita nas regiões do interior do Brasil começam a ampliar o uso da imagem não como um complemento da narrativa noticiada de um determinado fato, mas como elemento chave da informação. É assim que surgem as foto-reportagens e ou materiais ilustrados (ROMANELLO, 2006), que passam a colocar na imagem o mais importante ponto da construção da história utilizada. Esse modelo de informação foi mais comum nas revistas ilustradas que em Montes Claros destacamos os periódicos nos períodos de 1950 e 1960 as revistas “Montes Claros em Foco” e “Encontro”.

As fotografias e ilustrações veiculadas na mídia impressa ilustrada de Montes Claros estavam muito presentes nesse modo de imprensa. Um exemplo de publicação regional foi a reportagem “Nos Terreiros de Umbanda e Candomblé, Mistérios e Pompa dos Ritos Fetichistas” publicada 1962 no periódico ilustrado Revista Encontro da cidade de Montes Claros em Minas Gerais. Esse período corresponde ao momento de

efervescência cultural na cidade e na região, devido às mudanças sociais ocorridas com o processo de desenvolvimento regional ocasionado pela Sudene e das propostas políticas de valorização da região (PEREIRA, 2007).

Para Jorge Luiz Ramonelo (2006), a partir da segunda metade da década de 1940, com o final da guerra, temáticas de manifestações populares passam a atrair a atenção dos editores de revistas de variedades, sendo recorrente as matérias sobre religiões de matriz africana na Imprensa Brasileira. Por isso entre 1951 e 1962, rituais de Umbanda, Candomblé, Macumba, Congado, Kardecismo, entre outros, apareceram ou como simples folclore, a editorial de polícia com tratamento sensacionalista e reportagens mais complexas com ares etnográficos.

Essa valorização advém quando o folclore foi relacionado à identidade brasileira, foco cultural que a intelectualidade do país procurava ressaltar no início do século XX. O negro, o indígena, o sertanejo passou a serem incluídos com o projeto de nação da república brasileira. Por meio dessa constante preocupação a literatura e intelectuais voltam-se para as manifestações populares buscando uma “autenticidade” que representasse essa beleza de “ser brasileiro” (GOMES, 2008).

METODOLOGIA

Nosso método de trabalho dialoga diretamente com os estudos de cultura visual presentes nas pesquisas de historiadores e estudiosos do assunto. Nossa forma de análise das fotografias se deu no intuito de reconstruir os circuitos sociais no qual estas imagens estão inseridas.

O primeiro passo da execução da pesquisa será a apresentação de cada estudante como pesquisador do Projeto de Iniciação Científica na Educação Básica da Escola Estadual Zeca Guida. Os alunos responsáveis ainda informaram sobre a orientação, a qual está na incumbência do professor orientador, do conteúdo de História. Por fim, os discentes descreveram o trabalho para a comunidade escolar

A fotografia corresponde à nossa fonte e ao nosso objeto de trabalho. Por isso, pensamos que ela “deve submeter-se a críticas” (MAUAD, 2015p.10). Só assim extraímos todo o seu potencial de pesquisa. Procuramos seguir um método significativo. Este se deu por um critério de seleção, a fim de evitar a descaracterização dessa fonte, visto que, conforme Mauad (2015), “seu objeto, que é a foto em si, deve ser trabalhado e estudado separadamente, garantindo, pois, a individualidade do objeto fotográfico a ser estudado, o qual tanto pode ser um álbum, uma foto, para que em seguida possa-se estudar a parte material” (p.10).

Estabelecemos como método de análise para as nossas fontes as “Propuesta de modelo de análisis de la imagen fotográfica” do Dr. Javier Marzal Felici. Identificaremos Os níveis para decompor as características das fotografias em nível conceitual, morfológico, compositivo e enunciativo. O nível contextual consiste em o que nos força a coletar informações necessárias sobre as técnicas utilizadas pelo fotógrafo, no momento histórico do flerte com a imagem, o movimento artístico ou a escola fotográfica a que pertence, bem como a busca de outros estudos críticos sobre o trabalho em que a fotografia que pretendemos analisar, se faz presente. A conclusão deste primeiro nível da análise é sobre melhorar nossa competência em leitura.

A nível morfológico, onde faz-se uma reflexão e questionamento sobre as produções de sentido causadas por essa fotografia, nessa operação começa-se a colocar a fotografia em contraponto aos os referenciais teóricos, fazendo as inflexões sobre a fotografia. O nível seguinte, compositivo, é a mediação entre o nível contextual onde situamos a fotografia em um espaço-tempo e o nível morfológico, em que questionamos seu sentido sob os prismas teóricos das perguntas feitas. É nesta operação que passamos a estabelecer a fotografia como linguagem dada, no limiar entre contexto e sentido/função, com isso podemos ter uma análise mais aferida sobre os elementos ali presentes, como se antes fossem sombras projetadas e agora, a coisa em si, cercada de suas representações que antes se faziam ocultas ao primeiro olhar.

Por fim temos o nível enunciativo, que busca articular a perspectiva do pesquisador, constituída até então, a nível global, à medida que “Qualquer fotografia, na medida em que representa um recorte da realidade, de um local de onde a fotografia é tirada, pressupõe a existência de um olhar enunciativo. O exame desta questão tem consequências muito notáveis ao conhecer a ideologia implícita da imagem e a visão de mundo que ela transmite” (FELICI, 2004, p.24).

Como parte do nosso trabalho com imagens foi realizado por meio da revista ilustrada, os textos que acompanham as fotografias também foram relevantes, eles estabelecem uma relação com a imagem que os torna um tipo específico de fonte. Por meio disso, para perceber com os sentidos da mensagem que a imagem e o texto somado transmitem, utilizamos a compreensão de Sophie Van der Linden, em Para ler o livro ilustrado (2011), onde;

Cada obra propõe um início de leitura quer por meio do texto, ou da imagem, e tanto um como outro podem sustentar majoritariamente a narrativa. Se o texto é lido antes da imagem e é o principal veículo da história, ele é percebido como prioritário. A imagem, apreendida num segundo momento, pode confirmar ou modificar a mensagem oferecida pelo texto. Inversamente, a imagem pode ser

preponderantemente no âmbito espacial e semântico, e o texto ser lido num segundo momento (p. 122).

O trabalho de pesquisa em história caracteriza-se pela observação e análise das fontes por meio de diferentes ferramentas teórico-metodológicas buscando as relações entre pensamentos, comportamentos e personagens. A relação da fonte com o historiador, advém da necessidade de produção onde o processo de trabalho possa ser dialogado e transformado com outros meios de encontrar o passado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de pesquisa faz parte do projeto “Iniciação Científica na Educação Básica” promovido pela Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais nas escolas de Ensino Fundamental e Médio do Estado. Como forma de problematizar temáticas dos currículos e parâmetros educacionais brasileiros, nosso tema situa-se na grande área de ciências humanas e sociais da BNCC do Ensino Fundamental, dentro do tópico do tempo e espaço. Trabalhar com as diferentes culturas e explicar os motivos e as razões da formação de uma sociedade, além de entender como as mudanças sociais ocorrem, consistem em questões de grande relevância para o desenvolvimento científico. Desta forma, o presente trabalho se justifica no planejamento de fomentar potencial questionador e de desenvolver sentimentos de pertencimento e de identidade dos alunos com o local onde vivem e estão inseridos.

Referências

FELICI, Javier Marzal. **Propuesta de Modelo de Análisis de la Imagen Fotográfica**. Universidade Jaume I. Espanha, 2004. Disponível em: Acesso em: 10 out. 2018

GOMES, Salatiel Ribeiro. **Vaqueiros e Cantadores: A desaffricanizada cantoria sertaneja de Luís da Câmara Cascudo**. Padê, Brasília, v.2, n.1. 2008.

LINDER, Sophie Van der. **Para Ler O Livro Ilustrado**. Cosac & Naify; Edição: 1ª (28 de março de 2011).

MAUAD, Ana Maria; LOPES, Marcos Felipe de Brum. **História e fotografia**. In: CARDOSO, Ciro F. E VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Novos domínios da História. Rio de Janeiro, Elsevier; Campus, 2012

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Rumo a uma História Visual**. In: MARINS, José de Souza; ECKERT, Cornélia; NOVAES, Sylvia Caiuby (orgs.). O Imaginário e o poético nas Ciências Sociais. Bauru: Edusc, 2005

MONTES CLAROS EM FOCO, Revista ilustrada, disponível no Centro Cultural de Montes Claros. Edição 20 de 1964. PEREIRA, Laurindo Mékie. **Em nome da região, a serviço da capital: o regionalismo político norte mineiro**. Tese de doutorado do programa de pós-graduação em História Econômica. USP, São Paulo. 2007.

RODRIGUES, Rejane Meireles Amaral. **Memórias em Disputa**: Transformando modos de vida no sertão e na cidade. Jundiaí, Paco Editorial: 2013.

ROMANELLO, Jorge Luiz. **A natureza no discurso fotográfico da revista O Cruzeiro: paisagens e imaginários no Brasil desenvolvimentista 1954-1961**. 2006. 251 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2006

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, POLÍTICAS E IMAGÉTICAS NA PRODUÇÃO DAS DIRETORAS AFRO-AMERICANAS DO “NEW BLACK CINEMA”¹³²

Carlos Eduardo Freitas Ribeiro¹³³

Esta pesquisa tem por objetivo, analisar um período da produção cinematográfica Hollywoodiana, conhecida mais comumente como “*New Black Cinema*” ou “*New Wave of Black Director’s*” iniciado em meados dos anos 1980, cujo auge a partir dos primeiros anos da década de 1990 se materializou em inúmeros filmes e diretores afro-americanos trabalhando durante o período.

Embora o movimento tenha em seu cerne, cineastas, representações, e protagonistas majoritariamente masculinos. A partir dos anos 1990, houve mulheres negras rompendo o *status-quo* da indústria produzindo, escrevendo e dirigindo suas obras, como as cineastas Julie Dash, Leslie Harris e Darnell Martin. Objetivamos, por meio deste trabalho, discutir sobre as representações imagéticas femininas, históricas, políticas e sociais da produção das diretoras afro-americanas durante o período citado.

Ao longo da história, desde os primórdios da civilização humana, com os primeiros registros de pinturas rupestres, passando pelo surgimento da fotografia até o cinema, foi uma constante a construção de uma “arte visual”, como uma das principais criações da humanidade de relacionamento entre si (MAGNO, 2016, p.27).

Como pioneiros dessa “arte visual” nomeada cinema, ressalta Graeme Turner (1997, p.11) estão os irmãos franceses Auguste e Louis Lumière na França em 1896, e Thomas Edison nos Estados Unidos em 1888. Os irmãos Lumière acreditavam que suas obras (imagens animadas) estariam voltadas futuramente para a pesquisa científica ao invés de uma indústria de entretenimento.

Robert Sklar (1975, p. 13) constata que Thomas Edison acreditava que os filmes, o cinema e o seu aparelho o fonógrafo iria proporcionar para a população um entretenimento doméstico, exclusivo a famílias abonadas, no entanto, muitas décadas depois, algo próximo do que Edison imaginou, um aparelho que seria uma junção desses elementos, tomaria as casas de quase todas as famílias dos E.U.A, a televisão.

¹³²Texto feito a partir das considerações realizadas na pesquisa intitulada New Black Cinema: A “Nova onda” de diretores afro-americanos nas décadas de 1980 e 1990 nos E.U.A. Desenvolvida no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) a ser defendida em 2023.

¹³³Mestrando em História, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Bolsista Capes. E-mail: cadufribeiro@hotmail.com

Apesar da impropriedade dos objetivos iniciais dos pioneiros, foram necessários quinze anos do século XX para que o filme narrativo se estabelecesse – tanto como um produto comercial viável quanto como um candidato para o status de “sétima arte”, a primeira forma artística original do novo século (TURNER, 1997, p.11).

Um dos primeiros realizadores do cinema foi o francês George Méliès, sua obra mais famosa *Viagem à Lua* (*Le Voyage dans la lune*, 1902), é responsável pelos primórdios de gêneros cinematográficos como a fantasia e a ficção científica, suas obras anteciparam alguns elementos de efeitos especiais que seriam utilizados até os dias atuais como *stop motion*, e dupla exposição (MAGNO, 2016, p.29).

Outro pioneiro, agora nos Estados Unidos, foi Edwin S. Porter que dirigiu *O Grande Roubo do Trem* (*The Great Train Robbery*, 1903), sua obra acrescentou elementos simbólicos como revólveres de seis tiros, chapéus de caubói, e cavalos, neste que é considerada a primeira incursão no *Western* (Faroeste) que seria por muito tempo o gênero mais popular nos E.U.A (BUSCOMBE, p. 22).

Destacamos outros pioneiros e obras marcantes do início do cinema, como o controverso *O Nascimento de Uma Nação* (*The Birth of a Nation*, 1915) de D.W. Griffith; *Os Vampiros* (*Les vampires*, 1915) de Louis Feuillade; *O Gabinete do Dr. Caligari* (*Das Cabinet des Dr. Caligari*, 1920) de Robert Wiene; e *Nosferatu* (*Nosferatu, eine Symphonie des Grauens*, 1922) de F.W. Murnau esses dois últimos originários do movimento conhecido como Expressionismo Alemão, *A Greve* (*Stachka*, 1925) e *O Encouraçado Potemkin* (*Bronenosets Potemkin*, 1925) ambos de Sergei Eisenstein, e *Metropolis* (1927) de Fritz Lang (SCHNEIDER, 2008).

O cinema, após o seu marco inicial em 1896, se materializou principalmente nos Estados Unidos na primeira metade do século XX, mais precisamente até 1946, como o mais popular e influente meio de comunicação em massa, principalmente entre as classes mais baixas e menos “visíveis” da sociedade (SKLAR, 1975, p.13).

Começou primeiramente na França a projeção de filmes com objetivo comercial, mantendo-se um domínio da indústria cinematográfica até a Primeira Guerra Mundial, outro grande polo de cinema desse período foi a Itália, no entanto, estas reduziram drasticamente suas produções com o início da guerra, assim como outros países como a Alemanha. A indústria dos E.U.A então aproveitou do momento e ocupou os mercados consumidores que pertenciam a esses países (TURNER, 1997, p. 23-24).

A revolução que tomou conta do cinema em sua terceira década de existência teve menos relação com a técnica do que com o domínio do mercado nacional. Antes da Primeira Guerra Mundial, as indústrias cinematográficas europeias

dominavam o mercado internacional com a França, a Itália e a Dinamarca entre os principais produtores. Os E.U.A eram importadores: em 1907, dos 1200 filmes lançados no país, apenas 400 foram feitos internamente. Mas tudo mudou com a guerra. Com a redução das atividades dos cineastas europeus por causa do conflito, a emergente indústria cinematográfica americana – com fundos exorbitantes e recém-estabelecida na Costa Oeste – aproveitou-se a oportunidade. Nos anos 1920, Hollywood com recursos financeiros e técnicos inigualáveis, tinha assegurado o papel principal no mundo do cinema (KEMP, p. 09).

Os estudos, livros e publicações sobre cinema geralmente fazem referência a figuras masculinas, citando como pioneiros desta indústria, que têm mais de um século de existência nomes como os irmãos Lumière e Edison como os inventores. Até mesmo ao citar os primeiros diretores do cinema, são referidos os nomes de diretores masculinos como Georges Méliès, D. W. Griffith, Edwin S. Porter.

No entanto, nos últimos anos houve um resgate da história em particular daquela que é considerada a primeira cineasta mulher da indústria, Alice Guy-Blaché (1873-1968) e que inovou ao trazer técnicas de edição, *close-up* e colorização manual, sua filmografia é extensa e vai do período entre 1896 a 1920, dirigindo mais de mil obras, das quais apenas 350 sobreviveram nos dias atuais (CAMPOS, 2021).

Outras mulheres trabalharam na indústria do cinema desde o seu início, nas mais diferentes funções, como edição de filmes, trabalhando como montador, nomes como Margaret Booth (1898 - 2002) e Blanche Sewell (1898 – 1949); como cinegrafista Francelia Billington (1895 – 1934); roteirista, Thea von Harbou (1888-1954) e cineasta e dona de estúdio como Angela Murray Gibson (1878-1953) (BERTOIA, 2021).

Especificamente sobre as cineastas afro-americanas, existem mulheres negras trabalhando na indústria do cinema desde os seus primórdios como Tressie Souders (1897 - 1995); Maria P. Williams (1866–1932); Madame E. Toussaint Welcome (1885 - 1956); Eloyce King Patrick Gist (1892 - 1974); Zora Neale Hurston (1891 - 1960).

A década de 1980, teve a direção de cineastas como Jessie Maple (1937-2023) e seus dois longas-metragens, *Will* (1981) e *Twice as Nice* (1989) e Kathleen Collins (1942 –1988) com *The Cruz Brothers and Miss Malloy* (1980) e *Losing Ground* (1982).

No entanto, somente a partir da década de 1990, teremos diretoras afro-americanas tendo seus filmes produzidos e distribuídos comercialmente por grandes estúdios. Em um período da indústria, conhecido como “*New Black Cinema*” onde a maioria dos cineastas e as representações dos negros no cinema foi majoritariamente masculina e diretores como Spike Lee, John Singleton entre outros, inovaram ao trazerem para o grande público, novas representações imagéticas relacionadas aos afro-americanos.

Durante um curto período e em grupo bastante reduzido, seis mulheres negras se colocaram atrás das câmeras e tiveram seus filmes lançados comercialmente nos cinemas dos E.U.A, entre o período de 1991 a 1998¹³⁴, como Julie Dash; Leslie Harris; Darnell Martin; Kasi Lemmons; Millicent Shelton e Maya Angelou.

A primeira delas a estrear seu longa-metragem foi Julie Dash, que dirigiu *Filhas do pó* (*Daughters of the Dust*, 1991), um drama histórico sobre a véspera da viagem de partida de uma comunidade de descendentes de negros escravizados nos E.U.A, os *Gullah*, para o continente. Pela obra Dash se tornou a primeira mulher afro-americana a dirigir um filme com distribuição comercial nos cinemas dos E.U.A.

Como destacou Bogle (2016, p. 314), *Filhas do pó* de Dash narra com estilo altamente visual e narrativa não linear sobre aspectos sociais e representacionais ligados aos afro-americanos como suas raízes culturais, os seus costumes, rituais e crenças. O filme de Dash também apresenta com riqueza de detalhes aspectos como termos linguísticos, vestuário e culinária.

No entanto, distribuído nos cinemas de forma independente e comercializado em poucas salas de cinema por ser considerado em sua época, um filme de "art house" termo atribuído a filmes mais experimentais, com visual e narrativas pouco comerciais para o grande público, portanto, classificado para uma plateia mais restrita, o filme embora tenha recebido prêmios em festivais e tenha sido bem recebido pela crítica, não alcançou em seu lançamento uma grande bilheteria.

Em 1993, Leslie Harris estreia na direção com *Ganhando Espaço* (*Just Another Girl on the I.R.T.* 1992) o enredo gira em torno do drama de uma adolescente negra no *high school*, Chantel (Ariyan A. Johnson) cujo maior desejo é frequentar a faculdade de medicina, no entanto, uma gravidez indesejada pode colocar esse sonho em risco.

Em seu filme, a diretora Harris acrescenta discussões políticas de assuntos pertinentes as camadas afro-americanas e analisa temáticas em seu roteiro que vão desde a vida das minorias nos projects (conjuntos habitacionais) de *New York*, a métodos contraceptivos, gravidez na adolescência, AIDS, aborto, assuntos negligenciados pela administração republicana nos E.U.A da década de 1980 e começo dos anos 1990.

O filme de Leslie Harris atraiu à atenção da crítica em seu lançamento nos festivais de cinema, ganhando distribuição comercial do estúdio independente *Miramax*, sendo até então há época a maior distribuição nos cinemas de uma obra dirigida por uma cineasta afro-americana. Contudo o filme não conseguiu fazer uma grande bilheteria nos cinemas

¹³⁴ Levantamento realizado na página oficial do site <https://www.boxofficemojo.com/> entre janeiro de 1991 a dezembro de 1999.

e continua até o ano presente de 2023, como o único crédito de direção de um longa-metragem para os cinemas de Harris (MARSHELL, 2018).

No ano seguinte, em 1994, pelo longa-metragem *Assim Te Quero Meu Amor (I Like It Like That, 1994)*, Darnell Martin se torna a primeira mulher afro-americana a dirigir um filme produzido por um grande estúdio, a *Columbia Pictures*, sua obra traz como protagonista Lisette (Lauren Vélez) uma mulher de descendência negra e porto-riquenha que tenta a todo custo sustentar os filhos após o seu marido ser preso.

A cineasta Martin aumentou o quadro de representação social e imagética na filmografia do período, ao trazer a comunidade de descendentes de porto-riquenhos no *brooklyn* em seu filme, assim como elementos adicionados a história, como a música, o figurino, os hábitos e expressões próprias criadas a partir da interação dos personagens secundários com a sua protagonista, ajudam a ampliar o panorama visual sobre o grupo retratado.

Martin seguiu nos anos seguintes trabalhando na tv e no cinema dirigindo filmes como *Prison Song* (2001) e *Cadillac Records* (2008). Contudo assim como as outras cineastas citadas como Dash e Harris ainda encontra dificuldades na indústria para encontrar novos projetos (UGWU, 2019).

Outra cineasta a surgir durante esse período foi Kasi Lemmons proveniente da carreira de atuação, a atriz estreou atrás da câmeras em 1997 com o drama familiar, *Amores divididos (Eve's Bayou, 1997)*. Para Bogle (2016, p. 349) o filme de Lemmons foi pensado para dialogar com o público feminino, pois ao invés de focar em temáticas recorrentes do período e filmadas em outros filmes pelos diretores do sexo masculino, como a violência urbana, pobreza ou racismo, a diretora optou por uma representação social sofisticada de uma família afro-americana de classe média alta da Louisiana da década de 1960.

Outras mulheres negras que ficaram atrás das câmeras durante o período foram a famosa escritora e poetisa Maya Angelou (1928-2014) que dirigiu *Ressurreição (Down in the Delta, 1998)* e Millicent Shelton com a comédia *O ônibus (Ride, 1998)*.

Um aspecto que desperta a atenção e a forma como algumas dessas cineastas se inseriram na indústria, ambas as diretoras Julie Dash e Leslie Harris escreveram, dirigiram e financiaram suas obras de forma independente, Julie Dash após anos de estudo sobre a cultura Gullah, conseguiu uma parte do financiamento para a produção no valor de US\$ 800 mil dólares patrocinados pela empresa American Playhouse¹³⁵. Leslie Harris demorou

¹³⁵Fonte: BUCKLEY (2016)

cinco anos até ter fundos para filmar seu roteiro que teve orçamento inicial estimado em US\$ 130 mil financiados através de doações de organizações¹³⁶.

. Embora entre os nomes citados apenas Kasi Lemmons tenha tido uma carreira prolifera no cinema na década seguinte dirigindo filme como *Visões de um Crime* (*The Caveman's Valentine*, 2001), *Harriet* (2019) e *I Wanna Dance with Somebody: A História de Whitney Houston* (Whitney Houston: I Wanna...2022).

Cineastas como Julie Dash encontraram trabalho na televisão dirigindo filmes como *Minha Nova Vida* (*Funny Valentines*, 1999) e *The Rosa Parks Story* (2002) e Millicent Shelton episódios de series de tv como *Todo Mundo Odeia o Chris* (*Everybody Hates Chris*, 2005–2009); *Um Maluco na TV* (*30 Rock*, 2006–2013), *Black-ish* (2014–2022) entre outras.

A partir da década de 2010, têm surgido matérias em jornais como *The New York* e *Los Angeles Times* trazendo a memória desse período dos anos 1990 em *Hollywood* em que surgiu um número expressivo de cineastas afro-americanos e obras que trouxeram os negros como protagonista. A atenção da mídia colocou cada vez mais em evidência a história desses diretores e seus filmes, havendo inclusive nos últimos anos um processo de restauração dessas obras e o convite desses cineastas para exibirem seus filmes para um novo público em festivais.

Embora pequenas em tamanho e em período de produção as cineastas afro-americanas durante os anos 1990, deram os primeiros passos em busca da consolidação dessas na indústria. Sobre o legado desses filmes até o presente ano de 2023, o *National Film Preservation Board*, órgão ligado a biblioteca do congresso dos E.U.A é que escolhe anualmente desde 1989, vinte e cinco obras por seu valor cultural, estético e histórico, já havia escolhido em 2004¹³⁷ *Filhas do pó* de Dash e em 2018¹³⁸, *Amores divididos* de Lemmons para fazerem parte de seu acervo e preservação histórica.

Referências

BERTOIA, Hanuska. **Conheça as histórias de algumas pioneiras do cinema.** São Paulo Agora. Folha de São Paulo. 06 de março de 2021. Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2021/03/conheca-as-historias-de-algumas-pioneiras-do-cinema.shtml>. Acesso em: 22/08/2023.

¹³⁶Fonte: WEINRAUB (1993).

¹³⁷Fonte: Site: https://www.imdb.com/title/tt0104057/awards/?ref_=tt_awd

¹³⁸Fonte: Site: https://www.imdb.com/title/tt0119080/awards/?ref_=tt_awd

BOGLE, Donald. **Toms, Coons, Mulattoes, Mammies, and Bucks: An Interpretive History of Blacks in American Films**. Updated and Expanded 5th Edition, Bloomsbury Academic; 2016.

BUCKLEY, Cara. **Julie Dash Made a Movie. Then Hollywood Shut Her Out**. The New York Times, 18 de novembro de 2016. Disponível em:
<<https://www.nytimes.com/2016/11/20/movies/julie-dash-daughters-of-the-dust.html>. Acesso em 28/04/2022

BUSCOMBE, Edward. **O Grande Roubo do Trem (The Great Train Robbery, 1903)** In SCHNEIDER, Steven Jay (Organizador), **1001 Filmes para ver antes de morrer**; tradução Carlos Irineu da Costa, Fabiano Morais e Livia Almeida. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

CAMPOS, Vitória. **Descubra a história esquecida de Alice Guy-Blaché, pioneira do cinema**. Rolling Stones Brasil. 08 de março de 2021. Disponível em:
<https://rollingstone.uol.com.br/noticia/descubra-historia-esquecida-de-alice-guy-blache-pioneira-do-cinema/>. Acesso em: 22/08/2023.

MAGNO, Alexandre. **Horror sem gritos: considerações sobre a visão e o nascimento do cinema, culminando nas primeiras experiências fílmicas de horror**. In: GARCIA, Demian (org.). **Cinemas de Horror**. 2. ed. São José dos Pinhais, Pr: Estronho, 2016. Cap. 1. p. 27-33. (Cinema Estronho).

MARSHALL, Kyla. **Leslie Harris: 'You just can't get a film financed with a black woman lead'**. The Guardian. 12 julho de 2018. Disponível em
<https://www.theguardian.com/film/2018/jul/12/leslie-harris-director-interview-another-girl-irt>. Acesso em: 18/07/2023

SCHNEIDER, Steven Jay (Organizador), **1001 Filmes para ver antes de morrer**; tradução Carlos Irineu da Costa, Fabiano Morais e Livia Almeida. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

SKLAR, Robert. **História Social do Cinema Americano**. São Paulo, Sp: Cultrix, 1975. Tradução de: Octavio Mendes Cajado.

TURNER, Graeme. **Cinema como prática social**. São Paulo, SP: Summus, 1997. 174 p. Tradução de: Mauro Silva.

UGWU, Reggie. **'They Set Us Up to Fail': Black Directors of the '90s Speak Out**. The New York Times Magazine, E.U.A, 03 de julho de 2019. Disponível em
<<https://www.nytimes.com/2019/07/03/movies/black-directors-1990s.html>> Acesso em 26/05/2022

WEINRAUB, Bernard. **A Trip Straight Out of Brooklyn To the Sundance Film Festival**. The New York Times, E.U.A. 26 de janeiro de 1993; Disponível em
<https://www.nytimes.com/1993/01/26/movies/a-trip-straight-out-of-brooklyn-to-the-sundance-film-festival.html>. Acesso em 26/05/2022.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

SANGUE E CARVÃO: REVOLUÇÃO E PROJETO DE FUTURO EM *GERMINAL* DE ÉMILE ZOLA

Lara Cristina Veiga Bernardo¹³⁹

Talvez seja possível dizer que existiram dois Zolas: um pré-Auzin e outro pós-Auzin, portanto, um antes de *Germinal* e outro após, ou a partir, de *Germinal*. O naturalista escolhe o tema de *Germinal* em 1884, quando se decide escrever um romance tendo uma mina de carvão como cenário e uma greve como tema central. Por conhecer pouco sobre a temática e a fim de trazer elementos de realidade material e científica para o romance, encontra a necessidade de fazer uma pesquisa de campo. Desta forma, vai para Auzin, no nordeste da França, onde permanece por cerca de nove meses.

Tomando outra vez como exemplo *Germinal* e a extensa pesquisa feita por Zola sobre as minas de carvão, não há como desconsiderar a pretensão de “verdade” que o autor tinha em suas obras. O Naturalismo, de um modo geral, tinha como obsessão mostrar a realidade (BORGES, 2018, p. 52).

O autor chega na região no momento em que os mineiros se preparavam para uma greve. Então participa das reuniões do partido e dos comícios socialistas organizados pelas lideranças locais (TROYAT, 1994). Apesar de não se sentir politicamente inclinado ao socialismo até então – levando em consideração sua rasa participação política e declarações pessoais expressas em cartas e diálogos - Zola entende que o partido socialista e as discussões em torno das transformações sociais pela revolução estavam fortemente presentes no meio operário.

Zola está acumulando anotações para o décimo terceiro volume da série [*Les Rougon-Macquart*], intitulado *Germinal*, e que terá “como panorama uma mina de carvão de pedra e como tema central uma greve”. Ora, ele não conhece nada nesse universo subterrâneo nem das reivindicações dos mineiros. Uma viagem ao local torna-se imprescindível. Em fevereiro de 1884, seguindo o conselho do deputado Alfred Giard, decide fazer uma expedição, caderneta na mão, à bacia Norte da França. Chega ali no momento em que os mineiros entram em greve. Uma greve selvagem, que durará cinquenta e seis dias e que acabará fracassando. A fim de melhor documentar sobre o *negro país*, vai até Auzin, assiste a comícios socialistas, informa-se sobre a questão operária, desce em companhia de um engenheiro na mina Renard, a seiscentos e setenta e cinco metros de profundidade (TROYAT, 1994, p. 163).

¹³⁹ Mestre em História Social, Doutoranda em História Social, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) (PPGHS UERJ). Bolsista Capes. E-mail: larabernardo78@gmail.com

Ele queria escrever sobre uma vila mineira e identificou que o seria impossível sem ter uma greve como pano de fundo e uma revolução como ideal. De acordo com Borges (BORGES, 2018), Zola idealizou e escreveu *Germinal* em um contexto de reformas das leis trabalhistas e legalização dos sindicatos, durante a Terceira República. Apesar de se passar no Segundo Império, *Germinal* expressaria, então, as reivindicações dos trabalhadores, que desembocariam nas conquistas durante a Terceira República, ao mesmo tempo que as contradições deste mesmo governo.

A contradição entre patrões e operários extrapolava o ambiente de trabalho e colocava também no campo das instituições políticas. A 3ª República era vista como aliada natural dos trabalhadores contra patrões católicos; com a legalização dos sindicatos em 1884 as reformas trabalhistas começaram. Zola escreveu *Germinal* exatamente neste momento, o que ajuda a explicar sua preocupação em mostrar estas contradições no ambiente da mina (BORGES, 2018, p. 148).

Mas *Germinal* não poderia se passar somente nos sindicatos e entre as discussões político-ideológicas. Era preciso descrever de forma minuciosa a condição material de vida dos operários, seus costumes cotidianos, seus vícios, sua biologia passível de experimentação. Desta forma, Zola entra nas casas, conversa com médicos a respeito da saúde dos mineiros, anda pelos campos, observa mulheres e crianças (TROYAT, 1994).

De acordo com Josephson (JOSEPHSON, 1947), é possível diferenciar duas etapas na vida de Zola, que coincidentemente – afinal não existe uma relação direta e imediata - se refletiam em sua aparência física. Teria existido um “Zola gordo” (Ibidem, p. 233), acomodado às riquezas advindas de seu sucesso literário, organizador dos serões de Médan, parecido com os burgueses que descreve em seus romances; e teria existido posteriormente o “Zola magro” (Ibidem, p. 306), pós-Auzin, que começa a se inserir mais no debate político, critica de forma mais aberta o sistema econômico e posteriormente se envolve no caso Dreyfus. Quando sai do conforto de Médan para passar meses no Norte, fazendo pesquisa de campo e anotações sobre as condições de vida dos trabalhadores, Zola passa, então, por um processo interno de transformação.

As pretensões de cientificidade de Zola são tão grandes, que além de ir até Auzin, entrar nas casas e participar dos comícios políticos, desce até o fundo da mina de carvão, de onde sai profundamente impactado. Enquanto Hugo faz um movimento religioso para observar a miséria a partir de um olhar que considera como sendo “do alto”, e supostamente celeste, Zola faz o caminho inverso e observa a miséria de baixo, do mais fundo abismo social, do fundo de uma mina de carvão. As anotações que faz a respeito da experiência de descer até o fundo da mina demonstram as impressões impactantes

que o naturalista teve. De acordo com Troyat: “Barrigudo, quase sem respirar, com o coração fraco, vaga nas galerias obscuras com o pressentimento de que nunca mais voltará a ver o dia” (TROYAT, 1994, p.163). Em *Germinal*, Zola descreve suas percepções ao descer ao fundo da mina, através do personagem *Étienne*, personagem principal do romance e operário que acabara de chegar na região.

L'embarquement continuait, dessus et dessous, un enfouissement confus de bétail. [...] Tous étaient à l'aise. Lui, par moments, se demandait s'il descendait ou s'il montait. Il y avait comme des immobilités, quand la cage filait droit, sans toucher aux guides ; et de brusques trépidations se produisaient ensuite, une sorte de dansement dans les madriers, qui lui donnait la peur d'une catastrophe. Du reste, il ne pouvait distinguer les parois du puits, derrière le grillage où il collait sa face. Les lampes éclairaient mal le tassement des corps, à ses pieds. Seule, la lampe à feu libre du porion, dans la berline voisine, brillait comme un phare¹⁴⁰ (ZOLA, 1885, p. 62-63).

As impressões que tem sobre o fundo da mina aparecem no romance de diferentes formas: através das representações sobre a exploração dos trabalhadores, que perdiam a vida e a saúde no trabalho de extração do carvão; da dicotomia entre a vida dos burgueses e dos mineiros, que enriqueciam tranquilos enquanto os mineiros passavam fome mesmo trabalhando muitas horas por dia em um trabalho degradante; da animalização dos personagens, como apontado no capítulo um deste trabalho; ou a partir das diferentes percepções de tempo. De acordo com Borges (2018), as percepções de tempo no romance variam de dentro para fora da mina de carvão; como se dentro o tempo se tornasse apenas trabalho e fora a vida seguisse como deveria.

Germinal pode ser compreendido como um grande romance geológico, um romance da rocha e da terra. Por este motivo, não nos parece estranho que Zola tenha usado a comparação entre o interior e o exterior da mina para fazer a distinção entre o tempo interno e o tempo externo das personagens (BORGES, 2018, p.143).

Enquanto do lado de fora a vida segue, os operários convivem, acontecem festas e reuniões familiares, bem como as reuniões políticas e organização da greve, dentro da mina só existe o trabalho e a opressão do homem pelo capital. Nas entranhas da terra o homem é ainda mais animalizado que fora dela.

¹⁴⁰ O embarque continuava em cima e embaixo, um atropelado confuso de gado. [...] Todos estavam à vontade. Quanto a ele, às vezes não sabia se estava descendo ou subindo. Quando o elevador corria reto, sem tocar nas guias, era como se estivesse imóvel; mas em seguida produziam-se umas trepidações repentinas, uma espécie de deslocamento de todas as pranchas, que lhe faziam temer o pior. Ademais, ele não conseguia distinguir as paredes do poço por trás da rede onde colara o rosto. As lâmpadas mal iluminavam os corpos empilhados a seus pés. Somente a lâmpada do contramestre, no vagonete vizinho, brilhava como um farol (ZOLA, 2008, p. 37).

C'étaient enfin les veines peu à peu emplies, les tailles en activité, à chaque étage, au bout de chaque voie. Le puits dévorateur avait avalé sa ration quotidienne d'hommes, près de sept cents ouvriers, qui besognaient à cette heure dans cette fourmilière géante, trouant la terre de toutes parts, la criblant ainsi qu'un vieux bois piqué des vers. Et, au milieu du silence lourd, de l'écrasement des couches profondes, on aurait pu, l'oreille collée à la roche, entendre le branle de ces insectes humains en marche, depuis le vol du câble qui montait et descendait la cage d'extraction, jusqu'à la morsure des outils entamant la houille, au fond des chantiers d'abattage¹⁴¹ (ZOLA, 1885, p 72).

É a partir do fundo da mina, de dentro da terra, do abismo social que a mina representa, que nasce, germina o ideal revolucionário presente no romance. O fim ideal em *Germinal* tem a ver com a construção utópica de uma nova sociedade a partir da revolução encabeçada pelos trabalhadores. O romance não apresenta de forma clara que sociedade seria essa, mas desenha suas possibilidades e motivações. Uma revolução seria necessária, não para pôr fim ao sistema industrial, mas sim à desumanização causada pelo afastamento entre homem e terra/natureza (BORGES, 2018).

É muito significativo que Zola, conscientemente ou não, tenha escolhido as entranhas da terra para mostrar que o homem estava perdendo sua humanidade ao separar-se dela e, ao mesmo tempo, fez o “germinar de uma nova sociedade” partir exatamente do interior da terra. Mas diferentemente de um fisiocrata, que faria o homem ser verdadeiramente produtivo na agricultura, Zola se coloca como um entusiasta do desenvolvimento tecnológico, fazendo o homem voltar a ser humano em contato com o combustível da sociedade industrial. Temos aqui, portanto, um Zola que critica não a industrialização, mas a perda de humanidade (BORGES, 2018, p. 151).

O ideal de uma sociedade transformada pela revolução está alinhado com as ideias progressistas do século XIX, que permearam o Naturalismo de Zola, assim como permearam o Romantismo de Victor Hugo. Diferente dos jovens escritores pessimistas - em nível político e social - do final do século, que aderem ao Parnasianismo e se colocam de forma apolítica (BOURDIEU, 1996), Zola é um entusiasta do progresso e otimista quanto às possibilidades futuras para a humanidade (WINOCK, 2006). Portanto, não acreditava no fim da industrialização ou do avanço científico, mas em uma possível transformação social, que a partir de *Germinal*, pode-se entender como advinda dos trabalhadores.

¹⁴¹ Pouco a pouco, os veios enchiam-se de gente, o corte começava e todos os andares, no extremo de cada caverna. O poço devorador tinha engolido sua ração diária de homens, cerca de setecentos operários que trabalhavam neste horário no formigueiro gigante, furando a terra em todos os sentidos, esburacando-a como a uma madeira velha atingida pelo caruncho. E, no meio do silêncio pesado, do esmagamento das camadas profundas, poder-se-ia ouvir, colando o ouvido à rocha, o laborar desses insetos humanos em marcha, desde o voo do cabo a subir e a descer o elevador da extração, até a mordida das ferramentas cortando a hulha no fundo dos canteiros de desmonte (ZOLA, 2008, p. 41).

O próprio Zola, como vimos, apesar de republicano de longa data, chega a brigar com os fundadores da Terceira República, imobilizados nas quimeras de um idealismo retrógrado, incapazes de assimilar as lições da ciência moderna. Zola, pelo menos, conserva um profundo otimismo quanto ao destino da França. É essa confiança que se esgarça em muitos corações franceses no início da década de 1880 (WINOCK, 2006, p. 737-738).

Seu entusiasmo quanto ao progresso científico, portanto, também estava posto no progresso social e histórico. *Germinal* não poderia ter um título melhor. De dentro da terra germina um ideal, uma luta, uma greve, uma força revolucionária e coletiva, germina a possibilidade de “uma nova sociedade” (BORGES, 2018).

Referências

BORGES, Rilton Ferreira. **Zola e as percepções de tempo: Naturalismo e História em Germinal**. São Paulo: Alameda, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: Gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

JOSEPHSON, Matthew. **Zola e seu tempo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947.

TROYAT, Henri. **Zola**. São Paulo: Página Aberta, 1994.

WINOCK, Michel. **As Vozes da Liberdade: Os escritores engajados do século XIX**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

ZOLA, Émile. **Germinal**. Québec: La Bibliothèque électronique du Québec, Collection À tous les vents, vol. 57.

ZOLA, Émile. **Germinal**. São Paulo: Martin Claret, 2008.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

TELEVISÃO, FUTEBOL E HISTÓRIA PÚBLICA: UMA ANÁLISE DO CENTENÁRIO DO CRUZEIRO NAS REPORTAGENS DO TELEJORNALISMO ESPORTIVO DA REDE GLOBO (2020-2021)

Maria Eduarda Cavichioli da Silva¹⁴²

Introdução

Este trabalho apresenta reflexões e resultados ligados ao projeto de iniciação científica, financiado pelo CNPq, que tem por objetivo central analisar as reportagens do telejornalismo esportivo da Rede Globo sobre o centenário do Cruzeiro Esporte Clube em 2021. Com o clube completando 100 anos de história em um ano turbulento, a efeméride foi tema de reportagens de programas esportivos da Rede Globo, principalmente das filiais localizadas em Minas Gerais nos anos de 2020 e 2021. A fonte analisada consiste nas reportagens presentes na plataforma de *streaming* Globoplay, disponível de maneira online e gratuita.

Esta pesquisa apresenta temas de amplo alcance social: televisão, futebol e a história pública. Três temas ligados por uma problemática que reflete as formas como o passado histórico é mobilizado em momentos de comemoração e celebração, como no caso, a efeméride do Centenário do Cruzeiro Esporte Clube. Pretende-se ainda compreender de que modo o telejornalismo esportivo articulou narrativamente as “glórias do passado” com a situação de crise que o clube enfrentava no ano do centenário.

O projeto tem o mérito de avançar em um campo novo e promissor ligado à História Pública. Ao trabalhar com uma plataforma de *streaming*, abre caminhos importantes para o trabalho do historiador com as fontes digitais, um meio com uma ampla variedade de documentos históricos, arquivos, registros, fotos e outros diversos materiais.

Como bibliografia para essa pesquisa, foram articulados diversos autores das áreas do jornalismo esportivo, história pública, história do futebol e televisão. No entendimento sobre jornalismo esportivo, o autor Paulo Vínicius Coelho realiza uma discussão muito importante sobre as características do futebol brasileiro e suas implicações midiáticas, assim como Márcio Telles (Ufes), que discute sobre o papel da Rede Globo no jornalismo esportivo. No campo do audiovisual, referências como Áureo Busseto e Mônica Kornis foram fundamentais para entender a televisão como campo de pesquisa da história. Através dos textos de Ricardo Santhiago, importante autor no campo

¹⁴²Graduanda em História, Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Bolsista PIBIC/CNPQ. E-mail: duda23cavichioli@ufu.br

da História Pública, tornou-se possível refletir sobre diferentes perspectivas da divulgação científica histórica.

No campo da produção científica do futebol, Hiláfrío Franco Júnior contribuiu com as publicações “Dando tratos à bola: ensaio sobre futebol” e “A dança dos deuses: futebol, cultura e sociedade” importantes obras que possibilitaram a reflexão sobre a relação do futebol com a sociedade, as identidades e as narrativas históricas. Nessa linha também foi utilizado como referência o autor Luiz Carlos Ribeiro (UFPR), que descreve sobre o futebol no campo afetivo da história. No recorte regional de Minas Gerais, foram importantíssimas as contribuições de Rogério Othon Teixeira Alves (Unimontes) e Rodrigo Caldeira (IFMG), que respectivamente realizaram pesquisas que desenvolvem comparações do Cruzeiro com o Atlético Mineiro e o Palestra Itália de São Paulo, o S. E. Palmeiras. Por fim, discutindo o campo da torcida, Flávia Toledo Ladeira, realiza reflexões sobre as torcidas organizadas, escrevendo comparações entre as do Cruzeiro e de seu maior rival, Atlético Mineiro.

Metodologia

A pesquisa se inicia através da plataforma de *streaming* Globoplay, operada pelo Grupo Globo, que armazena inúmeras reportagens e materiais jornalísticos da emissora e de suas afiliadas. Por não ser uma plataforma propriamente voltada para a pesquisa acadêmica, a Globoplay não disponibiliza recursos e resultados precisos, mas realizando pesquisas detalhadas na página de busca através de palavras-chaves diversas, ela oferece os resultados necessários.

Dessa forma, a partir da delimitação do tema para ser pesquisado na iniciação científica, foram definidas as seguintes palavras-chave: “Cruzeiro”, “centenário”, “Cruzeiro completa 100 anos”, “centenário do Cruzeiro”, “passado de glórias”, “Cruzeiro Esporte Clube” e “Cruzeiro 100 anos”. Entre as milhares de reportagens que condiziam com as buscas, foram encontradas e selecionadas 15 reportagens que abordavam o tema do centenário do Cruzeiro.

Para a realização de uma análise efetiva desse material coletado, foi elaborado um quadro analítico, no software *Excel*, da *Microsoft*, composto por 26 campos informativos, sendo eles: data, título, duração, programa, emissora, estado, palavra-chave, coleção, tema geral, categoria, assunto, formato, apresentador, repórter, repórter cinematográfico, equipe técnica, historiador(a), outros especialistas, testemunha, outros participantes, imagens de arquivo, outros documentos, descrição, disponível em, acesso realizado e em observações. Em sequência, todas as reportagens encontradas foram visionadas e

tabuladas nesse quadro. Sobre a importância dessa ferramenta, o historiador Wellington Amarante diz:

O quadro analítico constitui-se como uma ferramenta metodológica fundamental, pois permite a organização dos dados coletados, sua análise de forma individual e/ou comparativa, hierarquização e/ou classificação de acordo com cada um dos campos. Elementos essenciais para se refletir sobre as características das reportagens de divulgação de História" (AMARANTE, 2022, p. 11).

Dessa forma, a utilização do quadro analítico é indispensável para garantir um resultado de análise consistente, pois permite a organização dos dados coletados e da descrição realizada de cada reportagem. Assim, torna-se possível a comparação de reportagens, diferenciando ou equiparando uma das outras, através da classificação dos campos. Permite-se dessa maneira, chegar nos objetivos dessa pesquisa, isto é, de que forma a narrativa histórica está presente nas reportagens do centenário do Cruzeiro Esporte Clube e como elementos jornalísticos e históricos trabalham juntos para a construção dessa importante efeméride para clubes de futebol.

Nesse sentido, defende-se que a história pública do futebol na televisão tem sido construída a partir de reportagens que articulam elementos estabelecidos pela história oficial do clube, em diálogo com a historiografia do futebol, com o uso de fontes orais e acervo documental.

Resultados

Ao iniciar a pesquisa, questionamentos foram estabelecidos para possibilitar a análise do material e investigar o modo que foi construída a história do centenário do clube. Entre as indagações, estavam: quais elementos técnicos e narrativos foram empregados na construção das reportagens? Há a participação de historiadores e historiadoras como especialistas? Há a presença de testemunhas? Há uso de documentos e imagens de arquivo? Qual identidade é construída sobre o clube e seus torcedores?

Do ponto de vista técnico as reportagens apresentam o uso de múltiplos recursos, tais como, narração em *off*, entrevistas, imagens de arquivo, vinhetas, trilha sonora, dramatização, documentos oficiais e imagens captadas *in loco*. Para entender o uso de ferramentas técnicas nas reportagens, o comunicador Márcio Telles argumenta:

Para Costa a representação da emoção "é um ingrediente importante na construção das notícias esportivas", o que aproximaria as estruturas narrativas do jornalismo esportivo ao melodrama (TELLES, 2020, p. 111).

Nesse sentido, podemos observar um uso massivo da dramatização que estabelece uma forte melancolia nas reportagens. Por exemplo, na reportagem “Cruzeiro 100 anos: desmandos de ex-dirigentes mancham a história centenária do clube”, o assunto abordado é a drástica situação financeira do Cruzeiro Esporte Clube vivenciada nos últimos anos que antecederam o centenário. Essa crise foi causada principalmente por crimes financeiros, como corrupções, cometidos por ex-dirigentes do próprio clube. A dramatização é presente na reportagem inteira, através da mobilização de muitos sentimentos, como a morte de uma torcedora símbolo do Cruzeiro um dia depois do rebaixamento do clube, com denúncias feitas por ex-funcionários do clube e relatos de jornalistas que reiteram a tristeza de um grande clube como o Cruzeiro, estar passando por um momento de endividamento financeiro e de baixa qualidade futebolística, especialmente no ano de seu centenário, gerando frustração e decepção naqueles que mais amam o clube, os torcedores. Todas essas narrativas contadas, foram transmitidas conjuntamente com elementos musicais, imagens de arquivo e narração em *off*. A reportagem é finalizada com uma mensagem de motivação do próprio apresentador dentro do estúdio, dizendo: “Vai melhorar torcedor do Cruzeiro”.

De modo geral, as 15 reportagens apresentam algumas características parecidas, como por exemplo a utilização de algum recurso técnico ou histórico, mas a presença efetiva da figura do historiador ou historiadora não é unanimidade, estando estes presentes em 5 reportagens analisadas e sendo todos homens. Dessa forma, nas 5 reportagens estão presentes o historiador e conselheiro do clube Anísio Ciscotto, os Doutores em História Rodrigo Moura e Euclides Couto e Thiago Soraggi, um publicitário e pesquisador, que mesmo sem a titulação de historiador, é descrito algumas vezes como tal. Dos outros especialistas presentes, estão jornalistas esportivos, comentaristas esportivos e um estilista.

Sobre os documentos históricos mobilizados para a construção da efeméride, a maioria das reportagens utilizam também de imagens de arquivo, de documentos, de historiadores ou de testemunhos. Apenas uma reportagem, que se trata de indicação de material jornalístico sobre o centenário do Cruzeiro, não se utiliza fontes documentais e nem apresenta um especialista ou testemunha.

Dentre os principais assuntos tratados nas reportagens estão histórias da fundação do clube, histórias sobre o centenário, os torcedores e as comemorações no dia do centenário, os principais títulos, a crise do rebaixamento, a crise financeira, as histórias sobre os principais ídolos do clube, as histórias sobre os principais técnicos do clube e o

ano de 2021 do Cruzeiro. Organizamos esses assuntos em 9 categorias, sendo elas: história do clube, cobertura do centenário, títulos, torcedores, jogadores, técnicos, crise, uniforme e dirigentes.

As reportagens foram televisionadas em 6 programas diferentes, sendo o mais frequente o *Globo Esporte MG*, que transmitiu 10 reportagens entre os dias 31/12/2020 e 30/12/2021. Entre as 10 reportagens, 7 faziam parte de um especial chamado “Cruzeiro 100 anos”, que foram exibidas durante a semana do centenário. O único programa de alcance nacional que exibiu uma reportagem sobre a efeméride foi o *Esporte Espetacular*, os outros programas fazem parte das filiais do estado de Minas Gerais.

As narrativas construídas pelas reportagens, se juntam com a historiografia oficial do clube. Dessa forma, é mantido a ideia consensual da identidade que se tem sobre o Cruzeiro e sobre os cruzeirenses, ou seja, um time de origem italiana, formado por imigrantes trabalhadores e que hoje em dia é tão influente, que é considerado a “China Azul”.

Outra característica analisada se consiste na identidade de organização e método que o time possui, assim como a Sociedade Esportiva Palmeiras, também de origem italiana. Isso se deve culturalmente aos trabalhadores italianos e descendentes, que foram jogadores, técnicos e dirigentes do clube por um longo tempo, como exemplo, possuímos o ex-dirigente Felício Brandi, o criador do DNA celeste. Os italianos recém estabilizados, mostravam através do futebol seus costumes, além de empenhar-se para a criação de uma imagem “respeitada” na sociedade brasileira. Ao oposto dessa identidade cruzeirense, encontramos no Atlético Mineiro, seu maior rival, uma característica do “eu acredito”, da bagunça e da vontade no campo simbólico.

Considerações finais

O centenário do Cruzeiro Esporte Clube foi uma importante efeméride no ano de 2021, principalmente no estado de Minas Gerais. Por ser um clube com muita história e possuir uma das maiores torcidas do Brasil, o Cruzeiro foi tema de diversas reportagens da Rede Globo. Nesse sentido, ao analisar as tais reportagens, pode-se identificar padrões jornalísticos mobilizados para a construção de uma memória e de um presente. Dessa forma, se torna possível compreender a convergência entre a televisão, a história pública e o futebol.

Referências

ALVES, Rogério Othon Teixeira. Club Athletico Mineiro X Societá Sportiva Palestra Italia: Índícios do nascedouro de uma rivalidade centenária. *Recorde: Revista de História do Esporte*, v. 14, n. 2, 2021.

AMARANTE, W. Pode o passado virar notícia? A divulgação de História e a participação de historiadoras e historiadores no telejornal Bom Dia Tocantins (2013-2019). In: Thiago Groh. (Org.). *Ensino de História: mídias e BNCC*. 1ed. Araguaína: EDUFNT, 2022, v., p. 7-16.

BUSSETO, Áureo. Sintonia com o contemporâneo: a TV como objeto e fonte da história. In: BEIRED, José Luis Bendicho; BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. **Política e identidade cultural na América Latina**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 153-175.

COELHO, Paulo Vinícius. *Jornalismo esportivo*. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

FRANCO JUNIOR, Hilário. *A dança dos deuses: futebol, sociedade e cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FRANCO JUNIOR, Hilário. *Dando tratos à bola: ensaios sobre futebol*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

KORNIS, Mônica Almeida. **Cinema, televisão e história**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2008.

LADEIRA, Flávia Toledo. *A criminalização das torcidas organizadas de futebol*. 2009. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil.

MARCOLAN, Letícia; LAGE, Marcus Vinícius Costa. Era uma vez... um clube grande (V): Cruzeiro e a "Era Brandi". **Ludopédio**, São Paulo, v. 141, n. 19, 2021.

MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (orgs). *História pública no Brasil: Sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

MOURA, Rodrigo Caldeira Bagni. **Se vencer o Palestra, vence a "bella" e "legendária" pátria italiana: uma história comparada dos Palestras Itália de São Paulo e de Belo Horizonte (1914-1933)**. 2016. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em História Comparada), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

RIBEIRO, L. C. O futebol no campo afetivo da história. *Movimento*, [S. l.], v. 10, n. 3, p. 99–111, 2007.

TELLES, Marcio. O Padrão Globo de Jornalismo Esportivo dez anos depois: problematizando um consenso. *FuLiA/UFMG*, v. 5, n. 1, 2020.

“TINHA MUITA REZA, A CIDADE ERA CATÓLICA”: PERCEPÇÕES DO ESPAÇO DA CIDADE E DINÂMICAS COTIDIANAS DA SEMANA SANTA EM BRASÍLIA DE MINAS, DÉCADAS DE 1960 E 1970

Jonas Rosa Mendes¹⁴³

O presente texto¹⁴⁴ busca observar quais percepções são possíveis de encontrar nas narrativas cotidianas sobre a Semana Santa dos moradores de Brasília de Minas. Com base principalmente nas discussões teóricas de Michel de Certeau articuladas com os procedimentos da História Oral, analisaremos como as pessoas lidam a cultura e interpretam o espaço habitado.

Antes de relatar o cotidiano da Semana Santa em Brasília de Minas é preciso voltar para esse local onde acontece. Quando os moradores falam sobre celebrações e práticas, também nos ajudam a compreender do espaço da cidade, palco de inúmeras dinâmicas.

Brasília de Minas é um município localizado no norte de Minas Gerais com uma população aproximada de 32 mil habitantes, com base nos dados do IBGE¹⁴⁵. Com população majoritariamente católica e presença do imaginário religioso nas memórias da formação local, a cidade é marcada por inúmeras manifestações devocionais e religiosas que influenciam a dinâmica social do espaço ao longo do ano. Uma dessas manifestações ocorre durante a Semana Santa, momento em que se celebra os últimos momentos de Jesus até sua crucificação, morte e ressurreição. Muitos moradores atribuem a essa celebração o período de mais respeito e mais importante da Igreja Católica e isso fica evidente nos relatos sobre a Semana Santa nas décadas de 1960 e 1970.

Os moradores da cidade recordam da seguinte maneira:

Brasília era uma cidade muito católica. E era muito pequena, só tinha umas rua... aqui pra você ver, tinha aquela avenida que eu nunca pensei que fosse ver uma coisa daquelas, uma avenida toda mal acabada, a Bias Fortes lá. E tinha também um pedacim de rua que era a rua da Paia que tinha uns barranco ali da altura dessa casa. Um trem mais mal feito. Pra você ver como é que são as coisa que hoje a Bias Fortes é uma das que mais tem movimento na cidade. A Semana Santa naquela época era só do corgo pra cá. Aqui perto do cemitério. Não existia esse bairro aqui que eu moro. Tinha lá a Camilo Prates, a Gurutuba e tinha ali o

¹⁴³Mestrando em História Social, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Bolsista FAPEMIG. E-mail: jonasrosa_28@hotmail.com

¹⁴⁴ Esse trabalho é parte das discussões desenvolvidas no segundo capítulo da dissertação de mestrado até então intitulada “O que a ‘Semana Muda’ nos diz sobre Brasília de Minas?: memórias, vivências e experiências católicas dos brasilienses nas décadas de 1960 – 1990” produzida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Montes Claros a ser defendida em 2023.

¹⁴⁵Ver: Brasília de Minas. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/brasil-de-minas/panorama>
Acesso em: 28/08/2023

Jacaré. Era isso a cidade praticamente (José Batista Barbosa, 74 anos, morador de Brasília de Minas, entrevista gravada em 27/10/2019).

De acordo com esse relato do senhor José Barbosa a cidade naquela época era composta por poucas ruas e bairros que não eram bem estruturados. Embora descreva uma época que a cidade já era chamada de Brasília de Minas, ele se refere a ela como Brasília, algo comum entre a população pesquisada com mais de 70 anos. A forma como ele descreve a cidade se destaca logo na primeira frase. Os gestos opacos mencionados acima e os resquícios linguísticos que formam a história relacionada à história perdida se sobrepõem a uma colagem em que suas relações não são cuidadosamente consideradas para formar um todo simbólico (CERTEAU, 2014, p.174). Nesse sentido, a cidade aqui assume as características do sujeito que a vivencia: “Brasília de Minas era uma cidade muito católica”. Necessário enfatizar também que nesse trecho da entrevista com o senhor Barbosa é possível perceber que ele se situa em relação ao tempo ao sinalizar comparações de como era com o instante em que narra ao descrever a Avenida Bias Fortes e mencionar a inexistência do seu bairro no passado.

Esta maneira de se posicionar na narrativa também pode ser encontrada no relato do senhor Joaquim Francisco dos Santos. Em determinado momento da entrevista ao ser questionado a respeito das procissões ele fez uma descrição da cidade, partindo da rua Coronel João da Cunha, onde reside há mais de 50 anos, antes conhecida como Rua da Paia, mencionada no relato anterior.

As procissões sempre foi a mesma coisa. Nunca parou de subir ali na padre Calado e ruidar ali no cemitério, passar na Camilo Prates, na coronel Sansão e fechar o trajeto. Por aqui pra esse lado de cá não vinha porque também era tudo mato... Procê vê aqui mesmo tinha era as casas do véio Juca mais embaixo... vinha essas casinha mais véia aqui. Tinha a véia Bela... a véia Mariana... tinha a do véio Tião... a casinha da véia Bela aqui na frente aí cabava aqui ia ter casa lá em cima perto de onde hoje é a padaria de Marquim. Tinha a casa da véia Preta e tinha um pezão de jatobá ali e tinha uma cancela já era estrada aí depois era só aquele capoeirão. Quando começou a fazer estrada de carro ali na Bias Forte era aquele cascaião... tinha uma lagoa ali onde é a rodoviária e plantavam horta lá. Tinha uma casa ali perto do setor onde tinha um mansador de burro. Vinha muita gente pra ver ele muntar num burro brabo. E a mulherada lavava roupa ali debaixo da ponte no Paracatu era aquela água limpinha correndo e mulherada com água dando na cintura lavando roupa lá. O povo vinha trazendo os gados pra matar no matador e passava por ali. Vinha uns cachorrão acompanhando e as mulher na beira do rio ficava com medo desses cachorro passando (Joaquim Francisco dos Santos, 81 anos, morador de Brasília de Minas, entrevista gravada em 27/05/2022).

Conforme esse trecho da entrevista com o senhor Joaquim Francisco, a cidade é vista não apenas em termos de sua localização no espaço descrito, mas também a partir das relações sociais nela inseridas. Como articulou Michel de Certeau sobre o espaço

(2014), podemos compreender que Brasília Minas é constituída por uma série de movimentos e operações que ali acontecem, consagrados no cotidiano dos sujeitos. Além de posicionar-se na cidade, ele cita nomes de antigos moradores que já morreram. Ao falar sobre a estrutura das ruas, suas descrições se assemelham àquelas descritas pelo senhor José Barbosa, ampliando a percepção do cotidiano. Em seu relato, as ruas e os locais mencionados tornaram-se pontos fundamentais para a compreensão dos deslocamentos, das operações e das tensões ali existentes. Como bem destaca, Michel de Certeau os relatos de lugares desempenham um importante papel e as descrições feitas muito além de serem fixações, são também “um ato culturalmente criador” (CERTEAU, 2014, p. 191). Esse trecho do relato do senhor Joaquim Francisco é, portanto, uma maneira de se expressar enquanto uma pessoa que vivencia, que experiencia o espaço urbano.

O relato a seguir é da entrevista feita com a senhora Geralda Rodrigues Silva no qual ela descreve a cidade em meados da década de 1960.

Algumas ruas calçadas, algumas ruas de pedregulho e outras eram barro mesmo. Quando chovia, você sabia a rua que passaria pra ir a algum lugar porque a outra estava alagada com espuma de sapo. Não tinha televisão, tinha o brincar na rua. A gente brincava na porta da igreja quando tinha o terço que as mães rezavam na igreja. As mães rezavam e a gente ficava esperando na pracinha e brincando. Tinha muita reza, a cidade era católica. A cada nove dias uma santa ia de casa em casa. Era assim rezava, aí no nono dia a dona da casa preparava uns biscoitos e todo mundo saía para levar para outra casa. A outra família já ficava na porta esperando e o altar já estava arrumado para receber a santa. Entregava nas mãos da dona da casa, o marido e os filhos beijavam e a santa era colocada no altar preparado (Geralda Rodrigues Silva, 69 anos, moradora de Brasília de Minas, entrevista realizada dia 14/04/2023).

Brasília de Minas nesse relato aparece a partir das memórias de infância, o que vai ao encontro do que elucida Beatriz Sarlo quando esta afirma que: “O testemunho é inseparável da autodesignação do sujeito que testemunha porque ele esteve ali onde os fatos (lhe aconteceram)” (SARLO, 2007, p. 50). A cidade é novamente caracterizada como católica, reforçando a percepção de uma Brasília de Minas que assume elementos dos habitantes que a constitui. Porém diferentemente dos relatos anteriores, essa característica se apresenta ao descrever uma prática comum nas famílias da época: rezar novenas nas casas. Além dos ritos de oração estabelecidos, trazendo a imagem da santa para outra família, é importante ressaltar a solidariedade e as redes sociais que surgem das experiências religiosas. A ideia não era apenas rezar, mas encontrar, compartilhar comida, visitar uns aos outros e a hora de brincar para as crianças.

É através desses relatos das experiências religiosas que observaremos a partir de agora como eram as dinâmicas existentes durante a Semana Santa na cidade.

A semana toda era uma semana de respeito e silêncio. A gente chamava de Semana Muda. Os tribunais não funcionavam. Não tinha ato nenhum no fórum. Não vendia e nem comprava na Sexta-Feira Santa. Ninguém abria o comércio! Hoje está diferente. Tinha mais respeito. Então você tinha que comprar tudo antes. Se uma mãe batesse no filho estava batendo em Jesus. Se vendesse alguma coisa estava vendendo Jesus. Tudo era nessa tradição (Maria Inês de Matos Gonçalves, 79 anos, moradora de Brasília de Minas, entrevista gravada em 18/10/2019).

A quinta-feira era dia de penitência. Nem carro andava na rua. Quinta-feira e sexta-feira da paixão. Ninguém andava de carro. Você não via um carro passando. De meio-dia em diante era aquele silêncio. Todo mundo fechava comércio. Não via nada aberto. Não ouvia barulho. Na sexta-feira também do mesmo jeito. Da hora que o dia amanhecia, batia o sino como se fosse para o morto. De hora em hora batia no sino. Tinha hora que eu assustava porque achava que alguém tivesse morrido porque quando uma pessoa morria batia no sino. Sexta-feira até três horas da tarde batia no sino. Batia como se tivesse anunciando a morte de Jesus (Jane Soares Mendes, 72 anos, moradora de Brasília de Minas, entrevista gravada em 12/10/2019).

Os dois relatos acima destacam como a Semana Santa, uma celebração de denominação católica, interferia no cotidiano dos moradores. Chegava a ser conhecida por “Semana Muda” em razão das restrições e do silêncio que se fazia na época. O fórum fechava, o comércio fechava, pouco barulho nas ruas. Pelo relato de Jane, fica evidente que o tempo religioso se perdia na vida cotidiana na cidade a partir da chamada Quinta-feira Santa. A ideia do tocar um sino como um anúncio da morte de Jesus aproxima as pessoas ainda mais da liturgia da Semana Santa. Segundo Mircea Eliade (2018) há interesse dos religiosos de viverem próximos de seu Deus, e essa intimidade é fortalecida por meio de gestos. Isso se apresenta na maneira como eles entendiam a consumação de determinadas práticas, como as citadas pela senhora Maria Inês tendo em vista que para a época “Se uma mãe batesse no filho estava batendo em Jesus. Se vendesse alguma coisa estava vendendo Jesus”.

As ruas eram um silêncio e aquela rua ali, aquele bequinho (indicando com o dedo a direção da rua) o povo falava que era amaldiçoado. Ali ninguém passava sexta-feira. Eles falavam que era o beco do medo. Todo mundo tinha medo de passar por ali. Era muito escuro, tinha uns pés de bambu e falavam que lá debaixo vivia mula-sem-cabeça, que o povo via luz ali, falavam que ouviam uivos e que os uivos era o bicho mau chamando outro bicho mau. E tinha gente que acreditava que ouvia passos atrás deles. Eles não olhavam pra trás porque arrepiava até o cabelo só de ouvir os passos atrás (Geraldina Rodrigues Silva, 69 anos, moradora de Brasília de Minas, entrevista realizada dia 14/04/2023).

O medo é uma importante característica que apareceu na maioria dos relatos sobre a Semana Santa em Brasília de Minas. No relato de Geralda ele estava localizado em determinadas ruas da cidade, como ela mesmo denomina uma rua de “beco do medo”. Um local foi renomeado em razão do temor dos brasilienses. Dessa forma percebemos que Brasília de Minas é dinâmica e a todo momento vai ganhando nuances de acordo seus usos e percepções.

Embora uma série de práticas e crenças desapareceram ao longo dos anos, a Semana Santa em Brasília de Minas continua como um momento de importância na memória dos moradores e a partir do exercício de escuta e análise das narrativas isso fica bem evidente.

Referências

BRASIL, Henrique de Oliva. **De Contendas a Brasília de Minas**. Belo Horizonte: Editora São Vicente, 1977.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2021

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: As artes de fazer. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2014.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**: a essência das religiões. Tradução de Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

PEREIRA, José Carlos. **O Encantamento da Sexta-Feira Santa**: Manifestações do Catolicismo no Folclore Brasileiro. São Paulo: Editora Annablume, 2005.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras/Belo Horizonte: UFMG, 2007.

Lista de entrevistados:

Geralda Rodrigues Silva, 69 anos, moradora de Brasília de Minas, entrevista realizada dia 14/04/2023.

Jane Soares Mendes, 72 anos, moradora de Brasília de Minas, entrevista gravada em 12/10/2019 e 04/11/2022.

Joaquim Francisco dos Santos, 81 anos, morador de Brasília de Minas, entrevista gravada em 27/05/2022.

José Batista Barbosa, 74 anos, morador de Brasília de Minas, entrevista gravada em 27/10/2019.

Maria Inês de Matos Gonçalves, 79 anos, moradora de Brasília de Minas, entrevista gravada em 18/10/2019.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

TRÊS VEZES QUE O CIS-HETERO-PATRIARCADO-COLONIZADOR CONTOU A *BELA E A FERA* (1740; 1756; 1991)

Triodite Gabriel Donizetti Partenos Ferreira Simionato¹⁴⁶

O conto *A Bela e a Fera* é um dos mais conhecidos no mundo ocidental/ eurocentrado, incluindo o Brasil (ROSA JUNIOR, 2019, p. 49); ao lado de outros contos, como *Branca de Neve* ou *Cinderela*, compõe o cânone dos contos de fadas. Trata-se da história de uma donzela entregue pelo pai a um monstro, para quitar a dívida paterna advinda do roubo de uma das rosas da criatura; ao longo da trama, donzela e monstro desenvolvem uma relação afetiva e amistosa, que se encerra com o consentimento da donzela em desposar a criatura: diante de tal ato, a fera transforma-se em um belo príncipe e revela ter sido amaldiçoada, tendo seu corpo transfigurado, até que uma donzela aceitasse desposá-lo, apesar de sua feiura.

Buscamos, aqui, analisar os discursos e representações de gênero em três versões do conto *A Bela e a Fera*: a versão literária de Madame Gabrielle-Suzanne Barbot de Villeneuve, publicada na França em 1740; a versão literária de Madame Jeanne-Marie Leprince de Beaumont, publicada, em francês, na Inglaterra em 1756; e a versão cinematográfica estadunidense de 1991, do *Walt Disney Animation Studios*, dirigida por Gary Trousdale e Kirk Wise, e roteiro por Linda Woolverton. Nota-se que são versões de diferentes espaços e temporalidades, todavia, entendemos o conto *A Bela e a Fera* enquanto um discurso e, portanto, sem um início ou um fim demarcado – não é um bloco compacto e homogêneo, mas fluido. Esse discurso (como os outros) é reinterpretado, retomado, reelaborado conforme é enunciado nos diferentes contextos discursivos, pois, como trata Michel Foucault, “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (1996, p. 26).

Mais do que um discurso, com base em Dominique Maingueneau (1997), podemos entender o conto *A Bela e a Fera* enquanto um espaço discursivo, composto por diferentes enunciações desse discurso, marcado pela interdiscursividade – pois, nenhum discurso é puro e original, mas se estabelece em relação a outros discursos, com tudo aquilo que já foi dito, lembrado e esquecido sobre determinado tema. Portanto, escolhemos essas três versões por suas posições simbólicas dentro desse espaço: a versão de 1740 trata-se da primeira que nomeia essa narrativa como *A Bela e a Fera*; a

¹⁴⁶ Mestranda em História, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). E-mail: triodite.simionato@gmail.com

versão de 1756, escrita para o público infantil, é a mais conhecida; e a versão de 1991 por todo seu alcance e impacto em um contexto globalizado.

Considerando os contos de fadas enquanto meios de transmitir, educar e orientar comportamentos e valores sociais (MAIA; MAIA, 2015, p. 259), buscamos compreender os contos de fadas como tecnologias de gênero (LAURETIS, 2019), que produzem e reproduzem padrões cis-hetero-patriarcais de gênero: constroem noções sobre o que é ser mulher, ser homem e, sobretudo, definem como norma a heterossexualidade. Ademais, consideramos os contos de fadas enquanto ferramentas da colonialidade de gênero (LUGONES, 2008), ao estabelecerem um padrão colonial/eurocentrado sobre o gênero e suas relações. Ao serem disseminados pela colonialidade e utilizados como recursos para a orientação moral, os contos agem como colonizadores de imaginários (QUIJANO, 1992), produzindo normas de relações de gênero, sexualidade, dentre outras.

Uma genealogia arqueofeminista

Retomando a interdiscursividade do conto *A Bela e a Fera*, a temática do romance entre o *belo* e o *feio*, entre *humano* e *animal*, são extensas na cultura ocidental, seja na literatura, no cinema, nas artes – estruturando, assim, todo um campo interdiscursivo (de discursos que se sustentam, se citam, se repelem, dialogam e interagem entre si), ademais que “na literatura, *nada se cria do nada*, mas sim sempre existe um precedente, de maior ou menor genialidade, que serve de base aos outros” (ÁLVAREZ, 2002, p. 167, tradução nossa) – todavia, não cabe focar aqui qual obra é *mais* ou *menos genial/original*, pelo contrário: compreendemos que não existe um discurso que seja mais original ou genial que outro, visto que são dependentes das condições de produção possíveis de seus contextos específicos (das normas discursivas, dos outros discursos circulantes e das experiências subjetivas). Desse modo, podemos traçar paralelos entre o conto com o mito de Eros e Psiquê, de Apuleio (ÁLVAREZ, 2002); com o conto *O Rei Porco*, de Straparola; com os contos *Graciosa e Percinet*, *Serpente Verde* e *O Príncipe Marcassin*, de Madame d’Aulnoy (TREBIEN, 2021).

Destarte, encontramos os paralelos e semelhanças, mas também as interrupções, reinterpretações e reformulações, dependentes do contexto social (as instituições discursivas do período determinado, o cenário político, cultural, econômico, social) e das experiências subjetivas da pessoa enunciativa – o sujeito falante, nas palavras de Maingueneau (1997, p. 79), pois os discursos e representações são dependentes desse nexos entre a sujeição às normas discursivas (assujeitamento) e da experiência subjetiva

do sujeito – ou seja, sujeito pode escrever conforme as condições que lhe são dadas. Como discorre Teresa de Lauretis,

Isto é, a possibilidade de expressão do vivido, as formas ou os códigos que permitem sua representação e sua comunicação, mudam com a mudança das condições históricas e culturais, e mudam em ambas direções: a escritora se esforça e luta para verter sua experiência em formas de representação e de pensamento que historicamente estão a seu acesso; a leitora, por sua vez, acessa a essa representação a partir do contexto histórico e a partir da dimensão subjetiva de sua própria experiência (...) cada uma segue um itinerário de leitura determinado por sua experiência, assim como pelos códigos de representação e pelas formas de conhecimento que a história e a cultura colocam a sua disposição (LAURETIS, 2000, p. 87, tradução nossa).

Assim, enquanto o mito Eros e Psique se aproxima mais da epopeia (enquanto gênero literário) – a jornada de aventuras externas e coletivas; o conto das escritoras francesas setecentistas se aproxima mais do romance – a jornada de aventuras internas e individuais, subjetivas (ÁLVAREZ, 2002, p. 172). Já sobre *O Rei Porco*, acerca de um príncipe metamorfoseado que força o casamento para ver-se livre da maldição e assassina suas noivas descontentes, é reinterpretado para realçar a importância do cortejo, da polidez, do amor cortês e do consentimento ao casamento nos textos das escritoras francesas, defensoras dos direitos das mulheres – seja os de Aulnoy, Villeneuve ou Beaumont. Como trata Nádia Senna, “essas referências foram articuladas segundo um viés feminista, com intenção de problematizar o sistema matrimonial vigente, a educação feminina e a dimensão fantástica/monstruosa da vida e do amor” (2018, p. 343).

Para tanto, usamos o termo *arqueofeminismo*, elaborado pelo filósofo Maxime Rovere (2019), para definir esses contos de fadas franceses do século XVII-XVIII de autoria feminina. Rovere diferencia o termo arqueofeminismo do termo protofeminismo, pois o segundo influi uma ideia de progressão linear, como se fosse um simples estágio inicial e ainda não *completamente elaborado* que evoluiria para a versão “feminismo”, esse sim, completo e elaborado. Mas, as discussões do século XVII-XVIII são também “completas e elaboradas”, dentro de seu contexto de produção. Seria anacrônico julgá-las de acordo com as discussões posteriores do feminismo, estabelecendo essa ideia de progressão evolutiva linear e ascendente (ROVERE, 2019, p. 10). Assim, percebemos posicionamentos político-sociais (arqueofeministas) dessas escritoras no que se refere às mulheres, sobretudo acerca da instituição matrimonial (críticas ao casamento arranjado e defesa da importância do consentimento das mulheres), da educação feminina e da inserção das mulheres nos espaços letrados.

Desse modo, tais contos se inserem em um campo discursivo maior que aquele que retrata o romance humano/animal, um campo discursivo arqueofeminista: diante de tais posicionamentos, críticas e defesas (casamento, educação, literatura), podemos ligá-los aos debates desencadeados pela *Querelle des Femmes* (ocorrido na França nos finais do século XIV/início do século XV, acerca da produção literária de autoria feminina), no qual também se criticou o casamento arranjado, defendeu-se o consentimento e o amor cortês, a educação feminina e a inserção das mulheres no mundo letrado (DEPLAGNE, 2021). As discussões da *Querelle des Femmes* não se encerraram no século XV, mas se estendem pelos séculos posteriores.

Dentro dessa genealogia arqueofeminista, que desencadeou na escrita dos contos de fadas, recorda-se, também, o impacto dos salões literários e das anfitriãs, as *salonnières* – mulheres da elite francesa, ao longo século XVII, reuniam nos salões de suas casas grupos de intelectuais (homens e mulheres, nobres e burgueses) para discutir literatura, arte, música, filosofia, ciência; nesses encontros os debates acerca do amor cortês, dos casamentos arranjados, da educação feminina e da produção literária feminina eram recorrentes, mas sempre de forma polida e amigável (ZECHLINSKI, 2022). A *Querelle des Femmes*, com os salões literários e as *salonnières*, alcançou maiores proporções e potencializou a escrita de autoria feminina (ZECHLINSKI, 2022, p. 74). Desse movimento, emergiram as *Preciosas*.

A alcunha de Preciosa surgiu como um termo ofensivo e pejorativo, dado por homens escritores às mulheres que se aventuravam pelo mundo da escrita, as satirizando como exageradas, exibicionistas e ridículas (ROVERE, 2019, p. 149; ZECHLINSKI, 2022, p. 88-89), uma vez que a escrita das Preciosas era marcada pelo exagero, polidez, rebuscamento, refinamento e delicadeza. Como informa Beatriz Zechlinski, as Preciosas e a cultura dos salões literários foram, de fato, responsáveis por modificações semânticas e ortográficas na língua francesa (2022, p. 90), diante das quais uma nova querela surge, a *Querela dos Antigos e Modernos*, na qual os Antigos defendiam uma conservação dos cânones e dos códigos linguísticos tal como estavam, valorizando as línguas clássicas – grego e latim, e a poesia enquanto gênero literário; enquanto os Modernos defendiam uma língua propriamente francesa, valorizando a cultura popular e a prosa, sobretudo o romance (MORAIS, 2021, p. 59; ZECHLINSKI, 2022, p. 36) – as Preciosas partidariavam com os Modernos nessa disputa.

As Preciosas, em seus salões literários, possuíam um jogo para o divertimento do grupo: recontar histórias populares, grotescas, burlescas, vulgares no estilo *précieux* (precioso), transformando-as em algo refinado, elegante e belo (MARQUES, 2019, p. 11):

é dessa ação que surgem os contos de fadas tal como conhecemos. Os contos de fadas são narrativas orais populares adaptadas pelas Preciosas/Modernos para os salões literários, retirando todas as passagens grotescas e as substituindo por elementos encantadores. O próprio termo “conto de fada” foi cunhado nesse período pela Preciosa Madame d’Aulnoy (MORAIS, 2021, p. 61). Todavia, essas Preciosas, escritoras de contos de fadas, foram *esquecidas* pelos cânones, que elegeram Charles Perrault como “pai dos contos de fadas”, porém ressaltamos que Perrault, além de frequentar os salões literários, posicionar-se em defesa das escritoras nas querelas, conviver com as Preciosas, encabeçava o grupo dos escritores Modernos – sua produção literária, com a valorização da cultura popular “francesa”, da “língua francesa”, da prosa, do refinamento linguístico e do encanto, partia do mesmo espaço social e discursivo em que estavam as Preciosas.

Heterossexualidade, binariedade e masculinidade

Acerca das três versões selecionadas de *A Bela e a Fera*: a primeira versão literária intitulada *A Bela e a Fera* foi publicada no livro *La Jeune Américaine* ou *Les Contes Marins*, escrito pela aristocrata francesa Gabrielle-Suzanne Barbot de Villeneuve (1685/1695-1755) e lançado em 1740 em Paris, sendo uma versão mais desconhecida do conto. Madame de Villeneuve, como outras escritoras francesas do século XVIII, participava dos salões literários e escrevia para o público que os frequentavam: a aristocracia parisiense – sobretudo, feminina (SOUSA, 2018, p. 35). Sendo uma escritora do preciosismo, seu conto traz elementos dessa corrente: é mais longo; mescla elementos greco-romanos, medievais, celtas e burgueses; possui várias personagens, com conflitos internos; não possui linearidade temporal; há elementos eróticos e moralizantes; faz uso de uma linguagem que ressalta o exagero, a extravagância, a hipérbole (SOUSA, 2018, p. 131-132). Para esta análise, usamos a tradução para o português de André Telles (BEAUMONT; VILLENEUVE, 2016).

A segunda versão foi publicada no manual pedagógico *Le Magasin des Enfants*, escrito pela burguesa francesa Jeanne-Marie Leprince de Beaumont em 1756, enquanto estava em Londres, atuando como preceptora – seu conto é destinado ao público infantil –, sendo esta a versão mais conhecida. Trata-se de um texto mais resumido, com poucas páginas, mais simples, linear e sem conflitos internos nas personagens. O tom moralizante e religioso é muito mais forte e marcante. Nessa versão, percebe-se “o aspecto ‘maravilhoso’ cedendo cada vez mais espaço para o aspecto moral e educativo” (SOUSA, 2018, p. 101). Ao contrário de outras contistas daquele contexto, Beaumont escreve para meninas, bem como para mães e outras preceptoras, e não para a

aristocracia adulta. Nesta pesquisa utilizamos a tradução de André Telles (BEAUMONT; VILLENEUVE, 2016).

A terceira versão é o filme *A Bela e a Fera* (*Beauty and the Beast*), de 1991, do estúdio *Walt Disney Animation Studios*, com direção de Gary Trousdale e Kirk Wise, roteiro encabeçado por Linda Woolverton (sendo o primeiro filme de animação da Disney cujo roteiro foi assinado por uma mulher) e produção de Don Hahn. Pertence à franquia chamada *Princesas*, sendo o quinto filme do grupo. Trata-se de um dos filmes clássicos do estúdio, sucesso de bilheterias e de críticas. Arrecadou cerca de 440 milhões de dólares nas bilheterias, tendo tido seis indicações na 64ª edição do Oscar (1992), inclusive de Melhor Filme (sendo a primeira animação a receber tal indicação) e tendo levado dois prêmios (Melhor Trilha Sonora e Melhor Canção Original). Foi a primeira animação a ganhar na categoria de Melhor Filme Musical ou Comédia na 49ª edição do Globo de Ouro (1992) e também levou prêmios na 35ª edição do Grammy (1993), dentre outras premiações.

Focaremos, brevemente, em três pontos desse discurso: a heterossexualidade compulsória, a binariedade de gênero e a(s) masculinidade(s); mas evidenciamos que tais pontos interagem entre si e um não é separável do outro. Recorda-se que o conto é uma metáfora arqueofeminista para o casamento (com a crítica ao casamento arranjado e as vantagens do amor cortês e do companheirismo). Desse modo, a relação entre as protagonistas feminina e masculina se dá pelo regime da heterossexualidade, no objetivo do casamento, ainda que essa relação heterossexual/matrimonial seja reinterpretada. As autoras setecentistas reinterpretem os códigos matrimoniais a fim de criar um esposo ideal: gentil, cortês, companheiro, atencioso, amigável, em uma relação menos hierárquica que a habitual.

As personagens são criadas e desenvolvidas a fim de ressaltar a binariedade dos gêneros, enquanto opostos complementares: a bela e o feio, a humana e o animal. Tal polarização é ainda mais reforçada no filme da Disney, no qual outras características comportamentais são inseridas: Bela é inteligente e a Fera, ignorante; Bela é paciente e a Fera, bruta; Bela é delicada e a Fera, grosseira. Além disso, recorda-se que no conto de Villeneuve, Bela também está amaldiçoada. Desse modo, a união entre Bela e Fera, além de ressaltar a complementariedade binária artificial dos gêneros (justamente, criada pelo regime heterossexual), também representa a quebra da maldição – do estado defeituoso e anormal em que as protagonistas se encontram, definindo que um gênero só se completa com o outro, que um gênero só atinge a perfeição e a normalidade com o outro.

Por fim, além de reescreverem a feminilidade, tanto os contos – que apresentam Bela enquanto uma personagem racional em um contexto em que mulheres eram definidas enquanto seres emocionais (ZECHLINSKI, 2022, p. 123) –, quanto o filme – apresentando uma protagonista ativa e rebelde na história em comparação com as outras *princesas* do estúdio –, também reescreveram a masculinidade. Os contos apresentam uma protagonista masculina gentil e cortês, reafirmando esses ideais arqueofeministas, sobretudo quando se compara com as outras enunciações desse interdiscurso, como *O Rei Porco*. Ao passo que o filme apresenta uma protagonista masculina grosseira e bruta ao início, que é domesticada pela Bela e transformada em gentil e cortês. O filme ainda apresenta um contraponto, na figura do antagonista, também bruto e grosseiro, que todavia não passa por essa transformação. O filme assim constrói uma masculinidade *ideal*, na figura da Fera, e uma masculinidade *ruim* na figura do antagonista. Tal ação também reverbera condições sócio-culturais do período, de um companheirismo entre o casal heterocentrado, no qual a mulher possui outros interesses para além do romântico: Bela, diferente das princesas das gerações anteriores, possui interesses específicos, principalmente pela leitura; assim, enquanto a Fera a apoia (presenteando-a com uma biblioteca), o antagonista a menospreza por seus interesses.

Considerações Finais

Há uma grande potencialidade de análise nos contos de fadas, sejam os escritos ou os cinematográficos, e de entendê-los como tecnologias coloniais de gênero, produzindo noções e normas e colonizando o imaginário nos padrões coloniais. Todavia, nota-se os contos de fadas sendo tratados como fontes menos privilegiadas de análise, como se fossem algo bobo e ingênuo, apesar de serem extremamente difundidos. Percebemos a manutenção histórica do sistema binário, dicotômico e heteronormativo do gênero nessas versões, construindo os gêneros enquanto opostos binários complementares e reforçando a heterossexualidade enquanto a norma, concomitantemente percebemos as distorções e reinterpretações nesse discurso, com novos ideais de feminilidade e masculinidade. De modo algum a potencialidade de análise encerra-se com esse *felizes para sempre!*

Referências

ÁLVAREZ GARCÍA, Maria. La novia del monstruo: El cuento de Eros y Psique y La Bella y la Bestia. **Moenia**, Santiago de Compostela, v. 8, p. 167-186, 2002.

BEAUMONT, Jeanne; VILLENUEVE, Gabrielle. **A Bela e a Fera**: a versão clássica e a surpreendente versão original. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BEAUTY AND THE BEAST. Direção de Gary Trousdale; Kirk Wise. Estados Unidos: Walt Disney Animation Studios, 1991. (84 min).

DEPLAGNE, Luciana. Querelle des Femmes: mapeamento em português. **Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia**, Campinas, v. 7, n. 2, p. 28-42, 2021.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa B. de (org.). **Pensamento Feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 121-155.

LAURETIS, Teresa de. **Diferencias**: etapas de un camino a través del feminismo. Trad. María Echániz Sans. Madrid: horas y HORAS, 2000.

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-101, 2008.

MAIA, Renata; MAIA, Cláudia. Os contos de fadas no cinema: uma perspectiva das construções de gênero, sua história e transformações. **Ágora**, Vitória, n. 22, p. 258-274, 2015.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Trad. Freda Indursky. 3. ed. Campinas: Pontes; UNICAMP, 1997.

MARQUES, Francisca. **Redescobrir o passado de Beauty and the Beast**: a tradução enquanto forma de preservação literária. 191f. Trabalho de Projeto (Mestrado em Tradução) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2019.

MORAIS, Guilherme. Os contos maravilhosos franceses e Os Contos da Mamãe Gansa de Charles Perrault. In: RAMOS, Maria (Org.). **Considerações sobre o maravilhoso na literatura e seus arredores**. São José do Rio Preto: UNESP, 2021, p. 56-71.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú Indígena**, Lima, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

ROSA JUNIOR, Paulo. Um inventário para os contos de fadas: histórias mais lembradas e suas versões mais populares entre jovens leitores. **Macabéa**, Crato, v. 8, n.1, p. 47-63, 2019.

ROVERE, Maxime. **Arqueofeminismo**: mulheres filósofas e filósofos feministas. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

SENNA, Nádia. Transgressões de Bela e sensibilidades de Fera. **Estudos Linguísticos e Literários**, Salvador, n. 59 p. 340-351, 2018.

SOUSA, Aída. **Tradução comentada de La Belle et la Bête (1740) de Madame de Villeneuve**. 267f. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

TREBIEN, Heitor. **Adaptações de A Bela e a Fera**: diálogos intertextuais e intermediários. 108f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

ZECHLINSKI, Beatriz. **“Quero ver as minhas obras saindo da prensa”**: mulheres e livros na França do Antigo Regime. Teresina: Cancioneiro, 2022.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

“UMA CABEÇA POR UM TRONO”: CLEÓPATRA VII E A MORTE DE POMPEU NA PRODUÇÃO BRASILEIRA *CLEÓPATRA* (2007) DE JÚLIO BRESSANE

Danielle Santos Fonseca¹⁴⁷

Esta pesquisa intitulada “Uma Cabeça por um Trono”: Cleópatra VII e a morte de Pompeu na produção brasileira *Cleópatra* (2007) de Júlio Bressane, é um recorte derivado de um trabalho de conclusão de curso realizado pela autora intitulado: Recepções da Antiguidade na Contemporaneidade: a Representação de Cleópatra VII (69 a.C. - 30 a.C.) na produção fílmica *Cleópatra* (2007).

A obra cinematográfica *Cleópatra* (2007), foi dirigida e roteirizada por Júlio Bressane possui duração de 1 hora e 56 minutos, com classificação para maiores de 18 anos de idade, o filme se encontra no gênero de drama nacional, produzido no Brasil. No elenco constam atores conhecidos nacionalmente como Alessandra Negrini, atuando como Cleópatra; Miguel Falabella, como Júlio César; e Bruno Garcia como Marco Antônio.

Na época de lançamento o filme foi considerado como um grande sucesso, sendo o vencedor no 40º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro¹⁴⁸, e eleito como melhor filme pelo júri oficial, a atriz Alessandra Negrini recebeu o prêmio de melhor atriz no festival. Além deste evento, o filme chegou a concorrer no 64º Festival de Veneza, como primeiro longa-metragem nacional a ser exibido no festival, sendo projetado nos dois dias do evento, no sábado e no domingo.

O diretor Júlio Bressane também é roteirista e produtor, é considerado como um dos maiores representantes do cinema marginal brasileiro, passou a ser reconhecido pela capacidade de gravar longas-metragens com orçamentos baixos. O Bressane é muito conhecido dentro dos gêneros de chanchada¹⁴⁹ e cinema marginal¹⁵⁰, por esse fator a maioria de suas produções cinematográficas são pertencentes destes gêneros.

Em uma entrevista realizada por Cláudia Munhoz (2017), com o diretor Bressane, disponível na revista de mitocrítica *Amalteia*, foi possível encontrar quais foram as obras

¹⁴⁷ Graduada em História, Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES).

¹⁴⁸ O “Festival de Brasília do Cinema Brasileiro” é a grande tela da cultura de Brasília e o mais tradicional evento do gênero do Brasil. Anualmente, tendo como base o cine Brasília, o evento promove uma intensa interação entre o público, cineastas e seus filmes.

¹⁴⁹ Chanchada – subgênero de filmes populares que são conhecidos por possuírem cenas eróticas e sensuais. Gênero apresentado no Brasil no ano de 1970.

¹⁵⁰ Cinema Marginal foi um movimento cinematográfico brasileiro que se propagou pelo país entre 1968 e 1973, tendo como principal produtora a Boca do Lixo em São Paulo, nos quais os diretores chamavam atenção para os problemas e incoerências no Brasil.

que o diretor se baseou para realizar sua produção a respeito da rainha Cleópatra VII, estas sendo a obra de Plutarco *Vidas Paralelas*, especificadamente as vidas de Júlio César e Marco Antônio além de Plutarco, para trabalhar a respeito da Cleópatra VII, o diretor utilizou a obra de Shakespeare, que por sua vez se baseou em Plutarco.

Segundo Silva (2012) e José (2008), Plutarco nasceu na cidade de Queroneia por volta dos anos 40 do I século d.C. Foi um cidadão greco-romano, pois suas obras se mostravam ambas realidades. A sua capacidade de transitar por diversas regiões e de absorver os aspectos culturais o fez um cidadão híbrido, que moldou as suas biografias por uma ótica de caráter múltiplo e não apenas da ótica grega ou romana. Ainda sobre o tempo de Plutarco é importante ressaltar que Júlio César teria vivido entre os anos 100 a.C. e 44 a.C., Marco Antônio teria vivido entre 83 a.C. e 30 a.C., e Cleópatra VII teria vivido entre os anos 66 a.C. e 30 a.C., como dito anteriormente segundo os autores Plutarco viveu entre os anos de 66 d.C. e 120 d.C. sendo assim, conforme podemos observar em Fonseca (2023) Plutarco não se encontra no mesmo século em que os indivíduos sobre quem ele escreve, portanto suas bibliografias foram escritas com base em relatos e testemunhos que já existiam a respeito dos romanos e da rainha ptolomaica.

Como já foi mencionado, o diretor Bressane é conhecido por produzir obras cinematográficas voltadas para a pornochanchada e filmes com características do cinema marginal. Estes estilos geralmente são produzidos em um pequeno período de tempo e com um baixo custo financeiro. Não foi encontrado o valor final da obra de Bressane, mas em uma matéria realizada por André Bernardo para a BBC News Brasil (2022), foram encontradas informações a respeito do tempo de duração que o longa levou para ser gravado, sendo de apenas de dezenove (19) dias. Tendo em mente o tempo de duração para a gravação da obra de Bressane podemos perceber a diferença que a produção do diretor possui das demais obras realizadas a respeito da Cleópatra VII.

Este recorte se baseou em uma breve cena que foi apresentada na obra *Cleópatra* (2007). A cena se trata da cabeça decapitada de Pompeu Magno, a qual se encontra exposta em uma tigela sob alguns panos brancos, os quais estão ensanguentados. Em sequência aparentemente na mesma sala em que se encontra a cabeça, o general romano Júlio César está reunido com três romanos, os quais lamentam o assassinato de Pompeu, Júlio César chega a fazer juras de vingança a quem tivesse tido tamanha ousadia para realizar tal ato. Na produção de Bressane não é informado sobre quem seria Pompeu, este sendo o único momento em que o general romano é citado em toda a obra.

Figura SEQ Figura * ARABIC 1: Pompeu decapitado



Fonte: Captura de tela realizada pela autora. *Cleópatra* (Júlio Bressane, 2007).¹⁵¹

A figura representa a morte de Pompeu um dos maiores generais de Roma, a cena aparece nos primeiros segundos da obra de Júlio Bressane, na qual vemos a cabeça decapitada de Pompeu sem nenhuma informação sobre quem era este romano e qual o cargo que ocupava. Segundo a obra de Bressane não é possível saber quem teria realizado tal barbaridade, seguindo as mesmas palavras do Júlio César durante esta cena, o mesmo ainda relata que iria descobrir e desmascaram quem tivesse realizado tamanha barbaridade.

Para aprofundarmos neste contexto, que ocorria durante período de conflito entre Júlio César e Pompeu foi realizada a leitura de José (2008), na qual podemos observar o seguinte trecho sobre como foi o final do confronto entre os romanos. Também podemos notar no trecho da autora quem teria dado a ordem para assassinar o general Pompeu.

Após um longo período de conflito, César, em 48 a.C., vence o exército de Pompeu, fazendo com que este e o restante de seu contingente fugissem para o Egito à procura de auxílio. Em perseguição a Pompeu, César chega a Alexandria. Lá encontra seu adversário morto pelas mãos do soberano Ptolomeu XIII e é também nessas terras que encontra, pela primeira vez, Cleópatra VII (JOSÉ, 2008, p. 38).

Após leitura do trecho, podemos identificar que Júlio César e Pompeu Magno, dois dos grandes generais romanos estavam tendo um conflito armado, resultando em uma

¹⁵¹ Imagem retirada do Trabalho de Conclusão de Curso de Danielle Santos Fonseca na Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, no ano de 2023.

Guerra em Roma. Tal guerra ocorreu após divergências na aliança¹⁵² entre os romanos. Ainda seguindo o trecho de José fica evidente que Pompeu vai para o Egito em busca de auxílio após ser derrotado pelo Júlio César. Segundo Sant'Anna (2015) em 49 a.C. Pompeu havia mandado o seu filho para o Egito com o objetivo de arbitrar um confronto dinástico. Este confronto sendo a guerra civil que ocorria no Egito, entre os herdeiros Ptolomeu XIII e Cleópatra VII.

Podemos observar que durante este período ocorria duas guerras civis simultâneas, uma em solo romano entre Júlio César e Pompeu, na qual Júlio César saiu como vitorioso. E uma guerra civil em solo egípcio entre os descendentes da dinastia Ptolomaica¹⁵³, Cleópatra VII e Ptolomeu XIII, durante o período de derrota do romano Pompeu o jovem Ptolomeu XIII que se encontrava no comando das terras egípcias, pois havia isolado a sua irmã Cleópatra VII do trono após divergências políticas.

No seguinte trecho de Tyldesley (2008) podemos observar qual era o impasse do Ptolomeu XIII a respeito de receber o romano Pompeu no Egito.

Se Pompeu fosse recebido como um amigo, César iria automaticamente se tornar um dos inimigos do Egito. Mas se Pompeu fosse afastado, ele se tornaria um inimigo do Egito e César iria culpar Ptolomeu por permitir que ele escapasse (TYLDESLEY, 2008, p. 50).

Após leitura do trecho fica evidente que o Ptolomeu XIII se encontrava em uma encruzilhada, pois, ao permitir que Pompeu buscasse refúgio no Egito em busca de auxílio, Ptolomeu se tornaria inimigo de Júlio César e de Roma. E se permitisse com que Pompeu escapasse, seria culpado por César e teria Pompeu e seus aliados como inimigos. Sendo assim, independentemente de qual decisão o ptolomaico tomasse, por fim Ptolomeu XIII teria como inimigo um dos maiores generais romanos. Por fim a única alternativa que o herdeiro ptolomaico poderia ter encontrado, seria ele mesmo matar Pompeu, assim não o teria como inimigo e iria satisfazer a vontade de Júlio César, pois no momento em que Júlio César fosse o último sobrevivente da aliança, o mesmo seria responsável pelo governo de Roma.

Entretanto, seria contraditório pensar que Ptolomeu XIII tinha apenas o interesse de mostrar apoio ao Júlio César ao decidir dar a ordem para decapitar Pompeu. Ao realizar tal ato apoiando o general Júlio César, o herdeiro ptolomaico tinha esperança de

¹⁵² Segundo Sant'Anna (2015) o termo "primeiro triunvirato" em termos históricos não é a denominação correta entre a aliança entre Júlio César, Pompeu e Crasso, pois para ser considerado como triúmviro para os romanos dependia de uma autoridade legalmente constituída, por isso foi utilizado o termo aliança no lugar de "primeiro triunvirato".

¹⁵³ O governo Ptolomaico se iniciou no período helenístico, apesar de serem estrangeiros os ptolomeus respeitaram os aspectos políticos e religiosos dos egípcios, sob o reinado dos ptolomeus o Egito se tornou ainda mais próspero.

que fosse nomeado como sucessor do Egito, colocando um fim a Guerra Civil que existia em solo egípcio entre os irmãos Cleópatra VII e Ptolomeu XIII para soberania ao trono. Com isso o Ptolomeu XIII desejava evitar um confronto direto durante a guerra, pois segundo Tyldesley (2008), o ptolomaico sabia que se ocorresse um confronto armado, a sua irmã e esposa Cleópatra VII venceria e ganharia a sucessão. De tal modo, matando Pompeu, o herdeiro Ptolomeu resolveria os problemas de soberania e estabeleceria uma aliança com Roma.

Entretanto, ao contrário do que o herdeiro esperava a reação de Júlio César não foi tão positiva, como podemos observar nos seguintes trechos:

De muitas maneiras, Ptolomeu e seus conselheiros fizeram a ele um grande favor: era muito melhor que o perturbador Pompeu fosse morto por estrangeiros do que por um colega romano. No entanto, a forma de sua morte foi horrível e César não podia ser visto como alguém que aceitava o assassinato de um cidadão romano realizado tão abertamente diante de tantas testemunhas (TYLDESLEY, 2008, p. 51).

Em vez de apoiar Pompeu, César apoiou Cleópatra. Deve-se considerar, em primeiro lugar, quem embora inimigos na guerra civil, César e Pompeu tinham uma história de amizade política, e que a entrega de sua cabeça por um egípcio era uma afronta aos romanos, não um gesto mais amistoso. Em segundo lugar, César envolveu-se com Cleópatra, o que pode muito bem ter acontecido logo depois do assassinio de Pompeu (SANT'ANNA, 2015, p.130).

Como podemos observar, Ptolomeu XIII realizou de certa forma um favor para Júlio César, porém a forma como ocorreu o assassinato de Pompeu e pelo fato de ser um estrangeiro assassinando um dos maiores generais do Império Romano, não seria uma ação bem vista pelos romanos. Sendo assim, se César decidisse apoiar Ptolomeu XIII teria a sua imagem manchada em Roma. Apesar de se encontrar nesta situação César sabia que ter o Egito como aliado seria de grande proveito para Roma, assim, para evitar perder um forte aliado Júlio César acabou apoiando Cleópatra VII como sucessora, acrescentando a isto a irmã era a mais velha entre os herdeiros e possuía uma experiência política maior que o seu irmão Ptolomeu, o qual ainda se mostrava muito dependente de seus conselheiros.

Diante o exposto, a análise visa mostrar esta perspectiva de sucessão da Cleópatra VII diferente do que geralmente é apresentado nas bibliografias da antiguidade, nas quais é apresentada somente o lado das relações que ocorreram entre Júlio César e Cleópatra VII, e que pelo acontecimento destas relações o romano acabou favorecendo a irmã na disputa pela soberania ao trono. Após a leitura dos trechos que foram citados é possível perceber que a existência de uma relação entre o general romano e a ptolomaica

não foi o único fator para que o general romano apoiasse a Cleópatra como sucessora do trono.

Em vista disso, Tyldesley (2008) e Sant'Anna (2015) mostram em suas obras que, no momento em que Ptolomeu XIII teria dado a ordem para o assassinato de Pompeu, também teria selado o seu próprio destino. Afinal como dito anteriormente segundo o trecho de Sant'Anna (2015), o fato de um egípcio ter assassinado um dos maiores generais romanos era um ato de um inimigo, e não de um novo aliado. Assim, para resolver a situação de sucessão entre os ptolomeus, realizar uma nova aliança com um forte aliado, e ainda reprimir as ações do jovem Ptolomeu XIII, Júlio César apoiou Cleópatra VII como rainha do Egito.

Segundo Sant'Anna (2015), após a nomeação de Cleópatra VII como sucessora do trono, começaram os comentários de ela teria seduzido Júlio César para ter conseguido tal feito, mesmo após o tempo de prosperidade que o Egito teve quando a ptolomaica controlava a maior parte do poder.

Em Tyldesley (2008) podemos observar de quem a ptolomaica tinha se espelhado durante o seu tempo no trono Egípcio, a autora também nos apresenta uma nova perspectiva sob o aspecto de sedução entre Cleópatra VII e Júlio César.

De Auletes ela havia aprendido que Roma, e somente Roma, poderia proteger a dinastia Ptolomaica, e que romanos podiam ser comprados. César precisava da riqueza do Egito, enquanto Cleópatra precisava da proteção de Roma. Então, quem seduziu quem? Se aceitarmos que Cleópatra planejou sua entrada pouco convencional para atrair César, provavelmente também devemos aceitar que ela planejou seduzi-lo. Para uma rainha que precisava de um aliado e de um filho, isso teria sido uma jogada diplomática sensata (TYLDESLEY, 2008, p. 57).

Diante o exposto, podemos observar que ambos teriam motivos para realizar uma sedução com o seu mais novo aliado, Cleópatra com a intenção de fortalecer o seu império e aumentar seu território, e Júlio César almejava possuir uma parte do poder econômico do Egito, sendo assim quem teria seduzido quem?. Ambos teriam motivos suficientes para adentrarem em uma relação político-amorosa¹⁵⁴. Diante o que exposto nesta análise é possível ter um novo pensamento a respeito do início da relação existente entre Júlio César e Cleópatra VII diferentemente do que é mostrado na bibliografia da

¹⁵⁴ O conceito político-amorosas foi cunhado especificadamente para tratar da relação entre Júlio César, Marco Antônio e Cleópatra, por “político” compreendemos que é onde todas as outras relações ocorrem, incluindo as econômicas, religiosas, administrativas e militares. Por “amorosas” compreendemos todo um complexo de relações e sentimentos que poderiam incluir o amor ou não, bem como a sexualidade da época. A proposta de compreender se dá, portanto, na junção de todos estes aspectos daí a utilizamos o termo de relações político-amorosas. O termo relações político-amorosas que envolviam a Cleópatra VII e os generais Júlio César e Marco Antônio foi criado por Natália Frazão José, encontrado na publicação do ano de 2008.

antiguidade, podemos observar que Cleópatra VII não foi a única a tirar proveito da aliança que foi formada entre Roma e Egito, pois tanto Cleópatra VII como Júlio César desejavam algo em troca de seu mais novo aliado.

Referências

BALTHAZAR, Gregory da Silva. **A Cleópatra de Plutarco**: As múltiplas faces da última monarca do antigo Egito nas vidas paralelas. (Dissertação) – Programa de Pós-Graduação em História do Setor de Ciências Humanas Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2013.

BALTHAZAR, Gregory da Silva. **Cleópatra a sedução do Oriente**: O Corpo como meio feminino de exercer política. Revista de História Comparada. Curitiba, v.3, n°2, 2013.

BRANDAO, José Luis. A Primazia de César: do “1° Triunvirato” aos idos de Março. In: OLIVEIRA, José Luis Brandão F. de (coord). **História de Roma Antiga**. Volume I. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, p. 389-428.

Cinema Brasileiro Contemporâneo: O Cinema de Retomada. In: **Pressenza International Press Agency**. Disponível em: <https://www.pressenza.com/pt-pt/2020/05/cinema-brasileiro-comtemporaaneo-o-cinema--d-a-retomada/>. Acessado em: 03/01/2023.

Cleópatra: a história de uma das mais poderosas de todos os tempos. In: **BBC News Brasil**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-62481085>. Acessado em 25/05/2023.

Crítica aplaude Cleópatra à brasileira. Festival de Veneza 04/07/2007. **Gazeta do Povo**. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/caderno-g/critica-aplaude-cleopatra-a-brasileira-am06dfefql3cun6hizb822zpq/>. Acessado em: 09/10/2022

Crítica aplaude Cleópatra à brasileira. Festival de Veneza 04/07/2007. **Gazeta do Povo**. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/caderno-g/critica-aplaude-cleopatra-a-brasileira-am06dfefql3cun6hizb822zpq/>. Acessado em: 09/10/2022.

FONSECA, Danielle Santos. **Recepções da Antiguidade na Contemporaneidade**: a representação de Cleópatra VII (69 a.C. - 30 a.C.) na produção fílmica Cleópatra (2007). Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, Montes Claros, 2023.

JOSÉ, Natália Frazão. **As relações político-amorosas de Cleópatra VII com os militares romanos Júlio César e Marco Antônio**: os testemunhos de Plutarco. Monografia. Universidade Estadual Paulista – UNESP, Franca. 2008.

MORAIS, Rui. De Sula ao “1° Triunvirato.” O Legado de Crasso e Pompeio Magno. In: OLIVEIRA, José Luis Brandão F. de (coord). **História de Roma Antiga**. Volume I. Coimbra, 2015, p. 363-388.

MUNHOZ, Cláudia Malheiros. Entrevista com Júlio Bressane. **Amaltea Revista de mitocrítica**. v. 9, 2017, p. 61-64.

SANT'ANNA, Henrique Modanez de. Os Últimos anos da Republica, da morte de Júlio César à ascensão de Otávio Augusto. In: _____. **História da República Romana**. Rio de Janeiro: Vozes, 2015, p. 157-170. ra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, p. 363-388.

SANT'ANNA, Henrique Modanez de. Pompeu, César e a “Política da desconfiança”. In: _____. **História da República Romana**. Rio de Janeiro: Vozes, 2015, p. 111-132.

SILVA, Francisco Rocha. A diplomática arte de **governar**: Alexandre III como modelo de governante para Roma por meio da análise da obra Vida de Alexandre de Plutarco (séc. I d.C.) Dissertação de Mestrado. Programa de PósGraduação em História. Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Montes Claros, 2021.

TYLDESLEY, Joyce. **Cleopatra Last Queen of Egypt**. London: Profile Books LTD, 2008.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

UMA HISTÓRIA PÚBLICA “EM NOME DA RAZÃO”: A ASSISTÊNCIA AOS SUJEITOS EM SOFRIMENTO PSÍQUICO EM MINAS GERAIS (1970-1980)

Maria Fernanda Pimenta Fróis¹⁵⁵

Somente a partir de 1979, com a renovação das denúncias através do III Congresso Mineiro de Psiquiatria, da exposição, e da presença de Basaglia e de Castel em debates no Brasil que se pode notar a busca por novos rumos (BORGES, 2017, p. 109). Tais denúncias se referem ao período de maior efervescência na imprensa sobre reportagens que faziam relação ao cenário que se encontravam os hospitais psiquiátricos no estado de Minas Gerais.

Apesar do ano de 1979 representar um marco nas temáticas relacionadas aos hospitais psiquiátricos mineiros em decorrência à expectativa existente em torno do III Congresso Mineiro de Psiquiatria, as movimentações que acarretaram na “busca por novos rumos” citada por Viviane Trindade Borges, foi um processo que envolveu algumas esferas da sociedade, sendo a primeira delas, os trabalhadores da saúde. Os profissionais, buscavam minimizar os prejuízos que seus espaços de trabalho enfrentavam a partir de melhores condições de trabalho. Em 1978, o Movimento de Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM) reunia profissionais, pacientes e alguns familiares destes. Segundo Paulo Amarante (1995) o movimento inaugurou a participação popular no campo da saúde mental enquanto o momento de abertura política que o país atravessava possibilitou a discussão de tais pautas.

No cenário externo ao Brasil, mais especificamente na Itália, o psiquiatra Franco Basaglia protagonizava uma luta pública visando melhorias no sistema psiquiátrico italiano. O trabalho do psiquiatra era voltado a aplicação de regras aos intitulados “tratamentos sanitários” a fim de que fossem regulamentados para que abusos fossem evitados. Para além disso, Basaglia procurava demonstrar que a ideia de periculosidade que se criou em torno dos pacientes psiquiátricos não tinha fundamentação. Mencionar o contexto externo serve aqui tanto para apontar sua importância como um marco quanto para demonstrar a forma como este se insere dentro do cenário brasileiro. Além de servir como motivador de debates, o exemplo italiano foi a forma de estratégia encontrada na imprensa pela escrita para conferir credibilidade às notícias veiculadas na época a respeito da psiquiatria mineira.

¹⁵⁵ Mestranda em História, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Bolsista FAPEMIG. E-mail: m.fernandapimenta01@gmail.com

A importância de se mencionar Basaglia para além do destaque dado pelos jornais, está nas declarações dadas pelo psiquiatra enquanto visitava alguns dos hospitais mineiros e que nos permitem enxergar parte do momento que o Brasil atravessava pelo olhar de um profissional engajado nas causas sociais, sobretudo as da saúde. Durante as notícias, Basaglia é sempre relacionado pelo jornal aos seus feitos na Itália, deixando explícito seus posicionamentos. Durante essas declarações, o psiquiatra não restringe sua comunicação aos seus pares da área médica e atribui a parcela de responsabilidade do Estado em oferecer soluções a problemas sociais que agravavam a crise no sistema de saúde como, por exemplo, a miséria da população.

Amarante e Fernando Sobhie Diaz (2012), destacam a participação da articulação entre movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos, onde os movimentos sociais, na década de 1970, já eram protagonistas na luta contra o autoritarismo do regime ditatorial. Essas movimentações apontadas são para que possamos compreender o início do processo gradual em relação ao olhar da sociedade para com a forma de enxergar mulheres e homens que dependiam do sistema de saúde. Assim, para que seja possível entender a teia de relações que atravessavam a reforma psiquiátrica é preciso a compreensão do processo que a cerca:

Entende-se por Reforma Psiquiátrica um processo dinâmico, plural, articulado entre si por várias dimensões que são simultâneas e que se intercomunicam, se complementam. Desta forma, com essa dinâmica e pluralidade é, antes de mais nada, um processo. Isto é, algo que tem movimento, que não é estático e nem tem um fim ótimo. É um processo em construção permanente, porque mudam os sujeitos, mudam os conceitos, mudam as práticas, muda a história! (AMARANTE, 1995, p. 59).

Essas modificações puderam ser observadas também na prática, visto que a exclusão praticada por esses espaços, bem como a falta de tratamentos que fossem específicos começaram a enfrentar questionamentos que iam desde os tipos de técnicas que eram aplicadas até as formas de se referir aos pacientes psiquiátricos. Nesse sentido, a série de reportagens veiculadas pelo *Jornal Estado de Minas* surge através da iniciativa do jornalista Hiram Firmino. O bloco, foi dividido em nove reportagens intituladas com um selo de *Nos porões da loucura* e numeradas em cada publicação, a estratégia além da finalidade de organizar as notícias visavam criar certa expectativa no que viria na reportagem da próxima publicação já que ao final de cada reportagem existia uma prévia do que viria na notícia seguinte.

Todo esse bloco possuía um padrão, o mais visível é que nenhuma notícia dividia a página com propaganda, anúncios ou outra manchete do jornal, uma página inteira era

dedicada ao que Firmino escrevia, todas as matérias assinadas. Essas informações ficam visíveis quando comparamos reportagens sobre a assistência psiquiátrica que estão fora da série, ou seja, anteriores a setembro de 1979 e também nas publicações de mesma temática, mas que foram veiculadas após a reportagem final em 26/09/1979, nos dois momentos é possível verificar o *layout* que foi construído para as publicações da série.

A série focou seus esforços em três instituições mineiras, sendo as duas primeiras localizadas na capital do estado, Belo Horizonte: hospital Galba Velloso, instituto Raul Soares e hospital Colônia de Barbacena. A série prometia ao leitor, adentrar às instituições, apresentando a realidade dos tratamentos e as condições que os espaços se encontravam. A iniciativa se deu a partir do anúncio de abertura a imprensa que foi dada pelo secretário de saúde da época, Eduardo Levindo Coelho, a notícia que também foi publicada pelo jornal em 13/08/1979 tinha como título *Secretário abre hospícios para imprensa* e era um anúncio de que os hospitais mineiros estariam à disposição da entrada de jornalistas. É a partir desse fato que a série surge, a primeira notícia foi publicada pelo jornal em 18/09/1979 com o título *O terrível Galba* dando início a série.

A situação em questão não era desconhecida pelo governo mineiro, nem seria a primeira vez que a temática era abordada na imprensa. O que diferencia as reportagens de 1979 das demais está na frequência em que a temática passou a aparecer, o espaçamento entre as notícias diminuiu e o tema passou a ganhar mais destaque a partir de outras séries que viriam a ser publicadas. Outro ponto é que em 1979 se existia uma expectativa para a realização do III Congresso Mineiro de Psiquiatria, onde o tema também seria debatido.

É importante salientar que a escolha da série *Nos porões da loucura* foi apenas um recorte escolhido para este texto. Nesta comunicação, nos restringimos a abordar apenas a série veiculada pelo *Estado de Minas* em 1979 apesar de compreendermos a existência de outros veículos da imprensa escrita que trabalharam o tema nas páginas dos jornais. No entanto, a opção aqui é pelo cenário da assistência a partir das reportagens da série e dos elementos que fizeram parte dela.

Nesse sentido, é preciso se considerar a partir de Marialva Barbosa (2004) que a figura do jornalista ao escrever as notícias, seleciona certos fatos em detrimento de outros e categoriza as notícias em seções a partir dos interesses do editorial. A série em questão, visa explorar a temática a partir do cenário degradante que havia se formado.

A primeira reportagem, do dia 18/09/1979, apresenta o termo “itinerário público da loucura” para se referir ao caminho que os pacientes faziam em alguns casos, passagem que começava no Galba Velloso e se encerrava com a internação no hospital Colônia,

assim o jornal perpassaria por todos os estágios do itinerário. A organização de todas as notícias era através das descrições de Firmino em suas visitas guiadas por algum funcionário ou diretor dos hospitais, o jornalista, por sua vez, procura descrever minuciosamente o local em sua narrativa. Na explicação inicial estava como funcionaria a lógica da série e os hospitais que ela apresentaria ao público:

Uma esperança, enfim, muito remota de se livrar do itinerário público da loucura. Um itinerário que começa aqui, no Hospital Galba Velloso, e termina quase fatalmente em Barbacena, depois de um estágio pelo Raul Soares e pelas clínicas particulares, que em nada contribuem para a humanização da psiquiatria. É o trajeto que documentamos a partir de hoje, nesta série de reportagens (JORNAL ESTADO DE MINAS, 1979, p. 8).

Sobre as causas que despertaram o interesse da imprensa sobre a assistência psiquiátrica ou a “renovação das denúncias” mencionada por Borges no início deste texto, podemos elencar algumas questões que condiziam com o contexto que o Brasil dos anos 1970 atravessava. O primeiro ponto diz respeito aos questionamentos sobre os métodos, condições dos trabalhadores e pacientes e também denúncias enfrentadas pelas instituições que inicialmente foram internos, mas que não ficaram restritas ao ambiente hospitalar, chegando aos familiares, governo e profissionais que passaram a se organizar através dos movimentos prontos para a promoção de debates.

A partir das visitas, Firmino quis que o leitor tivesse acesso a detalhes minuciosos através do conteúdo narrado pelo jornal, essa estratégia, que convidava o leitor a compartilhar das sensações do jornalista. O jornal dedicou duas reportagens para apresentar o Galba Velloso, abrindo um questionamento sobre as taxas de reinternações dos pacientes, ou seja, se havia a necessidade de um paciente retornar ao hospital ou ser encaminhado para outro, o tratamento demonstrava sua falha enquanto os pacientes se tornavam reféns de uma “peregrinação”¹⁵⁶ entre hospitais.

Durante todas as edições que integram a série, o jornalista deixa explícito algumas comparações entre os três hospitais, os contrastes apontados entre as instituições vão desde o tratamento oferecido pelos diretores a equipe de jornalismo até a paisagem externa que cercava os três ambientes. No entanto, apesar das comparações e da exposição de que todas as instituições enfrentavam problemas sérios como a falta de equipe médica que fosse proporcional ao número de pacientes ou mínimas condições para o recebimento de pacientes é perceptível que para o jornal, apesar de todas as situações problemáticas que envolviam as instituições, o que havia de pior, estava em

¹⁵⁶ Termo utilizado pelo jornalista na primeira reportagem de 18/09/1979 para descrever as sucessivas mudanças de pacientes entre os hospitais na busca pelo amparo médico.

Barbacena. Na atualidade, mesmo que indiretamente, cidade e hospital continuam ligados, a referência ao local como “cidade dos loucos” ou “cidade dos doidos”, expressões presentes dentro do próprio estado e fora dele “tornaram a cidade conhecida, popularizada e, algumas vezes, depreciada no cenário nacional” (DUARTE, 2009, p. 157).

Apesar das denúncias serem direcionadas ao cenário psiquiátrico mineiro e terem o mesmo fim comum, que era o de tornar pública a situação dos hospitais psiquiátricos, em alguns momentos é perceptível que apesar dos problemas das três instituições ainda nesse cenário o jornal conseguia demonstrar certa predileção a um dos hospitais da capital do estado. Um exemplo deste apontamento pode ser retirado das duas reportagens que tinham o hospital Raul Soares como temática principal.

Publicada em 20/09/1979, a notícia *Raul Soares: enfim, um hospital?* era a terceira reportagem da série e tinha um título provocativo em formato de pergunta. A apresentação localizada na lateral do jornal se preocupava em realizar uma descrição da área externa do local, com detalhes irrelevantes e que pouco afetariam o cenário da psiquiatria como em descrever as espécies de plantas que estavam na parte externa ao hospital, localizadas no jardim. Em um primeiro momento, o leitor é cercado por uma sensação de distanciamento da descrição do “terrível Galba” das reportagens anteriores ou do modelo psiquiátrico que estava sendo questionado:

A primeira visão, uma surpresa. O instituto Raul Soares é um bosque maravilhoso. Um hospital, jamais um hospício, cercado de flores por todos os lados. O segundo estágio público da loucura é mesmo uma área verde. Equivalente a cinco quarteirões. Espatódias, flamboyants e boungaivilles floridos. Holofotes. Um monumento de mármore, lembrança ao centenário do ex-governador de Minas (...) (JORNAL ESTADO DE MINAS, 1979, p. 8).

O jornal usa em um dos subtítulos da mesma reportagem *Um lugar maravilhoso* em um esforço do jornalista em continuar a caracterização da arborização do local. Em entrevista, o diretor dr. Navantino, prontamente se dispõe a responder os questionamentos demonstrando certa facilidade e conhecimento do funcionamento da instituição que estava à frente. O diretor a todo momento salienta a amplitude do hospital ao conseguir cumprir com os atendimentos do público do estado e também de fora dele.

A segunda parte da matéria é um aviso ao leitor de que o “itinerário público da loucura” estava se aproximando de Barbacena. O jornal, em tom de surpresa, faz novamente uma comparação com o Galba Velloso, desta vez, mostrando ao leitor que os dois locais ao contrário do que se poderia concluir com a notícia anterior, eram próximos

em suas falhas no atendimento dos pacientes e com o descaso na situação das mulheres e homens que ali se encontravam, sendo mais um dentro do estado.

A série caminhava para seu foco principal, notícias que tinham o hospital Colônia de Barbacena como palco das denúncias, quanto às notícias anteriores que também integravam a série, fizeram parte da contextualização que o jornal se propôs a fazer, demonstrar os estágios que um paciente percorria antes de chegar ao que seria *A última esperança dos doentes mentais*¹⁵⁷, o hospital Colônia. A quinta reportagem da série é publicada em 22/09/1979 com o nome *Barbacena: a face política da loucura?* A primeira referência da notícia é que a configuração do local se assemelhava a uma prisão, o termo hospício também volta a ser utilizado com maior frequência e no primeiro contato entre diretor do local e jornalista, o primeiro se sente irritado com seguidas idas da imprensa ao local que não apresentavam resultados já que, segundo o diretor, a situação permanecia a mesma após as denúncias e em alguns casos, elas serviam apenas como forma de promoção política em torno de uma comoção pelo hospital.

No diálogo entre o diretor, dr. Tollendal e Firmino, não demonstra nenhuma preocupação diante dos fatos que narra. Ao se referir sobre a alimentação dos pacientes, do não uso de talheres nas refeições e o fato da comida ser completamente triturada não sendo possível distinguir o que era servido, o diretor apresenta naturalidade. Durante alguns momentos da reportagem se torna evidente a existência de um descontentamento existente por parte do diretor com relação às ordens que chegavam da capital, Belo Horizonte. Dr. Tollendal relata seu cansaço em relação aos pedidos realizados ao secretário de saúde que não eram atendidos.

A forma em que o secretário de saúde mobilizou a imprensa a partir da concessão da entrada de jornalistas nas instituições demonstra como interesses políticos perpassavam por tais atitudes. Durante as reportagens o que fica nítido é uma constante tentativa de transferência de responsabilidade pela forma que os hospitais se encontravam na década de 1970. Nas páginas da série é comum a busca por maior envolvimento dos familiares dos pacientes, questionamento sobre a sociedade que permanecia inerte e governo federal que não ofertava ajuda.

¹⁵⁷ Título de reportagem da série publicada em 26/09/1979 que fazia um resumo sobre denúncias da imprensa em momentos anteriores à década de 1970.

Referências

AMARANTE, Paulo. **Loucos pela vida**: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1995. 143p.

AMARANTE, Paulo.; DIAZ, Fernando. **Os movimentos sociais na reforma psiquiátrica**. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental, [S. l.], v. 4, n. 8, p. 83–95, 2012. Doi: 10.5007/cbsm.v4i8.68655.

BARBOSA, Marialva. **Jornalistas, “senhores da memória”?** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 17, anais [...], Porto Alegre. 2004.

BARBOSA, Marialva. **Imprensa e História Pública**. In: História Pública no Brasil: sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016. 354p.

BORGES, V. T. Memórias difíceis: Hospital Colônia de Barbacena, reforma psiquiátrica brasileira e os usos políticos de um passado doloroso. Museologia e Patrimônio. **Revista Eletrônica do Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 105-107, 2017. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/528/544>. Acesso em: 15 mai. 2023.

DUARTE, Maristela Nascimento. **De "ares e luzes" a "inferno humano"**. Concepções e práticas psiquiátricas no Hospital Colônia de Barbacena: 1946-1979. Estudo de caso. 2009. 273f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

JORNAL ESTADO DE MINAS. **O terrível Galba**. Belo Horizonte, 18 set. 1979, p. 8.

JORNAL ESTADO DE MINAS. *Raul Soares*: **Enfim, um hospital**. Belo Horizonte, 20 set. 1979, p. 8.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA PANDEMIA E A PANDEMIA DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA PROPOSTA DE ESTUDO DE UM FENÔMENO SOCIAL NO CONTEXTO DE ISOLAMENTO (2020-2022)

Jaciara Magalhães Ferreira¹⁵⁸

Este trabalho teve como propósito divulgar o desenvolvimento de um estudo (pesquisa de mestrado) acerca das violências de gênero, com base em experiências vivenciadas por mulheres no norte de Minas Gerais no período de isolamento da pandemia de COVID-19 (2020 – 2022). O estudo faz parte do projeto Observatório Norte Mineiro de Violência de Gênero, cujo objetivo é acompanhar e analisar a violência de gênero no norte de Minas Gerais, com vistas a aprofundar o conhecimento do fenômeno na região e auxiliar nas ações de enfrentamento a violência contra mulheres.

Embora a discussão deste tema não seja algo novo, é preciso pontuar que não necessariamente esteja esgotado. Ademais, tendo em vista que o isolamento durante a pandemia foi uma realidade recente para a população, continuam sendo realizados estudos sobre o impacto das violências de gênero no cenário brasileiro nesse período. A pesquisa, portanto, visa colaborar com estudos a respeito, bem como contribuir com o Observatório no sentido de promover a proteção das mulheres e cooperar na implementação de ações que previnam ocorrências.

Cabe ainda aqui neste espaço ressaltar a importância de se refletir sobre os impactos sociais das categorias morais e discursivas que permeiam o debate sobre a violência contra as mulheres, especialmente em um contexto político em que movimentos conservadores ganham força.

As discussões propostas se mantiveram no sentido de: a) identificar e analisar as representações de gênero presentes nas narrativas de História Oral de mulheres vítimas sobre a violência, bem como os efeitos da crise pandêmica de COVID-19 nos relatos de violência; b) examinar as ações do Estado para o enfrentamento da violência de gênero e proteção de mulheres (as já existentes e as que foram promovidas nesse período); c) entender o mecanismo de funcionamento da violência doméstica em situações de crise; d) analisar, à luz da Psicologia, as consequências e reflexos das violências sofridas em seus comportamentos, nas relações sociais e na construção de autoestima e identidades.

¹⁵⁸Mestranda em História, Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Bolsista FAPEMIG. E-mail: jaciaramagalhaesmoc@gmail.com

O corpus documental será composto por documentos (portarias, projetos, leis, programas) criados pelo Governo Federal e governos estaduais, e por documentos resultantes de entrevistas de História Oral com mulheres vitimizadas no norte de Minas, no período de 2020-2022. Por se tratar de um trabalho realizado dentro de um projeto maior, que é o Observatório, o levantamento dos documentos será efetuado por membros atuantes desse projeto e, portanto, não nos deteremos aqui na sua metodologia.

No que diz respeito às narrativas de História Oral, a metodologia é baseada principalmente nas ideias de Marta Rovai e Naira Castelo Branco (2017). Por meio de uma escrita limpa e descomplicada, essas autoras afirmam que mulheres que passam por situações de violência não devem ser entendidas como apenas vítimas ou fontes. Para tanto, a história oral surge como um movimento que possibilita a publicização das

vivências dolorosas que demonstram, ao mesmo tempo, o reconhecimento do poder exercido pelos companheiros (...) e a coragem que transborda (...), em busca da escuta que as ajude a libertar-se de um processo de dominação e humilhação constantes (p. 161).

Do mesmo modo, Étienne François (2006) afirma que a história oral dá atenção ao que o autor chama de “excluídos da história” (grifos nossos): mulheres, proletários, marginais etc., dedicando-se à história do cotidiano e da vida privada, à história local e enraizada. Numa perspectiva por ele denominada “micro-histórica”, a história oral prefere as visões subjetivas e os percursos individuais. Opondo-se à idéia reducionista de que se trata apenas de uma técnica, esse autor não só discorda dessa ideia, como vai além: para ele, por meio da história oral é possível observar os diferentes pontos de vista dos indivíduos, analisar o impacto cultural nas histórias das pessoas e a relação entre os sujeitos; e permite que se estabeleça uma relação original entre o historiador e o entrevistado.

Devido a essa riqueza de possibilidades, Jorge Lozano (2006) afirma que a história oral é um espaço de contato e influência interdisciplinares, que permite interpretações qualitativas de processos histórico-sociais e “é um ponto de contato e intercâmbio entre a história e as demais ciências sociais e do comportamento, especialmente a antropologia, a sociologia e a psicologia”. Este projeto carrega, portanto, a pertinência de tocar o aspecto subjetivo da experiência humana como parte central do trabalho na produção do conhecimento histórico.

Quanto à importância desse estudo, de acordo com Marina Bohnenberger e Samira Bueno, no 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021), o início da

pandemia foi marcado pela preocupação de que mulheres e meninas passassem a conviver mais tempo com seus agressores. Porém, o cenário retratado indicou, em 2020, redução nos registros dos crimes e aumento nos pedidos de medidas protetivas, de ligações para o 180 e do número de feminicídios. Tais fatos podem supor que mulheres em situação de violência estiveram em maior convívio com seus agressores, o que contribuiu no aumento da violência e na diminuição dos registros oficiais. A perda de emprego e a diminuição da renda foram sentidas de forma mais intensa entre as mulheres que sofreram violência, o que tornou mais difícil o rompimento com parceiros abusivos ou relações violentas.

No artigo *Histórias de Vergonha, Amor e Dor: violência de gênero em narrativas de mulheres vítimas*, Cláudia Maia (2020) aponta a coação, a violência psicológica, o terrorismo emocional e a ameaça como razões para não denunciarem seus agressores. Além dessas, também existe a impunidade do réu.

As agressões perpetradas contra o sexo feminino compreendem uma ampla gama de modalidades, a saber: violência física, sexual, psicológica, moral e patrimonial. A fim de categorizar as diferentes tipologias de violência, diversos termos são empregados. Por exemplo, a expressão "violência doméstica" refere-se àquela praticada dentro do âmbito residencial, ao passo que a "violência familiar" abrange atos violentos entre membros de uma mesma família. Já a "violência conjugal" alude a agressões perpetradas por parceiros íntimos ou ex-parceiros. Por fim, cumpre ressaltar que o termo "violência de gênero" abarca toda e qualquer forma de violência perpetrada contra mulheres, baseada na desvalorização da figura feminina (DEBERT e GREGORI, 2008).

Os estudos sobre violência de gênero, especificamente voltados para as mulheres se dão a partir da ótica feminista, que entende gênero como uma categoria criada para demonstrar que a diferença entre os sexos é uma construção social, pautada no patriarcado, que inferioriza a mulher em relação ao homem. Assim, a violência de gênero não se dá por acaso, mas deriva de uma construção histórica desigual dos lugares socialmente impostos a homens e mulheres, sendo reproduzida por nossa sociedade ao longo do tempo.

A historiadora francesa Michelle Perrot (2005) afirma que o silêncio estabelecido para as mulheres é um mandamento reiterado através dos séculos pelas religiões, pelos sistemas políticos e pelos manuais de comportamento. Para ela, a impossibilidade de falar de si mesma acaba por abolir o seu próprio ser ou o que se pode saber dele. Que dirá conseguir denunciar e ser efetivamente escutada!

Por sua vez, Teresa de Lauretis (1994) pensa o gênero como produto de diferentes tecnologias sociais, de discursos, de epistemologias e práticas críticas institucionalizadas, bem como de práticas da vida cotidiana. Segundo essa autora, se o gênero produz sujeitos concretos, então ele tem a mesma função definidora das ideologias. Sem cair num essencialismo biológico ou sociológico, a autora lança mão das ideias de Althusser sobre ideologia para retirar o conceito de gênero de uma esfera privada, afirmando que, se agora o pessoal é político, há diversos conjuntos interrelacionados de relações sociais em que mulheres são diferentemente afetadas.

Joan Scott (1995), a seu turno, afirma que a violência é algo que acontece dentro de uma relação de poder, e a criação do gênero é o principal modo de se estabelecer essa relação. De acordo com a autora, os sujeitos são construídos através dos “discursos” e “representações”, limitados por conceitos normativos expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas que afirmam de maneira categórica e inequívoca o significado do homem e da mulher, do masculino e do feminino. Dessa forma, como o gênero é determinado pela política e pelas organizações sociais, devemos entender como se dão os processos de construção dos sujeitos em diferentes contextos e representações sociais historicamente específicas. Ora, se as representações sociais sobre sexo e gênero constroem sujeitos e os normatizam, elas também contribuem para a manutenção dos discursos que incutem a subordinação e a violência.

A partir dessa perspectiva mais ampla, tornou-se possível traçar estratégias para enfrentar e combater a violência de gênero de forma mais efetiva e inclusiva. Assim, ao se afastar das visões reducionistas e biológicas dos sexos, o movimento feminista permitiu que a análise da problemática da violência contra a mulher avançasse, compreendendo-a em sua complexidade histórica e social (BANDEIRA, 2014).

Quanto às políticas de proteção às mulheres, a partir da década de 1980 surgiram as primeiras unidades de Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher (DDM). De acordo com Maria Moreira *et al.* (1992), o surgimento de tais delegacias resultou de um contexto histórico específico, que refletiu um processo de conquistas dos movimentos feministas e de mulheres e a redemocratização do país. Essas delegacias visavam tratar a violência contra as mulheres como uma questão pública e coletiva, e reivindicavam tratamento não discriminatório, inquéritos policiais imediatos e encaminhamentos à justiça para punição dos agressores.

É importante ressaltar que a criação das DDMs beneficiou mulheres socialmente excluídas, que não pertenciam às camadas média e alta da sociedade, e que tinham dificuldade em acessar serviços jurídicos, médicos, psicológicos e outros serviços

necessários para garantir sua integridade física e moral (SUÁREZ e BANDEIRA, 2002). Tal evento teve o mérito de tornar esses conflitos mais visíveis, mas infelizmente não foi acompanhada da oferta de treinamento específico para as policiais responsáveis pelo atendimento. Os governos estaduais em geral resistiram à capacitação dessas profissionais com uma perspectiva de gênero, o que resultou em uma mudança de foco, por parte das feministas, para outras demandas, como a criação de casas-abrigo e outros serviços de atendimento às mulheres em situação de violência (PASINATO e SANTOS, 2008). Apesar disso, é importante ressaltar que as delegacias da mulher se consolidaram como a principal política pública no combate à violência contra as mulheres e são atualmente a única política de extensão nacional que existe de maneira ininterrupta desde a década de 1980.

Durante a década de 1990, a violência contra a mulher foi reconhecida como um problema de saúde pública, devido às graves consequências físicas, mentais e reprodutivas que acarreta, assim como às faltas ao trabalho e ao uso abusivo de substâncias (MINAYO e SOUZA, 2005).

Quando consideramos o recente surgimento de leis de proteção à mulher, como a Lei Maria da Penha de 2006, e ainda, que somente em 2023 foi declarada inconstitucional a tese da legítima defesa da honra, que permitia que um homem justificasse a morte de sua esposa, é indiscutível que a cultura brasileira, até os dias atuais, está profundamente marcada pela crença de que o corpo e a vida da mulher estão subjugados ao poder da masculinidade. Quando o Estado compactua com a morosidade em intervir nas questões relativas à proteção da mulher, ele está produzindo espaço de possibilidade para que homens pratiquem a violência, não somente como um ato individual, mas como um comportamento apoiado pela cultura.

Essa questão ganha complexidade ainda maior quando consideramos a intersecção com a questão racial. Segundo dados trazidos por Samira Bueno e demais autores no 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023), o Brasil registrou uma média de 4 mulheres assassinadas por dia no ano de 2022. Esses números representam um aumento de mais de 3% em relação ao mesmo período de 2021 e quase 11% a mais que em 2019. Além disso, o estudo revela que 61% das mulheres vítimas de feminicídio no país são negras. Nos demais assassinatos de mulheres, o percentual de vítimas negras é ainda maior, com 68,9% dos casos, para 30,4% de brancas. Para os autores,

Explicar esse crescimento é um desafio. No relatório “Visível e Invisível” destacam-se três hipóteses principais: 1) em primeiro lugar, ressaltamos o desfinanciamento das políticas de proteção à mulher por parte da gestão de Jair

Bolsonaro, que registrou a menor alocação orçamentária em uma década para as políticas de enfrentamento à violência contra a mulher (FBSP, 2022); 2) chamamos a atenção para o impacto da pandemia de covid-19 nos serviços de acolhimento e proteção às mulheres, que em muitos casos tiveram restrições aos horários de funcionamento, redução das equipes de atendimento ou mesmo foram interrompidos; 3) por fim, não há como dissociar o cenário de crescimento dos crimes de ódio da ascensão de movimentos ultraconservadores na política brasileira, que elegeram o debate sobre igualdade de gênero como inimigo número um (p. 136-137).

Cabe ainda ressaltar os estudos de Abigail Weitzman e Julia Andrea Behrman (2016), e de Amanda Pimentel e Juliana Martins (2020). Essas autoras afirmam que não é incomum o aumento de ocorrências de violência doméstica em situações de crises ou catástrofes. Weitzman e Behrman (2016), por exemplo, trazem dados referentes ao terremoto ocorrido no Haiti em 2010. Essas autoras mostram que os casos de violência conjugal eram mais frequentes quanto mais próximas do epicentro do terremoto estavam as residências. Também fizeram um cruzamento entre as crises financeiras das famílias e as ocorrências de violência conjugal.

Nessa perspectiva, a Psicologia é uma importante área para a produção de estudos sobre as violências, empenhada na discussão, no debate e na criação de conhecimentos sobre as conjunturas que envolvem as demandas sociais. No contexto da violência de gênero e violência contra a mulher, as demandas sociais incluem, por exemplo, a conscientização e a prevenção da violência, o apoio às vítimas, a promoção da igualdade de gênero e a implementação de políticas públicas e legislação que proteja os direitos das mulheres e de outras pessoas que possam ser vítimas de violência de gênero. Ademais, dispõe de conhecimentos teóricos e práticos que podem ser desenvolvidos na prática cotidiana, tais como a escuta ativa, a compreensão dos processos de subjetivação enquanto construtos psicossociais, a percepção das linhas que atravessam e compõem os indivíduos.

As mulheres vítimas de violência estão sujeitas a diversas consequências físicas, emocionais, comportamentais e psicológicas, como estresse, baixa autoestima, obesidade, mutilações, dificuldades de relacionamentos, drogadição, entre outros. Sendo assim, a psicologia aflora como possibilidade de entendimento das subjetividades, podendo atuar como dispositivo para sustentação de modos de existência que se criam e que emergem como resistência à reprodução, à massificação e à gerência da vida (MOREIRA, ROMAGNOLI e NEVES, 2007).

Em síntese, a violência contra mulheres passou a ser analisada como algo que acontece dentro de uma relação de poder. A ligação entre gênero e violência é útil para indicar não apenas o envolvimento de mulheres e de homens como vítimas e autores/as,

mas também o seu envolvimento como sujeitos que buscam firmar, mediante a violência, suas identidades masculinas ou femininas. Assim, a violência de gênero é compreendida como uma forma de violência que encontra seus fundamentos na cultura/sociedade patriarcal; consiste em ações baseadas em representações de gênero que causam morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico, no âmbito público ou privado; é uma manifestação de relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres.

Ainda que a violência contra a mulher tenha marcas históricas, partimos do pressuposto que seja uma construção social e, portanto, passível de ser ressignificada. Transformações culturais, progressos tecnológicos e mudanças na legislação se desenrolaram, modificando o cenário no qual a violência contra as mulheres ainda prevalece, mesmo em face dessas evoluções. Isso quer dizer que é necessário considerar que a masculinidade segue investida de um suposto poder sobre a mulher, mas o contexto atual é, em certa medida, distinto daquele do passado, quando a legislação era menos favorável às mulheres. Entendemos que é necessário analisar a violência tanto pelos elementos históricos que permanecem, mas também entender quais são os paradigmas atuais que fazem desse fenômeno algo ainda tão presente.

A pandemia, por sua vez, se apresentou como o cenário “ideal” para a ocorrência de violência de gênero, pois trouxe não somente impactos econômicos, sociais e de saúde, mas fez agravar esse problema que ainda estava longe de ser suprimido.

A temática da violência apresenta particularidades em razão de sua natureza complexa que impacta tanto a esfera pública quanto a privada, desafiando diversas áreas que se envolvem em seu tratamento, notadamente o âmbito jurídico. Em consonância com tal premissa, Maria Minayo e Edinilsa Souza (2005) defendem que é imprescindível adotar uma abordagem interdisciplinar no enfrentamento deste fenômeno, uma vez que sua prática requer ação coletiva.

Referências

BANDEIRA, Lourdes M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, p. 449–469, maio 2014.

BOHNENBERGER, Marina. BUENO, Samira. Os registros de violência sexual durante a pandemia de covid-19. In: **FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA**. 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021. p. 110-117. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>

BRASIL. Lei nº 11.340, 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Brasília, DF, 8 ago. 2006.

BUENO, Samira *et al.* O crescimento de todas as formas de violência contra a mulher em 2022. In: **FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA**. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, p. 136-145, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/08/anuario-2023-texto-07-o-crescimento-de-todas-as-formas-de-violencia-contr-a-mulher-em-2022.pdf>

DEBERT, G. G.; GREGORI, M. F. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 66, 2008.

FRANÇOIS, Étienne. A fecundidade da História Oral. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2006, p. 3-13.

LAURETIS, Teresa de. Tecnologias do Gênero. In: BUARQUE DE HOLLANDA, H. (Org.) **Tendências e impasses**. O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. Disponível para download em: <http://www.heloisabuarquedehollanda.com.br/?p=1183&cat=6>

LOZANO, Jorge Eduardo Acerves. Práticas e Estilos de Pesquisa na História Oral Contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina: **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2006, p. 15-25.

MAIA, Cláudia. Histórias de Vergonha, Amor e Dor: violência de gênero em narrativas de mulheres vítimas. **Revista Relicário**. Uberlândia. v. 7, n. 13, p. 45-65. jan./jun. 2020.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

MOREIRA, J de O., ROMAGNOLI, R. C., NEVES, E. de O. O surgimento da Clínica Psicológica: da Prática Curativa aos Dispositivos de Promoção da Saúde. **Psicologia, Ciência e Profissão**. v. 27, n. 4, p. 608-621, 2007.

MOREIRA, Maria I. *et al.* Violência contra a mulher na esfera conjugal: jogo de espelhos. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. (Orgs.). **Entre a virtude e o pecado**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 168-189.

PASINATO, W.; SANTOS, C. M. **Mapeamento das delegacias da mulher no Brasil**. São Paulo: PAGU/UNICAMP, 2008.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005.

PIMENTEL, Amanda.; MARTINS, Juliana. O impacto da pandemia na violência de gênero no Brasil. In: **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, FBSP, 2020.

ROVAI, M. de O.; CASTELO BRANCO, N. A. Romper o silenciamento: narrativas femininas sobre violência de gênero e desvitimização. In: ROVAI, M. G. O. (Org.). **História oral e história das mulheres**: rompendo silenciamentos. São Paulo: Letra e Voz, 2017, p.143-162.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**. Porto Alegre, v.20, n.2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: http://ia600308.us.archive.org/21/items/scott_gender/scott_gender.pdf.

SUÁREZ, M.; BANDEIRA, L. A politização da violência contra a mulher e o fortalecimento da cidadania. In: BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. (Orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: FCC: Ed. 34, 2002. p. 295-320.

WEITZMAN, Abigail; BEHRMAN, Julia Andrea. Disaster, Disruption to Family Life, and Intimate Partner Violence: the Case of the 2010 Earthquake in Haiti. **Sociological Science**, vol. 3. 2016, p. 167-189. Disponível em: https://www.sociologicalscience.com/download/vol-3/march/SocSci_v3_167to189.pdf

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER EM MONTES CLAROS -MG ENTRE OS ANOS DE 2020 A 2022.

Ana Maria Lacerda de Freitas¹⁵⁹
João Nether Zumba Milo¹⁶⁰

Introdução

A criminalidade constitui um dos problemas sociais que tem merecido atenção no meio acadêmico pela amplitude de sua ocorrência e pelo aumento no número de suas vítimas. O tema da violência não é algo novo para reflexão no âmbito do estudo e da pesquisa, tendo em vista que sua abordagem tem acompanhado a história da humanidade através dos tempos, seja por meio das guerras, conflitos políticos, sociais, seja por meio da **solução não pacífica dos conflitos interpessoais**.

A violência é a forma de exercer poder sobre algo ou alguém em posição hierárquica inferior, no caso aqui, os cidadãos que se encontram em condições de **vulnerabilidade**, ou seja, as mulheres, crianças, idosos, dentre outros. **Transforma-se o indivíduo em ser desprovido de desejo e autonomia, considerando-o como objeto**.

Neste trabalho serão realizadas reflexões que envolvem a violência praticada nas relações de **gênero**, sobretudo, nas disputas **socioafetivas**, abordadas a partir dos conflitos interpessoais ocorridos no interior das residências entre homens e mulheres. A violência ocorrida nos lares foi considerada por muitos anos um problema particular. Foi somente em meados da década de 1970, com a crescente incidência de assassinato de mulheres que esse tema ganhou atenção, passando a ser considerada uma questão social e de saúde pública, consolidando-se como uma questão de Direitos Humanos na década de 1990 (MAIA, 2020).

O objetivo da pesquisa é investigar a incidência e tipos de crimes praticados contra as mulheres na cidade de **Montes Claros entre os anos de 2020 a 2022**. Para tanto, o trabalho está dividido em três seções além desta introdução. Na primeira parte fez-se uma breve reflexão teórica sobre o conceito de violência. Na segunda, analisou-se os dados dos **SIDS/REDS** em Montes Claros, e, por fim, as considerações finais.

¹⁵⁹ Doutora em Desenvolvimento Social e docente do departamento de Economia da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. ana.freitas@unimontes.br.

¹⁶⁰ Acadêmico do 4º período do curso de direito da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES e bolsista de iniciação científica do Observatório Norte mineiro de violência de gênero. joaonether832@gmail.com.

Discussão sobre o conceito de violência

A violência representa toda e qualquer violação da liberdade e do direito de alguém ser sujeito constituinte da própria história. Para tratar sobre o conceito de violência, faz-se necessária uma considerável revisão teórico-bibliográfica acerca das definições providas por diversas vertentes ao longo do tempo.

Para Minayo e Souza (1998:18), a violência poderia ser definida como qualquer “ação intencional, perpetrada por indivíduo, grupo, instituição, classes ou nações dirigida a outrem, que cause prejuízos, danos físicos, sociais, psicológicos e (ou) espirituais”. Na perspectiva institucional da *Organização Mundial da Saúde* - OMS (2002), a violência é “o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra **um grupo ou comunidade** que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação”.

Vale ressaltar, no entanto, que há certa **impossibilidade de estabelecer a reflexão acerca da violência sob óticas demasiadamente gerais**, tendo em vista que esta perpassa por aspectos amplos que, muitas vezes, não descrevem precisamente os subjetivos atributos da violência em si, além de quais as inúmeras **influências diretas e indiretas** que definem elementarmente como a violência se manifestará no plano social.

Entre os diversos tipos e formas da violência, destaca-se aquela contra as mulheres, que ocorre no plano familiar e que enuncia complexas relações sociais de poder. Nesta perspectiva, Cláudia Maia sustenta que:

[...] esta encontra seus fundamentos na cultura/sociedade patriarcal e consiste em ações e condutas baseadas em representações de gênero, que causam morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico, seja no âmbito público ou privado. É uma manifestação de relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres. Nessa perspectiva, as mulheres assumem a posição de sujeitas que resistem e que também exercem e fazem uso do poder, e não apenas de meras subordinadas e vítimas (MAIA, 2020:50).

Complementarmente a este raciocínio, Mireya Suárez e Lourdes Bandeira definem como ponto crucial da violência de gênero a análise sob o viés das relações conjugais e amorosas, além de “imperativos culturais que outorgam sentido” (SUÁREZ; BANDEIRA, 1999:24).

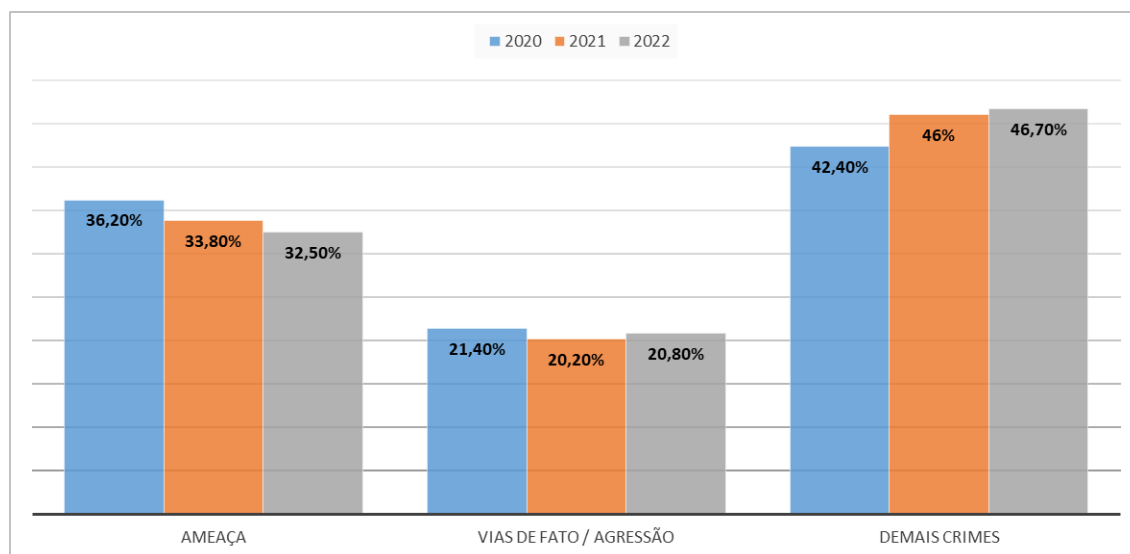
Independentemente da definição sobre a violência que se pretende utilizar, é certo que todas elas apontam para a fragilização de mecanismos pacíficos de solução de conflitos sociais. Neste trabalho ater-se-á ao conceito de violência doméstica.

A violência doméstica em Montes Claros

A cidade de Montes Claros está localizada ao norte do estado de Minas Gerais, com mais de 414 mil habitantes, conforme censo de 2022 realizado pelo *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* – IBGE (IBGE, 2023).

Com base nos dados, foi possível observar que ao longo do período analisado houve um crescimento dos casos de violência doméstica. No ano de **2020**, foram registrados **2.793 casos**, sendo que 57,6% dos crimes estavam relacionados à ameaça (36,20%) e a vias de fato/agressão (21,4%). Em **2021**, os registros totais apresentaram um aumento de 5,26%, ou seja, foram contabilizados **2.940 ocorrências**. Entretanto, quando considerados os tipos de crimes mais praticados, verifica-se uma redução do percentual dos crimes de ameaça (33,8%) e vias de fato/agressão (20,2%), tendência de crescimento seguida no ano de 2022 (2.828), prevalecendo os mesmos crimes, com total de 53,32% (32,52% de ameaça e 20,8% vias de fato/agressão), conforme pode ser visto no Graf. 1.

Gráfico 1: Percentual de crimes denunciados em Montes Claros - 2020/2022.



Fonte:

Elaboração própria com dados do SIDS/REDS/MG, 2022.

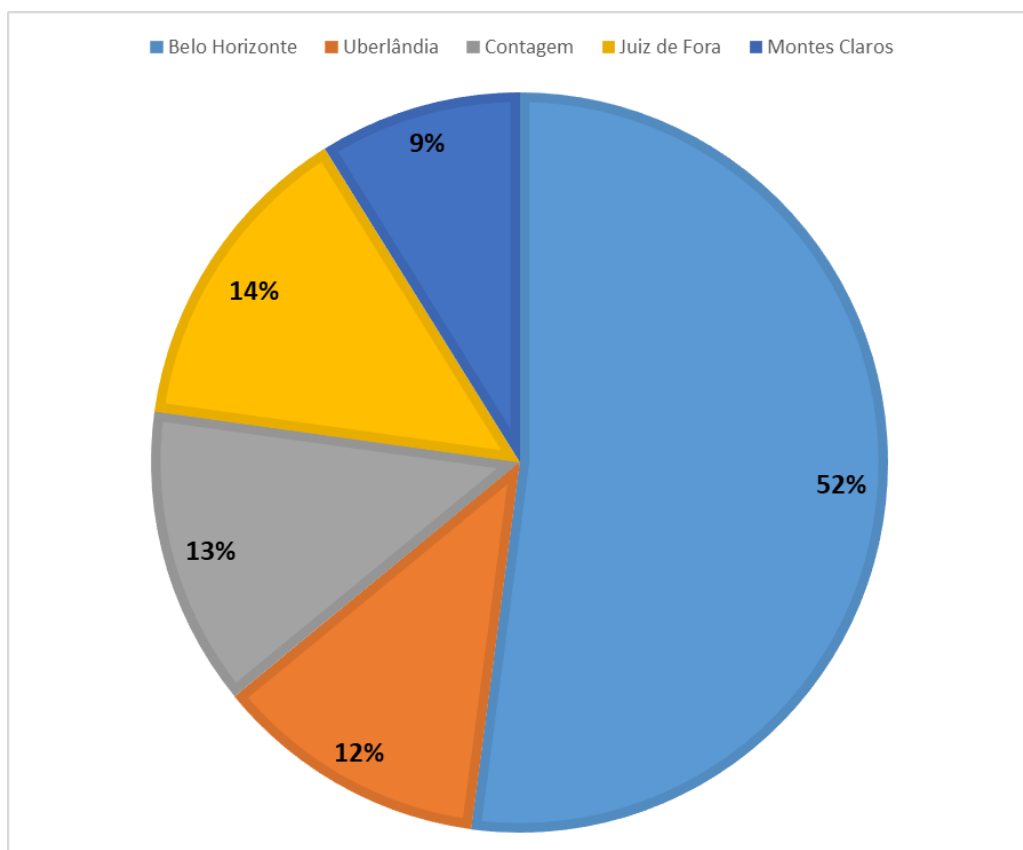
É possível verificar que o crime de **ameaça** é o que possui maior registro, seguido de **agressão/vias de fato**, os quais, quando somados, representam **quase 60%** do registro de ocorrência, sendo os demais delitos na ordem de pouco mais de 40%, e que englobam crimes como danos ao patrimônio privado produzido durante as discussões, maus tratos, difamação, injúria, cárcere privado, estupro, dentre outros.

É interessante pontuar que, ao verificar pesquisa realizada por Freitas e Gomes (2012) com base de dados da *Polícia Militar de Minas Gerais* - PMMG, pode-se observar

que, com base no **Registro de Eventos de Defesa Social - REDS**, entre dezembro de 2010 e dezembro de 2011, o número total de ocorrências era de **1.036** registros, uma média de 80 casos por mês e quase três por dia, corroborando com os crimes praticados e analisados no trabalho, sendo que as denúncias mais comuns foram as de ameaças (32,68%) e agressões (26,61%). Contudo, verifica-se um aumento de **284%** nos últimos dez anos. O elevado número de casos de ameaças, agressões e lesões corporais reforça a ideia de que a violência praticada no âmbito domiciliar, entre casais, pode ser oriunda do entendimento implícito à **Teoria do Patriarcado**, qual seja a de que devem existir obediência e subserviência incondicional das mulheres em relação aos homens.

Ao considerar o número de denúncias nas cinco maiores cidades do estado, no triênio tratado, verificou-se que **Belo Horizonte detém 52%** dos casos registrados, seguido de Juiz de Fora (14%); Contagem (13%); Uberlândia (12%) e Montes Claros (9%), conforme mostra o GRAF.2.

Gráfico 2: Número de denúncias de violência doméstica nas cinco maiores cidades de Minas Gerais - 2020/2022.



Fonte:
Elaboração
própria com
dados do

SIDS/REDS/MG, 2022.

Em Minas Gerais há o **Programa Patrulha de Violência Doméstica - PPVD**, implantado em 2010, visando o suporte às questões relacionadas aos conflitos

interpessoais, combate e assistência às vítimas de violência doméstica em 158 cidades dos 853 municípios do estado, através do diálogo e de medidas protetivas, além de fornecer esclarecimentos com base na *Lei Maria da Penha*. É imprescindível a formulação e implementação de políticas públicas de gênero que visem o estrangulamento desse ciclo machista de violência doméstica parece ser um dos grandes desafios dos movimentos sociais que lutam pela causa. O Estado, neste contexto, tem um papel muito importante na garantia dos direitos de qualquer cidadão, seja ele homem ou mulher. Portanto, sua participação deve ser **mais explícita, incisiva, integrada e com maior visibilidade**, garantindo a promoção de mudanças estruturais que sinalizem para mudanças culturais que garantam equidade entre os sexos e que rompam com o costume da propriedade e da violência nas disputas domésticas entre os casais.

Considerações finais

A violência contra as mulheres, é sem dúvida, uma questão social grave, e seu enfrentamento ainda é um desafio no Brasil. O trabalho buscou analisar a incidência e tipos de crimes praticados contra as mulheres.

Em confirmação ao discurso socialmente instituído, a análise quantitativa dos dados do SIDS/REDS - MG permitiu observar um **aumento no registro de ocorrências** relacionadas à violência doméstica e, se considerada a última década, tal aumento foi superior a 284%. Esse fato é importante e chama a atenção para no mínimo duas situações: a primeira diz respeito à busca, por parte das mulheres, por alternativas à situação de opressão e subserviência que compartilham sustentadas no auspício na lei Maria da Penha; a segunda é que o aumento observado está associado a uma **maior mobilização** por parte das mulheres, que mais esclarecidas, encorajadas e com mais apoio por parte do Estado, lutam contra os abusos de seus agressores.

Neste sentido, em pese ser necessário o aprofundamento da pesquisa, com vista a analisar qualitativamente a compreensão dos atores envolvidos sobre o programa, bem como identificar a real motivação de uma maior mobilização feminina na formalização das denúncias.

Referências

FREITAS, A. M. L.; GOMES, P.I.J. **Gênero, violência doméstica e as políticas de prevenção em Montes Claros/MG**. In: VI Congresso Internacional de Estudos Sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH, 2012, Salvador. VI Congresso Internacional de Estudos Sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH. Salvador, 2012.

MAIA, Cláudia. HISTÓRIAS DE VERGONHA, AMOR E DOR: violência de gênero em narrativa de mulheres vítimas. **Revista Relicário**, Uberlândia, v. 7, n. 13, jun. 2020. Disponível em: <https://www.museudeartesauberlandia.com.br/index.php/relicario/article/view/152/139>. Acesso em: 30 ago. 2023.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP. **Violência contra a Mulher**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, 15 maio 2020. Disponível em: <http://www.seguranca.mg.gov.br/ajuda/page/3118-violencia-contra-a-mulher>. Acesso em: 30 ago. 2023.

MINAYO, MCS. Violência e saúde. **FIOCRUZ**, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/y9sxc/pdf/minayo-9788575413807.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2023.

OMS, Organização Mundial de Saúde. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Genebra: OMS; 2002.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

ÍNDICES



ÍNDICE DE AUTORES / COAUTORES

AMARAL, Débora Regina.....	p. 226
AMARAL, Rafael Victor Soares.....	p. 292
ANTONIO, Daliana Cristina de Lima.....	p. 259
AQUINO, Juliano Gonçalves de.....	p. 134
BATIGNIANI, Rosangeli de Fátima.....	p. 235
BERNARDO, Lara Cristina Veiga.....	p. 313
BORGES, Ângela Pereira.....	p. 28
BORGES, Mariana Costa.....	p. 283
CABRAL, Bruna Marques.....	p. 23
CARDOSO, Amanda Guedes.....	p. 153
CARVALHO, Jumara Carla Azevedo Ramos.....	p. 13
CRUZ, Joyce Mariane de Araújo.....	p. 250
FERNANDES, David Souza.....	p. 183
FERREIRA, Jaciara Magalhães.....	p. 354
FERREIRA, Pedro Victor Silveira.....	p. 89
FERREIRA, Sabrina Alves.....	p. 141
FERREIRA, Sandra Soares.....	p. 52
FONSECA, Danielle Santos.....	p. 339
FREITAS, Ana Maria Lacerda de.....	p. 363
FRÓIS, Maria Fernanda Pimenta.....	p. 347
GARCIA, Laura Damaso.....	p. 84
LACERDA, Ester Alves de.....	p. 68
MENDES, Jonas Rosa.....	p. 324
MENEZ, Juliana Bezerra.....	p. 115; p. 275
MILO, João Nether Zumba.....	p. 363
MONTEIRO, Lucas Soares de Alencar.....	p. 202
MORO, Nathália.....	p. 220
MOTA, Victor Silva.....	p. 128
NASCIMENTO, Vinícius Amarante.....	p. 59
NASSAU, Juçara de Souza.....	p. 202
PAIVA, Luziete Alves.....	p. 123

PEREIRA, Pedro Jardel Fonseca.....	p. 222
RAMOS, Isaac Vinicius Veloso.....	p. 141; p. 167
REIS, Filomena Luciene Cordeiro.....	p. 123; p. 176
RIBEIRO, Carlos Eduardo Freitas.....	p. 306
RIBEIRO, Gabriela Rocha.....	p. 259
RIBEIRO, Sady Simões.....	p. 43; p. 107
SANTOS, Albér Carlos Alves.....	p. 35
SANTOS, Christian Fausto Moraes dos.....	p. 220
SANTOS, Walisson Oliveira	p. 75
SILVA, Cíntia Aparecida Amaral da.....	p. 176
SILVA, Eduardo Ribeiro.....	p. 210
SILVA, Gabriel Lopes.....	p. 241
SILVA, José Vinícius Peres.....	p. 300
SILVA, Maria Eduarda Cavichioli da.....	p. 318
SIMIONATO, Triodite Gabriel Donizetti Partenos Ferreira.....	p. 330
SOUZA, Alessandra Tavares de.....	p. 146
SOUZA, Andrey Lopes de.....	p. 98
SOUZA, Candida Victoria Pereira de	p. 162
VIEIRA, Diego Veloso	p. 267

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

ÍNDICE DE INSTITUIÇÕES

FUNORTE	Faculdades Unidas do Norte de Minas
SEE-MG	Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais
SEEDUC-RJ / SEME	Secretaria de Estado de Educação - RJ / Secretaria Municipal de Educação - São João de Meriti
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Unimontes	Universidade Estadual de Montes Claros
Uniube	Universidade de Uberaba
USP	Universidade de São Paulo

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)